

Coleção Pesquisas
4

**Dinâmica demográfica regional
e as novas questões populacionais
no Brasil**

Organizado por
Carlos Américo Pacheco
Neide Patarra

Campinas
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Economia – IE
2000

**Dinâmica demográfica regional
e as novas questões populacionais
no Brasil**

Obra publicada pelo Instituto de Economia da UNICAMP e financiada com recursos do
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC)



Projeto Gráfico-visual
Oficina Editorial

Normalização/Editoração
Célia Maria Passarelli Quitério
Neide Pereira Baldovinotti
Regina Voloch Santin

Preparação de texto
Cláudia Antico
Com a colaboração dos bolsistas
Vinicius Velasco Rondon
Marcel Suzigan
Érica Erthal Risi

Capa
João Baptista da Costa Aguiar

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação – CEDOC
do Instituto de Economia da UNICAMP

304.881 61 D61	Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil/Carlos Américo Pacheco e Neide Patarra (Org.). Campinas (SP): UNICAMP. IE, 2000.
-------------------	--

ISBN 85-86215-34-1

1. Dinâmica demográfica. 2. Migração – Brasil. 3. Fecundidade.
4. Mortalidade. 5. População – Crescimento. I. Pacheco, C. A. (Org.).
II. Patarra, N. (Org.). III. Título.



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia (www.eco.unicamp.br)

✉ Caixa Postal 6135 ☎ (019) 3788.5708 📠 (019) 3289.1512 📧 public@eco.unicamp.br
13083-970 – Campinas, São Paulo – Brasil

***P**ara atender ao objetivo de divulgar da maneira mais ampla possível a produção intelectual do Instituto de Economia da UNICAMP, iniciamos através das séries Teses e Pesquisas, a publicação de trabalhos que se originaram de projetos de investigação individual ou coletiva, realizados no âmbito da instituição.*

A coleção Pesquisas visa sobretudo levar ao conhecimento de um público ampliado os resultados de estudos, que no nosso entender, contribuem para a compreensão de importantes aspectos da realidade brasileira contemporânea.

A coleção tem continuidade com o título Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil, um livro organizado pelos professores Carlos Américo Pacheco (Instituto de Economia – IE/Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR) e Neide Patarra (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/Núcleo de Estudos da População – NEPO), ambos da UNICAMP. O trabalho analisa as tendências de crescimento populacional, os níveis e tendências de crescimento vegetativo, as transformações na estrutura etária das populações e suas implicações, o processo de urbanização e as distintas modalidades de movimentos migratórios, análises essas explicitando as características e discrepâncias intra e inter-regionais. Esse procedimento possibilitou a montagem de um cenário demográfico nacional, favorecendo o entendimento de antigas e novas questões populacionais, bem como permitindo uma base mais sólida para uma visão prospectiva, imprescindível ao planejamento de políticas sociais em geral.

No âmbito da série Pesquisas pretende-se divulgar um conjunto de trabalhos que abordam diversos aspectos da economia e sociedade brasileiras e cujo traço de união consiste na abordagem crítica dos temas pesquisados.

Comissão de Publicações

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	xiii
1. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais	1
<i>Neide Patarra, Rosana Baeninger, José Marcos Pinto da Cunha</i>	
Crescimento vegetativo: diferenciais regionais e tendência à homogeneização	1
<i>Níveis, características e tendências da mortalidade</i>	2
<i>Níveis, características e tendências da fecundidade</i>	7
Mudanças no processo de redistribuição populacional	12
<i>Evolução da população regional</i>	12
<i>Movimentos migratórios interestaduais – anos 80 e 90</i>	20
<i>A emergência dos movimentos migratórios intra-estaduais</i>	32
Bibliografia	38
Anexo.....	41
2. Desenvolvimento regional, dinâmica econômica e população	45
<i>Carlos Américo Pacheco</i>	
Bibliografia	58
3. Análise demográfica da região Norte	61
<i>Morvan de Mello Moreira, Hélio Augusto de Moura</i>	
Introdução	61
Evolução da população regional	63
<i>As tendências gerais do crescimento populacional</i>	63
<i>O crescimento populacional dos estados</i>	67
<i>As tendências do crescimento urbano</i>	71

A dinâmica demográfica	75
<i>A fecundidade</i>	76
<i>A mortalidade</i>	83
A dimensão migratória	91
<i>O período 1980/90</i>	91
<i>O período 1991/96</i>	99
Seletividade e diferenciais migratórios	106
A migração nas áreas da fronteira agrícola	120
<i>A dinâmica migratória</i>	122
<i>Características demográficas dos migrantes</i>	129
Considerações finais	134
Bibliografia	148
Anexo.....	152
4. Análise demográfica da região Nordeste.....	153
<i>Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão, Herton Ellery Araújo,</i> <i>Marcelo Medeiros</i>	
Introdução	153
Visão geral do crescimento populacional	156
<i>O crescimento da população regional</i>	156
<i>O crescimento da população dos estados</i>	157
Mortalidade	158
<i>Tendências históricas com base nos dados censitários</i>	158
<i>A mortalidade na infância</i>	161
<i>Padrões de mortalidade com base nos dados do Registro Civil</i>	163
<i>Mudanças no padrão por causas da mortalidade nordestina</i>	167
Fecundidade	172
Migração	177
<i>Migração inter-regional</i>	177
<i>Migração intra-regional</i>	183
<i>A migração rural-urbana</i>	185
A migração de retorno	188
Urbanização	191
Estrutura por idade e sexo	195
<i>Mudanças na estrutura etária</i>	195
<i>Implicações das mudanças demográficas para as políticas públicas</i>	199
Síntese.....	202
Referências bibliográficas.....	206
Anexo estatístico.....	208

5. Análise demográfica da região Centro-Oeste.....	217
<i>Duval Magalhães Fernandes, Humberto de Campos, Luciene Dias Cordeiro</i>	
Introdução	217
Considerações gerais	220
Composição da população por sexo e idade	226
<i>Estrutura etária</i>	226
<i>Estrutura por sexo</i>	229
Mortalidade	230
<i>Esperança de vida e mortalidade</i>	230
<i>Causas de óbito</i>	237
Fecundidade	240
Migração na região Centro-Oeste	245
<i>Volumes e fluxos</i>	245
<i>Migração por sexo e idade</i>	250
<i>Os migrantes por setor de atividade</i>	252
<i>Saldo migratório</i>	254
Distribuição espacial da população	255
Apanhado da década	265
Cenários para o futuro – 1997/ 2010	268
Bibliografia	270
Anexo 1.....	271
Anexo 2.....	272
6. Análise demográfica da região Centro-Leste	279
<i>José Irineu Rangel Rigotti, José Alberto Magno de Carvalho</i>	
Introdução	279
Visão geral	280
Antecedentes demográficos	284
<i>Evolução da fecundidade</i>	285
<i>Evolução da mortalidade</i>	289
Urbanização e distribuição espacial da população	291
<i>A dinâmica urbana</i>	291
<i>Saldos migratórios</i>	298
Os fluxos migratórios	303
<i>Fluxos migratórios na Grande Região</i>	304
A migração de retorno dos naturais das UFs	308
<i>A estrutura etária dos migrantes</i>	309

<i>A participação dos migrantes na PEA</i>	315
Cenários e prognósticos	321
Referências bibliográficas.....	325
Anexo 1: Tábuas de mortalidade da Grande Região	327
Anexo 2: Saldos migratórios e taxas líquidas de migração da Grande Região	345
7. Análise demográfica do estado de São Paulo.....	351
<i>Carlos Américo Pacheco, Neide Patarra, José Marcos Pinto da Cunha, Rosana Baeninger, Rovena Negreiros, Maria Flora Gonçalves</i>	
Introdução	351
Dinâmica populacional paulista: contexto geral	358
<i>Transição demográfica em São Paulo: uma síntese</i>	358
<i>Características e tendências</i>	362
• Aspectos gerais	362
• Estrutura etária	367
<i>Os componentes do crescimento demográfico</i>	371
Evolução da mortalidade	374
<i>Mortalidade por idade, sexo e causas: 1940/91</i>	374
<i>Mortalidade e heterogeneidade espacial</i>	380
• Diferenças regionais	380
• Diferenças entre as áreas urbana e rural	381
Evolução da fecundidade	383
Dinâmica migratória no estado de São Paulo	387
<i>Migração nos anos 80</i>	388
• Volumes e fluxos interestaduais	393
• Migração por sexo e idade	403
• Migrantes segundo setor de atividade	411
<i>A migração intra-estadual</i>	413
Distribuição espacial da população no estado de São Paulo	417
<i>Dinâmica da urbanização paulista</i>	417
<i>Distribuição da população por tamanho de municípios</i>	426
<i>Crescimento intra-regional: sede regional e entorno</i>	431
Bibliografia	439

8. Análise demográfica da região Sul	445
<i>Marisa Valle Magalhães, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Marley Vanice Deschamps, Rosa Moura</i>	
Antecedentes demográficos	445
<i>Evolução da população</i>	445
<i>Evolução dos componentes demográficos</i>	448
Mortalidade	453
Fecundidade	461
Migração	469
<i>Trocas migratórias inter-regionais</i>	469
<i>Trocas migratórias entre os estados do Sul e migração intra-estadual</i>	476
<i>Características da população migrante e não-migrante</i>	479
• Estrutura por sexo e idades	479
• Composição por setores de atividade	485
Estrutura da população por sexo e idade	487
Distribuição espacial da população e urbanização	494
<i>Rede de cidades</i>	494
• População por tamanho de cidades	494
• Dinâmica de crescimento da população dos municípios	497
• Inflexão do crescimento urbano e consolidação do esvaziamento rural	500
• População urbana por estratos de tamanho	503
• Distribuição espacial dos centros	506
• Dinâmica da concentração urbana	510
• Concentração urbana nas Regiões Metropolitanas	513
<i>Dinâmica das microrregiões geográficas</i>	518
<i>Espacialidades recentes</i>	525
Principais questões da década	529
<i>Evolução demográfica</i>	529
<i>Urbanização e espacialidades</i>	531
Prognóstico das tendências regionais de crescimento populacional	533
<i>Cenário geral</i>	533
<i>Cenário das variáveis demográficas</i>	535
Referências bibliográficas.....	538

9. População em idade escolar no Brasil hoje e no despontar do novo século.....	541
<i>José Marcos Pinto da Cunha, Rosana Baeninger, Cláudia Antico</i>	
Introdução	541
Evolução da população em idade escolar	542
<i>Diversidades regionais</i>	548
Movimentos migratórios e o contingente em idade escolar	556
Considerações finais	562
Referências bibliográficas.....	565
Anexo.....	567

APRESENTAÇÃO

O projeto “Tendência da Urbanização e do Crescimento Populacional Brasileiro – População em Idade Escolar: 1991-2000” realizado com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), do Ministério de Educação, propiciou uma desejada oportunidade de realização de um trabalho conjunto sobre a dinâmica demográfica das Grandes Regiões brasileiras, aproveitando a divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Populacional de 1996, ambos levantamentos realizados pelo IBGE.¹

O referido projeto partiu de uma concepção ampla sobre a necessidade de análises regionais que situassem a questão da demanda escolar no contexto das transformações econômico-sociais pelas quais vêm passando a sociedade brasileira, principalmente a partir dos anos 80. Além de quantificar o montante de crianças e jovens que deverão compor os contingentes que entram e entrarão, a curto prazo, nas escolas públicas para cumprir a jornada completa de primeiro grau, buscou-se entender, também, as dimensões sociodemográficas, regionalmente diferenciadas, que viabilizam ou obstaculizam o alcance da meta pretendida, ou seja, a universalidade de atendimento escolar desse nível de ensino.

Como nascem e sobrevivem as crianças e jovens que configuram o público da demanda? Quais as condições de vida deles e de suas famílias? Quais os níveis de mortalidade que ainda os atingem? Quantos não frequentam

1. O Censo Demográfico de 1991 teve os primeiros resultados publicados em 1994; os micro-dados foram disponibilizados em 1996. A Contagem Populacional de 1996 começou a ser divulgada em 1997.

a escola e quantos já trabalham? Que dimensões sociais são responsáveis pelas rupturas precoces da adolescência favorecendo a reprodução do ciclo intergeracional da pobreza? Em que medida os processos migratórios favorecem ou dificultam a trajetória escolar? As desigualdades regionais refletem-se nas desigualdades de acesso e mobilidade social nessa etapa de formação de novas gerações? Essas e outras questões análogas estiveram presentes ao longo dos doze meses que durou o trabalho que ora vem a público.

Essa concepção ampla do estudo propiciou a estratégia adotada, qual seja, o aproveitamento dos resultados censitários recém divulgados, e a realização de análises demográficas regionais que oferecessem, em primeira mão, o cenário que contextualiza a questão educacional no Brasil hoje. Reunindo um expressivo número de especialistas, pôde-se inserir a análise demográfica da população em idade escolar no âmbito das transformações demográficas ocorridas nas distintas regiões brasileiras, enfatizando-se particularmente a década de 80 e os primeiros anos da década de 90.

Buscou-se, assim, analisar as tendências de crescimento populacional, os níveis e tendências de crescimento vegetativo, as transformações na estrutura etária das populações e suas implicações, o processo de urbanização e as distintas modalidades de movimentos migratórios, análises essas explicitando as características e discrepâncias intra e inter-regionais. Esse procedimento possibilitou a montagem de um cenário demográfico nacional, favorecendo o entendimento de antigas e novas questões populacionais, bem como permitindo uma base mais sólida para uma visão prospectiva, imprescindível ao planejamento de políticas sociais em geral. Os Capítulos 3 a 8, a seguir, apresentam essa análise para cada uma das Grandes Regiões, ressaltando-se que o caso do estado de São Paulo é apresentado num capítulo em separado, por constituir resultado de pesquisas que, há muitos anos, vêm sendo realizadas pela equipe responsável.

As características e tendências recentes da dinâmica populacional brasileira têm sido enfatizadas, com considerável freqüência, pelos especialistas e também amplamente divulgadas, inclusive pelos meios de

comunicação de massa,² a ponto de já terem sido superados alguns “mitos” anteriormente consolidados sobre a população brasileira, especificamente o “mito” do alto crescimento populacional, o “mito” da população brasileira ser crescentemente “jovem”, e finalmente, o “mito” da alta e crescente concentração populacional urbana e metropolitana.³ Dificilmente se ouve falar, hoje, da “explosão demográfica”, expressão tão freqüente nos anos 70 e até mesmo no início dos anos 80, tornando insustentáveis, no debate atual, os argumentos que associavam a pobreza e a miséria às visões catastrofistas e simplistas do crescimento populacional acelerado; algumas versões exacerbadas a respeito da questão ambiental, vez por outra, ainda lançam mão do argumento demográfico, mas cada vez mais amplia-se a percepção de que as mulheres de hoje têm muito menos filhos que antigamente. O tempo de transição da fecundidade já transcorrido, por outro lado, invalida associações prevaletes, nas visões neo-malthusianas, entre declínio da fecundidade e melhoria nas condições de vida da população pobre.

Tem sido apontado com freqüência, também, que a transição demográfica, em processo nas últimas décadas, significou expressiva diminuição, inicialmente dos níveis de mortalidade e, a partir dos anos 60, dos índices de fecundidade, ocasionando, portanto, uma expressiva diminuição das taxas de crescimento populacional, caminhando rapidamente, a população brasileira, para níveis próximos aos de reposição, com previsão de estabilidade até meados do século XXI.⁴

O processo de transição demográfica, além disso, é visto como expressão de transformações significativas e irreversíveis em distintas esferas

-
2. São inúmeros os textos, artigos, comentários e debates que têm sido divulgados, tanto em publicações científicas, nacionais e internacionais, como em jornais, revistas e até sob a forma de cartazes e vídeos com características didáticas. Apenas a título de exemplo, veja-se a separata *Eis a nova cara do Brasil*, Revista Imprensa, São Paulo, v. 7, n. 76, jan.; ABEP e Produtores Associados, *População brasileira: história e mitos*, 1994 (Vídeo); ABEP/UNFPA. *Diversidades brasileiras: um olhar demográfico*. São Paulo, 1996 (Cartaz).
 3. Martine, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 329); Martine, G. *A evolução espacial da população brasileira e suas implicações regionais*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994. (Projeto Balanço e Perspectivas do Federalismo Fiscal no Brasil).
 4. Carvalho, J. A. M. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Olinda: ABEP, 1988; Camarano, A. A. *A quantas andar a população brasileira?*. Brasília: IPEA, 1989.

da vida individual e coletiva,⁵ se o rápido processo de mudança demográfica é resultante de um emaranhado de fatores econômicos, sociais, culturais, ideológicos e psicológicos, esse processo, em relação recíproca, cria distintos contornos de vida social. Uma proporção menor de crianças e jovens, uma população adulta mais volumosa e uma proporção crescente de idosos significam, sem dúvida, expressivas alterações nos arranjos familiares, nas modalidades de inserção no mercado de trabalho, no perfil de demanda por serviços de saúde e acesso à educação, à previdência social e a outros benefícios sociais.

Assim, pouco a pouco vai se diluindo outro “mito” a respeito da população brasileira, qual seja, a de ser uma população crescentemente “jovem”, abrindo-se e ampliando-se espaços de convivência de várias gerações. Embora, pelo próprio efeito do metabolismo demográfico, os jovens ainda representem um contingente populacional majoritário, nascidos de gerações que ainda se reproduziam em níveis mais elevados, o contingente crescente de adultos mais velhos e da chamada população da “terceira idade” já se torna perceptível e crescentemente verdadeiro para distintos grupos sociais. Essa transformação, por sua vez, reforça a necessidade de se rever prioridades frente à crescente escassez de recursos públicos, e de repensar estratégias de ação de políticas sociais. A transição demográfica em marcha, significa, em síntese, a necessidade de se enfrentar a concomitância de questões populacionais típicas de países pobres, ainda não resolvidas, com a emergência de questões populacionais típicas de países desenvolvidos.

O terceiro “mito” a respeito da população brasileira configurava-se na idéia de uma concentração populacional crescente, com visões também muitas vezes catastrofistas a respeito do crescimento metropolitano e da ameaça representada pelas mega-cidades, particularmente o caso de São Paulo. As tendências prevalecentes até os anos 70, como se verá a seguir, alteraram-se bastante, acentuando a incidência de diversas modalidades de deslocamentos populacionais. Mais do que tendência a uma distribuição populacional melhor equilibrada, no entanto, ver-se-á que o vai-e-vem crescente esteve vinculado

5. Patarra, N. L. et al. *Demografia: políticas sociais no Brasil. Avaliação e propostas para os anos 90*. São Paulo: FUNDAP, mar. 1991. (Documentos de Trabalho); Patarra, N. L. *Transición demografica: resumen historico o teoria de población*. Demografia y Economía. El Colegio de Mexico, 1973.

com a crise dos anos 80 e com efeitos iniciais da reestruturação produtiva, representando, assim, para a maioria dos contingentes migratórios, estratégias de sobrevivência frente à precariedade e/ou piora em suas condições de vida.

Poder-se-ia dizer que já existe, hoje, um relativo consenso quanto a quais são as questões demográficas predominantes no Brasil deste final de século: a questão do envelhecimento da população; a questão da gravidez na adolescência; a questão da saúde reprodutiva; os “bolsões” de mortalidade infantil elevada; a questão das moléstias sexualmente transmissíveis, particularmente da Aids; o recrudescimento de moléstias contagiosas; a questão do aumento da mortalidade por causas externas – homicídios e acidentes – atingindo principalmente jovens do sexo masculino, entre outras. De mais difícil equacionamento são as questões ligadas às tendências recentes dos movimentos migratórios, envolvendo diversas modalidades de deslocamentos, distintos grupos sociais e com distintas implicações para as áreas de origem e destino, antigas e emergentes, como se verá a seguir.

Se as análises dos níveis e tendências demográficas têm avançado consideravelmente, permitindo um diagnóstico crescentemente acurado e a configuração das novas questões demográficas, o mesmo não se pode dizer no que se refere à articulação da dinâmica demográfica com a dinâmica econômica. A dinâmica econômica brasileira, nas últimas décadas, coloca o parâmetro básico a partir do qual delineiam-se as condições de vida, a estrutura de empregos, o alcance e os efeitos das políticas sociais, as estratégias individuais e familiares, entre outras. Os efeitos da crise e recessão dos anos 80, os efeitos da reestruturação produtiva, o enxugamento da aparato estatal, os processos de desconcentração das atividades econômicas são algumas, entre outras dimensões, pouco exploradas em suas articulações com os processos demográficos.

Quais os limites da política de saúde no declínio da mortalidade infantil? Qual a política populacional adequada para deter o crescimento da mortalidade por causas externas? Está a gravidez na adolescência vinculada à pobreza, nível de escolarização, falta de perspectiva de mobilidade social? Quais os efeitos intergeracionais de condições sociais que perpetuam a pobreza? Como se dá a articulação entre escola e trabalho para os jovens de

hoje? O que significam os movimentos migratórios familiares e individuais, em suas várias modalidades, para a inclusão social das novas gerações? Pretender contribuir para o entendimento e superação dessas questões significa contextualizar o cenário demográfico e social que emolduram os níveis e tendências observados nos levantamentos censitários.

O enfoque regional adotado evidencia, de saída, uma situação aparentemente paradoxal: observa-se uma nítida tendência à homogeneização dos níveis de mortalidade e de fecundidade nas distintas regiões e espaços nacionais e, ao mesmo tempo, ainda são acentuadas as disparidades regionais, particularmente no que se refere à região Nordeste. Por outro lado, evidencia-se, também, que a tendência à homogeneização dos níveis demográficos não significa, necessariamente, uma diminuição da desigualdade social. Mais ainda, os processos de redistribuição espacial da população, incluindo o retorno de migrantes, além de representar estratégias de sobrevivência, frente às precariedades das condições de vida nas áreas de origem e destino nos anos 80, podem significar, ainda, um reforço das desigualdades regionais.

Essas e outras questões nortearam o desenvolvimento dos trabalhos que constituem a presente publicação; no que se segue, busca-se delinear um comentário geral articulando as análises regionais num esforço comparativo, que busca sintetizar os principais resultados apresentados de maneira completa nos capítulos subsequentes.

Carlos Américo Pacheco
Neide Patarra

1

Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais

Neide Patarra¹

Rosana Baeninger²

José Marcos P. Cunha¹

Crescimento vegetativo: diferenciais regionais e tendência à homogeneização

A evolução dos níveis de fecundidade e mortalidade no Brasil, nas últimas décadas, suscita questões demográficas específicas e articula-se, também de maneira distinta, com a dinâmica econômica e o desenvolvimento regional do país. A chamada Transição Demográfica significou uma conformação da estrutura populacional bastante distinta, implicando um novo perfil de demandas sociais; no conjunto, a contrapartida da diminuição dos grupos etários mais jovens é expressa nos níveis de crescimento ainda elevados

-
1. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Núcleo de Estudos da População (NEPO). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
 2. Núcleo de Estudos da População (NEPO)/Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

da população adulta, bem como, nitidamente, nos níveis mais altos da população chamada da “terceira idade”.

Nas próximas décadas vai alterar-se, decisivamente, a dinâmica interna a cada um desses grupos etários, gerando questões demográficas com maior ou menor intensidade na definição de prioridades na agenda social. O grupo jovem, cujo destaque aparece a seguir, diminuirá gradativamente, à medida em que, sucessivamente, passam a nascer de mães com fecundidade mais baixa.

O grupo adulto, a população em idade ativa, tenderá a caracterizar-se por contingentes mais expressivos nos grupos etários de 40 a 60 anos, suscitando a necessidade de um re-equacionamento frente às características e reestruturação do mercado de trabalho, redefinição de capacitação profissional, inserção crescente da mulher na força de trabalho, terceirização e informalização de segmentos expressivos da economia, ameaça de desemprego e subemprego, todas essas dimensões que tornam esse contingente populacional um grupo vulnerável.

A terceira idade, tema amplamente discutido, suscita dificuldades já apontadas, particularmente no que se refere à questão previdenciária e às políticas de saúde, além de significar a reformulação, no âmbito familiar, da organização interna, incluindo formas de convivência mais prolongadas entre as gerações.

Os diferenciais regionais, quanto aos níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade, ainda são expressivos na atual etapa da transição demográfica, particularmente no caso da região Nordeste, situação peculiar no conjunto das regiões brasileiras. No entanto, e apesar disso, é possível falar-se hoje em tendência à homogeneização dos padrões reprodutivos no Brasil.

Níveis, características e tendências da mortalidade

A mortalidade no Brasil iniciou seu lento e progressivo processo de redução no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, nos últimos 45 anos a esperança de vida dos brasileiros elevou-se em mais de 21 anos; se, em 1950, vivia-se, no Brasil, em média, apenas 45 anos (Patarra et al., 1991), nível

que o situava entre os países de mais elevada mortalidade do mundo, atualmente a longevidade de sua população já atinge valores bem mais aceitáveis chegando aos 67 anos (Oliveira & Fernandes, 1996).

Tais ganhos médios de vida foram possibilitados principalmente pelos avanços obtidos no combate à mortalidade infantil, para o qual políticas nacionais de vacinação, de atenção primária à saúde da mãe e filhos e melhorias consideráveis, embora ainda insuficientes, nas condições de nutrição e de saneamento básico foram decisivos. Segundo as estimativas disponíveis (Simões & Ortiz, 1988), a mortalidade de crianças menores de um ano caiu de um patamar de 163 mortes por mil nascimentos, ao redor dos anos 40, para valores em torno de 53 por mil em 1986, sendo que atualmente a mesma se estima em 44 por mil (Oliveira & Fernandes, 1996).

As disparidades regionais, em termos de mortalidade, são evidentes, com as regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, apresentando níveis de mortalidade geral e infantil muito superiores às áreas de maior esperança de vida do país, como são os casos das regiões Sul e Sudeste. De fato, os dados da Tabela 1, a seguir, mostram que, em 1991, esses diferenciais já atingiam a casa dos dez anos. O mesmo ocorre com relação à mortalidade infantil, uma vez que às crianças nordestinas correspondia um risco de morte, no primeiro ano de vida, cerca de 70% maior que a média nacional e mais de três vezes maior que as da região Sul.

Tabela 1

Esperança de vida ao nascer e taxas de mortalidade infantil Brasil e Regiões – 1980 e 1991

Variável/ano ⁽¹⁾	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Esperança de vida ao nascer						
1980	60,08	64,17	51,57	64,7	63,59	66,98
1991	66,30	68,40	59,10	69,10	68,80	70,90
Taxa mortalidade infantil						
1980	87,88	72,31	121,36	70,32	74,50	61,80
1991	51,60	53,20	88,20	33,00	30,00	26,70

(1) corresponde ao momento aproximado da estimativa.

Fonte: ABEP/UNFPA (1996).

Os dados apresentados revelam ainda que em função desse patamar superior dos níveis de mortalidade, a velocidade de queda nas últimas décadas

tem sido maior no Nordeste que nas demais regiões já que, nos anos 80, enquanto a população brasileira, como um todo, ganhava cerca de seis anos em sua esperança de vida, no Nordeste esse ganho foi superior a dez anos, ou seja, um incremento de 14,6% contra 10% da média nacional, revelando que esta região vem caminhando no sentido de aproximar-se cada vez mais dos níveis médios nacionais.

Apesar disso, deve-se reconhecer que o Nordeste está muito aquém das condições consideradas aceitáveis em termos da mortalidade, sobretudo porque além de níveis de mortalidade infantil muito superiores, a velocidade da queda desse indicador, na década de 80, foi a menor do país. Assim, enquanto no período considerado, a mortalidade das crianças menores de um ano caiu cerca de 41% no Brasil e 59% no Sudeste, nessa região os percentuais não ultrapassaram os 28%. Além do Nordeste, merece atenção especial a região Norte, que apresenta ainda patamares preocupantes de mortalidade infantil, sendo uma das áreas com menor ganho nessa variável durante a década de 80.

Nas demais regiões, embora os ganhos em termos de esperança de vida sejam inferiores aos dos níveis nacionais, em boa medida em função dos baixos níveis de mortalidade já alcançados, foi ainda notável a velocidade da queda da mortalidade infantil que, nesses dez anos, diminuiu mais de 50%, sendo que no Sudeste essa porcentagem chegou a quase 60%.

Quanto aos diferenciais intra-regionais, o que se pode constatar é que, novamente, as regiões Nordeste e Norte se destacavam em termos da heterogeneidade nelas existente. De fato, enquanto nas demais regiões os níveis de esperança de vida das Unidades de Federação pouco se distanciavam entre si, nessas duas áreas as diferenças eram bem mais acentuadas.

No caso do Nordeste, os dados indicavam que a diferença entre o estado de menor mortalidade, a Bahia, e o de maior mortalidade, o de Alagoas, situava-se, no começo da década de 90, em torno dos dez anos. O mesmo ocorria no Norte, onde a menor mortalidade regional, registrada no Amapá, contrastava com uma esperança de vida cerca de sete anos menor, no estado do Acre.

É importante salientar, contudo, que tanto os diferenciais inter como os diferenciais intra-regionais, no Brasil, vêm caindo ao longo do tempo, e que a

heterogeneidade encontrada nessas áreas ainda deverá permanecer, na medida em que os elevados níveis de mortalidade ainda vigentes, sobretudo no Nordeste, dão margem a uma grande variabilidade espacial.

São sempre reveladores os diferenciais de mortalidade por sexo, observados nas mais diversas situações socioeconômicas. No caso do Brasil, verifica-se que, enquanto para o país em conjunto, esse diferencial situava-se em cerca de sete anos, na região Nordeste estava próximo a oito anos, e nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul em torno dos cinco anos; é nítido que as mulheres apresentavam, e ainda apresentam, em todo o país, uma vida média maior que a dos homens, embora essas diferenças tenham sido mais importantes no passado, quando os níveis de mortalidade eram mais elevados. Uma das poucas exceções fica por conta do estado de São Paulo, que parece ter sido o único estado onde a sobremortalidade masculina sofreu uma elevação nos anos 80, fato que, como será mostrado, deve estar associado ao perfil da mortalidade, segundo as causas de morte.

Em relação à mortalidade segundo situação de domicílio, pôde-se concluir que os diferenciais existentes no Brasil e nas regiões são pouco significativos – em média, apenas um ano na esperança de vida – ainda que, de maneira geral, as áreas rurais tenham mantido uma tendência a apresentar níveis de mortalidade ligeiramente maiores; é interessante notar que mesmo nas regiões onde a população rural é ainda relativamente elevada, como Norte e Nordeste, esta diferença não se mostrou importante. Observou-se também a maior mortalidade nas zonas urbanas da região Norte, na década de 70, fato que se repetiu para o estado do Amazonas no decênio posterior. Tal situação reflete, em grande medida, o comportamento dos níveis de mortalidade infantil, segundo residência urbana e rural; pelas estimativas disponíveis, parecem não apresentar grandes variações, até mesmo em áreas altamente urbanizadas, como é o caso de São Paulo.

A significativa diminuição da mortalidade no Brasil e em suas regiões, nas últimas décadas, como já foi mencionado, esteve diretamente ligada à não menos importante queda da mortalidade infantil. Nesse sentido, a avaliação dos dados sobre causas de morte, disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, mesmo que prejudicadas pela alta incidência dos chamados “sintomas mal

definidos” em algumas regiões,³ permitiram observar que a forte redução da incidência das mortes devidas às causas “infecciosas e parasitárias” e “afecções perinatais”, principalmente as primeiras, foram elementos importantes para tal tendência.

Assim sendo, o perfil da mortalidade brasileira, segundo causas – mortalidade proporcional –, sofreu grande variação, sendo que as causas ligadas ao “aparelho circulatório”, os “neoplasmas” e as “causas externas” ganharam, e vêm ganhando, maior importância relativa. Muito embora ainda existam regiões, no país, onde o investimento em saúde deva ter um forte componente de combate às principais causas da mortalidade infantil, não se pode deixar de considerar a natureza da transição epidemiológica pela qual vem passando o país, onde novas causas vêm ganhando terreno na determinação do perfil da mortalidade. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de uma contínua revisão das políticas de intervenção e prevenção, já que a evitabilidade das mortes dependerá, mais e mais, de avanços tecnológicos e ações mais complexas, como no caso das doenças crônico-degenerativas, além de atuação em outras esferas, que não apenas a saúde pública, como no caso das mortes violentas ou por acidentes.

Nesse último caso, pode-se afirmar que o aumento progressivo da incidência entre os jovens adultos, das mortes provocadas por causas externas (ou seja, os acidentes, homicídios etc.) é indubitavelmente uma das questões mais atuais da mortalidade brasileira. Esse fenômeno, ainda que restrito às áreas mais urbanizadas do país, como os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tende a se revestir de uma significância cada vez maior. Em virtude do rápido crescimento dessas causas, e mais a Aids, especialistas prevêm que em um futuro próximo elas poderão ser responsáveis pela estagnação, ou até mesmo pela redução da esperança de vida de determinadas áreas,⁴ a despeito da continuidade da redução da mortalidade infantil (Ferreira & Castiñeiras, 1996).

Nesse particular, o caso de São Paulo é bastante peculiar. Como se assinalou anteriormente, nesse estado, ao contrário do que ocorre nas outras

3. Juntamente com a omissão de óbitos este é, sem dúvida, um dos grandes problemas a enfrentar para o estudo da mortalidade por causas. Para que se tenha uma idéia, em 1991, no Nordeste, o percentual de causas mal definidas encontrava-se no patamar de 41,2% das mortes.

4. De fato, estimativas elaboradas por Juarez Oliveira (Fundação IBGE) mostram que esse fenômeno já pode ser observado na cidade do Rio de Janeiro.

Unidades da Federação com mortalidade abaixo da média nacional, o diferencial de mortalidade entre homens e mulheres encontra-se bem próximo daquele registrado pelo Nordeste, região de mais alta mortalidade no Brasil. A interpretação de tal resultado poderia estar ligada, justamente, à mortalidade por causas externas.

De fato, estudos mostram que, no estado de São Paulo, as taxas de mortalidade por causas externas aumentaram, no período 1980/91, cerca de 34%, sendo que o mesmo comportamento crescente foi apresentado pelas taxas relativas à Aids (Ferreira & Castiñeiras, 1996). O importante a notar é que no caso das causas externas, além do aumento alarmante, o diferencial de incidência por sexo é importante, sendo que os homens apresentam, em média, taxas até oito vezes maiores que as mulheres. Assim, não há dúvidas de que esse fato é o que deve estar influenciando a maior sobremortalidade masculina.

Enfim, o que se pode dizer é que embora em franco processo de redução, a mortalidade no Brasil está longe de alcançar níveis satisfatórios, sobretudo em função das grandes diferenças regionais, determinadas pelos elevados níveis de mortalidade infantil, que ainda hoje, são registradas em algumas regiões do País, em particular, no Nordeste.

De qualquer maneira, além da mortalidade infantil, o Brasil de hoje já começa a conviver com outros problemas que exigem uma imediata reação e reconhecimento por parte dos planejadores, como é o caso da mudança do perfil da mortalidade por causas, que tem, entre suas implicações, o surgimento de novas demandas de investimentos, de novos problemas de saúde pública, mudança do perfil de atendimento etc.

Níveis, características e tendências da fecundidade

A fecundidade, é sem dúvida, o componente mais complexo, e também mais decisivo, no processo de transição demográfica, por envolver mudanças comportamentais e valorativas, bem como modalidades distintas de relacionamento sexual e processo de decisão frente à reprodução. Confrontados com a percepção da possibilidade de controlar a prole, ou, em outras palavras,

da dissociação entre relações sexuais e reprodução, grupos sociais distintos reagem com características, temporalidades e possibilidades distintas, bem como distintas também são as conseqüências advindas, para grupos sociais desiguais, de um tamanho menor de família.

Na tradição dos estudos de fecundidade predominantes nos anos 50 e 60, e freqüentemente instrumentalizados como legitimadores de ações voltadas ao controle do número de nascimentos de camadas pobres da sociedade, particularmente nos países não desenvolvidos, sua relação era proposta como intrinsecamente associada à mobilidade social intergeracional. A concomitância com a etapa desenvolvimentista das sociedades em questão, favorecia a associação entre diminuição do tamanho da família e diminuição da pobreza; a falência do modelo desenvolvimentista nacional auto-sustentado evidenciou o equívoco desse tipo de associação, ademais um tanto mecânica e simplista.

O declínio da fecundidade generalizando-se, nas últimas décadas, para praticamente todos os países chamados “em desenvolvimento”, num momento concomitante às crises econômicas, estagnação, realinhamentos e reajustes financeiros internacionais, reestruturação dos processos de trabalho e encolhimento de políticas públicas, provocou a necessidade de recolocação das causas e conseqüências da tendência à homogeneização de comportamentos que resultam num controle crescente de amplos segmentos sociais sobre sua reprodução.

No caso brasileiro, as rápidas mudanças de comportamento, exibidas por segmentos populacionais crescentes e socialmente diferenciados, estiveram associadas, entre outros aspectos, à ampla extensão do sistema de crédito ao consumidor, permitindo acesso mais rápido a um consumo antecipado; à existência de um sistema previdenciário, que implica na percepção de que não mais a família (os filhos) constituem os suportes econômicos na velhice; os meios de comunicação de massa (particularmente a televisão) difundindo novos modos de vida e valores; o sistema de saúde e a chamada medicalização de esferas da vida cotidiana; essas dimensões constituem confluências decisivas para a mudança comportamental, num contexto onde as questões estruturais respaldam uma inviabilização crescente da família numerosa (Faria, 1993). A etapa de crescimento do trabalho assalariado, com monetarização crescente da

vida familiar, também ampliando-se para grupos diversos, propiciaram a conformação de uma demanda, percebida como possível, de controle sobre a procriação.

O processo de declínio da fecundidade, no país, passa a generalizar-se a partir de meados da década de 60, coincidindo com a introdução da pílula anticoncepcional. A partir de então, com oscilações de curto prazo, a tendência prosseguiu, envolvendo sucessivamente grupos sociais carentes, distintas regiões brasileiras e setores rurais e urbanos do país.

A evolução da fecundidade da mulher brasileira é sintetizada nas Tabelas 2 e 3, onde o processo de declínio é expresso com seus diferenciais regionais e áreas urbano-rurais. Como mencionado anteriormente, o processo de declínio da fecundidade assume dimensões quantitativas distintas a partir de meados dos anos 60; foi na década de 80, contudo, que seus níveis apresentaram reduções mais acentuadas. Assim, enquanto nos anos 50, as mulheres brasileiras possuíam, em média, 6,3 filhos, em 1980, esse valor já havia diminuído para 4,3 filhos (Arruda et al., 1987), e, mais recentemente, estima-se que esteja próximo de 2,5 filhos por mulher (BEMFAM e MACRO, 1997).

A despeito da tendência geral à homogeneização, persistem ainda hoje, expressivos diferenciais regionais; as áreas mais desenvolvidas, situadas no sudeste e sul do país, registram taxas de fecundidade em média 25% menores que as respectivas taxas das regiões mais pobres, como é o caso do Nordeste, onde as mulheres apresentam uma fecundidade próxima aos 3,1 filhos. É de se ressaltar, também, que a diferença entre as áreas urbanas e rurais do país ainda é estimada em torno de 1,2 filhos por mulher, para o período 1993/96 (BEMFAM e MACRO, 1997)

Os especialistas têm apontado com insistência a especificidade do caso brasileiro no que se refere, por um lado, ao declínio da fecundidade ter se processado na ausência de políticas explícitas (oficiais) de planejamento familiar, e, por outro lado, mediante o uso excessivo e quase exclusivo de modalidades drásticas de controle, como o aborto provocado e o nível extremamente elevado de esterilizações, majoritariamente ligadas ao parto cesariano.

Tabela 2
Taxas de fecundidade total⁽¹⁾ – 1940/96 – Brasil

Grandes Regiões	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,85
Norte	7,17	7,97	8,56	8,25	6,45	4,15
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,70
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,35
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,52
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,66
Regiões	1996					
Brasil	2,5					
Norte	2,7					
Nordeste	3,1					
Centro-Leste	2,4					
Sul	2,3					
Centro-Oeste	2,3					
Rio de Janeiro	2,1					
São Paulo	2,2					

(1) Obtidas através da aplicação da técnica de Brass.

Fontes: Simões & Oliveira (1988); ABC/FNUAP (1996); BEMFAM e MACRO (1997).

Tabela 3
Taxas de fecundidade total⁽¹⁾ por situação domiciliar – 1970 e 1980 – Brasil

Grandes Regiões	1970		1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	4,54	7,72	3,63	6,40
Norte	6,62	9,59	5,24	8,04
Nordeste	6,44	8,45	4,94	7,65
Sudeste	3,83	7,14	3,17	5,46
Sul	4,06	6,86	3,20	4,55
Centro-Oeste	5,31	7,71	3,97	5,98

(1) Obtidas através da aplicação da técnica de Brass.

Fonte: Simões & Oliveira (1988).

Em levantamento recente (DHS 96), pôde-se constatar que do total observado de mulheres unidas usando algum método anticonceptivo moderno (76,7% das mulheres entrevistadas), a maior parte (40,1%) declarou-se esterilizada; esse percentual atinge seu valor mais alto na região Centro-Oeste (59,5%), seguida da região Norte (51,3%). Os demais métodos anticonceptivos, depois da pílula (20,7% para o total de entrevistadas unidas usando algum

método), são de menor incidência, sendo a incidência mais baixa a esterilização masculina (2,6%); mesmo assim, é de se observar uma incidência relativamente expressiva (6,1%) desse método em São Paulo, seguido do Centro-Oeste (3,9%), conforme Tabela 4.

Tabela 4

Distribuição relativa de mulheres unidas por tipo de método anticoncepcional Brasil e Grandes Regiões – 1996

Região	Método moderno					Método tradi- cional	Usando algum método	Não usando método
	Pílula	condon	Esteril. femin.	Esteril. Mascul.	Abstin. período			
Brasil	20,7	4,4	40,1	2,6	3,0	3,1	76,7	23,3
Rio de Janeiro	22,5	4,7	46,3	0,8	3,6	3,0	83,0	17,0
São Paulo	21,4	6,9	33,6	6,1	3,1	3,9	78,8	21,2
Sul	34,1	4,9	29,0	2,6	3,2	4,2	80,3	19,7
Centro-Leste	21,8	4,3	38,8	3,9	4,2	2,4	77,8	22,2
Nordeste	12,7	3,0	43,9	0,6	2,6	2,9	68,23	31,8
Norte	11,1	2,3	51,3	0,4	2,1	1,6	72,3	27,7
Centro-Oeste	16,1	2,3	59,5	1,5	1,9	1,3	84,5	15,5

Fonte: BENFAM e MACRO (1997).

Esses destaques fragmentados apenas sugerem a diversidade e precariedade do processo de declínio da fecundidade, somados aos abortos provocados, predominantemente realizados em situações de risco para a mulher, reforçam a constatação das condições insatisfatórias de atendimento, a demanda crescente por planificação familiar, que vêm acompanhando esse declínio.

Outra questão relacionada à fecundidade, que vem merecendo atenção, e sobretudo, preocupado os estudiosos no Brasil, refere-se ao aumento significativo da gravidez na adolescência. Segundo os dados da DHS 96, cerca de 18% das mulheres entre 15 e 19 anos de idade já haviam engravidado alguma vez, fato que tem implicado, para muitas adolescentes, uma interrupção precoce desse período de crescimento, com implicações na formação educacional e comprometimentos em outras esferas de seu desenvolvimento, no contexto atual das sociedades.

É de se observar – Tabela 5 –, que a questão da gravidez na adolescência é um fenômeno presente em todas as regiões, apesar dos

diferenciais que apontam a menor incidência (16,4%) para a região Sul, e a maior incidência (23,5%) para a região Norte.

Tabela 5

Distribuição relativa de adolescentes de 15-19 anos que são mães ou estão grávidas do primeiro filho – Brasil – 1996

Região	Já mães	Grávidas do primeiro filho	Total
Brasil	14,3	3,7	18,0
Norte	19,5	4,0	23,5
Nordeste	16,9	3,7	20,6
Centro-Oeste	13,0	4,0	17,0
Centro-Leste	9,0	3,7	12,7
São Paulo	13,9	3,7	17,6
Rio de Janeiro	13,7	4,1	17,8
Sul	13,3	3,1	16,4

Fonte: BEMFAM e MACRO (1997).

A interrupção precoce na adolescência em função de uma gravidez, freqüentemente não desejada, reveste-se de significados distintos, de acordo com o grupo social da jovem mãe; nas camadas altas e médias da população, a gravidez na adolescência decorre de efeitos de acentuadas mudanças no relacionamento sexual; para as camadas pobres, no entanto, o evento tende a reforçar a situação de desigualdade configurando uma reprodução intergeracional da pobreza.

Mudanças no processo de redistribuição populacional

Evolução da população regional

A década de 80 e a primeira metade dos anos 90 foram marcados pela diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira e pelas suas formas de redistribuição espacial. De maneira geral, observou-se uma queda na taxa de crescimento populacional em todas as regiões brasileiras, devido principalmente ao declínio da fecundidade que já vinha se manifestando, embora diferencialmente, para o conjunto do país, a partir de 1970.

A taxa de crescimento da população nacional passou de 2,48% a.a. no período 1970/80, para 1,93% a.a. entre 1980 e 1991, e 1,38% a.a. entre 1991 e 1996; assistindo-se a continuidade de taxas negativas para a população rural (-0,62% a.a. entre 1970 e 1980, -0,66% a.a. no período 1980/91, e -1,05% a.a. entre 1991 e 1996). Em contrapartida, a taxa de crescimento da população urbana do Brasil, apesar da desaceleração em seu ritmo nos anos 80, seguiu elevada: 4,44% a.a. em 1970/80, 2,97% a.a. em 1980/91 e 2,09% a.a. em 1991/96, chegando a população urbana a representar 78,4% da população brasileira em 1996 (Tabelas 6, 7 e 8).

Em nível regional, o Norte vem registrando desde os anos 70, as maiores taxas de crescimento populacional do país (4,86% a.a. na década de 70, 3,85% a.a. entre 1980 e 1991, e 2,44% a.a. em 1991/96), demonstrando a importância da fronteira agrícola, ainda nos anos 80, como canalizadora de importantes fluxos migratórios, tanto para as áreas rurais quanto urbanas, especialmente os estados de Rondônia e Pará. A taxa de crescimento da população rural da região Norte foi a única que se revelou positiva no Brasil, nos períodos considerados: 3,35% a.a. durante a década de 70, 2,04% a.a. em 1980/91, e 0,69% a.a. entre 1991 e 1996; sendo que a taxa de crescimento de sua população urbana também superou a das demais regiões, durante a década de 80, e início dos anos 90, 5,37 e 3,52% a.a., respectivamente, contribuindo para que 62,3% da população dessa região estivesse residindo em áreas urbanas em 1996. Essa região também ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do país: respondia por 4,43% da população nacional, em 1970, passando para 5,57% em 1980, 6,53% em 1991 e alcançando 7,19% em 1996 (Tabelas 6, 7 e 8).

Esse enorme crescimento populacional da região Norte esteve condicionado, sem dúvida, aos fluxos migratórios que para lá se dirigiram do final da década de 70 até 1986. Entretanto, como aponta Martine (1994),

“a partir de 1986, a atração migratória da fronteira agrícola foi arrefecida, ou praticamente cessou. Coincidiram para isso o fim do Polonoroeste e de outros subsídios à agricultura na Amazônia, as dificuldades inerentes ao desenvolvimento econômico da região e a ausência de soluções tecnológicas para a agricultura, as mudanças nas políticas de preço mínimo e de transportes feitas no intuito de fortalecer os mecanismos de ‘mercado’, o custo dos subsídios para a industrialização na Zona Franca de Manaus, o protesto nacional e internacional contra as políticas públicas que favoreciam o desmatamento

amazônico e outros fatores correlacionados (...) Na região amazônica, a ocupação de fronteira já não se processa de forma clássica (assiste-se a um maior incremento da população urbana); as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rural (...) a rápida expansão do garimpo, das atividades madeireiras, do comércio, do setor de serviços, e até do narcotráfico, serviram para multiplicar as condições de habitabilidade das localidades da região” (p. 13-14).

Nesse sentido, o autor conclui que, na verdade, a magnitude do crescimento demográfico verificado para a década de 80 reflete uma realidade já ultrapassada, e que, em termos prospectivos, dificilmente se mantenha a sustentabilidade desse crescimento demográfico na região.

As regiões Nordeste e Centro-Oeste, no período 1980/91, registraram taxas de crescimento da população (1,83 e 3,01% a.a., respectivamente) superiores às das regiões Sudeste (1,77% a.a.) e Sul (1,38% a.a.). Na primeira metade dos anos 90, essa tendência inverte-se no caso da região Nordeste (1,06% a.a.), contra 1,35% a.a. da região Sudeste; já a região Centro-Oeste, com 2,22% a.a., mantém-se superior (Tabela 8).

No caso da região Nordeste, é possível que o recente dinamismo ligado ao Pólo Petroquímico de Camaçari, às atividades turísticas, à produção de frutas para exportação (Bacelar, 1993) e, até mesmo, o surgimento de alguns centros industriais ampliaram e diversificaram a estrutura econômica nordestina contribuindo tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro – áreas onde a crise econômica dos anos 80 foi mais acentuada, com o crescente desemprego.

É importante destacar que os anos 80 e início da década de 90 marcaram o decréscimo em números absolutos da população rural nordestina (de 17,2 milhões em 1980, para 16,7 milhões em 1991 e 15,5 milhões em 1996), registrando taxas negativas de crescimento da população rural, que era de 0,52% a.a., nos anos 70, passando para -0,28% a.a. na década de 80 e -1,41% a.a. entre 1991 e 1996. Apesar de ainda concentrar quase a metade da população rural do Brasil, a região Nordeste experimentou significativas transformações econômicas, sociais e demográficas, ao longo da última década, refletindo-se em sua taxa de crescimento urbano (3,55% a.a. em 1980/91 e

2,52% a.a. em 1991/96), superiores à média nacional (2,97 e 2,09% a.a., respectivamente). Assim, o grau de urbanização do Nordeste, que era de 41,8%, em 1970, passou para 50,5% em 1980, 60,7% em 1991, e alcançando 65,2% em 1996 (Tabelas 6, 7 e 8).

Considerando a região Centro-Oeste, o elevado crescimento populacional observado no período 1980/91 está condicionado à sua situação de fronteira agrícola, a qual se caracteriza, segundo Martine (1994)

“por uma fronteira, ao mesmo tempo, recente e renovada. Ou seja, grande parte do Centro-Oeste foi ocupada durante as décadas de 50 e 60 por uma agricultura extensiva, apoiada pela criação de núcleos urbanos regionais de rápido crescimento, como Goiânia e Brasília. Porém, na década de 80, o Centro-Oeste ainda apresentava um grau de ocupação reduzido, mas foi palco de uma nova dinamização da agropecuária, particularmente através da consolidação do complexo grãos/carne” (p. 22).

Nesse contexto, o setor terciário e a atividade industrial da região estão fortemente atrelados ao dinamismo agropecuário com reflexos importantes na configuração urbana regional, chegando o Centro-Oeste a registrar 84,4% de sua população em localidades urbanas, em 1996. De fato, a taxa de crescimento da população urbana do Centro-Oeste apresentou-se bastante elevada nas duas últimas décadas, situando-se bem acima da média nacional; nos anos 70 essa taxa havia sido de 7,63% a.a.; no período 1980/91, 4,31% a.a. e em 1991/96, 2,96% a.a., inferiores apenas às taxas da região Norte, nos dois últimos períodos. A participação relativa da população do Centro-Oeste no total da população do Brasil também aumentou nas últimas décadas, passando de 4,9% em 1970, para 6,4% em 1991 e 6,7% em 1996 (Tabelas 6, 7 e 8).

Segundo Martine (1994) pode-se constatar na região Centro-Oeste dois padrões diferenciados de crescimento econômico-demográfico, onde, por um lado, o estado do Mato Grosso vem se destacando pela expansão do cultivo da soja e seus efeitos multiplicadores nas áreas urbanas e, por outro lado, por estados que já não denotam o dinamismo de áreas de fronteira (Goiás e Mato Grosso do Sul) ou de “nova capital”, como Brasília.

Tabela 6
Evolução e crescimento absoluto da população por Grandes Regiões
Brasil – 1970 a 1996

Grandes Regiões	População total					Crescimento populacional absoluto					Distribuição relativa (%)				
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Norte	4.212.966	6.623.397	10.030.556	11.290.093	2.410.431	3.407.159	1.259.537	4,43	5,57	6,83	7,19	4,43	5,57	6,83	7,19
Nordeste	28.111.927	34.812.356	42.497.540	44.768.201	6.700.429	7.685.184	2.270.661	30,18	29,25	28,94	28,50	30,18	29,25	28,94	28,50
Sudeste	39.853.498	51.734.125	62.740.401	67.003.069	11.880.627	11.006.276	4.262.668	42,79	43,47	42,73	42,65	42,79	43,47	42,73	42,65
Sul	16.496.493	19.031.162	22.129.377	23.516.730	2.534.669	3.098.215	1.387.353	17,71	15,99	15,08	14,97	17,71	15,99	15,08	14,97
Centro-Oeste	4.555.153	6.801.666	9.427.601	10.501.480	2.246.513	2.625.935	1.073.879	4,89	5,72	6,42	6,69	4,89	5,72	6,42	6,69
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	157.079.573	25.863.669	27.822.769	10.254.098	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970 a 1991); Contagem Populacional (1996).

Tabela 7
População urbana, rural e grau de urbanização por Grandes Regiões
Brasil – 1970 a 1996

Grandes Regiões	Grau de urbanização					População urbana					População rural					
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Norte	41,65	50,31	59,05	62,35	1.754.553	3.332.429	5.922.574	7.039.327	2.367.413	3.290.968	4.107.982	4.250.766	2.367.413	3.290.968	4.107.982	4.250.766
Nordeste	41,81	50,46	60,65	65,21	11.752.916	17.566.842	25.776.279	21.192.696	16.359.011	17.245.514	16.721.261	15.575.505	16.359.011	17.245.514	16.721.261	15.575.505
Sudeste	72,68	82,81	88,02	89,29	28.965.601	42.840.081	55.225.983	59.825.958	10.887.897	8.894.044	7.514.418	7.177.111	10.887.897	8.894.044	7.514.418	7.177.111
Sul	44,28	62,41	74,12	77,21	7.304.586	11.877.739	16.403.032	18.158.350	9.191.907	7.153.423	5.726.345	5.358.380	9.191.907	7.153.423	5.726.345	5.358.380
Centro-Oeste	50,70	70,85	81,28	84,42	2.309.436	4.819.318	7.663.122	8.865.836	2.245.717	1.982.348	1.764.479	1.635.644	2.245.717	1.982.348	1.764.479	1.635.644
Brasil	55,92	67,59	75,59	78,36	52.087.092	80.436.409	110.990.990	123.082.167	41.051.945	38.566.297	35.834.485	33.997.406	41.051.945	38.566.297	35.834.485	33.997.406

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970 a 1991); Contagem Populacional (1996).

Tabela 8

Taxas anuais de crescimento populacional por Grandes Regiões
Brasil – 1970 a 1996

Grandes Regiões	Taxas de crescimento (%a.a)								
	População total			População urbana			População rural		
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Norte	4,86	3,85	2,44	6,63	5,37	3,52	3,35	2,04	0,69
Nordeste	2,16	1,83	1,06	4,1	3,55	2,52	0,52	-0,28	-1,41
Sudeste	2,64	1,77	1,35	3,99	2,34	1,61	-2	-1,52	-0,91
Sul	1,44	1,38	1,24	4,98	2,98	2,05	-2,48	-2,00	-1,32
Centro-Oeste	4,09	3,01	2,22	7,63	4,31	2,96	-1,24	-1,05	-1,50
Brasil	2,48	1,93	1,38	4,44	2,97	2,09	-0,62	-0,66	-1,05

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970 a 1991); Contagem Populacional (1996).

Dentre as mais baixas taxas de crescimento populacional registradas para as Grandes Regiões, chama atenção a taxa de crescimento apresentada pela região Sudeste que, comportando três importantes áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) apresentou taxa inferior à média nacional: 1,77% a.a. em 1980/91, e 1,35% a.a. em 1991/96. De fato, a Região Metropolitana de São Paulo, especialmente, experimentou um crescimento populacional bastante baixo nos anos 80 (1,86% a.a.), refletindo o declínio da fecundidade e, de forma bem mais acentuada, os novos processos migratórios de e para a região, inclusive com elevado volume de migrantes de retorno.

A população urbana do Sudeste, por sua vez, manteve elevados níveis de crescimento, apesar do decréscimo de suas taxas, registrado no período observado (3,99% a.a. na década de 70, 2,34% a.a. no período 1980/91 e 1,61% a.a. entre 1991 e 1996); enquanto sua população rural continuou registrando queda absoluta, de 8,8 milhões em 1980, para 7,5 milhões em 1991, e 7,1 milhões em 1996, demonstrando que o crescimento da região se estabeleceu em localidades urbanas: 89,3% da população do Sudeste estava concentrada em áreas urbanas, em 1996. Apesar de ter registrado taxa de crescimento inferior a algumas das regiões brasileiras, o Sudeste ainda concentrava, em 1996, 42,6% da população nacional (Tabelas 6, 7 e 8).

A região Sul apresentou, durante as décadas de 70 e 80, as menores taxas de crescimento populacional do país (1,44% a.a. nos anos 70 e

1,38% a.a. no período 1980/91), refletindo, em grande medida, sua taxa negativa de crescimento da população rural (-2,48 e -2% a.a., respectivamente), devido ao grande êxodo rural do Paraná, que se iniciou nos anos 70, estendendo-se aos anos 80. No início dos anos 90, essa região registrou uma taxa de 1,24% a.a., sendo de -1,32% a.a. o decréscimo rural, menos acentuado que nos períodos anteriores. O crescimento das áreas urbanas do Sul (com taxas de 2,98% a.a. em 1980/91 e 2,05% em 1991/96, e um grau de urbanização de 77,2% em 1996) garantiu o incremento populacional da região, manifestando os efeitos do desempenho apresentado pela indústria sulista na última década, em especial a catarinense e, mesmo, paranaense (Bandeira, 1994) (Tabelas 6, 7 e 8).

Assim, o Brasil registrou, nos anos 80 e primeira metade dos anos 90, ritmos diferenciados de crescimento de suas populações regionais, onde o crescimento das áreas urbanas teve papel fundamental no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população no contexto nacional. Torna-se importante, assim, considerar a dinâmica das cidades nos contextos regionais, a partir do seu tamanho populacional.

Considerando os municípios com menos de dez mil habitantes no Brasil, em 1991, observa-se na Tabela 9, que estes representavam 40% do total nacional, concentrando apenas 7% da população do país. Essas pequenas localidades, juntamente com as de dez a 20 mil habitantes, corresponderam a mais de três mil municípios no Brasil, estando concentrados, basicamente, nas regiões Nordeste e Centro-Leste (Sudeste, exceto o estado de São Paulo), aqueles com menos de dez mil habitantes; e nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, aqueles entre dez e 20 mil habitantes.

Em contrapartida, as localidades com mais de um milhão de habitantes correspondiam a apenas 12 municípios, concentrando mais de 30 milhões de habitantes, em Belém, Manaus, Salvador, Fortaleza, Recife, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Essa enorme concentração populacional ocorrida em cidades cada vez maiores, ao longo das últimas décadas, no Brasil, delineou a configuração de um processo de urbanização pensado em moldes bastante concentradores. No entanto, os anos 80 trouxeram um novo panorama ao processo de urbanização e

de redistribuição espacial da população, com a diminuição no ritmo de crescimento populacional das grandes aglomerações urbanas.

De fato, as cidades médias, intermediárias e de pequeno porte registraram recuperação demográfica em algumas áreas denotando as novas configurações urbano-regionais. Mesmo nas regiões Norte e Nordeste, observa-se que as microrregiões compostas por capitais registraram taxas de crescimento inferiores às outras áreas. A microrregião de Rio Branco, por exemplo, registrou uma taxa de crescimento urbano de 6% a.a., no período 1980/91, enquanto que a de Brasília chegou a 7,4% a.a. Outro exemplo refere-se ao estado da Bahia, onde a taxa de crescimento urbano da Região Metropolitana de Salvador foi de 3,3% a.a., e da microrregião de Jeremoabo, de 8% a.a.

Tabela 9

Número de municípios segundo faixas de tamanho da população residente em 1991 (em mil hab.), Brasil – 1991

Habitantes (em mil)	Regiões					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
< 10	161	746	284	168	438	1.797
10 a 20	322	466	194	89	225	1.296
20 a 30	138	209	66	36	79	528
30 a 40	58	105	29	12	53	257
40 a 50	26	58	23	12	28	147
50 a 60	21	39	10	10	16	96
60 a 70	14	25	10	5	19	73
70 a 100	14	45	14	14	25	112
100 a 150	5	22	9	7	19	62
150 a 200	7	6	9	4	12	38
200 a 300	2	13	4	6	15	40
300 a 400	0	4	2	0	3	9
400 a 500	1	4	2	0	4	11
500 a 1000	1	3	4	0	5	13
> 1000	2	3	4	2	1	12
Total	772	1.748	664	365	942	4.491

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991).

Assim, a dinâmica das cidades insere-se em contextos onde a grande cidade ou a cidade-pólo passa a dividir com municípios de menor porte tanto a dinâmica econômica quanto populacional.

Movimentos migratórios interestaduais – anos 80 e 90

Se a análise dos níveis e tendências da fecundidade e da mortalidade tem avançado consideravelmente, permitindo um diagnóstico crescentemente acurado e a configuração de novas questões demográficas, de mais difícil equacionamento são as diversificadas questões ligadas às tendências recentes dos movimentos migratórios, envolvendo diversas modalidades de deslocamentos, distintos grupos sociais e com distintas implicações para as áreas de origem e destino. A dinâmica econômica brasileira das últimas décadas coloca o parâmetro básico a partir do qual delineiam-se as condições de vida, a estrutura de empregos, o alcance e o efeito de políticas sociais, as estratégias individuais e familiares, entre outras dimensões. Os efeitos da crise e recessão dos anos 80, as implicações da reestruturação produtiva, o enxugamento do aparato estatal, o processo de desconcentração das atividades econômicas constituem o pano de fundo a partir do qual se pode entender os processos demográficos, particularmente o processo de redistribuição da população.

De um modo geral, tipos recorrentes de movimentos migratórios interestaduais, tais como aqueles em direção às frentes de expansão agrícola ou rumo às grandes áreas urbanas e metropolitanas, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro, perderam importância relativa e, em alguns casos numérica, para os movimentos populacionais intra-estaduais, intra-regionais e intrametropolitanos. Pode-se observar ainda, a partir dos anos 80, indícios de menor estabilidade nos fluxos migratórios,⁵ sugerindo uma certa circularidade de movimentos, perdendo força os deslocamentos duráveis de uma determinada área de origem a uma determinada área de destino.

O panorama geral dos deslocamentos populacionais no Brasil, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, indicou três importantes vertentes: o progressivo esvaziamento do campo e o conseqüente crescimento urbano; as migrações com destino às fronteiras agrícolas; e o contínuo e intenso fenômeno da metropolização.

5. Uma discussão a esse respeito pode ser encontrada em Cunha (1998).

Algumas dessas tendências já haviam se arrefecido durante o período 1970/80, particularmente os deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas – onde o esgotamento dessas áreas já se evidenciava nos anos 60 nas fronteiras do Paraná, e no Centro-Oeste e Amazônia na primeira metade dos anos 80 (Martine, 1987) – e os grandes movimentos migratórios do campo para as cidades, independente do seu porte, que predominaram desde 1930; iniciava-se a intensificação dos deslocamentos populacionais urbano-urbano.

Os processos de urbanização e redistribuição espacial da população brasileira foram marcados por enormes volumes migratórios, com o aumento, até os anos 70, do número de estados expulsos de população e a diminuição dos receptores, resultando em um incremento populacional crescente para o estado de São Paulo.

Os resultados censitários de 1991, no entanto, revelaram novas formas de redistribuição espacial da população e o novo caráter da migração interna no Brasil, onde as mudanças iniciaram-se, justamente, com enormes transformações no ritmo de crescimento das áreas metropolitanas, em especial na de São Paulo.

A taxa de crescimento da população metropolitana nacional passou de 3,79% a.a. na década de 70, para 1,98% a.a. nos anos 80 e 1,53 % a.a. no início dos anos 90. No período 1970/80, o acréscimo populacional das áreas metropolitanas respondeu por 41,3% do incremento absoluto do país; no período 1980/91, a participação do crescimento absoluto das áreas passou a ser de 28,8% do incremento total.

Embora o censo de 1991 ainda tenha registrado quase 44 milhões de brasileiros vivendo em áreas metropolitanas, a proporção de população residente nessas áreas manteve-se estável nas duas décadas, representando 29% da população brasileira, evidenciando um processo de desconcentração populacional no Brasil. Em 1996, as regiões metropolitanas brasileiras reuniam aproximadamente 47 milhões de pessoas, correspondendo a 30,1% da população total do país.

Nesse contexto, seguindo a tendência da população brasileira, os anos 80 também foram marcados por um menor ritmo de crescimento das áreas metropolitanas, diminuição nas taxas de crescimento populacional das capitais regionais (à exceção de Roraima) e das grandes aglomerações urbanas, cujo papel de atração populacional e de atividades econômicas havia se evidenciado

nos anos 70. As mudanças ocorridas, no decorrer dos anos 80, no processo de redistribuição espacial da população e de urbanização se consolidaram nos anos 90, com o progressivo decréscimo no ritmo de crescimento populacional dos grandes centros urbanos; a contagem populacional de 1996 indicou taxas de crescimento populacional, para as regiões metropolitanas, comparativamente menores que as do período 1980/91, excetuando-se a Região Metropolitana de Curitiba.

Há que se considerar, no entanto, que essa evolução da população metropolitana reflete, em grande medida, o desempenho das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro que juntas concentravam, em 1996, mais de 56% da população metropolitana brasileira.

É evidente que a redução do crescimento metropolitano, mais que refletir a queda da fecundidade que, aliás, afetou a população brasileira como um todo, certamente refletiu a mudança de comportamento da migração, sobretudo a interestadual.

De fato, a análise da Tabela 10, que apresenta o total de imigrantes, de emigrantes e as trocas migratórias – imigração menos emigração – para as unidades da Federação, evidencia a inserção de novos estados nas rotas da migração interna do país, inclusive com aumento no número de estados receptores de população.

Entre 1981 e 1991, cerca de 26 milhões de brasileiros mudaram, pelo menos uma vez, de município de residência. Considerando o total de migrantes⁶ provenientes de deslocamentos populacionais entre os estados brasileiros, este chegou a um volume de 10.614.218 pessoas (Tabela 10), dos quais 2,6 milhões eram migrantes de retorno aos seus estados de nascimento.

No caso dos estados da região Norte, somente o Acre não obteve troca migratória positiva, destacando-se Rondônia e Pará, como centros receptores da migração nessa região, com um volume de imigrantes bem maior que o de emigrantes. Do total dos migrantes interestaduais da região Norte – cerca de 1,3 milhão de pessoas – 22% tinham feito seu último deslocamento a partir de um estado da própria região, destacando-se a importância desses deslocamentos

6. Para poder captar o fenômeno migratório em sua totalidade, utiliza-se uma definição mais abrangente de migrante, considerando a pessoa que reside há menos de dez anos na Unidade de Federação de residência atual, incluindo, portanto, tanto as pessoas não-naturais da UF de destino quanto aquela que nasceu na UF de residência atual, mas mudou de UF e retornou nos últimos dez anos.

internos para os estados do Acre, Amazonas e Amapá, sendo que o restante (mais de um milhão de pessoas) tinham como local de procedência estados localizados em outras regiões brasileiras, particularmente para os estados de Tocantins, Roraima e Rondônia. Apesar dos migrantes serem mais numerosos no Pará, a participação da migração no total populacional apresentou-se mais significativa (30 e 37%, respectivamente) nos estados de Roraima e Rondônia. Ressalte-se que, mesmo tendo havido um aumento no volume de migrantes na região Norte, da década de 70 para a de 80, a participação desses no total populacional praticamente não se alterou entre as duas décadas, tendo se situado em torno de 14%. Os estados da região Nordeste figuraram como principal origem dos fluxos em direção ao Norte, representando 48% da migração interestadual da área; no caso de Rondônia ainda predominaram, nos anos 80, os fluxos migratórios oriundos do Sul e Sudeste como prosseguimento de tendência da década anterior, muito embora, tenha havido um arrefecimento da importância relativa da migração dessas regiões para o estado, indicando o esgotamento da enorme evasão rural do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul para a região Centro-Oeste, com prolongamento até Rondônia (Moura & Moreira, 1996).

Para a região Nordeste, as trocas migratórias de seus respectivos estados indicam uma certa recuperação migratória para o estado de Sergipe, que chegou a apresentar uma troca líquida positiva de 28 mil migrantes, enquanto os demais estados, ainda que em volumes menores, em relação às décadas anteriores, continuaram a se caracterizar por uma forte emigração. Apesar disso, a região Nordeste recebeu expressivo volume migratório de retorno, destacando-se os estados compostos por áreas metropolitanas (Ceará, Pernambuco e Bahia), nos quais mais da metade de seus migrantes estavam retornando aos seus estados de nascimento.

Para os estados do Sudeste, é interessante notar que a saída de pessoas do Rio de Janeiro superou o volume de entradas, colocando-o entre as áreas de “perda” de população no contexto nacional. O Rio de Janeiro, pela primeira vez ao longo dos últimos 40 anos, apresentou, na década de 80, saldo migratório negativo, sendo que 30,4% dos emigrantes deste estado se dirigiu à região Nordeste.

Minas Gerais, caracterizada há várias décadas como área de emigração, passou a ser o segundo destino migratório no país, mesmo ainda apresentando

saldos negativos em suas trocas migratórias. A procedência dos imigrantes de Minas era majoritariamente paulista (40% de seus imigrantes), sendo significativo o volume de retorno. De fato, a migração de retorno para este estado foi bastante expressiva, na última década, correspondendo a 47,6% do total dos migrantes que para lá se dirigiram.

Tabela 10
Brasil: Movimentos migratórios interestaduais – 1981/91

Unidades da Federação	Imigrantes	Distribuição relativa	Emigrantes	Distribuição relativa	Trocas
Rondônia	411.803	3,88	157.958	1,49	253.845
Acre	29.247	0,28	30.550	0,29	-1.303
Amazonas	113.396	1,07	96.785	0,91	16.611
Roraima	62.581	0,59	13.522	0,13	49.059
Pará	508.408	4,79	340.291	3,21	168.117
Amapá	43.153	0,41	14.005	0,13	29.148
Tocantins	159.016	1,50	144.703	1,36	14.313
Maranhão	236.893	2,23	498.084	4,69	-261.191
Piauí	161.234	1,52	287.565	2,71	-126.331
Ceará	292.912	2,76	519.711	4,90	-226.799
Rio Grande do Norte	159.249	1,50	165.444	1,56	-6.195
Paraíba	208.519	1,96	356.295	3,36	-147.776
Pernambuco	370.584	3,49	657.833	6,20	-287.249
Alagoas	133.852	1,26	212.366	2,00	-78.514
Sergipe	122.043	1,15	94.041	0,89	28.002
Bahia	455.167	4,29	876.902	8,26	-421.735
Minas Gerais	797.882	7,52	1.016.118	9,57	-218.236
Espírito Santo	269.064	2,53	197.132	1,86	71.932
Rio de Janeiro	576.400	5,43	623.738	5,88	-47.338
São Paulo	2.679.160	25,24	1.494.935	14,08	1.184.225
Paraná	588.088	5,54	1.081.534	10,19	-493.446
Santa Catarina	329.915	3,11	271.445	2,56	58.470
Rio Grande do Sul	233.958	2,20	296.123	2,79	-62.165
Mato Grosso do Sul	262.614	2,47	237.424	2,24	25.190
Mato Grosso	541.747	5,10	244.439	2,30	297.308
Goiás	518.145	4,88	345.174	3,25	172.971
Distrito Federal	349.188	3,29	340.101	3,20	9.087
Total	10.614.218	100,00	10.614.218	100,00	

(*) Pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidades da Federação atual. Exclui, sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado.

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, UNICAMP (1996).

O estado do Espírito Santo obteve saldo positivo em suas trocas líquidas, invertendo sua condição de estado expulsor de população em âmbito nacional. Os fluxos migratórios mais importantes para o estado tiveram origem em Minas Gerais e Rio de Janeiro, demonstrando a importância dos estados vizinhos nos processos migratórios capixabas (Carvalho e Rigotti, 1996).

Assim, considerando a trajetória histórica dos estados do Sudeste, as migrações da última década indicaram a contínua diminuição do ritmo de expulsão em Minas Gerais, a reversão do comportamento migratório do Espírito Santo, e no Rio de Janeiro assistiu-se a um processo de desaceleração migratória. No caso de São Paulo, mesmo com o enorme volume de emigrantes, este registrou troca migratória positiva de mais de um milhão de pessoas, indicando, por um lado, seu importante papel na redistribuição espacial da população no Brasil e, por outro lado, tendência a um duplo movimento, tanto de recepção quanto de expulsão de migrantes, se comparado à décadas anteriores.

Quanto à região Sul, os anos 80 ainda testemunharam a continuidade do processo de evasão populacional, embora em menores volumes. Pela segunda década consecutiva, esta região, em particular o estado do Paraná, apresentou a menor taxa de incremento demográfico, reafirmando seu caráter expulsor de população. Apesar da capacidade demonstrada pelos centros urbanos da região em reter parcelas significativas do êxodo rural, e das perdas sofridas pelas pequenas cidades, permaneceu a tendência a saldos migratórios negativos, sendo o caso do estado do Paraná o mais expressivo, com um saldo negativo em suas correntes migratórias de quase 500 mil pessoas (Magalhães et alli, 1996). O estado do Rio Grande do Sul vem se configurando como uma área de recuperação demográfica, com aumento em seu volume de imigrantes, embora ainda registre significativa emigração. O destaque da região Sul coube à Santa Catarina, que chegou a receber um fluxo imigratório de 329.915 pessoas, respondendo por 3,11% da imigração nacional, e apresentando um volume de emigrantes que não superou sua imigração (271.445 pessoas); parcela importante dessa imigração teve origem nos próprios estados sulinos.

Os estados da região Centro-Oeste, em seu conjunto, caracterizaram-se por absorver significativa parcela da migração nacional, apresentando em suas trocas migratórias saldos positivos, especialmente Mato Grosso e Goiás. De

fato, essas áreas vêm se constituindo em importantes eixos de desconcentração espacial da população no país, juntamente com os estados de Rondônia e Pará. Enquanto os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram significativa imigração proveniente das regiões Sudeste e Sul, o Distrito Federal registrou uma maior participação de migrantes nordestinos, sendo que para Goiás predominaram os fluxos provenientes da própria região Centro-Oeste, em especial do Distrito Federal; nesse último caso o fenômeno reflete o processo de metropolização que experimenta a região goiana conhecida como “entorno de Brasília”. Os fluxos de retorno para a região foram pouco significativos, em termos quantitativos, destacando-se aqueles com origem na região Norte em direção ao Mato Grosso do Sul e para Goiás.

O panorama das migrações internas no Brasil, nos anos 80, indicam que, para determinadas áreas, a migração oriunda de estados vizinhos respondeu, em grande parte, pela dinâmica do fenômeno; ao passo que as migrações de longa distância ainda permanecem mais concentradas no eixo Sudeste-Nordeste. Os maiores fluxos migratórios no país foram estabelecidos com o estado de São Paulo; a entrada de mineiros neste estado chegou a 475.268 pessoas, superando a de baianos (437.132) e de paranaenses (446.281). Ao mesmo tempo, o estado de São Paulo manteve com esses mesmos estados um enorme volume de emigrantes, em sua grande maioria, de retorno, como já destacado.

A primeira metade dos anos 90 reafirmam as tendências migratórias apresentadas nos anos 80, onde cerca de cinco milhões de brasileiros realizaram deslocamentos populacionais interestaduais; considerado em termos anuais esse volume, referente aos cinco primeiros anos da década, aproxima-se bastante à média do volume migratório nacional observado para a década passada. Nos movimentos migratórios dessa primeira metade dos 90 assistiu-se a continuidade da predominância de São Paulo, tanto como área de recepção migratória, quanto de evasão de migrantes dentre as UFs (Tabela 11).

Os resultados da PNAD 95, para o período 1990/95, indicam um pequeno decréscimo da concentração dos imigrantes em São Paulo, que respondeu por 25% dos imigrantes do país no período 1981/91, baixando para 23%, no primeiro quinquênio desta década, mantendo, ao mesmo tempo, a primazia emigratória; os emigrantes de São Paulo corresponderam a 14% do total nacional, como nos anos 80.

Tabela 11
Movimento migratório interestadual – Brasil – 1990/95

Ufs	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Participação relativa da migração de retorno na	
					Imigração	Emigração
Rondônia	71.094	1,41	81.290	1,61	2,66	23,92
Acre	19.084	0,38	11.503	0,23	10,17	10,53
Amazonas	66.645	1,32	53.941	1,07	5,70	17,34
Roraima	20.285	0,40	7.339	0,15	0,00	43,90
Pará	124.016	2,46	239.567	4,75	9,15	19,40
Amapá	22.878	0,45	9.983	0,20	1,45	43,08
Tocantins	138.430	2,75	64.356	1,28	9,96	34,80
Maranhão	124.469	2,47	211.605	4,20	32,47	8,59
Piauí	74.500	1,48	130.470	2,59	25,87	9,13
Ceará	151.006	3,00	182.552	3,62	41,43	3,96
Rio Grande Norte	87.168	1,73	54.939	1,09	28,33	13,05
Paraíba	113.926	2,26	138.337	2,74	40,87	4,80
Pernambuco	154.385	3,06	302.316	6,00	36,52	8,46
Alagoas	55.122	1,09	98.714	1,96	29,16	8,44
Sergipe	51.655	1,02	49.595	0,98	23,17	11,93
Bahia	189.167	3,75	431.006	8,55	29,13	10,56
Minas Gerais	412.474	8,18	444.858	8,83	33,77	16,23
Espírito Santo	169.728	3,37	96.301	1,91	21,90	27,19
Rio de Janeiro	199.580	3,96	311.951	6,20	5,89	27,09
São Paulo	1.174.196	23,30	716.369	14,21	11,46	36,04
Paraná	392.153	7,78	434.900	8,63	37,50	15,01
Santa Catarina	231.543	4,59	145.363	2,88	12,35	28,91
Rio Grande Sul	143.426	2,85	125.829	2,50	44,17	9,30
Mato Grosso Sul	138.517	2,75	118.548	2,35	9,30	36,81
Mato Grosso	210.366	4,17	121.577	2,41	3,78	30,60
Goiás	289.152	5,74	177.488	3,52	18,35	17,50
Distrito Federal	214.956	4,27	173.358	3,45	0,00	22,40
Sem especificação	105.866	2,10	45,74
Brasil	5.039.921	100,0	5.039.921	100,0	19,88	19,88

Fonte: Fundação IBGE. PNAD (1995).

Destaca-se que, nos anos 90, o estado de Rondônia registrou um decréscimo em sua participação relativa da imigração do Brasil (de 4% em 1981/91 para 1,4% em 1990/95), bem como o estado do Mato Grosso (de cinco para 4%, respectivamente) e Pará (de cinco para 2,5%, nos períodos mencionados), indicando realmente o esgotamento dessas áreas de fronteira na absorção da população migrante do país. Já os estados de Minas Gerais, Paraná,

Santa Catarina e Goiás passaram a responder por maiores participações da imigração do país, nos anos 90.

Os estados do Nordeste seguiram registrando importantes participações na emigração nacional, respondendo por 31,7% deste movimento. Minas Gerais e Paraná passaram, nos anos 90, a fornecer menores volumes de emigrantes, tendendo a consolidar seu movimento migratório de retorno, uma vez que, para esses estados, mais de 30% de suas imigrações correspondiam a movimentos de retorno. Aliás, os primeiros anos da década atual reforçaram os movimentos de retorno; 36% da emigração com origem em São Paulo era constituída por migrantes de retorno.

Desse modo, os movimentos migratórios interestaduais no país, nos anos 80 e início dos 90, evidenciaram alterações importantes, que merecem estudo aprofundado por tratar-se de mudanças expressivas na dinâmica econômica da sociedade. Assim, embora muitos dos fluxos do passado ainda se mantenham em níveis significativos, outros fluxos se somam a estes; características marcantes dos anos 80 e 90 foram a forte emigração de retorno, com origem em São Paulo para os estados do Nordeste, bem como a importância de movimentos migratórios mais circunscritos às suas dinâmicas regionais, como são os casos de Santa Catarina, Espírito Santo, Roraima e Goiás, contribuindo para o aumento do número de estados receptores de população no país.

Os dados da Contagem Populacional de 1996 reafirmam as tendências migratórias apresentadas pelo Censo Demográfico de 1991 e PNAD 1995. Na verdade, os dados sobre migração disponíveis nesse levantamento (UF de residência cinco anos antes) não são comparáveis àquelas utilizadas até o momento nessa análise (UF de residência anterior) e, por esse motivo, devem ser observados com cautela quando vistos de maneira evolutiva.⁷ No entanto,

7. De fato, na medida em que os quesitos identificam de maneira distinta os migrantes, os volumes observados, ainda que fossem referidos a um mesmo período de migração não seriam comparáveis. Assim, mesmo considerando o migrante identificado pela residência anterior com menos de cinco anos de residência, essa informação não seria a mesma que o volume de pessoas que cinco anos antes residiam fora dessa UF, já que entre aquele momento e a realização do levantamento o indivíduo pode ter saído e retornado e, portanto, ser contado a partir da primeira definição e desconsiderado pela segunda. De qualquer forma, os dados analisados para esse estudo dão conta que as diferenças nesse sentido não parecem ser muito significativas. No entanto, discrepâncias mais importantes podem ser encontradas com relação aos fluxos migratórios registrados por ambas definições, uma vez que as áreas de origem dos movimentos podem ser alteradas se se observa a UF anterior ou aquela de residência cinco anos atrás, sobretudo, ao considerar a incidência de movimentos múltiplos por parte dos indivíduos.

sendo o dado mais recente sobre migração para o Brasil não se poderia deixar de considerá-los, razão pela qual foi usado juntamente com o seu correspondente no Censo de 1991.

Assim, a Tabela 12 e os Gráficos 1, 2 e 3 mostram para as Grandes Regiões e UF, respectivamente, que os comportamentos até aqui destacados são amplamente corroborados: a diminuição continuada da migração líquida na região Norte e Centro-Oeste, a redução da atração no Sudeste e da expulsão do Sul e, finalmente, a manutenção de significativos saldos migratórios negativos no Nordeste. É interessante observar que os estados de Minas Gerais e Paraná, principalmente esse último, experimentaram significativas quedas em seus volumes de emigração, sendo que isso não aconteceu com a imigração, que pouco variou. O mesmo pode ser dito com relação aos estados do Norte, que, em sua maioria, diminuíram sua emigração, particularmente o estado de Rondônia. Nesse caso são exceções Tocantins, que após o desmembramento de Goiás sofreu um forte impulso de crescimento demográfico e migratório e Amapá, que em função da expansão do garimpo tornou-se área de atração de muitos migrantes.

Para o Nordeste, o mais interessante a notar é que o volume de emigração para grande parte de seus estados permaneceu em níveis elevados, mesmo nos anos 90, não obstante sua perda populacional negativa tenha diminuído ainda mais no período 1991/96; tal comportamento, no entanto, não reflete a heterogeneidade regional. Assim, se por um lado estados como Pernambuco, Ceará e Paraíba reduziram, de forma significativa seus saldos migratórios fruto de uma redução mais intensa da emigração, alguns estados como Bahia, Alagoas, Maranhão e Piauí, o saldo migratório negativo aumentou nos últimos anos, mostrando que talvez não se possa pensar em uma completa reversão das tendências migratórias observadas no passado. Além disso, nesses quatro casos, sabe-se, por exemplo, que os emigrantes dos dois primeiros estados tendem a rumar em sua maioria para o sudeste, em especial para São Paulo e, nos dois últimos, para as áreas do Centro-Oeste, o que reflete o poder atrativo que essas duas áreas ainda exercem sobre aquelas populações.

Tabela 12
Saldos migratórios ⁽¹⁾ para Grandes Regiões do Brasil, 1960/96

Grandes Regiões	1960/70	1970/80	1986/91(*)	1991/96 ⁽¹⁾
Norte	-51.063 (-5.106)	585.397 (58.539)	131.218 (26.244)	60.844 (12.169)
Nordeste	-1.754.761 (-175.476)	-2.402.244 (-240.224)	-876.534 (-175.307)	-852.732 (-170.546)
Centro-Oeste	746.611 (74.661)	638.281 (63.828)	640.138 (128.028)	224.508 (44.902)
Sudeste	815.884 (81.558)	2.262.364 (226.236)	-185.391 (-37.078)	597.890 (119.578)
Sul	371.175 (37.117)	-1.613.377 (-161.337)	290.569 (58.114)	-30.510 (-6.102)

(1) estimados a partir da informação sobre residência cinco anos antes do levantamento censitário. Para 1986/91 foi considerada a migração de menores de cinco anos de idade tendo como base o dado sobre residência anterior. Para 1991/96 o dado corresponde apenas às pessoas com cinco anos ou mais.

Obs.: Os números entre parênteses significam os saldos anuais dos respectivos períodos.

Fonte: 1960/80: Carvalho & Fernandes, s.d. (Mimeo.) e 1986/96: FIBGE. Censo Demográfico (1991), Contagem Populacional (1996).

Quanto a São Paulo, os dados apresentados avaliados conjuntamente com aqueles relativos aos fluxos migratórios, permitem concluir que grande parte da redução de seu saldo migratório deveu-se ao efeito combinado da diminuição da imigração proveniente de outros estados e ao aumento da emigração devido, em grande medida, ao crescimento dos fluxos migratórios de retorno para áreas tradicionais de emigração. No caso da imigração de nordestinos, como já se mencionou, chama a atenção, ainda nesta década, fluxos bastante numerosos, mostrando que, neste caso, provavelmente se esteja diante de uma nova realidade do processo migratório São Paulo/Nordeste.

Assim, pelo menos nesse caso específico, poder-se-ia trabalhar com a hipótese de que as crises sucessivas pelas quais passou o país e o estado de São Paulo e as profundas mudanças estruturais na economia teriam implicado numa importante redução da probabilidade de absorção do migrante, ou, o que talvez seja o mais provável, na diminuição do grau de estabilidade do mesmo no lugar de destino, o que resultaria, ao contrário dos anos 60 e 70, na necessidade de um número cada vez maior de movimentos de ir e vir.

Em resumo, pode-se dizer que, em termos de grandes fluxos interestaduais, o processo migratório nacional passou, nos anos 80 e 90, por importantes modificações, seja pela redução acentuada de alguns fluxos

migratórios tradicionais, como aqueles dirigidos para as fronteiras ou de emigração de mineiros, seja pelo aumento da circulação de migrantes nordestinos no sentido de que, embora continuando a perder volumes elevados de pessoas, passaram também a receber de volta boa parte delas.

Gráfico 1
Volume de imigrantes das UF's

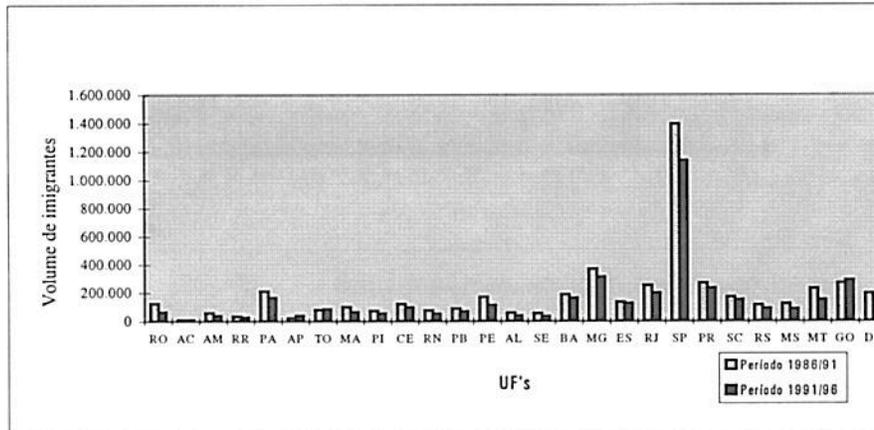


Gráfico 2
Saldo migratório das UF's

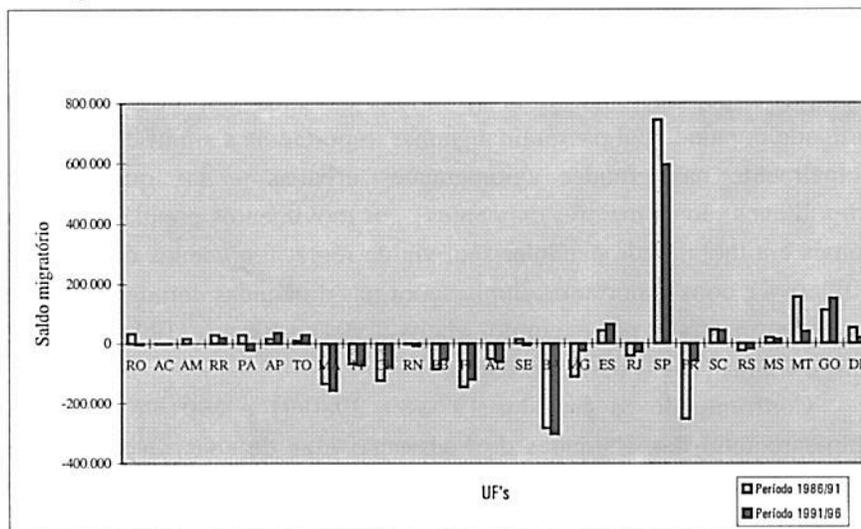
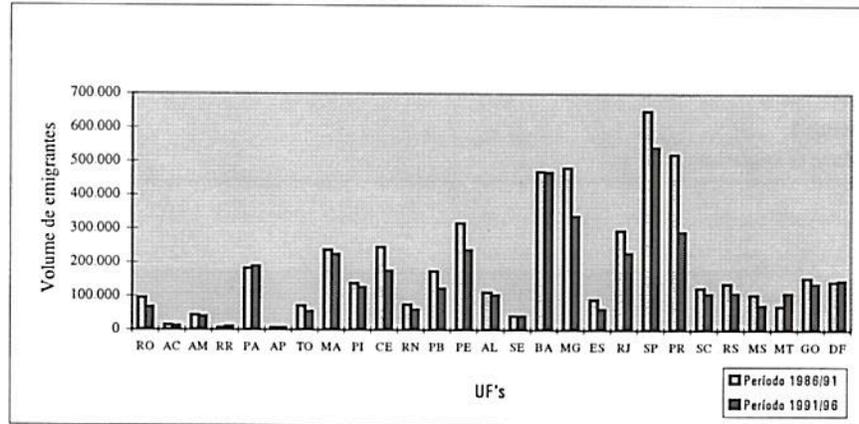


Gráfico 3

Volume de emigrantes das UF's:



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991), Contagem Populacional (1996).

A emergência dos movimentos migratórios intra-estaduais

Dentre os movimentos migratórios no Brasil, nos anos 80, destacam-se ainda aqueles referidos aos contextos intra-estaduais e, em particular, os movimentos intrametropolitanos e, alguns casos os metrôpole-interior.

Na verdade, em decorrência do intenso processo de urbanização e concentração populacional, iniciado desde os anos 60, novas formas de mobilidade populacional passaram a ganhar importância e significado analítico. Principalmente nas grandes aglomerações urbanas – das quais as áreas metropolitanas são os maiores expoentes –, os movimentos populacionais intra-regionais e a mobilidade pendular são, via de regra, fenômenos de intensidade significativa e com importantes implicações nas dinâmicas demográficas destas áreas, como mostram, por exemplo, Matos (1994) e Rigotti (1994) para Minas Gerais, e Cunha (1994) para São Paulo.

Confrontando os períodos 1970/80, 1980/91 e 1991/96, as taxas de crescimento total das Unidades de Federação e as de suas respectivas áreas metropolitanas, e dessas últimas, com as de suas periferias, é possível inferir a

importância de movimentos migratórios intrametropolitanos e interregionais envolvendo essas áreas (Tabela 13).

No período em questão observa-se que, para a maioria das nove regiões metropolitanas, o crescimento total do estado foi menor que o das Regiões Metropolitanas, o que, em parte, seria explicado por transferências populacionais líquidas para estas áreas. A não ser por esse motivo, os diferenciais só poderiam ser explicados pela incidência de um maior crescimento vegetativo nas áreas metropolitanas, o que, além de pouco provável, dificilmente seria suficiente para justificar as discrepâncias encontradas.

Os estados do Rio de Janeiro, Pará e São Paulo, no entanto, registraram tendências distintas, onde as respectivas áreas metropolitanas cresceram mais lentamente que o total estadual, apontando, nestes casos, a existência de transferências populacionais líquidas destas para o interior dos respectivos estados. De fato, no caso específico de São Paulo, já na década de 70 esse fenômeno podia ser detectado (Cunha, 1987), motivado, em grande medida, pela desconcentração industrial que vinha ocorrendo no estado em direção ao seu interior (Cano et al., 1989).

Tabela 13

Taxas de crescimento dos estados e respectivas Regiões Metropolitanas – Brasil – 1970/91

Estados	Taxa média de crescimento anual da população (%)								
	Total			Reg. Metropolitana			Perif. Metropolitana ⁽¹⁾		
	70/80	80/91	91/96	70/80	80/91	91/96	70/80	80/91	91/96
Pará	4,64	3,44	2,2	4,30	3,43	2,23	11,32	10,75	3,11
Ceará	1,96	1,69	1,4	4,30	2,67	2,32	4,30	2,12	2,77
Pernambuco	1,76	1,35	0,8	2,74	1,22	1,14	4,56	1,75	1,44
Bahia	2,37	2,07	1,1	4,43	3,04	1,68	6,52	3,36	3,39
Minas Gerais	1,54	1,48	1,1	4,70	2,42	2,09	7,44	4,31	3,87
Rio de Janeiro	4,78	1,15	0,9	2,45	1,26	1,46	3,32	2,02	3,07
São Paulo	3,49	2,13	1,6	4,46	1,88	0,77	6,33	3,21	1,38
Paraná	0,97	0,93	1,3	5,80	3,03	3,40	6,95	4,66	5,03
R. G. do Sul	1,56	1,48	1,1	3,84	2,16	1,43	5,54	3,12	2,10

(1) Refere-se ao total de região menos o município principal que, no caso, correspondem às respectivas capitais dos estados.

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), Contagem Populacional (1996).

Nesse mesmo período, os dados apresentados permitem inferir sobre a existência de uma importante mobilidade populacional intrametropolitana. Na verdade, tomando como parâmetro os níveis das taxas de crescimento demográfico do conjunto das Regiões Metropolitanas, pode-se considerar como muito provável que transferências massivas de população do centro para a periferia justificariam as elevadas taxas dessas últimas áreas; na verdade, estudos já realizados para algumas das principais regiões metropolitanas do Brasil demonstram o anterior (Matos, 1994; Rigotti, 1994; Lago, 1998; Cunha, 1994). Além disso, percebe-se que, à exceção do estado do Ceará, este processo parece ter sido muito mais intenso na década de 70.

Nos anos 70, o volume da migração intrametropolitana⁸ foi muito significativo, tendo sido responsável por cerca de 13% de todos os imigrantes registrados nos estados com áreas metropolitanas e 28,9% daqueles cujos destinos foram, especificamente, as Regiões Metropolitanas. Nos anos 80, a migração intrametropolitana respondeu por 49% da migração intra-estadual no estado do Rio de Janeiro; por 34% da de Pernambuco; por 23% da de São Paulo e por 20% da do Rio Grande do Sul (Tabela 14).

No caso dos movimentos migratórios circunscritos às dinâmicas interioranas, este respondeu por mais da metade dos movimentos intra-estaduais nos estados do Pará, Bahia, Minas Gerais e Paraná, demonstrando o recente vigor dessas áreas em termos econômicos e demográficos. Destaca-se que as migrações na área do interior do Rio de Janeiro responderam apenas por 19% do total da migração interna no estado; em São Paulo este tipo de movimento migratório correspondeu a 48% da migração intra-estadual.

Já os movimentos migratórios que partiram das áreas metropolitanas em direção ao Interior dos respectivos estados foram mais expressivos nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, consolidando a tendência da década de 70 de desconcentração populacional. No caso de São Paulo, 18% de seu movimento migratório intra-estadual se deveu a este tipo de deslocamento e para o Rio de Janeiro, 14%.

8. Define-se como o volume de indivíduos não-naturais do município onde residem há menos de dez anos e cuja residência anterior tenha sido um município da própria Região Metropolitana.

Ressalte-se, no entanto, que para São Paulo, nos anos 80, diferentemente do que havia ocorrido na década anterior, nas trocas líquidas entre os fluxos que saíram da metrópole para o interior (723.007 pessoas) e os fluxos do interior para a metrópole (433.640 pessoas), a Grande São Paulo obteve um saldo negativo (-289.367 pessoas), refletindo as recentes transformações em sua estrutura produtiva, bem como as novas formas de redistribuição espacial da população e de urbanização nesse estado (Baeninger, 1996).

Nas demais regiões metropolitanas, os anos 80 ainda evidenciaram uma participação considerável de movimentos migratórios que partiram do interior em direção às metrópoles, especialmente no caso do Ceará, onde 32% de seu movimento intra-estadual se deveu a este deslocamento; no do Rio Grande do Sul (23% do total); e da Bahia (20%). Nesses estados, o papel concentrador das áreas metropolitanas se consolidou nos anos 80, muito embora se tenha assistido a um intenso deslocamento populacional no interior dos respectivos estados.

Destaca-se ainda a importância do processo de urbanização no direcionamento dos fluxos migratórios nos anos 80. Do total dos brasileiros que declararam ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, durante os anos 80 (26.854.055 pessoas), 60,7% o fizeram partindo de uma área urbana para outra área urbana, indicando novas características nos processos migratórios regionais. Para a região Sudeste, os movimentos urbano-urbano foram os mais expressivos, chegando a representar 79% da migração no Rio de Janeiro e 70% em São Paulo.

Apesar da predominância desse tipo de fluxo migratório nas regiões Norte e Nordeste, os deslocamentos inter-municipais do tipo rural-urbano e rural-rural registraram significativas proporções. Nos casos de Rondônia, Pará, Maranhão e Alagoas, os movimentos rurais-rurais chegaram a representar mais de 20% do total dos respectivos movimentos migratórios, refletindo as especificidades rurais destes estados; os estados do Paraná e Mato Grosso também registraram participação do movimento rural-rural acima de 15%.

Tabela 14
Movimentos migratórios intra-estaduais e intrametropolitanos ⁽¹⁾ Estados Metropolitanos – 1981/91

Estados Metropolitanos	Migração Intra-estadual	Movimento Intrametrop.	Movimento Intra-interiorano	Movimento metrópole-interior	Movimento interior-metrópole
Pará	643.076 (100,00)	38.076 (5,92)	421.071 (65,48)	58.073 (9,03)	125.854 (19,57)
Ceará	763.632 (100,00)	140.082 (18,34)	300.993 (39,42)	75.946 (9,95)	246.610 (32,29)
Pernambuco	859.187 (100,00)	294.531 (34,28)	357.396 (41,60)	55.729 (6,49)	151.531 (17,64)
Bahia	1.158.202 (100,00)	63.538 (5,49)	777.545 (67,13)	88.083 (7,60)	229.036 (19,78)
Minas Gerais	1.759.688 (100,00)	313.416 (17,81)	1.136.717 (64,60)	147.080 (8,36)	309.554 (17,59)
Rio Janeiro	933.650 (100,00)	458.863 (49,15)	177.723 (19,04)	127.358 (13,64)	169.707 (18,18)
São Paulo	4.024.023 (100,00)	923.841 (22,96)	1.943.535 (48,30)	723.007 (17,97)	433.640 (10,78)
Paraná	1.425.361 (100,00)	131.481 (9,22)	1.012.538 (71,04)	70.491 (4,95)	210.850 (14,79)
Rio Gde Sul	1.399.428 (100,00)	272.239 (19,45)	668.508 (47,77)	138.074 (9,87)	320.608 (22,91)
Total	13.113.325 (100,00)	2.636.067 (20,10)	6.796.027 (51,83)	14.483.841 (11,32)	2.197.390 (16,76)

(1) População residente há menos de 10 anos no município atual (inclui não-naturais e retorno).

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1991), Tabulações especiais, NESUR/UNICAMP (1996).

O volume rural-urbano correspondeu a quase cinco milhões de pessoas, no período 1981/91, respondendo por 18% dos movimentos migratórios no Brasil; 28% do movimento rural-urbano no país estava concentrado na região Nordeste. Para todas as Unidades da Federação, este tipo de movimento migratório representou mais de 10% do total da migração, sendo bastante significativo mesmo em áreas urbanas consolidadas, como o caso de São Paulo; neste estado, o êxodo rural foi superior a um milhão de migrantes, representando 17% do total da migração. Vale ressaltar que, embora pouco significativo em termos relativos, o movimento urbano-rural envolveu, na última década, cerca de dois milhões de brasileiros, sendo superior a 200 mil migrantes nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pará.

O panorama da mobilidade espacial da população nos distintos contextos estaduais, indica a crescente diversidade de deslocamentos populacionais com o aumento da importância dos movimentos intrametropolitanos ao mesmo tempo em que se assiste, em alguns estados como São Paulo e Rio de Janeiro, um redirecionamento da migração das metrópoles para o interior dos estados. Além disso, o próprio interior vem demonstrando seu potencial de retenção e absorção de migrantes, chegando a envolver mais de 6,5 milhões de brasileiros nos movimentos migratórios dos estados com áreas metropolitanas.

Bibliografia

- ABEP/UNFPA. *Diversidades brasileiras; um olhar demográfico*. São Paulo, 1996 (Cartaz).
- ARRUDA et al. *Pesquisa nacional sobre saúde materno-infantil familiar*. Brasil, 1986. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar no Brasil (BEMFAM). Instituto para Desenvolvimento de Recursos (IDR), 1987.
- BAENINGER, R. *Movimentos migratórios no Brasil nos anos 80; considerações preliminares*. Campinas: UNICAMP. NEPO, abr. 1997. (Mimeo.).
- _____. *Redistribuição espacial da população; características e tendências do caso brasileiro*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografia – CELADE/Naciones Unidas, maio 1996. (Documentos Docentes).
- _____. *Movimentos migratórios no contexto paulista; tendências da década de 80*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 1996. *Anais...* Caxambu: ABEP, out. 1996.
- BACELAR, T. *Evolução e perspectivas das desigualdades regionais; região Nordeste*. Recife, 1993. (Relatório de Pesquisa).
- BANDEIRA, P.S. *A evolução recente da economia na região Sul*. 1993. (Relatório de Pesquisa).
- BEMFAM e MACRO International Inc. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde – 1996*. Rio de Janeiro, 1997.
- CANO, Wilson et al. *A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo (1920 - 1980)*. São Paulo: SEADE/UNICAMP, 1988. (Coleção Economia Paulista, 3 v.)
- CARVALHO, J. A. M., FERNANDES, F. *Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil, por sexo, idade, e setores rural e urbano*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, s.d.

- CUNHA, J. M. P. *New trends in urban settlement and role of intra-urban migration; the case of São Paulo, Brazil*. Campinas: UNICAMP. NEPO, 1987.
- _____. *Mobilidade populacional e expansão urbana; o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: UNICAMP. IFCH, 1994. (Tese, Doutorado).
- _____. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional; o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 1996. *Anais...* Caxambu: ABEP, out. 1996.
- FERREIRA, C. E. C., CASTIÑEIRAS, L. L. *Novas tábuas de vida regionais para o estado de São Paulo, 1990-1992*. São Paulo: Fundação SEADE, 1996. (Mimeo.).
- FUNDAÇÃO IBGE. *Fluxos migratórios intrametropolitanos, Brasil- 1970/80*. Rio de Janeiro, 1991. (Textos para Discussão, n.45).
- _____. *Censo Demográfico – 1970 a 1991*. Rio de Janeiro.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1995*. Rio de Janeiro.
- _____. *Contagem Populacional – 1996*. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO SEADE. *O novo retrato de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.
- MAGALHÃES, M. V. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996. (Dissertação, Mestrado).
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n.329).
- _____. *A evolução espacial da população brasileira e suas implicações regionais*. Projeto Balanço e Perspectivas do Federalismo Fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.
- _____. *Internal migration in Brazil*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1989. (Texto para Discussão, n. 13).

- MARTINE, G. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil*; determinantes e implicações. Brasília: Instituto SPN, maio 1992. (Documento de Trabalho, n. 11).
- _____. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Cortez, 1987.
- MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA (Coord). *Migração interna*. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- MATOS, R. E. S. Desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambu, 1994. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1994.
- MOURA, R., MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 1996. *Anais...* Caxambu: ABEP, out. 1996.
- OLIVEIRA, S. de C., FERNANDES, F. Metodologia e considerações acerca da projeção da população do Brasil; 1980-2020. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, abr./jun. 1998.
- PACHECO, Carlos A. Dinâmica econômica regional dos anos 80s; notas para uma discussão dos resultados do Censo de 1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, Brasília, 1992. *Anais...* Brasília: ABEP, ago. 1992.
- PATARRA, N. L. et al. *Demografia*. Políticas sociais no Brasil – Avaliação e propostas para os anos 90. São Paulo: FUNDAP, mar. 1991. (Documentos de Trabalho).
- RIGOTTI, J. I. R. *Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte – década de 70*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado).
- SIMÕES, C. C. S., OLIVEIRA, L. A. P. *As informações sobre fecundidade, mortalidade e anticoncepção nas PNADs*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

Anexo

Principais fluxos imigratórios e emigratórios interestaduais ⁽¹⁾ Unidades da Federação – Brasil, 1981/91

Unidades da Federação	Origem	Imigração	%	Destino	Emigração	%
Rondônia	Paraná	104.083	25,27	Mato Grosso	30.509	19,31
	Minas Gerais	39.300	9,54	Paraná	27.492	17,40
	Mato Grosso	39.531	9,60	São Paulo	18.954	12,00
	Outras UF's	228.889	55,58	Outras UF's	81.003	51,28
	Total	411.803	100,00	Total	157.958	100,00
Acre	Amazonas	7.795	26,65	Rondônia	12.771	41,80
	Rondônia	6.798	23,24	Amazonas	6.686	21,89
	Paraná	2.100	7,18	São Paulo	1.856	6,08
	Outras UF's	12.554	42,92	Outras UF's	9.237	30,24
	Total	29.247	100,00	Total	30.550	100,00
Amazonas	Pará	43.930	38,74	Rondônia	19.632	20,28
	Ceará	12.773	11,26	Pará	16.177	16,71
	Maranhão	8.776	7,74	Rio de Janeiro	6.934	7,16
	Outras UF's	47.917	42,26	Outras UF's	54.042	55,84
	Total	113.396	100,00	Total	96.785	100,00
Roraima	Maranhão	21.807	34,85	Amazonas	1.652	12,22
	Pará	10.068	16,09	Rondônia	1.615	11,94
	Amazonas	6.895	11,02	Pará	1.551	11,47
	Outras UF's	23.811	38,05	Outras UF's	8.704	64,37
	Total	62.581	100,00	Total	13.522	100,00
Pará	Maranhão	197.109	38,77	Maranhão	56.170	16,51
	Tocantins	61.101	12,02	Amazonas	43.930	12,91
	Ceará	35.506	6,98	Amapá	32.628	9,59
	Outras UF's	214.692	42,23	Outras UF's	207.563	61,00
	Total	508.408	100,00	Total	340.291	100,00
Amapá	Pará	32.628	75,61	Pará	8.217	58,67
	Maranhão	3.317	7,69	Ceará	1.193	8,52
	Ceará	1.161	2,69	Maranhão	899	6,42
	Outras UF's	6.047	14,01	Outras UF's	3.696	26,39
	Total	43.153	100,00	Total	14.005	100,00
Tocantins	Maranhão	39.461	24,82	Pará	61.101	42,23
	Pará	26.507	16,67	Goiás	36.804	25,43
	Goiás	39.374	24,76	Maranhão	15.914	11,00
	Outras UF's	53.674	33,75	Outras UF's	30.884	21,34
	Total	159.016	100,00	Total	144.701	100,00

continua

continuação

Unidades da Federação	Origem	Imigração	%	Destino	Emigração	%
Maranhão	Piauí	60.478	25,53	Pará	197.109	39,57
	Pará	56.170	23,71	Piauí	58.463	11,74
	Ceará	24.028	10,14	Tocantins	39.461	7,92
	Outras UF's	96.217	40,62	Outras UF's	203.051	40,77
	Total	236.893	100,00	Total	498.084	100,00
Piauí	Maranhão	58.463	25,53	São Paulo	197.109	27,76
	São Paulo	26.004	23,71	Maranhão	58.463	21,03
	Ceará	25.225	10,14	Distrito Federal	39.461	13,24
	Outras UF's	51.542	40,62	Outras UF's	203.051	37,97
	Total	161.234	100,00	Total	498.084	100,00
Ceará	São Paulo	74.877	25,56	São Paulo	188.677	36,30
	Rio de Janeiro	33.719	11,51	Rio de Janeiro	53.708	10,33
	Pernambuco	23.226	7,93	Pará	35.506	6,83
	Outras UF's	161.090	55,00	Outras UF's	241.820	46,53
	Total	292.912	100,00	Total	519.711	100,00
Rio Grande do Norte	Paraíba	38.950	24,43	São Paulo	46.311	27,99
	São Paulo	27.815	17,47	Paraíba	25.405	15,36
	Rio de Janeiro	21.401	13,44	Rio de Janeiro	19.954	12,06
	Outras UF's	71.128	44,66	Outras UF's	73.774	44,59
	Total	159.294	100,00	Total	165.444	100,00
Paraíba	Pernambuco	48.918	23,46	São Paulo	111.249	31,22
	São Paulo	45.014	21,59	Rio de Janeiro	63.695	17,88
	Rio de Janeiro	41.020	19,67	Pernambuco	51.077	14,34
	Outras UF's	73.567	35,28	Outras UF's	130.274	36,56
	Total	208.519	100,00	Total	356.295	100,00
Pernambuco	São Paulo	121.071	32,67	São Paulo	322.687	49,05
	Paraíba	51.077	13,78	Bahia	61.704	9,38
	Bahia	41.177	11,11	Alagoas	54.043	8,22
	Outras UF's	157.259	42,44	Outras UF's	219.399	33,35
	Total	370.584	100,00	Total	657.833	100,00
Alagoas	Pernambuco	54.043	40,38	São Paulo	92.946	43,77
	São Paulo	30.358	22,68	Pernambuco	38.682	18,21
	Bahia	12.919	9,65	Sergipe	24.916	11,73
	Outras UF's	36.532	27,29	Outras UF's	55.822	26,29
	Total	133.852	100,00	Total	212.366	100,00

continua

Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais

continuação

Unidades da Federação	Origem	Imigração	%	Destino	Emigração	%
Sergipe	Bahia	39.596	32,44	São Paulo	32.536	34,60
	Alagoas	24.916	20,42	Bahia	27.357	29,09
	São Paulo	23.464	19,23	Alagoas	9.640	10,25
	Outras UF's	34.067	27,91	Outras UF's	24.508	26,06
	Total	122.043	100,00	Total	94.041	100,00
Bahia	São Paulo	147.587	32,42	São Paulo	437.132	49,85
	Pernambuco	61.704	13,56	Minas Gerais	53.326	6,08
	Minas Gerais	45.067	9,90	Goiás	50.991	5,81
	Outras UF's	200.809	44,12	Outras UF's	335.453	38,25
	Total	455.167	100,00	Total	876.902	100,00
Minas Gerais	São Paulo	326.580	40,93	São Paulo	475.268	46,77
	Rio de Janeiro	124.710	15,63	Rio de Janeiro	107.871	10,62
	Goiás	65.792	8,25	Espírito Santo	105.953	10,43
	Outras UF's	280.800	35,19	Outras UF's	327.026	32,18
	Total	797.882	100,00	Total	1.016.118	100,00
Espírito Santo	Minas Gerais	105.953	39,38	Minas Gerais	58.959	29,91
	Rio de Janeiro	60.745	22,58	Rondônia	38.736	19,65
	Bahia	45.043	16,74	Rio de Janeiro	35.742	18,13
	Outras UF's	57.323	21,30	Outras UF's	63.695	32,31
	Total	269.064	100,00	Total	197.132	100,00
Rio de Janeiro	Minas Gerais	107.871	18,71	São Paulo	128.979	20,68
	São Paulo	77.086	13,37	Minas Gerais	124.710	19,99
	Paraíba	63.695	11,05	Ceará	33.719	5,41
	Outras UF's	327.748	56,86	Outras UF's	336.330	53,92
	Total	576.400	100,00	Total	623.738	100,00
São Paulo	Minas Gerais	475.268	17,74	Minas Gerais	326.580	21,85
	Bahia	437.132	16,32	Paraná	222.365	14,87
	Paraná	446.281	16,66	Bahia	147.587	9,87
	Outras UF's	1.320.479	49,29	Outras UF's	798.403	53,41
	Total	2.679.160	100,00	Total	1.494.935	100,00
Paraná	São Paulo	222.365	37,81	São Paulo	440.281	40,71
	Santa Catarina	104.421	17,76	Mato Grosso	164.597	15,22
	R.Grande Sul	59.191	10,06	Santa Catarina	153.243	14,17
	Outras UF's	202.111	34,37	Outras UF's	323.413	29,90
	Total	588.088	100,00	Total	1.081.534	100,00

continua

continuação

Unidades da Federação	Origem	Imigração	%	Destino	Emigração	%
Santa Catarina	Paraná	153.243	46,45	Paraná	104.421	38,47
	R. Grande Sul	97.237	29,47	Rio Grande Sul	83.003	30,58
	São Paulo	37.689	11,42	Mato Grosso	25.880	9,53
	Outras UF's	41.746	12,65	Outras UF's	58.141	21,42
	Total	329.915	100,00	Total	271.445	100,00
Rio Grande do Sul	Santa Catarina	83.003	35,48	São Paulo	97.237	32,84
	Paraná	54.618	23,35	Minas Gerais	59.191	19,99
	São Paulo	27.185	11,62	Goiás	29.412	9,93
	Outras UF's	69.152	29,56	Outras UF's	110.283	37,24
	Total	233.958	100,00	Total	296.123	100,00
Mato Grosso do Sul	São Paulo	93.829	35,73	São Paulo	70.250	29,59
	Paraná	64.602	24,60	Paraná	33.752	14,22
	Mato Grosso	24.828	9,45	Mato Grosso	68.320	28,78
	Outras UF's	79.355	30,22	Outras UF's	65.102	27,42
	Total	262.614	100,00	Total	237.424	100,00
Mato Grosso	Paraná	164.597	30,38	Paraná	52.559	21,50
	M. Grosso Sul	68.320	12,61	São Paulo	37.689	15,42
	Goiás	51.121	9,44	Rondônia	39.531	16,17
	Outras UF's	257.709	47,57	Outras UF's	114.660	46,91
	Total	541.747	100,00	Total	244.439	100,00
Goiás	Minas Gerais	73.581	14,20	Minas Gerais	65.792	19,06
	Bahia	50.991	9,84	Distrito Federal	53.434	15,48
	Distr. Federal	153.642	29,65	Mato Grosso	51.121	14,81
	Outras UF's	239.931	46,31	Outras UF's	174.827	50,65
	Total	518.145	100,00	Total	345.174	100,00
Distrito Federal	Minas Gerais	49.048	14,05	Goiás	153.642	45,18
	Goiás	53.434	15,30	Minas Gerais	34.663	10,19
	Piauí	38.082	10,91	Rio de Janeiro	22.498	6,62
	Outras UF's	208.624	59,75	Outras UF's	129.298	38,02
	Total	349.188	100,00	Total	340.101	100,00
Brasil	São Paulo	2.679.160	25,24	São Paulo	1.494.935	14,08
	Paraná	588.088	5,54	Paraná	1.081.534	10,19
	Mato Grosso	541.747	5,10	Minas Gerais	1.016.118	9,57
	Goiás	518.145	4,88	Bahia	876.902	8,26
	Pará	508.408	4,79	Pernambuco	657.833	6,20
				Rio de Janeiro	623.738	5,88
	Outras UF's	5.778.670	54,44	Outras UF's	4.863.158	45,82
	Total	10.614.218	100,00	Total	10.614.218	100,00

Nota: (1) exclui Brasil sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1991), Tabulações especiais UNICAMP (1996).

2

Desenvolvimento regional, dinâmica econômica e população

*Carlos Américo Pacheco*¹

Pela própria dimensão continental do Brasil e pela desigualdade que existe entre suas várias regiões, mas também pela extraordinária mobilidade da população brasileira e pela peculiaridade da trajetória econômica e social dos anos 80 e 90, é conveniente que um balanço geral da dinâmica demográfica recente examine com cuidado a performance econômica desses anos e as transformações espaciais que vêm ocorrendo. Isto é particularmente relevante porque o Brasil do final dos anos 70 e início dos 80 é muito distinto do país que sobreviveu à crise econômica dos anos 80, tanto em termos da forma de articulação de suas economias regionais, como no que toca ao processo de urbanização.

A heterogeneidade espacial da economia brasileira é bem conhecida. Em parte é uma herança histórica da forma de ocupação do território, em que o espaço econômico da Nação foi sendo configurado por ciclos primário-

1. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia (IE). Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR).

exportadores, cada um destes assentado sobre regiões distintas e com escassos vínculos mercantis entre si. Somente com o avanço da industrialização, após 1930, assistiu-se a uma gradativa unificação do mercado nacional. A primeira etapa desse processo, entre 1929/33 e 1960, foi essencialmente de cunho mercantil e conduzida pelo capital sediado em São Paulo. Explicitam-se, então, diretrizes gerais com este objetivo: eliminação dos impostos interestaduais; melhoria dos sistemas de transporte; conversão de antigos “problemas regionais” em “problemas nacionais”. Paralelamente criam-se políticas e instituições nacionais para enfrentar os problemas de custos, subsídios e preços de uma série de produtos regionalmente localizados.

O protecionismo de que se beneficiou a indústria nacional, em razão da crise, da guerra e também dos desequilíbrios cambiais, em conjunto com o aumento da renda e do emprego, permitiram uma integração pouco competitiva, pelo menos até o início dos anos 50. Apenas no início desta década, com a modernização e expansão da indústria do Sudeste do país, é que ampliou-se a competitividade inter-regional, com efeitos destrutivos sobre a indústria leve da periferia, notadamente no Nordeste. Em que pese estes efeitos destrutivos, o conjunto do período 1930/60 se caracteriza não apenas por elevadas taxas de crescimento da produção industrial, mas também pelo fato de nenhuma região ter regredido ou estagnado.

Tabela 1

Distribuição relativa do PIB – 1949/94 – Brasil: Estados selecionados e regiões – (em %)

Regiões e estados	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1994
Sudeste	67,5	65,0	65,2	64,5	62,2	59,4	57,2	59,1
– São Paulo	36,4	37,8	39,5	40,2	37,8	35,5	33,9	33,8
– Minas Gerais e E. Santo	11,6	8,7	9,6	9,8	11,1	11,6	12,3	12,6
– Rio de Janeiro	19,5	18,5	16,1	14,5	13,2	12,4	11,0	12,7
Sul	15,2	16,2	17,0	18,1	17,3	17,1	16,9	16,0
Nordeste	13,9	14,4	11,9	11,3	12,2	13,8	14,8	14,2
Norte	1,7	2,0	2,2	2,2	3,3	4,2	4,9	4,5
Centro-Oeste	1,7	2,4	3,6	4,0	5,0	5,4	6,3	6,3
Total	100,0							

Fonte: PIMES (1984, v. 1: 42); FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1992); PIB de 1990 e 1994 segundo estimativas da EBAP/FGV, calculado a partir do PIB a custo de fatores, exclusive serviços de intermediação financeira apud Pacheco (1996).

Mas, este processo de integração avançaria de fato, mudando inclusive suas características, apenas após o Plano de Metas. Isto em razão da própria industrialização, e também das políticas que ampararam a migração de capital produtivo do Sudeste para as periferias regionais – notadamente para o Norte e o Nordeste do país (Cano, 1985). Na verdade, uma vez montada a indústria pesada e de bens duráveis em São Paulo, a integração do mercado nacional bloqueava as possibilidades de eventuais “industrializações autônomas”. Se esse processo não inviabilizava o crescimento das demais regiões, que ao contrário, seguiam crescendo a taxas expressivas, resultava num elevado grau de complementaridade entre suas estruturas industriais.

Tabela 2

Taxas médias de crescimento real do PIB – 1949/94 – Brasil: Estados selecionados e regiões (em % a. a.)

Regiões e estados	1949/59	1959/70	1970/75	1975/80	1980/85	1985/90	1990/94	1990/94 ⁽¹⁾
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2	1,1	3,2	2,9
– São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2	1,0	2,3	2,3
– Minas Gerais e E. Santo	4,1	7,4	10,5	10,0	2,0	3,1	2,9	2,9
– Rio de Janeiro	6,6	5,1	7,8	5,3	-0,2	-0,5	6,0	1,8
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9	1,6	0,9	1,4
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7	3,3	1,2	1,5
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0	4,8	0,5	0,5
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6	4,9	2,4	2,4
Total	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1	1,9	2,3	2,3

Fonte: FIBGE. Departamento de Contas Nacionais, calculado a partir dos dados da Tabela 1 e dos índices de produto real do PIB do Brasil.

O resultado foi uma sensível concentração regional da indústria brasileira. Ainda que, entre 1919/70, o produto industrial do restante do país tenha crescido a uma média histórica invejável de 6,2%, o maior crescimento de São Paulo implicava que esse estado fosse responsável, em 1970, por cerca de 58% da transformação industrial do país. Foram anos de grande impulso para a cidade de São Paulo e seu entorno. Registrava-se um enorme avanço na capacidade instalada de bens duráveis, acompanhado pelo implante de importantes segmentos de bens intermediários e de capital. O crescimento industrial anterior a 1930, a montagem da indústria pesada e o processo de

unificação do mercado nacional estiveram, até 1970, identificados com a concentração industrial em São Paulo.

Essa concentração econômica contraditava com uma distribuição muito distinta da população. O Nordeste e o estado de Minas Gerais, em função sobretudo de terem sediado os “ciclos econômicos” mais importantes do país até metade do século XIX, haviam herdado contingentes populacionais expressivos. Na ausência de grandes movimentos migratórios internos, com exceção, talvez única, do recrutamento de mão-de-obra para a economia da borracha na Amazônia, este fato resultava numa assimetria crescente entre a distribuição das atividades econômicas dinâmicas e da população brasileira (Faria, 1976; Balán, 1974).

A concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver esta população, já apontavam o sentido que iriam assumir os expressivos movimentos migratórios, que caracterizaram todo o período de 1920 a 1980. A dimensão da migração interna revela a intensa mobilidade social, que caracterizou o período de rápido crescimento da economia brasileira; e é ainda maior quando se contabiliza a migração rural-urbana de todas as regiões. Após 1930, em termos inter-regionais, o Nordeste e Minas Gerais transformaram-se em áreas tipicamente expulsoras. Processo que também passou a abarcar, gradativamente e em menor grau, o extremo Sul do país. À estas regiões foram sendo agregadas as antigas áreas de fronteiras agrícolas, como o Paraná e Maranhão, e mais tarde, inclusive parte do Centro-Oeste.

O panorama geral dos deslocamentos populacionais no Brasil, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, portanto, significou o progressivo esvaziamento do campo e o conseqüente crescimento urbano; implicou também na configuração de movimentos migratórios com destino às fronteiras agrícolas e, finalmente, representou um contínuo e intenso processo de metropolização.

Mesmo que as migrações reflitam processos complexos – com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos (que vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano), seus principais

determinantes podiam – ao menos até 1970 – ser apreendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região. Em grande parte, a expulsão do campo era consequência da concentração da estrutura fundiária. A incapacidade das economias urbanas de reter a população expulsa de seus *hinterlands* impulsionava a migração interestadual, quer para as fronteiras agrícolas, quer sobretudo em direção às áreas urbanas do Sudeste. Este processo atingiu seu clímax na década de 70, quando a modernização agrícola fez a migração rural-urbana alcançar a cifra de 15,6 milhões de pessoas. Mas, contraditoriamente, esta década já convivía com uma desconcentração da atividade econômica.

De fato, nos anos 70, tanto a indústria como a produção agrícola de São Paulo cresceram abaixo das médias nacionais. E, embora seja desnecessário refazer todo o movimento da política econômica destes anos, é preciso minimamente reter os aspectos que são mais importantes para qualificar o novo sentido da integração nacional e o processo de desconcentração da atividade produtiva.

A partir da “explicitação” da questão regional como parte da agenda do estado, na década de 50, estruturou-se um conjunto de interesses que reivindicavam políticas para atrair investimentos, via incentivos fiscais, cambiais e creditícios. Isto foi inicialmente atendido para o Nordeste, com a criação da SUDENE em 1960 e, em 1967, estendido à Amazônia, através da SUDAM e da Zona Franca de Manaus, e, anos mais tarde, ao estado do Espírito Santo. Estas iniciativas podem ser consideradas até modestas, frente às ações que o governo desencadearia em termos da desconcentração da atividade produtiva, após 1974 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND propugnava, entre outros investimentos, o PROÁLCOOL; o aumento da capacidade produtiva em bens de capital e em insumos básicos, sobretudo de aço e petroquímica; o programa nuclear; o desenvolvimento da indústria de não ferrosos; melhoria e ampliação do transporte ferroviário, etc. Com isto, a periferia nacional tornava-se a maior receptora dos novos investimentos, reforçada por sua base de recursos naturais e também pelas decisões locacionais macropolíticas do governo federal, como foi o caso dos polos

petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, e do conjunto dos programas de insumos básicos, como os não-ferrosos e o aço.

Mesmo com a interrupção do II PND, a partir da deterioração do quadro internacional ao final da década de 70, o resultado foi a redução dos níveis de concentração econômica. Apesar da indústria de São Paulo crescer a um ritmo elevado entre 1970 e 1980, sua participação no total nacional cairia de 58,1 para 54,4%, como consequência do extraordinário desempenho da periferia nacional (Tabela 3). O próprio desempenho agrícola destes anos favoreceu este processo: São Paulo perdeu posição relativa, inclusive mais que o Nordeste. A grande expansão deu-se até 1980, na fronteira agrícola da região Norte e, sobretudo, do Centro-Oeste e Sul do país, muitas vezes, graças à modernização da estrutura produtiva.

Tabela 3
Distribuição espacial da indústria de transformação – Brasil segundo regiões e estados selecionados, 1970/95

Regiões e estados	1970	1975	1980	1985	1990 ⁽¹⁾	1996 ⁽¹⁾
Nordeste (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,3	4,2
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0	3,8
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,1	9,2
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8	8,4
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2	48,7
a) Grande São Paulo ⁽²⁾	43,4	38,8	34,2	29,4	28,4	25,6
b) Interior ⁽²⁾	14,7	17,1	20,2	22,5	20,8	23,2
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7	5,6
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2	4,5
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7	7,9
Outros estados	2,1	2,8	4,2	5,1	7,0	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Os percentuais referentes aos anos de 1990 e 1996 foram estimados com base na distribuição regional do VTI de 1985 e nos índices de crescimento da PIM/PF;

(2) Para 1990 e 1996, a participação da metrópole e do interior de São Paulo foi estimada a partir do valor adicionado calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado do ano de 1995.

Fonte: Dados Brutos: IBGE. Censo Industrial (1970, 1975, 1980 e 1985); Índices da Produção Física da PIM/PF (1985-1996).

No que se refere à área metropolitana de São Paulo, a desconcentração foi mais acentuada. Ainda assim, por vezes beneficiou mais o interior do estado que as demais regiões brasileiras. Duas das três refinarias de petróleo implantadas localizaram-se em São Paulo. O mesmo ocorreu com a indústria

aeronáutica, bem como na microeletrônica e informática. O PROÁLCOOL e a agricultura para exportação tiveram um excepcional desempenho no estado. Apesar das políticas de incentivo regional implementadas, em parte o governo federal acabou curvando-se diante das opções locais dos agentes privados. Como consequência, enquanto São Paulo perdia posição no total nacional, em virtude do menor crescimento da área metropolitana, seu interior aumentava essa mesma participação de 14,7 para 20,2% da produção industrial do país, tornando-se, depois da Grande São Paulo, a maior região industrial do Brasil (Tabela 3).

O fundamental para compreender esse processo de integração é reter o significado da estrutura industrial das principais regiões, e a natureza do crescimento dos dois últimos ciclos expansivos. Em certo sentido, a partir da implantação da indústria pesada e do início da migração de capital produtivo em direção às “periferias” nacionais, a integração do mercado nacional correspondia a um verdadeiro processo de abertura de “fronteiras” regionais para a acumulação, criando oportunidades de investimentos que estavam obstadas nas áreas mais industrializadas, o que é especialmente válido para setores organizados na forma de multi-plantas. Além disso, parte da expansão periférica respondia a investimentos voltados para a exploração de recursos naturais, como muitos dos programas do II PND.

O que precisa ser evidenciado é que a indústria montada na periferia nacional era complementar à da região Sudeste e dependente de seus mercados de insumos, bens de capital e produtos finais. Assim, independentemente de se realizar a ritmos mais elevados, seu crescimento era solidário da expansão industrial do Sudeste e, sobretudo, de São Paulo. Isto era particularmente válido, no contexto dos baixos graus de abertura comercial da economia brasileira.

Com isto, ao lado das fronteiras agrícolas do Paraná (1940/60), Maranhão (1950/60), Centro-Oeste (1960/80) e depois na região Norte (1970/90), São Paulo passou também a ser o principal centro da migração nacional, até tornar-se praticamente a única região receptora de migrantes. Esse processo assumiu proporções significativas entre 1950 e 1980, sobretudo nos

anos 70. As taxas médias de crescimento populacional das grandes regiões brasileiras revelam com clareza este fato. Entre 1940 e 1980, ao lado das áreas de fronteiras, os maiores ritmos de crescimento ficaram por conta das regiões mais urbanizadas do Sudeste: o Rio de Janeiro, até 1970, e São Paulo, com taxas que mantiveram-se elevadas até 1980 (Tabela 4).

É essa dinâmica de crescimento e integração que é interrompida nos anos 80 e também nos 90. A década de 80 inicia-se com uma das mais graves crises da história do Brasil. A recessão e a elevação do desemprego assumiram uma expressão até então desconhecida. Entre 1980 e 1983, o produto industrial caiu à média anual de 5,4% e o PIB a 1,7%. Ao fim de dez anos, todos os indicadores refletiam com nitidez os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira. Os resultados médios deste decênio apenas não foram menores por conta do crescimento do período 1984/86. Nestes anos, a economia beneficiou-se da recuperação patrocinada inicialmente pelas exportações e, na seqüência, pelos efeitos do Plano Cruzado. Em conjunto, prevaleceu uma trajetória de crescimento lento, frente aos valores históricos da economia brasileira, cujo PIB havia aumentado à média de 6,9% a.a., entre 1940 e 1980, e cuja renda per capita havia sido multiplicada por cinco, no mesmo período.

Este desempenho foi conseqüência das políticas de ajustamento à crise internacional praticadas a partir do final da década anterior. A elevação das transferências de recursos para o exterior inverteria o papel tradicional dos países centrais de financiarem o desenvolvimento, induzindo processos de crise fiscal e inflação crônica. A evolução da produção industrial é um retrato destes anos. A taxa média de crescimento entre 1980 e 1990 foi quase nula para o Brasil e, em função da queda da atividade econômica em 1990, negativa para São Paulo. E mesmo que a concentração industrial em São Paulo tenha sido novamente reduzida, dos 55,4% em 1980, para 49,3% em 1990, o desempenho periférico também mostrou-se acanhado.

Tabela 4
Evolução da população – Grandes regiões – 1970, 1980 e 1991

Grandes regiões ⁽¹⁾	População total			População urbana			População rural			Taxas de crescimento (% a.a.)					
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Norte	4.212.966	6.623.397	10.030.556	1.754.553	3.332.429	5.922.574	2.367.413	3.290.868	4.107.982	4,86	3,85	6,63	5,37	3,35	2,04
Nordeste	28.111.827	34.812.356	42.497.540	11.752.916	17.566.842	25.776.279	16.359.011	17.245.514	16.721.261	2,16	1,83	4,10	3,55	0,52	-0,28
Sudeste	39.853.498	51.734.125	62.740.401	28.965.601	42.840.081	55.225.983	10.887.897	8.894.044	7.514.418	2,64	1,77	3,99	2,34	-2,00	-1,52
Sul	16.496.493	19.031.162	22.129.377	7.304.566	11.877.739	16.403.032	9.191.907	7.153.423	5.726.345	1,44	1,38	4,98	2,98	-2,48	-2,00
Centro-Oeste	4.555.153	6.801.666	9.427.601	2.309.436	4.819.318	7.663.122	2.245.717	1.892.348	1.764.479	4,09	3,01	7,63	4,31	-1,24	-1,05
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	52.087.092	80.436.409	110.990.990	41.051.945	38.566.297	35.834.485	2,48	1,93	4,44	2,97	-0,62	-0,66

(1) Considerou-se a atual divisão político-administrativa do país em todos os anos censitários.

Fontes: IBGE. Censo Demográfico do Brasil (1970, 1980 e 1991). IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1993).

A análise dos dados sobre o desempenho industrial auxilia a compreender essas tendências. A “desconcentração” a partir da Grande São Paulo continuou tendo dois sentidos: de um lado, o restante da periferia nacional, principalmente as regiões Norte, Centro-Oeste, os estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais; de outro, o interior de São Paulo, graças às políticas da década de 70, à maturação de investimentos anteriores e ao PROÁLCOOL. Assim, nos anos 80, o interior de São Paulo, como na década anterior, ampliou sua participação na indústria do país, chegando, em 1990, a responder por 23% deste total, quando detinha apenas 14,7% da indústria nacional em 1970, e 20,2% em 1980.

De certa maneira, a evolução da agricultura também contribuiu para este quadro de desconcentração, quer por apresentar taxas superiores à média da indústria, quer pelo seu menor crescimento em São Paulo. De fato, em que pese a retração do crédito subsidiado, no contexto da crise fiscal da década, a agricultura cresceu a taxas mais elevadas que a média do PIB, atenuando os efeitos da crise industrial. Este comportamento refletiu o programa do álcool, com o avanço da produção de cana-de-açúcar, mas foi resultado sobretudo da ampliação das lavouras de exportação, favorecida pela participação crescente em vários mercados internacionais.

O aumento da área cultivada das principais lavouras concentrou-se no Centro-Oeste, na Bahia e na região Norte. Em que pese também ter ocorrido uma significativa expansão da área cultivada em São Paulo, este foi um resultado quase que exclusivo do PROÁLCOOL, e menos dos produtos voltados para exportação. Na grande maioria das outras Unidades da Federação e grandes regiões brasileiras, o aumento da área de lavouras deveu-se sobretudo aos produtos exportáveis. Neste caso, é importante notar que, diferentemente da década anterior, em que os ganhos na produtividade do trabalho foram maiores, os anos 80 caracterizaram-se mais pelo aumento dos rendimentos físicos da agricultura. A própria restrição do crédito contribuiu para desacelerar, ao menos temporariamente, a concentração fundiária e a destruição dos pequenos estabelecimentos, fato que chama atenção para o comportamento da migração inter-regional (Cano & Pacheco, 1992).

Mas, o aumento dos produtos exportáveis não é um fenômeno exclusivo da agricultura. Ao contrário, foi a tônica do conjunto da economia brasileira nesta década, inclusive com aumento da importância dos manufaturados. Evidentemente, em muitas economias regionais, essas exportações apenas substituíram demanda interna. Mas, o que se quer salientar é que o aumento das exportações foi importante para muitas regiões, inclusive para o interior do estado de São Paulo. Ou seja, se a estratégia de ajuste via exportações mostrou-se fracassada em termos macroeconômicos – na medida que era incapaz de sustentar um nível mínimo de emprego e se mostrava incompatível com o aumento da demanda interna –, isto não significa que tenha sido irrelevante para o desempenho de regiões específicas.

Ao contrário, os números indicam crescimento absoluto em quase todas as regiões do país, com uma pequena queda relativa da participação de São Paulo, sobretudo pelo aumento das exportações originárias do Centro-Oeste (produtos básicos), Maranhão (semimanufaturados), Norte (básicos e semimanufaturados) e Minas Gerais (tanto em produtos básicos, semimanufaturados como manufaturados).

Com isto, abriram-se alternativas localizadas de dinamismo, mesmo no contexto da crise. Muitas dessas possibilidades situaram-se no próprio interior de São Paulo, outras em regiões de fronteiras. Mas, esse dinamismo apresentou pouca ou nenhuma correspondência com o desempenho do conjunto da economia, em particular em segmentos com graus de encadeamento maior na estrutura produtiva. Esse esforço exportador em setores muitas vezes situados próximos às fontes de recursos naturais, conviveu com o acirramento das tendências das novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas, fugindo das deseconomias de aglomeração. Não é gratuito que o desempenho do emprego industrial tenha sido particularmente medíocre exatamente nas grandes metrópoles.

O resultado desse processo foi uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Assistiu-se a uma gradativa desconcentração econômica, e foi a Região Metropolitana de São Paulo quem mais perdeu peso na indústria. Em paralelo, essa trajetória mostrou uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras,

com o surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões, crescimento maior das “antigas periferias” nacionais, padrões relativamente baixos de crescimento populacional das áreas metropolitanas, sobretudo de suas sedes, e uma importância ainda maior do conjunto das cidades de médio porte.

Esta própria tendência locacional, sobretudo em São Paulo, tendeu a favorecer municípios de porte médio, dotados de infra-estrutura e próximos à malha de transportes, mais distantes dos problemas crônicos das grandes cidades. Na verdade, muitos desses municípios de São Paulo já vinham crescendo em ritmo superior à área metropolitana. Um fenômeno que se intensificou nesta década, em razão do saldo migratório negativo da capital. Tendência que também tendeu a se tornar realidade em outras regiões do país.

Com exceção do Nordeste, onde o crescimento de algumas áreas metropolitanas ainda é elevado, e onde as demais capitais estaduais estão entre as cidades que apresentam maior crescimento, em quase todas as outras regiões brasileiras, as cidades de porte médio apresentaram taxas médias mais elevadas que as metrópoles. Este fato reflete-se no total nacional, ainda que esteja condicionado pela queda das taxas verificadas nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Evidente que a maior gravidade da crise nas áreas metropolitanas condicionou, e muito, o fenômeno migratório na década. Talvez o colapso do estilo de crescimento rápido, que havia caracterizado a economia brasileira por várias décadas, seja a marca mais importante destes anos. A permanente revolução da estrutura ocupacional movida pelo crescimento rápido havia sustentado uma mobilidade social vertiginosa. A reprodução daquele processo, pela geração reiterada de volumes elevadíssimos de novas ocupações urbanas, criava condições de absorver contingentes expressivos de novos trabalhadores, muitos dos quais migrantes. O surgimento de uma nova classe média e de um proletariado também renovado, ao lado de um amplo conjunto de outras ocupações urbanas, amparava um processo de mobilidade estrutural, que fazia da “lógica da incorporação” o traço fundamental do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

É esta a lógica que rompe-se na década de 80. Um período de mobilidade travada, como argumenta Vilmar Faria:

“Os elevados graus de incerteza que tomam conta do país, a intensa *precarização* do mundo do trabalho, a deterioração da renda real e o bloqueio nas expectativas de mobilidade – fatores que atingem, inclusive, importantes segmentos da classe média e da classe média alta – têm deteriorado, objetivamente, a segurança de vastos setores sociais” (Faria, 1992: 114).

Em termos dos mercados de trabalho metropolitanos, este processo refletiu-se numa intensa terciarização da estrutura ocupacional, que foi acompanhada pela deterioração da maioria dos indicadores disponíveis: queda dos rendimentos reais, redução relativa do assalariamento e da cobertura dos vínculos jurídico-institucionais etc. O retrato destes anos pode ser avaliado pelo retorno de temas como informalidade e marginalidade, tradicionalmente um dos eixos do debate entre trabalho e pobreza.

Estas questões tornaram-se cruciais porque os segmentos ditos não organizados foram importantes no ajustamento da estrutura ocupacional. No seu conjunto, esse movimento representou uma tendência a deteriorar as relações de trabalho, o que é visível na Grande São Paulo, porque nesta região o movimento da década significou uma regressão da base industrial, embora apresente-se ainda mais grave na área metropolitana do Rio de Janeiro.

O bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno. Muito provavelmente, a migração à curta distância ganhou um peso maior, dentro de padrões de mobilidade mais intra-regionais que inter-regionais. Neste sentido, o conjunto da rede urbana teria um papel mais significativo que as grandes metrópoles, servindo como um amortecedor desses movimentos.

Este fato reforça ainda mais a característica relativamente desconcentrada do sistema urbano brasileiro, como já enfatizou-se neste texto. De fato, em razão de suas origens históricas, estruturou-se no país uma rede de cidades dispersa, em comparação a outras experiências latino-americanas. E esse processo parece crescentemente influenciado pelas tendências de desconcentração da atividade econômica. Os novos rumos da área metropolitana de São Paulo sintetizam com clareza esta questão. A metrópole perde importância em termos industriais e paulatinamente desacelera-se seu crescimento demográfico.

Bibliografia

- ARAÚJO, M. F. I., PACHECO, C. A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: SÃO PAULO NO LIMAR DO SÉCULO XXI; cenários da urbanização paulista – A Região Administrativa da Grande São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. v. 6, p. 55-94.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: _____. (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. Ed. DIFEL, 1974.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil; 1930-1970*. São Paulo: Ed. Global/UNICAMP/PNPE, 1985.
- _____, PACHECO, C.A. *Pesquisa: São Paulo no limiar do século XXI - Perspectivas dos setores produtivos 1980 a 2000*. Campinas: UNICAMP/FECAMP, ago. 1990.
- _____, _____. Cenários demográficos para as décadas de 1980 e 1990; implicações econômicas para as projeções populacionais do estado de São Paulo. In: SÃO PAULO no limiar do século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. v. 4.
- _____, _____, SEMEGHINI, U. C. *Recent transformations in the Brazilian regional and urban growth*. Lisboa, Portugal, ago. 1991. (Paper read at the 31st European Congress of the Regional Science Association).
- _____ et al. *A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo (1920 - 1980)*. São Paulo: SEADE/UNICAMP, 1988. (Coleção Economia Paulista, 3 v.)
- _____ et al. O processo de urbanização paulista no período 1970/89. In: SÃO PAULO no limiar do século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. v. 5-Cenários da urbanização paulista.
- DINIZ, C. C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização*. Belo Horizonte, out. 1991. (Mimeogr.).

- DINIZ, C. C., MARTINE, G. *Economic and demographic concentration in Brazil; recent inversion of historical patterns*. Ahmedabad, Índia, 1989. (Paper read at the Seminar on Urbanization in Large Countries, IUSSP).
- DUARTE, R. Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80. *Rev. Econ. do Nordeste*, Fortaleza, v. 20, n.4, p.339-78, out./dez. 1989.
- FARIA, V. O sistema urbano brasileiro – Um resumo das características e tendências recentes. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, out./dez. 1976.
- _____. A conjuntura social brasileira; dilemas e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 33, jul. 1992.
- NEGRI, B. *O novo espaço da indústria paulista*. Campinas: UNICAMP/SPG, jul. 1992. (Relatório de Pesquisa – Mimeogr.).
- PACHECO, C. A. A terciarização dos 80s; de tudo um pouco. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 3, jul./set. 1992.
- _____. Dinâmica econômica regional dos anos 80s; notas para uma discussão dos resultados do Censo de 1991. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 8, 1992, Brasília. *Anais...* Brasília, ago. 1992.
- _____. *A questão regional brasileira pós 1980; desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: UNICAMP. IE, 1996. (Tese, Doutorado).
- _____ et al. A nova realidade regional da indústria paulista; subsídios para a política de desenvolvimento regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, 1995.

3

Análise demográfica da região Norte

Morvan de Mello Moreira¹

Hélio Augusto de Moura²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal destacar as principais tendências populacionais delineadas para a Amazônia nos anos recentes, enfatizando a evolução da fecundidade e da mortalidade, assim como a contribuição dos movimentos migratórios para a dinâmica demográfica regional, de forma a se obter um quadro geral das tendências futuras de evolução da população amazônica.

O Norte é a mais vasta região do país, com 3,9 milhões de km² e seu efetivo populacional, segundo a contagem de 1996 realizada pelo IBGE, atingiu quase 11,3 milhões de pessoas, o qual correspondeu a 7,2% da população total residente no país.³

1. Instituto de Estudos sobre a Amazônia – IESAM da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Departamento de Pesquisas Sociais/Universidade Federal de Pernambuco.
2. Instituto de Estudos sobre a Amazônia – IESAM da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.
3. A região Norte é constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins.

Apesar de ser reconhecidamente uma das mais importantes regiões para o ecossistema mundial, de deter, em escala nacional, abundantes potenciais mineral, madeireiro e agropecuário, e de esforços passados direcionados para a sua ocupação demográfica e econômica, os anos 90 deparam-se com uma região ainda muito esparsamente povoada (menos de três hab./km²) e desigualmente desenvolvida, com graves problemas sociais.

No cenário recente, a ocupação da região Norte baseia-se fundamentalmente na lógica do mercado. Nela já não está mais tão presente a implementação daquelas políticas públicas anteriormente orientadas para o processo de integração da região, para o desenvolvimento regional e para a ocupação orientada dos seus vastos espaços. Assim sendo, e em que pese o crescimento econômico observado e a diversificação das atividades econômicas, não se tornou igualmente visível uma melhor distribuição espacial e social dos frutos desde crescimento. De fato, da mesma forma que os projetos de desenvolvimento industrial e de exploração madeireira e mineral têm gerado emprego e renda, eles também têm apresentado profundos impactos negativos sobre os ecossistemas e as condições sociais.⁴

No tocante à dinâmica demográfica, a região Norte já se acha na fase descensional das taxas de fecundidade e de mortalidade. Contudo, a sua população rural encontra-se defasada em relação à população urbana no que respeita à evolução da fecundidade, tendo apresentado, no período 1990/95, níveis ainda bastante elevados (5,6 filhos por mulher), comparativamente aos que já prevalecem no meio urbano (3,6 filhos por mulher). No que respeita à mortalidade, há uma similitude nos níveis gerais da esperança de vida ao nascer (66 anos, no período 1990/95). Pode-se presumir que a ampla dispersão da população rural e o crescente processo de urbanização venham a contribuir, em futuro breve, para distinguir cada vez mais os respectivos conjuntos de causas de morte prevaletentes nos meios urbano e rural. Entretanto, no estágio atual, a mortalidade urbana da região Norte encontra-se em uma situação transicional, com forte presença das doenças infecciosas e parasitárias relacionadas com a pobreza de grandes segmentos da população e com a precariedade da oferta de serviços essenciais, ao lado de uma ampla mortalidade associada a causas

4. Ver, a propósito, Oliveira (1996a, 1996b).

próprias de áreas urbanas, em função do “stress” de vida, dos padrões tipicamente urbanos de comportamento e de consumo, e também da violência.

Com respeito à migração, a sua importância sobre a evolução populacional da região Norte tem sido historicamente importante. Pode ser aqui aquilatada pela participação, em 1980, do contingente migrante sobre o total da população residente: segundo Martine & Turchi, naquele ano, 48,3% da população com domicílio em áreas urbanas eram constituídos por migrantes. Os dados censitários daquele ano também revelaram que o peso da migração apresentava uma ampla variação entre os vários estados da região, embora, em nenhum deles, tal proporção ficasse abaixo de 25%. Há fortes indícios, porém, que levam a suspeitar ter havido, em anos recentes, uma mudança nesse quadro, com desintensificação dos fluxos migratórios inter-regionais e maior movimentação intra-regional da população, sobretudo a de natureza rural-urbana.

Evolução da população regional

As tendências gerais do crescimento populacional

O efetivo populacional da região Norte atingiu, em 1996, quase 11,3 milhões de pessoas, embora tenha ele correspondido a apenas 7,2% da população do país (Tabela 1). Mantida a tendência de crescimento registrada na primeira metade dos anos 90, a população da região deverá andar, no ano 2.000, à volta de 12,2 milhões de pessoas.

As tendências evolutivas observadas com relação à população da região Norte denotam que a mesma se tem destacado, historicamente, por apresentar, principalmente a partir dos anos 70, taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil como um todo. Isto se reflete na evolução da participação relativa da população regional sobre a população brasileira. Tal relação que, até 1970, se manteve algo estabilizada entre quatro e 4,4%, cresceu rapidamente desde então, até chegar a 7,2%, em 1996. *Mutatis mutandis*, esta mesma tendência verificou-se tanto a nível do contingente residente em quadros urbanos, como em quadros rurais. No primeiro caso, tal relação se elevou de

3,4%, em 1970, para 5,7%, em 1996. Já no caso da população rural, o aumento dessa participação foi bem mais rápido e ainda mais precoce: o respectivo percentual, que se situava entre quatro e 5%, nos anos 40 e 50, ascendeu a quase 6%, ao final dos anos 60, tendo atingido 8,5%, em 1980, 11,5%, em 1991 e, finalmente, 12,5%, em 1996.

Tabela 1

Região Norte – População residente nas datas dos recenseamentos gerais, (1940/96)

Anos	População (em 1000)			% sobre a população Brasileira	Grau de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1940	425,5	1.207,1	1.627,6	4,0	26,1
1950	607,2	1.441,5	2.048,7	3,9	29,6
1960	1.041,2	1.888,8	2.930,0	4,1	35,5
1970	1.784,2	2.404,1	4.188,3	4,4	42,6
1980	3.330,6	3.288,6	6.619,2	5,6	50,3
1991	5.922,6	4.107,9	10.030,6	6,8	59,1
1996	7.039,3	4.250,8	11.290,1	7,2	62,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

É evidente que na consideração dessas tendências não de ser levados em conta os ritmos diferenciados em que se deram as variações tanto no numerador, como no denominador da expressão. Como demonstra a Tabela 2, foi a partir dos anos 60 que a taxa de crescimento da população nortista começou a superar amplamente a da população brasileira. Para tanto contribuíram, inicialmente, os diferenciais verificados com relação ao crescimento da população rural e, a partir de 1970, também os diferenciais registrados com relação ao crescimento do contingente urbano. A partir de 1970, enquanto se observava uma desruralização da população do país como um todo, os efetivos residentes nos quadros rurais da região Norte ainda cresciam intensamente, particularmente no curso da década 1970/80 (3,4% a.a.), quando o fizeram a ritmo superior ao registrado pelo total da população brasileira em qualquer subperíodo da série histórica considerada. Contudo, na primeira metade dos anos 90, entre 1991 e 1996, mais precisamente, o crescimento da população rural da região Norte arrefeceu bastante. Mas, mesmo assim, ele ainda se mostrou positivo, permitindo à região continuar ganhando

posição relativa num quadro de generalizada desruralização populacional que continuou a vigorar no plano nacional.

Tabela 2

Região Norte e Brasil – Taxas de crescimento populacional (% a. a.) por quadros de domicílio, (1940/96)

Períodos	Região Norte			Brasil		
	Urbanos	Rurais	Total	Urbanos	Rurais	Total
1940/50	3,6	1,8	2,3	3,8	1,6	2,3
1950/60	5,5	2,7	3,6	5,5	1,6	3,2
1960/70	5,5	2,4	3,6	5,2	0,7	2,9
1970/80	6,6	3,4	4,7	4,5	-0,6	2,5
1980/91	5,4	2,0	3,9	3,0	-0,7	1,9
1991/96	3,5	0,7	2,4	2,1	-1,0	1,4

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

Por sua vez, prosseguiu sem interrupção a forte tendência da população a residir em quadros titularmente urbanos.⁵ Assim é que, em 1980, metade da população nortista já residia em cidades e vilas, proporção esta que se elevou para 59%, por ocasião do Censo de 1991, e chegou a 62% quando da contagem populacional realizada pelo IBGE em 1996. O fato é que, entre 1980 e 1991, nada menos do que 76% do crescimento absoluto da população da região Norte – da ordem de 3,4 milhões de pessoas – foram gerados e/ou absorvidos no/pelo conjunto de suas cidades e vilas. Entre 1991 e 1996, prosseguiu esta tendência: aquele volume ascendeu a 1,3 milhão, do qual nada menos do que 89% disseram respeito ao incremento dos efetivos populacionais residentes em quadros urbanos.

É fato que, hoje em dia, mesmo para região Norte, não se deve deixar inteiramente à margem, em associações que se pretenda fazer entre indicações como essas e as tendências do crescimento migratório, os efeitos provocados pelas variações temporais em curso nas componentes naturais do crescimento demográfico (fecundidade e mortalidade). Mesmo assim, desde que se pretenda apenas chegar a ordens de grandeza para fins comparativos e não a medidas precisas sobre a intensidade do movimento migratório, parece possível admitir

5. Assim considerados por atenderem exclusivamente a critérios de natureza político-administrativa definidos por leis municipais e adotados pelo IBGE para classificar os quadros de domicílio como urbanos ou rurais.

que a persistência de uma maior intensidade no dinamismo do crescimento populacional urbano da região Norte, a par com a forte desintensificação havida nos ritmos de crescimento dos efetivos rural e total, são indícios bem significativos que apontam no sentido de ter havido, em anos recentes, uma certa agudização relativa da mobilidade rural-urbana, possivelmente a de natureza intra-regional, conjugadamente a um arrefecimento da migração de natureza inter-regional.

Tem-se apontado que, na região Norte, entre os efeitos mais visíveis do processo de desenvolvimento orientado pela lógica de mercado, destaca-se o aumento da concentração populacional em uns poucos pólos de desenvolvimento e de prestação de serviços e, conseqüentemente, o forte estímulo à migração rural-urbana. A concentração de investimentos em pontos específicos do vasto espaço regional atrai-lhes população, ao mesmo tempo que contribui ou determina a estagnação das atividades econômicas do interior: geram-se fatores expulsivos de significativos contingentes da população, os quais deixam as áreas rurais e as pequenas cidades interioranas em busca da sobrevivência nas áreas urbanas de maior porte e/ou em alguns novos pólos da atividade econômica. Este “adensamento pontualizado” da população nortista é de tal ordem que, talvez como caso extremo, pode-se referir o fato de a cidade de Manaus já haver concentrado, em 1991, quase metade de toda a população do estado do Amazonas e gerado proporções ainda mais significativas das arrecadações públicas federal e estadual. De modo geral, a maior parte da população nortista vem-se concentrando nos municípios das capitais de estados e em um pequeno número de outros municípios localizados em espaços bem delimitados.

Por outro lado, a dinâmica econômica que toma corpo na região, com atividades bem mais intensivas em capital, inclusive (para não dizer sobretudo) nas áreas de fronteira agrícola,⁶ sugere ter havido redução, em período mais recente, dos fluxos migratórios inter-regionais. O fato de ainda ter persistido, no período 1980/91, um ritmo relativamente elevado de crescimento da população rural, resultaria de migrações internas pretéritas orientadas em direção às fronteiras agrícolas da região, sobretudo na primeira metade do referido período. Assim sendo, o dinamismo demográfico da região Norte, na década de 80, ainda teria sido, em boa medida, fruto da expansão demográfica e

6. Ver, entre outros, Martine (1992); Hebette (1991); Silva, J. A. (1997).

econômica dessas fronteiras. Isto é o que sugere Martine (1994) em estudo sobre a distribuição espacial da população brasileira. Com base nos dados do Censo de 1991, este autor levantou a hipótese de que a existência de fluxos migratórios com destino rural para a região Norte teria-se cingido, quase que exclusivamente, aos primeiros anos do período 1980/91, quando ainda se faziam sentir os efeitos atrativos de vários programas e políticas de desenvolvimento encetadas pelo poder público a partir dos anos 70. Na segunda metade dos 80 – e nos anos 90, acrescentamos nós – sem os atrativos à imigração rural, o crescimento populacional da região Norte teria passado a ser uma ocorrência quase que exclusivamente urbana, dominada por migrantes que anteriormente haviam buscado os quadros rurais de domicílio.

A diminuição dos fluxos migratórios inter-regionais para o Norte do país também teria a ver com o arrefecimento dos efeitos iniciais da desruralização provocada pelas transformações na estrutura produtiva em alguns estados do Sul, como o Paraná e o Rio Grande do Sul, impactantes nos anos 70 e início dos 80. Conjugar-se-ia a isto a rápida redução havida desde então nas taxas de fecundidade da população residente nesses importantes estados emissores de população para as regiões Norte e Centro-Oeste, bem como a própria saturação quanto à disponibilidade de terras abundantes e baratas em algumas importantes áreas nortistas de destino desses fluxos (caso de Rondônia, por exemplo). Suspeita-se que até mesmo o Nordeste, que tradicionalmente tem participado como a principal região de origem dos fluxos migratórios para a região Norte, tenha reduzido ou, pelo menos, estabilizado o volume dos seus fluxos devido, em parte, à inexistência de uma grande seca durante o período e, também, à grande redução identificada no seu potencial emigratório por efeito da rápida queda da fecundidade que ali se registrou a partir dos anos 80 (Moura & Teixeira, 1997).

O crescimento populacional dos estados

Cerca de metade (49%) de todo o efetivo populacional da região residia, em 1996, no estado do Pará e uma quinta parte (21%) no estado do Amazonas. Os 30% restantes distribuíam-se nas cinco outras Unidades da Federação, dentre as quais Rondônia e Tocantins eram as mais populosas

(10,8 e 9,3%, respectivamente) e Amapá e Roraima as de menor participação relativa (3,3 e 2,2%, respectivamente). O estado do Acre situou-se em uma posição intermediária neste sub-conjunto, com participação relativa de 4,3%.

A observação dos dados da Tabela 3 mostra, de um lado, a forte disparidade prevaiente quanto aos ritmos em que historicamente cresceram as populações desses estados. De outro, revela que, nos anos 90, ocorreu desintensificação com respeito às taxas de crescimento da maioria deles. Os estados de Rondônia e do Pará tornaram-se, então, aqueles nos quais a respectiva evolução populacional passou a ocorrer aos ritmos mais débeis de todos: 1,7 e 2,2% a.a., respectivamente. É bem possível admitir, no caso desses dois estados, certamente no de Rondônia, que os mesmos já se tenham convertido, nos anos 90, em áreas de emigração líquida das respectivas populações.

Cumpra também notar que, à semelhança de Rondônia, também despencou a taxa de crescimento da população de Roraima, uma área ainda muito nova de penetração e povoamento e que se havia distinguido, nos anos 80, por apresentar o ritmo de crescimento populacional mais forte de todos. Roraima passou a apresentar, nos anos 90, taxa de crescimento da ordem de 2,6% a.a. (contra 9,6% a.a., na década anterior), ou seja, de grandeza comparável às que também apresentaram os estados do Amazonas e do Tocantins. É possível suspeitar, no caso desses três estados, que a migração interestadual líquida (positiva ou negativa) tenha passado a assumir pouca importância relativa na determinação dos respectivos ritmos de crescimento populacional.

Há que referir também os casos de alguns estados do Norte cujos ritmos de crescimento populacional nos anos 90, em relação aos da década anterior, intensificaram-se ou, pelo menos, mantiveram-se estáveis durante o quinquênio 1991/96. Neste segundo caso situa-se apenas o Acre e, no primeiro, o Amapá e o Tocantins. O caso do Amapá afigura-se excepcional por refletir uma tendência ininterrupta, desde os anos 70, de intensificação do ritmo de crescimento de sua população residente: 4,2% a.a., nos anos 70, 4,7% a.a., nos anos 80, 5,6% a.a., na primeira metade dos 90. Embora sem dispor de maiores elementos que possam explicar o fenômeno no tocante ao estado, vale notar também ter-se tornado o Amapá a Unidade da Federação cuja população já está

a crescer à taxa mais elevada de todas. Quanto ao Tocantins, ocorreu reversão na tendência de perder população que se manifestara nos anos 80, em favor, talvez, de uma evolução populacional mais aproximada do seu próprio ritmo de crescimento natural. Não se dispõe de informações a respeito, mas vale notar que Cifuentes & Fernandes (1997) já haviam antecipado tal recuperação ao avançarem que, pelo fato de o Censo de 1991 haver sido realizado muito próximo à data da criação (1988) e instalação (1989) do novo estado, aquele levantamento não poderia ter ainda captado, em toda a sua extensão, a migração que certamente adviria em razão dos novos fatores de atração assim surgidos.

Tabela 3

Região Norte – Evolução da população residente nas datas dos recenseamentos gerais, por Unidades da Federação, (1970/1996)

Unidade da Federação	População (em 1.000)				Taxas de crescimento (%a.a.)			Grau de urbanização (1996)
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	
Rondônia	116,6	491,1	1.132,7	1.231,0	15,5	7,9	1,7	62,0
Acre	218,0	301,3	417,7	483,7	3,3	3,0	3,0	65,2
Amazonas	960,9	1.430,1	2.103,2	2.389,3	4,1	3,6	2,6	73,9
Roraima	41,6	79,2	217,6	247,1	6,7	9,6	2,6	70,5
Pará	2.197,1	3.403,4	4.950,1	5.510,8	4,5	3,5	2,2	53,5
Amapá	116,5	175,3	289,4	379,5	4,2	4,7	5,6	87,1
Tocantins	537,6	738,9	919,9	1.048,6	3,2	2,0	2,7	70,6
Região Norte	4.188,3	6.619,2	10.030,6	11.290,1	4,7	3,9	2,4	62,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

Na Tabela 4, as três primeiras colunas denotam a importância relativa dos estados nortistas quanto à absorção do incremento populacional da região nos vários períodos da seqüência histórica considerada. Em consonância com o que foi mencionado anteriormente, os anos 90 presenciaram perdas de participação relativa com respeito aos estados de Rondônia e Roraima e, em menor medida, Pará. Este, pela grandeza do seu contingente populacional no cômputo da região, ainda constituiu o principal absorvedor do incremento populacional havido no Norte, com uma participação que, no quinquênio 1991/96, quase atingiu 45%.

Tabela 4

Região Norte – absorção do crescimento populacional, segundo as Unidades da Federação, (1970/96)

Unidade da Federação	% Incremento população da região absorvido pela UF			% Incremento população da UF absorvido por quadros urbanos		
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Rondônia	15,0	18,8	7,8	46,3	67,1	105,3
Acre	3,5	3,4	5,2	84,6	108,5	86,2
Amazonas	18,9	19,7	22,7	94,1	96,0	92,1
Roraima	1,6	4,1	2,4	78,5	66,5	113,2
Pará	50,8	45,3	44,5	50,8	60,1	62,9
Amapá	2,5	3,4	7,2	67,0	114,2	107,1
Tocantins	7,8	5,3	10,2	80,3	131,0	163,4
Região Norte	100,0	100,0	100,0	62,6	83,3	88,7

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (vários anos).

As três últimas colunas da Tabela 4 demonstram a importância relativa dos quadros urbanos no que concerne à absorção do crescimento populacional líquido. Sem constituírem indicadores extremamente rigorosos, uma vez que mudanças na dinâmica do crescimento natural de cada estado podem afetar as comparações inter-temporais e interestaduais, ainda assim as relações apresentadas nessas três colunas permitem que se tenha uma idéia aproximada da ordem de grandeza da pressão populacional sofrida pelo meio urbano de cada Unidade da Federação.

No âmbito da região Norte como um todo, os anos 90 presenciaram alguma intensificação dessa pressão em relação às décadas anteriores: o fato é que durante o quinquênio 1991/96, já quase 90% do crescimento populacional da região Norte foram gerados e/ou absorvidos pelo conjunto de cidades e vilas nela situadas. A persistir a tendência, é possível que o próximo Censo já venha a mostrar, para a região Norte, à semelhança do que já se observa nas suas congêneres brasileiras, uma redução do efetivo demográfico residente nos quadros rurais.

Detalhando em nível de Unidade da Federação, pode-se perceber que, no mencionado quinquênio, apenas o Acre experimentou desafogo algo significativo na pressão então exercida pelo crescimento populacional sobre o seu meio urbano. Ainda assim, nada menos do que 86% do crescimento populacional líquido havido nesse estado disseram respeito à participação do

crescimento da população domiciliada em suas cidades e vilas. Por outro lado, esse tipo de pressão intensificou-se de maneira significativa nos estados de Rondônia e de Roraima, os quais, à semelhança do que se registrara com relação ao Amapá e Tocantins desde os anos 80 (e que persistiu durante os anos 90, frise-se), apresentaram relações superiores a 100, indicativas da prevalência de um verdadeiro êxodo populacional para o meio urbano, cuja magnitude teria chegado ao extremo de desfaltar os próprios estoques de população que residiam, no início de período, nos respectivos quadros rurais.

No caso dos dois mais populosos estados nortistas, observa-se ter sido o Pará aquele onde essa pressão, se bem que considerável, mostrou-se a mais débil. Já o Amazonas tem atualmente seus quadros urbanos (leia-se principalmente Manaus) submetidos a uma forte pressão migratória. De fato, o estado encontra-se numa situação limite que já quase o caracteriza como Unidade em fase de desruralização populacional.

As tendências do crescimento urbano

Durante o período 1980/91, a população residente no conjunto das cidades (sedes municipais) da região Norte passou de 3,1 milhões, no seu início, para 5,7 milhões, ao seu final (Tabela 5). Embora esse crescimento tenha sido muito rápido (5,6% a.a.), ainda assim ele mostrou-se algo mais atenuado do que o da década anterior (6,7% ao ano). Além desse contingente “tipicamente” urbano, se assim pode ser qualificado, o Censo de 1991 revelou a existência de 242,5 mil pessoas residentes em 163 vilas localizadas na região (dados não apresentados).

A observação dos últimos dados censitários revela que, durante o intervalo 1980/91, aumentou a participação relativa das populações residentes em cidades de mais de cinco mil habitantes, particularmente no que concerne às faixas congregando cidades de cinco mil a dez mil habitantes e, principalmente, de 20 a 50 mil habitantes. Nestas duas faixas de tamanho de cidades, o crescimento dos respectivos contingentes populacionais atingiu taxas anuais tão expressivas quanto 7,6 e 8,3%, respectivamente (Tabela 6).

No conjunto das cidades da região Norte, Manaus, a capital do estado do Amazonas, e a Região Metropolitana de Belém (inclusive municípios satélites) são os principais núcleos urbanos. As populações residentes nas sedes municipais desses dois núcleos já andavam, em 1991, à volta de um milhão e de 839 mil habitantes, respectivamente. No Censo daquele ano, Manaus passou a aparecer, sob o ângulo populacional, como o maior núcleo urbano regional, posição que anteriormente correspondia a Belém. Não se dispõe ainda, para 1996, de informações estritamente comparáveis a respeito. Entretanto, os dados da contagem populacional então realizada apontaram, para o município de Manaus (inclusive população rural), uma cifra da ordem de 1,16 milhão de habitantes e, para a Região Metropolitana de Belém (inclusive população rural), 1,5 milhão de habitantes, dos quais cerca de 341 mil residiam nos municípios satélites. Na realidade, estes dois aglomerados urbanos atuam como verdadeiras metrópoles regionais, embora em espaços distintos, com Manaus polarizando a porção Centro-Occidental e Belém a porção oriental da macrorregião Norte. Manaus vem-se caracterizando como um pólo industrial do gênero eletroeletrônico de importância nacional e, sem dúvida, a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial tem constituído, historicamente, um importante fator de atração de fluxos migratórios, tanto de fora, como do próprio interior do estado.⁷ A cidade de Manaus, de fato, vem há já algum tempo mostrando tendência de concentrar mais e mais a população do estado: sua participação relativa sobre o total da população amazonense passou de 32,7%, em 1970, para 44,3%, em 1980, e atingiu quase 48%, em 1991. A contagem de 1996 revelou que a população do município de Manaus (população rural, inclusive) representou cerca de 49% da população estadual. Quanto a Belém, teria caído a participação de sua população no cômputo do estado do Pará, diminuindo de 29%, em 1970, para 24%, em 1991. Mesmo assim, tal participação teria representado, neste último ano, isoladamente, nada menos do que uma quarta parte de todo o efetivo populacional residente no estado. Segundo a última contagem populacional, não houve regressão da tendência concentracionista nos anos mais recentes: a região Metropolitana de Belém continuou concentrando 27% da população paraense, ou seja, tanto quanto o fizera cinco anos antes.

7. Ver, a propósito, Lacerda de Melo & Moura (1990: 339-42).

Tabela 5

Região Norte – Número de cidades e respectiva população residente, segundo classes de tamanho populacional, (1970, 1980 e 1991)

Classes de tamanho	Número			População (1000 hab.)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Até 500 hab.	16	4	-	5,6	1,4	-
501 a 1.000	47	12	8	36,0	9,1	6,7
1.001 a 2.000	45	49	43	65,6	72,4	70,4
2.001 a 5.000	49	62	95	151,4	198,5	322,1
5.001 a 10.000	19	29	65	131,6	200,7	448,2
10.001 a 20.000	12	25	37	180,7	342,1	536,5
20.001 a 50.000	4	15	35	154,5	460,4	1.109,6
Mais de 50.000	3	7	15	911,3	1.834,3	3.190,9
Total	195	203	298	1.636,6	3.118,9	5.684,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

As demais cidades nortistas com mais de 50 mil habitantes, quase todas com menos de 200 mil, eram, em 1991, em número de 13. Incluíam quase todas as demais capitais estaduais (exceto Palmas, no Tocantins) – Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Macapá (AP), Boa Vista (RR) – além de meia dúzia de cidades paraenses (Santarém, Marabá, Castanhal, Ananindeua, Itaituba e Abaetetuba), duas cidades tocantinenses (Araguaiana e Gurupi) e Ji-Paraná, em Rondônia. São cidades que atuam, em geral, como centros administrativos, comerciais e/ou de prestação de serviços em níveis sub-regional e/ou local.

Sabe-se que, nos cálculos do IBGE, entre os fatores determinantes do crescimento da população urbana de uma determinada unidade de observação, inclui-se a incorporação, como áreas urbanas, de quadros domiciliares anteriormente classificados como rurais (inclusive povoados, lugarejos, etc.). Embora os dados censitários de 1991 deixem transparecer ter havido um número elevado de vilas que ascenderam, entre 1980 e 1991, à condição de sedes municipais, pode-se notar, pela Tabela 5, que a maioria delas correspondeu a lugarejos quase sempre com menos de dois mil habitantes, cuja influência não deve ter sido significativa para explicar o acréscimo de quase 2,6 milhões de habitantes verificado entre os mencionados anos no total da população residente no conjunto de sedes municipais da região. O próprio número de pessoas que residiam, naquele ano, no conjunto das vilas nortistas afigurava-se bem pouco expressivo, o que serve também para indicar a menor

importância que, de um ponto de vista quantitativo, estaria assumindo a ascensão das vilas à condição de cidades. De fato, nada menos do que 78,2% do acréscimo registrado entre 1980 e 1991 na população urbana da região Norte tiveram lugar em cidades que já contavam, no segundo desses anos, com mais de 20 mil habitantes, sendo que quase 53% do mesmo referiram-se exclusivamente a cidades com mais de 50 mil habitantes.

Tabela 6

Região Norte – Participação relativa sobre o crescimento populacional urbano e taxas de crescimento demográfico, segundo classes de tamanho das cidades – 1970/80, 1980/91

Classes de tamanho	% sobre o crescimento urbano total		Taxas de crescimento (% a. a.)	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Até 500 hab.	-0,28	-0,05	-12,94	...
501 a 1.000	-1,81	-0,09	-12,85	-2,74
1.001 a 2.000	0,46	-0,08	0,99	-0,25
2.001 a 5.000	3,18	4,82	2,75	4,50
5.001 a 10.000	4,66	9,65	4,31	7,58
10.001 a 20.000	10,89	7,58	6,59	4,18
20.001 a 50.000	20,64	25,30	11,54	8,33
Mais de 50.000	62,67	52,88	7,25	5,16
Total	100,00	100,00	6,66	5,61

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

Assim sendo, de um ângulo estritamente demográfico, a urbanização da região Norte estaria sendo bastante vocacionada para a ampliação do tamanho dos núcleos urbanos já existentes, principalmente daqueles que já atingiram uma dimensão considerável em relação às características de dispersão da população e de concentração das atividades econômicas nos espaços da vasta região Norte. Esta é uma tendência que se reflete na elevação do tamanho mediano das cidades da região, que passou de 1,8 mil habitantes, em 1970, para 3,8 mil habitantes, em 1980, e para 5,2 mil habitantes, em 1991.

Judiciosamente, porém, Hebette & Moreira chamam a atenção para a grande cautela que se deve ter ao adotar certos conceitos – inclusive o de “urbanização” – ao manejar estatísticas globais e ao realizar análises macro sobre certas áreas da região Norte, pois pode não se levar na devida conta as dimensões, a natureza e as características de um processo que denominam de

uma “nova ruralidade” em formação nas regiões de fronteira.⁸ Em particular, esses autores destacam que a nova “... ruralidade avança ainda, na escala regional e a nível administrativo, com a criação de novos municípios ...” e conseqüente rebaixamento da superfície média do conjunto deles (Hebette & Moreira, 1996: 393). De fato, essa criação tem sido significativa, sobretudo em período mais recente: de 195, em 1970, o número de municípios da região Norte (não necessariamente nas áreas de fronteira) passou para 203, em 1980, para 298, em 1991 e para nada menos do que 450, apenas cinco anos depois (1996). Segundo Hebette & Moreira,

“a criação de municípios, em si, não é necessariamente benéfica para a população; sua lógica nem sempre é muito racional deste ponto de vista. Entretanto, globalmente tomada e, em particular nas áreas de fronteira, ela corresponde à novidade da situação: ela remodela o território, no sentido do que poderíamos chamar de um ecologismo sócio-administrativo, em função notadamente das concentrações populacionais e dos novos meios de comunicação e socialização. Ela significa a aproximação de serviços básicos ao alcance das novas aglomerações (que vão surgindo). Administrações municipais distantes, às vezes de dois a três dias de viagem em barco, tornam-se acessíveis em algumas horas de transporte rodoviário. Postos telefônicos, serviços de assistência técnica à agropecuária, bancos públicos e privados foram implantados...”. “A observação local no campo revela um fenômeno digno de atenção: a expansão de serviços médicos hospitalares privados nas áreas novas, associada à expansão da pecuária e à figura do médico pecuarista” (p. 393-394).

O que essas observações parecem refletir é que o *threshold* urbano em nível local ou até mesmo sub-regional surge, nessas áreas, em aglomerações humanas de tamanho muito reduzido e que a importância de tais centros como prestadores de serviços não pode ser aquilatada pela simples contribuição quantitativa do volume que aportam ao crescimento populacional da região.

A dinâmica demográfica

A região Norte do Brasil caracterizou-se sempre pelos elevados níveis de crescimento vegetativo, marcados por consideráveis níveis de fecundidade e relativamente baixos níveis de mortalidade. Na década de 70, estima-se que o crescimento vegetativo situava-se em torno de 36 por mil, com uma Taxa Bruta de Natalidade da ordem de 44 por mil ao ano e uma Taxa Bruta de Mortalidade

8. Ver, a propósito, Hebette & Moreira (1996).

próxima de oito por mil ao ano. Em conseqüência, a migração respondia por algo em torno de 13 por mil ao ano. Nos anos 80, a situação não se modificou por demais, no que tange à parcela do incremento populacional derivado do crescimento vegetativo e da migração, uma vez que tanto as variáveis associadas ao crescimento vegetativo declinaram, como também a intensidade migratória. Desta forma, na década de 80, estima-se que o acréscimo populacional derivado do crescimento natural permaneceu próximo dos 68% observado no decênio anterior, pois a redução na Taxa Bruta de Natalidade para 39 por mil foi acompanhada por um declínio na Taxa Bruta de Mortalidade, que passou para, aproximadamente, seis por mil e uma diminuição na migração que se situou em torno de 11 por mil.

Para tão amplo crescimento natural da população Amazônica em muito tem contribuído os elevados níveis de fecundidade que caracterizam a população regional, além da juventude de sua população.

A fecundidade

Na Amazônia, as taxas de fecundidade sempre foram elevadas, particularmente entre a população rural, e respondem pela maior parcela do crescimento da população regional. Quando dos primórdios da transição demográfica brasileira, refletindo os distintos níveis de desenvolvimento relativo das regiões, a evolução das taxas de fecundidade total aponta uma tendência divergente entre as regiões brasileiras: assim, enquanto entre 1950 e 1970 as regiões Sul e Sudeste apresentavam redução nos níveis da fecundidade, na Amazônia, como no Nordeste e no Centro-Oeste, as taxas de fecundidade aumentaram. Neste período, e até os anos 70, as taxas de reprodução da mulher amazônica eram as mais altas do país, quando passaram a ser superadas pelas taxas vigentes entre as mulheres do Nordeste Setentrional, constituído pelo Maranhão e Piauí (Wood & Carvalho, 1994).

Os anos 70 marcaram a generalização do processo de redução da fecundidade brasileira, que persiste até a atualidade, e as taxas de fecundidade na região, que estavam acima de seis filhos por mulher, iniciam um permanente declínio, de forma a atingir menos de três filhos por mulher nas áreas urbanas,

em meados da década de 90, segundo os dados da PNAD de 1995 e da BEMFAM (1996).

Na Tabela 7, são apresentadas as Taxas de Fecundidade Total – TFT das regiões brasileiras, onde ficam evidentes os altos níveis prevalecentes na Amazônia. Como o Brasil desenvolve-se diferencialmente ao longo de sua história, a magnitude dos diferenciais regionais e sociais expressa-se também a nível das componentes demográficas e evidencia-se pelo fato de que enquanto o número médio de filhos por mulher na Amazônia e no Nordeste, entre 1950 e 1970, era superior a 7,5, em São Paulo e no Rio de Janeiro os níveis da fecundidade já eram inferiores a cinco. Quando as comparações são feitas segundo a situação de domicílio da população e o Nordeste é subdividido, as discrepâncias são excepcionais: enquanto a fecundidade rural do Nordeste Central, na segunda metade da década de 60, ficava em torno de 8,7 filhos por mulher e na Amazônia atingia a nove filhos por mulher, nas áreas urbanas do estado do Rio de Janeiro a taxa de fecundidade total já era de 3,7.

Tabela 7

Brasil e Regiões – Taxas de fecundidade total por situação do domicílio, 1950/60 – 1960/70 – 1975/80

Regiões	1950/60			1960/70			1975/80			
		urbano	rural	total	urbano	rural	total	urbano	rural	total
Amazônia	8,2	6,7	9,0	7,9	5,3	8,0	6,4			
NE Setentrional	7,3	7,1	7,3	7,2	5,5	7,5	6,8			
NE Central	7,4	6,6	8,7	7,6	4,7	7,8	5,9			
NE Meridional	7,3	6,5	8,3	7,5	5,1	7,6	6,2			
Minas Gerais	6,2	5,3	7,7	6,3	3,7	5,9	4,3			
Rio de Janeiro	4,5	3,7	7,0	4,0	2,8	4,8	2,9			
São Paulo	4,7	3,8	6,2	4,1	3,1	4,6	3,2			
Sul	6,0	4,3	6,9	5,6	3,2	4,5	3,6			
Centro-Oeste	6,7	5,5	7,6	6,5	4,0	5,9	4,5			
Brasil	6,3	4,7	7,6	5,8	3,6	6,4	4,3			

Fonte: Fernandez & Carvalho (1986).

Observe-se também que, já nos anos 50, os níveis de fecundidade nacional eram bastante distintos segundo as regiões. Enquanto na Amazônia o número médio de filhos por mulher, ao longo de sua vida reprodutiva, era 8,2, no estado do Rio de Janeiro, já era de 4,5. Na década seguinte, quando a queda da fecundidade brasileira tem início, a fecundidade na Amazônia mantém-se como a mais elevada do país e pouco se modifica em relação ao período

precedente, enquanto no triângulo Rio, São Paulo e Sul do Brasil é constatada uma redução de 0,5 na TFT. Nos anos 60, as diferenças de fecundidade entre as regiões e segundo a situação de domicílio eram bastante amplas de tal forma que, enquanto no Rio e São Paulo a fecundidade urbana já era inferior a quatro, na Amazônia e no Nordeste ela ainda encontrava-se em um patamar superior a 6,5. Qual seja, os níveis de reprodução do Norte e Nordeste do Brasil eram pelo menos 50% mais elevados do que aqueles observados nas áreas que mais se beneficiavam do processo de desenvolvimento econômico nacional.

Quando a fecundidade começa a reduzir-se na Amazônia, a TFT que prevalece nas áreas urbanas ainda era superior à fecundidade encontrada nas áreas rurais das regiões nas quais o processo de declínio já se iniciara anteriormente.

As altas taxas de fecundidade que historicamente prevaleceram na Amazônia, e que, quando vistas agregadamente, encobriam amplos diferenciais entre as populações urbanas e rurais, não apresentam grandes discrepâncias a nível dos estados, conforme sugerem os dados da Tabela 8.

Tabela 8
Amazônia e Estados – Taxas de fecundidade total por situação do domicílio – 1975/80, 1986/91, 1990/95

Regiões	1975/80			1986/91			1990/95
	urbano	rural	total	urbano	rural	total	urbano
Amazonas	5,4	9,3	6,7	3,9	6,8	4,6	2,9
Acre	5,0	8,8	6,9	4,0	6,9	4,9	2,6
Roraima	5,9	6,4	6,0	3,7	4,8	3,9	4,6
Amapá	5,7	9,0	7,0	4,2	7,2	4,7	2,4
Pará	5,0	7,7	6,3	3,4	5,6	4,3	3,3
Rondônia	5,6	6,8	6,2	3,3	4,1	3,6	2,7
Amazônia	5,3	8,0	6,4	3,6	5,6	4,3	2,8

Fonte: 1975/80: Carvalho & Pinheiro (1986); 1986/91 e 1990/95 – Dados Brutos: IBGE (1996).

As diferenças entre os níveis de fecundidade estaduais são relativamente estreitas, particularmente no que concerne às populações urbanas. São dignas de nota as diferenças entre as áreas rurais, e em especial, entre a amplitude dos níveis de fecundidade rural e urbana vigentes em quase todos os estados, à exceção de Rondônia e Roraima onde é observada relativa similitude entre as taxas de fecundidade total.

A evolução da TFT mostra que, quando a queda da fecundidade na Amazônia tem início, ela ocorre de uma forma bastante veloz, não se diferencia entre os estados e atinge quase que igualmente as populações urbanas e rurais. Em nível agregado, a queda da fecundidade entre os dois últimos recenseamentos foi da ordem de 2,1 filhos por mulher, sem grandes diferenças entre os estados. Apenas no Amapá a queda ficou em torno de 2,3 filhos por mulher, e nos demais, a redução oscilou entre dois e 2,1, valores estes que são muito mais elevados do que aqueles observados nas outras regiões onde o processo já se encontrava em evolução. Na Amazônia, a redução dos níveis de fecundidade tende a ser homogênea entre as diferentes condições de domicílio, não sendo tão visível o fenômeno observado nas demais regiões do país, onde a queda da fecundidade seria inicialmente mais elevada nas áreas urbanas do que nas rurais. Na região Norte, enquanto entre as duas décadas a queda na fecundidade urbana teria sido de 1,7 filhos por mulher (redução relativa de 1/3), a diminuição nas áreas rurais teria sido de 2,4 filhos por mulher (redução relativa de pouco menos de 1/3).

A similitude entre as quedas dos níveis de fecundidade, segundo a situação de domicílio, resulta em que os diferenciais de fecundidade urbano e rural mantêm-se, em termos relativos, similares àqueles do período anterior, sugerindo a possibilidade de uma maior queda futura nos níveis da fecundidade rural, dependente da velocidade com que as mudanças no comportamento reprodutivo atinjam as populações rurais da Amazônia.

Em que pese a restrição do tamanho da amostra para alguns grupos etários específicos, o que tende a reduzir a confiabilidade das estimativas dos níveis de fecundidade dos estados, os dados da Tabela 8 mostram uma sensível diminuição dos níveis da fecundidade urbana no espaço de quatro anos entre o censo de 1991 e a PNAD de 1995. Para o conjunto da população amazônica, foi observada uma redução superior a 20% no período, que, quando comparada com os 32% verificados na década de 80, sugere uma ampliação na velocidade da queda da fecundidade, que é tanto mais importante quando se tem em conta que a TFT urbana na região Norte já tinha se reduzido para 3,6 filhos por mulher, segundo os dados do Censo de 1991.

Em termos agregados, as estimativas a partir dos dados da PNAD são corroboradas pelos dados da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Demografia –

PNDS – 1996, que mostram que a Taxa de Fecundidade Total – TFT – na região Norte (que se refere apenas à população urbana) seria de 2,8 filhos por mulher, abaixo daquela encontrada no Nordeste (3,1 filhos por mulher, para o total da população, como em todas as demais regiões), mas mais elevada do que os 2,4 da região Centro-Leste (Minas Gerais e Espírito Santo), 2,3 do Centro-Oeste e Sul, 2,2 de São Paulo e 2,1 do Rio de Janeiro (dados não apresentados), atestando a ampliação na velocidade de redução na fecundidade da região.

Os resultados desta pesquisa mostram que, adicionalmente, nada menos que 72,3% das mulheres das áreas urbanas da Amazônia atualmente unidas estão utilizando algum método anticoncepcional, sendo que, entre estas, o número de mulheres esterilizadas (51,3%) é quase cinco vezes maior do que o daquelas que fazem uso de pílulas (11,1%). Esta tão alta proporção de mulheres esterilizadas confere à região a primeira posição no *ranking* nacional de esterilizações, quando medida pela razão entre o número de esterilizadas e de usuárias de métodos, superando inclusive, ainda que marginalmente, a região Centro-Oeste, onde, para as 84,5% das usuárias de métodos anticoncepcionais, a contribuição das esterilizadas ascende a 59,5 pontos percentuais, de acordo com a pesquisa da BEMFAM.

Tão alto percentual de opção por um método definitivo de cessação da reprodução mostra que não tem nada de conjuntural o movimento de queda dos níveis de fecundidade na região, uma vez que a escolha da esterilização pressupõe uma postura, em relação à reprodução, distinta daquela quando os métodos são reversíveis, projetando-se, desta forma, uma tendência de continuidade de queda na fecundidade regional que, rapidamente, tenderá a convergir para os níveis de fecundidade vigentes nas regiões que iniciaram o declínio com anterioridade.

Para tão ampla redução nos níveis da fecundidade regional muito contribuiu a queda da fecundidade das mulheres acima de 30 anos, que reduziram drasticamente o número de filhos. Também foi importante a variação negativa observada no grupo de mulheres entre 25 e 30 anos de idade, a qual tendeu a compensar o aumento verificado entre as adolescentes, conforme mostrado nos dados da Tabela 9.

Tabela 9

Amazônia – Taxas de fecundidade (por 1000) por situação do domicílio segundo grupos de idades – 1975/80, 1986/91, 1990/95

Grupos de Idades	1975/80			1986/91			1990/95
	urbano	rural	total	urbano	rural	total	urbano
15 – 19	84,6	139,1	107,2	127,3	174,1	143,6	111,0
20 – 24	244,1	349,3	287,5	204,6	283,0	231,6	183,6
25 – 29	269,4	366,2	310,6	164,7	251,0	194,4	125,5
30 – 34	208,8	309,5	252,5	105,3	182,3	132,3	87,5
35 – 39	145,3	251,3	193,5	69,6	132,5	91,8	47,1
40 – 44	76,2	133,0	101,3	36,6	73,1	50,1	32,7
45 – 49	22,0	49,4	33,7	9,8	23,8	15,1	1,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991); PNAD (1995).

Entre 1975/80 e 1986/91, a queda dos níveis de fecundidade entre as mulheres de 25 a 29 anos, tanto nas áreas urbanas como rurais, foi tão ampla que a cúspide da função fecundidade deslocou-se para a esquerda, centrando-se no grupo 20 a 24 anos. Tal acontecimento, associado à ampliação da fecundidade das adolescentes e à ampla redução da fecundidade das mulheres acima de 30 anos, resultou em um forte rejuvenescimento da fecundidade regional na última década. A redução da amplitude das idades fecundas pode ser vislumbrada pelo fato de que, de acordo com os dados do Censo de 1991, as mulheres com menos de 30 anos respondem por 2/3 da fecundidade total, sendo que esta participação era de 54,8% no período anterior. Da mesma forma, em função do encurtamento da vida reprodutiva das mulheres da Amazônia, a idade média da função fecundidade declinou de 29,7 anos para 27,5 anos entre os dois períodos em consideração.

O aumento mais elevado da fecundidade das adolescentes residentes nas áreas urbanas e a maior redução da fecundidade das mulheres do grupo 20-24 anos residentes nas áreas rurais contribuíram para diminuir a diferença relativa entre a fecundidade urbana e rural da região Norte. Entretanto, a mais ampla redução da fecundidade das mulheres de 30 anos e mais com domicílio urbano ampliou as diferenças de fecundidade segundo a condição de domicílio. Como resultado, a fecundidade rural continua a apresentar-se com uma participação ainda relativamente expressiva das mulheres acima de 30 anos (1/5

da fecundidade total) e a idade média da função da fecundidade nas áreas rurais é 1,1 anos maior (28,1 anos) do que nas áreas urbanas.

Conforme mostram os dados da Tabela 9, entre as décadas de 70 e 80, à semelhança do ocorrido em outras partes do país, a fecundidade das adolescentes da região Norte cresceu substantivamente, particularmente entre as residentes nas áreas urbanas. A magnitude desta transformação, que resultou na duplicação do peso deste grupo etário na fecundidade urbana, pode ser avaliada através da verificação de que os níveis recentes da fecundidade adolescente superam os das mulheres de 30-35 anos (exceto nas áreas rurais), enquanto na década precedente a mesma era similar à das mulheres do grupo 40-45 anos; ou pelo fato de que nos anos 70, em relação à fecundidade total, este grupo de idades era o quinto, respondendo por pouco mais de 8% da fecundidade total e passou a ocupar a terceira mais elevada posição, superada apenas pelas mulheres que estavam nos seus 20 anos (contribuindo com quase 17% para a fecundidade total).

Em termos relativos, cresce a participação do grupo 20-24 anos, mantém-se relativamente estável a importância do grupo 25-29 anos e declina o peso dos demais grupos etários, em particular o do último grupo de idades que, nas áreas urbanas, torna-se um evento raro, uma vez que a taxa de fecundidade destas mulheres reduz-se a menos de um nascimento para cada cem mulheres.

Os resultados da PNAD-95, que dizem respeito exclusivamente à população urbana, mostram a manutenção da trajetória descendente da fecundidade. A evolução da fecundidade por idade no período aponta para um fenômeno não esperado, que é o da queda da fecundidade das adolescentes, que, entre o Censo de 91 e a PNAD-95 teria apresentado uma redução de 10% em seus níveis de reprodução. O caráter amostral da PNAD e o relativamente modesto número de nascimentos que ocorrem neste subcontingente feminino sugerem que se trate com a devida cautela tal variação. Entretanto, os resultados da pesquisa da BEMFAM-96 corroboram os níveis de fecundidade revelados pela PNAD-95.

De qualquer forma, a queda de 18% em apenas quatro anos aponta no sentido de ser intensa e irreversível a diminuição da fecundidade na Amazônia, no curto e médio prazos. O movimento descensional mostra a consolidação da primazia do grupo 20-24 anos para a fecundidade total e o concomitante

rejuvenescimento da mesma, em função da queda da fecundidade das mulheres acima de 30 anos, ampliada pela redução da fecundidade das mulheres de 25-29 anos. Se em 1986/91, metade da fecundidade total era realizada pelas mulheres de 20 anos, de acordo com os dados de 1995, este percentual é realizado pelas jovens entre 15 e 25 anos.

Mantidas as tendências de queda dos níveis de fecundidade na região Norte, pode-se presumir pela continuidade do padrão de redução, que resulta em uma ampliação relativa da importância dos grupos etários iniciais da distribuição, e a continuada redução da participação relativa dos grupos de mulheres acima dos 30 anos de idade. Como há um maior espaço para a queda na fecundidade rural, pode-se presumir que, à medida em que os novos padrões de comportamento reprodutivo disseminem-se ainda mais na Amazônia, as tendências de redução da fecundidade rural deverão ser mais fortes nos próximos anos, apresentando uma progressiva convergência de padrões reprodutivos por idade.

A mortalidade

As taxas de mortalidade da população amazônica sempre foram relativamente baixas, mesmo entre a população rural, supostamente desassistida dos serviços básicos de saúde, em função da dispersão espacial da população, do mais fácil acesso da mesma aos bens e serviços básicos e da política de municipalização dos investimentos sociais, que caracterizavam a região até muito recentemente (Moura et al., 1990).

As estimativas de mortalidade, com base nos procedimentos indiretos, devem ser avaliadas com cuidado dada a ampla sensibilidade das mesmas a erros amostrais, o que, tendo em conta o reduzido contingente demográfico presente em alguns estados da região Norte, implica na necessidade de se ter a devida cautela quando da análise das estimativas desagregadas.

Conforme mostram os dados apresentados à Tabela 10, estimados a partir da metodologia de Brass e utilizando as tábuas modelo Brasil como padrão, são relativamente elevados os níveis de esperança de vida vigentes na região. Desta forma, de acordo com os dados do Censo de 1980, um recém-

nascido amazônico esperava viver em média 60,1 anos, sendo que não havia praticamente nenhuma diferença entre a média de vida da população urbana e da população rural. Entre os estados, entretanto, são observadas diferenças no que tange à mortalidade, sendo as mesmas significativamente inferiores em Roraima (onde a esperança de vida ao nascer atingia 68,1 anos) do que em Rondônia (cuja população, em conformidade com os dados do Censo de 1980, tinham uma esperança de vida ao nascer de 58,2 anos). Ainda que entre estas duas populações as diferenças sejam amplas, quando se toma o restante dos estados as diferenças reduzem-se sensivelmente, sendo maior entre o Acre (59,1 anos) e o Amapá (64,8 anos).

Tabela 10

Amazônia e Estados – Esperança de vida por situação do domicílio, (1975/80, 1986/91, 1990/95)

Estados	1975/80			1986/91			1990/95
	urbano	rural	total	urbano	rural	total	(urbano)
Amazonas	59,6	62,1	60,5	65,2	67,6	65,9	68,5
Acre	59,0	59,1	59,1	61,7	62,2	61,9	66,5
Roraima	66,1	72,4	68,1	67,2	64,6	66,4	64,5
Amapá	66,5	63,4	64,8	69,2	66,1	68,4	69,7
Pará	59,9	60,0	60,0	63,4	63,3	63,3	64,1
Rondônia	58,0	58,4	58,2	65,7	64,2	65,1	70,4
Amazônia	59,8	60,4	60,1	64,4	64,2	64,2	66,0

Fonte: 1975/80, 1991 – Dados brutos: Censo Demográfico (1980 e 1991); 1995: PNAD (1995).

Segundo a situação do domicílio, ainda que na década de 70, em nível agregado, não haja diferenças entre a mortalidade urbana e rural, quando os estados são considerados, encontra-se que a mortalidade rural em Roraima é por demais inferior à mortalidade urbana. Os baixos níveis de mortalidade rural encontrados neste estado, possivelmente associados a problemas amostrais, sugerem que se considere com bastante cautela as estimativas de mortalidade de Roraima. Quando se descartam os dados referentes a Roraima, a mais significativa diferença de níveis de mortalidade é observada no estado do Amapá, onde a esperança de vida urbana é 3,1 anos superior à rural.

Segundo os dados do Recenseamento de 1991, a mortalidade amazônica teria sofrido uma variação relativamente modesta no intervalo intercensitário, ampliando-se em 4,1 anos a vida média da população regional.

Esta redução de mortalidade teria ocorrido com mais intensidade entre os segmentos urbanos, os quais passariam a apresentar níveis de mortalidade mais baixos do que os da população rural, revertendo a situação da década anterior, quando a mortalidade rural era inferior à urbana. No estado do Amazonas, a mortalidade rural continua a ser significativamente mais baixa do que a mortalidade urbana, tendo ambos os contingentes demográficos apresentado variações absolutas bastante similares.

O estado de Rondônia teria experimentado o maior decréscimo nos níveis de mortalidade (ampliação de 6,9 anos na esperança de vida ao nascer) enquanto no Acre seria menor a variação (2,8 anos). O decréscimo no valor da estimativa da vida média da população de Roraima reforça a sugestão de cautela na análise dos dados deste estado.

Com exceção de Rondônia, onde o decréscimo da mortalidade urbana em muito superou a redução na mortalidade rural, e o Acre, onde a variação na mortalidade rural foi maior do que a urbana, mas em menor expressão do que a ocorrida em Rondônia, nos demais estados a ampliação da esperança de vida urbana foi bastante semelhante à variação da esperança de vida ao nascer rural. Em consequência, para a reversão nos diferenciais de mortalidade urbanos/rurais favoráveis às áreas rurais contribuiu em escala bem modesta a variação no Pará, onde a ampliação da vida média urbana foi ligeiramente superior à rural e, com maior peso, as variações em Rondônia, onde a ampliação da esperança de vida da população urbana foi 1,9 anos maior do que a rural (Pará, Amapá e Amazonas experimentaram variações absolutas de esperança de vida similares para as populações urbanas e rurais).

As estimativas de mortalidade com base nos dados da PNAD-95 (que dizem respeito tão somente à população urbana) mostram a continuidade da queda da mortalidade em todos os estados. Esta tende a ocorrer em menor proporção, já que a população cada vez mais se aproxima dos patamares de mortalidade que tornam cada vez mais difícil a sua redução, que não por maciços investimentos em saúde preventiva e mudanças de hábitos de vida e consumo de difícil obtenção.

Na Tabela 11, são apresentados os níveis de mortalidade infantil vigentes na Amazônia e estados, por situação de domicílio.

Constatam-se, ainda, níveis de mortalidade infantil bastante elevados entre os residentes na Amazônia; níveis estes que, entretanto, ficam bastante aquém dos vigentes no Nordeste. Na comparação entre as duas décadas, identifica-se uma redução das perdas infantis, mormente em Rondônia, Amazonas e Pará. Nestes estados, assim como no Amapá, tanto a mortalidade infantil rural como a urbana declinaram de forma expressiva, sendo significativo o decréscimo observado entre os recém-nascidos das zonas urbanas de Rondônia. De fato, apenas no estado do Acre o decréscimo da mortalidade infantil foi mais modesto, tendo sido um pouco mais amplo nas áreas rurais do que nas urbanas.

Tabela 11

Amazônia, Estados – Taxa de mortalidade infantil (1q0) por situação do domicílio, (1975/80 – 1986/91)

Estados	1975/80			1986/91		
	urbano	rural	total	urbano	rural	total
Amazonas	82,0	68,9	76,9	54,8	45,3	51,9
Acre	85,1	84,5	84,7	70,6	68,2	69,7
Roraima	50,7	29,4	43,4	46,6	57,0	49,9
Amapá	49,5	62,8	56,1	39,5	50,7	42,3
Pará	80,1	79,4	79,9	62,7	63,2	62,9
Rondônia	91,2	88,5	89,9	52,4	58,8	54,9
Amazônia	80,7	77,6	79,1	58,1	59,8	58,8

Fonte: 1975/80, 1991 – Dados brutos: Censo Demográfico (1980 e 1991).

No que respeita ao padrão de mortalidade, são insuficientes e de pouca confiança os dados sobre óbitos por sexo e idade disponíveis para o conjunto da população da Amazônia. Dado o elevado grau de subestimação e de cobertura diferencial por sexo, idade e espaços geográficos torna-se temerária a avaliação do padrão de mortalidade regional. Ainda assim, na Tabela 12 são apresentados os valores de nq_x por sexo, calculados a partir das informações sobre óbitos, por grupos de idade selecionados, provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde, referentes ao triênio 1990/92.

Tabela 12
 Amazônia – Valores de nq_x por sexo, (1990/92)

Idades	Homens	Mulheres
00 – 01	0,02841	0,02259
01 – 05	0,10900	0,08739
05 – 10	0,00768	0,00681
10 – 15	0,00262	0,00187
15 – 20	0,00271	0,00165
20 – 30	0,01311	0,00585
30 – 40	0,02354	0,01541
40 – 50	0,03149	0,01991
50 – 60	0,04691	0,02705
60 – 70	0,08837	0,04278
70 – 80	0,17185	0,07309

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde – SIM; IBGE. Censo Demográfico (1991).

Identifica-se de imediato a subenumeração dos óbitos infantis quando é comparada a probabilidade de morte no primeiro ano de vida com aquela do grupo seguinte. Tomando-se como referência as estimativas da Tabela 11 (58,8 por mil), a cobertura dos óbitos dos recém-nascidos seria pouco superior a 40%.

Ademais, chama a atenção os elevados níveis de mortalidade na infância (entre um e cinco anos de idades), particularmente do sexo masculino, o que quando comparado com a mortalidade observada nos grupos etários seguintes, mostra que também neste grupo de idades haveria uma sensível subenumeração de óbitos.

Com uma evolução bastante suave nos grupos etários jovens e entre a população adulta jovem, e um rápido incremento nas idades mais velhas, destaca-se neste conjunto de idades tão somente a mais ampla mortalidade masculina. Neste sentido, é digno de nota a mais elevada mortalidade masculina no grupo de 20-30 anos de idade, quando comparada com a feminina e, mais particularmente, em relação aos grupos adjacentes de idades, sugerindo a possibilidade de que também na Amazônia tenha ocorrido, no período mais recente, o fenômeno de ampliação da mortalidade masculina adulta jovem que tende a acontecer em várias outras regiões do país.

A principal razão para a sobremortalidade masculina deve-se ao grande número de óbitos por causas externas, como é possível verificar a partir das

informações constantes da última coluna da Tabela 13, onde são apresentadas as quatro principais causas de morte que vigoram na Amazônia, por grupos de idade e sexo.

A região amazônica apresenta uma distribuição bimodal na composição das causas de morte, evidenciando situar-se em estágio intermediário da transição epidemiológica: as causas de morte associadas às precárias condições de vida da população (doenças infecciosas e parasitárias) convivem com causas de morte próprias de áreas desenvolvidas (doenças do aparelho circulatório).

A fragilidade endógena do recém-nascido, agravada pela fragilidade protetora do meio ambiente em que vive, faz com que a mortalidade infantil seja quase que totalmente resultante do conjunto de causas associadas as afecções do período perinatal e das doenças infecciosas e parasitárias. As precárias condições de saneamento básico que caracterizam as áreas de assentamento urbano das populações pobres, constantemente ampliadas pelo processo de periferação-pauperização dos aglomerados urbanos, associadas às deficiências do sistema de atendimento médico-hospitalar, quando conjugadas com os níveis de renda da população pobre, constitui o conjunto de fatores determinantes da continuidade das altas proporções de óbitos associados a estas causas de morte.

Depois do primeiro ano de vida, as causas associadas às condições gerais de saneamento ambiental juntam-se às doenças do aparelho respiratório na composição dos óbitos dos menores de cinco anos. É digno de nota que já neste grupo de idades, entre os homens, as causas externas assumem papel de destaque. Este conjunto de causas, em verdade, constituir-se-á na principal causa de óbitos entre homens e mulheres até os 50 anos de idade, sendo notável a importância das mesmas entre a população masculina entre 15 e 30 anos (quase 2/3 dos óbitos masculinos registrados têm como causa este conjunto de determinantes). É bem verdade que é possível que tal peso deva-se ao fato de que estas causas sejam melhor contabilizadas do que as demais, principalmente por serem, em sua grande maioria, de notificação compulsória – homicídios, suicídios, acidentes de trânsito. Entretanto, além de seu volume, chama a atenção o seu diferencial por sexo, razão pela qual se pode imputar que a região Norte também estaria a experimentar uma mais ampla sobremortalidade

masculina em função do conjunto de causas associadas às violências contra a vida.

A partir dos 50 anos de idade, tanto para homens como para mulheres, as doenças do aparelho circulatório, juntamente com os neoplasmas, passam a constituir as principais causas de óbitos, sendo que, a partir dos 60 anos de idade, são responsáveis por mais da metade dos óbitos de causas conhecidas.

Uma avaliação das informações sobre as causas de morte relativas ao ano de 1986 mostra que o conjunto das causas de maior peso não mudou no quinquênio, remontando, provavelmente, a inícios dos anos 80 a característica da forte presença dos óbitos devidos às doenças infecciosas e parasitárias e às doenças do aparelho circulatório.

Na parte inferior da Tabela 13 são apresentados os óbitos, por idade e sexo, para as cidades de Manaus e Belém, com o intuito de chamar a atenção para o fato de que a maior parcela das informações sobre óbitos provêm destas duas cidades, referendando o senso comum de que o registro de óbitos, quando efetivado, tende a ocorrer nos municípios das capitais. Qual seja, os 2,3 milhões de habitantes destas duas capitais (pouco mais de 20% da população total) reportam 34% dos óbitos registrados em toda a região Norte: há, assim, indicativo da necessidade de ter-se em conta o viés urbano introduzido nas informações disponíveis, quando da análise da mortalidade na Amazônia. As tendências de evolução da mortalidade na região apontam para um arrefecimento na redução dos níveis de mortalidade em função dos patamares atingidos pela mesma e pela tendência à ampliação do peso das causas de morte difíceis de evitar.

Tabela 13
Amazônia – Proporção dos óbitos por grupos de idade segundo as 4 principais causas de óbitos e sexo – 1991

Grupos de causas	Sexo	Grupos de idades											Total			
		< 1 ano	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79		80 e +		
I	Homens	18,4	24,8	12,7	15,3	7,8	6,9									8,4
	Mulheres	19,5	22,0	20,6	16,0	15,1	14,3									9,3
II	Homens			6,5	5,8											6,1
	Mulheres			7,5			13,4	21,1	20,8							8,6
III	Homens															2,2
	Mulheres															3,4
VII	Homens					2,5	3,5									6,4
	Mulheres				6,0	10,0	14,7	24,9	29,0	32,0	34,5	32,1	29,7			16,3
VIII	Homens	6,8	11,7													20,7
	Mulheres	7,1	14,5	9,7												4,8
IX	Homens															6,4
	Mulheres															7,8
XV	Homens	39,9														3,6
	Mulheres	37,7									6,2	7,1				2,4
XVI	Homens	23,6	34,7	23,2	19,0	12,3	14,0	18,0	26,1	29,5	29,2	39,6	45,3			27,6
	Mulheres	24,3	38,3	21,0	18,3	19,2	18,4	24,7	25,2	26,5	29,8	34,7	43,1			30,3
XVII	Homens		12,8	36,9	40,8	66,9	64,5	50,1	28,8	13,6						20,7
	Mulheres	10,4	26,2	30,5	32,8	23,4	15,1	7,7								5,9
Demais	Homens	11,3	16,0	20,8	19,0	10,4	11,2	16,6	21,8	20,6	20,8	12,9	11,9			3,7
	Mulheres	11,3	14,7	22,6	27,7	26,8	33,9	32,1	21,1	18,9	18,5	14,9	9,6			5,5
Total	Homens	3.560	853	372	326	750	2.009	1.922	1.809	2.129	2.686	2.736	1.984			21.500
	Mulheres	2.713	682	249	213	318	658	754	857	1.091	1.485	2.005	2.471			13.634
Manaus	Homens	728	131	55	55	164	374	293	311	303	414	356	239			3.456
	Mulheres	557	104	47	23	44	100	109	139	168	243	291	360			2.209
Belém	Homens	559	121	66	46	119	312	291	267	420	540	469	342			3.629
	Mulheres	431	66	38	34	54	109	142	163	254	343	491	623			2.783

Fonte dos dados básicos: Brasil. Ministério da Saúde – SIM.

Grupos de causas de óbitos: I - Doenças infecciosas e parasitárias; II - Neoplasmas; III - Doenças das glândulas endócrinas, Metab e transt imunitários; VII - Doenças do aparelho circulatório; VIII - Doenças do aparelho respiratório; IX - Doenças do aparelho digestivo; XV - Algumas afecções originadas do período perinatal; XVI - Sintomas, sinais e afecções mal definidas; XVII - Causas externas.

A dimensão migratória

O período 1980/90

Cerca de 1.339 mil pessoas residentes na região Norte classificaram-se como migrantes interestaduais, isto é como pessoas que se deslocaram pelo menos uma vez, durante o período 1980/90,⁹ para um estado nortista diferente daquele em que se achavam residindo em início do referido período. Desse total de migrantes, cerca de 293 mil tinham feito seu último deslocamento interestadual a partir de um estado da própria região Norte (migrantes intra-regionais), sendo todo o restante – cerca de 1.046,3 mil pessoas (78% do total de migrantes) – oriundo de estados localizados em outras regiões brasileiras (migrantes inter-regionais). Cumpre também incluir no total cerca de 116 mil migrantes de retorno, isto é, naturais dos estados nortistas que, durante o período 1980/91, regressaram à Unidade da Federação de nascimento.¹⁰

Não obstante tais grandezas, o referido Censo demonstrou a pouca importância relativa que o conjunto de migrantes assumiu sobre o efetivo populacional residente na região Norte como um todo: cerca de 3% e de 10% no tocante aos migrantes intra-regionais e inter-regionais, respectivamente. Apesar de ter havido algum aumento no número absoluto de migrantes residentes na região entre as duas últimas décadas, a participação conjunta desses dois efetivos sobre a população total residente praticamente não se alterou nesses dois períodos, tendo se situado em torno de 14%.¹¹

Descendo ao exame da Tabela 14, é possível notar ter sido a migração intra-regional, nos anos 80, majoritária ou bastante significativa nos casos do Acre, Amazonas e, principalmente, Amapá. Já a migração inter-regional apareceu com maior destaque no tocante aos demais estados e, principalmente, nos casos do Tocantins, Roraima e Rondônia. Por sinal, foram estes dois

9. As informações contidas neste capítulo referem-se, salvo quando for especificamente mencionado, ao decênio 1980/90. Para isso, efetuaram-se ajustamentos dos dados censitários de 1991 referentes ao período de 1980/91.

10. Esta última informação foi extraída de Ribeiro (1996). Segundo esse autor, dentre os migrantes que realizaram migração de retorno, 58% fizeram-na para municípios diferentes dos de nascimento e 52% fizeram-na em apenas uma etapa. Os estados do Pará, Tocantins e Amazonas constituíram os principais destinos dos retornados, com percentuais de 45%, 20% e 16%, respectivamente.

11. Cf. Brasil (1997).

últimos estados aqueles nos quais os migrantes assumiram a participação mais expressiva de todas na composição dos respectivos efetivos populacionais. Em Roraima, chegaram a representar quase 30% do efetivo populacional residente e, em Rondônia, nada menos do que 37%. Embora, em números absolutos, tenham os migrantes se mostrado mais numerosos no estado do Pará, o fato é que, devido à elevada dimensão da sua população total, corresponderam eles tão somente a uma décima parte da mesma.

Tabela 14

Região Norte – População residente por situação em relação à migração, segundo as Unidades da Federação, (1990)

Unidades da Federação	Migrantes interestaduais ⁽¹⁾			Não-migrantes ⁽²⁾	População residente
	Intra-regionais	Inter-regionais	Total de migrantes		
I. Números absolutos (1.000)					
Rondônia	46,3	369,9	416,2	633,6	1.049,8
Acre	15,0	14,9	29,8	375,7	405,5
Amazonas	59,2	56,2	115,3	1.915,4	2.030,7
Roraima	22,8	40,8	63,6	134,9	198,5
Pará	89,3	412,6	510,9	4.273,4	4.784,3
Amapá	33,8	9,8	43,7	232,8	276,5
Tocantins	26,2	133,1	159,3	742,5	901,8
Região Norte	292,7	1.046,3	1.338,9	8.308,2	9.647,1
II. Números relativos (%)					
Rondônia	4,1	32,6	36,7	63,3	100,0
Acre	3,6	3,6	7,2	92,8	100,0
Amazonas	2,8	2,7	5,5	94,5	100,0
Roraima	10,5	18,7	29,2	70,8	100,0
Pará	1,8	8,5	10,3	89,7	100,0
Amapá	11,7	3,4	15,1	84,9	100,0
Tocantins	2,9	14,5	17,3	82,7	100,0
Região Norte	2,9	10,4	13,4	86,6	100,0

Notas: (1)A divisão entre migrantes intra-regionais e inter-regionais teve por base as proporções registradas no estudo de Brasil (1997); (2)Pessoas com mais de 10 anos de residência (migrantes vitalícios) ou que nunca migraram.

Observação: Os dados foram ajustados para o ano de 1990.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Rondônia e Acre foram os estados da região nos quais não se mostrou majoritária, na década passada, a migração oriunda do Nordeste (Tabela 15). No caso do Acre, onde predominaram os migrantes intra-regionais, a migração inter-regional de origem nordestina teve praticamente a mesma ou quase a

mesma expressividade que a oriunda do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul do país. Já no caso de Rondônia, predominaram os fluxos migratórios oriundos das regiões Sul e Sudeste. Tal migração teria correspondido ao prosseguimento, nos primeiros anos da década de 80, da tendência aguçada na década anterior quando, por efeito da desruralização da população residente em alguns estados destas duas regiões (Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente), houve uma evasão maciça de pequenos proprietários rurais e arrendatários que, de forma espontânea ou estimulada, procuraram se radicar em áreas então abundantes e baratas da região Centro-Oeste, com prolongamentos até a região do atual estado de Rondônia, principalmente. Marília Brasil (1997), ao comparar os resultados censitários pertinentes às décadas de 70 e 80, aponta algo que os dados da contagem populacional realizada em 1996 posteriormente viriam também a sugerir, ou seja, a tendência de arrefecimento da importância relativa do Sul e do Sudeste como origem dos migrantes localizados em Rondônia e, por extensão, em toda a região Norte (Brasil, 1997). Na medida do possível, os dados dessa contagem serão explorados no item seguinte.

O outro estado da região Norte onde o contingente migrante assumiu maior expressão relativa foi Roraima. Trata-se, como se sabe, do estado mais setentrional do país, correspondendo a uma fronteira de recursos e a uma região ainda de penetração e povoamento. Até bem recentemente, era considerada uma área de segurança nacional e, como tal, na qualidade de Território Federal, administrada pelo Exército brasileiro. Mas nem por isto ficou imune à penetração de migrantes orientados em função da extração de recursos minerais (frentes garimpeiras) ou mesmo de atividades agrocoletoras e agropecuárias, iniciadas e/ou intensificadas nos anos 70 mas, em parte, ainda ativas durante os anos 80. A contagem populacional de 1996 indicou o que parece ter sido um significativo esmorecimento ou mesmo cessação desses fluxos. Crocia de Barros, por exemplo, em estudo recente sobre a mobilidade populacional de Roraima, assinala que a reprodução do sistema coleta-roça já está em algumas áreas, enfrentando sérios problemas de sustentabilidade, com a escassez da castanha e das madeiras de alto valor, e que, por isto, a migração orientada preferencialmente para a pecuária, mais capitalizada e menos absorvedora de população, vem ganhando grande importância das atividades agroextrativistas que congregam maiores contingentes de migrantes (Crocia de Barros, 1996).

Tabela 15

Região Norte: população migrante residente por macrorregião de origem⁽¹⁾, segundo as Unidades da Federação, (1990)

Unidades da Federação	Macrorregião de origem					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
I. Números absolutos (1.000)						
Rondônia	46,3	59,4	115,8	117,0	77,7	416,2
Acre	15,0	4,1	4,0	3,1	3,7	29,8
Amazonas	59,2	32,2	13,9	6,0	4,1	115,3
Roraima	22,8	32,8	3,1	2,0	2,9	63,6
Pará	89,3	303,8	52,3	18,3	47,2	510,9
Amapá	33,8	6,9	1,7	0,6	0,6	43,7
Tocantins	26,2	65,8	14,7	5,7	46,9	159,3
Total	292,7	505,0	205,5	152,7	183,1	1.338,9
Região Norte	-	505,0	205,5	152,7	183,1	1.046,3
II. Números relativos						
Rondônia	11,1	14,3	27,8	28,1	18,7	100,0
Acre	50,1	13,6	13,5	10,5	12,3	100,0
Amazonas	51,3	27,9	12,0	5,2	3,6	100,0
Roraima	35,9	51,6	4,8	3,1	4,6	100,0
Pará	17,5	59,5	10,2	3,6	9,2	100,0
Amapá	77,5	15,8	3,8	1,4	1,5	100,0
Tocantins	16,5	41,3	9,2	3,6	29,4	100,0
Total	21,9	37,7	15,4	11,4	13,7	100,0
Região Norte	-	48,3	19,6	14,6	17,5	100,0

(1) A estimativa dos migrantes classificados por macrorregião de origem teve por base as proporções registradas no estudo de Brasil (1997).

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Pelos dados de Ribeiro, chega-se a que 725 mil pessoas deixaram os estados nortistas de residência durante o período 1980/91, das quais aproximadamente 450 mil (cerca de 63%) emigraram para outras regiões do país, a saber: 150 mil (33%) para o Nordeste, 120 mil (26%) para o Sudeste, 45 mil (10%) para o Sul e 135 mil (30%) para o Centro-Oeste.¹² Segundo o referido autor, as Unidades da Federação de outras regiões que receberam maior número de pessoas oriundas do Norte foram o Maranhão, Goiás e São Paulo, dentre as quais as duas primeiras devem ter seus resultados bastante afetados pela sua própria contiguidade territorial com Unidades Federativas situadas na região emissora (Ribeiro, 1997).

12. Cf. Ribeiro (1997). Notar que os dados contidos no trabalho desse autor foram reajustados para o período decenal 1980/90.

Apresentam-se à Tabela 16 os saldos, taxas e relações migratórias pertinentes à região e seus estados durante o período 1980/90. De chamar mais a atenção é a reduzida importância que, em termos relativos, o saldo (i)migratório líquido teria assumido não só em relação à região (apenas 7% do contingente residente em meio do período), como à maioria dos estados, particularmente os do Acre, Amazonas e Tocantins (relações de 0,6, 1,6 e 3,6, respectivamente). Em números absolutos, os saldos (i)migratórios líquidos mais expressivos corresponderam aos estados de Rondônia, Pará e, até certo ponto, Roraima, embora, também no segundo destes casos, tenha ele representado proporção bem reduzida (cerca de 5%) do volume populacional do estado. De fato, os dois estados nortistas nos quais a (i)migração teria assumido, em termos relativos, expressão significativa na década de 80 foram Rondônia e Roraima, com relações (i)migratórias líquidas que ascenderam a 36% e 37% dos respectivos contingentes populacionais.

Tabela 16
Região Norte – Saldos, taxas e relações migratórias, segundo as Unidades da Federação, 1980/90

Unidades da Federação	População migrante (em 1.000)			Crescimento Populacional (% a.a.)		Taxas e relações migratórias ⁽¹⁾ (por 1000)		
	Imigrante (I)	Emigrante (II)	Saldo (III)	Com migração (IV)	Sem migração (V)	Imigração (VI)	Emigração (VII)	Migração líquida (VIII)
Rondônia	416,2	142,7	273,5 (357,1)	7,9	5,4 (3,5)	54,0	18,5	35,5 (46,4)
Acre	29,8	27,5	2,3	3,0	3,0	8,4	7,8	0,6
Amazonas	115,3	87,9	27,4	3,6	3,5	6,7	5,1	1,6
Roraima	63,6	12,3	51,3 (86,8)	9,6	7,1 (3,5)	45,8	8,9	36,9 (62,5)
Pará	510,9	312,5	198,4	3,5	3,1	12,5	7,6	4,9
Amapá	43,7	12,4	31,3	4,7	3,6	19,3	5,5	13,8
Tocantins	159,3	130,0	29,3	2,6	1,9	19,4	15,9	3,6
Soma	1.338,8	725,3	613,5 (732,6)	-	-	16,5	8,9	7,5 (9,0)
Região Norte	1.046,3	455,3	591,0 (710,1)	3,9	3,3 (3,0)	12,9	5,6	7,3 (8,7)

(1) Calculadas em relação à população residente no estado ou região em meio do período 1980/90.

Fontes dos dados básicos: FIBGE. Censo Demográfico (1991); Ribeiro (1997); Brasil (1997).

Cumpram agora dar destaque às colunas IV e V dessa mesma Tabela, as quais apresentam para comparação as taxas de crescimento populacional da

região Norte e de seus estados **com migração** e **sem migração**. No primeiro caso, as taxas correspondem ao puro e simples crescimento observado na população residente, calculado diretamente das informações censitárias, sem nenhum tipo de ajustamento. Na outra coluna, o crescimento populacional aparece calculado **sem migração**, isto é, após a dedução, nos efetivos de 1990, dos saldos (i)migratórios atinentes à década de 80. Trata-se de um artifício adotado no sentido de permitir ajuizar sobre a qualidade dos dados censitários no tocante à captação do fenômeno migratório. De fato, as taxas **sem migração** devem corresponder ou se aproximar, a grosso modo, das próprias taxas de crescimento natural das populações residentes nessas várias unidades de observação.

Verifica-se que, na região como um todo e na maioria dos estados, as taxas **sem migração** variaram entre três e 3,6% a.a., grandezas estas que se mostram razoavelmente compatíveis com o que seria de esperar em relação ao crescimento natural das respectivas populações. Contudo, ocorreram também resultados bastante díspares no tocante ao estado do Tocantins, onde o crescimento natural teria se mostrado aparentemente débil (1,9% a.a.), e aos estados de Rondônia e de Roraima, exatamente pela situação oposta (taxas de 5,4 e 7,1% a.a., respectivamente). Teria havido assim, no primeiro desses casos, sobrestimação e, nos dois outros subestimação do saldo (i)migratório líquido. É bem verdade, porém, no caso do Tocantins, que a já por si reduzida representatividade do seu saldo (i)migratório líquido e, também, o fato de tratar-se de uma área que outrora fazia parte da região Centro-Oeste, onde se vem registrando a mais rápida queda da fecundidade no país, são atenuantes que levam a não refutar *in limine* a magnitude da taxa de crescimento natural encontrada (sem migração) como comprobatória de uma aceitável captação pelo Censo do fenômeno migratório naquele estado. O mesmo já não se pode dizer com relação a Rondônia e Roraima, cujas elevadas taxas do crescimento (supostamente) natural estariam a indicar a ocorrência, nesses dois estados, de uma forte subestimação dos respectivos saldos (i)migratórios líquidos. Em razão disto e a título de mera especulação, procurou-se fazer uma correção desses saldos (ver valores entre parênteses) com base numa taxa de crescimento natural (sem migração) de 3,5% a.a. (próxima, portanto, da máxima observada

para os demais estados), cujos resultados serviram também para corrigir o saldo regional. Este, segundo tal exercício, teria sido superior em uma quinta parte àquele registrado com base na informação censitária. Resultou também desse exercício a correção da taxa de crescimento natural da região como um todo para 3% a.a. (valor entre parênteses).

Outra base para ajuizar sobre a validade das informações da migração é através do cotejo dos resultados dos saldos migratórios obtidos diretamente via dados censitários com aqueles resultantes da aplicação de um método indireto de estimativa.¹³ Os resultados deste segundo procedimento, para o período 1980/90, constam da Tabela 17.

É possível verificar que, em nível de região, os resultados da estimativa pelo método indireto situaram-se num meio termo entre os resultados obtidos diretamente das informações censitárias antes e após a correção efetuada. Diferiram em cerca de 12% para maior em relação ao cálculo do saldo migratório líquido obtido para a região Norte como um todo antes da mencionada correção, e em cerca de 6% para menor em relação ao saldo corrigido. Diferenciais de grandeza aproximada verificaram-se em relação ao saldo regional obtido mediante a soma dos saldos estaduais. Quanto à taxa de migração líquida obtida pela estimativa indireta ascendeu a 8,3 (i)migrantes (líquidos) por 1000 residentes, ou seja assumiu grandeza superior aos 7,3 (i)migrantes calculados antes da correção e foi inferior à média de 8,7 migrantes obtidos após a correção dos resultados pertinentes aos estados de Rondônia e de Roraima. Portanto, em nível de região Norte, a estimativa indireta estaria também apontando na direção de alguma subestimação do saldo (i)migratório oriundo diretamente da informação censitária, embora em grandeza até mesmo ligeiramente menor da que se obteve após a mencionada correção. Tendo em

13. A metodologia adotada foi a de tomar a migração como resíduo da diferença entre a população recenseada e a população esperada ao final do intervalo intercensitário, sendo esta calculada a partir da população do censo anterior submetida à relação intercensitária de sobrevivência de uma população fechada (população do Brasil na década de 70), corrigida pelo diferencial de mortalidade entre a população em tela e a da região fechada, conforme o fizeram Carvalho & Rigotti (1997) e em capítulo específico desta obra. Para os grupos etários iniciais, adotou-se o procedimento sugerido por Lee, conforme reportado por Carvalho & Rigotti (1997). Observe-se que as diferenças entre a estimativa feita em nível de região como um todo e aquela decorrente da soma das estimativas estaduais podem ser atribuídas a diferenças de mortalidade e de estrutura etária entre um e outro desses dois tipos de observação.

conta a vastidão da região Norte e a alta dispersão de sua população rural, principalmente nas áreas de penetração e de povoamento, assim como a reconhecida dificuldade que caracteriza a captação de informações sobre a mobilidade espacial de uma população, resultados como os que foram apresentados levam a referendar uma qualidade até certo ponto aceitável, em nível de região como um todo, no que concerne à contagem da migração que nela se realizou por ocasião do levantamento censitário de 1991.

Tabela 17

Região Norte: estimativa indireta do saldo líquido migratório e da taxa de migração líquida, segundo as Unidades da Federação, por sexo – 1980/90

Unidades da Federação	Saldo líquido migratório (em 1.000)			Taxa de migração líquida (por 1000)		
	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Homens	Mulheres	Ambos os sexos
Rondônia	208,8	191,0	400,4	55,7	56,2	55,9
Acre	-5,9	-3,5	-9,4	-3,3	-2,0	-2,7
Amazonas	35,8	28,7	64,5	4,2	3,4	3,8
Roraima	63,9	37,1	101,0	96,0	63,8	81,0
Pará	95,6	82,4	178,0	4,7	4,1	4,4
Amapá	14,9	13,6	28,5	13,5	12,4	13,0
Tocantins	-44,7	-53,9	-98,6	-10,7	-13,6	-12,1
Soma	368,4	296,0	695,8	9,5	7,9	8,7
Região Norte	384,8	311,0	664,4	9,1	7,5	8,3

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

Com relação aos estados, o método indireto apresentou boas aproximações em relação a alguns deles, notadamente o Pará e o Amapá: as respectivas taxas de migração líquida desses estados mostraram-se bastante aproximadas daquelas obtidas via método direto. Entretanto, com relação a Rondônia e Roraima, ele conduziu a saldos (i)migratórios e taxas de migração líquida que se mostraram superiores em 46 e 97%, respectivamente, aos valores obtidos por via direta e sem correção, e em 12 e 16% àqueles que resultaram da correção feita. Não parece haver grande dúvida, portanto, de que as informações censitárias de 1991 referentes a esses dois estados padeceram de uma forte subestimação no que concerne à dimensão migratória. Vale comparar e destacar também os resultados pertinentes ao Acre e ao Tocantins. Os saldos migratórios

desses dois estados configuraram-se positivos, pelo método direto, e negativos, pelo método indireto. No caso do Acre, a disparidade quantitativa verificada no respectivo saldo, a despeito da diferença de sinais, não é exagerada, levando à conclusão de que o efeito líquido da migração nesse estado, durante os anos 80, teria sido de monta reduzida. O mesmo já não se pode dizer com relação ao estado do Tocantins, onde parece ter ocorrido uma significativa sobrestimação da imigração (ou subestimação da emigração) havida no estado. É bem provável que isto tenha a ver com dificuldades, por ocasião do Censo, de classificar corretamente o estado de nascimento ou de residência anterior dos entrevistados, numa situação de recentidade do desmembramento para constituir o Tocantins (de uma parte do antigo território pertencente ao estado de Goiás), ou seja, da dificuldade de distinguir claramente em qual desses dois estados se localizava o município de nascimento ou de residência anterior. Por sua vez, a estimativa da migração havida no Tocantins feita pelo método indireto sugere com grande ênfase que a taxa de crescimento do estado seria, de fato, bem mais elevada que a de 1,9% obtida a partir da informação censitária (rever Tabela 16).

O período 1991/96¹⁴

Com relação à migração em período mais recente, a Tabela 18 apresenta o número de migrantes inter-regionais residentes no município onde foram captados pelo Censo de 1991 e pela contagem de 1996 e que, cinco anos antes (1986 e 1991, respectivamente) residiam em outro município diferente daquele no qual habitavam por ocasião desses dois referidos inquéritos. A compatibilização desses dados permite quantificar os movimentos migratórios nos quinquênios 1986/91 e 1991/96 referidos a datas fixas predeterminadas para o início de cada um deles. As informações abaixo acham-se referidas aos movimentos interestaduais ocorridos entre as macrorregiões de destino e origem dos migrantes.

14. Os autores agradecem a Luiz Antonio P. de Oliveira e Cesar Serrato Pinnola, da FIBGE, e a Irineu Rigotti, do CEDEPLAR, pela oferta dos dados sobre a Contagem Populacional de 1996.

Tabela 18

Região Norte – Migrantes inter-regionais segundo as macrorregiões de destino e origem, 1986/91 e 1991/96

Regiões	(em 1000)					
	Emigrantes		Imigrantes		Saldos migratórios	
	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96	1986/91	1991/96
Nordeste	72,9	61,0	217,0	183,0	144,1	122,0
Sudeste	73,3	79,0	78,9	55,0	5,7	-24,0
Sul	29,2	23,0	41,4	20,8	12,3	-2,2
Centro-Oeste	95,4	86,6	71,2	60,1	-24,2	-26,6
Total	270,7	249,5	408,5	318,9	137,8	69,3

Fonte: IBGE. Contagem da População (1996, v. 1).

Como é possível observar, estas informações confirmam o que as inferências feitas a partir de informações não específicas já estavam a indicar: um forte e quase que generalizado esmorecimento do movimento migratório inter-regional na primeira metade da década em curso. Ademais, os dados da Tabela 18, se comparados àqueles pertinentes aos anos 80, também revelam que o referido esmorecimento seqüenciou e intensificou a tendência que realmente já se manifestara na segunda metade da década anterior.

Como se observa, entre um e outro desses quinquênios, o saldo migratório regional caiu pela metade. Isto se deu em conseqüência de uma intensidade algo maior do declínio havido no movimento imigratório em relação ao do movimento emigratório. O fato é que, na primeira metade dos anos 90, a região Norte tornou-se deficitária em suas trocas da população com todas as demais macrorregiões brasileiras, excetuando o Nordeste, onde, mesmo assim, o respectivo saldo apresentou uma queda da ordem de 15%. É de suspeitar, inclusive, que tais déficits estejam, em alguma medida, associados a uma intensificação da (e)migração de retorno, o que contribuiria para explicar um ligeiro crescimento havido no número dos emigrantes que deixaram o Norte em demanda ao Sudeste em anos recentes.

A Tabela 19 apresenta, para cada estado da região Norte, os movimentos migratórios interestaduais alusivos aos quinquênios 1986/91 e 1991/96, segundo os âmbitos intra-regional e inter-regional de ocorrência desses movimentos.

Tabela 19

Região Norte – Movimento migratório segundo o âmbito do deslocamento, por estado, 1986/91 e 1991/96

Estados	Quinquênio 1986/91			Quinquênio 1991/96		
	Âmbito do deslocamento			Âmbito do deslocamento		
	Intra-regional	Inter-regional	Ambos	Intra-regional	Inter-regional	Ambos
I – Imigrantes						
Rondônia	19,6	107,5	127,1	11,8	53,1	64,9
Acre	7,5	5,5	13,0	6,1	4,3	10,4
Amazonas	30,9	28,5	59,4	24,3	19,2	43,5
Roraima	13,1	22,2	35,3	13,0	16,8	29,8
Pará	37,6	174,8	212,4	28,3	139,9	168,2
Amapá	18,3	5,3	23,6	32,0	10,7	42,7
Tocantins	17,7	64,6	82,3	18,4	64,3	84,7
Total	144,6	408,6	553,2	133,9	310,3	444,2
Região Norte	-	408,6	408,6	-	310,3	310,3
II – Emigrantes						
Rondônia	11,4	83,1	94,5	11,4	56,0	67,4
Acre	9,2	5,1	14,3	7,0	5,5	12,5
Amazonas	22,1	22,2	44,3	20,4	19,8	40,2
Roraima	2,6	4,1	6,7	3,0	7,6	10,6
Pará	71,3	111,9	183,2	73,1	116,5	189,6
Amapá	4,5	2,6	7,1	4,4	2,8	7,2
Tocantins	23,5	48,3	71,8	14,7	41,2	55,9
Total	144,6	277,3	421,9	133,9	249,5	383,4
Região Norte	-	277,3	277,3	-	249,5	249,5
III – Saldo Migratório						
Rondônia	8,2	24,4	32,6	0,5	-3,0	-2,5
Acre	-1,7	0,3	-1,4	-0,9	-1,2	-2,1
Amazonas	8,8	6,3	-1,4	-0,9	-1,2	-2,1
Roraima	8,8	6,3	15,1	3,9	-0,6	-3,3
Pará	-33,8	63,0	29,2	-44,8	23,4	-21,4
Amapá	13,8	2,7	16,5	27,7	7,9	35,5
Tocantins	-5,8	16,4	10,5	3,7	25,2	28,8
Região Norte	-	131,2	131,2	-	60,8	60,8

Obs.: Os saldos migratórios antecidos de sinal negativo indicam emigração líquida de população e, quando positivos, indicam imigração líquida.

Fonte dos dados básicos: FIBGE.

Através dela é possível verificar que a entrada de migrantes, na maioria desses estados, arrefeceu bastante no último quinquênio. No Pará, por exemplo, que é o estado nortista mais destacado em termos de volume dos fluxos migratórios, o movimento da imigração interestadual ali registrada caiu de 20%, proporção esta que se verificou em bases muito aproximadas, tanto no que toca aos fluxos de âmbito intra-regional, como aos de âmbito inter-regional. Mas, sem dúvida, foi Rondônia o estado da região Norte a apresentar o maior

decréscimo relativo no tocante ao ingresso de migrantes: o seu volume ficou reduzido, no quinquênio 1991/96, a apenas 52% do que fora no quinquênio anterior. O Amazonas, por seu turno, teve esse ingresso diminuído em uma quarta parte, enquanto que Roraima permaneceu com o mesmo volume de imigrantes de origem intra-regional registrado no quinquênio anterior, mas teve reduzida também em uma quarta parte o influxo migratório de outras regiões do país.

As exceções quanto a esse comportamento disseram respeito ao estado do Tocantins e, principalmente, ao do Amapá. No primeiro deles, o número de imigrantes aumentou em pouco menos de 15% mas, no segundo, apesar de sua menor expressão relativa no cômputo da região, o incremento registrado chegou a nada menos do que 80%. Vale referir também que, apesar da imigração de outras regiões ter apresentado, no caso do Amapá, crescimento relativo considerável, tendo praticamente duplicado, foi o crescimento do número de imigrantes oriundos da própria região Norte – historicamente o de maior significação em nível desse estado – o que mais contribuiu para o referido crescimento total.

A exemplo do que ocorreu com a corrente (i)migratória dominante, também se registrou, no tocante à maioria dos estados, um esmorecimento da respectiva contracorrente (e)migratória. Apenas o Amapá, o Pará e Roraima apresentaram, no segundo quinquênio, volumes de emigrantes superiores aos do período anterior. Vale considerar também que apenas o último destes estados mostrou crescimento relativo de alguma expressão no seu diminuto volume emigratório.

A desintensificação havida nos fluxos emigratórios da maioria dos estados evitou que os respectivos saldos migratórios despencassem ainda mais do que o fizeram. O fato é que, no quinquênio 1991/96, somente Roraima, Amapá e Tocantins apresentaram saldos positivos e, apenas nestes dois últimos, crescentes em relação aos do quinquênio anterior. Os estados de Rondônia e do Pará foram aqueles cujos saldos mais diminuíram em termos absolutos, chegando a se tornarem negativos.

Chama-se agora a atenção para a Tabela 20, que apresenta as taxas da migração líquida interestadual calculadas para cada estado da região Norte, nos

quinquênios 1986/91 e 1991/96. No caso da região como um todo, a taxa da (i)migração líquida inter-regional caiu de 15,9 por mil para apenas 5,6 por mil. Quanto aos estados, foram registradas, no quinquênio 1991/96, taxas negativas da ordem de cinco por mil ou menos com relação a Rondônia, Acre e Pará. O Amazonas ainda apresentou uma taxa migratória líquida positiva, embora inferior a dois por mil. As maiores taxas de (i)migração líquida registraram-se no Amapá, em Roraima e no Tocantins, com grandezas de 104,3 por mil, 81,8 por mil e 28,9 por mil, respectivamente. Nos casos do Amapá e do Tocantins, tais grandezas afiguram-se bem superiores às que se verificaram para o quinquênio 1986/91: 71,6 por mil e 12,6 por mil, respectivamente. Já com relação a Roraima, não obstante a elevada magnitude de sua taxa de (i)migração líquida no quinquênio mais recente (81,8 por mil), destaca-se ter sido a mesma correspondente a menos de 40% da registrada no quinquênio anterior (208,2 por mil).

Tabela 20

Região Norte

Taxas de migração líquida interestadual segundo o âmbito do deslocamento, por estado, 1986/91 e 1991/96

Estados	Quinquênio 1986/91			Quinquênio 1991/96		
	Âmbito do deslocamento			Âmbito do deslocamento		
	Intra-regional	Inter-regional	Ambos	Intra-regional	Inter-regional	Ambos
Rondônia	10,6	31,5	42,1	0,3	-2,4	-2,1
Acre	-4,7	1,1	-3,6	-1,9	-2,7	-4,6
Amazonas	5,0	3,5	8,6	1,7	-0,2	1,5
Roraima	76,4	131,8	208,2	42,6	39,2	81,8
Pará	-8,1	15,1	7,0	-7,1	4,4	-2,7
Amapá	59,9	11,7	71,6	81,1	23,2	104,3
Tocantins	-6,9	19,6	12,6	3,7	25,2	28,9
Região Norte	-	15,9	15,9	-	5,6	5,6

Notas: - as taxas antecedidas de sinal negativo indicam emigração líquida e, quando positivas, imigração líquida; todas as taxas estão referidas às populações dos Estados estimadas para o meio de cada quinquênio.

Fonte dos dados básicos: FIBGE.

Cumprir notar, finalmente, que a Tabela 20 também apresenta essas taxas discriminadas segundo os âmbitos intra-regional e inter-regional de ocorrência da migração. Percebe-se que, excetuando os casos do Pará e do Tocantins, as taxas de migração líquida no âmbito intra-regional superaram, no

último quinquênio, as que corresponderam ao âmbito inter-regional. No quinquênio anterior esta não fora uma observação tão freqüente.

A Tabela 21 detalha o movimento imigratório havido no quinquênio 1991/96 pertinente a cada estado da região Norte segundo a origem interestadual ou intra-estadual dos migrantes. Percebe-se que, na maioria dos casos, predominaram fluxos de natureza intra-estadual, ou seja, aqueles que se verificaram a curta distância, entre municípios do próprio estado. Em nível de região Norte, os migrantes de origem interestadual corresponderam a 47% do total, contra 52% daqueles que realizaram migração intra-estadual.

As principais exceções corresponderam aos estados do Tocantins e, principalmente, Amapá e Roraima. Os migrantes de origem interestadual (não necessariamente de origem inter-regional) representaram algo mais de quatro quintas partes de todos aqueles que se deslocaram para o Amapá e para Roraima durante o quinquênio 1991/96. Tocantins também mostrou uma participação levemente majoritária dos migrantes de origem interestadual.

No caso da migração intra-estadual, a sua maior incidência relativa registrou-se, nos anos 90, no estado do Pará, onde os migrantes desse tipo corresponderam a cerca de três quintas partes do total.

Tendo em conta as tendências já identificadas de concentração da população nortista nos principais centros urbanos, geralmente as capitais dos estados, procurou-se distinguir esse movimento (i)migratório ocorrido no quinquênio 1991/96 segundo a sua localização ou não na microrregião de cada capital de estado.

Dessa observação destaca-se, de um lado, que em nível das microrregiões das capitais, os migrantes de origem interestadual revelaram-se majoritários no Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia e Amazonas. De outro, que a microrregião da capital do Pará, estado que isoladamente apresenta o maior volume de (i)migrantes, constituiu uma das exceções (sendo, a outra a microrregião da capital do Acre) onde foi maior a incidência relativa (cerca de 74%) de migrantes de curta distância, oriundos dos próprios municípios do estado.

A Tabela 21 também destaca a importância relativa da microrregião da capital no que toca à “absorção” dos (i)migrantes referidos aos respectivos

estados onde residiam por ocasião da contagem populacional de 1996. Rio Branco (AC) e Macapá (AP) foram as duas capitais submetidas à maior pressão da (i)migração ocorrida na primeira metade dos anos 90. As microrregiões dessas duas capitais teriam sido responsáveis por 75% ou mais da absorção dos migrantes desses dois estados, tanto os de natureza interestadual, como os de natureza intra-estadual. Ao contrário, as microrregiões de Belém (PA), Porto Velho (RO) e Palmas (TO) teriam sido aquelas submetidas a uma menor pressão relativa da migração havida no período em foco. Já as microrregiões de Manaus (AM) e Boa Vista (RR) destacaram-se pelo fato de a pressão migratória relativamente intensa a que estiveram submetidas durante o quinquênio ter sido principalmente decorrente de movimentos migratórios interestaduais, sendo de pouca expressão relativa aquela decorrente de fluxos oriundos de municípios localizados nos respectivos estados. No caso da capital amazonense, parece tratar-se de uma realidade nova que merece ser considerada e melhor investigada em estudos futuros.

Finalmente, chama-se a atenção para a última coluna da Tabela 21 que apresenta as razões de sexo dos contingentes (i)migrantes segundo o estado e as microrregiões de localização. Percebe-se que, na maioria dos casos, prevaleceram em tais contingentes proporções maiores de elementos do sexo masculino, proporções estas que, em geral, se mostraram menos desequilibradas com respeito aos contingentes que passaram a residir na microrregião da capital. Chamam a atenção, porém, os casos dos contingentes (i)migrados durante o quinquênio nas microrregiões de Palmas (TO) e, principalmente, de Belém (PA), que excepcionalmente se caracterizaram por uma participação majoritária de elementos do sexo feminino.

Tabela 21

Região Norte – Pessoas que não residiam no município de residência atual em 1/9/91, segundo a origem do movimento migratório, por Unidade de Federação, 1/9/1996

Discriminação	Imigrantes (1000)	Origem do movimento migratório (%)			% sobre total da UF			Razão de sexos
		Total ⁽¹⁾	Outra UF	Mesma UF	Total ⁽¹⁾	Outra UF	Mesma UF	
Rondônia	142,3	100,0	45,6	53,2	100,0	100,0	100,0	111,0
MR da capital	37,1	100,0	54,5	44,1	26,0	31,1	21,6	109,4
Demais MR	105,2	100,0	42,5	56,4	74,0	68,9	78,4	115,5
Acre	22,2	100,0	46,7	50,5	100,0	100,0	100,0	108,2
MR da capital	18,5	100,0	44,1	53,2	83,2	78,6	87,7	106,8
Demais MR	3,7	100,0	59,4	36,9	16,8	21,4	12,3	115,6
Amazonas	86,1	100,0	50,5	47,0	100,0	100,0	100,0	109,4
MR da capital	44,9	100,0	66,3	31,5	52,1	67,0	26,9	102,6
Demais MR	41,2	100,0	33,3	64,0	47,9	33,0	73,1	117,5
Roraima	36,0	100,0	82,7	13,7	100,0	100,0	100,0	111,6
MR da capital	25,0	100,0	91,8	5,4	69,3	76,9	27,2	105,4
Demais MR	11,0	100,0	62,2	32,5	30,7	23,1	72,8	126,8
Pará	451,4	100,0	37,3	61,6	100,0	100,0	100,0	106,0
MR da capital	126,9	100,0	24,7	73,9	28,1	18,6	33,7	88,4
Demais MR	324,5	100,0	42,2	56,8	71,9	81,4	66,3	113,9
Amapá	50,9	100,0	84,0	14,7	100,0	100,0	100,0	107,3
MR da capital	41,1	100,0	84,9	13,7	80,8	81,7	75,2	106,0
Demais MR	9,8	100,0	80,8	19,0	19,2	18,3	24,8	113,1
Tocantins	153,6	100,0	55,2	44,4	100,0	100,0	100,0	102,5
MR da capital	55,4	100,0	52,5	47,3	36,0	34,3	38,4	96,7
Demais MR	98,2	100,0	56,7	42,7	64,0	65,7	61,6	106,0
Região Norte	942,5	100,0	47,1	51,6	100,0	100,0	100,0	106,8
MR das capitais	348,9	100,0	50,4	48,1	37,0	39,4	34,3	97,6

(1) Inclusive exterior e origem ignorada

Fonte: FIBGE. Contagem de População (1996).

Seletividade e diferenciais migratórios

Sabe-se que a migração constitui um processo seletivo e diferenciado, cuja prevalência tem respaldo em toda uma série de influências associadas à própria heterogeneidade das condições econômicas e sociais das áreas de recepção e de origem dos migrantes. Presume-se não constituírem os migrantes uma amostra aleatória da população de origem e serem, ao mesmo tempo, diferenciados em relação à da área receptora. Isto estaria associado ao fato de os indivíduos diferenciaram-se entre si em termos de fatores e características

pessoais, de sensibilizarem-se de forma diversa em relação a uma série de fatores positivos (atrativos) e negativos (expulsivos) atuantes nos locais de origem e de destino dos fluxos migratórios, de disporem ou não de capacitação para superar obstáculos existentes ou interpostos a potenciais deslocamentos etc.¹⁵.

Os indivíduos que respondessem principalmente aos fatores positivos prevaletentes nos locais de destino tenderiam a constituir um efetivo populacional positivamente diferenciado, seja pela sua capacidade de percepção das oportunidades no pretenso local de destino, seja pelas condições disponíveis para enfrentar ou arcar com o ônus do deslocamento. Já os migrantes cujos deslocamentos decorressem principalmente da atuação de fatores expulsivos atuantes nos locais de origem tenderiam a constituir um contingente negativamente seletivo. As condições expulsivas atuariam com maior severidade contra indivíduos que, de alguma forma, se mostrassem mais vulneráveis em termos sociais e econômicos.¹⁶

Assim sendo, as pessoas com características distintas reagiriam de forma diferenciada ao desequilíbrio de fatores positivos e negativos atuantes nos locais de origem e de destino. A migração tenderia mesmo a reduzir, tanto em um como em outro desses locais, a “qualidade” preexistente nas respectivas populações residentes, em termos de uma característica específica.

Há que considerar, ademais, um outro aspecto que também afetaria a seletividade e os diferenciais migratórios. A migração faria parte dos chamados *rites de passage*, sendo mais intensa em certas etapas do ciclo vital – idades de ingresso na faixa economicamente ativa, na faixa prolífera, nas idades de retiro da atividade econômica etc. – pelo que afetaria, por uma série de razões, a propensão a migrar de certos segmentos da população classificada por sexo e grupos etários.¹⁷

Não obstante a coerência lógica presente nesse e em outros conhecidíssimos *frameworks* não se deve perder de vista que os mesmos têm como referência básica o indivíduo ou, na melhor das hipóteses, a família.¹⁸

15. Ver Lee (1980: 89-114).

16. Os termos *seletividade e diferencial* são habitualmente adotados nas comparações que dizem respeito aos contingentes residentes nas áreas de destino e de origem, respectivamente.

17. Ver Lee (1980).

18. Sobre vários desses *frameworks*, vide Moura (1980).

Repete-se aqui a advertência de Paul Singer sobre o risco de que as inferências, ilações e conclusões extraídas com base neles possam ser, de certa forma, afetadas por um certo viés psicologizante, na investigação de um processo cuja unidade de referência mais apropriada, para esse autor, seria o grupo social (Singer, 1976).

Neste momento, não estão acessíveis aos autores, em toda a sua plenitude, informações básicas de natureza social (rendimentos, educação, emprego, ocupação etc.), conducentes a uma análise mais apurada sobre a seletividade e os diferenciais entre migrantes e não-migrantes classificados por idade, sexo, Unidade da Federação, quadros de domicílio e locais de origem e destino dos deslocamentos, tipos de fluxos, distância, e toda uma gama de fatores outros a considerar.

É apenas possível, no caso dos níveis de instrução, utilizar algumas informações simples trabalhadas e apresentadas por Ribeiro¹⁹ que, com base nos dados do Censo de 1991, calculou os números de anos exatos de estudo das populações migrante e total (inclusive migrantes) residentes nas regiões brasileiras (Tabela 22).

A Tabela 22 denota, inicialmente, a existência de diferenciais sensíveis entre as regiões brasileiras no que concerne à “qualidade” das respectivas populações, tanto a migrante, como a total, quando se as ajuízam com fundamento no referido indicador. Em tal quadro, o Norte posiciona-se em situação de flagrante inferioridade em relação a quase todas as demais regiões brasileiras, exceto o Nordeste, com o qual praticamente se equipara. Percebe-se também que ao contingente migrante residente na região Norte parecem corresponder níveis de instrução diferenciadamente positivos em relação à população total. Esta aparente vantagem, contudo, não resiste a um teste de “qui-quadrado” a níveis aceitáveis de confiabilidade.²⁰ Sendo assim, no caso específico da migração para o Norte, não seria possível refutar, pelo menos a

19. Cf. Ribeiro (1997: 377, tab. 4). Os dados apresentados pelo autor estão padronizados por idade.

20. Vale ponderar que, na população total, já se acha incluído o contingente migrante, o que contribui para puxar na direção deste as proporções atinentes ao efetivo total e, assim, tornar mais rigoroso o teste estatístico aplicado. No caso da região Norte, o valor calculado entre as distribuições observada (população migrante) e esperada (população total), para $k - 1 = 6$ graus de liberdade, só superou o valor tabulado ao baixíssimo nível de significância de 0,01. Quanto às demais regiões, somente para o Nordeste obteve-se um valor calculado significante a um nível razoavelmente rigoroso de confiabilidade (0,90).

título preliminar, a hipótese nula quanto à prevalência de diferenciais de instrução entre a população migrante e a população receptora.

Tabela 22

Brasil e Regiões – Números de anos exatos de estudo das populações migrante e total classificados nas faixas etárias referentes – 1991

Números de anos exatos por estudo	Regiões					(em %)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
I. População migrante						
Sem instrução	55,6	53,1	41,0	29,0	42,9	44,6
Alf. adulto	0,7	0,9	0,5	0,3	0,5	0,6
4 anos	23,5	21,0	29,7	33,3	27,8	27,2
8 anos	8,4	8,6	11,1	13,9	11,2	10,5
11 anos	9,5	12,5	12,0	15,5	12,9	12,2
15 anos	1,9	3,2	4,5	5,8	3,8	3,9
17 e +	0,4	0,7	1,2	1,4	0,9	1,0
Total ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
II. População total ⁽²⁾						
Sem instrução	59,0	65,9	32,1	30,0	41,9	44,5
Alf. adulto	0,5	0,8	0,5	0,4	0,5	0,6
4 anos	21,4	17,0	33,4	39,8	27,9	28,2
8 anos	8,2	5,8	13,6	13,1	11,6	10,6
11 anos	9,5	8,8	14,9	12,7	14,3	12,3
15 anos	1,2	1,5	4,8	3,5	3,3	3,3
17 e +	0,2	0,2	0,7	0,5	0,5	0,5
Total ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Inclui a população migrante;

(2) Os percentuais contidos na Tabela original do autor tiveram seus totais convertidos para 100%.

Fonte dos dados originais: Ribeiro (1997: 16, tab. 4).

Infelizmente, não se dispõe de informações temporalmente defasadas (em uma década) sobre a população migrante classificada por regiões de origem e as populações totais residentes nestas regiões (Nordeste e Sul, principalmente). Isto impede que se possa examinar e tratar, com um mínimo de rigor e exatidão, a questão da seletividade migratória. Mas, desprezando até mesmo esse mínimo e admitindo que, entre as décadas de 70 e 80, não tenham havido grandes alterações nas proporções da população residente no Nordeste classificada segundo o número de anos exatos de instrução, procedeu-se, a título

de mero exercício, à aplicação do teste de “qui-quadrado” às respectivas distribuições. Dele resultou que, só a níveis de confiabilidade bem pouco rigorosos (0,50 e menos), seria possível aceitar a prevalência de uma seletividade desse tipo no processo da migração nordestina para a região Norte. Com relação ao Sul, preferiu-se desprezar o resultado do exercício. Mesmo tendo sido a segunda maior fonte de migrantes para o Norte, nos anos 80, já se verificou que a respectiva participação relativa é bem menos expressiva do que a do Nordeste em nível de região como um todo: como foi visto, trata-se de um fluxo migratório de destino mais concentrado em umas poucas Unidades Federativas da região (Rondônia, notadamente).

No que toca aos aspectos demográficos, está disponível uma gama mais fecunda de informações do Censo de 1991. Elaborou-se, com base nelas, o conjunto de Tabelas 22a a 22g que apresentam, por estado, indicadores demográficos (estrutura etária, razão de sexo, índices de idosos e de dependência, idade mediana) que dão a perceber diferenciais significativos entre os vários segmentos populacionais classificados em função de sua situação migratória (não-migrantes, imigrantes, emigrantes e migrantes de retorno).

Comparando, inicialmente, as estruturas etárias e as razões de sexo dos subcontingentes não-migrante (grupo de controle) e imigrante, ressalta o fato de as estruturas etárias deste último terem se mostrado, em todos os estados, muito mais ponderadas por pessoas classificadas nas faixas de idades ativas (15-64 anos). Isto não foge ao esperado, visto representar a migração, freqüentemente, uma busca de alternativas e/ou oportunidades de trabalho por parte da população em idades ativas. Nessa faixa etária, os imigrantes apresentaram razões de sexo que denotam uma maior participação masculina e que se mostraram quase sempre superiores às respectivas razões de sexo dos não-migrantes. Já o oposto acontece com respeito à participação relativa daqueles segmentos etários que congregam pessoas em idades inativas, principalmente na faixa de pessoas idosas (65 anos e mais), para as quais a migração freqüentemente já não constitui um objetivo em si mesmo ou está ligada a uma situação de dependência em relação aos membros mais ativos das respectivas famílias. Isto, até certo ponto, é extensivo aos segmentos mais jovens.

Tabela 22A

Estado de Rondônia

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	20,05	2,76	13,70	8,64	11,38
05 – 09	14,88	11,53	13,65	14,70	32,31
10 – 14	12,44	14,22	13,09	13,14	21,06
15 – 64	50,25	69,55	57,33	62,17	34,99
65 e mais	2,39	1,95	2,22	1,35	0,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de sexos ⁽³⁾					
00 – 04	104,60	102,50	104,5	107,9	135,0
05 – 09	105,70	101,90	104,5	100,3	77,9
10 – 14	102,40	103,90	103,0	101,2	96,9
15 – 64	106,60	110,70	108,4	109,1	118,7
65 e mais	137,40	141,70	138,8	129,9	---
Total	106,20	108,90	107,2	106,8	100,2
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	5,04	6,80	5,51	3,70	0,40
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,94	0,41	0,71	0,59	1,85
População idosa ⁽⁷⁾	0,05	0,03	0,04	0,02	0,01
Total	0,99	0,44	0,75	0,61	1,86
V – Idade mediana					
População masculina	16,50	24,20	19,70	22,10	12,10
População feminina	16,10	21,10	18,80	21,10	10,70
População total	16,30	23,40	19,30	21,60	11,50

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22B

Estado do Acre

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	15,61	4,27	14,80	5,60	4,69
05 – 09	15,19	13,73	15,08	12,46	12,60
10 – 14	14,27	14,75	14,30	11,87	11,62
15 – 64	51,78	65,21	52,74	68,18	68,09
65 e mais	3,15	2,05	3,07	1,90	2,99
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de sexos ⁽³⁾					
00 – 04	101,50	113,90	101,80	119,90	88,40
05 – 09	105,90	111,00	106,20	102,60	89,40
10 – 14	102,00	100,50	101,90	91,00	68,00
15 – 64	100,60	117,10	101,90	79,90	80,70
65 e mais	118,90	114,00	118,70	116,80	111,40
Total	102,30	113,50	103,00	86,20	83,20
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	6,99	6,26	6,95	6,38	10,34
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,87	0,50	0,84	0,44	0,42
População idosa ⁽⁷⁾	0,06	0,03	0,06	0,03	0,04
Total	0,93	0,53	0,90	0,47	0,47
V – Idade mediana					
População masculina	17,10	24,00	17,6	22,10	24,20
População feminina	17,20	21,40	17,6	22,20	22,90
População total	17,20	22,70	17,6	22,20	23,70

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22C

Estado do Amazonas

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	15,10	5,35	14,57	5,75	4,87
05 – 09	15,27	12,45	15,12	13,83	15,01
10 – 14	14,22	11,34	14,06	13,26	14,17
15 – 64	52,61	69,41	53,53	65,46	64,18
65 e mais	2,79	1,44	2,72	1,69	1,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de sexos ⁽³⁾					
00 – 04	101,90	115,40	102,20	113,40	108,6
05 – 09	103,70	99,60	103,50	105,90	107,1
10 – 14	101,70	90,80	101,20	102,70	83,2
15 – 64	100,20	116,00	101,30	92,20	75,8
65 e mais	97,00	85,50	96,70	87,50	56,9
Total	101,10	110,20	101,60	96,40	82,0
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	6,26	4,91	6,22	5,12	5,17
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,85	0,42	0,82	0,50	0,53
População idosa ⁽⁷⁾	0,05	0,02	0,05	0,03	0,03
Total	0,90	0,44	0,87	0,53	0,56
V – Idade mediana					
População masculina	17,30	24,00	17,70	23,40	20,0
População feminina	17,50	21,50	17,80	22,40	20,3
População total	17,40	22,80	17,70	22,80	20,2

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22D

Estado de Roraima

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I. Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	17,19	5,07	13,65	6,99	5,83
05 – 09	14,46	12,04	13,75	15,20	16,69
10 – 14	11,92	12,22	12,01	14,52	11,92
15 – 64	54,08	69,27	58,52	61,62	65,56
65 e mais	2,34	1,41	2,07	1,67	–
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II. Razão de sexos ⁽³⁾					
00 – 04	104,50	110,00	105,10	111,90	60,0
05 – 09	102,40	110,20	104,40	111,50	73,80
10 – 14	102,40	106,60	103,70	129,60	114,30
15 – 64	130,20	143,90	134,70	115,80	100,20
65 e mais	130,70	95,80	122,80	183,30	–
Total	117,60	131,60	121,50	117,60	94,10
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	5,37	4,77	5,25	4,52	---
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,81	0,42	0,67	0,59	1,00
População idosa ⁽⁷⁾	0,04	0,02	0,04	0,03	–
Total	0,85	0,44	0,71	0,62	1,00
V – Idade mediana					
População masculina	19,50	25,70	21,80	21,00	26,10
População feminina	16,10	22,30	18,50	21,90	20,60
População total	18,20	24,30	20,30	21,50	23,10

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22E

Estado do Pará

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	15,61	4,13	14,42	6,72	5,43
05 – 09	14,79	12,75	14,58	14,04	16,64
10 – 14	13,53	14,12	13,59	13,19	14,41
15 – 64	52,74	67,24	54,23	64,57	61,82
65 e mais	3,34	1,75	3,18	1,47	1,71
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de sexos ⁽³⁾					
00 – 04	103,20	107,80	103,40	101,60	109,30
05 – 09	102,60	103,60	102,70	105,20	99,50
10 – 14	101,60	97,40	101,10	90,00	88,10
15 – 64	100,70	116,70	102,60	97,90	86,90
65 e mais	91,40	100,00	91,90	110,10	74,80
Total	101,20	111,40	102,20	98,20	89,90
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
7,60	5,65	7,47	3,45	4,69	
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾					
0,83	0,46	0,78	0,76	0,59	
População idosa ⁽⁷⁾					
0,06	0,03	0,06	0,03	0,03	
Total	0,89	0,49	0,84	0,79	0,62
V – Idade mediana					
População masculina	17,6	23,40	18,30	22,5	20,3
População feminina	17,9	21,40	18,30	21,1	20,5
População total	17,7	22,40	18,30	21,7	20,4

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22F

Estado do Amapá

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	17,32	6,78	15,72	5,61	4,48
05 – 09	15,89	14,36	15,66	12,16	16,65
10 – 14	14,14	14,44	14,18	11,89	16,87
15 – 64	50,00	62,98	51,96	68,05	61,58
65 e mais	2,66	1,46	2,47	2,30	0,42
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de Sexos ⁽³⁾					
00 – 04	101,80	101,20	101,80	150,60	133,30
05 – 09	103,00	114,20	104,50	119,30	127,80
10 – 14	104,70	85,10	101,40	86,20	104,80
15 – 64	98,90	104,20	99,90	98,20	78,30
65 e mais	92,10	59,60	88,70	91,20	58,30
Total	100,70	101,50	100,80	101,20	91,30
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	5,62	4,05	5,42	7,75	1,11
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,95	0,56	0,88	0,44	0,62
População idosa ⁽⁷⁾	0,05	0,02	0,05	0,03	0,01
Total	1,00	0,59	0,93	0,47	0,62
V – Idade mediana					
População masculina	15,90	22,60	16,80	23,70	20,1
População feminina	16,40	20,00	17,10	23,00	20,9
População total	16,20	21,10	16,90	23,20	20,6

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tabela 22G

Estado do Tocantins

Características demográficas da população segundo a situação migratória – 1991

Discriminação	Não-migrantes ⁽¹⁾	Imigrantes	População residente	Emigrantes	Retornados
I – Estrutura etária ⁽²⁾					
00 – 04	15,16	6,24	13,61	5,17	4,43
05 – 09	14,33	14,22	14,31	12,38	15,09
10 – 14	13,81	13,82	13,81	14,46	16,43
15 – 64	52,67	63,63	54,57	65,96	63,31
65 e mais	4,03	2,09	3,70	2,02	0,74
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
II – Razão de Sexos ⁽³⁾					
00 – 04	103,20	101,80	103,10	105,80	101,40
05 – 09	105,50	104,40	105,30	99,40	122,30
10 – 14	102,50	102,00	102,40	92,10	96,40
15 – 64	104,80	108,20	105,50	96,00	77,90
65 e mais	109,20	139,60	111,80	126,80	260,40
Total	104,50	107,00	104,90	96,90	88,10
III – Índice de idosos ⁽⁴⁾					
	9,31	6,10	8,87	6,31	2,02
IV – Razão de dependência ⁽⁵⁾					
População jovem ⁽⁶⁾	0,82	0,54	0,76	0,49	0,57
População idosa ⁽⁷⁾	0,08	0,03	0,07	0,03	0,01
Total	0,90	0,57	0,83	0,52	0,58
V – Idade mediana					
População masculina	18,00	23,1	18,80	21,50	18,90
População feminina	17,90	21,3	18,60	20,20	20,90
População total	18,00	22,1	18,70	20,80	20,00

(1) Naturais residentes mais imigrantes com mais de 11 anos de residência no Estado (migrantes vitalícios)

(2) Percentagens sobre os totais

(3) Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100)

(4) Proporção da população idosa (65 anos e mais) em relação à população jovem (menos de 15 anos)

(5) Proporção de população em idades inativas em relação à população em idades ativas (15 - 64 anos)

(6) População de 00-14 anos em relação à população de 15-64 anos

(7) População de 65 anos e mais em relação à população de 15-64 anos.

Fonte: FIBGE. Boletim da Amostra do Censo Demográfico (1991).

Como se percebe através do já mencionado conjunto de tabelas, mostrou-se, via de regra, muito reduzido, na população imigrante, o percentual alusivo aos que se classificaram na faixa etária infantil, particularmente crianças

com menos de cinco anos de idade. Isto, em parte, deve ter a ver com o fato de a imigração nos estados do Norte ser muito ponderada por indivíduos ativos ainda jovens, que teriam migrado solteiros, sem ainda terem levado os primeiros filhos. Os filhos desses migrantes, quando nascidos nas áreas receptoras, engrossam os respectivos contingentes não-migrantes. Por tudo que já se mencionou a respeito, e tendo em conta, além disso, a altíssima proporção de pessoas classificadas em idades ativas e as elevadíssimas razões de sexo pertinentes a esse segmento etário, o caso de Roraima seria emblemático de tal situação.

É possível, entretanto, avançar uma hipótese complementar para explicar esse baixo percentual de crianças de menos de cinco anos no seio dos contingentes imigrantes, principalmente tendo em conta a desproporção desse grupo etário em relação ao de cinco a nove anos que se lhe é imediatamente subsequente. No caso de um estado como Rondônia, que esteve sujeito à recepção de uma forte corrente migratória de natureza inter-regional constituída basicamente por colonos rurais, tal desproporção e, inclusive, o menor percentual de crianças com menos de cinco anos de idade encontrado no respectivo contingente imigrante em relação ao de todos os seus congêneres regionais, pode ter resultado da desintensificação ali havida no fluxo imigratório durante a segunda metade da década passada. Isto ajudaria a explicar a baixíssima proporção de crianças com menos de cinco anos de idade que, durante essa segunda metade, teria ingressado nesse e/ou em outros estados e a maior proporção de crianças com cinco a nove anos representativa da imigração infantil durante a primeira parte da década.

Os contingentes constituídos por emigrantes apresentaram, em geral, estrutura etária mais assemelhada à dos imigrantes do que à dos não-migrantes. Haveria, portanto, uma certa seletividade no processo migratório na região Norte. Mas convém chamar a atenção que, na maioria dos estados (exceto Amapá e Tocantins), as proporções de crianças classificadas nos dois primeiros grupos etários quinquenais mostraram-se algo maiores no seio dos emigrantes do que dos imigrantes, embora não se tenham observado divergências muito significativas entre estes contingentes no tocante à dimensão relativa do segmento em idades ativas. Entretanto, um diferencial importante consistiu no fato de a emigração ter-se revelado, com respeito à maioria dos estados, um

fenômeno com preponderância do contingente feminino, principalmente e de forma quase sistemática, na faixa etária que congrega a população em idades ativas. Trata-se de uma constatação, que pelas suas múltiplas implicações e conseqüências – inclusive no plano da reprodução humana e do mercado de trabalho – deveria ter, no futuro, suas causas e efeitos investigados com profundidade. Roraima e Rondônia constituíram exceções a essa ocorrência, o que talvez se possa atribuir às próprias características diferenciadas da migração nesses dois estados em relação à migração que ocorreu nos demais (migração inter-regional de mais longa distância versus migração intra-regional de mais curta distância, por exemplo). A esta altura, porém, tudo ainda fica no terreno da simples constatação e da pura conjectura.

Quanto à estrutura etária e às razões de sexo dos contingentes constituídos pelos migrantes retornados, praticamente não diferiram elas (exceto em Rondônia) daquelas pertinentes aos emigrantes. Percebe-se, porém, uma incidência ainda maior da migração feminina, principalmente no tocante ao segmento em idades ativas. Quanto ao caso de Rondônia, afigura-se excepcional, dada a pequena grandeza relativa do segmento que congregava pessoas em idades ativas, bem como a elevadíssima participação assumida pelas crianças na respectiva estrutura etária e, ainda, o fato de o elemento masculino ter sido preponderante naquele segmento.

É óbvio que, em razão dessas estruturas etárias diferenciadas, estariam os contingentes migrantes apresentando relações de dependência bem inferiores às da população não migrante. Assim sendo, a imigração estaria contribuindo para rebaixar o ônus social (teórico) que, de outra forma, seria mais elevado nas populações totais residentes nos vários estados da região. Dada a própria importância que neles assumiu a migração, os estados de Roraima e de Rondônia estariam sendo os mais beneficiados com esse rebaixamento.

Outra forma de observar esse tipo de efeito migratório é através das idades medianas dos vários contingentes considerados. Ao “inchar” o segmento que congrega a população em idades ativas, a migração provoca um efeito de envelhecimento na população receptora que, como demonstram as tabelas já referidas, refletiu-se na elevação da idade mediana da população total residente. De fato, os migrantes de todos os tipos apresentaram, em geral, idades medianas que se situaram entre quatro e seis anos acima das idades medianas dos não-

migrantes. Assim sendo, naqueles estados onde a imigração assumiu maior expressão relativa – casos de Rondônia e Roraima – o fluxo imigratório neles registrado contribuiu para elevar de dois a três anos de idade mediana das respectivas populações totais residentes.

A migração nas áreas da fronteira agrícola²¹

As fronteiras agrícolas do país, inclusive na região Norte, têm sofrido profundas transformações nas últimas décadas. Originalmente “espaços vazios” abertos à colonização pioneira por pequenos produtores familiares em busca de terra para a produção de bens de subsistência, essas fronteiras passaram a incorporar complexos agro-industriais, principalmente ligados à soja, explorados com moderna tecnologia, por grandes e médios proprietários rurais residentes em áreas urbanas equipadas com toda a infra-estrutura social e de lazer, orientados freqüentemente para o mercado internacional. Vem mais e mais desaparecendo, assim, a linha que separava a fronteira em expansão da área de agricultura avançada, localizada nas áreas agrícolas já consolidadas.²²

Não significa dizer que a fronteira tenha perdido a sua característica de frente pioneira, o seu caráter de permanente avanço do meio rural sobre áreas escassamente povoadas, como fica indicado através dos desmembramentos e criação de novos municípios ou do expressivo crescimento de áreas censitariamente definidas como urbanas, mas que são tipicamente rurais ou abrigam populações ligadas à exploração agrícola, seja na condição de proprietários, seja como trabalhadores sem terra.²³ Entretanto, a fronteira não se cristalizou com a frente camponesa ou com a frente demográfica constituída de fluxos migratórios de “excedentes populacionais” em direção às “áreas vazias”. Esta já não é mais a feição típica das áreas da fronteira, que passaram a incorporar modernos empreendimentos agropecuários, de vastas extensões, expulsos de população, contribuindo, também, para o dinamismo na

21. Com a devida autorização, este capítulo foi parcialmente reproduzido do texto elaborado por Moreira (1997).

22. Ver, entre outros, Silva, J. G. (1997); Santos (1995); Figueiredo (1993); Martine (1992); Mueller (1987); Sawyer (1986).

23. Ver, especialmente, Hebette & Moreira (1996).

configuração da distribuição espacial das respectivas populações. Ampliou-se sensivelmente a diversidade da realidade que caracteriza as áreas de fronteira.²⁴

Muito contribuiu para o padrão das modificações no perfil da fronteira a mudança da ênfase da política governamental, que priorizava a ocupação através da pequena produção realizada por posseiros, pequenos proprietários e colonos, modificando-a, nos anos 70, para a exploração da ocupação empresarial privada, através da construção da infra-estrutura básica de comunicações, subsídios ao capital, incentivos fiscais e facilidades financeiras. Nos anos 80, ampliou-se o afastamento do setor público na definição da política social de ocupação da fronteira. Consolidou-se, desta forma, o processo de fechamento de vastas extensões de terras à população excedente, destituída da posse da terra, um dos pilares do projeto inicial de ocupação da fronteira, particularmente da fronteira amazônica.

A dinâmica populacional da fronteira responde a estes matizes da política e a essas transformações econômicas e sociais. Em consequência, modificam-se o volume e a composição dos fluxos migratórios, assim como os níveis e os padrões de fecundidade e de mortalidade. Em função da tecnologia de produção e da forma de apropriação da terra, varia a demanda de mão-de-obra, reduzindo-se o volume de empregos gerados. Dificulta-se o acesso dos pequenos proprietários à terra, transforma-se a composição do emprego: já não se observa apenas o forte afluxo da população que se emprega diretamente na atividade agrícola mas, também, uma migração seletiva de mão-de-obra qualificada, tal como a de operadores de máquinas agrícolas, mecânicos, profissionais liberais não ligados apenas às atividades agrícolas mas, também, às atividades rurais delas dependentes, a exemplo de professores, médicos, etc.

Em suma, a fronteira é uma área em permanente transformação. Constituem-na diferentes frentes com evoluções distintas ao longo do tempo, que guardam profundas interações com a dinâmica do crescimento populacional.

Neste sentido, esta seção procurará tratar, sob um prisma demográfico, da dinâmica migratória nas principais áreas de fronteira agrícola do país e

24. Ver, entre outros, Silva, J. A. (1997); Crocia de Barros (1996); Sicsú (1997); Castro & Fonseca (1995); Martine (1982).

apresentar o perfil da população migrante que nelas residia por ocasião do Censo de 1991.

As áreas de fronteira às quais se refere esta seção foram definidas a partir de considerações e critérios vários de natureza geo-socioeconômica, com apoio em consultas à bibliografia existente e visitas de campo empreendidas por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco. Extrapolam, inclusive, uma dimensão estritamente nortista. Abrangem a totalidade dos estados do Acre e Rondônia, o sul do Amapá, assim como o sudoeste e o sul do Amazonas e o sudeste e o sul do Pará, na região Norte. Englobam também o sul do Maranhão, assim como partes das porções Oeste e Leste desse estado, o Sudoeste do Piauí e o Extremo Oeste da Bahia, na região Nordeste. Na região Centro-Oeste, definiu-se como fronteira todo o Norte do Mato Grosso, assim como o Norte e o Noroeste de Goiás.²⁵ Em anexo, apresenta-se uma explicitação dos subconjuntos de microrregiões (MR) que integram esses vários espaços.

A dinâmica migratória

Nas áreas de fronteira, as migrações constituem, habitualmente, a componente demográfica mais importante da dinâmica populacional. Ela é particularmente significativa nas áreas que atraem os trabalhadores rurais com e sem terra e menos expressiva naquelas onde a exploração pecuária extensiva e/ou a agricultura mecanizada das grandes propriedades representam a atividade principal.

Avalia-se, na Tabela 23, a importância dos saldos migratórios para o crescimento populacional recente da fronteira. Os resultados obtidos mostram que, ao contrário das demais unidades de observação consideradas, o estado do Acre e os subconjuntos microrregionais localizados no Amazonas, Maranhão, Piauí, Bahia e Goiás apresentaram taxas de migração líquida negativas, ou seja, perdas de população que atingiram por vezes magnitudes superiores aos incrementos naturais de suas respectivas populações mais o crescimento dos

25. Por motivos que escaparam ao controle dos autores, o estado de Roraima não foi incluído entre as áreas de fronteira.

imigrantes que adentraram essas áreas durante os anos 80. Tais resultados chamam, assim, a atenção para a complexidade do processo migratório nas áreas de fronteira: por vezes coexistem áreas com um intenso crescimento demográfico e áreas que se caracterizam por uma forte expulsão populacional.

Tabela 23

Áreas de fronteira: taxas anuais de crescimento populacional e de migração líquida e saldos migratórios decenais 1980/90

Áreas	Taxas de crescimento		Saldo migratório (1000 pessoas)
	Observado (por 100)	Migratório líquido	
Acre	3,0	-3,9	113,7
Rondônia	7,9	55,6	398,0
MR do Amapá	4,8	14,6	28,9
MR do Amazonas	3,1	-12,5	-36,8
MR do Pará	7,4	46,8	374,6
MR do Maranhão	1,1	-25,9	-265,9
MR do Piauí	1,5	-23,0	-68,1
MR da Bahia	2,0	-15,4	-81,5
MR do Mato Grosso	13,3	116,2	229,5
MR de Goiás	-1,9	-52,0	-293,3

Fonte dos dados básicos: IBGE. Amostra do Censo Demográfico (1991).

Tais perdas mostraram-se menos expressivas nos casos do Acre e do subconjunto microrregional do Amazonas, mais significativas com relação aos subconjuntos microrregionais de Goiás e do Maranhão e, em menor escala, da Bahia e do Piauí. Em todas as demais áreas, os respectivos saldos migratórios resultaram positivos, mormente no que tange a Rondônia, onde, talvez pelas razões já expostas, verificou-se a magnitude mais expressiva de todas. A contribuição da migração também foi bastante significativa para o crescimento populacional dos subconjuntos microrregionais do Pará e do Mato Grosso. Estas três unidades de observação responderam, nos anos 80, pela quase totalidade dos fluxos (i)migratórios líquidos nas áreas de fronteira, uma vez que foi bastante modesta a magnitude do saldo positivo atinente ao subconjunto microrregional do Amapá. Convém também notar que, apesar de serem maiores os números absolutos pertinentes aos saldos migratórios de Rondônia e das microrregiões do Pará, o movimento afigurou-se relativamente mais expressivo no que diz respeito às microrregiões do Mato Grosso.

Procurar-se-á agora examinar a origem dos fluxos (i)migratórios que se orientaram, no período 1980/91, para as principais áreas de fronteira. Neste sentido, foram considerados imigrantes todos aqueles que não nasceram no município onde estavam residindo por ocasião do Censo de 1991, ou que, mesmo tendo nascido em tal município, já houvessem morado em um outro, e que, em ambas as alternativas, contassem com menos de 11 anos de residência no município onde foram recenseados naquele ano. Os efetivos imigrantes assim constituídos resultaram, pois, de contagem direta realizada pelo Censo. Contrastam, portanto, com os saldos migratórios (imigrantes – emigrantes) que foram apresentados à Tabela 17, obtidos, como já se mencionou, por meio da aplicação de métodos indiretos de estimativa. A origem desses efetivos será referida à Unidade da Federação onde se situa o município de residência anterior, ou seja, ao último local de residência do imigrante antes de o mesmo morar no município no qual foi recenseado em 1991.

De acordo com esse critério, cerca de 1,9 milhão de pessoas foram contadas no conjunto das áreas de fronteira, correspondendo a aproximadamente 30% da população total nelas residente. Não há condição para efetuar a captação referente à contagem dos emigrantes. Mas, confiando na qualidade da já referida estimativa dos saldos migratórios, pode-se admitir que, entre 1980 e 1991, teria ocorrido uma emigração da ordem de 1,6 milhão de pessoas residentes nas áreas de fronteira, demonstrando a intensidade dos movimentos migratórios que nelas ocorrem.²⁶

Apresenta-se, à Tabela 24, a distribuição relativa dos migrantes que adentraram às áreas de fronteira durante o intervalo 1980/91, classificados segundo os respectivos estados de origem. Na última linha dessa Tabela constam, em números absolutos, os respectivos totais desses imigrantes segundo as áreas receptoras.

26. Este quantitativo resulta da diferença entre o número de imigrantes e o saldo líquido migratório. O resultado assim obtido deve ser tomado com cautela e é de natureza apenas indicativa, uma vez que os valores considerados para chegar ao mesmo foram obtidos por diferentes metodologias.

Tabela 24

Área de fronteira: proporções de imigrantes segundo as áreas de destino – 1991

Estados de origem	Estados				Subconjuntos microrregionais					
	Acre	Rondônia	Amapá	Amazonas	Pará	Maranhão	Piauí	Bahia	Mato Grosso	Goiás
Rondônia	9,3	35,3	*	12,6	*	*	*	*	2,4	*
Acre	58,9	1,9		6,5	*	*	*		*	
Amazonas	10,7	3,0	*	55,9	*	*	*	*	*	*
Roraima	*	*		*	*	*	*		*	
Pará	1,2	1,9	52,3	2,7	45,2	9,4	*	*	2,7	2,1
Amapá	*	*	31,3	*	*	*				
Tocantins	*	*	*	*	9,0	5,0	1,3	*	*	5,5
Maranhão	*	1,9	4,3	*	23,4	67,4	6,0	*	6,1	1,0
Piauí	*	*	1,5		2,3	5,2	61,8	1,3	*	*
Ceará	2,0	1,8	1,8	1,6	2,0	2,4	2,1	1,0	*	*
R.G. Norte	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Paraíba	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Pernambuco	*	*	*	*	*	1,3	1,7	2,0	*	*
Alagoas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sergipe	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Bahia	1,0	3,0	*	*	3,3	*	8,5	67,2	*	6,6
M. Gerais	1,5	6,1	1,0	*	2,5	*	*	2,9	1,1	4,3
E. Santo	*	6,1	*	*	1,2	*	*	*	*	*
R. Janeiro	1,1	*	1,0	1,3	*	*	*	*	*	*
São Paulo	2,1	4,6	*	*	*	1,3	8,1	5,3	4,8	2,6
Paraná	3,1	16,4	*	7,8	1,6	*	*	2,6	30,5	*
S. Catarina	*	*	*	*	*	*	*	*	4,1	*
R.G. Sul	*	*	*	1,7	*	*	*	2,6	2,1	*
M. Grosso Sul	1,5	3,6		1,1	*	*	*	*	7,5	*
M. Grosso	1,8	6,1	*	1,1	1,0	*	*	*	33,9	3,6
Goiás	*	1,7	*	*	4,4	1,5	1,3	4,4	1,1	67,8
D. Federal	*	*	*	*	*	1,0	6,0	4,9	*	2,2
Brasil		*		*	*	*	*	*		*
Estrangeiro	*	*	*	1,7	*	*	*	*	*	*
Ignorado		*		*	*	*	*	*		*
Total (em 1000 pessoas)	57,0	501,1	47,4	16,2	499,5	211,9	28,2	76,2	246,1	125,2

(*) menos de 1%.

Fonte dos dados básicos: IBGE. Amostra do Censo Demográfico (1991).

Em quase todas as áreas de fronteira, as maiores frações tiveram como domicílio anterior um município do próprio estado onde a área se localiza. Significa dizer que foram os movimentos intra-estaduais aqueles que predominaram nos fluxos (i)migratórios da fronteira durante o período considerado. As exceções quanto a isto ficaram por conta, principalmente, da imigração havida no subconjunto microrregional do Amapá, cujo fluxo teve o estado do Pará como fonte direta da imigração ali registrada (52,3%). Mostrou-se também expressiva a participação de migrantes paranaenses no fluxo (i)migratório ocorrido no subconjunto das microrregiões do Mato Grosso. Vale notar que neste subconjunto não diferiram muito entre si as participações de imigrantes que tiveram como últimos locais de residência anterior municípios situados no Paraná (30,5%) e no próprio estado do Mato Grosso. Também se mostrou elevada a participação de migrantes oriundos do Maranhão que se localizaram no subconjunto de microrregiões paraenses (23,4%).

Chama a atenção o estado de Rondônia, devido à diversidade das procedências dos que nele imigraram no período 1980/91, embora, confirmando as informações do Censo de 1980, o Censo de 1991 tenha destacado uma presença mais forte de migrantes oriundos do Paraná (16,4%). Mas, além dessa presença, também se fez notar, em números razoavelmente expressivos, a presença de mineiros, capixabas, mato-grossenses e paulistas. Os elementos da Tabela também apontam uma outra característica peculiar desse estado, qual seja, a pequena participação de nortistas e nordestinos nos fluxos que para lá se orientaram durante os anos 80.

Imigrantes residentes nas microrregiões do Piauí, oriundos da Bahia, de São Paulo, do Distrito Federal e do Acre, imigrantes residentes nas microrregiões da Bahia, cuja última procedência foi São Paulo, o Distrito Federal e Goiás, assim como imigrantes residentes em microrregiões do Amazonas, oriundos de Rondônia, do Paraná e do Acre, apresentaram participações que assumiram destaque se forem considerados os volumes e, principalmente, as distâncias que, por vezes, separam os estados de origem e as áreas de destino. Isto estaria a denotar o caráter especial que tais fluxos migratórios assumiram no contexto das áreas receptoras.

Tabela 25
Áreas de fronteira
Proporções de imigrantes segundo os estados de origem – 1991

Estados de origem	Estados				Subconjuntos microrregionais						Total (em 1000)
	AC	RO	AP	AM	PA	MA	PI	BA	MT	GO	
Rondônia	2,7	92,0	*	1,1	*	*	*	*	3,1	*	196,0
Acre	75,4	21,4	...	2,4	*	*	*	...	*	...	45,0
Amazonas	19,2	47,1	*	28,4	2,4	1,0	*	*	*	*	37,9
Roraima	*	61,3	...	1,5	16,7	15,0	*	...	4,4	...	12,5
Pará	*	3,3	8,5	*	77,6	6,8	*	*	2,3	*	299,9
Amapá	*	*	97,5	*	1,3	*	15,3
Tocantins	*	1,2	*	*	68,1	15,9	*	*	2,3	10,4	66,9
Maranhão	*	3,3	*	*	40,4	49,3	*	*	5,2	*	308,9
Piauí	*	3,9	1,6	...	26,1	24,4	38,8	2,1	1,2	1,7	46,7
Ceará	3,8	30,7	2,9	*	33,7	17,1	2,0	2,5	3,3	3,1	34,1
R.G. Norte	6,8	33,3	6,5	...	26,4	13,8	*	2,0	2,5	8,2	5,7
Paraíba	4,6	41,0	4,0	*	21,6	12,6	*	5,1	3,2	6,2	8,9
Pernambuco	1,9	26,8	1,3	*	23,7	22,1	3,8	12,2	3,7	4,0	13,3
Alagoas	1,0	28,1	*	...	26,7	10,9	*	21,0	9,4	2,0	3,4
Sergipe	*	32,6	...	*	9,2	19,4	*	33,7	2,0	1,9	2,2
Bahia	*	15,3	*	*	16,6	2,0	2,4	52,1	2,3	8,4	98,6
M. Gerais	1,5	53,8	*	*	21,8	3,5	*	3,8	4,9	9,6	57,3
E. Santo	*	80,0	*	*	15,6	1,0	*	*	1,8	*	38,0
R. Janeiro	7,4	53,8	5,7	2,4	9,6	9,4	*	2,7	4,1	4,1	9,6
São Paulo	2,3	44,1	*	*	7,2	5,2	4,3	7,7	22,4	6,0	53,9
Paraná	1,0	48,0	*	*	4,7	*	*	1,1	43,7	*	172,6
S. Catarina	1,2	27,1	*	*	7,8	*	*	2,3	58,9	1,3	17,3
R.G. Sul	2,5	27,3	1,3	2,0	8,0	4,0	*	14,0	36,8	3,9	14,5
M. G. Sul	2,1	45,5	...	*	3,0	*	*	*	46,6	*	40,0
M. Grosso	*	24,2	*	*	4,0	*	*	*	65,8	3,5	128,0
Goias	*	6,8	*	*	17,4	2,6	*	2,7	2,1	67,8	126,0
D. Federal	2,4	16,6	*	*	10,2	14,1	11,0	24,2	3,0	17,6	15,7
Brasil	...	41,1	...	4,3	20,2	18,3	8,7	1,2	...	6,2	1,1
Estrangeiro	9,1	58,7	8,5	6,8	1,6	2,6	*	*	11,0	*	4,9
Ignorado	...	51,4	...	*	32,6	12,2	1,1	1,8	...	*	1,0
Total (%)	3,2	27,7	2,6	0,9	27,6	11,7	1,6	4,2	13,6	6,9	1875,2

(*) menos de 1%.

Fonte dos dados básicos: IBGE. Amostra do Censo Demográfico (1991).

Por outro lado, a Tabela 25 revela a distribuição relativa dos imigrantes conforme os estados de origem e segundo as áreas de destino (percentuais a serem lidos em relação ao total de cada linha). Na sua última coluna apresenta, em números absolutos, os totais de imigrantes pertinentes a cada estado emissor e, na última linha, a participação relativa dos imigrados em cada uma das áreas de fronteira sobre o respectivo total. A última célula da Tabela corresponde ao total de imigrantes recenseados nas áreas de fronteira por ocasião do Censo de 1991.

Considerando os fluxos imigratórios mais volumosos, destacam-se, inicialmente, os quase 309 mil imigrantes oriundos do Maranhão e que se fixaram nas áreas de fronteira, principalmente em microrregiões do próprio estado (49,3%), do vizinho estado do Pará (40,4%) e, em menor proporção, do Mato Grosso (5,2%). No caso da trajetória dos que procederam de municípios do estado do Pará, 77,6% deles tenderam a se fixar em áreas de fronteira do próprio estado, fenômeno este que também se verificou no tocante aos que procederam de Rondônia, poucos dos quais se moveram para fora do estado (apenas 8% do respectivo total).

Os que imigraram nas áreas de fronteira e tiveram domicílio anterior no Paraná praticamente dividiram-se em relação às áreas de destino, entre Rondônia (48%) e o subconjunto microrregional de Mato Grosso (43,7%). Já os que residiam anteriormente nos estados de Mato Grosso e Goiás, tenderam a se localizar predominantemente nas microrregiões de fronteira desses mesmos estados e, em plano secundário, no estado de Rondônia e nas microrregiões de fronteira situadas no estado do Pará.

De modo geral, a distância parece haver apresentado fator de importância quanto à localização dos que migraram nas áreas de fronteira. Percebe-se, geralmente, uma maior presença de migrantes oriundos de áreas próximas, como ocorreu nos fluxos de Goiás para o subconjunto microrregional do Pará e entre os estados do Mato Grosso e Rondônia.

Mesmo assim, há fluxos de longa distância que se mostraram expressivos, como os fluxos de paranaenses que imigraram principalmente em Rondônia e no subconjunto microrregional do Mato Grosso, dos baianos que o fizeram nas áreas de fronteira do Pará e Rondônia, dos mineiros em relação a

Rondônia e Pará, e dos paulistas que migraram em Rondônia e no Mato Grosso, entre outros.

Alguns fluxos em direção à fronteira, conquanto não tenham sido volumosos, mostraram-se marcantes ou pela sua concentração (caso de gaúchos e catarinenses imigrados em Mato Grosso e Rondônia) ou pela sua dispersão (caso, em geral, dos nordestinos, principalmente dos alagoanos, que se distribuíram pelas áreas de fronteira do Pará, Rondônia, Maranhão, Bahia e Mato Grosso).

Finalmente, no que tange à migração internacional, o estado de Rondônia absorveu a maior parte desse fluxo (58,7%), seguido pelo subconjunto microrregional do Mato Grosso (11%).

Características demográficas dos migrantes

Apresentam-se à Tabela 26 as esperanças de vida ao nascer e as taxas de fecundidade total das populações (i)migrante e não-migrante²⁷ residentes nas áreas de fronteira.

Tabela 26

Áreas de fronteira: esperanças de vida ao nascer e taxas de fecundidade de migrantes e não-migrantes, 1991

Áreas	Esperança de vida ao nascer		Taxas de fecundidade total	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Acre	NIC	65,2	6,7	6,0
Rondônia	68,2	69,7	3,6	3,2
MR do Amapá	68,3	73,3	5,4	4,2
MR do Amazonas	NIC	71,9	5,0	6,0
MR do Pará	61,5	64,4	4,1	4,3
MR do Maranhão	61,4	62,0	4,2	4,8
MR do Piauí	57,8	67,7	6,0	4,5
MR da Bahia	62,4	68,5	4,3	5,0
MR do Mato Grosso	69,0	70,8	3,4	3,7
MR de Goiás	72,2	72,4	3,0	2,9

Nota: O número insuficiente de casos (NIC) impediu estimar os níveis de mortalidade dos imigrantes do Acre e das microrregiões do Amazonas.

Fonte de dados básicos: IBGE. Amostra do Censo Demográfico (1991).

27. A população não-migrante é constituída pelos naturais que nunca deixaram de residir no município de nascimento mais os migrantes vitalícios, isto é, migrantes com tempo de residência de 11 anos e mais no município onde foram recenseados em 1991.

Os dados da Tabela 26 denotam, inicialmente, a prevalência de diferenciais por vezes significativos entre os níveis de mortalidade dos imigrantes e dos não-migrantes. Tais diferenciais configuraram-se desfavoráveis aos migrantes em todas as unidades de observação, principalmente nos subconjuntos microrregionais do Piauí, do Pará, do Amapá e da Bahia. No primeiro de tais casos, a diferença desfavorável aos imigrantes ascendeu a quase dez anos: apesar de representar um diferencial negativo aparentemente reduzido (17%), a mortalidade dos migrantes, quando visualizada em termos do número de anos de desenvolvimento que foram necessários aos não-migrantes desse estado para atingirem a sua média, corresponde a uma defasagem temporal de quase 20 anos em termos de padrão geral de vida. De menor porte, mas não pouco expressivos, foram os diferenciais desfavoráveis aos migrantes residentes nas áreas de fronteira baianas (6,1 anos), amapaenses (cinco anos) e paraenses (2,9 anos). Nas demais áreas, tais diferenciais configuraram-se bem menos significativos (estado de Rondônia e subconjuntos microrregionais do Mato Grosso e do Maranhão) ou praticamente inexistentes (microrregiões de Goiás).

Se, como já foi visto, a mortalidade dos migrantes mostrou-se sempre mais elevada do que a dos não-migrantes nas áreas de fronteira, o mesmo não se deu de forma sistemática com relação à fecundidade. Em cinco das áreas consideradas (microrregiões do Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia e Mato Grosso), as taxas de fecundidade total dos migrantes revelaram-se inferiores às dos não-migrantes, enquanto, em quatro outras (microrregiões do Amapá e do Piauí e estados do Acre e Rondônia), a fecundidade dos migrantes afigurou-se mais elevada, ao passo que, nas áreas de fronteira de Goiás, praticamente não se registraram diferenciais de fecundidade entre esses dois contingentes.

Também ao contrário da mortalidade, os diferenciais de fecundidade mostraram-se, em geral, bastante modestos. As principais exceções disseram respeito aos subconjuntos microrregionais do Piauí, onde a fecundidade dos migrantes foi de 1/3 mais elevada do que a dos não-migrantes, e do Amapá.

A Tabela 26 também destaca o fato de, mais do que entre migrantes e não-migrantes, verificarem-se diferenciais de fecundidade mais pronunciados entre as várias unidades de observação. Assim é, por exemplo, que a fecundidade nas áreas goiana e mato-grossense teria correspondido apenas à

metade da que se estimou para o Acre, verificando-se também diferenciais expressivos entre as outras unidades de observação.

Quanto aos padrões da fecundidade por idade (dados não apresentados), mostraram-se eles bastante assemelhados entre migrantes e não-migrantes, principalmente nos casos em que se registraram diferenciais reduzidos nos níveis da fecundidade total. Do mesmo modo que ocorreu em relação a esta, os maiores diferenciais nesses padrões deram-se entre áreas de observação e não entre os contingentes populacionais classificados pela situação migratória.

Foi também investigada a suposta prevalência de diferenciais entre os contingentes migrantes e não-migrantes no que respeita a outras características demográficas, tais como quadro domiciliar de residência, estrutura etária, relação de dependência e grau envelhecimento populacional, cujos resultados constam da Tabela 27.

Com respeito à primeira dessas características, destaca-se, de início, o fato de os migrantes, em quase todas as áreas de fronteira, acharem-se domiciliados majoritariamente, por vezes em proporção ampla, em quadros urbanos (conforme a classificação do IBGE). Esta incidência da localização urbana dos migrantes chegou a atingir, em 1991, nada menos de 85,7%, 75,6% e 77,6% dos que migraram nas áreas de fronteira do Amapá, do Amazonas e do Acre, respectivamente.

O predomínio do destino urbano dos migrantes que se radicaram nas microrregiões do Amazonas ganha maior destaque ao se tê-lo comparado com o fato de os não-migrantes ali residirem em maior proporção em quadros rurais (59%). A forte incidência da migração rural-urbana no estado do Amazonas poderia estar à raiz desse forte diferencial.

Diferenciais também significativos entre os quadros de domicílios assomaram em nível dos subconjuntos microrregionais do Piauí, da Bahia, Acre e, em menor escala, Mato Grosso e Goiás. Já no subconjunto microrregional do Amapá não se verificaram diferenciais significativos entre contingentes migrantes e não-migrantes, domiciliando-se ambos, majoritariamente, em quadros urbanos. No estado de Rondônia, apesar do predomínio na residência urbana, os migrantes mostraram menor propensão do que os não-migrantes em residir nesse quadro domiciliar. Quanto ao subconjunto microrregional do Pará, consistiu na única área de fronteira onde se verificou um destino preferencial

dos migrantes em favor da residência em quadros rurais (52,2%). Assim mesmo, a proporção dos que apresentaram residência urbana não deixou de ser significativa (47,5%), quase que se equiparando à dos não-migrantes assim residentes (50,5%).

Tabela 27

Área da fronteira: proporção da população urbana, estrutura etária por grandes grupos de idades, índice de idosos e razão de sexos segundo a condição migratória – 1991

Áreas	Condição migratória	Domicílio urbano	Estrutura etária			II	RS
			00-14	15-64	65 e +		
Acre	Imigrantes	76,8	31,9	65,6	2,6	8,1	105,3
	Não-migrantes	59,6	46,2	50,6	3,2	6,8	102,7
Rondônia	Imigrantes	54,1	29,9	68,2	1,9	6,3	109,2
	Não-migrantes	61,5	49,2	48,3	2,5	5,1	105,3
Micros do Amapá	Imigrantes	85,7	34,4	63,7	1,9	5,5	98,8
	Não-migrantes	82,9	47,6	49,8	2,6	5,5	100,4
Micros do Amazonas	Imigrantes	77,6	33,7	64,3	2,0	5,9	117,4
	Não-migrantes	41,0	50,3	47,2	2,5	5,0	107,0
Micros do Pará	Imigrantes	47,5	32,1	66,2	1,7	5,2	113,7
	Não-migrantes	50,5	43,5	53,9	2,5	5,8	107,5
Micros do Maranhão	Imigrantes	59,1	34,2	63,1	2,7	7,9	98,0
	Não-migrantes	44,9	47,2	48,8	4,0	8,5	101,2
Micros do Piauí	Imigrantes	57,9	35,4	62,1	2,5	7,0	96,9
	Não-migrantes	30,2	44,9	50,3	4,7	10,5	101,2
Micros da Bahia	Imigrantes	65,8	33,8	64,1	2,1	6,1	104,9
	Não-migrantes	37,5	45,1	50,4	4,5	10,0	102,8
Micros do M.Grosso	Imigrantes	59,1	28,7	69,6	1,7	5,8	117,4
	Não-migrantes	54,3	52,0	46,2	1,9	3,6	113,2
Micros de Goiás	Imigrantes	70,7	31,2	66,5	2,3	7,3	108,3
	Não-migrantes	64,7	39,6	56,7	3,7	9,5	106,2

Notas: II – Índice de Idosos, calculado como a razão entre o número de idosos de 65 anos e mais e os jovens menores de 15 anos, multiplicado por 100; RS – Razão de Sexos, calculado como a razão entre o número de homens e o de mulheres, multiplicado por 100.

Fonte dos dados básicos: IBGE. Amostra do Censo Demográfico (1991).

No que concerne à estrutura etária, os migrantes, como seria de esperar, tenderam a apresentar proporções bem maiores de pessoas classificadas em idades ativas (15-64 anos) do que os não-migrantes. As maiores proporções de população em idades ativas registraram-se nas áreas de fronteira do Mato Grosso (69,6%), de Rondônia (68,2%) e de Goiás (66,5%). Os maiores diferenciais entre os contingentes migrantes e não-migrantes quanto às

respectivas proporções de população classificadas em idades de 15 a 64 anos ocorreram em Mato Grosso, onde o percentual alusivo aos não-migrantes atingiu tão somente 46,2%, e no Pará, onde as respectivas proporções foram de 66,2 e 53,9%.

Em nenhuma área de fronteira o percentual alusivo aos menores de 15 anos foi além de 36% e o da população idosa (65 anos e mais) além de 2,7%. O subconjunto microrregional do Mato Grosso (28,7%) e o estado de Rondônia (29,9%) destacaram-se por terem apresentado os menores percentuais de população jovem, enquanto as microrregiões do Piauí (35,4%) e do Amapá (34,4%) fizeram-no exatamente por situação oposta.

Entre os idosos, o percentual mais alto registrou-se nas áreas de fronteira maranhense (2,7%) e, o mais baixo, nas do Pará e Mato Grosso (1,7%).

Uma das principais conseqüências desses amplos diferenciais etários consistiu na tendência de os migrantes residentes nas áreas de fronteira apresentarem razões de dependência demográfica²⁸ bem inferiores às dos não-migrantes.

Uma outra característica etária dos imigrantes da fronteira concerne à diversidade dos respectivos índices de idosos (proporção de maiores de 65 anos em relação a menores de 15 anos). As relações entre as proporções respectivas revelam índices de idosos elevados nas áreas de fronteira maranhenses e goianas, e baixos nas do Amazonas e do Pará.

Mas os fortes diferenciais demográficos prevalecentes nas áreas de fronteira não disseram respeito apenas à idade. Eles também prevaleceram de forma marcante com relação ao sexo. Os contingentes migrantes mostraram-se, em quase todas as unidades de observação, fortemente ponderados pelo elemento masculino. As exceções verificaram-se nas microrregiões do Maranhão e do Piauí.

Das observações feitas, pode-se concluir, de um lado, pela existência, em termos de características demográficas, de fortes diferenciais entre os contingentes migrantes e não-migrantes residentes nas áreas de fronteira. Além dos não-migrantes apresentarem uma maior dispersão do que os migrantes no

28. Relações entre a população em idades inativas (menos de 15 anos e 65 anos e mais) e a população em idades ativas (15-64 anos).

que tange à sua localização em áreas urbanas – com proporções variando entre 30,2%, nas microrregiões do Piauí, e 82,9%, nas do Amapá – também se caracterizaram por uma composição etária mais jovem e razões de sexo mais equilibradas.

É importante, finalmente, também observar que, em quase todas as áreas de fronteira, independentemente da situação migratória, as razões de sexo dos contingentes investigados atingiram grandezas superiores a 100, indicativas, portanto, de que essas áreas acumularam, ao longo de sua história, fluxos migratórios majoritariamente constituídos de homens.

Considerações finais

A população da região Norte apresenta, principalmente a partir dos anos 70, taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil com um todo.

Nas duas últimas décadas, enquanto se observava uma desruralização da população a nível do país como um todo, os efetivos residentes nos quadros rurais da região Norte cresciam intensamente, particularmente no caso da década 1970/80 (3,4% ao ano), em ritmo superior ao registrado pelo total da população brasileira em qualquer decênio do período considerado.

Não obstante o relativo dinamismo do crescimento da população rural da região, prosseguiu sem interrupção uma forte tendência à urbanização da população nortista. Assim é que, em 1980, metade da população regional já residia em cidades e vilas, proporção esta que se elevou para quase 59% por ocasião do último Censo e para 62% quando da Contagem de População realizada em 1996. O fato é que, entre 1980 e 1991, nada menos do que 83% do crescimento absoluto da população da região Norte (3,4 milhões) foram gerados ou absorvidos pelo conjunto de suas cidades e vilas.

Suspeita-se que a persistência desse elevado ritmo de crescimento do contingente rural tenha sido derivado das migrações internas em direção à última fronteira agrícola existente no país, orientadas particularmente em direção aos estados de Rondônia e do Pará, e de modo também muito significativo, para as áreas rurais de Roraima.

A análise das componentes demográficas sugere uma continuada queda da fecundidade regional, a qual tende ainda a ser comparativamente mais alta do que no resto do Brasil, enquanto que os níveis de mortalidade e de migração tenderiam a declinar.

Quando visto a nível dos estados observa-se que cerca de metade de todo o efetivo populacional da região Norte residia, em 1991, no estado do Pará e uma quinta parte no estado do Amazonas. Os 30% restantes distribuíam-se nas cinco outras Unidades da Federação, dentre as quais Rondônia e Tocantins eram, em 1991, as mais populosas (11 e 9%, respectivamente) e Amapá e Roraima as de menor participação relativa (dois a 3%). O estado do Acre situava-se em uma posição intermediária neste subconjunto, com participação relativa da ordem de 4%.

No que respeita à população urbana, a comparação intertemporal revela que, apenas nos casos do Amazonas e de Roraima teria reduzido o crescimento da população urbana entre os anos 70 e 80. No caso de Roraima, observa-se uma menor taxa de crescimento da população urbana sem que tenha havido arrefecimento muito significativo na intensidade do crescimento populacional dos quadros rurais. Tratar-se-ia, portanto, de um estado onde, no período 1980/91, teriam se intensificado os fluxos migratórios de origem extra-estadual para os quadros rurais sem uma forte contrapartida de migrações campo/cidade, inclusive as de nível intra-estadual. Já no caso do Amazonas, a pressão menos intensa sobre os respectivos quadros urbanos teria decorrido principalmente de redução na migração de origem extra-estadual, a despeito da persistência de uma forte migração intra-estadual de tipo campo/cidade, de intensidade relativa semelhante à da década dos anos 70.

Em situação extrema encontram-se o Acre, o Amapá e, principalmente, o Tocantins, como estados nos quais a pressão sobre o meio urbano configurou-se, nos anos 80, a mais intensa de todas. As respectivas relações refletem, para o período 1980/91, um intenso êxodo migratório campo/cidade, que teria ocasionado até mesmo perda de parte do estoque populacional outrora radicado nos quadros rurais desses estados. Nos casos do Tocantins e do Acre, esse verdadeiro esvaziamento populacional dos quadros rurais seqüenciou uma tendência que já se esboçara na década anterior, revelada pelas débeis taxas de crescimento dos seus contingentes rurais. Já no caso do Amapá, ele se deu de

forma abrupta, posto que os quadros rurais do estado, nos anos 70, ainda se caracterizavam pela prevalência de uma forte imigração líquida.

Quando se avalia a participação relativa dos estados da região Norte nos incrementos populacionais registrados nos dois últimos períodos intercensitários, constata-se a importância significativa assumida pelo estado do Pará, cuja participação relativa no período 1980/91, se bem que cadente em relação à década anterior, ainda assim correspondeu a quase metade (45,3%) de todo o crescimento registrado na população regional durante esse intervalo. Além disto, há que notar também a importância crescente do estado de Rondônia, cujo incremento populacional correspondeu a 18,8% do total regional, já tendo atingido grandeza relativa aproximada à verificada com relação ao estado do Amazonas (19,7%).

Roraima e Amapá também apresentam ganhos quanto a esse tipo de participação relativa embora a dimensão populacional desses estados ainda se afigure reduzida, mesmo no cômputo regional. Os estados do Acre e Tocantins, principalmente este último, foram aqueles que apresentaram perdas de posição relativa em termos do incremento populacional registrado na região.

No que diz respeito às tendências do crescimento urbano, durante o período 1980/91 prosseguiu a tendência de urbanização da região Norte, tendo a população residente no conjunto das cidades (sedes municipais) amazônicas ascendido de 3,1 milhões, no seu início, para 5,7 milhões ao seu final. Embora esse crescimento tenha sido bastante rápido (5,6% a.a.), ainda assim ele se mostrou algo mais atenuado do que o da década anterior (6,7% a.a.). Além desse contingente tipicamente urbano, o último Censo registrou a existência de 242,5 mil pessoas residindo em vilas localizadas na região.

A observação dos últimos dados censitários revela que, durante o intervalo 1980/91, aumentou a participação relativa das populações residentes em cidades de mais de cinco mil habitantes, particularmente no que concerne às faixas congregando cidades de cinco mil a dez mil habitantes e, principalmente, de 20 a 50 mil habitantes. Nestas duas faixas de tamanho de cidades, o crescimento dos seus contingentes populacionais atingiu taxas anuais tão expressivas quanto 7,6 e 8,3%, respectivamente.

No conjunto de cidades da região Norte, Manaus, a capital do estado do Amazonas, e a Região Metropolitana de Belém (que inclui também o município

de Ananindeua no estado do Pará), são os principais núcleos urbanos da região. As populações residentes nas sedes municipais desses dois núcleos já andavam, em 1991, à volta de um milhão e 839 mil habitantes, respectivamente. No último Censo, Manaus passou a aparecer, sob o ângulo populacional, como o maior núcleo urbano regional, posição que anteriormente correspondia à Região Metropolitana de Belém. Estes dois aglomerados urbanos atuam como verdadeiras metrópoles regionais, embora em espaços distintos, com Manaus polarizando a porção Centro-Ocidental e Belém a porção oriental da macrorregião Norte. A cidade de Manaus, de fato, vem há já algum tempo mostrando tendências de concentrar a população do estado: sua participação relativa sobre o total da população amazonense passou de 32,7%, em 1970, para 44,3%, em 1980, e atingiu a já quase a metade (48%), em 1991. O oposto observa-se com relação ao município de Belém, cuja população urbana, no cômputo da população total do Pará, declinou de 29,2%, em 1970, para 26,9%, em 1980, e para 24%, em 1991.

As demais cidades nortistas com mais de 50 mil habitantes, quase todas com menos de 200 mil, são em número de treze e incluem as demais capitais estaduais (exceto Palmas, no estado do Tocantins) – Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Macapá (AP), Boa Vista (RR) – além de uma meia dúzia de cidades paraenses (Santarém, Marabá, Castanhal, Ananindeua, Itaituba e Abaetetuba), duas cidades tocantinenses (Araguaina e Gurupi) e Ji-Paraná, em Rondônia. Atuam, em geral, como centros administrativos comerciais e/ou de prestação de serviços de nível local.

De fato, nada menos de 78,2% do crescimento urbano registrado entre 1980 e 1991, na região Norte, tiveram lugar em cidades que já contavam, no segundo desses anos, com mais de 20 mil habitantes, sendo que quase 53% do mesmo referiram-se exclusivamente a cidades com mais de 50 mil habitantes.

Portanto, a urbanização na região Norte parece estar sendo bastante vocacionada para a ampliação do tamanho dos núcleos urbanos já existentes, principalmente daqueles que já atingiram uma dimensão considerável em relação às características de dispersão da população e de exploração econômica nos espaços da vasta região Norte. Esta é uma tendência que se reflete na elevação do tamanho mediano de cidade na região Norte, que passou de 1,8 mil

habitantes, em 1970, para 3,8 mil habitantes, em 1980, e para 5,2 mil habitantes, em 1991.

A avaliação das componentes demográficas na evolução da população da Amazônia mostra que, nos anos 70 o crescimento vegetativo, que se situava em torno de 36 por mil ao ano, com uma taxa bruta de natalidade que ascendia a 44 por mil e uma taxa bruta de mortalidade de oito por mil, respondia por 68% do incremento populacional observado na década, enquanto a migração, que se situava em torno de 13 por mil a.a., respondia por 32% do aumento demográfico. Nos anos 80, apesar da expressiva queda dos níveis de fecundidade que resultou num declínio da taxa bruta de natalidade para 39 por mil, o peso do crescimento vegetativo na dinâmica populacional não se modificou já que a taxa bruta de mortalidade também reduziu-se para seis por mil. Em conseqüência o papel do movimento migratório também permaneceu nos níveis anteriores, passando a mesma para 11 por mil ao ano.

A estrutura etária jovem, herança do passado de altas taxas de fecundidade, e os ainda relativamente elevados níveis de fecundidade regional, principalmente entre a população rural, constituem-se nos determinantes básicos das altas taxas de crescimento da população da região.

A Amazônia, até a década de 80, tinha as mais altas taxas de fecundidade nacional e quando a fecundidade começa a declinar na Amazônia, a Taxa de Fecundidade Total de suas áreas urbanas era maior do que a fecundidade rural das regiões onde o declínio iniciara-se com antecedência. Ademais, apesar das amplas variações entre os níveis de fecundidade das populações urbanas e rurais, havia uma razoável similitude entre os níveis de fecundidade dos estados.

A queda da TFT na Amazônia é veloz e ocorre em todos estados, atingindo quase que igualmente as populações urbanas e rurais. Na região Norte, a queda da fecundidade entre os recenseamentos de 1980 e 1991 foi de 2,1 filhos por mulher, sem grandes diferenças entre os estados. Apenas no Amapá a queda foi um pouco mais alta (2,3 filhos por mulher) tendo sido esta variação muito mais alta do que a que ocorreu no restante do país. Ademais, em termos relativos, a redução dos níveis de fecundidade tende a ser homogênea segundo a condição de domicílio, diferentemente do observado nas demais

regiões, onde a queda da fecundidade seria inicialmente mais elevada nas áreas urbanas.

Os dados da PNAD-95, corroborados pela Pesquisa Nacional sobre Saúde e Demografia – PNDS (1996), realizada pela BEMFAM, apontam para uma expressiva diminuição dos níveis da fecundidade urbana entre 1991 e 1995, com ampliação na velocidade da queda da fecundidade quando comparada com o período intercensitário precedente, reduzindo-se a TFT urbana de 3,6 filhos por mulher para 2,8 filhos por mulher.

Os resultados da pesquisa da BEMFAM mostram, também, que 72,3% das mulheres das áreas urbanas da Amazônia, atualmente unidas, estariam utilizando métodos anticonceptivos, das quais 51,3% teriam optado pela esterilização, proporção que é quase cinco vezes maior do que a daquelas que usam pílulas (11,1%) e a mais elevada relação do país. Esta opção pela esterilização aponta pela continuidade de queda na fecundidade na região.

A queda da fecundidade regional ocorreu principalmente entre as mulheres acima de 30 anos e também foi importante a redução entre as mulheres de 25 e 30 anos de idade, tendendo a contrabalançar o aumento da fecundidade das adolescentes. Entre as décadas de 70 e 80, similar ao que ocorreu em outras partes do país, cresceu a fecundidade das jovens entre 15 e 20 anos de idade, notadamente entre as residentes nas áreas urbanas, duplicando o peso deste grupo etário na fecundidade urbana, que contribui com quase 17% para a fecundidade total.

Em termos relativos, a composição da TFT por idades mostra um crescimento da participação do grupo 20-24 anos, mantendo-se estável o peso do grupo 25-29 anos e declinando o papel das mulheres acima de 30 anos, em especial o das mulheres de 45-49 anos das áreas urbanas, para as quais os nascimentos tornam-se evento raro, pois a sua fecundidade reduz-se a menos de um nascimento para cada 100 mulheres do grupo etário.

Os resultados da PNAD-95, que conforme salientado dizem respeito às áreas urbanas, mostram que, além da manutenção da trajetória descendente da fecundidade, há uma redução nas taxas de fecundidade das adolescentes da ordem de 10%. Problemas amostrais sugerem cautela com tal estimativa, mas os dados da pesquisa da BEMFAM-96 referendam os resultados provenientes da PNAD.

Os dados da PNAD-95 mostram uma queda da fecundidade de 18% em apenas quatro anos e aponta para a intensidade e irreversibilidade da diminuição da fecundidade na Amazônia, no curto e médio prazos. Há a consolidação da primazia do grupo 20-24 anos para o total da fecundidade, com a queda da fecundidade das mulheres acima de 30 anos e a redução da fecundidade das mulheres de 25-29 anos.

As tendências de evolução da fecundidade na região Norte sugerem a continuidade do padrão de redução que amplia a importância dos grupos etários iniciais e incorpora a redução da participação relativa dos grupos de mulheres acima dos 30 anos de idade. Pode-se presumir uma queda mais rápida da fecundidade rural, à medida em que os novos padrões de comportamento reprodutivo atinjam tal população.

Quanto à mortalidade, vale observar os relativamente baixos níveis que historicamente prevalecem na região Norte, sendo bastante similares as estimativas de esperança de vida da população urbana e da população rural. Entretanto, há diferenças entre os estados, sendo que, de acordo com os dados do Censo de 1980, em Roraima a esperança de vida ao nascer atingia 68,1 anos, enquanto em Rondônia a mesma era de 58,2 anos.

Segundo a situação do domicílio, na década de 70, a nível agregado, não são perceptíveis as diferenças entre a mortalidade urbana e rural, que, entretanto tornam-se visíveis quando são confrontadas as informações a nível dos estados.

De acordo com os dados do Censo de 1991, foi modesta a redução dos níveis de mortalidade, que teria resultado em um aumento de 4,1 anos na vida média da população regional. Esta variação foi mais ampla entre os segmentos urbanos, passando a mesma a apresentar mais baixos níveis de mortalidade que os da população rural, revertendo a situação da década anterior. A maior redução de mortalidade teria ocorrido em Rondônia (aumento de quase sete anos na esperança de vida ao nascer) e a menor variação teria acontecido no Acre (2,8 anos).

As estimativas de mortalidade a partir da PNAD-95 (que dizem respeito tão somente à população urbana), apontam para uma redução no ritmo de declínio dos níveis de mortalidade, o que estaria associado ao fato de que a mesma aproxima-se de níveis que tornam cada vez mais difícil a sua redução,

senão por amplos investimentos em cuidados preventivos de saúde e modificações de hábitos de vida e de consumo, de muito difícil obtenção.

A mortalidade infantil na Amazônia ainda é muito alta, mas no último decênio a mortalidade no primeiro ano de vida caiu especialmente em Rondônia, Amazonas e no Pará.

São precárias as informações sobre óbitos por sexo e idade de forma a se identificar o padrão de mortalidade regional, identificando-se na subestimação e na cobertura diferencial por sexo, idade e espaços geográficos as maiores dificuldades. Os dados do Ministério da Saúde mostram uma ampla subenumeração dos óbitos infantis, que, quando comparados com estimativas provenientes de dados censitários apontam que a cobertura dos óbitos dos recém-nascidos seria pouco superior a 40%. A avaliação dos valores das probabilidades de morte por idade obtidas a partir desta fonte mostram que também entre 1-5 anos de idades haveria uma ampla subenumeração de óbitos. O que chama mais a atenção neste conjunto de informações é a ampla mortalidade masculina. É notável a mais elevada mortalidade masculina no grupo de 20-30 anos de idade em relação à feminina e também em relação aos grupos de idades adjacentes. Esta sobremortalidade sugere que tenderia a ocorrer na Amazônia fenômeno comum a outras regiões mais desenvolvidas do país.

A avaliação das causas de morte, em 1991, mostra que a principal razão para a sobremortalidade masculina está associada ao elevado número de óbitos masculinos por causas externas. Os dados segundo as causas revelam situar-se a região em estágio intermediário da transição epidemiológica, com a convivência de numerosos óbitos associados às precárias condições de vida da população (doenças infecciosas e parasitárias) e aqueles comuns às condições de populações mais desenvolvidas (doenças do aparelho circulatório). A comparação com os dados de 1986 mostram que o conjunto das principais causas de morte não se modificou no quinquênio.

As causas de óbitos reveladas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, refletem amplamente os óbitos das cidades de Manaus e Belém e das capitais estaduais, uma vez que são nelas que se concentram os registros de óbitos.

O conjunto de informações disponíveis subsidiam a concepção de uma redução mais lenta dos níveis de mortalidade regional e a manutenção a médio prazo da estrutura dual de causas de morte, com a ampla presença das doenças próprias do subdesenvolvimento ao lado de doenças associadas a mais elevados níveis de desenvolvimento.

Quanto à estrutura etária e por sexo da população, percebe-se que, no caso da região Norte, entre 1980 e 1991, passaram a ocorrer mudanças algo significativas na respectiva distribuição etária, as quais estariam a indicar o início de um processo de envelhecimento relativo da população nortista. É uma tendência que se mostra bastante consistente com aquela que se pode observar a nível do país como um todo. O fato é que o índice de idosos da população da região, embora ainda seja o mais baixo em relação aos das suas congêneres brasileiras, já evoluiu de 9%, em 1980, para 10,9%, em 1991.

Esta tendência de envelhecimento da população regional tem a ver, principalmente, com o declínio que se vem observando na fecundidade feminina. Mas, de qualquer modo, cumpre chamar a atenção que, apesar desse declínio da fecundidade ser o fator que supostamente estaria assumindo grande importância na determinação das mudanças observadas na estrutura etária da população nortista, há também que considerar os efeitos causados sobre a mesma pela atuação da mortalidade e, principalmente, da migração.

As migrações inter-regionais para a região Norte sofreram, na segunda metade dos anos 80, uma queda de intensidade, queda esta que se acentuou ainda mais ao longo dos anos 90. Segundo alguns analistas, isto teria a ver com a ausência de políticas e programas governamentais de desenvolvimento e assentamento populacional, praticamente sumidos do país a partir da década passada. Tal queda estaria também fortemente relacionada às transformações de natureza variada que passaram a ocorrer nas principais regiões de emissão de migrantes para o Norte do país. Haveria que relacioná-la, por exemplo, à própria exaustão do processo de desruralização da população residente no Sul do país, impactante nos anos 70 e que determinou, à época, a formação de fortes correntes migratórias de populações sulistas em demanda de terras abundantes e baratas então existentes na região Centro-Oeste e na própria região Norte (estado de Rondônia, principalmente). É possível também aludir à queda desde então havida no potencial emigratório da região Nordeste – a principal área

emissora de população para a região Norte – seja por não ter ali ocorrido uma grande seca durante o período, seja pela redução do potencial de crescimento vegetativo de sua população, ensejada pelo rápido e persistente declínio da fecundidade.

Finalmente, um outro determinante a considerar seriam as mudanças em curso nas formas de ocupação das chamadas áreas de fronteira que subsistiram na região Norte. Tal ocupação não mais estaria se cristalizando, como quase sempre ocorria, em termos de frentes camponesas ou frentes demográficas constituídas por fluxos migratórios representativos de excedentes populacionais em busca de áreas vazias disponíveis. A nova feição prevalecente em muitas dessas áreas é a de incorporação de vastas extensões de terra por modernos empreendimentos agropecuários, utilizadores de tecnologia avançada e voltados exclusivamente para o mercado. Ao expulsarem os migrantes antigos e/ou não absorverem aqueles recém-chegados, configura-se uma dinâmica excludente e uma nova distribuição espacial para a população regional.

A análise realizada sobre a migração nas áreas de fronteira durante o período 1980/91 revelou que a sua contribuição teria sido bastante expressiva para o crescimento populacional dos estados do Pará e Rondônia e, sobretudo, Mato Grosso, no Centro-Oeste. É bem verdade que os dados atinentes a toda essa década devem ter sido bastante afetados pelos resultados pertinentes à sua primeira metade, quando ainda se faziam sentir os efeitos favoráveis à (i)migração de um conjunto de fatores atuantes em períodos pretéritos.²⁹

O fato é que os fluxos migratórios intra-regionais, particularmente os de tipo rural-urbano, ganharam maior destaque no quadro migratório da região Norte. Com isto, intensificou-se a pressão sobre o meio urbano regional, exacerbando um processo de urbanização que vem crescentemente assumindo uma característica de “adensamento pontualizado” nas sete capitais estaduais e numa dezena de outros centros urbanos da região Norte com populações superiores a cinquenta mil habitantes.

No caso específico das áreas de fronteira estudadas, também predominaram as migrações de curta distância, ou seja, as maiores frações dos contingentes (i)migrantes tiveram como domicílio anterior um município do

29. Ver Martine (1982).

próprio estado onde a área se localiza. Foram os movimentos intra-estaduais (inclusive os efetuados por etapas) aqueles que predominaram nos fluxos migratórios que se orientaram para as áreas de fronteira durante os anos 80. A exceção ficou por conta da migração para o Amapá, cujo fluxo, em sua maior parte, teve como origem direta um município do vizinho estado do Pará.

No tocante aos movimentos de longa distância – minoritários, como se viu – destacaram-se como mais expressivas as participações de migrantes paranaenses nos fluxos que se orientaram para as áreas de fronteira mato-grossenses e a de migrantes maranhenses que tiveram como destino as áreas de fronteira do estado do Pará. Chamou também a atenção a diversidade de procedências dos migrantes de longa distância que se localizaram no estado de Rondônia durante os anos 80: não só paranaenses, mas também gaúchos, catarinenses, mineiros, capixabas, paulistas, etc. Outra peculiaridade da migração para Rondônia foi a reduzida presença de migrantes oriundos diretamente de municípios situados nas regiões Norte e Nordeste.

No que concerne à prevalência de seletividade e de diferenciais na migração para a região Norte como um todo, verificou-se que só a níveis de significância estatisticamente pouco rigorosos seria possível aludir, em termos dos níveis de instrução dos migrantes, à existência de fluxos positivamente seletos e diferenciados, tanto em relação à população receptora, como em relação à população das regiões emissoras. Não se descarta a possibilidade de existirem diferenciais de instrução entre contingentes migrantes e não-migrantes no tocante a alguns estados receptores específicos e/ou de procedência dos migrantes, embora, por falta de informações, a hipótese não tenha podido ser testada.

Identificaram-se, entretanto, diferenciais expressivos quanto à composição etária e às razões de sexo dos vários contingentes da população residente classificados segundo a situação migratória. Na maioria dos estados, os contingentes migrantes apresentaram, em relação aos não-migrantes, proporções maiores de população classificada em idades economicamente ativas, reveladoras da importância da “migração de trabalho” na composição desses fluxos. Em virtude dessas estruturas etárias diferenciadas, os migrantes apresentaram relações de dependência (teóricas) inferiores aos não-migrantes e contribuíram para um certo “envelhecimento” das populações residentes nas

áreas receptoras, elevando-lhes de dois a três anos as respectivas idades medianas.

Por sua vez, a emigração da população nortista revelou-se um fenômeno de maior presença relativa da população feminina, principalmente no tocante aos segmentos classificados em idades ativas. Seriam os mercados de trabalho da região Norte relativamente mais refratários ao emprego da mão-de-obra feminina? O que estaria determinando esse comportamento até certo ponto anômalo? Constatação como esta, pelas suas múltiplas implicações – inclusive no plano da reprodução humana – devia ser objeto de investigação mais aprofundada.

Em relação às áreas de fronteira localizadas na região Norte, identificaram-se diferenciais por vezes bastante significativos entre os níveis de mortalidade dos migrantes e dos não-migrantes. Tais diferenciais configuraram-se nitidamente desfavoráveis aos migrantes, tendo-se mostrado mais expressivos nas áreas de fronteira do Pará e do Amapá e menos expressivos em Rondônia. Pelo menos em parte, a ocorrência deve estar associada à própria intensidade com que a mortalidade incide nas áreas de origem desses migrantes.

No caso da fecundidade, os respectivos diferenciais não se verificaram de forma tão sistemática quanto no caso da mortalidade. Nas áreas de fronteira do Amazonas e do Pará, as taxas de fecundidade total dos migrantes revelaram-se inferiores às dos não-migrantes, enquanto que nas do Amapá, Acre e Rondônia registrou-se situação inversa. Também ao contrário da mortalidade, os diferenciais de fecundidade freqüentemente mostraram-se bastante modestos, a principal exceção dizendo respeito, em nível de região Norte, ao Amapá.

Também foram identificados diferenciais significativos entre os contingentes migrantes e não-migrantes no que concerne a outras características demográficas, como quadro domiciliar de residência, estrutura etária, razão de sexo, relação de dependência, grau de envelhecimento da população. Com respeito à primeira delas, os migrantes quase sempre se acham radicados em proporção maior do que os não-migrantes, em quadros urbanos de residência. O predomínio da residência urbana dos migrantes que se achavam localizados nas áreas de fronteira do Acre e do Amazonas (78 e 76%, respectivamente) ganha maior destaque ao se tê-la comparada à dos respectivos não-migrantes (60 e 41%, respectivamente). As áreas de fronteira paraenses foram as únicas, na

região Norte, onde predominou um destino preferencial dos migrantes em favor dos quadros rurais (52%). Mesmo assim, não deixou de ser significativa a incidência da residência urbana (48%), mormente se comparada à dos não-migrantes (51%).

Com referência aos diferenciais etários, não se verificaram, nas áreas de fronteira, divergências substanciais com relação ao que já foi exposto em nível das diversas Unidades da Federação. Pelas razões já expostas, os migrantes tenderam a apresentar, em relação aos não-migrantes, proporções bem maiores de pessoas classificadas em idades ativas, razões de dependência mais baixas, e índices de idosos mais altos. No tocante aos diferenciais por sexo, os contingentes migrantes mostraram em quase todas as unidades de observação, relações superiores à unidade e bem mais altas do que a dos não-migrantes, caracterizando a fronteira como espaço de migração predominantemente masculina.

Entre as várias questões que parecem merecedoras de exploração em futuras análises inclui-se a da intensificação da migração rural-urbana como fator interveniente do declínio em curso na fecundidade regional. Um outro tópico que se deveria priorizar concerne à investigação – inclusive em nível das próprias áreas expulsoras – dos fatores determinantes do esvaziamento rural em curso na região, inclusive no que toca à diferenciação desses fluxos por sexo. Mas, sem dúvida, uma questão a merecer estudo e acompanhamento constantes concerne às perspectivas de evolução das migrações na região como base para previsões e projeções de população. Como se sabe, a região passa por um momento importante em sua trajetória econômica, a curto e médio prazos, com reflexos sobre a intensidade do crescimento, a localização e a distribuição de sua população. Embora as informações disponíveis quase sempre sejam muito frágeis para basear prospecções fiáveis sobre a evolução do fenômeno, é importante que se procure visualizar aqueles acontecimentos que irão afetar mais diretamente as tendências migratórias. No momento, um desses acontecimentos está certamente associado à própria crise financeira do estado brasileiro que atingiu, em cheio, os governos estaduais; estes, então, estão se vendo forçados a praticar parcerias e a procurar alternativas de integração no sentido de encetarem algumas obras de infra-estrutura, particularmente no setor de transportes, consideradas indispensáveis e/ou mais relacionadas com as

possibilidades de seu crescimento econômico. Neste particular, Amazonas e Roraima são emblemáticos de uma atuação comum no sentido de avançar na conclusão e asfaltamento de uma rodovia que põe Manaus (AM) e Boa Vista (RR) em contato direto com a região do Caribe, através da Venezuela. É visível também que tanto o Mato Grosso, como o Acre, buscam se integrar ao Pacífico a partir da construção de estradas. A extensão do tratado do MERCOSUL aos países pan-amazônicos certamente contribuiria também para integrar outras segmentações espaciais a novas territorialidades que estão a surgir na Amazônia³⁰ o que certamente engendraria novas realidades migratórias, inclusive de natureza internacional.

Preocupações direta ou indiretamente ligadas à ocupação de vastos espaços desabitados da Amazônia brasileira estão a determinar, com frequência cada vez maior, propostas de criação de novas unidades administrativas em nível estadual, a partir de desmembramentos de estados como o Amazonas, hoje reduzido economicamente a um enclave urbano representado por Manaus, a sua capital. Menciona-se também a recente expansão dos cultivos de soja à parte norte do estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste, com prolongamento pelo sul do estado do Amazonas, pelo Maranhão, até a fronteira do Piauí, já na região Nordeste, assim como, por iniciativa do governo amazonense, a recente inauguração de um moderno porto em Itacoatiara (AM) para escoamento dessa produção e outros grãos através da hidrovia do Madeira.

São exemplos de algumas eventualidades que, juntamente com muitas outras, deveriam ser consideradas em quaisquer prospecções que vierem a ser feitas sobre as tendências a médio prazo da migração na região Norte.

30. Ver Ajara (1996: 16-30).

Bibliografia

- AJARA, César. Os processos de ocupação, expansão das fronteiras amazônicas e suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas. In: MOURA, Hélio A. (Org.). *A pesquisa social na Amazônia; avanços, lacunas e prioridades*. Recife: Editora Massangana, 1996. p. 16-30.
- BEMFAM-DHS. *Brasil; Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*, 1996. Rio de Janeiro: BEMFAM- DHS/Macro International, Inc., 1996. (Relatório Preliminar).
- BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80; uma análise exploratória. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.13, n.1, p. 61-84, jan./jun. 1997.
- CARVALHO, José Alberto Magno de, PINHEIRO, Sílvia M. G. *Fecundidade e mortalidade no Brasil; 1970/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986.
- _____, RIGOTTI, José Irineu Rangel. In: ESTUDOS da dinâmica demográfica regional recente; região Centro-Leste (Sudeste menos São Paulo). Campinas, jan. 1997. (Mimeogr.).
- CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça. *A dinâmica agro-industrial do Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Série IPEA, n. 148).
- CIFUENTES, Joaquín Eduardo M.; FERNANDES, Duval Magalhães. População e mudanças sociais no estado do Tocantins. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 143-162, jan./jun. 1997.
- CROCIA DE BARROS, Nilson. Mobilidade populacional, fronteiras e dinâmica das paisagens na Amazônia; o caso de Roraima, Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 12, n. 2, p. 237-284, jul./dez. 1996.
- FERNANDES, Rogélio, CARVALHO, José Alberto M. de. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 67-86, jul./dez. 1986.

- FIGUEIREDO, Adma H. de. As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico. In: MESQUITA, Olindina V., SILVA, Solange T. (Org.). *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- HEBETTE, Jean (Org.). *O cerco está fechando – O impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____, MOREIRA, Edma Silva. Situação social das áreas rurais amazônicas. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 12, n. 2, p. 383-406, jul./dez. 1996.
- LACERDA DE MELO, Mário, MOURA, Hélio A. de. *As migrações para Manaus*. Recife: Ed. Massangana, 1990.
- LAVINAS, Lena. *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.
- LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migração interna; textos selecionados*. Tomo I. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- MARTINE, George. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. *Revista de Economia Política*, n. 2, p. 53-76, 1982.
- _____. *Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna; uma visão geral*. Brasília: ISPN, 1992.
- _____. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 329).
- MOREIRA, Morvan de Mello. *A dinâmica demográfica recente da fronteira agrícola*. Manaus: FUNDAJ/INPSO/IESAM, 1997. (Relatório transformações recentes na fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil. Fundação Joaquim Nabuco – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA/SEPLAN).
- MOURA Hélio A. de (Org.). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. 2v.
- _____, TEIXEIRA, Pery. Tendências recentes do crescimento populacional do Nordeste. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 95-126, jan./abr. 1997.

- MOURA Hélio A. de et al. *Déficits sociais na Amazônia*. Recife: FUNDAJ, 1990. (Mimeogr.).
- MUELLER, Charles K. *Condicionantes e impactos sócio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil*. Brasília: ISPN, 1992.
- OLIVEIRA, Luís Antonio Pinto de. Dinâmica populacional e dinâmica social na região Amazônica. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *A pesquisa social na Amazônia; avanços, lacunas e prioridades*. Recife: Ed. Massangana, 1996.
- _____. Perfil das condições de vida na Amazônia. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 12, n. 2, p. 181-202, jul./dez. 1996.
- RIBEIRO, José Teixeira Lopes. Caracterização sócio-demográfica da migração na década de 80 por grandes regiões brasileiras. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 357-382, jan./jun. 1997.
- _____, CARVALHO, José Alberto Magno, WONG, Laura Rodriguez. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1996.
- SANTOS, Angela M. S. P. Dinâmica econômica e reorganização espacial; notas sobre o caso da expansão do capital urbano no espaço agrário na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-81, jan./mar. 1995.
- SAWYER, Donald. A fronteira inacabada; industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira. In: ARAGON, Luis, MOUGEOT, L. *Migrações internas na Amazônia; contribuições teóricas e metodológicas*. Belém, 1986.
- SICSÚ, Abraham B. *Transformações recentes na fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil*. Recife: FUNDAJ, 1997. (Mimeogr.) (Relatório de Pesquisa – Análise dos Processos de Modernização, 1ª versão).
- SILVA, José Antonio. Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 127-142, jan./jun. 1997.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SINGER, Paul I. Migrações internas; considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *ECONOMIA política da urbanização*. 3.ed. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1976.

WOOD, Charles H., CARVALHO, José Alberto M. de. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

Anexo

Relação das microrregiões de fronteira agrícola

Amapá	Macapá e Mazagão
Amazonas	Boca do Acre, Alto Solimões, Madeira, Purús
Rondônia	Todas
Pará	Tucuruí, Paragominas, São Felix do Xingú, Paraopebas, Marabá, Redenção, Conceição do Araguaia, Itaituba, Altamira
Acre	Todas
Maranhão	Imperatriz, Alto Mearim e Grajaú, Chapadas do Alto Itapecuru, Porto Franco, Gerais de Balsas, Chapadas das Mangabeiras
Piauí	Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Alto Médio Gurguéia, São Raimundo Nonato, Chapadas do Extremo Sul Piauiense
Bahia	Barreiras, Cotegipe, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa
Mato Grosso	Aripuanã, Alta Floresta, Arinos, Colíder, Sinop
Goiás	São Miguel da Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Vendeiros

4

Análise demográfica da região Nordeste

Ana Amélia Camarano¹

Kaizô Iwakami Beltrão²

Herton Ellery Araújo¹

Marcelo Medeiros¹

Introdução

É fato já bastante discutido na literatura³ que a população brasileira está atingindo o terceiro estágio do que convencionalmente se chama de transição demográfica, ou seja, está experimentando uma redução substantiva nos níveis de mortalidade e fecundidade. Uma outra transição em curso é a chamada “transição urbana”, que se caracteriza por um aumento expressivo da população urbana relativamente à rural. Embora estes processos estejam ocorrendo em todo o território nacional, uma das suas especificidades é a forma diferenciada como eles se dão, seja considerando o nível espacial, seja

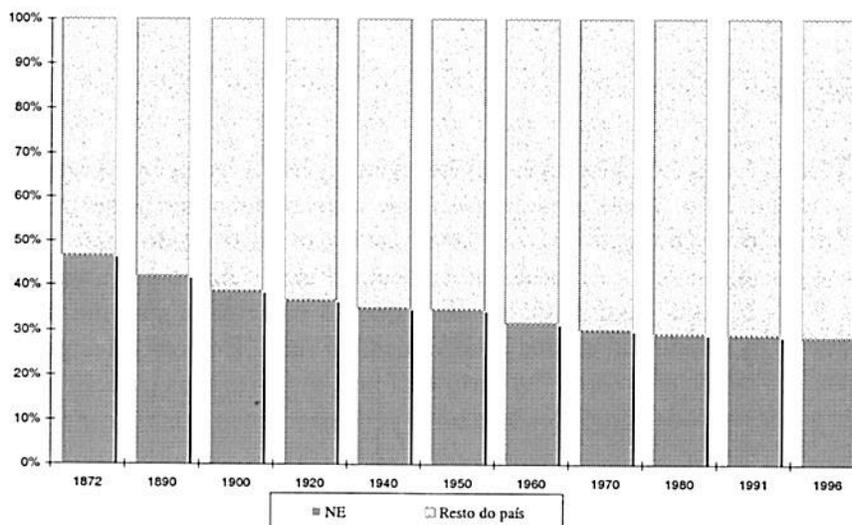
-
1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
 2. ENCE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 3. Ver Beltrão & Camarano (1997) e IPEA (1997, v. 2: 22-36).

considerando os distintos grupos sociais. Assim sendo, é de suma importância estudos que analisem a dinâmica demográfica regional e/ou por grupos sociais.

Dentro desta perspectiva, a região Nordeste se destaca como um lócus de análise importante dado que as transformações demográficas lá ocorridas têm se dado com atraso, relativamente às demais regiões do país. Abrigando aproximadamente 44,8 milhões de habitantes em 1996, e três regiões metropolitanas, esta região, a segunda brasileira em contingente populacional, apresenta o maior percentual de famílias pobres do país e de população rural, as maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fecundidade, a menor esperança de vida ao nascer e o menor grau de urbanização.

Historicamente a região Nordeste, ao lado da região Sudeste, tem detido substancial parcela da população brasileira. Entretanto, a região Nordeste tem perdido participação relativa no total nacional. Em 1872, foi responsável por 46,5% da população nacional e em 1996, esta proporção declinou para 28,5% (vide Gráfico 1). O declínio da importância demográfica do Nordeste deve-se a um conjunto de fatores dentre os quais, entre os demográficos, sobressaem-se os movimentos migratórios.

Gráfico 1
Participação do Nordeste na população nacional – Brasil – 1872/1996



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (vários anos).

A imigração internacional observada entre 1880/1910 concentrou-se em quase sua totalidade nas regiões Sudeste e Sul, o que explica parcela substancial do aumento da participação relativa da população destas regiões no total nacional na virada do século. Fluxos migratórios internos em direção ao Centro-Sul, em grande parte oriundos do Nordeste, explicam o diferencial de crescimento entre as duas áreas, observado no período mais recente, apesar da maior fecundidade experienciada pelas mulheres nordestinas. Enquanto para a década de 40, estimou-se uma taxa de crescimento vegetativo de 2% a.a. para a população do estado de São Paulo, a taxa equivalente para a região Nordeste foi no mesmo período de 2,8% a.a.. Por outro lado, as taxas de crescimento observadas nestas regiões foram, respectivamente, 2,4% e 2,5% a.a., para São Paulo e Nordeste. A diferença entre as duas taxas demonstra a importância dos movimentos migratórios para a redução do crescimento populacional da região Nordeste. Na última década, a taxa de crescimento vegetativo estimada para a região foi de 2,1%, mais alta do que a observada, 1,8%, e mais baixa do que a verificada nos anos 70.

A redução da taxa de crescimento vegetativo se deve basicamente à redução dos níveis de fecundidade que se tem observado na região desde os anos 70. Esta redução foi mais intensa na década de 80 em relação à de 70 e mais que compensou a queda havida nas taxas de mortalidade. Tanto as taxas de fecundidade quanto as de mortalidade apresentaram até o final dos anos 70 uma tendência a se distanciarem progressivamente das taxas das demais regiões do país. No entanto, nos anos 80, houve uma diminuição mais acentuada nas taxas regionais, o que resultou numa redução dos diferenciais inter-regionais.

O processo de urbanização regional também vinha ocorrendo num ritmo mais lento em relação ao restante do país. Entretanto, nos anos 80, na região Nordeste, foram constatadas as mais altas taxas de crescimento da população urbana do país, tendo sido observado um crescimento mais acelerado das cidades de tamanho intermediário. Isto também levou a uma redução dos diferenciais inter-regionais no processo de urbanização nacional.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma avaliação do comportamento recente da dinâmica demográfica da região Nordeste. Está dividido em oito seções, incluindo esta introdução. A primeira seção trata dos aspectos gerais da

dinâmica demográfica. A segunda, terceira e quarta seções analisam, separadamente, os componentes desta dinâmica: mortalidade, fecundidade e migrações. A quinta seção trata da interação destes componentes e os seus resultados em termos do processo de urbanização. A sexta, estuda os impactos desta dinâmica na distribuição etária da população regional. Finalmente, na sétima seção apresenta-se uma síntese dos resultados procurando discutir algumas perspectivas futuras para o crescimento desta população.

Visão geral do crescimento populacional

O crescimento da população regional

Como ocorrido com o total da população brasileira, a taxa de crescimento da população nordestina decresceu nas três últimas décadas, resultado de uma queda nos níveis de fecundidade (vide Tabela 1), mantendo-se, porém, mais alta do que a da população brasileira. O decréscimo da taxa de crescimento da população brasileira foi maior do que o observado para a população nordestina até o final dos anos 80, em virtude da queda da fecundidade média das mulheres brasileiras ter sido maior do que a das nordestinas e de que o êxodo nordestino, ainda que forte, não contrabalançou esta diferença. No começo dos anos 90, observou-se uma redução expressiva na taxa de crescimento da população nordestina vis-à-vis o Brasil como um todo. Apesar da fecundidade nordestina ter realmente, apresentado uma queda expressiva no período, é possível que erros de enumeração nos censos de 1991 e/ou 1996 expliquem parte desta queda. Uma superenumeração em 1991 especificamente localizada na região Nordeste e/ou uma subenumeração na Contagem de 1996 poderiam explicar esta mudança.

O crescimento da população nordestina não se deu de forma espacialmente homogênea. Observou-se uma significativa ampliação da população urbana em detrimento da população rural que, ao longo dos últimos decênios tem diminuído em termos absolutos. Entre 1980 e 1996, a população rural apresentou uma redução de 17,6 para 15,6 milhões. Mas, mesmo assim,

neste ano a região Nordeste respondia por 45,8% da população rural nacional. Movimentos migratórios de origem rural com destino às cidades são responsáveis pelo crescente processo de urbanização da população nordestina. No entanto, apesar da região ter atingido um grau de urbanização de 65,2% em 1996, este ainda situava-se em níveis bem mais baixos do que o observado para a média da população brasileira, que foi de 78,4% (vide Tabela 3 do Anexo Estatístico).

Tabela 1
Taxas anuais de crescimento populacional (%) – Nordeste: 1960/96

Período	Brasil	Nordeste		
		Total	Urbana	Rural
1960/1970	2,9	2,4	4,4	1,0
1970/1980	2,5	2,2	4,1	0,5
1980/1991	1,9	1,8	3,4	-0,4
1991/1996	1,4	1,1	2,5	-1,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991), Contagem de 1996.

O crescimento da população dos estados

Aproximadamente 60% da população nordestina residia, em 1996, em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará. Destes três, a Bahia absorvia 28% da população nordestina. Os outros 40% estavam localizados nos seis outros estados, sendo destes o mais populoso, o estado do Maranhão. Por outro lado em Sergipe, encontravam-se menos de 4% da população regional, em 1996 (vide Tabela 1 do Anexo Estatístico). No último quinquênio, não se verificaram mudanças expressivas na distribuição intra-regional da população nordestina. Pequenos ganhos ocorreram nos estados da Bahia e Ceará e conseqüentemente, pequenas perdas foram verificadas no Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Nos estados também se verificou a mesma tendência de perda de importância relativa do contingente populacional rural relativamente ao urbano, conforme se pode observar pela Tabela 2 do Anexo Estatístico. Enquanto na década de 80, com exceção do estado de Pernambuco, a população urbana apresentou uma taxa de crescimento superior a 3,5% a.a., na primeira metade

dos anos 90, nenhum estado nordestino apresentou taxa superior a 1,5%. Por outro lado, a população rural decresceu em termos absolutos em todos os estados nordestinos. O processo de esvaziamento rural, indicado por taxas de crescimento rural negativas, já havia sido observado na década anterior em quase todos os estados, com exceção do Maranhão e Alagoas.

Mortalidade

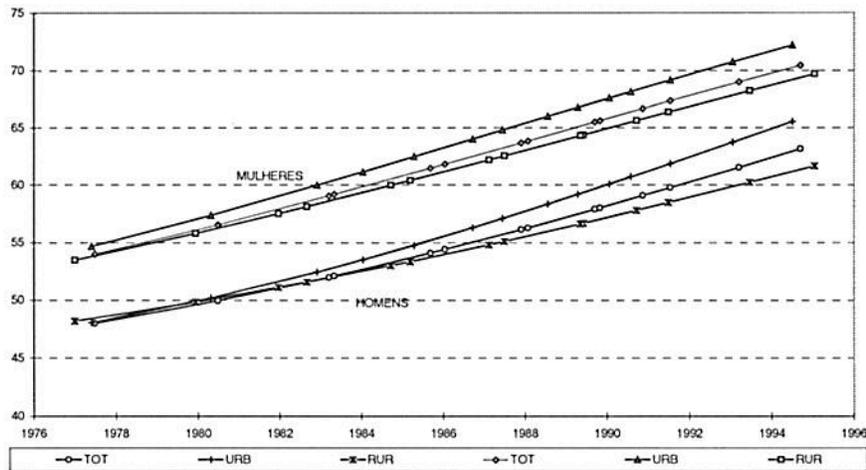
Tendências históricas com base nos dados censitários

A mortalidade foi estimada por métodos indiretos, o dos filhos sobreviventes,⁴ utilizando-se como padrão de mortalidade as tábuas modelo Brasil do IBGE,⁵ os dados provenientes do censo demográfico de 1991 e da PNAD de 1996 e um ajuste logístico para o conjunto de pontos observados para cada sexo em separado. A evolução da esperança de vida ao nascer da população nordestina, estimada pelo método acima descrito, e desagregada por situação de domicílio, encontra-se no Gráfico 2. Os valores apresentados referem-se aproximadamente ao período 1977/95, de acordo com a alocação temporal feita. Para o último ano, os valores da esperança de vida estimados para o total da população da região foram de 64 e 71,2 anos para população masculina e feminina, respectivamente. Como observado para o país como um todo, os maiores ganhos foram observados para as populações urbanas. Os diferenciais rurais-urbanos e os por sexo se ampliaram no período. Os diferenciais rurais-urbanos estimados para 1995 estavam em torno de 4,7 anos para a população masculina e 3,1 anos para a população feminina. Já os diferenciais por sexo foram de 6,4 anos nas áreas urbanas e oito nas rurais.

4. Vide United Nations (1983: 73-80).

5. Vide Frias (1981). Este método assume que o padrão de mortalidade da população em estudo pertence a uma família determinada, e que pelo menos no intervalo de idades considerado, esta família é monotônica (as taxas por idade entre os diferentes níveis das tábuas variam numa única direção). A vantagem deste método é a possibilidade de se obter com a informação de uma única pesquisa (Censo, PNAD, ou outra semelhante) uma série de estimativas de mortalidade com uma concomitante alocação temporal das mesmas, permitindo-se inferir uma tendência.

Gráfico 2
Esperança de vida ao nascer – Nordeste



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1991), PNAD (1996). (Elaboração dos autores).

Refletindo as precárias condições de vida da sua população, a região Nordeste, dentre todas as regiões brasileiras, apresenta os mais altos níveis de mortalidade do país. Os seus níveis de mortalidade durante a década de 70 eram comparáveis aos países mais pobres das Américas, Bolívia e Haiti. O fato da população nordestina ter apresentado, nos últimos 15 anos, uma sensível redução no seu nível de mortalidade fez com que se reduzisse o hiato entre a sua esperança de vida e a da média da população brasileira: para os homens de 7,4 anos em 1977 para 6,9 em 1995; com uma maior redução para as mulheres, indo de 8,6 para 5,8 anos nas mesmas datas. Em 1995, os valores estimados da esperança de vida para a população brasileira foram de 71 e 77 anos para a população masculina e feminina, respectivamente.

A Tabela 2 apresenta os valores da esperança de vida ao nascer para as nove unidades da federação que compõem a região, referentes à população masculina, para cada quinto ano entre 1965 e 1995. Também foi feita uma alocação temporal, tendo sido o último valor extrapolado.⁶ Todas as unidades

6. Apesar da disponibilidade de informações da PNAD 96 desagregadas a nível estadual, optamos por não utilizar esta informação para evitar problemas de consistência dos estimadores.

experimentaram ganhos ao longo do tempo, mas estes não foram homogêneos. Os maiores ganhos (superiores a 20 anos) foram observados entre a população residente nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Os menores ganhos foram observados em Sergipe (5,6 anos) e no Maranhão (7,8 anos). Os diferenciais intra-regionais, neste indicador, diminuíram no período estudado. No primeiro ano considerado, estes estavam em torno de 15 anos, sendo a mais baixa esperança de vida encontrada no Rio Grande do Norte e a mais alta na Bahia. Já no ano de 1995, estes diferenciais se reduziram para seis anos. A Bahia continuou a apresentar a mais alta esperança de vida e o estado do Maranhão a mais baixa.

Tabela 2

Estimativas de esperança de vida ao nascer para a população masculina por Unidades da Federação nordestinas x Brasil (número de anos)

Ano	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
1965	50,22	49,62	40,23	34,74	34,59	38,01	38,04	54,74	49,88
1970	51,55	52,12	43,57	39,51	38,56	41,97	40,90	55,70	52,36
1975	52,86	54,57	46,92	44,41	42,64	45,99	43,80	56,65	54,79
1980	54,17	56,97	50,25	49,32	46,75	49,98	46,71	57,59	57,17
1985	55,45	59,30	53,53	54,14	50,84	53,90	49,60	58,52	59,47
1990	56,72	61,55	56,71	58,74	54,83	57,69	52,46	59,43	61,69
1995	57,97	63,70	59,78	63,05	58,66	61,28	55,25	60,33	63,82
Ganhos	7,75	14,08	19,55	28,30	24,07	23,27	17,22	5,60	13,94

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991 – Estimativas próprias).

A Tabela 3 apresenta os valores da esperança de vida estimados para a população feminina. Os resultados também mostram, como no caso da população masculina, uma redução dos diferenciais intra-regionais de mortalidade. Os diferenciais reduziram-se de 22 para dez anos durante o período estudado. Em 1965, o mais alto valor de esperança de vida foi encontrado em Sergipe e o mais baixo no estado do Rio Grande do Norte. A Bahia apresentou a mais alta esperança de vida em 1995 e o estado do Alagoas passou a experimentar a mais baixa. Os maiores ganhos no período foram obtidos nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, como no caso da população masculina.

Tabela 3

Estimativas de esperança de vida ao nascer para a população feminina por Unidades da Federação nordestinas – Brasil (número de anos)

Ano	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
1965	54,09	54,52	44,56	37,58	38,94	42,35	41,69	60,13	53,92
1970	56,60	57,99	48,88	43,74	43,78	47,59	45,33	61,67	57,51
1975	59,03	61,30	53,13	49,95	48,65	52,75	48,97	63,16	60,93
1980	61,38	64,41	57,23	55,97	53,43	57,71	52,56	64,61	64,16
1985	63,62	67,32	61,12	61,60	58,03	62,36	56,05	66,01	67,16
1990	65,76	69,99	64,76	66,69	62,34	66,61	59,41	67,36	69,92
1995	67,79	72,44	68,10	71,14	66,31	70,41	62,60	68,66	72,44
Ganhos	13,69	17,91	23,54	33,56	27,37	28,06	20,91	8,53	18,52

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991 – Estimativas próprias).

A mortalidade na infância

O menor valor da esperança de vida encontrado no Nordeste, relativamente ao resto do país, se deve principalmente à alta mortalidade infantil que, apesar de decrescente, ainda se situa em patamares bem mais elevados. A Tabela 4 mostra a evolução dos valores de ${}_5q_0$, ou seja da probabilidade de morte entre o nascimento e os cinco anos de idade, entre 1980 e 1991, por sexo e situação de domicílio, para a região como um todo⁷ e as Unidades da Federação nordestinas. O decréscimo foi significativo especialmente para a população urbana, tanto masculina quanto feminina. Os diferenciais por sexo neste indicador são bastante expressivos. No entanto, o valor desta probabilidade no Nordeste ainda era, em 1991, quase duas vezes mais elevado do que o valor observado para o Brasil (0,055 e 0,042 para homens e mulheres, respectivamente).

7. Estimada a partir do método dos filhos sobreviventes feita a alocação temporal para os anos de 1980 e 1991.

Tabela 4
Valores de ${}_5q_0$ por sexo e situação de domicílio e Unidades da Federação – Nordeste: 1980/91

Unidades da Federação	Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991
Maranhão	0,129	0,123	0,112	0,093
Piauí	0,117	0,095	0,107	0,074
Ceará	0,180	0,084	0,132	0,064
Rio Grande do Norte	0,191	0,108	0,164	0,083
Paraíba	0,192	0,116	0,167	0,093
Pernambuco	0,170	0,111	0,149	0,087
Alagoas	0,192	0,156	0,170	0,126
Sergipe	0,095	0,120	0,081	0,093
Bahia	0,108	0,088	0,095	0,068
Nordeste				
Rural	0,162	0,110	0,140	0,084
Urbano	0,157	0,087	0,130	0,067
Total	0,161	0,101	0,137	0,079

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991), PNAD (1996 – Estimativas próprias).

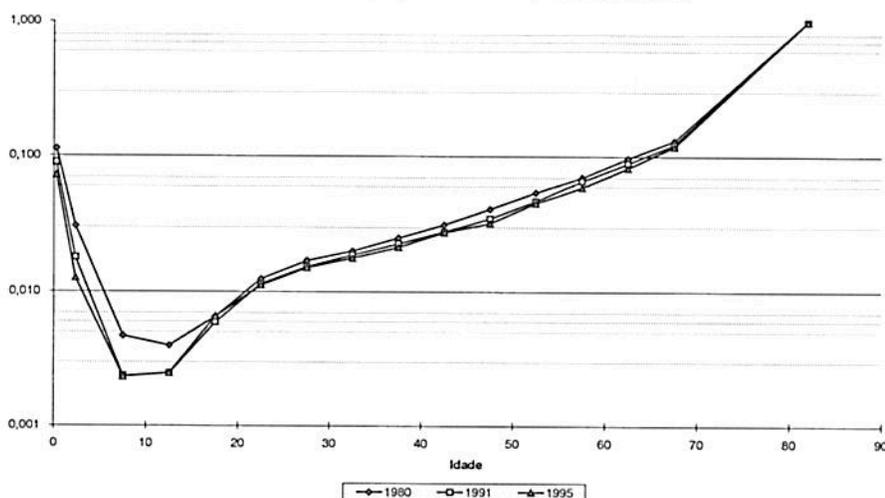
As estimativas para as Unidades da Federação mostram, para 1980, tanto para a população feminina quanto para a masculina, maiores valores de probabilidades de morte na Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte (quase 200 entre 1000 crianças nascidas vivas do sexo masculino não completavam cinco anos de idade) e a mais baixa em Sergipe (menos de 100 entre 1000 crianças nascidas vivas não completavam cinco anos de vida). Em 1991, os maiores valores foram encontrados em Alagoas, Sergipe, Maranhão e Paraíba. Já os mais baixos foram observados nos estados do Ceará e Bahia. O maior decréscimo foi observado no estado do Ceará. Poucas variações foram observadas entre a população masculina do Maranhão. Em Sergipe, verificou-se um acréscimo na probabilidade de morte aos cinco anos tanto entre a população feminina quanto masculina. Estas duas últimas situações podem ser causadas por problemas de declaração nos dados do Censo de 1980, já que o estado apresenta uma posição atípica neste ano.

Padrões de mortalidade com base nos dados do Registro Civil

Uma outra forma de se estimar níveis de mortalidade é a partir dos dados do Registro Civil com uma correção de sub-registro. A grande vantagem deste método é a possibilidade de, além de se obter estimativas do padrão de mortalidade por idade, não tendo que se assumir nenhuma família modelo, poder também se obter a estrutura por causa mortis. Isto é extremamente importante dado que as diferentes causas apresentam evoluções distintas e afetam o perfil da mortalidade por idade (por exemplo, diminuição das doenças infecto-contagiosas na infância, aumento das mortes por causas externas no grupo 15-29 anos etc.). A desvantagem é que esta estimativa só pode ser realizada em anos censitários, quando se conhece a população base, o denominador das taxas de mortalidade.

Gráfico 3

Probabilidade de morte – Nordeste – População masculina – (Escala logarítmica)

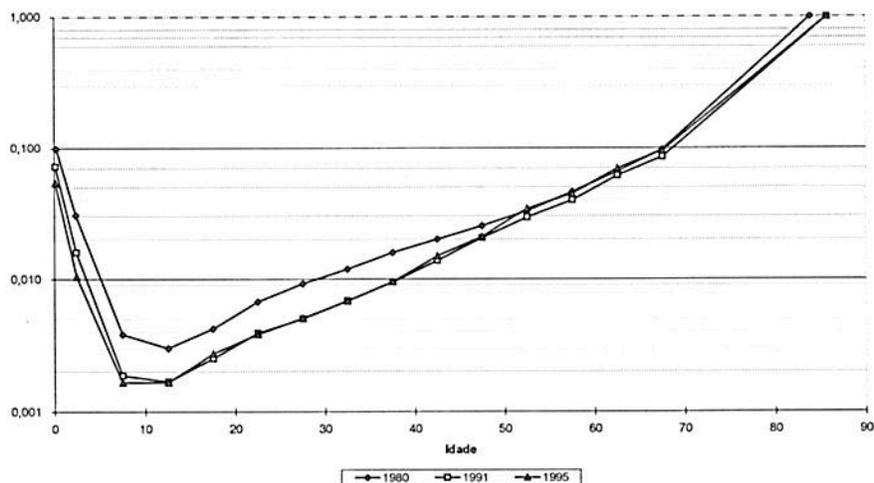


Fonte dos dados brutos: IBGE. Estimativas do Registro Civil (Elaboração dos autores).

Os Gráficos 3 e 4 mostram, em escala logarítmica, as taxas centrais de mortalidade estimadas com dados do Registro Civil para homens e mulheres

separadamente, referentes aos anos de 1980, 1991 e 1995.⁸ Os valores dos óbitos considerados em 1980 e 1991 foram a média aritmética com os anos adjacentes. O sub-registro foi estimado a partir da Equação de Balanço de Crescimento.⁹ Para a correção dos valores de ${}_1q_0$ e ${}_4q_1$ foram utilizados os valores de ${}_5q_0$ calculados pelo método indireto acima mencionado.

Gráfico 4
Probabilidade de morte-Nordeste – população feminina – (Escala logarítmica)



Fonte dos dados brutos: IBGE. Estimativas do Registro Civil (Elaboração dos autores).

Primeiramente, devemos notar que as formas das curvas de mortalidade são bem diferenciadas por sexo. Embora os formatos nas primeiras idades sejam semelhantes, entre 15 e 30 anos o crescimento das probabilidades é maior para a população masculina, aumentando a sobremortalidade masculina. A partir daí o crescimento é maior para a população feminina, diminuindo a sobremortalidade masculina, ainda que esta se mantenha sempre acima de um.

8. A população de 1995 utilizada para o cálculo das taxas de mortalidade deste ano foram obtidas por meio de interpolação geométrica entre a população de 1991 e 1996. Isto pode causar algumas distorções nas estimativas, devendo então ser avaliadas com mais cuidado.

9. *Growth Balance Equation* – GBE, proposto por Brass. Vide: United Nations (1983: 139-46).

Pode-se observar que a queda da mortalidade observada entre 1980 e 1991 foi diferenciada por sexo e grupos de idade. As maiores reduções nas taxas de mortalidade se deram para os grupos de 1 a 4 e 5 a 10 anos, seguido do menor de um ano para ambos os sexos. No Nordeste não se observa o aumento da mortalidade dos homens adultos jovens experienciado pela população brasileira como um todo, mas claramente este grupo (20 a 40 anos) teve ganhos menores que os dos grupos em idades extremas. Já os menores ganhos no caso da população feminina se deram para os grupos de mais alta idade, a população maior de 50 anos.

Assumindo-se que o cálculo do denominador (população para 1995) e do corretor de subenumeração de óbitos para as duas datas (1991 e 1995) não criam distorções nas estimativas de probabilidade de morte, as diferenças encontradas entre as probabilidades de morte para 1991 e 1995 foram estatisticamente significativas,¹⁰ ainda que erráticas. A variação apresentada foi de diminuição da mortalidade nas primeiras idades e um ligeiro aumento para o grupo 15-19 anos para ambos os sexos.

Para que se possa ter uma idéia do padrão de mortalidade por idade, as Tabelas 5 e 6 apresentam as probabilidades de morte de grupos de idade selecionados, nos anos de 1980 e 1991, para as unidades da federação que compõem a região, para a população masculina e feminina, respectivamente. Estes dados confirmam os resultados obtidos para o Nordeste como um todo: uma queda da mortalidade diferenciada por sexo e grupos de idade. As maiores reduções nas taxas de mortalidade se deram para os grupos de 0 a 5 anos. Embora para a região como um todo não se tenha observado o aumento da mortalidade da população masculina adulta jovem experienciado pela população brasileira, este foi observado nos estados da Bahia e Pernambuco. Também entre a população masculina verificou-se, para alguns estados, um leve aumento na mortalidade da população de 60 a 69 anos de idade.

10. Nível de 5%.

Tabela 5

Probabilidade de morte da população masculina por grupos de idade selecionados, segundo Unidades da Federação (por 1000) – Nordeste – 1980/91

UF	0-5		5-14		15-29		30-59		60-69	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Maranhão	129	123	4,95	2,45	29,14	27,03	202,87	200,55	229,76	181,43
Piauí	117	095	4,85	2,64	27,88	19,81	208,72	172,76	226,40	202,74
Ceará	180	084	9,51	4,69	45,50	28,45	210,20	188,00	212,20	205,59
R. Grande do Norte	191	108	8,66	4,92	34,61	27,82	189,79	174,96	186,80	191,41
Paraíba	192	116	11,20	6,76	39,99	38,75	233,68	229,41	218,65	220,82
Pernambuco	170	111	13,62	7,87	51,59	60,82	298,42	294,42	279,38	284,59
Alagoas	192	156	11,44	7,16	49,21	39,11	312,62	258,42	293,79	239,68
Sergipe	095	120	9,54	6,68	39,02	38,35	263,28	230,48	248,44	260,71
Bahia	108	88	9,89	6,06	35,77	36,64	246,17	225,28	242,88	231,80
Nordeste	161	101	9,63	5,55	39,51	37,41	241,39	226,13	238,27	228,45

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991); Estatísticas do Registro Civil (1980 e 1991 – estimativas próprias).

Tabela 6

Probabilidade de morte da população feminina por grupos de idade selecionados, segundo Unidades da Federação (por 1000) – Nordeste: 1980/91

UF	0 - 5		5 - 14		15 - 29		30 - 59		60 - 69	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Maranhão	112	93	3,62	1,84	14,73	7,54	95,08	70,71	102,41	77,80
Piauí	107	74	3,55	1,58	15,40	7,25	108,49	76,93	124,37	107,30
Ceará	132	64	7,03	3,47	22,75	10,14	132,33	101,57	139,30	131,47
Rio Grande do Norte	164	83	6,47	2,49	15,87	10,15	118,22	97,83	130,21	124,78
Paraíba	167	93	9,00	4,55	21,54	12,31	153,47	118,73	177,04	145,80
Pernambuco	149	87	8,29	5,23	25,08	18,00	192,44	171,15	217,17	210,30
Alagoas	170	126	9,43	5,77	27,15	12,17	188,63	160,08	187,20	191,03
Sergipe	81	93	6,52	4,90	25,72	13,89	168,53	126,94	193,26	167,30
Bahia	95	68	7,46	4,41	21,35	13,84	163,63	135,00	171,95	160,66
Nordeste	137	079	7,24	3,94	21,28	12,63	151,01	125,90	164,79	155,26

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991), Estatísticas do Registro Civil (1980 e 1991 – Estimativas próprias).

Entre a população feminina, os decréscimos foram homogêneos e mais expressivos do que os observados entre a população masculina. A sua importância decresce com a idade. Verificou-se um pequeno acréscimo na probabilidade de morte da população maior de 60 a 69 anos em Alagoas. É

possível que isto se deva a problemas no sub-registro não corrigido nos dados de 1980. Nos estados da Bahia e de Pernambuco, observou-se um leve acréscimo na probabilidade de morte do grupo etário 15 a 29 anos, sendo que nos estados da Paraíba e Sergipe, estas probabilidades ficaram aproximadamente constantes.

Mudanças no padrão por causas da mortalidade nordestina

A composição por causas de mortes declaradas nos atestados de óbitos e disponibilizadas pelo Ministério da Saúde nas Estatísticas do DATASUS é indicativa do esforço que deveria ser feito para diminuir a mortalidade tanto entre os menores de um ano como entre a população em geral. O percentual de óbitos sem declaração da causa de morte para o total da população foi de 48,6% em 1980 e passou para 34,8% em 1995.¹¹ Embora decrescente, este percentual é, por si só, alto, o que sugere uma assistência médica deficiente na região.

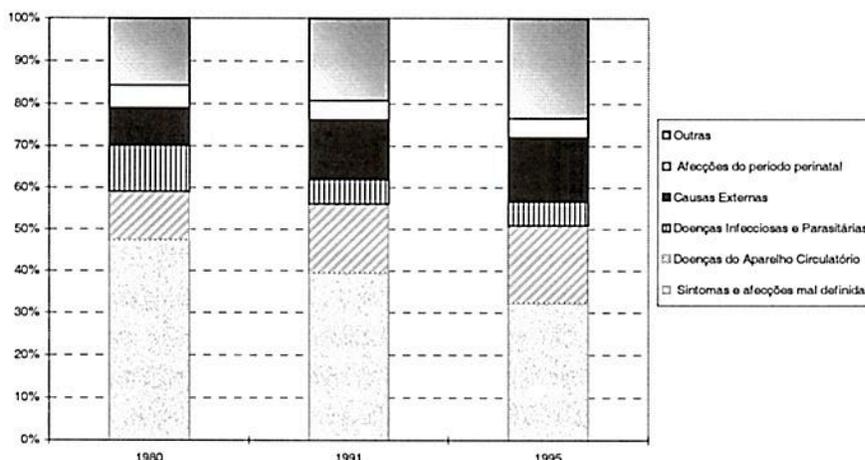
O padrão da mortalidade nordestina por causas também está sofrendo alterações; alterações estas denotadas pela perda do peso relativo das doenças infecciosas e parasitárias no conjunto de óbitos e o aumento das mortes por doenças do aparelho circulatório, neoplasmas e por causas externas. Os Gráficos 5 e 6 apresentam a distribuição proporcional de óbitos de 1980, 1991 e 1995 pelas cinco principais causas em 1980 para a população masculina e feminina, respectivamente. As Tabelas 4 a 9 do Anexo Estatístico apresentam a distribuição dos óbitos da população masculina e feminina, respectivamente, pelos dezesseis principais grupos de causas e sete grupos de idade em 1980, 1991 e 1995.

O primeiro ponto notado no Gráfico 5 é a redução da proporção dos óbitos com sintomas, sinais e afecções mal definidas. Estes foram responsáveis por 47,5% dos óbitos masculinos em 1980 e passaram a responder por 32,3% destes, indicando alguma melhora no atendimento médico. A proporção de mortes provocada por doenças infecto-contagiosas reduziu-se quase a metade

11. Este percentual para o estado de São Paulo em 1991, foi de 5,9%.

no período; passou de 11 para 5,7%. Em contrapartida, a proporção de óbitos por causas externas passou de 9 para 15,6% e a de causadas por doenças do aparelho circulatório aumentou de 11,6 para 18,6%.

Gráfico 5
Distribuição percentual dos óbitos masculinos pelas cinco principais causas – Nordeste



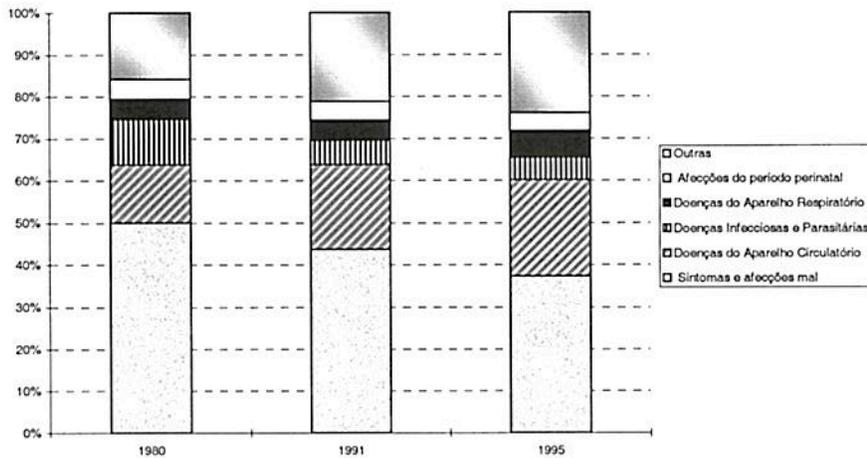
Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade.

Fenômeno semelhante ao ocorrido com a distribuição dos óbitos por causas mortis da população masculina aconteceu com a população feminina, como pode se ver pelo Gráfico 6. Reduziu-se a contribuição dos óbitos com sintomas, sinais e afecções mal definidas e provocada por doenças infecto-contagiosas. Entre as mulheres não foram os mesmos grupos de causas mortis que aumentaram. Neste caso, aumentou a participação das mortes decorrentes de neoplasmas, doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

O perfil de causas mortis de uma dada população está estritamente associado com o perfil etário da mortalidade. Os Gráficos 7 e 8 apresentam as distribuição dos óbitos pelas cinco mais importantes causas em 1995 por grupos de idade para homens e mulheres, respectivamente. Dentre as cinco principais causas mortis da população masculina, quatro incidem mais sobre a população

maior de 60 anos. Dentre elas encontram-se os sinais e afecções mal definidas, doenças do aparelho circulatório, neoplasmas e doenças do aparelho respiratório. Os óbitos por doenças do aparelho circulatório e por causas mal definidas atingem uma proporção elevada de crianças menores de cinco anos.¹²

Gráfico 6
Distribuição percentual dos óbitos femininos pelas cinco principais causas – Nordeste

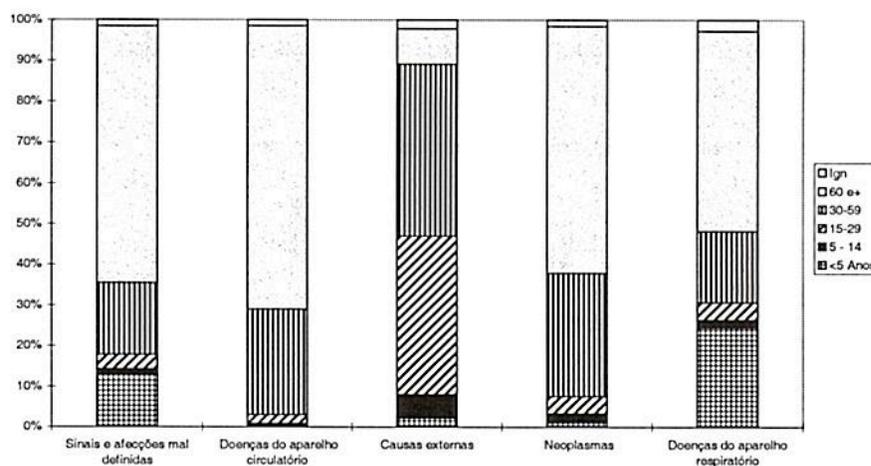


Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade.

As causas externas situaram-se no terceiro lugar entre as causas de morte da população masculina e no primeiro lugar entre a população de cinco a 49 anos. Do total de óbitos ocorridos por esta causa, 60% atingiram a população deste grupo etário. Por outro lado, 65% dos óbitos da população masculina de 15 a 29 anos foram devidos a esta causa.

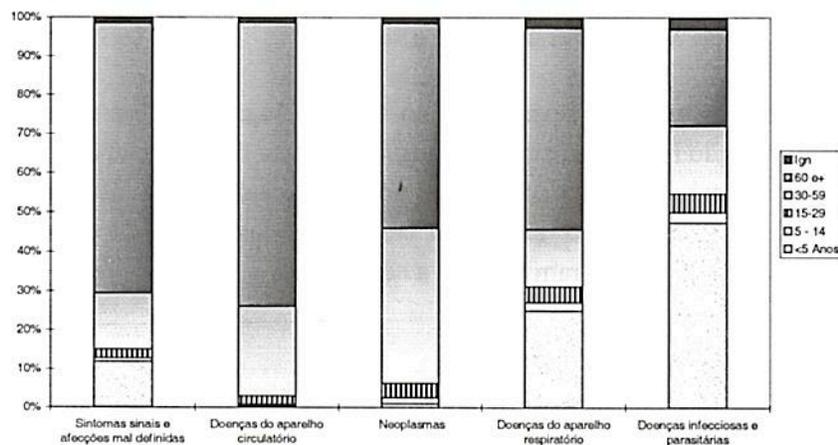
12. Para maiores detalhes, vide Tabelas 4 a 9 no Anexo Estatístico.

Gráfico 8
Distribuição percentual dos óbitos femininos das cinco maiores causas por grupos de idade
Nordeste 1995



Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS.

Gráfico 7
Distribuição percentual dos óbitos masculinos das cinco mais importantes causas por grupos de idade –
Nordeste – 1995



Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS.

Entre as mulheres, dentre as cinco principais causas consideradas, quatro foram coincidentes com as da população masculina. Enquanto entre os homens, os óbitos por causas externas ocuparam o terceiro lugar em importância, as doenças infecciosas e parasitárias ocuparam o quinto lugar, tendo atingido mais a população menor de cinco anos; quase 50%.

As Tabelas 10 a 15 do Anexo Estatístico apresentam a distribuição percentual das mortes da população nordestina pelas unidades da federação segundo as principais causas em 1980, 1991 e 1995 para homens e mulheres.¹³ O perfil da mortalidade dos estados nordestinos seguiu o mesmo padrão da região como um todo com algumas exceções, tanto para a população masculina quanto feminina.

Em primeiro lugar, chama-se a atenção para a alta proporção de mortes por sintomas, sinais e afecções mal definidas na Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte em 1980. Entre 1980 e 1995, esta proporção declinou substancialmente, especialmente em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Por outro lado, aumentou expressivamente nos estados do Maranhão e Piauí. Isto provavelmente está associado a um crescimento da cobertura do registro de óbitos, que deve ter se estendido entre os segmentos menos privilegiados da população, ou seja, com menor acesso à rede de saúde.

“Algumas afecções originárias no período perinatal” foram a quarta causa de morte entre as populações masculina e feminina do estado do Piauí em 1980. Considerando-se que esta causa está restrita ao grupo menor de um ano, esta alta proporção deve ser resultado da alta fecundidade no estado. Esta causa de morte não apareceu entre as seis primeiras causas de morte da região como um todo em 1995. Em 1995, as doenças infecciosas e parasitárias situaram-se em terceiro lugar no estado de Alagoas, tanto entre a população masculina quanto entre a feminina. Esta causa passou do quarto lugar em importância no Nordeste como um todo para o quinto entre 1980 e 1995, tanto entre a população masculina quanto entre a feminina. Em alguns estados, como Ceará e Rio Grande do Norte, as mortes por doenças infecciosas tiveram a sua importância ainda mais reduzida, situando-se no sexto lugar. No caso do Ceará, isto se verificou apenas entre a população masculina.

13. Note-se que esta é uma comparação das taxas brutas não padronizadas.

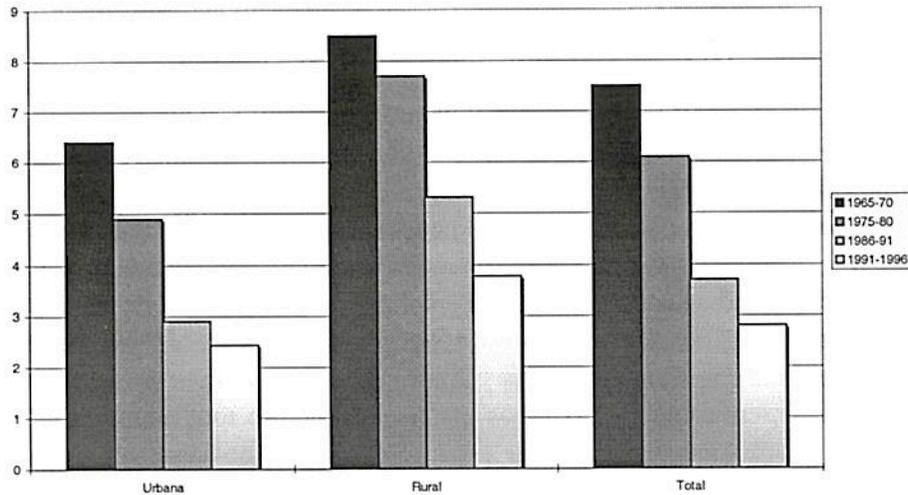
Por outro lado, as mortes por doenças infecciosas e parasitárias tiveram uma importância maior no perfil de causas mortis nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia em 1980, tanto entre a população masculina quanto entre a feminina. Embora dentro de cada estado a importância desta causa tenha diminuído, nesses estados, a proporção de mortes por doenças infecciosas continuou maior do que a média regional. Entre a população masculina, as mortes por causas externas passaram, em 1995, a ocupar o terceiro lugar no total de mortes da região. No estado do Sergipe as mortes por causas externas ocuparam o segundo lugar. Entre as mulheres, os neoplasmas apareceram como a quarta causa de morte. Isto só não se verificou no estado de Alagoas, onde as doenças infecciosas e parasitárias continuaram mais importantes.

Fecundidade

Desde o final dos anos 60, a fecundidade brasileira vem apresentando uma queda sustentada e expressiva. Neste trabalho, para analisar a evolução da fecundidade nordestina, foram estimadas taxas específicas de fecundidade e taxas de fecundidade, pelo método da razão P/F proposto por Brass.¹⁴ Foram utilizadas as informações provenientes dos Censos de 1970, 1980 e 1991 e da pesquisa PNAD de 1996, considerando a região como um todo desagregada por situação de domicílio. As estimativas de taxas de fecundidade total (TFT) referentes ao quinquênio anterior à data do censo estão apresentadas no Gráfico 9. Desde a primeira década analisada, já se nota uma redução expressiva nas taxas de fecundidade principalmente nas áreas urbanas. Na década seguinte, este decréscimo se intensificou. A taxa de fecundidade para a região como um todo decresceu de 7,5 filhos por mulher em 1965/70 para 2,8 no período 1991/96.

14. Vide United Nations (1983: 32-6).

Gráfico 9
Taxas de fecundidade total – Nordeste



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (vários anos), PNAD (1996). Estimativas próprias.

Como esperado, de acordo com o Gráfico 9, a queda da fecundidade foi mais acentuada nas áreas urbanas, relativamente às rurais, até o quinquênio 1986/91, quando foi de aproximadamente 2,4 filhos por mulher a diferença em termos absolutos na taxa de fecundidade total, entre as mulheres residentes nas áreas urbanas e rurais. Em termos relativos esta diferença foi de 83%. No quinquênio seguinte, o declínio experimentado pelas mulheres rurais foi mais intenso do que o das urbanas, levando a uma redução do diferencial absoluto para 1,3 filhos e do relativo para 34%.

A queda da fecundidade também não foi homogênea entre os diversos grupos etários. A Tabela 16 do Anexo Estatístico mostra a variação das taxas específicas de fecundidade entre 1970/80, 1980/91 e 1991/96. O que se observa nas três décadas analisadas é um aumento progressivo da redução da fecundidade à medida em que aumenta a idade da mãe. Isto indica um encerramento mais cedo da vida reprodutiva, o que é considerado um indicador de controle do processo reprodutivo. Pode-se associar este fato à esterilização, o método anticoncepcional mais usado na região. Um outro fato mostrado pela

Tabela mencionada é que, apesar de uma redução significativa da fecundidade das mulheres nordestinas, observou-se também um aumento da fecundidade do grupo 15-19 anos. Na primeira metade desta década este aumento foi de mais de 8% e a participação deste grupo etário na fecundidade total passou de 5,4% em 1965/70 para 17,1% em 1991/96.

As diferenças nas taxas de fecundidade total entre as diversas unidades da federação que compõem a região são também bastante acentuadas, principalmente quando se inclui na comparação as áreas urbanas e rurais. É o que mostra a Tabela 7. No primeiro quinquênio estudado, a taxa de fecundidade total variou de dez filhos nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Norte a 6,2 nas áreas urbanas do estado de Pernambuco. A maior queda no período analisado foi verificada nos estados do Rio Grande do Norte e Piauí, os quais, conjuntamente com Pernambuco, passaram a apresentar as mais baixas taxas de fecundidade, em torno de 2,5 filhos por mulher. Para o total da população, a menor variação foi verificada no estado do Maranhão. Neste estado e em Sergipe observaram-se as mais altas taxas de fecundidade da região. Embora os diferenciais absolutos de fecundidade tenham diminuído no período, os relativos para o conjunto da população dos estados aumentou de 25,5 para 70,7%.

Tabela 7

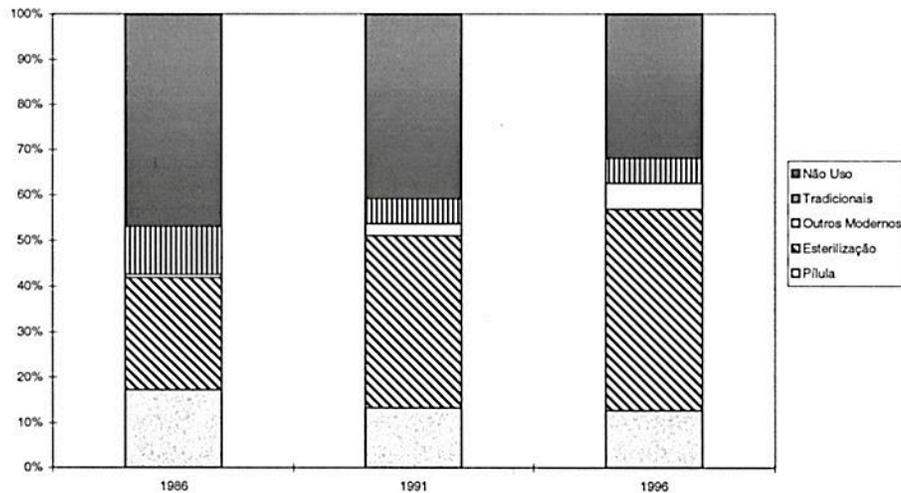
Taxas de fecundidade total por Unidades da Federação e situação de domicílio – Nordeste: 1965/96

Unidades da Federação	1965/70			1975/80			1986/91			1991/96
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total
Maranhão	7,1	7,5	7,3	5,9	7,4	6,6	3,7	5,4	4,1	3,5
Piauí	7,1	8,3	7,8	5,1	7,8	6,5	3,0	5,1	3,2	2,5
Ceará	6,5	8,8	7,7	4,9	7,8	6,1	3,1	5,5	3,2	3,5
Rio Gde do Norte	7,2	10,0	8,5	4,7	7,5	5,7	2,8	5,2	2,8	2,5
Paraíba	6,6	8,8	7,7	5,1	7,7	5,8	3,0	5,5	3,1	2,7
Pernambuco	6,2	8,3	7,1	4,4	7,6	5,4	2,7	5,1	2,8	2,4
Alagoas	6,5	8,4	7,4	5,2	8,4	6,7	3,1	5,9	3,2	2,7
Sergipe	7,4	9,3	7,9	4,7	8,0	6,0	3,0	5,3	3,1	3,6
Bahia	6,6	8,4	7,5	5,1	7,6	6,2	2,9	5,1	2,9	2,8
Nordeste	6,6	8,6	7,5	5,0	7,7	6,3	3,0	5,3	3,1	2,8

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), PNAD (1996) – Estimativas próprias.

Gráfico 10

Distribuição percentual das mulheres em união por tipo de método anticoncepcional – Nordeste



Fonte: BEMFAM. DHS (1986, 1991 e 1996).

Observou-se que a queda da fecundidade estadual foi acompanhada de um aumento da fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos em todas as unidades da federação, embora em ritmo e intensidade diferenciados (vide Tabela 17 do Anexo Estatístico). Os maiores incrementos foram observados nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Ceará. Com exceção do Rio Grande do Norte e Ceará, o maior aumento foi observado nos anos 80. Por outro lado, as taxas dos estados de Alagoas e Bahia experimentaram um aumento nos anos 70, decresceram nos anos 80 e voltaram a subir nos anos 90, especialmente na Bahia.

O aumento da prevalência do uso de métodos anticoncepcionais pode ser considerado como um dos mais importantes determinantes próximos da queda da fecundidade. Desde 1980, quase todas as mulheres de 15 a 44 anos conheciam algum método de planejamento familiar; sendo a pílula e a esterilização feminina os mais utilizados. Em 1986, apenas 3% do conjunto de mulheres de 15 a 44 anos não conheciam método algum e em 1996, foi nula esta percentagem. A taxa de prevalência passou de 52,9% em 1986, para 68,4%

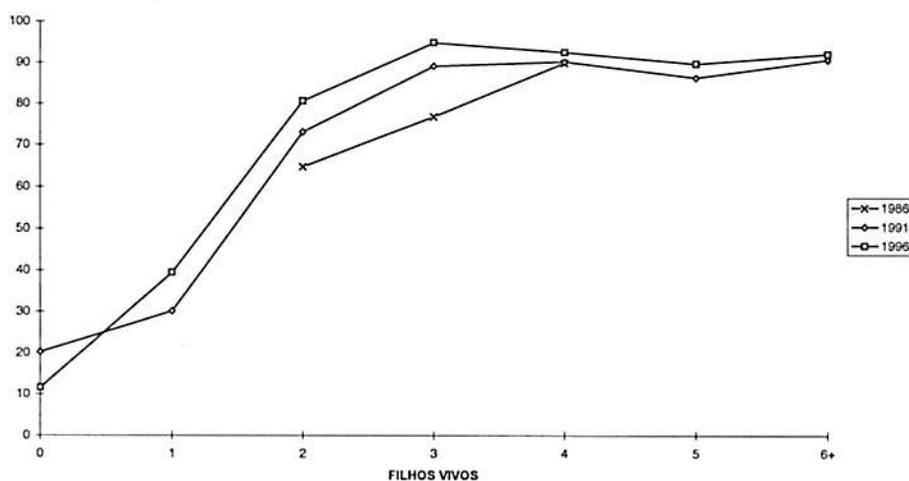
em 1996. O aumento da prevalência foi acompanhado de uma mudança na composição dos métodos. A proporção de mulheres casadas esterilizadas passou de 24,6% em 1986, para 44% em 1996. A pílula foi a opção mais utilizada depois da esterilização nas três pesquisas consideradas. Observou-se também, um aumento no uso de métodos que contam com a participação masculina, como condom, esterilização masculina, coito interrompido e abstinência periódica. Vide Gráfico 10.

As pesquisas DHS de 1986, 1991 e 1996 mostram uma redução na proporção das mulheres casadas que desejam ter filhos. Esta passou de 31% em 1986, para 25% em 1996. Deve-se, entretanto, reconhecer que esta percentagem varia com a idade das mulheres e com o número de filhos tidos. O Gráfico 11 mostra a distribuição das mulheres pesquisadas nos três anos, que não querem mais filhos, por número de filhos vivos na data da pesquisa. Este sugere que o crescimento na proporção de mulheres que não querem ter mais filhos se deve às mulheres com mais de um filho. Entre 1986 e 1991, observou-se uma redução na proporção de mulheres que não querem ter filhos de nenhuma ordem. Foi maior a proporção de mulheres que queriam o segundo e o terceiro filho. A partir daí, declinou a proporção de mulheres querendo ter filhos. Já em 1996, relativamente a 1991, com exceção das mulheres que não tinham filho, foi maior a proporção de mulheres que queriam interromper a vida reprodutiva com qualquer número de filhos vivos. Em síntese, pode-se dizer que a tendência observada foi de mais mulheres querendo ter o primeiro filho e menos mulheres querendo ter filhos de ordem mais elevada.

Entre 1991 e 1996, a percentagem de mulheres declarando necessidade de anticoncepção insatisfeita decresceu de 25,2% para 12,8%. A alta percentagem de mulheres esterilizadas, a existência de uma proporção significativa de demanda insatisfeita por anticoncepção combinada com o elevado número de mulheres que querem interromper a vida reprodutiva com um reduzido número de filhos sugere uma continuação da queda da fecundidade num futuro próximo.

Gráfico 11

Distribuição percentual das mulheres em união que não querem mais filhos pelo número de filhos vivos – Nordeste



Fonte: BEMFAM. DHS (1986, 1991 e 1996).

Migração

Migração inter-regional

Como já mencionado, a região Nordeste vem sofrendo um processo significativo de evasão populacional desde os anos 40. Tanto as áreas urbanas como rurais do Nordeste apresentaram, historicamente, uma emigração líquida de migrantes inter-regionais. Tendo em vista as grandes distâncias a serem percorridas e o destino preferencialmente urbano da migração, a maioria dos migrantes saíam das áreas urbanas do Nordeste. De certa forma, tais movimentos realizados a partir das cidades nordestinas para outras regiões eram compensados por movimentos intra-regionais rurais-urbanos.¹⁵

15. Vide Mata (1973: 74-78).

O destino preferido dos migrantes nordestinos tem sido a região Sudeste, especialmente São Paulo, muito embora nos anos 50 e 60, os estados do Paraná e Goiás, e nos anos 70, a região Norte, receberam uma parcela expressiva de população oriunda desta região.

A década de 50 apresentou-se como a década em que a migração inter-regional se deu de forma mais acentuada, ocasionada, por um lado, pela ocorrência de secas periódicas e pela modernização na indústria têxtil e, de outro, pela aceleração do processo de industrialização nacional, pela construção de grandes rodovias, grandes hidrelétricas, de Brasília, etc. Em que pese a criação da SUDENE e uma política nacional de incentivos regionais, o saldo líquido migratório estimado para os anos 60 foi de 2,3 milhões negativos e aumentou em termos absolutos para 4,8 milhões nos anos 70.

Estima-se que para os anos 80 este fluxo se reduziu para 2,3 milhões, conforme as estimativas deste trabalho mostradas na Tabela 8. Já no primeiro quinquênio dos anos 90, cálculos preliminares sugerem uma perda líquida de aproximadamente 1,7 milhão em cinco anos, o que indica uma retomada acentuada da emigração.¹⁶ Dada a metodologia utilizada neste cálculo, deve-se lembrar que diferenças de enumerações nos Censos utilizados afetam as estimativas dos saldos líquidos. No entanto, como será visto posteriormente, informações diretas provenientes da Contagem de 1996 também apontam no sentido de um acréscimo da emigração nordestina e uma redução da imigração.

Tabela 8

Estimativas do saldo líquido migratório nordestino por sexo – (Em 1000 habitantes) – Nordeste

	Homens	Mulheres	Total
1970/80	2.369,5	2.407,8	4.777,3
1980/90	1.207,7	1.083,9	2.291,6
1990/95	878,3	814,0	1.692,3

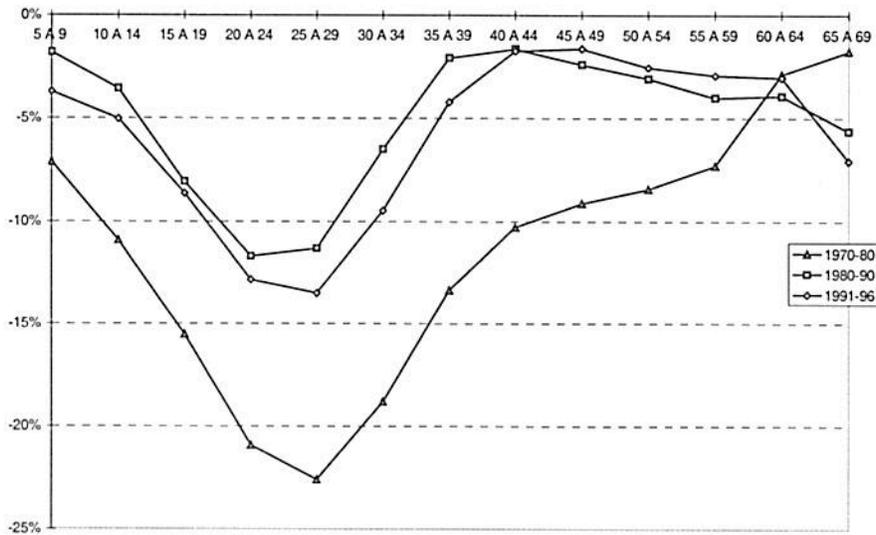
Fonte: Estimativas próprias

16. O saldo líquido migratório apresentado na tabela 8 é o resultado de saldos estimados por grupos quinquenais de idade. A metodologia utilizada foi o uso de métodos indiretos tendo os diferenciais regionais de mortalidade sido corrigidos pelas probabilidades de sobrevivência extraídas de tabelas de sobrevivência estimadas para o período. Os saldos das décadas de 80 e 90 foram corrigidos pelas estimativas de migração internacional. Vide Beltrão & Camarano (1997).

Os Gráficos 12 e 13 mostram o comportamento das taxas líquidas de migração por idade estimadas por métodos indiretos¹⁷ para as décadas de 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90¹⁸ para homens e mulheres, respectivamente. Nos anos 70, a migração feminina foi ligeiramente superior à masculina. Nesta década, o saldo líquido migratório estimado para a população masculina foi de -2,36 mil pessoas e para a feminina de -2,41 mil. Esta situação se reverteu a partir dos anos 80 e 90, quando a migração masculina passou a superar levemente a feminina. Em termos da migração por idade, as taxas líquidas de migração mostram uma concentração da migração no grupo etário de 20 a 29 anos para ambos os sexos durante todo o período.

Gráfico 12

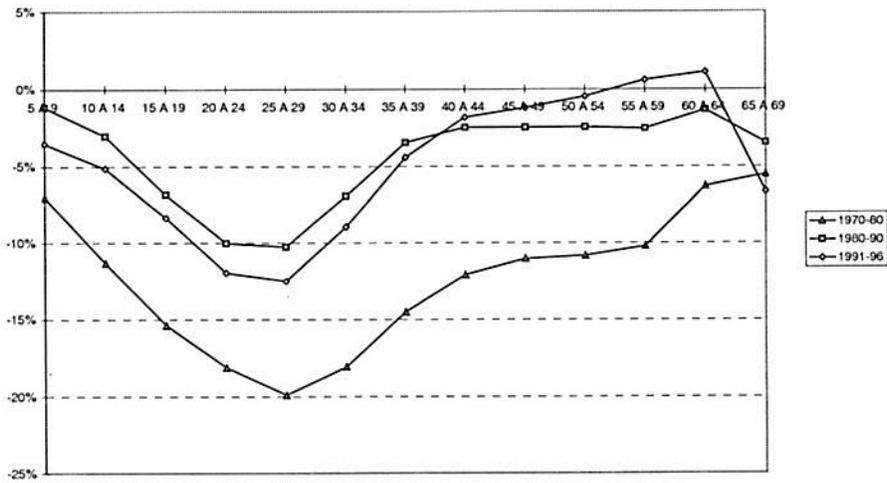
Taxas líquidas de migração decenais suavizadas – Nordeste – População masculina



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991). Contagem de 1996 (Elaboração dos autores).

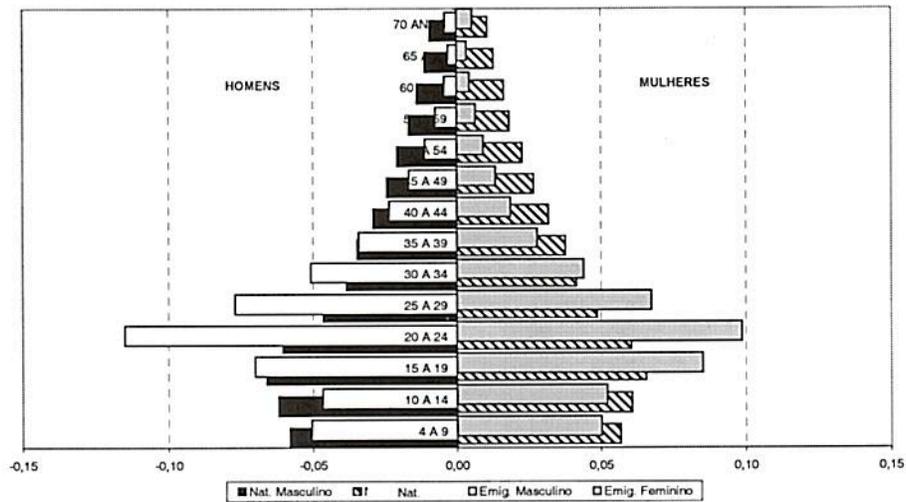
17. Foram usadas as estimativas de mortalidade e fecundidade descritas neste trabalho, tanto para o Nordeste, como para o Brasil como um todo. Assumiu-se, também, que a migração internacional, como mensurada por Beltrão et al. (1997) seria uniforme para todas as regiões, o que é uma hipótese forte, mas que não pode ser testada com os dados disponíveis.
18. As estimativas para o quinquênio 1991/96 foram decenalizadas para comparabilidade com os outros períodos.

Gráfico 13
Taxas líquidas de migração decenais suavizadas – Nordeste – População feminina



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), Contagem de 1996 (Elaboração dos autores).

Gráfico 14
População nordestina: Emigrantes e Naturais – 1996



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

O Gráfico 14 compara as distribuições etárias de emigrantes e naturais da população nordestina em 1996. A população natural foi aqui definida como aquela nascida e residente no município, e população emigrante, os nordestinos residentes numa região diferente da de nascimento há menos de dez anos. Pode-se observar que a população natural é composta por uma parcela relativamente maior de crianças e velhos, do que a população emigrante, que se concentrou especialmente nas idades mais produtivas, 20-29 anos. Isto mostra a perda de contingentes ativos causada pela emigração.

O fenômeno acima mencionado está claramente refletido na relação de dependência apresentada na Tabela 9. Em 1996, enquanto os naturais apresentavam uma relação de dependência de 70%, os emigrantes apresentavam uma correspondente muito mais baixa, 27%. Em relação a 1991, estas razões decresceram, em virtude da queda da fecundidade em todos os segmentos populacionais analisados. Já os diferenciais relativos entre a razão de dependência da população migrante e natural aumentaram.

Tabela 9
Razão de dependência por status migratório (%) – Nordeste

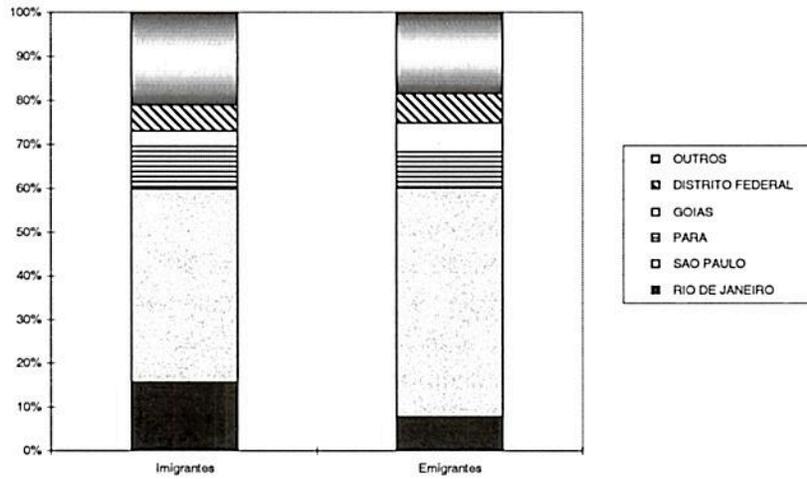
Tipo	Naturais	Imigrantes	Migrantes de retorno	Emigrantes
1996	70	36		27
1991	82	55	36	39

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991), Contagem de 1996.

Aproximadamente 940 mil imigrantes entraram nos estados da região Nordeste entre 1986/91, número este que se reduziu a 704 mil entre 1991/96.¹⁹ Isto pode explicar parte do aumento do saldo líquido migratório na última década. O Gráfico 15 apresenta a distribuição percentual dos migrantes nordestinos (emigrantes e imigrantes) do período 1991/96 por estado de origem ou destino. As maiores trocas populacionais se deram, em primeiro lugar, entre a região e o estado de São Paulo, e em segundo, entre a região e o estado do Rio de Janeiro.

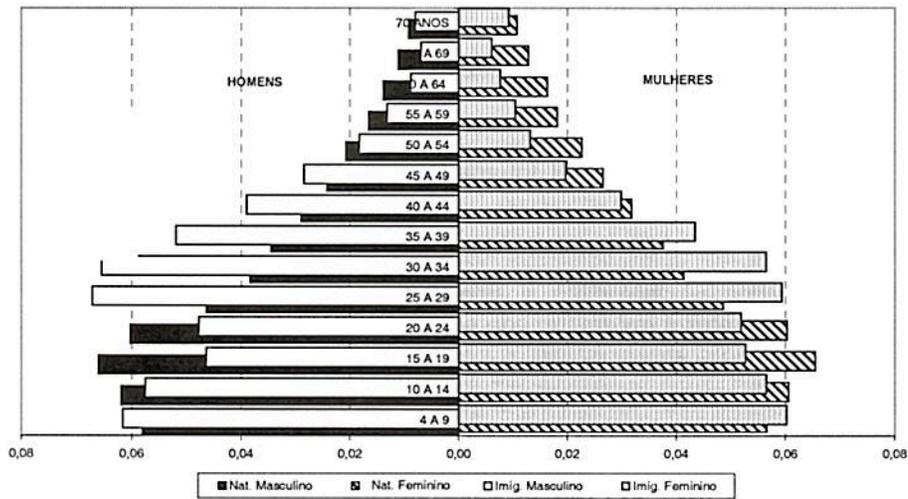
19. Estão aí incluídos os migrantes intra-regionais

Gráfico 15
Distribuição percentual dos migrantes nordestinos por origem/destino – 1991/96



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

Gráfico 16
População nordestina: Imigrantes e Naturais – 1996



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

O Gráfico 16 compara a distribuição etária dos naturais da região e os não naturais com menos de dez anos de residência (imigrantes) em 1996. Pode-se observar também neste caso que a população natural é composta por uma parcela relativamente menor de adultos jovens; homens de 25 a 44 anos e mulheres de 25 a 39 anos. Isto também afeta a relação de dependência apresentada na Tabela 9. Enquanto os naturais apresentavam uma relação de dependência de 70% em 1996, os imigrantes apresentavam uma correspondente bem mais baixa, 36% no mesmo ano. Salienta-se que foi este segmento populacional o que apresentou uma maior redução na razão de dependência. Além da queda da fecundidade, este fenômeno pode ser resultado também de uma concentração ainda maior dos imigrantes nas idades produtivas.

A maioria dos imigrantes que se dirigiu à região (54%), e que fazia parte da atividade econômica, localizou-se no setor terciário, conforme mostra a Tabela 18 do Anexo Estatístico. Isto se verificou em todas as Unidades da Federação. A mais alta participação foi observada no estado do Ceará. O segundo setor em absorção do contingente populacional foi o setor Primário, em torno de 22%. Neste caso, foi no estado do Maranhão onde se verificou a maior parcela de migrantes absorvidos por este setor. A comparação com a população nativa mostra um peso bem maior dos naturais absorvidos pelo setor Primário relativamente à população imigrante. Isto se verificou para todas as Unidades da Federação, notadamente Maranhão e Piauí, o que sugere que as áreas urbanas são destino preferencial dos imigrantes que se dirigem à região.

Quanto à desocupação da PEA, para o total da região não se observaram diferenças substantivas nestas taxas para os dois subgrupos populacionais. Mas, as diferenças são marcantes e não mostram um padrão regular quando as Unidades da Federação são analisadas. Por exemplo, os imigrantes localizados nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas apresentaram uma taxa de desocupação maior do que a população natural. O inverso aconteceu nos demais estados.

Migração intra-regional

Considerando os imigrantes inter-estaduais pelas Unidades da Federação nordestinas em 1991, o estado da Bahia absorveu aproximadamente

18% do fluxo que ingressou na região entre 1986/91, Pernambuco, 17% e Ceará, 12%. Ou seja, quase 50% dos imigrantes que se dirigiram à região se localizaram nos estados com Regiões Metropolitanas (vide Tabela 10). Os dados da Contagem de 1996 mostram um aumento desta concentração no período 1991/96 que ocorreu principalmente no estado da Bahia, seguido do Ceará. Em 1996, este estado absorveu 23,2% dos imigrantes inter e intra-regionais.

Tabela 10
Distribuição dos imigrantes nordestinos pela sua localização

	1991		1996		Variação no período
	Volume	%	Volume	%	
Maranhão	103.447	11,0	67.151	9,5	-1,5
Piauí	72.949	7,8	55.650	7,9	0,1
Ceará	121.649	13,0	99.973	14,2	1,2
Rio Grande do Norte	75.570	8,1	52.540	7,5	-0,6
Paraíba	88.903	9,5	70.951	10,1	0,6
Pernambuco	171.677	18,3	116.435	16,5	-1,8
Alagoas	60.881	6,5	41.345	5,9	-0,6
Sergipe	55.976	6,0	36.487	5,2	-0,8
Bahia	186.614	19,9	163.402	23,2	3,3
Total	937.666	100	703.934	100	

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1991), Contagem de 1996.

A Tabela 11 mostra a localização dos migrantes dentro dos seus estados mostrando claramente a preferência crescente pelas áreas metropolitanas. Segundo Martine & Wong, esta é muito mais acentuada entre os migrantes que se originaram fora da região do que entre os intra-regionais. De acordo com os autores, a entrada de migrantes nos anos 80 estaria relacionada com atividades modernas que se instalaram na região (turismo, indústria de celulose etc.) e que levaram para lá uma mão de obra mais especializada. Além das áreas metropolitanas, teriam também funcionado como pólos de atração, o pólo de Camaçari e as áreas de plantio de soja no Cerrado. A imigração de origem intra-regional está mais desconcentrada nas regiões do estado. A Região Metropolitana do Recife ocupa um papel mais importante na absorção destes migrantes relativamente a outras regiões, acontecendo o inverso com a região de Salvador.

Tabela 11

Distribuição percentual das pessoas não naturais do município com menos de cinco anos de residência por residência atual – Nordeste

Residência atual	Região metropolitana		Resto do estado	
	1991	1996	1991	1996
Ceará	43,2	49,4	54,8	50,4
Pernambuco	35,6	47,4	64,4	52,6
Bahia	26,0	26,6	74,0	73,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991), Contagem de 1996.

A migração rural-urbana

Camarano & Abramovay mostraram que nos últimos 50 anos, foi do Nordeste que saíram os maiores contingentes de emigração rural dentro do território nacional. Isto só não ocorreu nos anos 60, como pode ser visto na Tabela 12. Excluindo as duas primeiras décadas, o saldo líquido migratório rural-urbano regional esteve em torno de seis milhões de pessoas a cada período decenal. Para os anos 50, foi estimado um saldo de aproximadamente cinco milhões de pessoas, o que correspondeu a quase 50% do saldo nacional. Na década seguinte, o fluxo nordestino de origem rural e destino urbano se reduziu a 3,2 milhões, representando 27% do total nacional. Estimativas desta década sugerem que só no primeiro quinquênio da década de 90, aproximadamente três milhões de nordestinos deixaram as áreas rurais, o que constituiu aproximadamente 60% dos emigrantes rurais brasileiros. Como conseqüência do êxodo rural e da queda da fecundidade, a população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos.

Em que pese o fenômeno do êxodo rural nordestino ter alcançado uma proporção significativa no contexto nacional, as probabilidades migratórias regionais foram menores do que as observadas para outras regiões do país, com exceção da primeira metade dos anos 90.²⁰ Os Gráficos 17 e 18 apresentam as probabilidades decenais suavizadas da população rural ao migrar para áreas

20. Vide Camarano & Abramovay (1997).

urbanas nas décadas de 70, 80 e 90 por grupos de idade para homens e mulheres, respectivamente. As maiores probabilidades de migrar foram encontradas entre a população feminina em todos os períodos considerados. O movimento observado no período foi o de uma redução nessas probabilidades nos anos 80 e um acréscimo das mesmas nos anos 90. Durante todo o período, a migração se concentrou nos grupos etários de 15 a 29 anos. Na primeira metade desta década, aproximadamente metade da população de 20 a 24 anos que vivia nas áreas rurais em 1991 deixou o campo.

Tabela 12

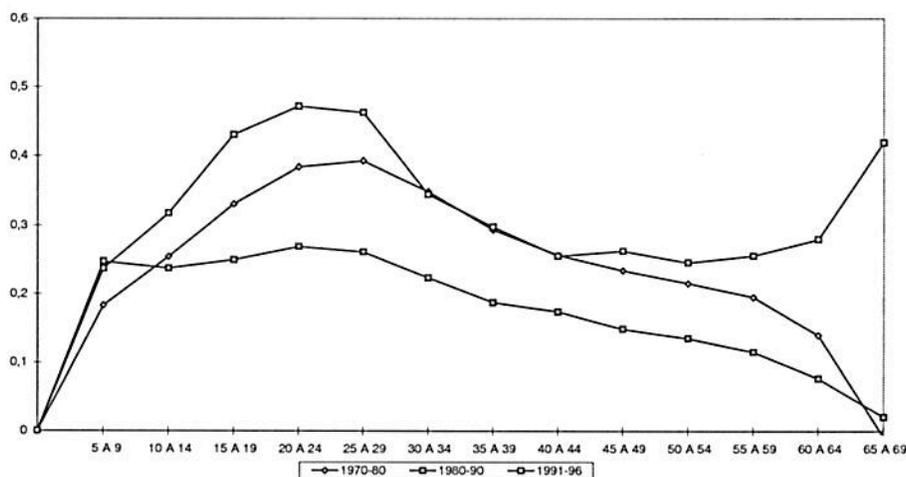
Estimativas do saldo líquido migratório rural-urbano e a participação no total nacional – Nordeste

Período	Em 1000 habitantes	Participação no total nacional (%)
1950/60	-5.009,9	47,6
1960/70	-3.336,2	27,4
1970/80	-6.141,2	35,4
1980/90	-6.451,1	44,6
1991/96	-2.966,0	55,7

Fonte: Camarano & Abramovay (1997: 10).

Gráfico 17

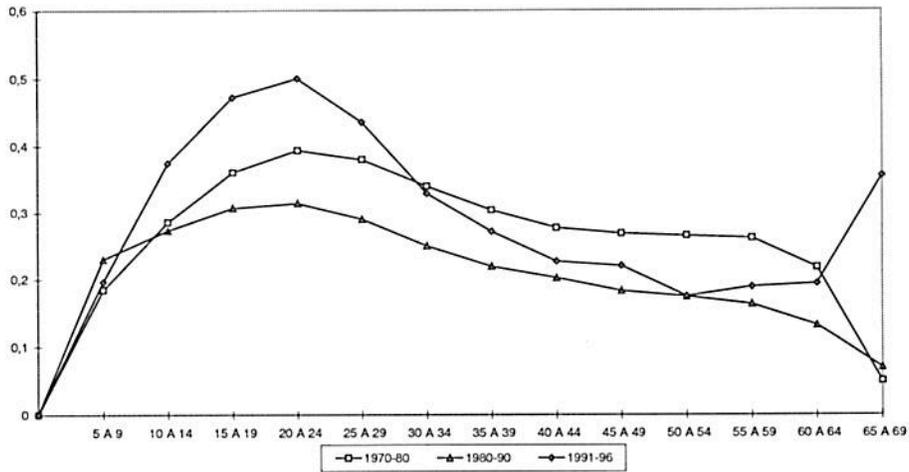
Estimativas da probabilidade de migrar das áreas rurais para urbanas – Nordeste – População masculina



Fonte: Camarano & Abramovay (1997).

Gráfico 18

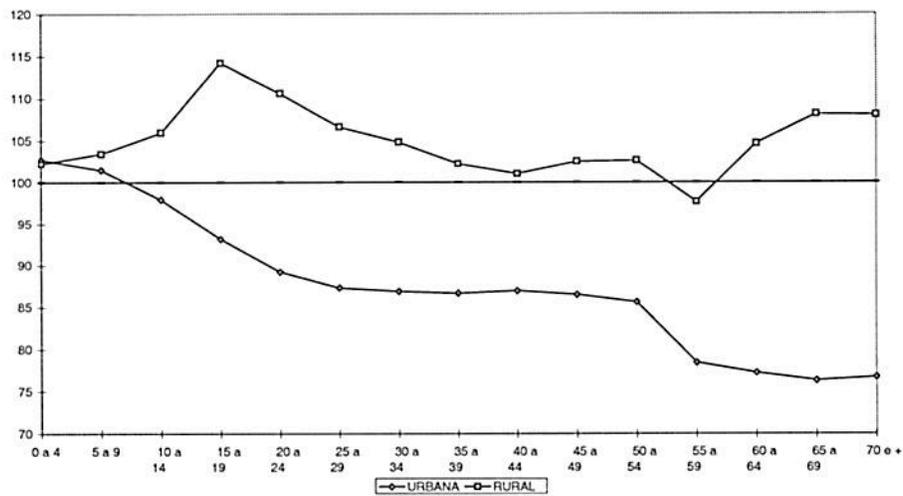
Estimativas da probabilidade de migrar das áreas rurais para urbanas – Nordeste – População feminina



Fonte: Camarano & Abramovay (1997).

Gráfico 19

Razão de sexos da população nordestina – 1996



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

Uma das conseqüências dos diferenciais por sexo do processo de migração rural-urbana é o aumento da razão de sexos rural, ou seja, uma masculinização da população rural e, conseqüentemente uma feminização da população urbana. Isto pode ser visto no Gráfico 19 que compara as razões de sexo das populações urbanas e rurais em 1996. A razão de sexos da população rural é consistentemente mais elevada na zona rural do que na urbana, tendo esta diferença atingido o seu ponto máximo no grupo de 15 a 19 anos. Neste grupo etário, a população masculina na área rural apresentou-se 14% mais elevada do que a feminina.

Outro efeito da migração rural-urbana se faz sentir na relação de dependência. Dado que a migração é seletiva nas idades produtivas, a razão de dependência da população rural é maior do que a da urbana, seja considerando o segmento idoso ou o jovem. Vide Tabela 13.

Tabela 13

Razão de dependência da população nordestina por situação de domicílio (%) – Nordeste: 1966

	Jovens	Idosos	Total
Urbano	54,5	8,9	63,4
Rural	72,5	10,2	82,7

Fonte: IBGE. Contagem Populacional de 1966.

A migração de retorno

Um outro fenômeno que caracterizou a década de 80 foram as migrações de retorno. Estima-se que aproximadamente 719 mil nordestinos tinham menos de dez anos de residência no município atual, excluindo neste caso, os movimentos intra-estaduais. A Tabela 14 apresenta a distribuição das pessoas naturais do município de residência atual com menos de dez anos de residência no município, o que foi definido como migrante de retorno. A última coluna mostra o número de pessoas que retornaram às Unidades da Federação do Nordeste e a última Unidade da Federação de residência anterior.

Tabela 14

Pessoas naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência nesta UF segundo UF de residência anterior (Migração de retorno) – Nordeste – 1991

UF Anterior	UF Atual									Total
	Maranhã o	Piauí	Ceará	Rio Gde do Norte	Paraíba	Pernam- buco	Alagoas	Sergipe	Bahia	
Rondônia	1.202	304	2.512	604	915	741	112	94	1.389	7.873
Acre	36	15	205	87	51	68	80	0	15	557
Amazonas	847	532	3.582	645	347	689	77	23	486	7.228
Roraima	527	28	547	257	167	110	61	0	132	1.829
Pará	22.372	5.251	10.539	1.495	1.119	2.282	261	106	1.821	45.246
Amapá	323	84	432	253	0	29	0	0	64	1.185
Tocantins	4.563	1.081	692	135	102	212	44	0	236	7.065
Maranhão	0	16.796	7.191	925	1.038	1.907	229	258	593	28.937
Piauí	7.387	0	6.599	468	547	1.420	66	92	567	17.146
Ceará	2.100	4.137	0	4.140	3.290	4.671	435	553	715	20.041
Rio Gde do Norte	178	459	5.621	0	8.486	2.935	234	177	220	18.310
Paraíba	441	267	2.913	6.673	0	9.760	454	140	734	21.382
Pernambuco	605	1.954	7.190	2.960	12.627	0	6.069	774	6.053	38.232
Alagoas	143	158	1.387	605	1.190	11.697	0	1.845	1.757	18.782
Sergipe	88	87	388	946	272	1.902	3.374	0	3.985	11.042
Bahia	852	1.844	6.816	1.706	3.975	14.211	3.782	8.981	0	42.167
Minas Gerais	717	705	1.985	1.315	1.055	1.568	251	359	9.381	17.336
Espírito Santo	147	90	840	392	134	323	89	187	4.380	6.582
Rio de Janeiro	4.031	2.272	18.475	8.962	22.576	11.389	2.960	2.987	11.353	85.005
São Paulo	4.869	16.002	43.473	13.210	25.658	62.368	12.687	9.423	66.537	254.227
Paraná	132	137	1.012	237	467	1.068	416	384	1.153	5.006
Santa Catarina	19	50	298	166	148	104	74	20	219	1.098
Rio Grande do Sul	90	65	497	177	140	385	55	94	379	1.882
Mato Grosso do Sul	176	133	851	186	201	750	201	127	324	2.949
Mato Grosso	1.183	297	1.155	615	293	667	90	125	919	5.344
Goiás	1.600	1.193	1.938	1.794	1.122	997	155	236	4.233	13.268
Distrito Federal	4.086	6.101	7.344	2.396	4.015	2.689	466	408	4.856	32.361
Brasil sem espec.	179	330	339	11	64	331	94	110	230	1.688
País Estr. ou mal def.	197	79	881	340	220	951	121	32	929	3.750
Ignorado	420	162	163	8	13	131	12	11	225	1.145
Total	59.510	60.613	135.865	51.708	90.232	136.355	32.949	27.546	123.885	718.663

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

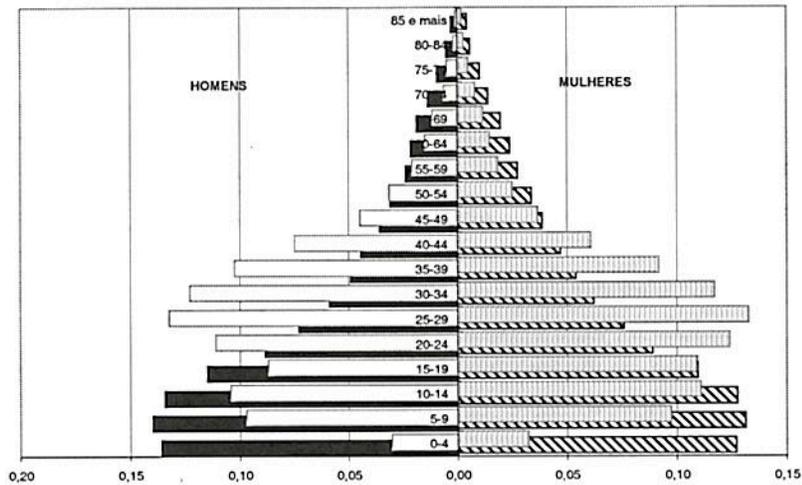
Dos 719 mil imigrantes, 35% se originou no estado de São Paulo. Isto mostra a importância dos estados receptores de população como fornecedores de migrantes de retorno. Rio de Janeiro foi responsável por 11,8% destes, e o

Pará por 6,3%. Dentro da região, Pernambuco, Ceará e Bahia destacaram-se como expressivos centros recebedores de migrantes de retorno de outras unidades da federação. A última linha apresenta a distribuição destes migrantes por unidade da federação de residência atual. Aproximadamente 55% dos fluxos se concentraram nos três estados que contêm as regiões metropolitanas. Depois destes três, destacou-se a Paraíba em importância.

Entre os migrantes de retorno, predominaram os homens; aproximadamente 363 mil eram do sexo masculino e 356 mil do feminino. Esta ligeira predominância da migração masculina é coerente com a maior emigração masculina. O Gráfico 20 compara a pirâmide etária dos migrantes de retorno com a população natural da região Nordeste. Os migrantes de retorno estavam concentrados nas idades mais produtivas; tanto se comparados com a população natural como se comparados aos outros imigrantes. Como se viu na Tabela 9, as razões de dependência para os migrantes de retorno são as mais baixas dentre os três subgrupos populacionais estudados. Isto contradiz hipóteses feitas anteriormente de que os migrantes de retorno seriam formados por população mais velha, e leva a se pensar que, neste caso, eles teriam tido uma curta permanência na região de destino dada a crise econômica. Guimarães (1990) já havia levantado a existência de migração de retorno e atribui este fenômeno a uma maior concentração da crise econômica nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Acredita-se também, que uma boa parte dos imigrantes que se dirigiram à região seja consequência dessa migração de retorno. Ou seja, podem ser formados por cônjuges e outras espécies de familiares que acompanhavam os retornados.

A distribuição dos migrantes de retorno por setor de atividade econômica está mostrada na Tabela 19 do Anexo Estatístico. Como no caso da população imigrante, a maioria dos migrantes de retorno se localizava no setor Terciário. Por outro lado, a taxa de desocupação deste subgrupo era mais alta do que a dos nativos em quase todas as Unidades da Federação, excetuando-se apenas Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Gráfico 20
Pirâmides de naturais e migrantes de retorno do Nordeste – 1991



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

Urbanização

Não obstante as menores taxas de crescimento da população urbana observadas nas duas últimas décadas na região nordestina, a população das áreas urbanas da região apresentou um incremento absoluto de 11,3 milhões de pessoas entre 1980 e 1996, enquanto que a das áreas rurais diminuiu em termos absolutos em 1,9 milhão no mesmo período. Isto levou a um crescimento acelerado da proporção da população residindo nas áreas urbanas, o que resultou no aumento do grau de urbanização. (vide Tabela 3 do Anexo Estatístico). Dado ser a fecundidade urbana muito mais baixa do que a rural, acredita-se que uma boa parte do crescimento urbano tenha resultado de fluxos de origem rural. Foi observado anteriormente que a intensidade da migração rural-urbana diminuiu nos anos 80, mas aumentou nesta década em todo o país.

A característica básica do processo de urbanização nordestina é, como se observa para o conjunto da população brasileira, uma concentração cada vez

maior da população num pequeno número de cidades. No entanto, o número de cidades da região aumentou de 903 em 1960, para 1.558 em 1996. Desde 1960, o Nordeste já contava com três cidades de mais de 500.000 habitantes (ver Tabela 20 do Anexo Estatístico): Recife, Salvador e Fortaleza. Em 1996, este número aumentou para nove tendo a ele sido adicionadas Natal, Maceió, São Luís, Teresina, João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes.²¹ Este grupo de cidades absorvia 31,7% da população urbana da região em 1996. A população deste grupo das maiores cidades apresentou uma taxa de crescimento aproximadamente igual a da região como um todo para o período considerado, 1960/96, ainda que para cada período intercensitário os valores não coincidam e tampouco a tendência (Vide Tabela 22 do Anexo Estatístico).

No entanto, é importante que se chame a atenção para o fato de que o processo acontece no Nordeste de forma quantitativa e qualitativamente diferente do que ocorre no restante do país. Por exemplo, uma especificidade é a alta proporção da população residindo nas áreas rurais. Embora desde os anos 80, este contingente venha se reduzindo em termos absolutos, o contingente populacional que residia nas áreas rurais respondia, em 1996, por 48% da população rural do país.

Em segundo lugar, destaca-se o peso da população das pequenas localidades urbanas, ou seja, das cidades de menos de 20.000 habitantes no total da população urbana (ver Tabela 21 do Anexo Estatístico). Mesmo considerando-se que o peso esteja diminuindo no período analisado, este ainda é bastante alto. Em 1960, estas cidades absorviam 46% da população urbana. Em 1996, esta proporção diminuiu para aproximadamente 25%.

As Tabelas 20 e 21 do Anexo Estatístico apresentam a distribuição do número de cidades e da população nelas residente nos anos censitários compreendidos entre 1960 e 1996 em valores absolutos e relativos, respectivamente. Dentre os grupos de cidades analisados, a maior taxa média de crescimento foi observada entre as cidades de 50.000 a 100.000 habitantes. Deve-se salientar que este grupo, que em 1960 continha quatro cidades, passou a ser constituído por 58 cidades em 1996, sendo que durante o último quinquênio, o número mais do que dobrou. A mais baixa taxa de crescimento

21. Cidade vizinha à Recife.

no período foi a de 2,5% ao ano, apresentada pelas menores cidades, as de menos de 20.000 habitantes. O número de cidades deste grupo passou de 872 em 1960, para 1.348 em 1991, decrescendo para 1.241 em 1996.

O processo de urbanização tem ocorrido diferenciadamente dentro da região, conforme se pode ver pela Tabela 3 do Anexo Estatístico. Em 1960, o grau de urbanização variou de 18% no Maranhão, a 45% em Pernambuco. Todos os estados apresentaram um crescimento neste indicador entre 1960 e 1996, tendo as Unidades da Federação que se situavam nos extremos de variação, em 1940, permanecido em 1996. Maranhão apresentava, neste ano, 52% da sua população residindo na área urbana, e Pernambuco, 74%. Apesar de Pernambuco ter apresentado o mais alto grau de urbanização da região, este valor ainda é mais baixo do que a média do país, 78%.

As regiões metropolitanas desempenharam um papel muito importante na absorção da população estadual. Por exemplo, a Região Metropolitana do Recife abrigava 41% da população estadual em 1996, proporção esta superior à verificada em 1970, 34,2%. Enquanto, em 1970, mais da metade da população da Região Metropolitana residia no município do Recife, esta situação se reverteu desde então. Os municípios periféricos passaram a contar com a maioria da população dessa região. Dentre eles, destacam-se Olinda, Jaboatão e Paulista.

A Região Metropolitana de Fortaleza aumentou a sua importância no total da população estadual de 23,1% para 37,5% entre 1970 e 1996. O núcleo metropolitano (Fortaleza) continuou a absorver o maior contingente populacional, em torno de 77% em 1996.

A maior cidade da região é a capital do estado da Bahia, Salvador, cuja população atingiu 2,2 milhões de habitantes em 1996, o que correspondia a 82% da população total da Região Metropolitana. Esta alta concentração da população metropolitana vem sendo mantida pelo município de Salvador desde 1970, quando já concentrava 87,8% dos residentes metropolitanos. A população desta Região Metropolitana vem aumentando a sua participação no total da população estadual, indo de 15,1% em 1970, para 21,6% em 1996.

A Tabela 15 apresenta o incremento absoluto e relativo das capitais nordestinas e regiões metropolitanas. No seu conjunto, a população das capitais

absorveu 33,3, 27,2 e 18,7% do incremento da população urbana em 1970/80, 1980/91 e 1991/96, respectivamente, e a participação de sua população no total da população urbana regional decresceu de 36 para 31,5%. A proporção da população urbana residente nas três áreas metropolitanas decresceu no período analisado, de 32,4 para 27,7%. Isto é claramente um indicador de um crescimento mais acelerado da população das cidades intermediárias.

Tabela 15
População das regiões metropolitanas e municípios sedes das capitais – Nordeste – 1980/96

Região Metropolitana/ Capital	População residente			Variação absoluta		Taxa de crescimento	
	1980	1991	1996	1980/91	1991/96	1980/91	1991/96
Fortaleza	1.580.074	2.303.645	2.347.784	723.571	44.139	3,5%	0,1%
Fortaleza	1.307.611	1.765.794	1.965.513	458.183	199.719	2,8%	0,7%
Recife	2.347.146	2.871.261	3.039.488	524.115	168.227	1,8%	0,4%
Recife	1.200.378	1.296.995	1.346.045	96.617	49.050	0,7%	0,2%
Salvador	1.766.614	2.493.224	2.709.084	726.610	215.860	3,2%	0,6%
Salvador	1.493.717	2.072.058	2.211.539	578.341	139.481	3,0%	0,4%
São Luiz	460.320	695.199	762.177	234.879	66.978	3,8%	0,6%
Teresina	388.922	598.411	613.767	209.489	15.356	4,0%	0,2%
Natal	428.721	606.681	656.037	177.960	49.356	3,2%	0,5%
João Pessoa	338.629	497.306	549.363	158.677	52.057	3,6%	0,7%
Maceió	409.191	628.241	667.915	219.050	39.674	4,0%	0,4%
Aracaju	299.422	401.676	428.194	102.254	26.518	2,7%	0,4%
Total das capitais	6.326.911	8.562.361	9.200.550	2.235.450	638.189	2,8%	0,5%
Nordeste urbana	17.566.842	25.776.279	29.192.696	8.209.437	3.416.417	3,5%	0,8%

Fonte: Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), Contagem de 1996

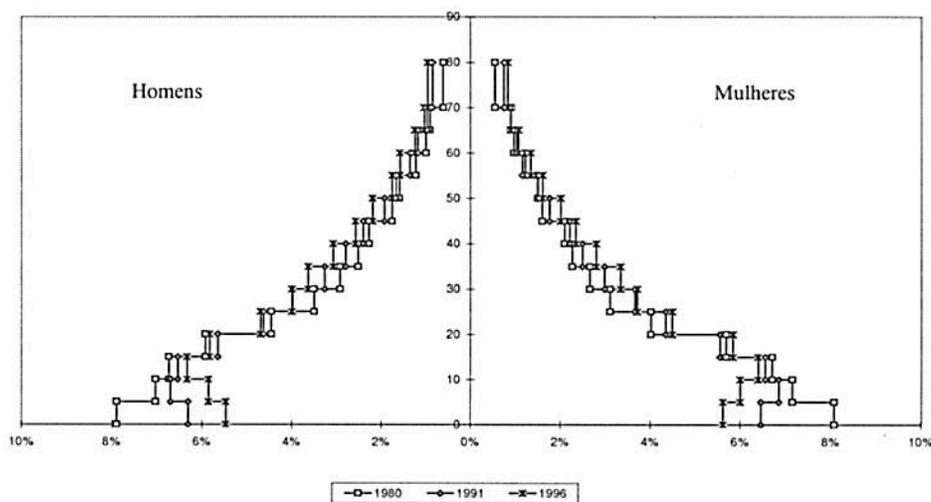
As Tabelas 23 e 24 do Anexo Estatístico apresentam a distribuição da população residente nas cidades de 50.000 habitantes e mais por Unidades da Federação nordestinas em 1991 e 1996. O estado do Maranhão ainda é bastante rural; aproximadamente 60% de sua população vivia em áreas rurais. A sua capital era responsável por 28,4% da população urbana estadual em 1996. Já o estado do Sergipe que tinha aproximadamente 70% de sua população residindo nas áreas urbanas, apresentava 37% desta população residindo em cidades menores de 50.000 habitantes. A população da sua capital não atingiu 500.000 habitantes em 1991, mas, em contrapartida foi responsável por 26,4% da população urbana estadual. A Paraíba passou a apresentar uma cidade de mais de 500.000 habitantes, João Pessoa, entre 1991 e 1996.

Estrutura por idade e sexo

Mudanças na estrutura etária

A distribuição etária da população nordestina, assim como de todas as outras regiões brasileiras, vem apresentando uma constrição na base como resultado da queda da fecundidade. Comparando-se a distribuição de 1980, 1991 e 1996 (ver Gráfico 21) nota-se que, em ambos os sexos, para os três primeiros grupos etários, a proporção é decrescente no tempo. Já nas idades mais elevadas (a partir do grupo 20-25 anos) a evolução apresentada tem o sentido inverso, a proporção cresce no tempo. Além disso, os grupos mais idosos, 75-79 e 80 anos e mais, apresentam diferenças proporcionais maiores do que os grupos mais jovens. Esta mudança é que recebe o nome de envelhecimento populacional. Apenas o grupo etário 15-20 anos apresenta um comportamento de transiente, caracterizando a coorte de transição.

Gráfico 21
Pirâmides populacionais – Nordeste 1980, 1991 e 1996



Fonte: Censo Demográfico (1980, 1991), Contagem de 1996.

A Tabela 16 apresenta a distribuição percentual de grupos selecionados convencionalmente considerados alvo de políticas sociais distintas (saúde infantil, pré-escolar, escolar, trabalho, idosos) na população de cada estado e para a região Nordeste como um todo em 1980, 1991 e 1996. As diferenças entre os estados não são muito grandes; todos eles apresentam sintomas de envelhecimento populacional. Em 1980, todos eles apresentavam uma população de crianças e jovens (0-14 anos) que representavam mais de 40% da população total. Já em 1996, a população de crianças e jovens decresceu para valores inferiores a este.

Em 1980, o estado com estrutura etária mais jovem era o Maranhão e o Rio Grande do Norte apresentava a estrutura mais idosa. O processo de envelhecimento populacional ocorrido entre 1980 e 1996 foi mais intenso nos estados da Paraíba e Pernambuco. Foi na Paraíba onde se observou uma proporção mais elevada da população acima de 65 anos e, em Pernambuco, uma menor proporção do primeiro grupo etário. Já o estado do Maranhão manteve a sua posição do “mais jovem”, em 1996.

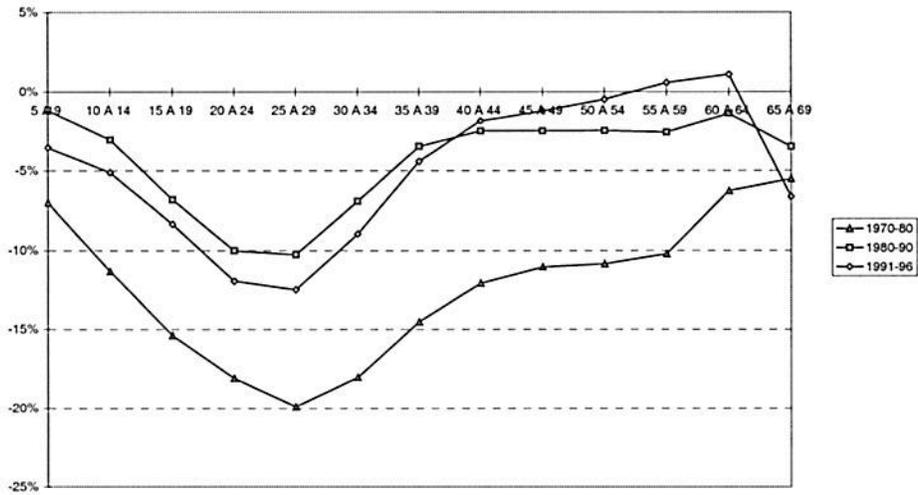
O Gráfico 22 apresenta as razões de sexos da região por grupos de idade em 1980, 1991 e 1996. Como esperado, estas razões decrescem com a idade. Mas na população nordestina observa-se uma queda muito abrupta, indicando uma migração para fora da região, predominantemente masculina, nas idades ativas. A curva para 1980 não se apresenta monotônica decrescente como função da idade. O mais provável é que tenha havido uma migração de retorno em idades avançadas do contingente masculino, que emigrou em idades mais jovens nos anos 70. A partir do grupo de 45-49 anos há um crescimento da razão. Já as curvas seguintes apresentam um comportamento mais uniforme. Em 1991, observou-se um crescimento na razão para a mesma coorte de 1980 e não para o mesmo grupo etário. Isto sugere que a migração de retorno de idosos teria ocorrido antes do Censo de 1980. Nota-se também um decréscimo abrupto entre os grupos 50-54 e 55-59 anos. As possibilidades para explicar esta queda incluem erros de declaração de idade, emigração de homens ou imigração de mulheres nesta faixa etária. Em 1996 a curva acompanha basicamente a de 1991, mas sem a subida entre os grupos 60-64 e 65-69 anos. A descontinuidade permanece no mesmo grupo etário em 1996, indicando erros de declaração de idade como causa mais provável.

Tabela 16
Distribuição da população por grupos etários selecionados
Nordeste 1980 e 1991

Estados	1980				1991				1996			
	0-6	7-14	15-65	65 e +	0-6	7-14	15-65	65 e +	0-6	7-14	15-65	65 e +
Maranhão	23,42	21,90	50,89	3,79	20,94	23,15	51,71	4,20	17,49	22,40	59,75	4,53
Piauí	22,61	22,76	50,65	3,98	18,87	22,15	54,44	4,55	15,63	21,14	58,02	5,21
Ceará	20,83	21,66	53,07	4,44	18,48	20,17	55,99	5,36	14,27	20,03	59,70	6,00
Rio Grande do Norte	19,96	21,43	53,30	5,31	17,57	19,76	56,75	5,92	15,01	19,14	59,59	6,26
Paraíba	20,76	21,91	51,70	5,63	17,45	20,47	55,58	6,51	14,92	19,34	58,77	6,98
Pernambuco	20,40	21,42	53,59	4,59	16,92	19,96	57,72	5,39	14,54	18,65	60,94	5,88
Alagoas	22,38	22,29	50,84	4,49	18,82	21,44	55,32	4,41	16,86	20,26	58,21	4,67
Sergipe	21,91	22,42	50,72	4,95	18,22	20,96	56,02	4,80	15,85	19,78	59,45	4,92
Bahia	22,01	21,90	51,74	4,35	17,76	21,93	55,54	4,78	14,89	20,10	59,75	5,26
Nordeste	21,68	21,88	51,93	4,51	18,16	21,38	55,46	5,01	15,78	19,77	58,95	5,50

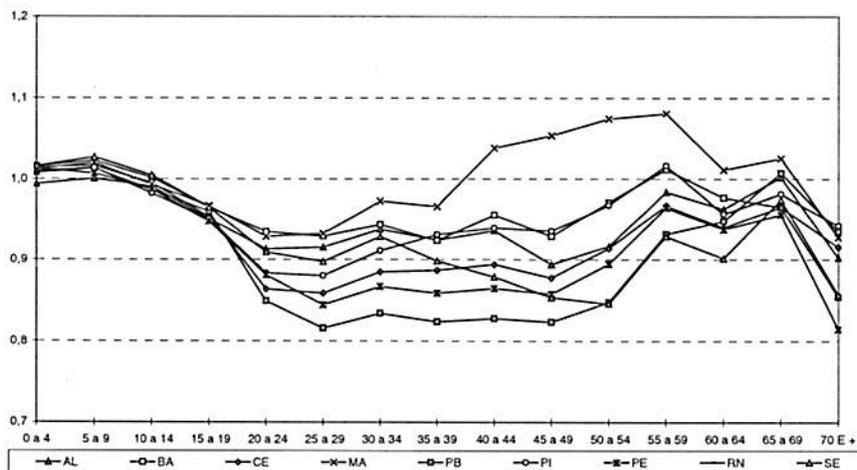
Fonte: Censo Demográfico (1980 e 1991), Contagem de 1996.

Gráfico 22
Razão de sexos – Nordeste 1980, 1991 e 1996



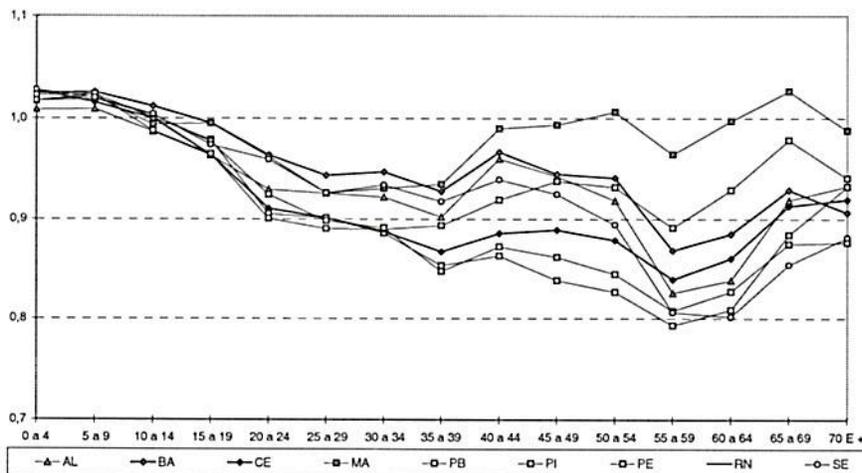
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980, 1991), Contagem de 1996.

Gráfico 23
Razão de sexos – Nordeste: 1980 – Por estado



Fonte: Censo Demográfico (1980).

Gráfico 24
Razão de sexos – Nordeste: 1991 – Por estado

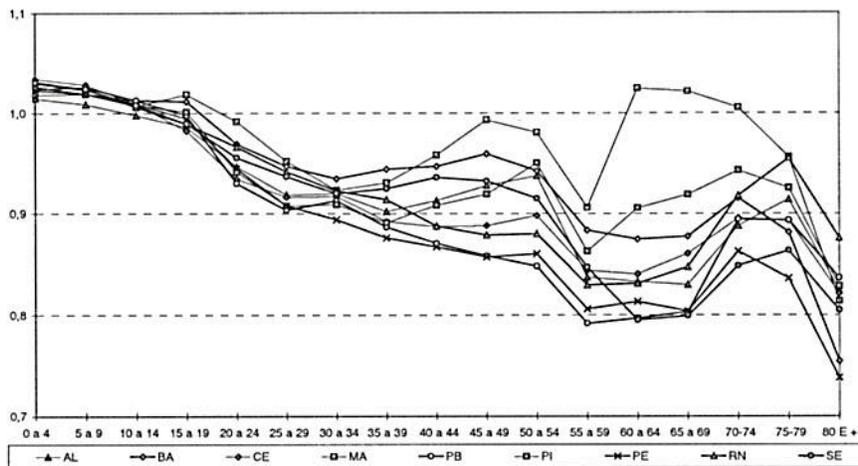


Fonte: Censo Demográfico (1991).

Considerando-se a desagregação por estado (ver Gráficos 23, 24 e 25), observa-se que, à exceção do Maranhão, as curvas dos demais estados seguem

aproximadamente a forma da curva para a região como um todo. A razão para este estado é muito alta em 1980, podendo indicar um êxodo feminino forte ou uma imigração masculina anterior a 1980. Os anos de 1991 e 1996 apresentam curvas mais regulares e decrescentes, e o ano de 1980 mostra um crescimento da razão no final da vida ativa, conforme se viu para a região como um todo. A posição relativa não se modificou significativamente entre 1980 e 1996. Os estados da Paraíba e de Pernambuco apresentavam as menores razões de sexo.

Gráfico 25
Razão de sexos – Nordeste: 1996, por estado



Fonte: IBGE. Contagem de 1996.

Implicações das mudanças demográficas para as políticas públicas

É bastante comentado na literatura que a redução da fecundidade, por reduzir o peso da população jovem e, conseqüentemente, da demanda escolar, de serviços de pediatria, “alivia” os orçamentos públicos. Este efeito se faz sentir num prazo relativamente curto. No entanto, também como resultado da queda da fecundidade, a população idosa tende a aumentar o seu peso no total da população e, conseqüentemente, a onerar o orçamento público via demandas de saúde e previdência. Este fenômeno está acontecendo no Brasil com mais

intensidade a partir do final dos anos 60 e mais recentemente na região Nordeste.

As transformações acima mencionadas podem ser sintetizadas num indicador demográfico: a razão de dependência. Ele mede a relação entre a população dependente, menor de 15 e maior de 65 anos, sobre a população em idade ativa, 15 a 65 anos. Observa-se na Tabela 17 que esta relação para a região Nordeste decresceu de 92% em 1980, para 69,6% em 1996. Isto significa que se se considerar a população como um todo, em 1980, para cada indivíduo considerado demograficamente ativo, existe 0,92 dependentes, em 1996 esta relação caiu para 0,696. A composição etária dos dependentes se alterou durante o período considerado. Em 1980, 90,6% dos dependentes era formado pela população menor de 15 anos, e 9,4%, pela população maior de 65 anos. Em 1996, estes percentuais passaram a ser 88,6 e 11,4%, respectivamente.

Tabela 17

Razões de dependências para as Unidades da Federação – Nordeste: 1980, 1991 e 1996

UF	Jovens			Idosos			Total		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996	1980	1991	1996
Maranhão	89,0	85,3	71,8	7,4	8,1	8,0	96,5	93,4	79,7
Piauí	89,6	75,3	63,4	7,9	8,3	8,8	97,4	83,7	72,2
Ceará	80,1	69,0	61,5	8,5	9,6	9,8	88,6	78,6	71,3
Rio Grande do Norte	77,6	65,8	57,3	10,0	10,4	10,2	87,6	76,2	67,5
Paraíba	82,5	68,2	58,3	10,9	11,7	11,6	93,4	79,9	69,9
Pernambuco	78,0	63,9	54,5	8,6	9,3	9,4	86,6	73,3	63,9
Alagoas	87,9	72,8	63,8	8,8	8,0	7,8	96,7	80,8	71,6
Sergipe	87,4	69,9	59,9	9,8	8,6	8,0	97,1	78,5	68,0
Bahia	84,8	71,5	58,6	8,4	8,6	8,5	93,3	80,1	67,1
Nordeste	83,3	71,0	60,3	8,7	9,1	9,3	92,0	80,1	69,6

Fonte: Censo Demográfico (1980 e 1991), Contagem de 1996.

A Tabela 17 também apresenta as relações de dependência para as Unidades da Federação em 1980, 1991 e 1996. Todas as unidades experimentaram um decréscimo na relação. No entanto, os diferenciais regionais neste indicador continuavam elevados. Em 1980, as razões variavam de 97,4% no estado do Piauí a 86,6% em Pernambuco. Em 1996, os extremos do intervalo foram Maranhão (79,7%), a mais alta, e Pernambuco (63,9%), a mais baixa, tendo a amplitude do intervalo aumentado. Variações no *timing* da

queda da fecundidade e movimentos migratórios são responsáveis por esta diferenciação. Em todas as Unidades da Federação observou-se uma redução na relação de dependência da população jovem. Com exceção de Alagoas e Sergipe verificou-se um acréscimo na relação da população idosa.

Finalmente, a Tabela 18 mostra o resultado do impacto das mudanças demográficas por nível de renda familiar na relação de dependência da população nordestina. Nela, se vê claramente que os grupos de renda mais baixos são os que apresentam a mais alta relação de dependência, tanto quando se considera a população idosa como quando se considera a população jovem. É comum pensar que a redução da fecundidade, ao causar uma diminuição no peso da população jovem, poderia “aliviar” a pressão sobre determinadas políticas públicas como, por exemplo, educação. É correto afirmar que isto ocorre, mas deve se levar em consideração que isto ocorre diferenciadamente pelos vários setores sociais. É justamente nos setores que mais necessitam de políticas públicas, que estas mudanças se fazem sentir ainda, em forma menos intensa.

Tabela 18
Razão de dependência por renda familiar – Nordeste: 1991

Renda (SM)	Total	Jovens	Velhos
0 a 1	0,9917	0,8718	0,1199
1 a 3	0,7281	0,6512	0,0768
3 a 5	0,5538	0,4970	0,0567
5 a 10	0,4928	0,4323	0,0605
10 ou mais	0,4584	0,3955	0,0629
Sem renda	1,0454	1,0150	0,0304
Sem declaração	0,7483	0,6502	0,0981

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Continuando a pensar em demanda educacional, o argumento de que a diminuição da fecundidade aliviará a pressão demográfica sobre a expansão da base física do sistema educacional da região como um todo é demograficamente correto. Porém, isso não equivale a dizer que a política educacional deverá preocupar-se menos com a expansão da rede de ensino. A taxa média de escolarização da população nordestina entre sete e 14 anos é, segundo a PNAD 1995, de 85%. Se considerarmos as desigualdades intra-regionais, essa

diferença torna-se ainda maior no caso das áreas rurais, onde essa taxa é de 78% e a taxa de fecundidade total é uma das mais altas do país. Mesmo considerando-se o efeito migratório, este grupo etário continuará a crescer nesta década. Além disto, qualquer meta de aumento na taxa de escolarização implicará necessariamente em expansão da rede física.

Além disto, deve-se considerar que o alunado brasileiro é caracterizado por uma profunda defasagem entre idade e série cursada. Para se reverter esta, as projeções do impacto demográfico sobre a demanda devem considerar no médio prazo também, as coortes acima de 15 anos, cuja taxa de crescimento é maior.

Síntese

Em resumo, pode-se dizer que a região Nordeste experimentou mudanças importantes na sua dinâmica demográfica nas duas últimas décadas. Dentre as mudanças, destaca-se uma redução abrupta dos níveis de fecundidade. Esta queda se iniciou nos anos 70 e se intensificou nas últimas décadas. No entanto, não foi homogênea nem entre os grupos etários nem entre as unidades da federação; ela veio acompanhada de aumento da gravidez na adolescência e de um aumento dos diferenciais relativos intra-estaduais.

O declínio da fecundidade foi acompanhado por uma mudança na composição familiar. Entre 1986 e 1996 mais mulheres sem filhos queriam ter filhos, e mais mulheres com filhos queriam interromper a vida reprodutiva. O uso intensivo de métodos anticoncepcionais de alta eficiência como a esterilização, foi um dos fatores responsáveis por esse declínio.

O Nordeste vinha apresentando historicamente os mais elevados índices de mortalidade no Brasil. Entre 1940 e 1980, os diferenciais inter-regionais aumentaram. Embora esta região continue a apresentar os mais baixos valores de esperança de vida, observou-se uma redução dos diferenciais inter-regionais. Esta diminuição foi mais acentuada entre a população masculina. A mortalidade na infância se reduziu sensivelmente e não se observou, como no caso de outras regiões brasileiras, o aumento da mortalidade adulta jovem. Isto

se verificou apenas nos estados da Bahia e Pernambuco, os estados mais urbanizados. Isto sugere que parte da redução dos diferenciais inter-regionais de mortalidade pode ser atribuída ao aumento da mortalidade das outras regiões do país e não à redução da mortalidade nordestina.

A migração também apresentou mudanças significativas. A tendência de redução da diminuição da migração líquida regional, iniciada nos anos 70, continuou nos anos 80, mas parece estar dando sinais de reversão nesta dinâmica nos anos 90. Um menor contingente populacional chegou à região na década de 90 e um fluxo maior deixou a região em busca do Centro-Sul. São Paulo foi o principal estado tanto em receber migrantes da região como em enviar população para lá. Os estados que continham as Regiões Metropolitanas receberam tanto a maior parte dos imigrantes inter-regionais como dos migrantes de retorno. Dada a seletividade da migração por idade, a evasão de população em idades ativas aumenta a razão de dependência. Entretanto a redução da fecundidade e a migração de retorno anularam o efeito da migração na razão de dependência, resultando num declínio da mesma.

A migração rural-urbana perdeu intensidade nos anos 80, mas recuperou o seu ímpeto no primeiro quinquênio desta década. A sua importância no contexto nacional também aumentou, dado que a magnitude da população rural está localizada na região Nordeste. Neste caso, a migração, além de afetar a razão de dependência, afeta também a razão de sexos, resultando numa predominância da população masculina nas áreas rurais e da feminina nas áreas urbanas. Pode-se esperar uma continuação da migração rural-urbana, provavelmente em maioria, para as áreas urbanas da própria região.

Pode-se falar também de uma mudança significativa no padrão de urbanização em curso da região Nordeste. Desde a década de 80, tem se observado uma redução absoluta da população rural da região. A rede urbana do Nordeste passou por um processo de adensamento populacional, incorporando 263 novas localidades urbanas de mais de 20.000 habitantes no conjunto existente entre 1960 e 1996. As cidades da região tiveram taxas de crescimento relativamente elevadas, com destaque para as cidades de tamanho intermediário.

A queda da fecundidade afetou o ritmo de crescimento da população regional, que declinou de aproximadamente 2,5% ao ano na década de 60, para 1,1% na de 90. Além da redução do crescimento demográfico, a queda da fecundidade resultou também em modificações importantes na distribuição etária, o que é indicado por um crescimento mais acentuado dos segmentos populacionais de idade mais avançada relativamente aos mais jovens.

As perspectivas que se colocam para esta população são a de uma persistência na redução do seu ritmo de crescimento, via a continuação da queda da fecundidade. Dada a alta proporção de mulheres já esterilizadas na região, é pouco provável que uma reversão de tendência desta queda se verifique nos próximos anos. Ainda existe uma proporção significativa de mulheres com uma demanda insatisfeita de anticoncepcionais e que expressaram a vontade de interromper a vida reprodutiva com o número de filhos já tidos, mesmo que este seja zero.

Também se espera uma continuação da redução da mortalidade na infância, pois, apesar de decrescentes, os níveis observados em 1995 ainda eram altos relativamente ao resto do país. No entanto, qualquer projeção populacional deve levar em conta o aumento da mortalidade masculina adulta, observado nas outras áreas do país. Também no caso de se projetar níveis de fecundidade não se pode esquecer da tendência em curso na própria região, do aumento da fecundidade na adolescência.

A redução da razão de dependência da população jovem significa uma redução da pressão sobre certos serviços sociais, basicamente serviços médicos de pediatria, educação etc. No entanto, esta análise deve ser vista com cautela. Em primeiro lugar, esta redução tem sido regionalmente e socialmente diferenciada. Justamente nos grupos sociais mais carentes, a proporção da população jovem ainda situa-se em patamares bem elevados, dado que a queda da fecundidade tem sido diferenciada por grupos de renda. São estes grupos os que apresentam o maior déficit na oferta de serviços públicos.

Um segundo ponto a ser salientado é que é difícil se pensar em redução de demanda numa situação onde ainda existem déficits no atendimento, por exemplo, no âmbito escolar. Neste caso, deve-se considerar também que a defasagem idade/série escolar é grande. Por exemplo, embora o número de

crianças que demande escolas esteja diminuindo, não se observa ainda uma universalização do ensino primário, principalmente, na região em estudo.

Um outro ponto é que a razão de dependência da população idosa está aumentando e que as demandas de políticas públicas (saúde, previdência social) acarretadas por este segmento são mais onerosas. Além disto, problemas outros estão sendo colocados pela dinâmica demográfica regional: o aumento da gravidez na adolescência que pode ter implicações importantes na saída prematura da jovem da escola e entrada precoce no mercado de trabalho em condições não muito favoráveis, o que certamente repercutirá nos níveis de pobreza.

Referências bibliográficas

- BARCELAR, Tânia. *Evolução e perspectivas das desigualdades regionais; Região Nordeste*. Recife, 1993. (Primeiro Relatório FUNDAP) (Mimeogr.).
- BELTRÃO, Kaizô I., CAMARANO, Ana Amélia. O futuro da população brasileira e suas implicações para a formulação das políticas sociais. In: COMO vai? População brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/IBGE, v. 2, n. 1, jan./abr. 1997.
- _____, _____. *Cálculo de saldo e taxas líquidas de migração internacional*. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1997.
- CAMARANO, Ana Amélia. *Urbanização e metropolização na Região Nordeste*. Brasília: IPLAN/IPEA, 1987. (Mimeo.).
- _____, MOREIRA, Morvan de M. Dinâmica demográfica do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 15, n. 4, p. 663-682, 1984.
- _____, ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil; panorama dos últimos cinquenta anos*. 1997. (inédito).
- DUARTE, Renato. Crescimento econômico; dinâmica e transformação da economia nordestina na década de setenta e nos anos oitenta. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 20, n. 4, p. 339-375, 1993.
- FRIAS, Luís Armando. *Brasil; tábuas-modelo de mortalidade e populações estáveis*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- GUIMARÃES, Leonardo. *Desigualdades regionais no desenvolvimento do Brasil; décadas de 70 e 80*. Recife, 1990. (Relatório FUNDAP – Mimeo.).
- IPEA. *O Brasil na virada do milênio – Trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento*. Brasília, 1997.
- MATA, Milton et al. *Migrações internas no Brasil; aspectos econômicos e demográficos*. /Brasília/ IPEA/INPES, 1973. (Relatório de Pesquisas, n. 19).

MARTINE, George, WONG, Laura. *Projeto Áridas; uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. Brasília: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 1994. (Mimeo.).

UNITED NATIONS. *Manual X; indirect techniques for demographic estimation*. New York: Department of International Economic and Social Affairs, 1983.

Anexo estatístico

Tabela 1

Proporção da população da Unidade da Federação na população total do Nordeste e do Brasil – Nordeste: 1960/91

UF	1960		1970		1980		1991		1996	
	Nordeste	Brasil								
Maranhão	11,1	3,5	10,6	3,2	11,6	3,4	11,6	3,4	11,7	3,3
Piauí	5,6	1,8	6,1	1,8	6,2	1,8	6,1	1,8	6,0	1,7
Ceará	14,9	4,7	15,7	4,8	15,2	4,4	14,9	4,3	15,2	4,3
Rio Gde do Norte	5,2	1,6	5,6	1,7	5,5	1,6	6,1	1,8	5,7	1,6
Paraíba	9,0	2,8	8,5	2,6	7,9	2,3	7,5	2,2	7,4	2,1
Pernambuco ⁽¹⁾	18,5	5,8	18,3	5,6	17,6	5,2	16,7	4,9	16,5	4,7
Alagoas	5,7	1,8	5,6	1,7	5,7	1,7	5,9	1,7	5,9	1,7
Sergipe	3,4	1,1	3,2	1,0	3,3	1,0	3,5	1,0	3,6	1,0
Bahia	26,7	8,4	26,4	8,0	27,1	7,9	27,8	8,1	28,0	8,0
Nordeste	100,0	31,6	100,0	30,3	100,0	29,2	100,0	29,1	100,0	28,5

(1) Inclusive Fernando de Noronha.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960 a 1991), Contagem de 1996.

Tabela 2

Taxas de crescimento populacional segundo Unidade da Federação por situação de domicílio – Nordeste: 1960/91

UF	1960/70			1970/80			1980/91			1991/96		
	Urbana	Rural	Total									
Maranhão	5,4	1,0	2,0	5,2	2,1	3,0	4,2	0,5	1,9	6,6	-3,2	1,2
Piauí	6,3	2,0	3,2	5,1	0,7	2,3	3,8	-0,3	1,7	2,6	-1,7	0,7
Ceará	4,8	1,9	3,0	4,6	-0,7	1,8	3,7	-1,3	1,7	2,5	-1,0	1,4
Rio Gde do Norte	5,5	1,8	3,3	4,2	-0,8	1,8	4,8	-0,6	2,9	2,0	-0,8	1,2
Paraíba	3,6	0,8	1,9	3,7	-0,7	1,4	3,3	-1,5	1,3	2,0	-1,9	0,7
Pernambuco (*)	4,3	0,5	2,4	3,0	0,0	1,7	2,7	-1,4	1,3	1,7	-1,5	0,8
Alagoas	4,1	1,3	2,3	4,4	0,5	2,3	4,0	0,2	2,2	2,3	-1,2	0,9
Sergipe	3,5	0,5	1,8	4,0	0,7	2,4	4,7	-0,8	2,5	2,6	-0,3	1,7
Bahia	4,1	1,3	2,4	4,1	0,9	2,4	3,9	0,0	2,1	2,2	-0,6	1,1
Nordeste	4,4	1,2	2,5	4,0	0,4	2,1	3,7	-0,4	1,9	2,5	-1,4	1,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991), Contagem de 1996.

Tabela 3
Grau de urbanização segundo as Unidades da Federação – Nordeste 1960/91

UF	1960	1970	1980	1991	1996
Maranhão	18	25	32	40	52
Piauí	24	32	43	53	58
Ceará	34	40	53	65	69
Rio Grande do Norte	38	47	59	71	72
Paraíba	35	42	53	64	68
Pernambuco ⁽¹⁾	45	54	62	71	74
Alagoas	34	40	49	59	63
Sergipe	39	46	54	67	70
Bahia	35	41	49	59	62
Nordeste	34	42	51	61	65
Brasil	45	56	68	75	78

(1) Inclusive Fernando de Noronha

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960 a 1991), Contagem de 1996.

Tabela 4
Mortalidade masculina proporcional por grupos de idades segundo causas (%) – Nordeste: 1980

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	18	17	11	6	6	4	2
Neoplasmas	0	1	4	3	4	8	5
Doenças endoc. nutric. metab. e transt. imunitar.	2	3	2	1	2	2	2
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	0	0	1	1	0	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	0	1	0	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	2	4	2	1	0	0
Doenças do aparelho circulatório	0	1	4	5	13	25	24
Doenças do aparelho respiratório	4	9	6	3	3	3	4
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	4	9	6	2
Doenças do aparelho geniturinário	0	0	1	1	1	1	1
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	0
Anomalias congênicas	1	0	1	0	0	0	0
Algumas afecções origin. no período perinatal	13	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	60	63	37	24	32	42	57
Causas externas	0	4	28	51	27	7	2
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 5
Mortalidade masculina proporcional por grupos de idade segundo causas (%) – Nordeste: 1991

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	16	16	9	3	5	4	2
Neoplasmas	0	3	5	2	4	9	6
Doenças endoc. nutric. metab. e transt. imunitar.	2	3	2	2	3	3	3
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	0	1	1	0	0	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	1	2	1	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	3	5	2	1	1	0
Doenças do aparelho circulatório	0	1	4	5	13	27	24
Doenças do aparelho respiratório	6	14	5	2	3	4	5
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	2	8	6	2
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	1	1	1	1	1
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	1	0	0	0	0
Anomalias congênicas	3	2	1	0	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	30	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	40	45	23	16	27	36	54
Causas externas	0	10	42	63	32	8	2
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 6
Mortalidade masculina proporcional por grupos de idade segundo causas (%) – Nordeste: 1995

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	17	16	7	3	5	4	2
Neoplasmas	0	2	7	3	5	11	6
Doenças endoc. nutric. metab. e transt. imunitar.	3	4	1	3	5	4	3
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	1	2	1	0	0	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	1	2	1	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	5	5	2	1	1	0
Doenças do aparelho circulatório	1	1	3	4	14	29	26
Doenças do aparelho respiratório	8	18	6	3	4	5	6
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	2	8	6	3
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	1	1	1	2	2
Complicações da gravidez parto e puerpério	0	0	0	0	0	0	0
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	0
Anomalias congênicas	4	3	1	0	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	36	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	28	35	18	12	20	29	48
Causas externas	1	12	47	65	34	8	2
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 7
Mortalidade feminina proporcional por grupos de idade segundo causas (%) – Nordeste: 1980

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	19	18	11	9	7	4	2
Neoplasmas	0	1	4	4	12	13	4
Doenças endoc nutric metab e transt imunitar	2	3	2	2	2	4	3
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	0	1	1	2	1	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	2	4	3	1	0	0
Doenças do aparelho circulatório	0	1	5	11	20	28	27
Doenças do aparelho respiratório	5	11	8	5	4	3	4
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	5	5	4	1
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	2	3	2	1	1
Complicações da gravidez parto e puerpério	0	0	0	8	4	0	0
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	0	1	0	0	0
Anomalias congênitas	1	1	1	0	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	14	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	56	58	38	29	32	39	57
Causas externas	0	3	20	18	8	2	1
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 8
Mortalidade feminina proporcional por grupos de idade segundo causas (%) – Nordeste: 1991

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	15	15	7	7	6	4	2
Neoplasmas	0	1	7	6	16	13	5
Doenças endoc nutric metab e transt imunitar	2	3	3	2	4	6	4
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	0	1	2	2	1	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	3	5	3	1	0	0
Doenças do aparelho circulatório	0	1	6	11	21	29	26
Doenças do aparelho respiratório	6	14	7	4	3	3	5
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	3	4	4	2
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	2	2	2	1	1
Complicações da gravidez parto e puerpério	0	0	0	5	2	0	0
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	1	1	1	0	0
Anomalias congênitas	4	2	2	1	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	29	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	41	49	28	25	31	35	54
Causas externas	0	8	29	27	9	3	1
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 9

Mortalidade feminina proporcional por grupos de idade segundo causas (%) – Nordeste: 1996

Causas Mortis	< 1 Ano	01-04	05-14	15-29	30-49	50-69	70 e +
Doenças infecciosas e parasitárias	17	16	8	6	5	3	2
Neoplasmas	0	2	8	7	16	14	6
Doenças endoc nutric metab e transt imunitar	3	5	3	5	4	7	5
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	1	2	1	1	1	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. nervoso e dos órgãos dos sentidos	1	4	5	3	1	1	0
Doenças do aparelho circulatório	0	1	6	11	23	30	28
Doenças do aparelho respiratório	9	20	8	6	5	5	6
Doenças do aparelho digestivo	0	1	2	3	4	4	2
Doenças do aparelho geniturinario	0	1	2	2	2	1	1
Complicações da gravidez parto e puerpério	0	0	0	6	2	0	0
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0
Doenças do sist. osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	1	1	1	0	0
Anomalias congênitas	5	3	1	0	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	34	0	0	0	0	0	0
Sintomas sinais e afecções mal definidas	29	34	21	20	25	31	49
Causas externas	1	10	33	28	10	3	1
Total	100						

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 10

Distribuição percentual de mortes masculinas pelas principais causas – Nordeste: 1980

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	24,3	28,4	38,4	50,3	66,5	53,3	58,6	44,7	34,7
Doenças do aparelho circulatório	19,8	15,5	13,8	11,6	7,6	10,1	8,4	11,3	14,3
Doenças infecciosas e parasitarias	15,0	13,2	14,7	9,0	9,6	7,6	11,0	8,5	14,1
Causas externas	13,3	10,7	12,5	7,9	6,0	8,7	7,0	9,7	9,8
Algumas afecções do período perinatal	6,3	15,4	3,1	3,2	3,8	4,8	3,3	8,1	6,6
Outras	21,3	16,8	17,5	17,9	6,6	15,4	11,7	17,6	20,5

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 11

Distribuição percentual de mortes masculinas pelas principais causas – Nordeste: 1991

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	51,9	39,6	41,4	34,7	50,3	37,3	42,1	51,5	31,7
Doenças do aparelho circulatório	14,1	21,0	17,1	19,7	13,6	16,2	14,7	10,5	18,6
Causas externas	12,1	11,6	13,0	13,8	10,5	16,6	15,5	16,8	14,7
Doenças infecciosas e parasitarias	4,9	5,4	5,9	4,3	4,7	5,7	5,9	3,3	7,0
Neoplasmas	3,5	5,0	6,9	7,3	3,9	4,3	3,5	3,3	5,9
Outras	13,5	17,4	15,7	20,1	17,0	19,9	18,2	14,6	22,1

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 12

Distribuição percentual de mortes masculinas pelas principais causas – Nordeste: 1995

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	42,7	33,8	35,9	28,2	47,5	25,3	37,1	30,1	28,6
Doenças do aparelho circulatório	17,3	24,2	15,5	19,2	15,0	20,3	16,5	13,6	20,8
Doenças infecciosas e parasitárias	4,6	3,8	6,1	5,1	3,0	5,9	6,2	6,5	6,5
Doenças do aparelho respiratório	3,6	5,7	5,8	7,0	3,9	6,2	5,0	7,9	6,5
Algumas afecções do período perinatal	4,0	4,2	5,0	5,5	3,8	4,7	3,6	4,7	4,3
Outras	17,5	18,3	20,1	24,2	15,9	24,3	20,9	24,6	23,4

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 13

Distribuição percentual de mortes femininas pelas principais causas – Nordeste: 1980

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	19,4	28,5	43,1	52,9	70,4	57,2	57,9	48,4	35,9
Doenças do aparelho circulatório	25,7	18,0	16,7	12,7	8,0	11,4	10,8	13,5	17,8
Doenças infecciosas e parasitárias	17,2	12,7	15,6	9,8	9,0	7,2	11,6	8,8	13,2
Doenças do aparelho respiratório	7,3	6,3	5,1	6,1	1,4	4,9	3,2	5,0	7,2
Algumas afecções do período perinatal	5,2	14,9	3,0	2,6	3,1	4,4	2,6	6,0	6,3
Outras	25,3	19,6	16,5	16,0	8,1	14,9	13,9	18,3	19,6

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 14

Distribuição percentual de mortes femininas pelas principais causas – Nordeste: 1991

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	44,7	42,7	44,1	38,6	58,4	43,6	46,4	57,6	36,3
Doenças do aparelho circulatório	17,4	23,3	21,1	21,3	14,7	19,8	18,9	13,0	23,1
Neoplasmas	7,2	6,5	8,8	10,2	4,6	6,5	5,2	4,6	7,8
Doenças infecciosas e parasitárias	6,0	6,2	6,0	4,5	4,6	5,6	5,7	3,6	6,6
Doenças do aparelho respiratório	3,7	5,1	5,0	5,8	3,6	4,6	5,1	2,9	5,7
Outras	21,0	16,1	14,8	19,7	14,1	20,0	18,6	18,4	20,5

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 15

Distribuição percentual de mortes femininas pelas principais causas – Nordeste: 1995

Causas Mortis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Sintomas sinais e afecções mal definidas	42,2	39,1	41,1	33,4	53,4	31,3	44,0	36,8	37,3
Doenças do aparelho circulatório	20,9	24,8	20,0	22,2	17,8	25,7	20,2	16,1	22,7
Doenças infecciosas e parasitárias	4,9	3,9	5,8	5,1	3,2	5,3	6,3	6,0	5,3
Doenças do aparelho respiratório	3,9	5,0	6,5	7,8	3,8	7,0	6,3	9,8	6,4
Algumas afecções do período perinatal	4,8	4,7	4,7	4,8	3,6	4,3	2,9	4,9	4,3
Outras	20,7	19,5	18,1	21,7	16,4	21,9	17,3	23,7	20,3

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde.

Tabela 16
Variação relativa nas taxas específicas de fecundidade (%) – Nordeste

Grupos etários	1970/80	1980/91	1991/96
15-19	8,1	6,7	8,1
20-24	-13,8	-32,9	-19,6
25-29	-29,0	-66,3	-27,3
30-34	-39,1	-94,6	-27,9
35-39	-43,3	-107,9	-39,5
40-44	-41,8	-102,5	-42,0
45-49	-79,7	-80,1	-36,0

Fonte: Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), PNAD (1996).

Tabela 17
Variação da taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos – Nordeste: 1970/96

Unidades da Federação	1970/80	1980/91	1970/91	1991/96
Maranhão	6,1	17,2	24,4	-3,4
Piauí	-4,9	13,2	7,6	3,8
Ceará	1,5	19,9	21,7	20,1
Rio Grande do Norte	14,3	12,7	28,9	13,8
Paraíba	22,9	3,7	27,4	-6,7
Pernambuco	11,7	5,9	18,3	-2,9
Alagoas	14,3	-6,0	7,4	2,6
Sergipe	-0,2	3,8	3,6	8,7
Bahia	8,9	-1,0	7,9	11,3

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), Contagem de 1996.

Tabela 18
Distribuição percentual da população economicamente ativa nativa e imigrante por setor de atividade, segundo Unidades da Federação – Nordeste: 1991

UF Atual	Setor de Atividade							
	Primário		Secundário		Terciário		Desocupação	
	Nativos	Migrantes	Nativos	Migrantes	Nativos	Migrantes	Nativos	Migrantes
Maranhão	52,68	23,87	10,16	16,03	32,37	54,19	4,78	5,91
Piauí	46,53	21,61	10,69	18,65	38,55	54,88	4,23	4,86
Ceará	32,51	15,16	17,43	20,37	45,57	57,31	4,49	7,14
Rio Grande do Norte	26,27	22,40	17,72	18,51	49,05	53,41	6,97	5,68
Paraíba	34,42	20,04	14,32	19,13	45,91	54,01	5,35	6,82
Pernambuco	26,92	20,57	17,11	18,92	48,08	53,74	7,89	6,67
Alagoas	38,80	15,19	13,27	20,37	40,37	56,18	7,56	8,27
Sergipe	29,99	21,87	16,03	18,17	46,82	53,55	7,16	6,40
Bahia	37,46	17,02	13,68	24,48	41,07	54,40	7,79	4,10
Nordeste	36,03	21,19	14,62	18,54	42,84	54,02	6,51	6,25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Tabela 19
População economicamente ativa nativa e migrantes de retorno, por setor de atividade segundo Unidades da Federação – Nordeste: 1991

UF Atual	Setor de Atividade											
	Primário			Secundário			Terciário			Desocupação		
	Nativos	Migrantes	Total	Nativos	Migrantes	Total	Nativos	Migrantes	Total	Nativos	Migrantes	Total
Maranhão	52,68	20,87	73,55	10,16	17,25	27,41	32,37	55,08	87,45	4,78	6,81	11,59
Piauí	46,53	24,04	70,57	10,69	16,94	27,63	38,55	53,18	91,73	4,23	5,83	10,06
Ceará	32,51	24,97	57,48	17,43	19,24	36,67	45,57	51,26	96,83	4,49	4,53	9,02
Rio Grande do Norte	26,27	15,37	41,64	17,72	20,40	38,12	49,05	55,69	104,81	6,97	8,54	15,51
Paraíba	34,42	22,15	56,57	14,32	19,28	33,60	45,91	52,78	98,69	5,35	5,80	11,15
Pernambuco	26,92	19,21	46,13	17,11	20,58	37,69	48,08	53,41	101,50	7,89	6,80	14,69
Alagoas	38,80	21,98	60,78	13,27	17,60	30,87	40,37	53,43	93,80	7,56	6,98	14,54
Sergipe	29,99	17,11	47,10	16,03	18,39	34,42	46,82	55,76	102,18	7,16	8,73	15,89
Bahia	37,46	21,55	59,01	13,68	18,05	31,73	41,07	53,38	104,75	7,79	7,03	14,82
Nordeste	36,03	21,39	57,42	14,62	19,08	33,70	42,84	53,26	106,06	6,51	6,27	12,78

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Tabela 20
Número de cidades e população por classes de tamanho de população Nordeste (por 1000 habitantes)

Classe	1960		1970		1980		1991		1996	
	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População
Até 20.000	872	3.022.144	925	4.136.178	1.265	6.021.622	1.348	9.211.424	1.241	7.227.266
20.001 a 50.000	16	516.039	42	1.200.365	56	2.163.614	107	2.934.734	220	4.660.166
50.001 a 100.000	4	217.629	7	404.559	11	425.862	25	578.259	58	2.908.442
100.001 a 500.000	7	792.337	11	1.748.740	15	1.560.064	25	2.222.585	30	5.227.382
Mais de 500.000	3	2.176.287	3	3.673.360	3	5.818.100	7	7.663.379	9	9.240.474
Total	903	6.543.644	988	10.661.329	1.375	17.536.698	1.509	25.776.279	1.558	29.192.661

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991), Contagem de 1996.

Tabela 21
Distribuição percentual do número de cidades e população por classes de tamanho de população Nordeste (Por 1000 habitantes)

Classe	1960		1970		1980		1991		1996	
	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População	Cidades	População
Até 20.000	97,6	46,2	93,6	38,8	92,0	34,3	89,2	37,0	79,8	24,8
20.001 a 50.000	1,8	7,9	0,04	11,3	4,0	12,3	7,1	11,4	14,0	15,6
50.001 a 100.000	0,4	3,3	0,7	3,8	0,0	2,4	1,7	2,2	3,7	10,0
100.001 a 500.000	0,8	12,1	1,1	16,4	1,1	17,7	1,7	17,2	1,9	17,9
Mais de 500.000	0,3	33,5	0,3	34,4	0,2	33,2	0,4	32,2	0,6	31,7
Total	903	6.543.644	1.376	10.661.329	1.375	17.565.563	1.509	25.776.279	1.556	29.164.661

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991), Contagem de 1996.

Tabela 22
Taxas de crescimento por tamanho de cidades (%) – Nordeste: 1960/96

Tamanho (em 1000 hab)	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1960/96
< 20	3,8	3,8	3,9	-4,7	2,5
20 a 50	8,8	6,1	2,8	9,7	6,3
50 a 100	6,4	0,5	2,8	38,1	7,5
100 a 500	8,2	-1,1	3,3	18,7	5,4
> 500	5,4	4,7	2,5	3,8	4,1
Total	5,0	5,1	3,6	2,6	4,2

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1960 a 1991), Contagem de 1996.

5

Análise demográfica da região Centro-Oeste

Duval Magalhães Fernandes¹

Humberto de Campos¹

Luciene Dias Cordeiro¹

Introdução

Para iniciar o presente trabalho, é necessário que se faça algumas considerações gerais e metodológicas importantes para a posterior homogeneização de procedimentos na abordagem nacional, permitindo ênfases às especificidades regionais. A primeira questão refere-se à própria definição geográfica da região Centro-Oeste, hoje constituída pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Nesta constituição deve ser considerada a divisão dos estados de Mato Grosso e Goiás, dando origem aos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, sendo que este último passou a integrar a região Norte. Como não se trata de discutir as motivações destes fatos históricos, mas sim de refletir sobre suas implicações na análise da questão demográfica regional, cabe levantar alguns pontos:

1. CODEPLAN – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.

- a divisão geopolítica de Mato Grosso, além de concretizar antigas aspirações das oligarquias sulistas e nortistas, atendia a princípios de administração de um imenso espaço territorial segundo a visão de planejamento regional contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que garantiu, por intermédio da União, o custeio dos estados por dez anos; é muito difícil, entretanto, creditar à divisão qualquer mudança de comportamento na dinâmica demográfica dos dois estados, uma vez que as tendências verificadas a partir dos anos 60, antes da divisão, permaneceram nas décadas seguintes, vinculadas à expansão da fronteira agrícola em direção ao Extremo Norte da região e Rondônia. É evidente que a divisão favoreceu a administração dos recursos, possibilitando alternativas políticas e econômicas antes, às vezes, inviáveis; o fato mais importante é que com a divisão, o custeio dos dois estados ficaram à cargo da União, permitindo o deslocamento dos recursos arrecadados na esfera estadual para investimento, o que melhorou significativamente o nível de infra-estrutura urbana e social. A análise demográfica não foi tão impactada porque a divisão não implicou em alteração geográfica da região;
- a divisão de Goiás, além de ter ocorrido num momento político e econômico diferente, fora daquele contexto de abundância de recursos, extraiu da região Centro-Oeste uma área territorial e, conseqüentemente, um contingente populacional. Neste caso, parece evidente que a mudança de localização geográfica, passando Tocantins para a região Norte, cria certas dificuldades analíticas, não só por vinculações históricas político-administrativas, como pela integração dos fluxos demográficos, econômicos e políticos com o estado de Goiás; assim, seria possível a análise de alguns aspectos demográficos que foram impactados com a divisão, principalmente considerando que com Goiás ficou a área territorial de ocupação econômica e populacional mais consolidada, enquanto que Tocantins ficou com o meio/norte do antigo estado, região ainda em processo de expansão da fronteira agrícola, com imensos vazios demográficos e com menor nível de estrutura econômica e social. Com certeza, se for possível a recuperação de série histórica de dados, a análise do atual estado de Goiás mostrará diferenciações daquela que refletia sobre o antigo estado;

- coloca-se, por último, o caso de Rondônia que, apesar de pertencer à região Norte, mantém fortes ligações e integração econômica e demográfica com a região Centro-Oeste. Ressalta-se que para efeito de planejamento, a área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) era constituída pelos estados de Goiás (e Tocantins), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Rondônia.

Apesar dessas considerações, adotou-se a região oficial, uma vez que o estudo sobre a região Norte contempla os estados de Tocantins e Rondônia.

A segunda questão refere-se à dinâmica urbana da região, composta por aglomerados urbanos e Regiões Metropolitanas. Para efeito do estudo da urbanização, é importante considerar estes casos como uma única cidade, permitindo o acompanhamento e a avaliação ao longo do tempo e não escamoteando a visão real do processo de crescimento das cidades. No caso do Centro-Oeste, foram considerados como uma única cidade os seguintes casos: no estado de Goiás: aglomerado de Goiânia-Goiânia, Aparecida de Goiânia (e seu distrito Vila Brasília); no estado do Mato Grosso: aglomerado de Cuiabá-Cuiabá (e seu distrito Coxipó da Ponte); Várzea Grande (e seu distrito Porto Velho); e, Rondonópolis-Rondonópolis (e seu distrito Vila Operária).

A terceira questão refere-se à intrincada polêmica sobre o que constitui o “urbano”. Adotou-se como urbano a localidade sede do município, como rural, os demais distritos ou vilas e o rural propriamente dito. Este procedimento permite o acompanhamento de cada cidade em toda sua etapa de evolução, e não impede a adoção de outro conceito de urbano; no entanto, por conta da manutenção de um parâmetro de comparação entre os diversos estudos, agregou-se à discussão o conceito utilizado pelos censos demográficos.

A quarta e última questão refere-se aos intervalos de tamanho de cidades. Procurou-se utilizar aqueles intervalos que são mais comumente empregados por estudiosos da urbanização no país, permitindo, assim, comparações entre os resultados obtidos nos vários trabalhos. Não houve a preocupação de isolar numa classe específica as cidades com população acima de 1.000.000 de habitantes porque, no Centro-Oeste, Brasília é o único caso. Este fato não comprometerá a introdução de análise neste aspecto.

Considerações gerais

A região Centro-Oeste, até o final da década de 40, encontrava-se praticamente estagnada; esgotados os vários surtos econômicos que motivaram a ocupação e o crescimento populacional ocorridos anteriormente, atingindo com maior importância o sul dos estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul – nem mesmo Goiânia, o principal centro urbano regional, atingiu os 50.000 habitantes no Censo de 1950.

Esta situação é alterada significativamente a partir da segunda metade da década de 50, com a implantação do programa de governo do presidente Juscelino Kubitschec, que para a região Centro-Oeste implicou em mudanças estruturais importantes, como a construção de Brasília e a abertura de rodovias ligando a nova capital à região Sudeste e atingindo áreas remotas da própria região. A rodovia Belém-Brasília, cortando o estado de Goiás de Sul a Norte (hoje Tocantins), por si só, significou alterações significativas na urbanização deste estado, permitindo a incorporação de imensas áreas à produção agropecuária e dispersando boa parte do contingente de imigrantes para o meio/norte praticamente despovoado. Uma rede de pequenas cidades surgiu ao longo desta rodovia como apoio ao processo de ocupação e produção agrícola. Nesta década, Goiás atingiu sua maior taxa de crescimento populacional, 4,9% a.a. (incluindo Tocantins). Mato Grosso do Sul também experimentou expressivo crescimento populacional nesta década, principalmente devido à intensificação dos projetos de colonização, tanto pelo Estado como pelo capital privado, na região de Dourados, o que atraiu intenso fluxo migratório originário de São Paulo e Paraná, principalmente. O estado atingiu a taxa de crescimento de 6,34% a.a., enquanto Mato Grosso crescia à taxa de 4,22% a.a. e Rondônia a 6,5% a.a., marcando o início de uma nova fase no processo de conquista e ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A partir da década de 60, quando foram criados a Superintendência do Desenvolvimento da região Amazônica (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), em 1966, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, o Governo Federal formula uma nova política econômica destinada a promover a ocupação das grandes extensões de terras devolutas do Centro-Oeste e Amazônia – região que passou a ser

conhecida por Amazônia Legal.² Procurava-se eliminar as tensões sociais que se acirravam com a luta pela terra empreendida pelos imigrantes trabalhadores rurais de inúmeras regiões do país. Com esta nova política econômica, o Governo Federal colocou à disposição do capital privado, condições excepcionais para a formação e crescimento de empresas de agropecuária, de mineração e de extrativismo, com incentivos fiscais e creditícios, políticos e econômicos. Desenhou-se uma nova estratégia de expansão do setor agrícola, caracterizada como a “modernização conservadora da agricultura”, com o objetivo de modernizar tecnologicamente a grande propriedade rural do país. Atendia-se, desta forma, às pressões exercidas pelo processo de acumulação de capital do setor industrial, ou seja, a expansão das indústrias de insumos agrícolas e processadoras de alimentos e de matérias-primas agrícolas. Ocorria, concretamente, a penetração de capital do Centro-Sul do país e internacional na produção agrícola do Centro-Oeste, viabilizada e tornada atraente pelo Estado mediante grandes investimentos em infra-estrutura econômica, incentivos e subsídios.

Estas condições, preparadas na segunda metade da década de 60, foram utilizadas com intensidade pelo capital privado, nacional e internacional, durante toda a década de 70, quando foram implantados inúmeros projetos de colonização na região, com destaque a Mato Grosso, enquanto o Governo Federal, por intermédio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), intensificava a implantação de seus projetos de colonização em Rondônia, utilizando o eixo da rodovia BR-364.

Goiás e Mato Grosso do Sul, que já haviam experimentado a expansão da fronteira agrícola antes de 1960, entram em processo de consolidação de algumas de suas microrregiões, mostrando tendências de queda nas suas taxas de crescimento populacional. Mato Grosso do Sul cresceu à taxa de 5,51% a.a. na década de 60 e 3,38% a.a. na de 70, enquanto Goiás cresceu à taxas de 4,37 e 2,58% a.a. durante os mesmos períodos. Mato Grosso, por seu lado, cresceu 6,96% a.a. na década de 60, mantendo o mesmo ritmo de crescimento nos anos 70, com a taxa de 6,64% a.a.. O Distrito Federal, um caso particular neste processo, em sua primeira década de existência, quando a imigração foi fator

2. Compreendida pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Mato Grosso, além de grande parte dos estados de Goiás (hoje Tocantins) e Maranhão.

fundamental para sua construção e consolidação como capital do país, cresceu à taxa de 14,38% a.a., caindo para 8,15% na década de 70. A região, como um todo, teve taxas de crescimento de 5,74 e 4,14% a.a. nas décadas de 60 e 70 (Tabela 1).

Tabela 1
População urbana/rural e total – Taxas de crescimento região Centro-Oeste, 1960/96

Estados	1960			1970			Taxas de crescimento 1960/70		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Goiás	515.724	1.057.865	1.573.589	1.107.511	1.306.814	2.414.325	7,94	2,13	4,37
Mato Grosso	101.385	204.305	305.690	232.072	366.807	598.876	8,63	6,02	6,96
Mato Grosso do Sul	242.184	341.665	583.849	452.117	546.094	998.221	6,44	4,80	5,51
Distrito Federal	88.334	51.830	140.164	516.082	21.410	537.492	19,30	-8,46	14,38
Centro-Oeste	947.627	1.655.665	2.603.292	2.307.782	2.241.125	4.548.907	9,31	3,07	5,74

Estados	1980			Taxas de crescimento 1970/80		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Goiás	2.106.212	1.010.261	3.116.473	6,64	-2,54	2,58
Mato Grosso	654.952	483.739	1.138.691	10,93	2,80	6,64
Mato Grosso do Sul	931.152	461.867	1.392.019	7,49	-1,66	3,38
Distrito Federal	1.139.029	37.904	1.176.933	8,24	5,88	8,15
Centro-Oeste	4.831.347	1.993.771	6.825.118	7,67	-1,16	4,14

Estados	1991			Taxas de crescimento 1980/91		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Goiás	3.247.676	771.227	4.018.903	4,01	-2,42	2,34
Mato Grosso	1.485.110	542.121	2.027.231	7,73	1,04	5,38
Mato Grosso do Sul	1.414.447	365.926	1.780.373	3,87	-2,09	2,26
Distrito Federal	1.515.889	85.205	1.601.094	2,63	7,64	2,84
Centro-Oeste	7.663.122	1.764.479	9.427.601	4,28	-1,10	2,98

Estados	1996		Taxa 1991/96
	Total		Total
Goiás	4.501.538		2,29
Mato Grosso	2.227.983		1,91
Mato Grosso do Sul	1.922.258		1,54
Distrito Federal	1.817.001		2,56
Centro-Oeste	10.468.780		2,12

Fonte: FIBGE Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991); Contagem Populacional (1996).

Os efeitos da nova estratégia de expansão do setor agrícola, aliada à expansão da fronteira de ocupação em curso, com a incorporação pura e simples de novas áreas na produção agropecuária e/ou como reserva de valor (que costurou um quadro de grande concentração fundiária na região), são verificados no redirecionamento dos fluxos migratórios para áreas mais distantes da fronteira ou, principalmente, para os maiores centros urbanos da região, com a diminuição significativa da população rural num espaço eminentemente agrícola.

Já na década de 60, percebe-se que a população urbana da região passou a crescer a taxas superiores à rural, 9,31 e 3,07% a.a., respectivamente. A taxa de crescimento da população urbana do Distrito Federal foi de 19,3% a.a., evidentemente influenciando a taxa regional. Mesmo assim, em Goiás a população urbana cresceu à taxa de 7,94% a.a. e a rural 2,13% a.a.; Mato Grosso do Sul também teve taxa de crescimento da população urbana maior do que a rural, 6,44 e 4,80% a.a.; somente em Mato Grosso a população urbana teve taxa de crescimento maior que a rural, 8,63 e 6,02% a.a..

Esta inversão nos ritmos de crescimento da população rural e urbana passou a refletir-se na urbanização da região, como pode ser verificado na participação percentual de cada uma sobre o total da população. No início dos anos 60, a população rural da região respondia por 63,59% do total, sendo que Mato Grosso do Sul, com exceção do Distrito Federal, eminentemente urbano, era o estado com menor participação (58,52%); Goiás apresentava 67,22% e Mato Grosso 66,83%. No final da década, o Censo Demográfico de 1970 já demonstrava que o processo de urbanização da região estava em pleno curso, como seria verificado nas décadas seguintes. A região contava ainda com uma população urbana superior à rural, 50,73% do total, aumentando no final dos anos 70, quando passou a contar com 70,78% de sua população residindo em áreas urbanas. Em Goiás, a população urbana era de 45,87% do total, em 1970, passando a representar 67,58% em 1980. Em Mato Grosso do Sul, a população urbana aumentou sua participação sobre a população total do estado de 45,29 para 66,89%, enquanto em Mato Grosso, a população urbana saltou de 38,75 para 57,52% da população total. É interessante notar que Mato Grosso, apesar de se tratar de fronteira agrícola em expansão, foi o estado que experimentou a

maior taxa de crescimento da população urbana na década de 70 (10,93% a.a.); Mato Grosso do Sul registrou 7,49% a.a. e Goiás, 6,67% a.a.. Na região, a população urbana cresceu a taxa de 7,67% a.a. e a rural teve taxa negativa de -1,16% a.a..

A década de 80 é particularmente significativa, até mesmo pelo esgotamento daquelas condições de recursos abundantes presentes nas décadas de 60 e 70. Os fluxos migratórios, significativamente menores, redirecionaram-se para Rondônia, que cresceu na década à taxa de 7,87% a.a., para o Extremo Norte de Mato Grosso e para as capitais dos estados e seus municípios periféricos, onde verificaram-se as maiores taxas de crescimento.

A região, na década de 80, teve sua taxa de crescimento reduzida de 4,14 para 2,98% a.a.. Goiás manteve seu ritmo de crescimento verificado na década de 70 (2,58% a.a.), crescendo nos anos 80 à taxa de 2,34% a.a.. A manutenção desta taxa de crescimento deve-se, em parte, ao impacto causado no estado pela implantação de Brasília, tanto pelos fluxos migratórios atraídos, mas que se fixaram em municípios goianos, quanto pela criação de mercado consumidor importante, que dinamizou o mercado produtor de bens de consumo mais imediato nas regiões de Goiânia e Anápolis, principalmente. Mato Grosso do Sul teve sua taxa de crescimento reduzida de 3,38% a.a. para 2,26% a.a., enquanto Mato Grosso manteve seu ritmo de crescimento verificado nos anos 70 (6,64% a.a.), mas caindo para 5,38% a.a. na década de 80. O Distrito Federal teve sua taxa de crescimento reduzida de 8,15 para 2,84% a.a..

A população urbana, como já era previsto, superou em ritmo de crescimento a população rural da região na década de 80. Paradoxalmente, o Distrito Federal, eminentemente urbano, teve a taxa de crescimento da população rural maior do que a urbana, 7,64 e 2,63% a.a., o que é explicado pela proliferação de condomínios rurais, forma adotada pelo capital privado para colocar no mercado opções de moradia para a classe média, burlando as legislações de parcelamento do solo. A população urbana da região cresceu à taxa de 4,28% a.a., enquanto a rural decrescia (-1,10% a.a.). Em Goiás, a população urbana cresceu à taxa de 4,01% a.a. e a rural decresceu (-2,42% a.a.). O mesmo acontecendo em Mato Grosso do Sul, 3,87 e -2,09% a.a.; somente Mato Grosso, de ocupação tardia em relação aos outros

dois estados, teve a população urbana crescendo à taxa de 7,73% a.a. e a rural 1,04% a.a..

Após duas décadas de maior crescimento da população rural, o Censo Demográfico de 1991 demonstra uma nova distribuição da população no espaço regional. A região, como um todo, apresentava 81,28% de sua população residindo em áreas urbanas e 18,71% no espaço rural. Goiás permaneceu como o estado mais urbanizado com 80,81% de população urbana; Mato Grosso do Sul, com 79,45%, e Mato Grosso, com 73,25%. O Distrito Federal, como foi colocado, registrou pequeno decréscimo relativo em seu grau de urbanização (de 96,77%, em 1980, para 94,67%, em 1991), podendo estar indicando a incorporação de áreas rurais à dinâmica urbana.

Na distribuição da população regional sempre coube a Goiás maior participação, com tendências de redução. A tendência de maior concentração da população regional refere-se ao crescimento futuro do Distrito Federal. Goiás representava, em 1960, 59,27% da população regional, caindo para 42,63% em 1991. Mato Grosso do Sul caiu de 23,15 para 18,88%. Somente Mato Grosso e o Distrito Federal aumentaram suas participações relativas no total da população da região, no período de 1960/91, passando de 12,25 para 21,51%, e de 5,33 para 16,98%, respectivamente. Um maior equilíbrio na distribuição da população regional entre os estados e o Distrito Federal, ficará por conta do crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e de menores taxas de crescimento do Distrito Federal e municípios goianos limítrofes, principalmente.

Os resultados da Contagem de 1996 (IBGE) indicam que a redução nas taxas de crescimento da população dos estados e da região continua. Entre 1991 e 1996, a taxa de crescimento da região foi de 2,12% a.a.. O estado que apresentou maior decréscimo em sua taxa foi o Mato Grosso, que no quinquênio cresceu a uma taxa anual de 1,91% a.a., sendo a segunda menor taxa de crescimento entre os estados da região.

Apesar da significativa dinâmica econômica e populacional verificada nas últimas três décadas, a região ainda apresenta grandes vazios demográficos e, contrariando as expectativas governamentais, não foi remédio eficiente para a solução dos conflitos sociais na luta pela terra em várias regiões do país, e

nem como absorvedora de população excedente em outras áreas. Nas três décadas consideradas, 60/70/80, a região Centro-Oeste teve um saldo migratório estimado em 2.366.735 pessoas. Ressalta-se que, nas décadas de 60, 70 e 80, a região teve saldo migratório rural negativo de -1.547.006 pessoas, o que evidencia ainda mais o seu processo prematuro de urbanização.

Uma visão geral da densidade demográfica fecha este quadro de crescimento e distribuição espacial da população da região Centro-Oeste, que ainda caracteriza-se pela baixa densidade de 6,08 hab./km². A maior densidade demográfica encontra-se no Distrito Federal, 276,86 hab./km²; Goiás, 11,73 hab./km²; Mato Grosso, 2,25 hab./km² e Mato Grosso do Sul, 5,73 hab./km². No estado de Goiás destacam-se as microrregiões de Goiânia com 185,98 hab./km², e Anápolis, com 47,69 hab./km²; outras quatro microrregiões apresentam densidade demográfica acima da média do estado. Mato Grosso do Sul tem maior densidade na microrregião de Dourados com 36,26 hab./km², enquanto na de Campo Grande é de 20,26 hab./km²; mais duas microrregiões superam a média do estado. Mato Grosso, com a menor densidade da região, tem em Cuiabá a sua maior densidade, 21,48 hab./km².

Composição da população por sexo e idade

Estrutura etária

A estrutura etária dos estados da região Centro-Oeste indica um claro envelhecimento da população. A Tabela 2 apresenta, para grupos etários selecionados, informações sobre a distribuição da população por idade para os estados do Centro-Oeste. Observando os grupos etários 0-4 e 5-14 anos, nota-se que houve, no período considerado, uma apreciável redução da sua participação no total da população. No entanto, no Mato Grosso, o grupo 5-14 anos ainda foi o mais representativo, mesmo em 1991. Nos outros estados a participação deste grupo fica próxima do percentual do grupo 25-39 anos. Estas diferenças indicam a intensidade com que a queda da fecundidade vem atuando nos estados, onde, aqueles mais urbanizados, avançam com maior rapidez, contribuindo para a redução da participação dos primeiros grupos etários no total da população.

Tabela 2

Distribuição da população por grupos etários selecionados Estados da região Centro-Oeste, 1960/91

Mato Grosso do Sul		Ano		
Grupo etário	1980		1991	
00-04	14,70		11,81	
05-14	26,71		23,91	
15-24	22,18		19,95	
25-39	19,52		23,36	
40-64	14,18		17,16	
65 e +	2,72		3,81	
Total	100,00		100,00	

Mato Grosso		Ano			
Grupo etário	1960	1970	1980	1991	
00-04	17,08	16,48	15,94	12,55	
05-14	28,11	29,11	27,28	25,17	
15-24	19,62	20,10	21,50	21,11	
25-39	19,06	18,48	19,33	23,21	
40-64	14,13	13,78	13,55	15,28	
65 e +	2,00	2,05	2,40	2,68	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	

Goiás		Ano			
Grupo etário	1960	1970	1980	1991	
00-04	17,10	16,49	14,15	11,01	
05-14	28,83	29,00	26,18	23,41	
15-24	20,03	20,33	21,07	21,07	
25-39	18,78	18,43	19,77	23,47	
40-64	13,56	13,73	15,15	17,39	
65 e +	1,70	2,03	2,84	3,65	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	

Distrito Federal		Ano			
Grupo etário	1960	1970	1980	1991	
00-04	13,83	16,79	14,81	10,92	
05-14	17,59	25,60	23,00	22,96	
15-24	28,31	21,15	23,22	22,07	
25-39	28,30	23,20	23,46	25,12	
40-64	10,91	12,07	13,87	16,51	
65 e +	0,56	1,18	1,64	2,43	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991).

Outro ponto a ser considerado é a migração, que favorece alguns grupos etários em particular. Neste aspecto, o Distrito Federal é um bom exemplo; em 1960, mais de 55% de sua população concentrava-se no grupo

etário 15-39 anos, por conta da imigração de trabalhadores para a construção da cidade. Em 1970, este contingente representava 44,35% do total da população e, segundo o Censo Demográfico de 1991, aumentou para 47,19%. Outro fato relevante é a participação da população com 65 anos e mais que, em alguns estados como Goiás e Distrito Federal, dobra durante o período considerado. Isto representa um acréscimo na população deste grupo etário de, aproximadamente, 120.000 pessoas no primeiro estado, e 38.000, no segundo.

No Anexo 1, é apresentada a taxa média geométrica anual de crescimento dos diversos grupos etários para o período entre 1980 e 1991. Observa-se que para todos os estados, o crescimento no último grupo etário foi o maior, à exceção do Mato Grosso onde tiveram também destaque os grupos etários 30-34 e 35-39 anos. Vale destacar o crescimento quase nulo do primeiro grupo etário no Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Comparando a taxa de crescimento dos grupos etários com as dos estados, observa-se que, salvo no caso de Brasília, até pelo menos no grupo etário 15-19 anos a taxa de crescimento do estado era maior. Este fato é outro indicador da tendência à redução da participação dos grupos etários mais jovens na população total.

A redução da participação dos grupos etários mais jovens no total da população é um claro indício da queda da fecundidade e do estágio de transição demográfica em que o estado se encontra. Para esta situação, vem contribuir a urbanização crescente na região e o “fechamento” da fronteira agrícola com claros sinais de uma reversão do quadro migratório do passado.

O estado de Goiás, na última década, sofreu algumas transformações na sua estrutura etária, que mesclou o efeito da criação do estado de Tocantins com uma transformação no seu padrão demográfico.

Mato Grosso, provavelmente, irá no futuro experimentar as maiores modificações na estrutura etária, à medida que avançar a queda da fecundidade e a urbanização. O Distrito Federal passa por uma tendência marcante do envelhecimento da população, sobretudo com o crescimento da participação dos idosos.

Como em todo o país, a região caminha para uma modificação na razão de dependência, com uma maior participação da população acima de 65 anos

no numerador. Apesar da diminuição desta taxa entre 1960 e 1991, cresceu a necessidade de criação de novos postos para a população que estaria entrando no mercado de trabalho. Em resumo, experimenta-se hoje uma situação ímpar, onde a redução relativa da população mais jovem abre a perspectiva para uma reavaliação dos investimentos em equipamentos sociais, em especial aqueles ligados à área de educação.

Estrutura por sexo

Na região Centro-Oeste a migração sempre foi um fator de suma importância na dinâmica demográfica. A sua influência sobre a estrutura da população por sexo vem sofrendo transformações que coincidem com o aumento da urbanização e redução do fluxo migratório para os estados.

A Tabela 3 apresenta, para os estados e região, a razão de sexo³ para a população total. Nota-se que há, durante o período considerado, um aumento da participação feminina na população. Deixando de lado o Distrito Federal que é um caso a parte, merece especial atenção o fato ocorrido em Goiás, onde em 36 anos houve um aumento da participação feminina na população, sendo hoje o segundo estado da região onde o número de mulheres ultrapassa o de homens.

Tabela 3
Razão de sexo – Região Centro-Oeste e estados – 1960/96

Estado	Ano				
	1960	1970	1980	1991	1996
Mato Grosso do Sul	-	-	1,06	1,02	1,01
Mato Grosso	1,09	1,09	1,09	1,07	1,07
Goiás	1,06	1,05	1,03	1,01	0,99
Distrito Federal	1,65	1,01	0,95	0,93	0,91
Centro-Oeste	1,09	1,06	1,03	1,01	0,99

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1960,1970,1980,1991); Contagem Populacional (1996).

3. Entende-se por Razão de Sexo a relação entre o número de homens e o de mulheres (vezes 100).

Por se tratar de estados com forte influência da migração, houve uma tendência a maior participação dos homens nos primeiros anos considerados, principalmente naqueles grupos etários onde é mais marcante a presença do imigrante. Com o aumento da urbanização e redução do fluxo migratório, há uma maior predominância de mulheres em alguns grupos de idade.

Em 1991, Goiás e Mato Grosso do Sul apresentavam uma predominância feminina em grupos etários jovens; Goiás, no grupo 15-39 anos, e Mato Grosso do Sul, na faixa etária de 25-34 anos. Já no Distrito Federal esta situação não ocorre nos dois primeiros grupos etários e, curiosamente, no grupo 50-54 anos.

Mortalidade

Esperança de vida e mortalidade

No período em estudo, houve uma apreciável redução da mortalidade no Brasil, com a esperança de vida variando de 51,6 anos para os homens, e 55,9 anos para as mulheres, na década 60/70, para 62,5 anos, homens, e 69,3 anos, mulheres nos anos 80. No último decênio, a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) do país reduziu em 20,11%, fixando-se, em 1991, em sete óbitos gerais por mil habitantes.

No entanto, esta situação não se repetiu com a mesma intensidade em todas as regiões, sendo que a região Centro-Oeste tem apresentado um quadro privilegiado em relação ao país. Estimativas elaboradas por Carvalho (1978) e por Carvalho & Pinheiro (1986) indicam que a mortalidade na região era sensivelmente mais baixa que a observada para o Brasil, ficando, dependendo do indicador utilizado, em desvantagem, somente frente à região Sul e, em alguns casos, melhor posicionada que a região Sudeste.

Este quadro não impediu que convivessem situações diversas e extremas entre os estados que compõem a região. Nas Tabelas 4, 5 e 6 apresenta-se, para o período de 1970 a 1991, uma série de indicadores

calculados a partir de dados censitários⁴ com informações sobre a mortalidade infanto-juvenil e da aplicação do método de Brass e variantes.⁵

No primeiro período estudado, observa-se, em relação à esperança de vida ao nascer, uma certa homogeneidade quanto aos diferenciais por sexo que, independente de área rural ou urbana, ficou por volta de quatro anos a favor das mulheres, em todos os estados. A diferença entre um estado e outro em termos de esperança de vida não ultrapassa 7%, ou seja, três anos de vida.

Em relação à mortalidade infantil, chama atenção o diferencial entre os estados, que chega a 24% entre as mulheres da região rural. Este mesmo grupo fica com a maior diferença entre os estados no tocante à mortalidade infanto-juvenil. Quanto a esperança de vida aos 60 anos, não há uma diferença marcante entre os estados e entre homens e mulheres nas áreas urbana e rural.

Vale a pena ressaltar que os piores indicadores, maior mortalidade e menor esperança de vida, aconteceram no Distrito Federal na década de 60. Tal situação estaria ainda refletindo o caráter de cidade recém-inaugurada. À época do Censo Demográfico de 1970, aproximadamente 78% da população que residia em Brasília era composta por imigrantes vindos, em grande parte, de áreas fora da região Centro-Oeste.

No período 1970/80, em relação à esperança de vida ao nascer, há um aumento do diferencial entre homens e mulheres em todos os estados, principalmente na área urbana. No Distrito Federal esta diferença chega a mais de sete anos em favor das mulheres. Nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a esperança de vida da área rural é ligeiramente mais elevada que a urbana para os homens, e no Mato Grosso, também para as mulheres. As diferenças entre a maior e menor esperança de vida dentro de uma área para um

4. **Esperança de Vida ao Nascer:** número médio de anos que se espera que irão viver as crianças nascidas no período de referência; **Mortalidade Infantil:** probabilidade de sobreviver do nascimento até a idade de um ano; **Mortalidade Infanto-juvenil:** probabilidade de morrer entre um e cinco anos de idade para as crianças que chegam à idade de um ano; **Esperança de vida aos 60 anos:** número médio de anos que se espera venha viver uma pessoa que chegue aos 60 anos.

5. Ver ONU (1986). Para o primeiro período, foram utilizados os resultados apresentados por Carvalho(1978), que referem-se a década de 1960/70. A população padrão utilizada foi a mexicana. Os indicadores que referem-se ao período 1970/80 foram construídos com informações coletadas em Carvalho & Pinheiro (1986), neste caso os autores utilizaram como população padrão o modelo Brasil (IBGE-1981). As tábuas de sobrevivência elaboradas a partir das informações do Censo Demográfico de 1991 foram construídas utilizando como padrão o estado de São Paulo (1980/81).

mesmo sexo estão, em alguns casos, menores que as observadas no período anterior, salvo para as mulheres da zona rural, onde a diferença entre a maior (Mato Grosso) e a menor (Distrito Federal) esperança de vida é da ordem de 7,55%, o que corresponde a 4,74 anos. A menor diferença aparece para os homens na área urbana e corresponde a 3,3% ou 1,98 anos. A mortalidade infantil, apesar da redução, ainda apresenta diferenças entre os estados que variam de 39% para as mulheres da zona rural a 15% para os homens da área urbana. Nota-se uma ligeira sobremortalidade feminina para a área rural no Distrito Federal. Este fato se repete ao observar a mortalidade infanto-juvenil, que é maior para as mulheres na área rural em todos os estados e, também, em Goiás e Mato Grosso na área urbana. A esperança de vida aos 60 anos, no período 1970/80, apresenta o mesmo padrão das diferenças entre os estados encontradas ao analisar a esperança de vida ao nascer. No entanto, merece nota o aumento da diferença entre homens e mulheres independente da área que se utiliza para análise. Esta disparidade chega ao Distrito Federal, área urbana, a mais de quatro anos. A menor diferença fica com este mesmo estado na área rural, 2,7 anos.

Os dados do Censo Demográfico de 1991 apontam para algumas alterações durante a década de 80. Entre os estados da região, no tocante à esperança de vida ao nascer, houve uma homogeneização das diferenças, que agora ficam próximas de 5%. Entre o Distrito Federal e o estado do Mato Grosso é que se encontra a maior diferença entre os valores da esperança de vida ao nascer que se situa em 5,2%, correspondendo a 3,28 anos. Na zona urbana, a esperança de vida das mulheres do Distrito Federal ultrapassa a casa dos 70 anos, e com 69 anos ficam as mulheres de Goiás e Mato Grosso do Sul. No estado do Mato Grosso, a esperança de vida tanto para os homens como para as mulheres é mais elevada na zona rural que na área urbana. Os ganhos, em termos de anos de esperança de vida das mulheres em relação aos homens, apresentam uma grande semelhança em todos os estados independente da área. O menor ganho é de 4,06 anos na área urbana, e o maior, 4,22 na área rural, ambos do Distrito Federal.

Quanto à mortalidade infantil, apesar da sua redução, as diferenças entre os estados ainda são relevantes, chegando a 31% na área urbana, tanto

para os homens como para as mulheres. Em relação à esperança de vida aos 60 anos, houve pouca variação entre os estados que reproduzem o sentido das diferenças encontradas na esperança de vida ao nascer. Nota-se por outro lado que, em relação ao período anterior, as diferenças entre os estados aumentaram, situando-se entre cinco e 6%, o que significa algo por volta de 1,03 anos de vida entre os homens da área urbana. As diferenças entre os homens e as mulheres reduziram, variando de 2,02 anos para o Distrito Federal na área rural, a 2,23 anos para área urbana do mesmo estado.

Apesar do uso de padrões diversos de mortalidade nas várias estimativas, pode-se afirmar que há uma clara redução da mortalidade na região. Os resultados apresentados para 1991 ficam um pouco abaixo dos apresentados por outros autores (ABEP, 1996), mas acredita-se que o ajuste utilizando o padrão do estado de São Paulo – 1980/81, estaria, em princípio, mais próximo da realidade dos estados da região.

Observou-se, para 1980/91, uma tendência de convergência entre os estados nas áreas urbanas e rurais, no tocante à esperança de vida ao nascer, que deverá aumentar à medida que houver uma redução das diferenças entre os estados em relação à mortalidade infantil. Por outro lado, uma avaliação do impacto das causas externas na mortalidade da região poderia levantar indicações sobre o comportamento futuro deste componente da dinâmica populacional.⁶ No que diz respeito à esperança de vida aos 60 anos, é de se esperar o contínuo aumento e, provavelmente, uma maior diferença entre os estados, pois a sobrevivência dos idosos está relacionada aos investimentos que devem ser realizados, voltados para esta parcela da população. Enquanto políticas voltadas para o atendimento à criança contam com o irrestrito apoio da sociedade, ações para a população da terceira idade não encontram, no momento, ressonância na comunidade. Neste aspecto, vale ressaltar que o Distrito Federal tem feito investimentos em políticas de proteção ao idoso que, na região, são pioneiras.

6. Informações do IBGE (Óbitos por causas externas – 1974/94; 1995 – Boletim) apontam a região Centro-Oeste com a maior proporção de óbitos por causas externas, 15,73% em 1991. O mesmo fato se repete quando se comparam as capitais das Regiões. No entanto, em algumas delas, há um grande sub-registro de óbitos. Por exemplo, em Cuiabá o sub-registro de óbitos chega a 50%.

Tabela 4
Índices de mortalidade 1960/70. Estados da região Centro-Oeste

Esperança de vida ao nascer 1960/70						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	56,2	60,7	57,0	61,5	56,6	61,1
Mato Grosso	55,9	60,5	54,6	59,0	55,2	59,6
Distrito Federal	52,9	57,2	53,6	57,9	53,0	57,5

Mortalidade infantil (Q ₁ x 1000) – 1960/70						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	82,80	67,30	79,00	63,90	81,00	65,40
Mato Grosso	84,20	68,00	91,10	74,40	88,00	71,80
Distrito Federal	100,30	82,60	96,80	79,30	99,50	82,10

Mortalidade infanto-juvenil (1Q ₄ X 1000) – 1960/70						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	54,18	52,21	51,90	49,78	52,01	50,82
Mato Grosso	55,14	55,68	59,30	57,47	57,45	55,59
Distrito Federal	64,91	63,40	62,22	61,04	70,07	63,08

Esperança de vida aos 60 anos – 1960/70						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	16,17	17,80	16,92	17,98	16,84	17,90
Mato Grosso	16,71	17,76	16,53	17,43	16,57	17,56
Distrito Federal	16,17	17,08	16,29	17,21	16,91	17,39

Fonte: Carvalho (1978).

Tabela 5
Índices de mortalidade 1970/80 – Região Centro-Oeste e estados

Esperança de vida ao nascer – 1970/80						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	59,52	66,03	59,83	65,96	59,65	65,98
Mato Grosso	61,50	67,07	62,06	67,27	61,73	67,18
Mato Grosso do Sul	61,48	68,40	61,98	66,97	61,91	67,93
Distrito Federal	61,43	68,76	59,22	62,53	61,33	68,44
Centro-Oeste	60,93	67,38	60,88	66,53	60,91	67,10

Mortalidade infantil (Q ₁ x 1000) – 1970/80						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	78,80	65,56	77,12	65,88	78,12	65,77
Mato Grosso	68,35	60,67	65,53	59,78	67,16	60,17
Mato Grosso do Sul	68,45	54,77	65,93	61,13	66,29	56,81
Distrito Federal	68,67	53,21	80,49	83,55	69,19	54,58
Centro-Oeste	71,27	59,26	71,49	63,16	71,36	60,54

Mortalidade infanto-juvenil (1Q ₄ X1000) – 1970/80						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	21,50	21,72	21,05	21,84	21,13	21,80
Mato Grosso	18,71	20,14	17,95	19,85	18,38	19,98
Mato Grosso do Sul	18,72	18,22	18,05	20,29	18,14	18,89
Distrito Federal	18,79	17,71	21,95	27,51	18,91	18,15
Centro-Oeste	19,48	19,68	19,54	20,95	19,51	20,09

Esperança de vida aos 60 anos – 1970/80						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	14,51	18,11	14,59	18,09	14,54	18,10
Mato Grosso	14,99	18,43	15,14	18,50	15,05	18,47
Mato Grosso do Sul	14,98	18,87	15,12	18,40	15,10	18,71
Distrito Federal	14,98	18,99	14,45	17,14	14,95	18,89
Centro-Oeste	14,85	18,53	14,84	18,26	14,85	18,45

Fonte: Carvalho & Pinheiro (1986).

Tabela 6
Índices de mortalidade 1980/91 – Região Centro-Oeste e estados

Esperança de vida ao nascer – 1980/91						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	65,36	69,49	63,36	67,55	64,96	69,10
Mato Grosso	63,66	67,85	64,40	68,57	63,85	68,03
Mato Grosso do Sul	65,85	69,96	65,30	69,43	65,74	69,86
Distrito Federal	66,94	71,00	62,29	66,52	66,61	70,69
Centro-Oeste	65,33	69,46	64,02	68,20	65,07	69,21

Mortalidade infantil (Q ₁ x 1000) – 1980/91						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	48,99	48,30	57,60	56,78	50,60	49,94
Mato Grosso	56,24	55,45	53,00	52,25	55,39	54,60
Mato Grosso do Sul	47,05	46,38	49,26	48,56	47,47	46,79
Distrito Federal	42,87	42,26	62,56	61,68	44,11	43,48
Centro-Oeste	49,12	48,42	54,64	53,86	50,18	49,47

Mortalidade infanto-juvenil (1Q ₄ X 1000) – 1980/91						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	5,77	6,58	6,77	7,73	5,096	6,81
Mato Grosso	6,61	7,55	6,24	7,12	6,51	7,45
Mato Grosso do Sul	5,54	6,32	5,79	6,62	5,58	6,39
Distrito Federal	5,05	5,76	7,35	8,40	5,19	5,93
Centro-Oeste	5,77	6,60	6,42	7,34	5,91	6,74

Esperança de vida aos 60 anos – 1980/91						
Estado	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Goiás	16,44	18,60	15,85	17,92	16,32	18,46
Mato Grosso	15,93	18,02	16,15	18,27	15,99	18,08
Mato Grosso do Sul	16,60	18,78	16,42	18,58	16,56	18,74
Distrito Federal	16,96	19,19	15,55	17,57	16,85	19,06
Centro-Oeste	16,43	18,59	16,04	18,14	16,35	18,50

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Causas de óbito

Avaliando-se o quadro de causas de óbito dos estados da região, observa-se que entre o início e final da década, houve modificação do panorama epidemiológico na região. As Tabelas 7 e 8 apresentam a proporção de participação dos óbitos por causas sobre o total dos óbitos em cada estado da região para os anos 1980 e 1991.⁷

Estas informações devem, no entanto, ser analisadas com muita cautela pois são influenciadas por vários fatores que podem levar à interpretações equivocadas. O principal deles é o sub-registro na notificação dos óbitos, que nos estados da região, e mesmo dentro de cada estado, não é semelhante. Enquanto as estatísticas vitais do Distrito Federal são consideradas de boa qualidade, nos outros estados, há casos flagrantes de sub-registro, como no Mato Grosso, onde a Taxa Bruta de Mortalidade (3,47% em 1980 e 4,38% em 1991) é menor que a observada para o Distrito Federal (5,50% em 1980 e 5,13% em 1991) e mesmo da esperada para o Brasil (7% em 1991).⁸

Quando se analisa o quadro de causas de óbito, outro fator, aliado ao sub-registro, tende a privilegiar causas que, por obrigação legal, têm registro compulsório, como as causas externas, que podem estar mais bem enumeradas do que as outras doenças. Por exemplo, espera-se que no grupo de sintomas e doenças mal definidas as mortes advindas por causas externas tenham pequena participação.

Considerando as limitações descritas, observa-se que entre 1980 e 1991, independente do sexo, as Doenças Infecciosas e Parasitárias reduziram pela metade a sua participação sobre o total dos óbitos. Houve também uma redução da participação dos Sintomas Mal Definidos, salvo no Distrito Federal, que se manteve próximo a 2,5%, a menor proporção entre os estados considerados.

7. Para cada um dos anos considerou-se a média aritmética de três anos assim distribuídos: 1980 (1979, 1980, 1981) e 1991 (1990, 1991, 1992)

8. A diferença entre a estrutura etária do Mato Grosso e do DF não altera a TBM em, aproximadamente, 5%.

As doenças do aparelho circulatório, em 1980, constituíram a causa de óbito que mais contribuía para a mortalidade das mulheres no Distrito Federal e nos estados da região. Comparando-se com os homens, observa-se uma maior prevalência destas causas na população do sexo feminino. O mesmo acontecendo com os neoplasmas, mas em uma proporção mais reduzida. No período seguinte, esta tendência continua sendo observada e há um incremento na participação destas causas no total dos óbitos.

As afecções perinatais sofreram uma redução na sua participação no total dos óbitos, principalmente no Distrito Federal. Nos outros estados, a maior queda ocorre no Mato Grosso do Sul.

Tabela 7

Participação proporcional das causas de óbito na mortalidade geral por sexo – estados da região Centro-Oeste, 1991⁽¹⁾

Causas-Capítulos da CID	Distrito Federal		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
I. D. infecciosas e parasitárias	7,19	8,22	8,65	14,04	7,51	8,05	5,05	5,70
II. Neoplasmas	10,63	15,68	7,99	7,58	7,14	9,18	10,14	11,96
III. D. endócrinas e glandulares	4,17	5,17	2,36	2,53	2,05	4,10	3,20	4,47
IV. D. do sangue	0,24	0,38	0,20	0,33	0,27	0,39	0,19	0,42
V. Transtornos mentais	0,79	0,20	0,63	0,02	0,23	0,18	0,79	0,19
VI. D. Sistema nervoso	1,65	1,58	1,12	1,77	1,06	1,61	1,36	1,60
VII. D. do aparelho circulatório	23,86	30,98	24,88	23,41	21,64	27,51	27,00	31,73
VIII. D. do aparelho respiratório	6,57	8,52	7,44	7,63	5,65	7,45	8,35	9,96
IX. D. do aparelho digestivo	5,26	3,81	4,00	2,89	3,35	3,05	3,83	3,49
X. D. do aparelho geniturinário	1,18	1,62	1,31	1,40	1,44	2,13	1,47	1,44
XI. Complicações da gravidez	0,00	0,60	0,00	1,45	0,00	1,03	0,00	0,84
XII. D. da pele	0,07	0,13	0,04	0,05	0,02	0,04	0,06	0,12
XIII. D. Sistema osteomuscular	0,14	0,59	0,09	0,17	0,07	0,14	0,07	0,43
XIV. Anomalias congênitas	2,17	2,69	1,15	1,40	0,37	0,35	1,07	1,72
XV. Afecções perinatal	6,65	6,94	4,20	6,46	4,09	5,37	5,48	6,88
XVI. Sintomas mal definidos	2,04	2,29	15,51	21,96	17,20	20,49	10,54	10,99
XVII. Causas externas	27,39	10,61	20,42	6,90	27,91	8,93	21,40	8,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Média dos anos 1990, 1991, 1992.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

As causas externas aumentaram a sua participação no total dos óbitos, tanto para os homens como para as mulheres, mas mantendo a tendência da sobremortalidade masculina. Neste particular vale notar que quando se analisam grupos etários específicos, principalmente dos jovens adultos (15-29 anos), estas causas são responsáveis por mais da metade dos óbitos. Outro ponto que merece nota é que, se em 1980, a decomposição das causas do capítulo de Classificação Internacional de Doenças (CID) mostrava para os jovens adultos um equilíbrio na distribuição dos óbitos entre acidentes com veículo a motor e homicídios, em 1991, houve um apreciável aumento da participação dos homicídios, chegando a representar, no Distrito Federal, 45% dos óbitos por causas externas do grupo 20-29 anos.

Tabela 8

Participação proporcional das causas de óbito na mortalidade geral por sexo – Estados da região Centro-Oeste – 1980^(*)

Causas-Capítulos da CID	Distrito Federal		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
I. D. infecciosas e parasitárias	12,42	12,15	13,25	9,40	8,85	10,17	11,01	12,73
II. Neoplasmas	7,70	12,06	5,81	10,63	5,49	5,86	6,64	8,66
III. D. endócrinas e glandulares	2,95	4,64	1,67	3,64	3,51	5,06	2,84	3,70
IV. D. do sangue	0,30	0,41	0,29	0,30	0,86	0,95	0,48	0,45
V. Transtornos mentais	0,22	0,07	0,16	0,21	0,37	0,36	0,35	0,18
VI. D. sistema nervoso	2,32	2,55	1,57	1,29	1,83	1,72	2,02	2,26
VII. D. do aparelho circulatório	18,16	21,58	18,58	30,64	20,77	23,43	23,12	25,31
VIII. D. do aparelho respiratório	11,63	13,46	5,97	8,91	5,72	7,47	6,80	8,16
IX. D. do aparelho digestivo	4,14	3,42	3,59	3,19	3,62	2,67	3,16	2,71
X. D. do aparelho geniturinário	1,32	1,68	1,16	1,31	1,00	1,39	1,37	1,58
XI. Complicações da gravidez	0,00	0,97	0,00	0,45	0,00	1,08	0,00	1,55
XII. D. da pele	0,03	0,06	0,05	0,11	0,10	0,03	0,05	0,14
XIII. D. Sistema osteomuscular	0,07	0,47	0,04	0,28	0,19	0,21	0,07	0,19
XIV. Anomalias congênitas	2,09	2,92	1,25	1,49	0,42	0,57	1,25	1,92
XV. Afecções perinatal	13,41	13,59	5,99	4,91	4,52	4,88	8,40	10,41
XVI. Sintomas mal definidos	2,04	2,28	23,00	15,66	24,26	27,33	12,60	12,22
XVII. Causas externas	21,19	7,68	17,63	7,58	18,49	6,83	19,85	7,83
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) Média dos anos 1979, 1980 e 1981.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

Em resumo, pode-se afirmar, considerando as restrições já colocadas, que de uma maneira geral, na região, houve um aumento da participação das causas degenerativas (neoplasmas e doenças do aparelho circulatório) no total dos óbitos no período considerado. Entre 1980 e 1991, as doenças infecciosas reduziram a sua participação, e houve um aumento para as causas externas.

Este quadro indica que as causas, como doenças degenerativas e causas externas, foram as que mais aumentaram a participação nos óbitos no período. As externas podem ser combatidas com medidas preventivas, por meio de atividades ligadas à educação para o exercício da cidadania, maior oferta de empregos, que são algumas, dentre uma série de medidas de cunho social, que poderão trazer reflexos sobre o quadro dos óbitos e implementar mudanças estruturais na sociedade.

Fecundidade

A fecundidade no Brasil vem, nas últimas décadas, sofrendo profundas modificações com amplos reflexos sobre a estrutura etária da população e conseqüente impacto sobre os equipamentos sociais (Martine et al. 1994). Na região Centro-Oeste esta tendência tem tomado aspectos particulares, de um lado pelas modificações introduzidas na sua estrutura geográfica com a criação de novas Unidades da Federação e, por outro, pela alteração no comportamento reprodutivo da população, fruto de processo intenso de urbanização.

A conjunção desses fatores potencializaram, na região, a tendência geral observada no país, e contribuíram para modificar a posição do Centro-Oeste frente às outras regiões, no tocante à fecundidade. Utilizando informações dos censos demográficos de 1960 a 1991 e da PNAD de 1995, e aplicando a metodologia, razão P/F, desenvolvida por Brass,⁹ foi possível obter as Taxas Específicas de Fecundidade e as Taxas de Fecundidade Total.

Na Tabela 9, são apresentados os dados relativos à Taxa de Fecundidade Total (TFT), que indicam o número médio de crianças nascidas

9. Para o ano de 1960, aplicou-se metodologia desenvolvida por Mortara, os outros anos, Brass (Arriaga, 1994).

por mulher no período reprodutivo. Os dados do Censo Demográfico de 1960, que se referem à fecundidade da década anterior, indicam que a região como um todo, salvo o Distrito Federal, apresentava uma fecundidade mais elevada àquela observada para o Brasil. Ressalta-se que mesmo o caso de Brasília deve, neste período, ser considerado com reserva, pois a cidade, no momento do censo, tinha somente alguns meses de existência e a estrutura da população apresentava um forte viés favorável ao sexo masculino.

Enquanto para o Brasil, como um todo, os resultados do Censo Demográfico de 1960 permitiam estimar a TFT em 6,09 filhos por mulher, na região esta taxa ficou em 6,38, cabendo ao estado de Goiás o maior valor (6,50). No período posterior, o Censo de 1970 indicou que esta tendência, em relação ao Brasil, ainda se mantinha, e observa-se uma ligeira elevação da Taxa de Fecundidade Total no estado do Mato Grosso, que o coloca como o de maior TFT na região. No entanto, já começa a se delinear uma tendência mais ampla de queda da fecundidade.

Durante a década de 70, acentua-se a queda da fecundidade em todo país e na região Centro-Oeste. Enquanto no Brasil, entre os Censos de 1970 e 1980, a Taxa de Fecundidade Total passa de 5,84 para 4,33 filhos por mulher, o que significa uma redução de aproximadamente 25%, na região e nos estados que a compõem, esta queda ultrapassou a média do país, com exceção do estado do Mato Grosso, onde esta redução ficou próxima de 19%.

Tabela 9

Taxa de fecundidade total por situação de domicílio – Brasil, região Centro-Oeste e estados – 1960/95

Região	1960			1970			1980			1991			1995
	Total	Urbana	Rural	Total									
Brasil	6,09	4,72	7,63	5,84	3,61	6,38	4,33	2,48	4,41	2,85	2,25	3,81	2,51
Centro-Oeste	6,38	5,32	7,63	6,33	3,96	5,89	4,48	2,48	3,57	2,65	2,19	3,33	2,36
Goiás	6,50	5,18	7,45	6,41	4,01	6,04	4,60	2,37	3,15	2,5	2,06	2,93	2,2
M. Grosso	6,15	5,38	7,98	6,73	4,54	5,91	5,05	2,79	3,96	3,06	2,68	3,15	2,74
M. Grosso do Sul	-	-	-	-	3,94	5,33	4,33	2,69	3,89	2,92	2,33	5,55	2,76
D. Federal ^(a)	5,56	5,49	8,62	5,58	3,58	7,18	3,65	2,29	3,62	2,36	1,91	2,41	1,91

(a) No caso do Distrito Federal não deve ser considerado a região rural pois o efetivo da população estava próximo de 5% do total da população, o que causa oscilações nos resultados

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1960,1970,1980,1991); PNAD (1995).

O Censo Demográfico de 1980 permite, também, comparar os resultados das regiões rural e urbana. Considerando-se os resultados da região como uma média, observa-se que tanto na área rural como urbana, os estados de Goiás e Mato Grosso apresentavam Taxas de Fecundidade Total maiores que aquelas computadas para a região, ficando Mato Grosso do Sul e Distrito Federal abaixo desta média. Quando o fator de comparação é o Brasil, observa-se que, salvo o Distrito Federal, a TFT da área urbana dos estados da região estão acima do valor estimado para o país. No entanto, esta tendência não se repete no caso da região rural, ficando a TFT do país acima da dos estados.

A década de 80 reservou verdadeira surpresa sobre o comportamento da fecundidade na região Centro-Oeste, não só na intensidade da queda, como também no comportamento entre os estados. Os resultados obtidos, com os dados do Censo Demográfico de 1991, apontam que nos anos 80 a TFT reduziu-se em, aproximadamente, 35% no país. Na região a queda foi de 40%, sendo que no estado de Goiás aconteceu a maior redução (45,65%), com a maior contribuição da área rural. Este fato não deve ser interpretado exclusivamente como uma queda da fecundidade, pois foi em 1989 que se criou o estado do Tocantins, por meio do desmembramento do norte de Goiás, que passou a integrar a região Norte.

No entanto, vale notar que todos os estados da região tiveram uma queda proporcional na taxa de fecundidade acima da observada para o país, tanto na área urbana como rural, ficando a exceção para o estado do Mato Grosso do Sul. Mesmo com este comportamento, as TFT dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão acima das registradas para o país.

Os dados da PNAD-95, apesar de suas limitações por conta do tamanho da amostra, indicam que esta tendência de queda deverá permanecer a mesma, mas em intensidade diversa da observada anteriormente. Os dados da Tabela 9 permitem inferir que, ao final da década de 90, a intensidade da queda seria reduzida em mais de 60%, uma vez que para todos os estados estaria chegando próximo do nível de reposição.

Outra indicação de que esta tendência deverá ser seguida vem da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (DHS-3), realizada em 1996, onde a região Centro-Oeste, em relação às outras Regiões pesquisadas, apresenta a maior proporção de mulheres unidas que fazem uso de algum método contraceptivo (84,5%), e dentre eles, desponta a esterilização como o

método mais utilizado por 59,5% destas mulheres. Os resultados indicam ainda, uma Taxa de Fecundidade Total da ordem de 2,5 filhos por mulher para o Brasil e 2,3 para a região Centro-Oeste (BEMFAM, 1997).

Ao analisar as Taxas Específicas de Fecundidade para a região e estados (Gráficos e Tabelas do Anexo 2), observa-se que há uma sistemática redução nas taxas específicas, comparando-se os resultados obtidos com as informações do Censo Demográfico (1970 e 1991). A participação relativa destas Taxas na Fecundidade Total reduz, em todos os estados, para os grupos etários acima de 24 anos, com exceção do Distrito Federal. Nos dois primeiros grupos etários houve um significativo aumento nas suas contribuições para a fecundidade total, com especial intensidade, no grupo etário de 15-19 anos que ficou, no período considerado, entre 6,99% para a área urbana do Distrito Federal a 16,31% na área rural de Goiás. Mesmo que este resultado deva ser considerado com cautela, pois refere-se a um grupo etário mais sujeito a erros de declaração, fica claro que há um movimento de mudança no padrão da fecundidade.

Tabela 10

Redução da idade média a maternidade – Região Centro-Oeste e estados – 1970/91

Região/estado	Diferença em anos	
	Urbano	Rural
Centro-Oeste	3.52	3.74
Goiás	3.84	4.37
Mato Grosso	3.66	3.29
Mato Grosso do Sul (1980/1991)	1.89	1.66
Distrito Federal	2.71	-

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991).

Em resumo, pode-se afirmar que, além de uma redução generalizada nas taxas específicas, também o padrão da fecundidade foi afetado, nos últimos 21 anos. Fica claro nos Gráficos do Anexo que esta queda da fecundidade segue uma mesma tendência em praticamente todos os estados, com uma ligeira diferença no Distrito Federal, tendo no período 1980 a 1991 sido mais marcante.

As informações da PNAD-95, apesar da sua limitação em alguns estados, apontam para a manutenção desta tendência de queda, e uma ligeira

modificação do padrão da fecundidade, principalmente nos grupos etários intermediários.

A tendência já observada nas duas décadas anteriores, 1960/70 e 1970/80, foram aprofundadas entre os dois últimos censos, com grande repercussão sobre a estrutura da população, principalmente nas áreas urbanas. Apesar de não se ter elementos para avaliar, no momento, o impacto dos desmembramentos territoriais, como a criação de Brasília, do estado do Mato Grosso do Sul e, principalmente, a passagem de parcela do estado de Goiás para a região Norte com a criação do estado de Tocantins, certamente a tendência mais geral de descenso seria mantida.

Mais recentemente, há indicações do surgimento de uma nova tendência, que seria o aumento de casos de gravidez em mulheres do grupo etário de 10-14 anos. A Tabela 11 apresenta os dados coletados pelo Ministério da Saúde relativos à distribuição percentual dos partos realizados nos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar da série não muito extensa, fica claro que na região Centro-Oeste este grupo etário vem aumentando a sua participação no total dos partos, acima da média nacional.

Ao se comprovar tal tendência, torna-se imperativo a realização de estudos para uma avaliação da extensão de tal situação que, provavelmente, deve privilegiar a parcela mais carente da população de mulheres neste grupo etário. Esta situação nos remete a uma reflexão sobre a necessidade de se preparar os currículos escolares para incluírem informações sobre a sexualidade e saúde reprodutiva com especial ênfase na gravidez indesejada e DST/AIDS.

Tabela 11
Proporção de partos realizados em unidades conveniadas ao SUS por grupo etário das mães Brasil e região Centro-Oeste – 1993/95

País região	Ano											
	1993			1994			1995					
	Total ⁽¹⁾ Partos	Idade			Total ⁽¹⁾ Partos	Idade			Total ⁽¹⁾ Partos			
	10-14	15-19	Outras		10-14	15-19	Outras		10-14	15-19	Outras	
Brasil	2.856	0.93	21.43	77.66	2.852	0.93	22.27	76.80	2.821	1.00	23.44	75.56
Centro-Oeste	199	1.15	25.77	73.08	205	1.18	26.70	72.12	198	1.37	27.68	70.99

(1) Valores x 1000

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Coord. de Saúde da Mulher (1997).

Migração na região Centro-Oeste

Volumes e fluxos

De acordo com os dados censitários de 1991, residiam na região Centro-Oeste 9.427.601 pessoas. Destas, 1.690.382 eram migrantes¹⁰ interestaduais, sendo que 75% destes eram migrantes inter-regionais, ou seja, eram oriundos de estados que não fazem parte da região Centro-Oeste. Mato Grosso foi o estado com maior participação de migrantes interestaduais (543.184), e Mato Grosso do Sul, com menor volume (271.925).¹¹

Na região houve predominância de imigrantes não naturais, uma vez que 89% dos que chegaram no Centro-Oeste eram não naturais e ali residiam há menos de dez anos. Em Mato Grosso e no Distrito Federal mais de 95% dos imigrantes eram não naturais. Por outro lado, Goiás foi o estado que apresentou maior volume de imigrantes de retorno¹² (20,1%), provavelmente resultado do fluxo migratório entre o entorno e o Distrito Federal (Tabela 12).

Tabela 12
Migrantes⁽¹⁾ por estado da região Centro-Oeste segundo condição migratória, 1991

Imigrantes ⁽²⁾	MT	MS	GO	DF	Centro-Oeste
-10 anos residência	543.184	271.925	520.355	354.918	1.690.382
não-naturais	516.841	230.375	415.584	341.179	1.503.978
Retorno	26.344	41.550	104.771	13.739	186.404
Imigrantes (%)					
-10 anos residência	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
não-naturais	95,2%	84,7%	79,9%	96,1%	89,0%
Retorno	4,8%	15,3	20,1%	3,9%	11,0%
Emigrantes					
-10 anos residência	244.438	237.426	345.178	340.100	1.167.141

(1) inclui sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado.

(2) pessoas residentes há menos de 10 anos na UF (inclui retorno e não-naturais).

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

10. Considera-se, neste estudo, como migrante o indivíduo residente há menos de dez anos na região, incluindo retorno e não-natural. No volume citado de migrantes, estão sendo considerados os imigrantes oriundos de estados não pertencentes à região Centro-Oeste (migrantes inter-regionais), bem como os que realizaram uma migração intra-regional, isto é, movimentaram-se entre os estados da própria região.

11. Nestes dados são considerados tanto os migrantes inter-regionais como os migrantes intra-regionais.

12. Migrantes de retorno são as pessoas naturais que saíram das UF's da região e retornaram há menos de dez anos.

No entanto, a distribuição dos imigrantes na região se deu de maneira diferenciada entre os estados. Por um lado, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul “atraíram”, na década de 80, um contingente expressivo de pessoas do Sul e Sudeste. Por outro, no Distrito Federal, os imigrantes eram em maior proporção do Nordeste e, em Goiás, observou-se que o maior volume de pessoas não naturais eram migrantes intra-regionais, isto é, vieram essencialmente dos outros estados da própria região, principalmente do Distrito Federal. Mato Grosso e Goiás foram os estados com maior volume de imigrantes recebendo mais de 500.000 cada. Em Mato Grosso do Sul, o número de imigrantes ficou em torno de 270.000 e, no Distrito Federal, 350.000.

Entre as décadas de 70 e 80, observou-se uma mudança no quadro de ocupação da região. Até 80, o fluxo de pessoas estava mais concentrado em direção ao Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, respectivamente. Na década seguinte, houve um arrefecimento do volume migratório para o Distrito Federal, provavelmente devido ao escasseamento de oportunidades e, principalmente de moradia. Houve um aumento do número de imigrantes em Goiás, principalmente em áreas próximas ao Distrito Federal, conhecida como região do entorno. Essa proximidade trouxe benefícios que ajudaram a atrair pessoas para a região, uma vez que, a região do entorno oferecia condições de moradia mais viáveis, além da possibilidade de se trabalhar no Distrito Federal. Dentre estas pessoas, um contingente significativo residiam no Distrito Federal, mas foram obrigadas a buscar alternativas de moradia devido à crescente valorização do espaço urbano de Brasília, dificultando cada vez mais a possibilidade em se compatibilizar o salário com os preços mais elevados dos aluguéis.

De fato, até a década de 70, o volume de pessoas que chegou ao Distrito Federal era elevado, reduzindo-se na década seguinte e, em 1991, apesar de se manter elevado, o volume de imigrantes observados na região apresentou uma redução de 25%. Em 1980 os imigrantes na região eram em torno de 473.098 pessoas e, em 1991 este número ficou em 354.918 pessoas. Esta redução, provavelmente se deu, entre outros fatores, ao saturamento da região na oferta de condições favoráveis à melhoria socioeconômica. Um reflexo desta situação pode ser visto ao se analisar o comportamento dos imigrantes em relação ao estado de Goiás, uma vez que o volume de imigrantes aumentou 49% entre 80 e 91. Este acentuado aumento se deu, muito

provavelmente, devido ao elevado crescimento da região do entorno do Distrito Federal, pertencente ao estado de Goiás.

Das pessoas que entraram na região Centro-Oeste entre 1981 e 1991, aproximadamente 25% vieram do Sudeste, enquanto 24% se deslocaram dentro da própria região (migrantes intra-regionais). O Sul contribuiu com cerca de 20% dos imigrantes, e a região Norte foi responsável por apenas 9% das pessoas que entraram na região Centro-Oeste no período considerado. Goiás foi o estado que recebeu o maior volume de imigrantes intra-regionais (189.666), enquanto Mato Grosso do Sul foi o que menos acolheu migrantes da região (33.699). Em Mato Grosso do Sul quase metade dos imigrantes eram do Sudeste, enquanto no Distrito Federal 48% eram do Nordeste (Tabela 13).

Tabela 13

Imigrantes (não-naturais e retorno) por estado da região Centro-Oeste, segundo região de origem, 1991

Região de origem	Destino				
	Valores absolutos ⁽¹⁾				
	MS	MT	GO	DF	Região Centro-Oeste
Norte	14.043	53.149	63.894	20.778	151.865
Nordeste	16.805	51.126	117.349	170.427	355.707
Sudeste	113.074	94.830	127.192	89.001	424.097
Sul	84.991	218.277	20.044	10.850	334.162
Centro-Oeste	33.699	124.365	189.666	58.132	405.861
Total	271.925	543.184	520.355	354.918	1.690.382
	Distribuição percentual				
Norte	5,2	9,8	12,3	5,9	9,0
Nordeste	6,2	9,4	22,6	48,0	21,0
Sudeste	41,6	17,5	24,4	25,1	25,1
Sul	31,3	40,2	3,9	3,1	19,8
Centro-Oeste	12,4	22,9	36,5	16,4	24,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) inclui sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

De acordo com a Tabela 14, os migrantes vindos da região Norte foram os que apresentaram o maior número de migrantes de retorno (22,8%): Do fluxo oriundo do Norte em direção ao Mato Grosso do Sul, quase 30% eram migrantes de retorno, e dos que foram para Goiás, esta participação foi de 34,8%, apresentando a maior participação de imigrantes de retorno. Por outro

lado, o Nordeste apresentou fluxos de retorno pouco significativos, sendo inferiores a 5% do total da região Centro-Oeste. Também em Goiás verificou-se que, dos que vieram do Sudeste, a participação de retornados também foi a maior dentre todos estados da região, com 19,3%.

Tabela 14

Distribuição percentual dos imigrantes⁽¹⁾ não-naturais e de retorno por estado, segundo região de origem – Região Centro-Oeste, 1991

Região de origem	MS		MT		GO		DF		Centro-Oeste	
	Não-naturais		Não-naturais		Não-naturais		Não-naturais		Não-naturais	
	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	Retorno	
Norte	70,6	29,4	89,3	10,7	65,2	34,8	95,1	4,9	78,2	22,8
Nordeste	91,3	8,7	96,6	3,4	91,5	8,5	98,3	1,7	95,4	4,6
Sudeste	83,8	16,2	94,9	5,1	80,7	19,3	95,9	4,1	87,9	12,1
Sul	92,9	7,1	97,2	2,8	87,7	12,3	96,4	3,6	95,5	4,5

(1) inclui sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Das pessoas que saíram da região,¹³ 43% se dirigiram para o Sudeste, 24% para a região Norte, 15,7% para o Nordeste e 17,6% para o Sul. A região Sudeste foi a preferida por quase todos emigrantes dos estados da região Centro-Oeste, com exceção do Mato Grosso, onde 36% foram para o Sul, ficando o Sudeste com 28,9% dos seus emigrantes. Por outro lado, metade dos emigrantes do Mato Grosso do Sul e cerca de 45% dos emigrantes de Goiás e do Distrito Federal se dirigiram para o Sudeste (Tabela 15).

Agora, considerando os fluxos de imigração em direção à região Centro-Oeste (Anexo 3, Tabela 1), entre as Unidades da Federação, a que mais “contribuiu” com o estado de Goiás, foi o Distrito Federal, responsável por quase 30% dos migrantes na região, seguido por Minas Gerais (14,14%) e Bahia (9,8%). A maior participação do Distrito Federal na composição do estado de Goiás é um reflexo do fluxo migratório entre estas regiões. Para exemplificar, pode-se citar o fato da busca por moradia ser um agente “expulsor” de população do DF para a região do entorno, que faz parte do estado de Goiás, onde as prefeituras das cidades desta área têm aumentado a

13. Nestes resultados são considerados apenas os emigrantes inter-regionais, isto é, apenas os que se dirigiram para os estados não pertencentes à região Centro-Oeste.

oferta de áreas urbanas introduzindo modificações nas leis municipais de uso e ocupação do solo. O entorno é, muito provavelmente, o responsável pela grande participação da população do DF na composição do estado de Goiás. No Distrito Federal, cerca de 15% declararam como Unidade da Federação de residência anterior, o estado de Goiás, o que reforça o que foi dito anteriormente, sobre a mobilidade existente entre estas regiões. O estado que mais se aproxima deste percentual é Minas Gerais com 13,8%. Já a composição dos imigrantes do Mato Grosso do Sul é, basicamente, de São Paulo (35%) e, a de Mato Grosso, do Paraná (30%).

Tabela 15

Emigrantes (não-naturais da região de destino e de retorno) por estado, da região Centro-Oeste, segundo região de origem, 1991

Região de destino	Valores absolutos				
	Origem				
	MS	MT	GO	DF	Total
Norte	28.609	54.523	83.905	15.701	182.739
Nordeste	7.109	10.986	31.771	69.531	119.396
Sudeste	82.003	54.212	106.456	82.447	325.117
Sul	42.936	67.617	11.386	12.090	134.024
Total	160.657	187.338	233.518	179.769	761.282
Região de destino	Distribuição percentual				
	MS	MT	GO	DF	Total
Norte	17,8	29,1	35,9	8,7	24,0
Nordeste	4,4	5,9	13,6	38,7	15,7
Sudeste	51,0	28,9	45,6	45,9	42,7
Sul	26,7	36,1	4,9	6,7	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) inclui sem especificação, país estrangeiro ou mal definido e ignorado.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os imigrantes têm uma “composição” diferente. No caso do Mato Grosso 30% declararam como Unidade da Federação de residência anterior o estado do Paraná. Em Mato Grosso do Sul, esta participação também é significativa: aproximadamente 24%. Em relação ao Norte e Nordeste o que se verifica é que são pouco representativos nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: no

primeiro, Maranhão (4,08%) e Rondônia (5,62%) foram os que mais se destacaram. Já no segundo, Rondônia representou cerca de 3,5%. O Norte representou 5% no Mato Grosso do Sul e 10% em Mato Grosso. A participação do Nordeste ficou abaixo de 10% em ambos os estados.

Das pessoas que declararam ter emigrado de Goiás, 15,5% têm como residência atual o Distrito Federal e 19% Minas Gerais. Das pessoas que deixaram o Distrito Federal, mais de 45% se dirigiram para o estado de Goiás, o que mais uma vez reforça o já dito anteriormente acerca do fluxo migratório entre estas regiões. Por outro lado, 10% declararam como local de destino Minas Gerais, enquanto 6% aproximadamente disseram Rio de Janeiro e São Paulo. Em Mato Grosso do Sul, 30% emigraram para São Paulo, 29% foram para Mato Grosso e, 14% para o Paraná. Dos que saíram de Mato Grosso, 22% também se dirigiram ao Paraná, enquanto 16% foram para Rondônia.

Migração por sexo e idade

Os resultados apresentados na Tabela 16 demonstram que, ao se comparar as estruturas etárias, independentemente da condição migratória, em todos os estados, a maior concentração de pessoas se deu entre os 15 e 35 anos de idade. Este resultado corrobora com o fato da maior parte dos indivíduos que realizam algum tipo de migração estarem concentrados nas idades mais jovens, e, portanto, com maiores chances na busca de melhores oportunidades de trabalho. Nos estados, esta participação foi em torno dos 45%. No caso dos não-migrantes,¹⁴ a participação de pessoas até os 14 anos de idade foi superior em quase todos os estados, provavelmente resultado indireto dos fluxos migratórios.

A maior participação deste grupo de idade foi em Mato Grosso, sendo 16% maior que o grupo de 15-34 anos. Já as pessoas com mais de 55 anos de idade apresentaram uma participação pequena em todos os estados, não

14. Os não-migrantes são as pessoas naturais e aquelas com tempo de residência no estado superior a 10 anos.

ultrapassando os 9% nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Este resultado pouco expressivo, provavelmente deve-se ao fato da migração não se constituir como objetivo das pessoas deste grupo de idade.

Tabela 16

Distribuição da população dos estados da região Centro-Oeste por grupos de idade e razão de sexo, segundo condição migratória, 1991

	Mato Grosso do Sul				Mato Grosso			
	Imigrante	Emigrante	Não-migrante	Migrante de retorno	Imigrante	Emigrante	Não-migrante	Migrante de retorno
População (%)								
0-14	29,45	30,57	36,89	35,79	28,36	33,26	41,16	44,59
15-34	45,17	45,12	35,30	45,89	47,24	43,92	34,67	41,70
35-54	19,49	19,10	18,92	14,55	19,36	18,16	17,21	11,53
55+	5,89	5,21	8,88	3,77	5,04	4,66	6,95	2,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Razão de sexo								
0-14	98,95	98,03	104,38	101,59	104,65	102,85	103,78	100,53
15-34	97,01	99,49	99,23	92,20	109,31	93,60	103,14	88,83
35-54	123,82	113,77	99,81	108,91	127,41	130,28	107,89	101,46
55+	114,91	119,89	105,47	70,70	132,26	150,15	122,94	71,34
Total	103,34	102,60	101,76	96,84	112,27	104,78	105,48	94,87
	Goiás				Distrito Federal			
	Imigrante	Emigrante	Não-migrante	Migrante de retorno	Imigrante	Emigrante	Não-migrante	Migrante de retorno
População (%)								
0-14	32,48	30,18	34,69	30,32	23,82	32,47	36,77	56,70
15-34	45,24	47,24	36,96	48,09	57,84	41,91	35,30	42,41
35-54	17,43	18,37	19,48	18,29	14,46	20,15	21,04	0,68
55+	4,85	4,21	8,87	3,30	3,89	5,46	6,89	0,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Razão de sexo								
0-14	103,27	104,03	103,74	102,19	94,31	107,85	102,64	102,44
15-34	92,80	89,87	98,52	88,71	79,83	84,73	91,75	94,75
35-54	116,64	116,55	99,85	105,14	102,61	98,54	87,39	135,00
55+	108,48	120,14	98,56	86,66	72,32	100,29	86,27	0,00
Total	100,74	99,73	100,57	95,45	85,83	95,36	94,24	98,89

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

O Distrito Federal foi o estado que recebeu maior volume de imigrantes entre 15 e 35 anos de idade (57,84%), enquanto o maior número de emigrantes neste grupo de idade foi verificado em Goiás (47,24%). Os migrantes de retorno com maior representatividade nestas idades também foram observados em Goiás (48,09%). No Distrito Federal mais da metade dos migrantes de retorno estavam com até 14 anos, seguido do grupo com idade entre 15 e 34 anos. Ainda de acordo com a Tabela 16, verifica-se que à exceção de Mato Grosso, houve uma maior participação de mulheres no grupo de pessoas em idade entre 15 e 35 anos independentemente da condição migratória. Este quadro se reverte quando se observa o grupo de idade subsequente. Em Mato Grosso o número de homens só não superou o de mulheres entre os migrantes de retorno, onde a razão de sexo ficou em torno de 94,9. Já no Distrito Federal, a razão de sexo foi inferior a 100, ou seja, as mulheres se movimentaram na região em maior número que os homens, provavelmente devido às melhores condições de trabalho feminino na região, haja vista a quantidade de empregos públicos, além do fato de que muitas mulheres, que para lá migraram, eram jovens entre 15 e 34 anos, e entraram no mercado como domésticas, assim como as mulheres com mais de 55 anos de idade.

Os migrantes por setor de atividade

Ao se comparar a condição de atividade por situação migratória (Tabela 17), observou-se que, independentemente da condição migratória, mais da metade dos migrantes na região Centro-Oeste se encontrava no setor terciário, seguido pelo setor secundário, e por fim, do primário.

Dentre os imigrantes, Mato Grosso teve a menor participação no setor terciário: 46,2%. Por outro lado, é o estado com maior participação no setor primário (25,82%), seguido pelo setor secundário (24,9%). O Distrito Federal apresentou maior concentração no setor terciário (76,97%). Com relação à PEA desocupada, Goiás e o Distrito Federal se destacaram, com aproximadamente 5% dos imigrantes nesta condição.

Dentre os não-migrantes, o Distrito Federal apresentou maior destaque no setor terciário (80,58%), assim como entre os emigrantes (70,41%); o setor

primário também era mais representativo em Mato Grosso, assim como o setor secundário. Quanto à PEA desocupada, Mato Grosso tinha um percentual maior: 5,11%.

Os migrantes de retorno estavam também concentrados no setor terciário: acima de 58%. Mais uma vez, o Distrito Federal tinha o maior volume de pessoas neste setor, com 79,05%. A situação dos outros setores de atividade foi semelhante à encontrada para as outras categorias de migrantes.

Tabela 17
Condição de atividade segundo condição migratória por estados – Região Centro-Oeste, 1991

Mato Grosso do Sul					
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Imigrante	24,39	15,78	56,93	2,89	100,00
Emigrante	21,57	23,91	50,99	3,53	100,00
Retorno	15,88	16,64	63,13	4,35	100,00
Não-migrante	24,14	15,98	56,38	3,51	100,00
Mato Grosso					
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Imigrante	25,82	24,90	46,26	3,02	100,00
Emigrante	22,36	21,42	52,54	3,68	100,00
Retorno	19,17	17,15	58,32	5,36	100,00
Não-migrante	24,14	15,98	56,38	3,51	100,00
Goiás					
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Imigrante	14,01	21,37	59,13	5,49	100,00
Emigrante	20,45	19,69	55,69	4,17	100,00
Retorno	13,77	19,21	62,02	5,01	100,00
Não-migrante	22,90	18,40	54,39	4,32	100,00
Distrito Federal					
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Imigrante	3,79	14,51	76,97	4,73	100,00
Emigrante	6,22	17,36	70,41	6,01	100,00
Retorno	2,71	11,11	79,05	7,14	100,00
Não-migrante	1,52	12,85	80,58	5,05	100,00
Região Centro-Oeste					
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Imigrante	17,09	20,05	58,77	4,10	100,00
Emigrante	17,13	20,27	58,15	4,45	100,00
Retorno	14,40	18,01	62,59	5,00	100,00
Não-migrante	20,14	17,32	58,12	4,42	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Esta Tabela demonstra que, enquanto no Distrito Federal, as atividades estão basicamente ligadas ao setor público, em Mato Grosso, as atividades ligadas à agricultura e pecuária ainda são importantes na composição do perfil de atividade dos migrantes.

Saldo migratório

Os estados da região apresentaram participação de imigrantes maior que de emigrantes, uma vez que o saldo migratório apresentou-se positivo em todos os estados, sugerindo que, apesar da mudança observada nestes fluxos, ainda assim, a região como um todo, exerce poder de atração. De fato, o saldo migratório¹⁵ apresentou-se bastante diverso entre os estados da região Centro-Oeste. Mato Grosso e o Distrito Federal foram as regiões que apresentaram saldos mais elevados, enquanto no Mato Grosso do Sul o saldo ficou abaixo de 1,06 mil. Considerando os diferenciais por sexo, o que se observa é que, com exceção do Mato Grosso, as mulheres apresentaram saldos superiores aos homens (Tabela 18).

Tabela 18
Saldo migratório da região Centro-Oeste, segundo sexo, 1991

	MS	MT	GO	DF
Homens	-13,57	242,40	-5,45	23,77
Mulheres	14,63	218,42	44,91	67,25
Total	15,94	467,63	65,69	108,20

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

O resultado negativo do saldo migratório entre os homens, tanto em Goiás quanto em Mato Grosso, provavelmente se deve a uma limitação do método de estimativa do saldo migratório para a população acima de 65 anos de idade. No caso de Goiás, por exemplo, o saldo migratório masculino das pessoas com mais de 70 anos correspondeu a 96% do saldo migratório total do

15. O saldo migratório foi calculado por método indireto, através da Relação Intercensitária de Sobrevivência (RIS), considerando como população fechada a do Brasil de 1980.

estado. Considerando a região Centro-Oeste como um todo, a Taxa Líquida de Migração¹⁶ do último grupo considerado foi negativa, tanto para homens quanto para mulheres (-27,22 e -30,89, respectivamente), o que poderia sugerir uma saída bastante acentuada de pessoas deste grupo, mas que na verdade, mostra indícios de vulnerabilidade destes resultados.

Os resultados apresentados sugerem uma mudança no padrão migratório da região, na última década. No entanto, estas modificações devem ser consideradas dentro de um contexto mais amplo, em que também se discuta as mudanças no padrão de fecundidade, de mortalidade, da oferta do mercado de trabalho e das mudanças sociais e políticas que o país atravessa.

Distribuição espacial da população

Diversos fatores foram responsáveis pela formação da atual rede de cidades da região Centro-Oeste. Do ponto de vista demográfico, as migrações tiveram papel determinante, tanto na criação de novas cidades, como no crescimento da população de parte daquelas existentes. Em nível socioeconômico um conjunto de fatores, internos e externos à região, determinaram o processo de sua urbanização prematura. Em estudo realizado em 1980, Vilmar Faria (1980) resume alguns fatores socioeconômicos responsáveis pela expansão do sistema urbano brasileiro que, direta ou indiretamente, ajudam a explicar o caso Centro-Oeste:

- a dispersão da população por um território de dimensões bastante amplas; este fator desempenhou e desempenhará importante papel na dispersão do sistema urbano regional, na medida em que se dá a crescente integração do mercado;
- a expansão do sistema industrial, diretamente, criando novas possibilidades de emprego em algumas cidades, e indiretamente, exigindo a expansão do sistema urbano pelo território para prover a economia de novos centros

16. A taxa líquida de migração é dada pela razão entre o saldo migratório do grupo etário *i* e a população deste mesmo grupo etário *i*.

distributivos capazes de levar a produção brasileira à população dispersa pelo território;

- as transformações da agricultura, seja em virtude de sua modernização e crescente integração ao mercado, seja em virtude da ocupação da fronteira agrícola; em ambos os casos, a agricultura contribui para a dinâmica da base urbana regional, exigindo novas funções urbanas e/ou a dispersão das existentes pelo território;
- a criação e/ou desenvolvimento de cidades em resposta à instalação de novas atividades econômicas ligadas a recursos naturais específicos, como o petróleo, o manganês e a bauxita, o ouro, entre outros;
- a expansão das atividades governamentais e a ampliação do escopo territorial de sua ação.

Esta gama de fatores atua, moldando a rede de cidades na região Centro-Oeste, com desigual intensidade, em épocas distintas e em diferentes partes do território. Neste sentido, pode-se constatar a existência de parcelas desta rede onde cidades constituem conjuntos com certo equilíbrio de suas relações, como é o caso da região de Goiânia e, em menor escala, de Dourados no Mato Grosso do Sul. A região, ainda, caracteriza-se pela baixa densidade demográfica, 6,08 hab./km², onde imensas áreas permanecem como reserva de valor, em processos de conquista, com a abertura de estradas, o desmatamento, a apropriação e ocupação da terra pelo homem, pelo gado e lavouras, e com a criação de novas cidades – na década de 80, 97 novas cidades foram incorporadas à rede regional, algumas delas surgidas do nada, como Peixoto de Azevedo em Mato Grosso que, em 1991, já contava com 32.535 habitantes urbanos.

Trata-se, portanto, de uma rede urbana em formação, com “zonas pioneiras ao lado de zonas estacionárias e em depressão demográfica e ao lado de zonas dinâmicas e desenvolvidas” (Soler, 1978).

Neste sentido, o entendimento desta rede de cidades deve apoiar-se tanto na dinâmica dos fatores determinantes como no seu comportamento ao longo do tempo. Os dados de população, disponíveis nos censos demográficos das últimas décadas, possibilitam análises que poderão permitir a identificação das tendências atuais de conformação desta rede urbana, sob o ponto de vista da

distribuição da população pelo espaço geográfico em cidades de diferentes tamanhos (Tabelas 19 e 20).

Tabela 19
Região Centro-Oeste – cidades por classes de tamanho – movimentação no período 1970/91

Classe de tamanho	Cidades no início da década	Movimento na década 1970/80			Cidades novas	Total no final da década
		Permaneceu na mesma classe	Passou para classe superior	Veio de classe inferior		
<10	220	193	27	...	28	221
10<20	17	6	11	21	4	31
20<50	6	3	3	15	...	18
50<100	2	...	2	5	...	5
100<500	3	2	1	1	...	3
500 e +	1	1	...	1	...	2
Total	248	204	44	44	32	280
Classe de tamanho	Cidades no início da década	Movimento na década 1980/91			Cidades novas	Total no final da década
		Permaneceu na mesma classe	Passou para classe superior	Veio de classe inferior		
<10	221	182	39	...	90	272
10<20	31	21	10	33	4	58
20<50	18	14	4	16	3	33
50<100	5	2	3	4	...	6
100<500	3	2	1	3	...	4
500 e +	2	2	0	1	...	4
Total	280	223	57	57	97	377

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991).

Antes desta análise, é importante verificar a dinâmica de crescimento da região nos seus aspectos microrregionais e municipais, durante as décadas de 70 e 80, como suporte para um melhor entendimento das tendências de distribuição espacial da população.

Como foi visto anteriormente, a região teve sua taxa de crescimento reduzida ao longo das três últimas décadas, de 5,74% a.a. em 60/70, para 4,14% a.a. em 70/80 e 2,98% a.a. em 80/91. No mesmo período, sua população urbana

creceu à taxas de 9,31% a.a.; 7,67% a.a. e 4,28% a.a.; enquanto a população rural, que havia crescido na década de 60 à taxa de 3,07% a.a., passou, nas décadas seguintes, a um crescimento negativo de -1,16% a.a. e -1,10% a.a..

Tabela 20

Região Centro-Oeste – Cidades por classes de tamanho – população urbana, rural e total – taxas de crescimento

Classes de tamanho	1970			1980			Taxas de crescimento 1970/80		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
< 10	259.428	633.922	893.350	410.130	541.849	951.979	4,68	-1,50	0,64
10< 20	294.272	625.630	919.902	560.977	587.698	1.148.675	6,66	-0,62	2,24
20< 50	348.415	702.927	1.051.342	778.493	641.176	1.419.669	8,37	-0,91	3,05
50< 100	217.487	205.155	422.642	511.835	113.140	624.975	8,93	-5,77	3,99
100< 500	672.098	52.081	724.179	728.023	60.378	788.401	0,80	1,48	0,85
500 e +	516.082	21.410	537.492	1.841.889	49.530	1.891.419	13,56	8,75	13,41
Total	2.307.782	2.241.125	4.548.907	4.831.347	1.993.771	6.825.118	7,67	-1,16	4,14

Classes de tamanho	1991			Taxas de crescimento - 1980/91		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
<10	626.468	507.887	1.134.355	3,93	-0,59	1,61
10<20	793.796	454.545	1.248.341	3,21	-2,31	0,76
20<50	1.275.918	496.670	1.772.588	4,59	-2,29	2,04
50<100	635.197	134.761	769.958	1,98	1,60	1,91
100<500	1.383.682	69.235	1.452.917	6,01	1,25	5,71
500 e +	2.948.061	101.381	3.049.442	4,37	6,73	4,44
Total	7.663.122	1.764.479	9.427.601	4,28	-1,10	2,98

Classes de tamanho	Urbana/Total Urbana			Urbana/Total Geral		
	% / Total	% / Total	% / Total	% / Total	% / Total	% / Total
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
< 10	11,24	8,49	8,17	5,70	6,01	6,65
10<20	12,75	11,61	10,36	6,47	8,22	8,42
20<50	15,09	16,11	16,65	7,65	11,41	13,53
50<100	9,42	10,59	8,29	4,78	7,50	6,74
100<500	29,13	15,07	18,06	14,77	10,67	14,68
500 e +	22,37	38,13	38,47	11,34	26,98	31,27
Total	100,00	100,00	100,00	50,71	70,78	81,29

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991).

A região, nas décadas de 70 e 80, teve 26 (50,9%) e 25 (52,9%) microrregiões crescendo abaixo da média nacional, sendo que sete (12,9%) e três (5,9%) tiveram perda absoluta de população. Nas duas décadas, 163 (57,8%) e 187 (49,7%) municípios cresceram abaixo da média nacional, sendo que 107 (37,8%) e 118 (31,4%) tiveram taxas de crescimento negativas.

Os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, considerados de fronteira mais consolidada, respeitadas as diferenças regionais e microrregionais, apresentaram crescimento abaixo da média nacional na maioria de seus municípios. Goiás teve 126 municípios, ou 74,1%, na década de 70, crescendo abaixo da média nacional e 78 (45,8%) com perda absoluta de população. Na década de 80, 116 municípios (60%) cresceram abaixo da média nacional e 73 (34,7%) perderam população.

Mato Grosso do Sul, mesmo com percentuais menores, segue o mesmo padrão, com 29 (52,6%) e 27 (51,3%) de seus municípios crescendo menos que o país, enquanto 16 (29%) e 22 (30,5%) com crescimento negativo.

Quanto a Mato Grosso, região de ocupação mais recente, ainda permanece como absorvedor de migrantes mais expressivo. Mesmo assim, percebe-se padrões diferenciados de crescimento entre seus municípios, com 21 (38,8%) e 31 (33%) deles crescendo abaixo da média do país nas décadas de 70 e 80. No mesmo período, 14 (25,9%) e 18 (19,1%) perderam população.

Mesmo considerando esta diferenciação para Mato Grosso, os padrões de crescimento verificados no âmbito regional apontam para a permanência das baixas taxas de crescimento na maioria de seus municípios.

É interessante notar, neste aspecto, que as perdas absolutas de população e os crescimentos abaixo da média do país ocorreram na década de 80, em expressiva maioria (91,5% em GO, 97% em MT e 87,5% em MS) em municípios com população total menor que 20.000 habitantes. Considerando que na região existia estoque de população rural, tudo indica que ela continuou emigrando, não para a sede de seus municípios, mas para municípios de maior porte, ou para outros estados e/ou regiões.

Em Goiás, de suas 18 microrregiões, apenas sete em 1970/80 e cinco em 1980/91, cresceram acima da média nacional. As microrregiões de Goiânia e Entorno do DF, que cresceram a taxas de 6,15 e 3,58% a.a. (1970/80),

respectivamente, e 4,81 e 5,59% a.a. (1980/91), são áreas características de aglomerados urbanos, o que indica a urbanização acentuada do estado, com concentração de população nas grandes cidades.

A microrregião Sudoeste de Goiás, com taxas de crescimento pouco acima da média nacional (2,38 e 2,26% a.a.), vivenciou nas duas últimas décadas, mas principalmente nos anos 80, intenso processo de ocupação com mudanças expressivas no seu espaço econômico, com a introdução da soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. É notável nesta microrregião as transformações radicais na paisagem rural, das tradicionais fazendas goianas para as imensas lavouras de monoculturas introduzidas pelos “gaúchos” imigrantes. As principais cidades da microrregião também refletem as mudanças introduzidas em sua economia, lideradas por Rio Verde e Jataí, não só com a presença dos grandes silos e armazéns, como com agroindústrias de importância regional, como é o caso da COMIGO. Percebe-se a formação de uma base econômica urbana importante, e ainda não facilmente visível, sem os graves problemas sociais verificados nas periferias das grandes cidades da região e do país. Como reflexo da “modernização conservadora da agricultura”, a microrregião teve taxas de crescimento negativas da população rural (-3,53 e -1,73% a.a.) nas duas décadas em questão, enquanto a população urbana crescia à taxas de 6,60 e 3,53% a.a..

Os problemas ambientais, entretanto, já são visíveis, enquanto questões como o emprego e renda neste contexto, deverão ser investigadas como forma de buscar um melhor esclarecimento sobre a consolidação da ocupação econômica desta região. Percebe-se dentro dela um processo de substituição intensa, não só do modo de produção como dos próprios proprietários da terra.

As outras duas microrregiões que cresceram acima da média nacional foram Chapada dos Veadeiros (2,03% a.a.) e Vão do Paraná (2,61% a.a.), situadas ao norte e nordeste de Brasília, ambas constituídas de pequenos municípios, não possuindo nenhuma cidade acima de 20.000 habitantes, com pouca expressão populacional e econômica no estado.

No caso de Mato Grosso do Sul o quadro é semelhante, com apenas três microrregiões crescendo acima da média nacional na década de 80. A microrregião de Campo Grande, que havia crescido à taxa de 6,23% a.a. nos

anos 70, cresce 4,96% a.a. na década de 80. A microrregião que mais cresceu na década de 80 foi a de Cassilândia, com a taxa de 5,06% a.a., contra 3,70% a.a. na década de 70. Este crescimento deve-se ao surgimento de dois novos municípios na década de 80. Trata-se de região de expansão da fronteira agrícola no noroeste do estado, região chamada de “Chapadão dos Gaúchos”, o mesmo acontecendo com a microrregião de Bodoquena que cresceu à taxa de 3,19% a.a. contra 1,96% a.a. na década de 70.

Merece destaque o caso da microrregião de Dourados, a mais dinâmica do estado desde 1940, quando teve início a expansão da fronteira agrícola para Goiás e Mato Grosso do Sul. Trata-se do esvaziamento das fronteiras consolidadas, como aconteceu em Goiás, com esta microrregião crescendo à taxa de 1,48% a.a., contra 3,13% a.a. na década de 70. Esta microrregião representava 22,27% da população do estado em 1970, passando para 21,73% em 1980, caindo para 19,97% em 1991.

Vários municípios que na década de 70 tiveram grande dinamismo, passaram a crescer, no período seguinte, com baixas taxas ou a perder população. Os casos mais expressivos são dos municípios de Ribas do Rio Pardo e Amambaí, que haviam crescido na década de 70 à taxas de 12,36 e 12,78% a.a., respectivamente. O primeiro baixa sua taxa para 1,56% a.a. na década de 80 e o segundo passou a perder população de forma significativa com taxa de -3,44% a.a..

O caso de Mato Grosso é exatamente o oposto, somente cinco microrregiões cresceram abaixo da média nacional. Todas as microrregiões que constituem o extremo norte do estado, a grande fronteira ainda em expansão, cresceram com altas taxas, a maioria acima de 10% a.a..

Vale salientar que o crescimento verificado na década de 80 nestas microrregiões, mesmo que tenha a ver com a expansão da fronteira agrícola, teve uma significativa contribuição da frente garimpeira verificada no Extremo Norte (Noroeste principalmente) do estado.

A microrregião de Cuiabá, finalmente, cujo crescimento verificado nas décadas de 70 e 80, mesmo não atingindo as altas taxas do norte do estado, pouco habitado, merece destaque pela manutenção do seu ritmo com taxas de 7,11 e 5,91% a.a., o que confirma a tendência de concentração populacional nas

capitais dos estados. Esta microrregião respondia por 28,19% em 1980 da população total do estado, passando para 29,74% em 1991.

Em termos gerais, percebe-se que o processo de urbanização acentuou-se significativamente nesta última década, inclusive nas áreas de fronteira não consolidadas, como é o caso do estado de Mato Grosso, o que poderá ser verificado na análise que se segue sobre a rede de cidades.

Como foi visto anteriormente, há indicações de que acentuou-se o êxodo rural na década de 80, com a reversão dos padrões de crescimento nas fronteiras mais consolidadas. A modernização da agricultura, a concentração fundiária, entre outros fatores, introduziram profundas mudanças no perfil de crescimento e desenvolvimento de algumas microrregiões do estado de Mato Grosso e em quase todo o espaço dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, revertendo o redirecionamento do crescimento populacional para alguns pontos do espaço regional. Este fato tende a introduzir desequilíbrios nas relações funcionais na rede de cidades.

Se, por um lado, na década de 80, houve uma relativa melhoria na distribuição da população entre os estados e o Distrito Federal, permanecendo Goiás ainda com a maior participação percentual sobre o total da região, percebe-se, por outro lado, uma tendência à concentração da população em alguns pontos do espaço regional. As capitais dos estados e Brasília, por exemplo, desde 1970, vêm aumentando seu percentual de população urbana em relação ao total da região, -24,55% em 1970, 35,45% em 1980, e 38,68% em 1991.

Em termos absolutos, as cidades com menos de 20.000 habitantes predominam na rede urbana regional, passando de 237 cidades em 1970, para 330 em 1991, mesmo tendo caído sua participação percentual no total de cidades, de 95,56 para 87,53%. A população destas cidades correspondia, em 1970, a 23,99% da população urbana da região e a 12,17% da população total. É interessante notar que, em 1991, este grupo de cidades diminuiu sua participação na população urbana da região para 18,53% e aumentou sua representatividade no total da população regional para 15,07%. Este fato é um indicador de perda de importância da população rural na região. Considerando o total das cidades com menos de 20.000 habitantes em 1970, a população total

de seus municípios representava 39,86% da população total da região, caindo para 25,27% em 1991.

As cidades da classe 100 < 500 mil habitantes, em 1970, detinham 29,13% da população urbana e 14,77% da população total da região. Com o movimento ao longo das duas décadas, esta classe de tamanho, em 1991, perde importância significativa, passando a deter, em 1991, 18,06% da população urbana, mas mantém sua importância em relação à população total da região (14,68%). É importante notar que as capitais ascendem para classe superior, sendo substituídas na classe 100 < 500 pelas cidades de Aparecida de Goiás e Luziânia em Goiás, Rondonópolis em Mato Grosso, e Dourados em Mato Grosso do Sul, o que explica sua perda de importância.

As grandes cidades com mais de 500.000 habitantes que, em 1970, eram representadas apenas por Brasília, já detinham 22,37% da população urbana e 11,34% da população total da região. Com a ascensão de duas capitais dos estados a esta classe, elas passam a responder por 38,47% da população urbana e por 31,27% da população total da região.

Chama a atenção o grande número de novas cidades surgidas na década de 80: 94, com a criação de novos municípios, emancipando distritos já existentes, ou com o surgimento de cidades, com o avanço da fronteira agrícola – três delas surgiram já na classe de 20 < 50 mil habitantes .

Expressivo, também, foi o movimento da classe 20 < 50 mil habitantes que, para a região, representa importantes centros sub-regionais, passando de seis cidades em 1970, para 33 em 1991. Com esta movimentação a classe passou de 15,09 para 16,65% da população urbana, e de 7,65 para 13,53% da população total da região.

Atenção especial merece a classe de 50 < 100 mil habitantes, porque poderia representar importante papel no balanceamento da rede urbana regional, não só em termos de distribuição espacial da população, como na dispersão de funções socioeconômicas e de ofertas de equipamentos urbanos com maior equilíbrio espacial. Esta classe era composta por duas cidades em 1970, passando para cinco em 1980 e seis em 1991.

Esta classe teve altas taxas de crescimento da população urbana (8,93% a.a.), total (3,99% a.a.), mas decréscimo na população rural

(-5,77% a.a.) na década de 70, e taxas abaixo da média nacional para a população urbana (1,98% a.a.), rural (1,60% a.a.) e total (1,91% a.a.), na década de 80. Em 1970 esta classe respondia por 9,42% da população urbana e 4,78% da população total da região, passando a representar 10,59 e 7,50% em 1980; em 1991 cai para 8,29 e 6,74%. Esta performance na década de 80 deve-se principalmente à passagem de três cidades dinâmicas (Dourados-MS, Luziânia-GO, Rondonópolis-MT) para uma classe superior, tendo permanecido duas cidades na mesma classe com baixas taxas de crescimento (Corumbá-MS e Itumbiara-GO), e com o ingresso de quatro novas cidades (Jataí-GO, Rio Verde-GO, Três Lagoas-MS e Cáceres-MT) com população urbana mais próxima de 50.000 e não de 100.000.

Face a importância funcional deste intervalo de tamanho na rede urbana regional, é interessante analisar as tendências de inserção de novas cidades na classe versus sua localização regional.

No estado de Mato Grosso, duas cidades, Alta Floresta e Sinop, ambas localizadas no extremo norte, mantidas as taxas de crescimento da população urbana da década de 80, 17,06 e 14,01% a.a. respectivamente, poderão ingressar nesta classe de tamanho; Barra do Garças, o mais importante município do leste do estado, dinâmico na década de 70, perde dinamismo na década de 80 para os municípios do nordeste do estado, tendo sua população total crescido à taxa de 1,58% a.a., e a urbana 3,80% a.a.. Mesmo assim poderá ascender à classe de 50 < 100 mil habitantes nesta década.

Mato Grosso do Sul não possui nenhuma cidade em condições tão óbvias de ascensão. Goiás possui seis cidades que, pelas taxas de crescimento da população urbana nas duas décadas e por estarem próximos dos 50.000 habitantes, integrarão a classe nesta década. São elas: Goianésia, da microrregião de Ceres; Inhumas e Trindade, da microrregião de Goiânia; Formosa e Planaltina, do entorno de Brasília; e Catalão, no sul do estado.

A classe média dos intervalos de tamanho 100 < 500, mantendo as tendências de crescimento verificadas na década de 80, deverá permanecer com as quatro cidades hoje existentes, com uma possibilidade mais plausível de ascensão da citada Rio Verde, em Goiás. Tudo indica, portanto, que a movimentação maior na década de 90 deverá ficar por conta dos intervalos

mais baixos, < 50.000 habitantes. O contraste entre as décadas de 70 e 80 foi que, nos anos 70, houve menos movimentação nas diversas classes de tamanho de cidades, quando surgiram 32 novas cidades e 44 passaram para classes superiores, mas ocorreram as maiores taxas de crescimento. Durante a década de 80, houve intensa movimentação entre as diversas classes, com o surgimento de 97 novas cidades e ascensão de 57 cidades para classes superiores, enquanto as taxas de crescimento foram mantidas, ou caíram bruscamente.

Apanhado da década

A década de 80 não foi, para a região Centro-Oeste, pródiga em grandes e intensas motivações para a atração de fluxos migratórios, como vinha sendo desde os anos 40 e, principalmente, nas décadas de 60 e 70.

Alguns fatores, amplamente analisados pela bibliografia sobre a região, podem ser alinhados como parte dos determinantes da mudança na dinâmica econômica e populacional da região nos anos 80. De modo geral, podem ser levantadas as seguintes:

- existência de grandes extensões de terras desocupadas favoreceram as políticas governamentais de incentivo à ocupação do Centro-Oeste e Amazônia, constituindo-se numa condição fundamental para a expansão da fronteira e atração de migrantes;
- distribuição das terras, durante as décadas de 60 e 70, foi marcada por parâmetros que favoreceram fortemente o monopólio da terra e desfavoreceram totalmente a absorção de trabalhadores rurais; é incomparável a proporção de terra cedida às grandes empresas agropecuárias e aos colonos; acrescenta-se a isto a ineficiência da maioria dos projetos agropecuários, o que confirma a estratégia do grande capital nacional e internacional de especular com a terra, utilizando-a como reserva de valor;
- modernização do setor agrícola (mediante mecanismos que privilegiaram a agricultura empresarial, a adoção de pacote tecnológico e a integração do capital industrial, comercial e o da agricultura) reflete fortemente na falência do pequeno e médio produtor e no processo de urbanização prematuro da região;

- derrota da reforma agrária;
- grande crise econômica vivenciada na década de 80 não permitiu a manutenção de programas especiais de incentivo à ocupação, com a implantação de infra-estrutura econômica e social, além do fornecimento de subsídios;
- opção pela exploração das regiões de cerrado mais próximas dos centros consumidores e de exportação, como o sul da Bahia, noroeste de Minas Gerais, sudoeste goiano e algumas áreas do Mato Grosso do Sul, contribuiu para a redefinição do espaço econômico da região, com reflexos no crescimento de algumas microrregiões e esvaziamento de outras;
- houve um redirecionamento dos fluxos migratórios para Rondônia, que cresceu na década à taxa de 7,87% a.a., elevando sua população de 491.069 habitantes em 1970, para 1.130.400 em 1991;
- reorientação da população agrícola regional para o complexo grãos-carne, com o aumento da capacidade de implantação de agroindústrias.

A década de 80 marca o processo de ocupação agroindustrial da região Centro-Oeste, em continuidade ao deslocamento da produção de grãos ocorrido nas duas décadas anteriores. Basta verificar o comportamento da produção de grãos onde o arroz, tradicional produto de abertura e expansão da fronteira, cede lugar ao milho e à soja. O arroz representava, em 1980, 32% da produção nacional, passando para 13% em 1991. A soja, que representava 12,5% em 1980, atinge os 43,7% da produção nacional em 1991, enquanto o milho aumenta sua participação no total de grãos de 10% em 1980, para 19% em 1989. Nos anos 1990/91 sua participação cai aos níveis do início da década, por questões conjunturais adversas. A dinâmica do setor agrícola da região nos anos 80 pode ser verificada pelas taxas geométricas de crescimento na produção de seus principais grãos. O milho, cuja taxa média do país foi de 2,7% ao ano, em 1980 e 1989, atingiu na região Centro-Oeste a taxa média de 9,41%. O crescimento da soja foi ainda mais expressivo, alcançando uma taxa média de crescimento de 16,54% ao ano, enquanto o crescimento do país foi da ordem de 4,7%. O arroz, ao contrário, teve crescimento negativo na região, e cresceu em média 1,2% no país na década de 80.

A década de 80 marcou, também, a entrada das agroindústrias de grande porte, integrando as duas cadeias produtivas, grãos e carnes, com resultados muito dinâmicos para a região, principalmente em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, já que em Goiás o processo deu-se há mais tempo.

A grosso modo, percebe-se que a modernização do setor agrícola, com a introdução de plantas agroindustriais de grande porte e com tecnologias também modernas, tem contribuído para a urbanização da região, com a concentração populacional e econômica nas capitais e nas cidades maiores.

Uma breve análise dos migrantes por setor de atividade na região reflete uma face deste quadro de sua base econômica. O setor terciário, por exemplo, responde pela maioria absoluta de absorção de migrantes e não-migrantes, com menor intensidade para o estado de Mato Grosso, onde não atinge os 50%, ao contrário dos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal, nos quais o setor absorve entre 50% a 80% de todas as categorias de migrantes e de não-migrantes. No caso do Distrito Federal, o setor terciário chega a absorver 80,5% dos naturais, 79% dos migrantes de retorno e 77,3% dos imigrantes, enquanto 70,4% dos emigrantes estavam ocupados neste setor. O setor primário de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso absorve 24,3 e 25,8% dos imigrantes, respectivamente, enquanto é dele a origem de 21,6 e 22,3% dos emigrantes, respectivamente. Em Goiás, a emigração do setor superou a absorção de imigrantes, 20,4 e 14%. É interessante notar que em todos os estados da região é menor o percentual de absorção dos migrantes de retorno pelo setor primário, 15,9% em Mato Grosso do Sul, 19,16% em Mato Grosso, 13,76% em Goiás e 2,7% no Distrito Federal.

Com exceção do Distrito Federal, no estado de Goiás o setor primário tem menor importância na absorção de mão-de-obra, recebe 14% dos imigrantes e 13,76% dos migrantes de retorno, e responde por 20,4% dos emigrantes e por 22,9% dos naturais. Tem maior importância em Mato Grosso, onde absorve 25,1% dos imigrantes e 19,16% dos imigrantes de retorno e responde também pelo maior percentual dos emigrantes, 22,3%.

O setor secundário, o terceiro em importância na região, porém muito próximo do setor primário, é mais representativo no estado de Goiás. Chama a atenção a absorção de imigrantes no setor pelo estado de Mato Grosso, 24,9

contra 15,8% no Mato Grosso do Sul e 21,3% em Goiás. É de Mato Grosso, também, a maior presença de não-migrantes no setor secundário, 20,14, contra 15,9% do Mato Grosso do Sul. Este fato explica-se pela introdução mais tardia da agroindústria no estado, como da própria expansão da fronteira agrícola, com dinamismo posterior aos estados da região.

O predomínio do setor terciário, aliado ao crescimento do setor secundário, reflete o processo de urbanização do Centro-Oeste, acentuado a partir da década de 70, quando a população rural passa a crescer negativamente, apesar de que a população urbana já vinha crescendo à taxas superiores desde os anos 60.

Se considerarmos como urbano somente as cidades sedes de municípios, o grau de urbanização do Centro-Oeste foi de 67,6% em 1980 e 79,1% em 1991, enquanto o do país foi de 67,59 e 75,59% no mesmo período (no conceito de urbano do IBGE, o que aumenta a importância comparativa do grau de urbanização da região). Pelo conceito utilizado neste trabalho (IBGE), o grau de urbanização do Centro-Oeste foi de 73,44% em 1980 e 83,48% em 1991, superando a média do país.

Cenários para o futuro – 1997/ 2010

O processo de ocupação econômica e populacional da região Centro-Oeste coincidiu, nas décadas de 60 e 70, com um período de crescimento constante da economia nacional, marcado pelos Planos de Desenvolvimento Nacionais – PNDs, fortemente ancorados no investimento estatal no setor produtivo, essencialmente infra-estrutura e, a nível nacional, indústria de base, na linha de substituição de importações. Foi característica deste período, entre outros fatores, condições muito favoráveis na conjuntura econômica, principalmente o crédito externo abundante e barato. Esta situação perdura até o final dos anos 70, quando esgota o quadro de recursos abundantes e se inicia o período que ficou conhecido, em termos de desempenho da economia nacional como “a década perdida”.

Qualquer cenário prospectivo para a região, portanto, deve-se calcar nos cenários desenhados para o país. De qualquer forma, admitindo-se que haverá uma retomada do crescimento econômico no âmbito nacional, é provável que será mantida a tendência de concentração do dinamismo econômico no eixo Sul-Sudeste do país, com possíveis irradiações para a região Centro-Oeste, dentro do atual quadro de fragilidade das políticas regionais.

O que se observa como tendência de crescimento econômico da região baseia-se na integração das duas cadeias produtivas – grãos e carnes –, com o fortalecimento da agroindústria regional, que vem revelando-se como um mercado de grande potencialidade.

Dentro deste quadro, e considerando as tendências de crescimento populacional verificadas anteriormente, é possível levantar algumas indicações sobre a urbanização da região:

- manutenção da instabilidade de sua rede urbana, com a constante movimentação entre as diversas classes de tamanho de cidades, com tendência de perda de importância gradativa das pequenas cidades; fortalecimento do intervalo de 20 < 50 mil habitantes, permanência da frágil presença do intervalo médio 100 < 500 mil habitantes e concentração populacional nas capitais dos estados e no Distrito Federal;
- maior concentração econômica e populacional no eixo Goiânia/Anápolis/Brasília;
- formação e crescimento de aglomerados urbanos – Cuiabá/Várzea-Grande (e novos municípios que serão criados a partir dos distritos existentes); aglomerado urbano de Goiânia; e Distrito Federal e seu Entorno;
- fortalecimento econômico de algumas microrregiões, como Rondonópolis – MT, Dourados – MS, Jataí/Rio Verde – GO.

Bibliografia

- ABEP. *Diversidades brasileiras; um olhar demográfico*. São Paulo: ABEP, 1996. (Cartaz).
- ARRIAGA, E. E. *Population analysis with microcomputers*. Washington, DC: Bureau of Census, 1994.
- BENFAM. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde*. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, BENFAM, 1997. (Relatório preliminar).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).
- CARVALHO, J. A. M. *Fecundidade e mortalidade no Brasil 1960/70*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1978. (Relatório de Pesquisa).
- _____, PINHEIRO, S. *Fecundidade e mortalidade no Brasil 1970/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1986. (Relatório de Pesquisa).
- FARIA, V. O sistema urbano brasileiro – um resumo das características e tendências recentes. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, p. 101, 1980.
- FIBGE. *Censo Demográfico, 1960,1970,1980,1991*.
- FIBGE. *Contagem Populacional, 1996*.
- FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. 1995*
- MARTINE, G. (Coord), CARVALHO, J. A. M., ARIAS, A. R. *Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social*. Brasília: IPEA,1994. (Textos para Discussão, n. 34).
- ONU. *Técnicas indirectas de estimation demográfica – Manual X*. Nueva Iorque: Naciones Unidas, 1986.
- SOLER, F. A. *Rio Seco – Diagnóstico do setor urbano da região Centro-Oeste*. Brasília: SUDECO/UnB, 1978.

Anexo 1

Tabela 1
Taxa geométrica média anual – Estados da região Centro-Oeste, 1980/91

Grupo Etário	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	M. Grosso do Sul
0-4	0,04	0,03	3,14	0,56
5-9	2,63	1,09	4,33	1,43
10-14	3,03	1,51	4,98	1,63
15-19	2,06	1,51	4,96	1,14
20-24	2,68	2,51	5,56	2,20
25-29	3,15	3,64	6,85	3,84
30-34	3,26	4,21	7,50	4,41
35-39	4,31	4,06	7,29	4,31
40-44	3,69	3,22	6,29	3,21
45-49	4,47	3,49	6,61	3,34
50-54	4,76	3,48	6,52	3,38
55-59	5,35	4,15	7,01	4,10
60-64	5,89	4,58	6,80	4,54
65-69	5,34	3,87	5,27	3,73
70 e +	7,68	5,32	7,49	6,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Anexo 2

Tabela 1
Evolução das taxas de fecundidade por idade 1970/95 – Região Centro-Oeste

Grupo Etário	Urbana				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0787	0,083	0,095	0,082	7,40	10,48	19,12	18,70
20-24	0,2514	0,2197	0,1613	0,1571	23,63	27,71	32,48	35,80
25-29	0,2765	0,2141	0,1226	0,106	25,98	27,02	24,67	24,17
30-34	0,214	0,1411	0,0681	0,0533	20,11	17,81	13,70	12,16
35-39	0,1536	0,0864	0,0316	0,0286	14,44	10,91	6,36	6,52
40-44	0,0708	0,0384	0,0146	0,0108	6,65	4,85	2,94	2,46
45-49	0,0191	0,0097	0,0036	0,0008	1,80	1,22	0,72	0,18
TFT	5,32	3,96	2,48	2,19				
Idade Média	29,39	28,02	25,87	25,51				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Rural				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1304	0,1502	0,1576	0,1684	8,54	12,73	22,05	25,28
20-24	0,3497	0,3086	0,2308	0,2146	22,89	26,15	32,29	32,20
25-29	0,3584	0,2735	0,152	0,1459	23,47	23,19	21,27	21,90
30-34	0,307	0,2046	0,0853	0,0852	20,10	17,34	11,94	12,79
35-39	0,2346	0,1501	0,052	0,0461	15,36	12,72	7,28	6,92
40-44	0,1178	0,0735	0,0274	0,0061	7,71	6,23	3,83	0,92
45-49	0,0296	0,0192	0,0096	0	1,94	1,63	1,34	0,00
TFT	7,64	5,90	3,57	3,33				
Idade Média	29,59	28,32	25,85	24,83				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Total				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1021	0,1013	0,1049	0,0959	8,06	11,30	19,72	20,30
20-24	0,2961	0,2436	0,1725	0,165	23,39	27,15	32,46	34,95
25-29	0,3124	0,2299	0,127	0,1117	24,68	25,64	23,88	23,65
30-34	0,2545	0,1576	0,0707	0,0579	20,10	17,58	13,29	12,26
35-39	0,1884	0,1038	0,0348	0,0312	14,88	11,58	6,54	6,60
40-44	0,0897	0,0481	0,0169	0,0099	7,09	5,37	3,18	2,10
45-49	0,0228	0,0124	0,0049	0,0007	1,80	1,38	0,92	0,15
TFT	6,33	4,48	2,66	2,36				
Idade Média	29,44	28,13	25,89	25,34				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

(*) taxas corrigidas pela razão P/F para P2 e F2.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996); PNAD (1995).

Tabela 2
Evolução das taxas de fecundidade por idade 1970/95 – Distrito Federal

Grupo Etário	Urbana				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0773	0,0691	0,0645	0,0556	7,04	9,65	14,03	14,50
20-24	0,2456	0,1836	0,1307	0,1122	22,36	25,63	28,43	29,21
25-29	0,2798	0,1983	0,127	0,0992	25,47	27,67	27,62	25,85
30-34	0,2302	0,1403	0,0827	0,082	20,96	19,59	17,98	21,38
35-39	0,1634	0,0812	0,0344	0,0184	14,88	11,34	7,48	4,80
40-44	0,0757	0,0345	0,0176	0,0125	6,89	4,82	3,83	3,26
45-49	0,0263	0,0094	0,0029	0,0039	2,39	1,31	0,63	1,02
TFT	5,49	3,58	2,30	1,92				
Idade Média	29,73	28,35	27,02	26,83				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Rural				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1065	0,1494	0,1434	0,1586	6,17	10,40	19,80	32,79
20-24	0,3898	0,3768	0,1967	0,1418	22,60	26,22	27,16	29,32
25-29	0,4136	0,3338	0,2228	0,0712	23,97	23,23	30,78	14,72
30-34	0,3122	0,2661	0,1017	0,0746	18,10	18,52	14,04	15,42
35-39	0,2682	0,1884	0,0525	0,0375	15,55	13,11	7,25	7,75
40-44	0,1516	0,1094	0,007	0	8,79	7,61	0,97	0,00
45-49	0,0833	0,013	0	0	4,83	0,90	0,00	0,00
TFT	8,63	7,18	3,62	2,42				
Idade Média	30,50	28,71	25,73	24,30				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Total				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0781	0,0709	0,0679	0,0611	7,00	9,69	14,36	15,96
20-24	0,249	0,1875	0,134	0,1121	22,30	25,62	28,34	29,28
25-29	0,2834	0,2011	0,1318	0,0953	25,38	27,48	27,87	24,90
30-34	0,2325	0,143	0,0838	0,0799	20,82	19,54	17,72	20,87
35-39	0,167	0,0837	0,0352	0,0196	14,96	11,44	7,44	5,12
40-44	0,0783	0,0362	0,0174	0,0112	7,01	4,95	3,68	2,93
45-49	0,0282	0,0095	0,0028	0,0036	2,53	1,30	0,59	0,94
TFT	5,58	3,66	2,36	1,91				
Idade Média	29,78	28,37	26,95	26,62				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

(*) taxas corrigidas pela razão P/F para P2 e F2.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/ UNICAMP (1996); PNAD (1995).

Tabela 3
Evolução das taxas de fecundidade por idade 1970/95 – Goiás

Grupo Etário	Urbana				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0788	0,0819	0,1003	0,0833	7,60	10,21	21,15	20,20
20-24	0,2554	0,2296	0,1645	0,1588	24,62	28,59	34,71	38,48
25-29	0,2704	0,2206	0,1123	0,1043	26,07	27,49	23,68	25,29
30-34	0,2041	0,1359	0,0558	0,0404	19,68	16,94	11,76	9,80
35-39	0,1483	0,0871	0,0253	0,0206	14,30	10,85	5,33	5,00
40-44	0,0661	0,0386	0,0128	0,0051	6,37	4,81	2,70	1,24
45-49	0,0141	0,0089	0,0032	0	1,36	1,11	0,67	0,00
TFT	5,19	4,01	2,37	2,06				
Idade Média	29,15	27,92	25,31	24,73				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Rural				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1279	0,1423	0,157	0,1587	8,58	11,77	24,89	27,06
20-24	0,3499	0,3199	0,2214	0,22	23,48	26,47	35,08	37,51
25-29	0,355	0,2845	0,1241	0,11	23,82	23,54	19,68	18,75
30-34	0,3009	0,2121	0,0645	0,0651	20,19	17,55	10,23	11,10
35-39	0,225	0,1545	0,037	0,0327	15,10	12,78	5,87	5,58
40-44	0,1067	0,0752	0,0214	0	7,16	6,22	3,39	0,00
45-49	0,025	0,0201	0,0054	0	1,68	1,66	0,86	0,00
TFT	7,45	6,04	3,15	2,93				
Idade Média	29,4	28,42	25,03	24,03				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Total				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,105	0,1012	0,1094	0,0969	8,18	10,79	21,85	21,97
20-24	0,3072	0,2596	0,1744	0,1686	23,92	27,66	34,84	38,22
25-29	0,3182	0,2423	0,1146	0,1043	24,78	25,82	22,88	23,65
30-34	0,257	0,1612	0,0573	0,0447	20,02	17,18	11,44	10,13
35-39	0,1892	0,11	0,0272	0,0224	14,74	11,72	5,43	5,08
40-44	0,0874	0,0512	0,0142	0,0042	6,81	5,46	2,84	0,95
45-49	0,0201	0,0128	0,0036	0	1,57	1,36	0,72	0,00
TFT	6,42	4,69	2,50	2,21				
Idade Média	29,29	28,16	25,26	24,55				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

(*) taxas corrigidas pela razão P/F para P2 e F2.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/ UNICAMP (1996); PNAD (1995).

Tabela 4
Evolução das taxas de fecundidade por idade 1980/95 – Mato Grosso do Sul

Grupo Etário	1980	Urbana 1991	Distribuição Percentual			
			1995	1980	1991	1995
15-19	0,0937	0,1014	0,0882	11,89	18,83	18,87
20-24	0,2264	0,1724	0,1853	28,72	32,00	39,65
25-29	0,2024	0,1374	0,0892	25,68	25,51	19,09
30-34	0,1366	0,0757	0,0446	17,33	14,06	9,54
35-39	0,0815	0,0363	0,0423	10,34	6,74	9,05
40-44	0,0364	0,0112	0,0177	4,62	2,08	3,79
45-49	0,0112	0,0042	0	1,42	0,78	0,00
TFT	3,94	2,69	2,34			
Idade Média	27,75	25,88	25,58			
Total				100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	1980	Rural 1991	Distribuição Percentual			
			1995	1980	1991	1995
15-19	0,1661	0,1689	0,1912	15,58	21,68	17,21
20-24	0,2797	0,2338	0,223	26,24	30,01	20,08
25-29	0,24	0,1751	0,272	22,51	22,48	24,48
30-34	0,1728	0,0976	0,2617	16,20	12,53	23,56
35-39	0,1278	0,0598	0,1126	11,98	7,68	10,14
40-44	0,068	0,0296	0,0504	6,38	3,80	4,54
45-49	0,0119	0,0142	0	1,12	1,82	0,00
TFT	5,33	3,89	5,55			
Idade Média	27,82	26,16	27,65			
Total				100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	1980	Total 1991	Distribuição Percentual			
			1995	1980	1991	1995
15-19	0,1151	0,1139	0,1036	13,27	19,49	18,74
20-24	0,2419	0,185	0,1952	27,88	31,68	35,30
25-29	0,2131	0,1451	0,1161	24,56	24,83	21,00
30-34	0,1463	0,0799	0,0662	16,86	13,67	11,97
35-39	0,0946	0,0403	0,0499	10,90	6,90	9,02
40-44	0,0452	0,0141	0,0219	5,21	2,41	3,96
45-49	0,0113	0,0059	0	1,30	1,01	0,00
TFT	4,34	2,92	2,76			
Idade Média	27,75	25,90	25,96			
Total				100,00	100,00	100,00

(*) taxas corrigidas pela razão P/F para P2 e F2.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/ UNICAMP (1996); PNAD (1995).

Tabela 5
 Evolução das taxas de fecundidade por idade 1970/95 – Mato Grosso

Grupo Etário	Urbana				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0799	0,1008	0,1131	0,1041	7,42	11,08	20,22	19,42
20-24	0,2476	0,2507	0,182	0,1775	22,99	27,58	32,53	33,10
25-29	0,2806	0,2347	0,1283	0,1371	26,05	25,81	22,93	25,58
30-34	0,2144	0,1616	0,0737	0,0602	19,91	17,77	13,17	11,23
35-39	0,1549	0,1012	0,0387	0,0422	14,38	11,13	6,92	7,87
40-44	0,076	0,0492	0,0189	0,015	7,06	5,41	3,38	2,80
45-49	0,0237	0,0112	0,0047	0	2,20	1,23	0,84	0,00
TFT	5,39	4,55	2,80	2,68				
Idade Média	29,54	28,07	25,88	25,67				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Rural				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1356	0,1573	0,1541	0,1715	8,49	13,31	19,45	27,16
20-24	0,3486	0,2991	0,247	0,2143	21,83	25,30	31,18	33,94
25-29	0,3689	0,2684	0,1638	0,1516	22,78	22,71	20,68	24,00
30-34	0,3191	0,2069	0,1049	0,0518	19,98	17,50	13,24	8,20
35-39	0,2524	0,1554	0,069	0,0423	15,81	13,15	8,71	6,70
40-44	0,1392	0,0702	0,0382	0	8,72	5,94	4,82	0,00
45-49	0,0381	0,0248	0,0151	0	2,39	2,10	1,91	0,00
TFT	7,98	5,91	3,96	3,16				
Idade Média	29,92	28,4	26,63	24,17				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

Grupo Etário	Total				Distribuição Percentual			
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,1091	0,1226	0,1227	0,1194	8,10	12,12	20,04	21,78
20-24	0,2997	0,2689	0,1967	0,1818	22,25	26,59	32,13	33,19
25-29	0,324	0,247	0,1363	0,1373	24,04	24,41	22,26	25,05
30-34	0,2693	0,1777	0,0805	0,0567	19,99	17,56	13,15	10,34
35-39	0,2053	0,1215	0,0453	0,0421	15,24	12,01	7,40	7,68
40-44	0,1085	0,0575	0,0234	0,0107	8,06	5,68	3,82	1,95
45-49	0,0311	0,0164	0,0073	0	2,31	1,62	1,19	0,00
TFT	6,73	5,06	3,06	2,74				
Idade Média	29,77	28,22	26,1	25,24				
Total					100,00	100,00	100,00	100,00

(*) taxas corrigidas pela razão P/F para P2 e F2.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Tabulações especiais NESUR-IE/ UNICAMP (1996); PNAD (1995).

Anexo 3

Tabela 1

Imigrantes por Unidades da Federação de origem segundo estado de destino da região Centro-Oeste

UF de Origem	MMS	(%)	MT	(%)	GO	(%)	DF	(%)	Total	(%)
Norte	14.043	5,16	53.149	9,78	63.894	12,28	20.778	5,85	151.865	8,98
Rondônia	9.571	3,52	30.509	5,62	4.984	0,96	1.515	0,43	46.579	2,76
Acre	445	0,16	1.025	0,19	406	0,08	507	0,14	2.384	0,14
Amazonas	995	0,37	1.419	0,26	1.219	0,23	2.412	0,68	6.045	0,36
Roraima	258	0,09	267	0,05	657	0,13	785	0,22	1.967	0,12
Pará	2.440	0,90	13.210	2,43	19.762	3,80	8.443	2,38	43.855	2,59
Amapá	11	0,00	256	0,05	64	0,01	237	0,07	568	0,03
Tocantins	323	0,12	6.463	1,19	36.804	7,07	6.879	1,94	50.469	2,99
Nordeste	16.805	6,18	51.126	9,41	117.349	22,55	170.427	48,02	355.707	21,04
Maranhão	825	0,30	22.148	4,08	14.954	2,87	25.740	7,25	63.667	3,77
Piauí	621	0,23	1.679	0,31	12.695	2,44	38.082	10,73	53.077	3,14
Ceará	4.243	1,56	5.454	1,00	15.003	2,88	29.066	8,19	53.766	3,18
Rio Gde do Norte	990	0,36	1.003	0,18	6.932	1,33	7.972	2,25	16.898	1,00
Paraíba	1.060	0,39	1.680	0,31	7.829	1,50	18.300	5,16	28.870	1,71
Pernambuco	3.640	1,34	3.859	0,71	7.037	1,35	11.790	3,32	26.325	1,56
Alagoas	1.219	0,45	2.700	0,50	1.250	0,24	1.654	0,47	6.823	0,40
Sergipe	970	0,36	342	0,06	658	0,13	1.058	0,30	3.027	0,18
Bahia	3.237	1,19	12.262	2,26	50.991	9,80	36.765	10,36	103.255	6,11
Sudeste	113.074	41,58	94.830	17,46	127.192	24,44	89.001	25,08	424.097	25,09
Minas Gerais	9.976	3,67	24.267	4,47	73.581	14,14	49.048	13,82	156.872	9,28
Espírito Santo	604	0,22	2.100	0,39	1.928	0,37	2.257	0,64	6.889	0,41
Rio de Janeiro	8.666	3,19	4.338	0,80	9.871	1,90	22.856	6,44	45.731	2,71
São Paulo	93.829	34,51	64.125	11,81	41.811	8,04	14.840	4,18	214.605	12,70
Sul	84.991	31,26	218.277	40,18	20.044	3,85	10.850	3,06	334.162	19,77
Paraná	64.602	23,76	164.597	30,30	8.359	1,61	3.674	1,04	241.231	14,27
Santa Catarina	6.761	2,49	25.880	4,76	2.521	0,48	1.319	0,37	36.481	2,16
Rio Gde do Sul	13.629	5,01	27.800	5,12	9.164	1,76	5.857	1,65	56.450	3,34
Centro-Oeste	33.699	12,39	124.365	22,90	189.666	36,45	58.132	16,38	405.861	24,01
M. Grosso do Sul	-	-	68.320	12,58	6.495	1,25	1.954	0,55	76.769	4,54
Mato Grosso	24.828	9,13	-	-	29.528	5,67	2.744	0,77	57.100	3,38
Goias	7.106	2,61	51.121	9,41	-	-	53.434	15,06	111.661	6,61
Distrito Federal	1.765	0,65	4.923	0,91	153.642	29,53	-	-	160.331	9,48
Brasil sem espec.	93	0,03	-	-	682	0,13	452	0,13	1.227	0,07
País estr./mal de.	8.014	2,95	1.437	0,26	1.476	0,28	5.171	1,46	16.097	0,95
Ignorado	1.205	0,44	-	-	53	0,01	107	0,03	1.365	0,08
Total	271.925	100,00	543.184	100,00	520.355	100,00	354.918	100,00	1.690.382	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Tabela 2
 Emigrantes por estado de origem segundo Unidades da Federação de destino Região Centro-Oeste, 1991

UF de Destino	MMS	(%)	MT	(%)	GO	(%)	DF	(%)	Total	(%)
Norte	28.609	112,05	54.523	222,31	883.905	224,31	115.701	44,62	1182.739	115,66
Rondônia	23.336	9,83	39.531	16,17	110.925	33,16	33.304	00,97	777.095	66,61
Acre	1.003	0,42	1.398	00,57	4440	00,13	4469	00,14	33.310	00,28
Amazonas	679	0,29	1.207	00,49	11.131	00,33	11.045	00,31	44.062	00,35
Roraima	403	0,17	1.231	,050	8863	00,25	3391	00,11	22.888	00,25
Pará	2.503	1,05	7.970	33,26	330.975	88,97	55.416	11,59	446.868	44,02
Amapá	-	-	203	00,08	1196	00,06	2253	00,07	6652	00,06
Tocantins	685	0,29	2.984	11,22	339.374	111,41	44.821	11,42	447.864	44,10
Nordeste	77.109	22,99	110.986	44,49	331.771	99,20	669.531	220,44	1119.396	110,23
Maranhão	5585	00,25	22.504	11,02	66.572	11,90	99.507	22,80	119.167	11,64
Piauí	4417	00,18	6606	00,25	22.047	00,59	111.668	33,43	114.738	11,26
Ceará	11.549	00,65	11.919	00,79	33.700	11,07	113.924	44,09	221.093	11,81
Rio Gde do Norte	8822	00,35	8898	00,37	33.492	11,01	55.607	11,65	110.818	00,93
Paraíba	4409	00,17	4439	00,18	11.989	00,58	77.193	22,11	110.031	00,86
Pernambuco	11.316	00,55	11.344	00,55	22.612	00,76	66.480	11,91	111.753	11,01
Alagoas	4496	00,21	3315	00,13	6647	00,19	11.418	00,42	22.877	00,25
Sergipe	2218	00,09	3366	00,15	4474	00,14	22.132	00,63	33.190	00,27
Bahia	11.296	00,55	22.595	11,06	110.236	22,97	111.603	33,41	225.730	22,20
Sudeste	882.003	334,54	554.212	222,18	1106.456	330,84	882.447	224,24	3325.117	227,86
Minas Gerais	66.050	22,55	112.120	44,96	665.792	119,06	334.663	110,19	1118.625	110,16
Espírito Santo	7730	00,31	11.182	00,48	11.312	00,38	44.493	11,32	77.716	00,66
Rio de Janeiro	44.972	22,09	33.221	11,32	44.333	11,26	222.498	66,62	335.024	33,00
São Paulo	770.250	229,59	337.689	115,42	335.019	110,15	220.793	66,11	1163.752	114,03
Sul	442.936	118,08	667.617	227,66	111.384	33,30	112.090	33,55	1134.027	111,48
Paraná	333.752	114,22	552.559	221,50	55.381	11,56	44.874	11,43	996.566	88,27
Santa Catarina	33.235	11,36	66.320	22,59	11.256	00,36	11.962	00,58	112.773	11,09
Rio Gde do Sul	55.949	22,51	88.738	33,57	44.747	11,38	55.254	11,54	224.687	22,12
Centro-Oeste	776.769	332,33	557.100	223,36	1111.661	332,35	1160.331	447,14	4405.861	334,77
M. Grosso do Sul	-	-	224.828	110,16	77.106	22,06	11.765	00,52	333.699	22,89
Mato Grosso	668.320	228,78	-	-	551.121	114,81	44.923	11,45	1124.365	110,66
Goiás	66.495	22,74	229.528	112,08	-	-	1153.642	445,18	1189.666	116,25
Distrito Federal	11.954	00,82	22.744	11,12	553.434	115,48	-	-	558.132	44,98
Total	2237.426	1100,0	2244.438	1100,0	3345.178	1100,0	3340.100	1100,0	11167.141	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais NESUR-IE/UNICAMP (1996).

6

Análise demográfica da região Centro-Leste

José Irineu Rangel Rigotti¹
José Alberto Magno de Carvalho²

Introdução

Este trabalho procura diagnosticar as principais tendências da dinâmica demográfica e do crescimento urbano da Grande Região (GR) composta pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Enfocaremos, para o período 1960/91, a evolução da mortalidade, da fecundidade e da migração, desagregando as estimativas por Unidades da Federação (UFs) e áreas urbanas e rurais.

Abaixo, daremos uma visão geral da região, caracterizando a evolução da população total, urbana e rural, o crescimento e a participação das UFs na GR e no Brasil, a densidade demográfica e a população economicamente ativa (PEA).

-
1. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em demografia.
 2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Após o estudo da dinâmica demográfica, faremos uma síntese das questões mais relevantes suscitadas no decorrer do trabalho e levantaremos algumas hipóteses sobre demanda escolar, enfatizando as tendências de crescimento da população de cinco a dez anos e tendo como horizonte temporal o ano de 2010.

Visão geral

A região em estudo é composta pelos estados da região Sudeste, com exceção de São Paulo. Abrangendo quase 11% da área total do país, os estados pertencentes ao Sudeste apresentam uma participação na área total da região bastante diferenciada, como mostra a Tabela 1. Enquanto Minas Gerais possui mais de 63,5% da área do Sudeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro ficam com menos de 5% cada um.

Há grande diferenciação quanto à densidade demográfica. Os menores estados são os mais povoados, com destaque para o Rio de Janeiro, cuja densidade era, em 1991, 17 vezes maior que a do país. Minas Gerais, o maior estado da GR em tamanho é o menos povoado, ainda que o mais populoso dos três.

Tabela 1

Área total, proporção em relação ao Brasil e região, e densidade demográfica, em 1991

Brasil, Região e estados	Área	Proporção da área		Dens. demog.
	km ²	Brasil	Região	(hab./Km ²)
Brasil	8511996,3	100,0		17,2
Sudeste	924266,3	10,9	100,0	67,9
Minas Gerais	586624,3	6,9	63,5	26,8
Espírito Santo	45733,0	0,5	4,9	56,9
Rio de Janeiro	43653,3	0,5	4,7	293,4

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, (1993, v. 53).

Em termos de população total, a posição relativa dos estados na GR não apresentou mudanças no período entre 1960 e 1991. Minas Gerais foi sempre o maior estado, seguido do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em relação à residência urbana e rural, a região Sudeste é mais urbana que o Brasil como um todo. Em 1960, menos da metade (44,6%) da população brasileira tinha residência urbana. Com o veloz processo de urbanização, 75,6% já residia em áreas urbanas, em 1991. Sendo mais da metade de sua população urbana em 1960 (57%), o ritmo da urbanização do Sudeste foi tão acelerado que 88% da população era urbana em 1991.

No entanto, as diferenças internas são marcantes. Enquanto em 1960 as populações do Espírito Santo e de Minas Gerais eram majoritariamente rurais, 70,8 e 61,2%, respectivamente, no Rio de Janeiro 78,9% já residiam em áreas urbanas, apresentando-se este como o estado mais urbanizado do país. Até a década de 60, tanto Minas Gerais quanto o Espírito Santo possuíam uma proporção de população urbana inferior à média brasileira – que era de 55,9%, em 1970 – e muito menor do que a região Sudeste – 72,7%.

Tabela 2
População total, urbana e rural e participação relativa

	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%
Brasil	70.070.457	100.0	93.139.037	100.0	119.002.703	100.0	146.825.475	100.0
urbana	31.303.034	44.6	52.084.984	55.9	80.436.406	67.6	110.990.990	75.6
rural	38.767.423	55.4	41.054.053	44.1	38.566.297	32.4	35.834.485	24.4
Sudeste	30.630.728	100.0	39.853.498	100.0	51.734.125	100.0	62.740.401	100.0
urbana	17.460.897	57.0	28.964.601	72.7	42.840.081	82.8	55.225.983	88.0
rural	13.169.831	43.0	10.888.897	27.3	8.894.044	17.2	7.514.418	22.0
Minas Gerais	9.912.507	100.0	11.487.415	100.0	13.378.553	100.0	15.743.152	100.0
urbana	3.847.601	38.8	6.060.300	52.8	8.982.134	67.1	11.786.893	74.9
rural	6.064.906	61.2	5.427.115	47.2	4.396.419	32.9	3.956.259	25.1
Espírito Santo	1.298.242	100.0	1.599.333	100.0	2.023.341	100.0	2.600.618	100.0
urbana	378.744	29.2	721.916	45.1	1.293.378	63.9	1.924.588	74.0
rural	919.498	70.8	877.417	54.9	729.963	36.1	676.030	26.0
Rio de Janeiro	6.610.748	100.0	8.994.802	100.0	11.291.520	100.0	12.807.706	100.0
urbana	5.214.809	78.9	7.906.146	87.9	10.368.191	91.8	12.199.641	95.2
rural	1.395.939	21.1	1.088.656	12.1	923.329	8.2	608.065	4.8

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1993, v. 53).

A partir dos anos 70, Minas Gerais e Espírito Santo caminharam no sentido de se igualarem à média brasileira. De fato, em 1991, 75,6% da população brasileira era urbana, enquanto os dois estados apresentavam uma proporção ligeiramente inferior – 74,9% em Minas Gerais e 74% no Espírito Santo. O Rio de Janeiro apresenta-se como um caso excepcional, pois praticamente toda sua população, nada menos que 95,2%, era urbana em 1991. Estas diferentes proporções, refletindo o processo de urbanização verificado no decorrer do período nos três estados da GR, com suas especificidades no que tange aos valores culturais e níveis de desenvolvimento socioeconômico, irão se refletir nos indicadores demográficos, como veremos posteriormente.

Uma breve comparação do crescimento da população total e da População Economicamente Ativa (PEA) fornece uma visão bastante geral, porém sintomática, das condições socioeconômicas das três UFs da GR, vis-à-vis o Brasil e região Sudeste.

Nos anos 60, a taxa anual de crescimento da população total no Brasil foi de 2,9% e o crescimento da PEA ficou abaixo desse percentual, ou seja, 2,7%. Na região Sudeste, o ritmo de crescimento da população total e da PEA foi idêntico – esta última apresentou o mesmo crescimento observado para o Brasil como um todo.

Tabela 3

População total, PEA (1000 pessoas) e taxas anuais de crescimento na década (r)

		1960	1970	r (%)	1980	r (%)	1990	r (%)
Brasil	Pop. total	70.071	93.139	2,9	119.003	2,5	144.048	1,9
	PEA	22.750	29.557	2,7	43.236	3,9	64.468	4,1
Sudeste	Pop. total	30.631	39.854	2,7	51.734	2,6	61.650	1,8
	PEA	10.131	13.207	2,7	20.176	4,3	29.601	3,9
Minas Gerais	Pop. total	9.913	11.487	1,5	13.379	1,5	15.512	1,5
	PEA	2.990	3.461	1,5	4.736	3,2	7.054	4,1
Espírito Santo	Pop. total	1.298	1.599	2,1	2.023	2,4	2.542	2,3
	PEA	353	458	2,6	711	4,5	1.093	4,4
Rio de Janeiro	Pop. total	6.611	8.995	3,1	11.292	2,3	12.662	1,2
	PEA	2.131	2.916	3,2	4.317	4,0	6.260	3,8

Fontes: Estatísticas Históricas do Brasil (1986, v.3); Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro (1994).

Nesse período, o Rio de Janeiro se destacou com um crescimento populacional (3,1%) e de sua PEA (3,2%) maiores que a média brasileira. Tinha então características de metrópole nacional, com capacidade de absorver população de outros estados brasileiros. Minas Gerais e Espírito Santo, estados tradicionalmente expulsos de população, como veremos mais adiante, apresentaram crescimento populacional e da PEA mais baixos que as médias nacionais. Chama atenção o caso mineiro, cujos crescimentos, tanto da população total, quanto da PEA – ambos de 1,5% –, experimentaram um desempenho bastante inferior ao do país e da região Sudeste, configurando um quadro de estagnação econômica nos anos 60.

Refletindo a forte queda da fecundidade ocorrida no país, que ainda será comentada mais adiante, a taxa de crescimento populacional no Brasil caiu significativamente após os anos 60, passando de 2,5% ao ano na década de 70 para 1,9% nos anos 80. Neste período, a PEA brasileira experimentou um crescimento contínuo, superior ao da população total.

Na década de 70, o Sudeste experimentou uma fase de grande expansão econômica concentrada nos grandes centros urbanos. A população da região mais urbanizada do país cresceu a 2,6% ao ano, enquanto sua PEA obteve a extraordinária taxa de 4,3%. Neste período, a população total e a PEA do Espírito Santo foram as que mais cresceram entre os três estados da GR, atestando uma importante recuperação em relação ao período anterior. Cabe lembrar que sua base populacional era significativamente menor do que a dos outros dois estados, o que relativiza seu papel no crescimento da PEA regional.

O contrário pode ser dito em relação ao Rio de Janeiro. Considerando o peso de sua população, este estado apresentou um notável crescimento de sua PEA (4%) na década de 70, 1,7 vezes o crescimento de sua população total, que ficou em torno de 2,3%, ou seja, abaixo das médias nacional e da região Sudeste.

Minas Gerais continuou mantendo seu baixo crescimento populacional (1,5%) durante todo o período. No entanto, sua PEA cresceu continuamente. Nos anos 70, o crescimento (3,2%) ainda era menor do que as médias nacional e do Sudeste, mas atingiu o dobro da década anterior, o que já indicava o início de uma relativa recuperação econômica. De fato, nos anos 80 sua PEA cresceu ao significativo ritmo de 4,1%, igual ao crescimento brasileiro (que foi o maior em

todo o período considerado), ficando atrás do Espírito Santo (4,4%). Mais uma vez, vale a pena lembrar que a base populacional deste estado é bem menor, o que confere um papel de destaque ao desempenho mineiro, até porque o Rio de Janeiro apresentou nos anos 80 a menor taxa de crescimento da PEA entre os três estados (3,8% nos anos 80) e da população total.

Após estas considerações gerais, as próximas seções enfocarão as principais mudanças demográficas ocorridas no período que se estende de 1960 a 1991. Sempre que possível, procuraremos chamar atenção para as relações entre as tendências gerais comentadas acima e os aspectos demográficos.

Antecedentes demográficos

Desde 1940 não há impacto significativo da migração internacional sobre o crescimento populacional brasileiro, que dependeu quase que exclusivamente da mortalidade e da fecundidade.³

Até os anos 60, o declínio da fecundidade foi muito modesto. A taxa de fecundidade do Rio de Janeiro, estado desenvolvido onde se encontrava a capital do país, permaneceu a mais baixa do Brasil. Onde houve queda da fecundidade, o decréscimo da Taxa Bruta de Natalidade (TBN) foi maior (Carvalho et al. 1981).

Quanto à mortalidade, estimativas de esperança de vida ao nascer indicam que no país como um todo, ela aumentou de 41,2 na década de 30, para 53,7 anos na década de 60. Apesar da significativa redução, a mortalidade continuava alta quando comparada aos padrões internacionais, principalmente na região Nordeste. Nos estados da região Sudeste, a esperança de vida ao nascer era maior que a média brasileira.

No que se refere aos níveis de mortalidade, não houve um padrão nítido. O Censo de 1950 já mostrava a ocorrência de uma mortalidade urbana mais alta em vários estados. Os dados de 1970 demonstraram um claro padrão de diferenciais urbano-rurais, quando se leva em conta a renda familiar. Nos

3. Na década de 80 há indícios claros de que o país teve uma perda líquida de população através das migrações internacionais. Ver Carvalho (1996).

grupos de mais baixa renda, a mortalidade urbana foi maior que a rural; nos grupos de rendas média e alta, ocorreu o inverso (Carvalho et al. 1981).

Evolução da fecundidade

Entre as décadas de 40 e 60, o país como um todo havia experimentado um declínio de apenas 8% em seu nível de fecundidade. Entre os cinco últimos anos da década de 60 e os cinco primeiros da década seguinte, a queda foi algo em torno de 20%.

Considerando a GR, um estudo do CEDEPLAR (Carvalho et al. 1981) informava que o Rio de Janeiro, com a Taxa de Fecundidade Total (TFT) mais baixa do país desde a década de 40, experimentou a maior queda relativa da fecundidade do Brasil entre os períodos 1967/72 e 1971/76. A região Minas, que incorporava Minas Gerais e Espírito Santo, detinha um nível de fecundidade mais alto que o do país até a década de 60, mas experimentou uma queda significativa entre os dois períodos – de 5,6 para 4,3 filhos por mulher.

Os diferentes mecanismos de regulação da fecundidade quando se consideram diferentes grupos sociais, os efeitos do padrão de vida, especialmente sobre famílias urbanas de baixa renda, formam um quadro complexo para a explicação da queda da fecundidade. Quanto às variáveis intermediárias, o uso de anticoncepcionais jogou um papel de destaque neste processo, inclusive nas áreas rurais (Paiva, 1983).

Do ponto de vista econômico, duas causas precisam ser lembradas: a intensificação do processo de proletarização e a queda do padrão de vida de amplos segmentos da população. Paiva (1983) sugeria que, entre 1967 e 1973, a proletarização rural e a queda relativa do salário real dos trabalhadores contribuíram para a queda da fecundidade na população rural pobre. De fato, no período entre 1960/70 e 1975/80, a queda foi significativa nos três estados da GR.

Minas Gerais foi o estado que sofreu a menor queda relativa, isto é, 22,7% entre um período e outro, mas ainda assim a diminuição foi expressiva. Mesmo os dados estaduais não estando desagregados, sabe-se que as diferenças regionais são muito grandes, e o Norte de Minas, especialmente o Vale do

Jequitinhonha, jogou um importante papel para a menor queda relativa deste estado. Com uma TFT rural muito alta em 1960/70 (7,8), o Espírito Santo experimentou uma queda de 30%, ficando abaixo do nível mineiro no período 1975/80. O Rio de Janeiro, tradicionalmente o estado de menor fecundidade no Brasil, sofreu a maior queda no período considerado, isto é, uma diminuição de 31,6%.

Tabela 4
Taxas de fecundidade total da GR

Estados	TFT-1960/70			TFT - 1975/80			TFT - 1980/91		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
Minas Gerais	7,7	5,3	6,3	5,9	3,7	4,3	4,0	2,4	2,7
Espírito Santo	7,8	5,3	6,6	5,5	3,8	4,3	3,5	2,6	2,8
Rio de Janeiro	7,0	3,7	4,0	4,8	2,8	2,9	3,1	2,0	2,1

Fonte: Carvalho et al. (1981); IBGE. Censo Demográfico (1991).

Nas áreas urbanas da GR, o estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou a menor queda relativa no período considerado, isto é, uma diminuição de 24,1% entre 1960/70 e 1975/80. Deve-se lembrar que sua TFT (3,7) era muito mais baixa no primeiro período que nos outros dois estados – 30,3% menor. Na segunda metade da década de 70, sua TFT ainda era a menor, embora a diferença tenha diminuído – 23,4 e 25,3% mais baixa que as taxas de Minas e Espírito Santo, respectivamente.

A queda da fecundidade urbana de Minas Gerais foi quase a mesma verificada no Espírito Santo. No primeiro estado, a taxa caiu de 5,31 para 3,67 filhos, uma queda de 30,1%. No segundo, a queda foi de 5,31 para 3,76, uma diminuição de 29,2%.

Verifica-se que em se tratando de fecundidade, os estados do Espírito Santo e Minas Gerais apresentaram níveis semelhantes e o Rio de Janeiro constituiu-se em um caso particular não só na GR, mas também no Brasil, destacando-se como a fecundidade mais baixa do país.

No período seguinte, isto é, entre a segunda metade da década de 70 e a década de 80, a queda continuou acentuada. Quanto mais alta era a fecundidade, maior foi a sua queda. Minas Gerais como um todo, que tinha a fecundidade

mais alta, ou seja, 4,3 filhos no período 1975/80, passou para 2,7 nos anos 80 – foi o estado que sofreu a maior redução (37,7%), seguido do Espírito Santo, com uma redução de 34,9%. O Rio de Janeiro apresentou a menor redução relativa entre os dois períodos (29%), mas continuou sendo o estado de menor fecundidade entre os três.

Durante todo o período considerado, isto é, da década de 60 até os anos 80, dois aspectos chamam a atenção: os diferenciais interestaduais diminuíram e a fecundidade na adolescência aumentou.

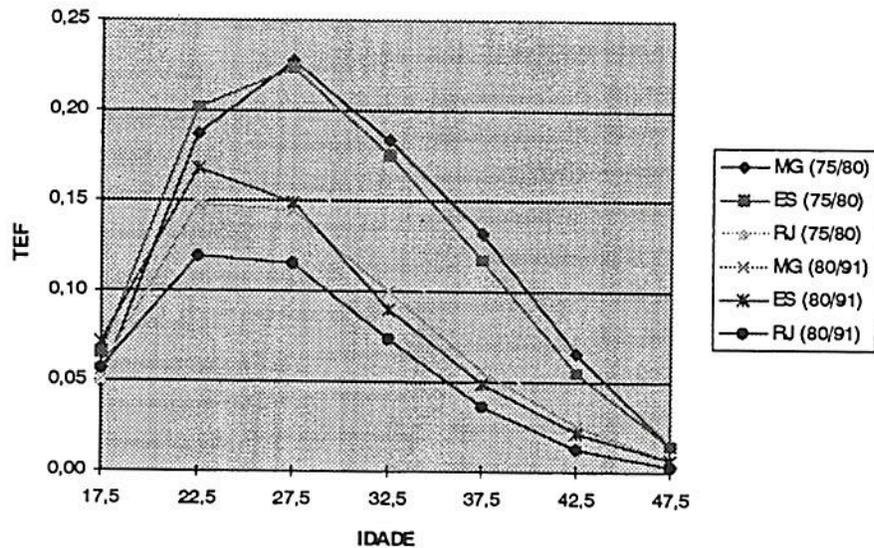
O único grupo etário que apresentou aumento nas taxas de fecundidade foi o de 15 a 19 anos, como demonstra o Gráfico 1. Este é motivo de preocupação, pois pode estar demonstrando a falta de informação de um grupo de pessoas sujeitas a maiores riscos na gravidez. Apesar disso, a queda continua generalizada e o aumento da fecundidade no grupo 15-19 anos parece ter sido apenas uma oscilação no período. Os dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 salientam, inclusive, que a região composta pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentou a menor proporção de gravidez na adolescência.

Os diferenciais interestaduais experimentaram fenômeno semelhante. Em 1960/70, a diferença entre a TFT do Rio de Janeiro, a menor dos três estados, e a do Espírito Santo, a maior, era de aproximadamente 40%. No período seguinte, a diferença entre o Rio e Minas, então com a maior fecundidade, ficou em torno de 31%. No último período em questão, a diferença entre a fecundidade carioca e a do Espírito Santo, que foi a maior entre os três nos anos 80, foi de 25%.

Estas evidências estão apontando para uma convergência histórica entre os níveis de fecundidade dos três estados. Dados mais recentes apontam para a continuação das tendências comentadas anteriormente. A pesquisa acima citada (PNDS, 1996) revelou que a fecundidade caiu na região composta pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ficando em torno de 2,4 filhos, ou seja, menor que em 1991. O Rio de Janeiro permaneceu com uma fecundidade de 2,1 filhos, isto é, a mesma de 1991. De fato, o estado já apresentava uma fecundidade bastante baixa para os padrões brasileiros.

Gráfico 1

Taxas de fecundidade da Grande Região – Taxas específicas de fecundidade – 1975/80 e 1980/91



Faria (1989) analisa os determinantes da queda da fecundidade ocorrida no Brasil. Salienta que, apesar de não contemplar em seus objetivos a regulação da fecundidade marital, o Estado pós-64 potencializou as mudanças institucionais necessárias para a queda, através da política de crédito ao consumidor, de telecomunicações, previdência e saúde pública.

A política de crédito direto ao consumidor facilitava a compra de vestuários, roupa de cama e mesa, rádio, televisão e automóvel, mas não de remédio, aluguel, transporte coletivo e escola. Uma “consequência não antecipada” foi o aumento do custo de produção dos filhos.

A política previdenciária contribuiu para a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade porque o direito à aposentadoria se transformou em estratégia de cidadania, transferiu para a esfera estatal e pública o oferecimento de meios para se atenuar os riscos de uma perda de status, além de facilitar o acesso aos serviços de saúde.

A expansão das telecomunicações, principalmente da televisão, atuou como um “vetor institucional” através do acesso às informações e da mudança

da relação tradicional entre homens e mulheres. Seu conteúdo genérico integra a população na sociedade de consumo, criando novas aspirações, mesmo que seja apenas no plano simbólico. Há também conteúdos diretamente relacionados à demanda por regulação da fecundidade, tais como a separação entre atividades sexual e reprodutiva, ou a divulgação da família pequena.

A outra política pública que afetou a demanda pela regulação da fecundidade foi a de atenção à saúde. A medicalização da sociedade enfraqueceu o poder tradicionalmente conferido aos pais, irmãos, padres e maridos, transferindo-o para o pessoal da saúde. Assim, reduziu os custos psicológicos da regulação, legitimou os meios para atingi-la, além de aumentar os custos de criação dos filhos, afirmando a qualidade, ao invés da quantidade.

Evolução da mortalidade

Nos anos 70, a esperança de vida ao nascer no Brasil ficava em torno de 56,7 anos para os homens e 63,3 anos para as mulheres. A região Sudeste, onde se localiza a GR em estudo, possuía uma esperança de vida ao nascer acima da média brasileira: 60,3 e 67,1 anos para homens e mulheres, respectivamente.

Tabela 5
Esperança de vida e mortalidade infantil na Grande Região – 1970/80

Estado	Esperança de vida ao nascer – 1970/80								
	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro		
Sexo	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total
masculino	59,6	60,2	59,8	62,7	64,0	63,2	60,3	60,0	60,3
feminino	66,7	66,6	66,7	68,6	69,4	68,9	67,0	66,5	67,0

Estado	Mortalidade infantil (por mil) – 1970/80								
	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro		
Sexo	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total
masculino	78,5	75,0	77,3	62,3	56,3	60,0	74,6	76,5	74,8
feminino	62,4	63,0	62,6	54,1	50,6	52,8	60,8	63,1	61,0

Fonte: Carvalho & Pinheiro (1986).

Todos os estados da GR apresentavam esperança de vida ao nascer acima da brasileira e muito próximas da região Sudeste, como demonstra a Tabela 5. Não havia um padrão nítido no que se refere aos diferenciais urbano-rurais. Minas Gerais tinha esperança de vida rural masculina maior do que a urbana, mas a feminina era menor nas áreas rurais. No Espírito Santo (estado com a mortalidade mais baixa entre os três), a esperança de vida rural era maior, tanto para homens, quanto para as mulheres. No Rio de Janeiro acontecia o contrário; a esperança de vida ao nascer, masculina e feminina, era maior nas áreas urbanas.

A probabilidade de morte entre 0-1 ano (${}_1q_0$) mostra como era o nível de mortalidade na infância, indicador importante, entre outros motivos, por contribuir muito, negativamente, para a esperança de vida ao nascer, principalmente em países em desenvolvimento. No Brasil como um todo, a taxa de mortalidade infantil ficava em torno de 94,9 mortes masculinas por mil nascimentos e 79,4 por mil para as mulheres, o que é considerada alta para os padrões internacionais.

Todos os estados da GR tinham mortalidade infantil mais baixa que a do Brasil, mas não havia um padrão nítido quanto aos diferenciais urbano-rurais. Ela era mais baixa no Espírito Santo, seguida do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Quando analisamos separadamente as áreas urbanas e rurais, observamos que as primeiras tinham mortalidade infantil mais alta em Minas Gerais e Espírito Santo. A única exceção ficava por conta da mortalidade infantil feminina mineira, pois era mais alta nas áreas rurais. No Rio de Janeiro, a mortalidade infantil era mais baixa nas áreas urbanas, tanto para homens quanto mulheres.

Nos anos 80, o nível da mortalidade diminuiu, se comparado com a década anterior. Verifica-se também um padrão mais nítido em relação aos diferenciais urbano-rurais. Em todos os estados, a esperança de vida ao nascer urbana era maior do que a rural, para homens e mulheres. As esperanças de vida do Rio de Janeiro e Espírito Santo eram praticamente as mesmas, enquanto a de Minas Gerais era um pouco mais baixa.

Tabela 6
Esperança de vida e mortalidade infantil na Grande Região – 1980/90

Esperança de vida ao nascer – 1980/90									
Estado	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro		
Sexo	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total
masculino	64,1	62,5	63,7	65,3	65,0	65,2	65,3	64,2	65,3
feminino	68,9	67,3	68,5	70,0	69,7	69,9	70,0	69,0	70,0

Mortalidade infantil (por mil) – 1980/90									
Estado	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro		
Sexo	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total
masculino	53,3	59,8	56,6	45,7	51,0	47,0	47,3	57,2	47,8
feminino	38,7	46,8	41,9	36,1	37,0	36,3	35,9	40,2	36,1

Fonte: Amostra do Censo Demográfico (1991).

As áreas rurais de todos os estados possuíam mortalidade infantil mais alta que as urbanas, o que não havia acontecido na década anterior.

Em suma, os níveis de mortalidade eram mais baixos no Espírito Santo e Rio de Janeiro nos anos 70 e 80. Minas Gerais, geograficamente maior e com maiores desigualdades regionais, certamente apresenta também as maiores disparidades internas no que tange aos níveis de mortalidade, com algumas áreas como o norte, pressionando para cima os níveis de mortalidade do estado como um todo.

Urbanização e distribuição espacial da população

A dinâmica urbana

Na década de 80, houve importantes mudanças no padrão de crescimento populacional e na distribuição espacial das regiões brasileiras. As regiões Norte e Centro-Oeste foram as que tiveram as maiores taxas de crescimento populacional. Pela primeira vez, o aumento absoluto de população da região Norte foi maior que o do Sul e do Centro-Oeste.

As outras três regiões tiveram taxas de crescimento populacional abaixo da média nacional. Aqui também outro fato inédito desde a década de 40: a taxa

de crescimento do Sudeste foi menor que a do Nordeste, sendo que seu crescimento absoluto foi menor na década de 80 do que na anterior (Martine, 1995).

Evidentemente, todas as transformações verificadas na dinâmica demográfica alteraram o padrão de urbanização dos anos 80. O Norte e o Centro-Oeste, por exemplo, tiveram crescimento urbano acelerado devido ao dinamismo da fronteira. O Sudeste teve as menores taxas de crescimento urbano resultante de mudanças importantes no padrão migratório.

Por outro lado, fenômeno dos mais relevantes é a evolução das Regiões Metropolitanas (RM's). O crescimento das nove RM's do país teve seu auge na década de 70, quando contribuiu com pouco mais de 40% do crescimento populacional total do Brasil. Essa proporção caiu para pouco menos de 30% nos anos 80. Conseqüentemente, a participação absoluta da população das RM's praticamente não se alterou entre 1980 e 1991 (Martine, 1995).

A grande novidade fica por conta de São Paulo, que assim como Rio de Janeiro e Recife, apresentou um crescimento inferior ao do país. Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Belém tiveram crescimento muito menor do que na década de 70. Apenas Curitiba, Fortaleza e Salvador apresentaram crescimento acima de 3% ao ano nos anos 80.

Outro fato digno de nota é que o crescimento dos municípios periféricos das RM's é bem maior do que o das capitais, com exceção de Belém. Nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, os próprios núcleos expulsaram boa parte dos migrantes, que passaram a residir no entorno das Regiões Metropolitanas. De qualquer forma, ainda que boa parte da população da GR resida em grandes centros urbanos, mudanças significativas ocorreram no decorrer do período 1970/91, como veremos a seguir.

A primeira constatação é que houve ganho populacional para a GR como um todo, mas a participação no total da população brasileira caiu de 23,7% em 1970, para 21,2% em 1991. Concomitantemente, a participação dos municípios de até 20.000 habitantes sofreu uma queda acentuada durante o período, como mostra a Tabela 7. Minas Gerais foi o estado responsável por esta diminuição na participação relativa dos pequenos municípios, uma vez que concentrava a grande maioria da população residente nestes locais. Como se observa na Tabela 8, em Minas Gerais encontravam-se todos os residentes em

municípios de até 2.000 habitantes, resultado, em grande parte, da falta de critérios para a emancipação de antigos distritos sem condições de auto-sustentação.

Tabela 7
População da GR por classes de tamanho dos municípios e participação relativa

Classes de tamanho	1970		1980		1991	
	População	%	População	%	População	%
0-2.000	85827	0,4	88470	0,3	30404	0,1
2.000-5.000	1397439	6,3	1617683	6,1	642201	2,1
5.000-10.000	1999387	9,1	2036803	7,6	1495645	4,8
10.000-20.000	2877607	13,0	3010177	11,3	3078604	9,9
20.000-50.000	3071510	13,9	3274332	12,3	4274792	13,7
50.000-100.000	1968570	8,9	2402008	9,0	3776372	12,1
100.000-200.000	1338890	6,1	1896435	7,1	2964255	9,5
200.000-500.000	2266564	10,3	3226940	12,1	4642917	14,9
500.000-1.000.000	861668	3,9	1191166	4,5	1447653	4,6
mais de 1.000.000	6214088	28,1	7966360	29,8	8798633	28,2
Total	22081550	100,0	26710374	100,0	31151476	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

A categoria de municípios entre 20.000 e 50.000 habitantes praticamente não experimentou alteração na sua participação na GR – de 13,9% em 1980, passou para 13,7% em 1991. Minas Gerais, além de concentrar a maioria da população da GR que residia em municípios desta categoria (ainda que em proporção menor que nas classes inferiores), foi o único estado que apresentou crescimento contínuo ao longo do período.

Nas quatro classes de tamanho entre 50.000 a 1.000.000 de habitantes, houve aumento na participação da população residente (Tabela 7). Destaca-se a categoria de 200.000 a 500.000 habitantes, que apresentou crescimento expressivo. Em 1980, 2.266.564 pessoas residiam nestes municípios, ao passo que em 1991 este contingente já atingia 4.642.917 habitantes. O estado do Rio de Janeiro foi o único que sofreu diminuição na participação relativa desta categoria de tamanho. Se em 1970 era o que mais concentrava a população da GR nesta classe (54,4%), em 1991 perdeu esta posição para Minas Gerais, que

passou a concentrar 40,8% da população nesta categoria, contra 37,2% do Rio de Janeiro neste mesmo ano (Tabela 8).

Tabela 8

Participação relativa da população dos estados na GR, segundo classes de tamanho dos municípios

Classes de tamanho	1970			1980			1991		
	MG	RJ	ES	MG	RJ	ES	MG	RJ	ES
0-2.000	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
2.000-5.000	99,7	0,0	0,3	99,8	0,0	0,2	99,4	0,0	0,6
5.000-10.000	94,3	1,7	4,1	94,4	1,5	4,1	91,3	2,1	6,6
10.000-20.000	83,5	8,5	8,0	83,3	8,7	8,0	81,1	9,4	9,5
20.000-50.000	66,4	15,6	18,0	66,7	16,1	17,2	70,9	14,5	14,7
50.000-100.000	71,3	24,3	4,4	70,3	24,6	5,1	75,7	19,3	5,0
100.000-200.000	28,7	51,0	20,2	30,8	50,9	18,3	47,5	40,0	12,5
200.000-500.000	29,0	54,4	16,6	31,2	47,6	21,2	40,8	37,2	22,0
500.000-1.000.000	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0
mais de 1.000.000	19,9	80,1	0,0	22,4	77,6	0,0	23,0	77,0	0,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Por outro lado, o Rio de Janeiro é o estado que mais concentra população nas grandes cidades. Toda a população da GR, residente em municípios de 500.000 a 1.000.000 de habitantes em 1991, morava em dois municípios do Rio de Janeiro – Duque de Caxias e São Gonçalo. Na última categoria de tamanho, mais de 1.000.000 de habitantes, este estado também concentrava a grande maioria dos moradores da GR nesta classe, que residiam na capital do estado e em Nova Iguaçu. Sua participação nesta categoria de tamanho experimentou um ligeiro declínio, de 80,1% em 1970, para 77% em 1991. Como o Espírito Santo não tem nenhum município nesta categoria, foi Minas que apresentou um modesto aumento em sua participação, que se deve exclusivamente à Belo Horizonte, pois apenas este município mineiro está na categoria maior que 1.000.000 de habitantes, enquanto 19,9% da população da GR residia na capital do estado em 1970, este percentual passou para 23% em 1991.

Do que foi exposto acima, percebe-se que o crescimento da participação dos médios municípios da GR (categorias de tamanho entre 50.000 e 500.000

habitantes) foi o mais significativo e se deu como consequência da diminuição da participação dos pequenos municípios. Em geral, os municípios menores são os que possuem maior proporção de população rural. Infere-se que houve transferência das áreas rurais dos pequenos municípios para as áreas urbanas das médias e grandes cidades.

Quando se analisa as taxas de crescimento das classes de tamanho dos municípios, percebe-se que o fenômeno foi semelhante nos três estados, apesar das especificidades de cada um.

Tabela 9
Taxas geométricas de crescimento

Minas Gerais	Classe de tamanho	1970/80			1980/91		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
	0-2.000	0,30	2,39	-1,37	-9,25	-8,55	-10,00
	2.000-5.000	1,48	4,33	-1,81	-8,09	-9,97	-5,69
	5.000-10.000	0,20	3,34	-2,19	-3,06	-3,06	-3,06
	10.000-20.000	0,42	3,65	-2,02	-0,03	0,89	-1,09
	20.000-50.000	0,69	3,48	-2,01	3,02	4,38	0,91
	50.000-100.000	1,87	3,77	-2,17	4,89	5,65	2,25
	100.000-200.000	4,26	7,38	-2,93	8,32	9,29	3,11
	200.000-500.000	4,35	5,21	-3,73	5,92	6,03	4,09
	500.000-1.000.000	-	-	-	-	-	-
	mais de 1.000.000	3,73	3,75	-1,46	1,15	1,15	1,64

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Na década de 70, todas as classes de tamanho tiveram crescimento positivo em Minas Gerais. Isso deveu-se exclusivamente ao crescimento das áreas urbanas, pois nas áreas rurais o crescimento foi negativo em todas as categorias de tamanho de municípios. As áreas urbanas dos municípios de 100.000 a 200.000 habitantes foram as que mais cresceram, seguidas pelas zonas urbanas dos municípios de 200.000 a 500.000 habitantes.

O período 1980/91 apresentou grandes mudanças. Todas as classes com tamanho até 20.000 habitantes experimentaram crescimento negativo, inclusive nas áreas urbanas (exceção para a categoria de 10.000 a 20.000 habitantes, que apresentou ligeiro crescimento urbano). As classes seguintes, compreendidas

entre 20.000 e 500.000 habitantes apresentaram elevado crescimento – até mesmo as áreas rurais tiveram crescimento positivo. A categoria de mais de 1.000.000 de habitantes, composta exclusivamente por Belo Horizonte, diminuiu bastante o ritmo de crescimento: de 3,7% ao ano nos anos 70, para 1,2% no período 1980/91. Como já foi dito anteriormente, grande parte da população da capital se dirigiu para os municípios do entorno da Região Metropolitana.

Tabela 10
Taxas geométricas de crescimento

Espírito Santo Classe de tamanho	1970/80			1980/91		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0-2.000	-	-	-	-	-	-
2.000-5.000	-1,40	2,72	-1,93	1,64	6,05	0,69
5.000-10.000	0,18	3,53	-1,22	1,56	4,11	-0,15
10.000-20.000	0,48	3,82	-0,89	1,82	4,03	0,43
20.000-50.000	0,19	4,06	-1,52	0,98	3,75	-1,13
50.000-100.000	3,43	10,33	-3,70	4,01	5,39	0,09
100.000-200.000	2,50	4,26	0,22	0,61	2,54	-3,56
200.000-500.000	6,16	7,40	-16,76	3,73	3,67	7,84
500.000-1.000.000	-	-	-	-	-	-
mais de 1.000.000	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

No Espírito Santo, apenas a categoria de 2.000 a 5.000 habitantes teve crescimento negativo nos anos 70. De modo geral, o crescimento urbano se deu às custas do esvaziamento das áreas rurais. Chama atenção o forte crescimento das áreas urbanas da categoria 50.000 a 100.000 habitantes (10,3% ao ano), e o êxodo rural da categoria 200.000 a 500.000, onde o crescimento foi de -16,8% ao ano.

No período 1980/91, todas as categorias de tamanho tiveram crescimento positivo. Com exceção dos municípios entre 100.000 e 200.000 habitantes e 200.000 e 500.000 habitantes, as taxas foram maiores que na década anterior. Logo, o ritmo de crescimento de Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e Linhares (municípios entre 100.000 e 200.000 habitantes), bem como

Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória (municípios entre 200.000 e 500.000 habitantes), sofreram diminuição, assim como as grandes Regiões Metropolitanas do país.

No caso do Rio de Janeiro, apenas a categoria de 5.000 a 10.000 habitantes teve crescimento negativo nos anos 70. Também neste estado houve notória transferência de pessoas das áreas rurais para as urbanas, como mostram as taxas de crescimento da Tabela 11. As classes de tamanho que obtiveram os maiores ritmos de crescimento foram as de 100.000 a 200.000 habitantes e 50.000 a 100.000 habitantes, respectivamente.

Tabela 11
Taxas geométricas de crescimento

Rio de Janeiro	Classe de tamanho	1970/80			1980/91		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
	0-2.000	-	-	-	-	-	-
	2.000-5.000	-	-	-	-	-	-
	5.000-10.000	-0,72	3,25	-2,07	0,16	4,00	-2,21
	10.000-20.000	0,70	3,09	-1,17	0,83	3,16	-2,17
	20.000-50.000	0,93	4,29	-2,36	1,46	3,34	-1,98
	50.000-100.000	2,13	4,50	-1,56	1,96	3,78	-3,73
	100.000-200.000	3,52	4,91	-0,96	1,89	2,85	-4,11
	200.000-500.000	2,23	2,82	-1,60	1,06	1,72	-7,37
	500.000-1.000.000	3,29	3,44	-2,63	1,79	1,93	-14,50
	mais de 1.000.000	2,19	2,19	0,44	0,84	0,84	1,20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

No período seguinte, as categorias de tamanho compreendidas entre 5.000 e 50.000 habitantes foram as únicas que apresentaram ritmo de crescimento maior que na década de 70. Obtiveram as taxas mais elevadas do período 1980/91, devido ao aumento das áreas urbanas. Nas categorias superiores, o crescimento foi positivo, mas as áreas urbanas tiveram crescimento mais baixo que no decênio anterior. Este é o caso de Niterói, integrante da categoria entre 200.000 e 500.000 habitantes. Merece destaque a notória desaceleração do ritmo de crescimento verificado na classe de municípios com mais de 1.000.000 de habitantes, composta pelo Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. Uma taxa de crescimento de 0,84% ao ano demonstra a grande

perda de população ocorrida na capital carioca, como um dos mais marcantes fenômenos demográficos dos anos 80. A análise dos saldos e dos fluxos migratórios feita a seguir auxiliará o entendimento da distribuição espacial da população e do processo de urbanização verificados na GR.

Saldos migratórios

A seguir analisamos o Saldo Migratório (SM) de cada uma das UFs por sexo e idade, segundo residência urbana e rural. Por se tratar de uma mensuração indireta, a migração é estimada por resíduo, ou seja, “é a diferença, segundo o Censo, entre a população esperada e a efetivamente observada, supondo-se a ausência de erros na declaração de idade, perfeita cobertura censitária e uso de funções de mortalidade e fecundidade adequadas” (Carvalho, 1982). Para as idades acima de dez anos, segundo o Censo, a diferença entre a população observada e a população esperada é explicada pelos efeitos diretos da migração. Nos grupos etários abaixo de dez anos, esta diferença é explicada pelos efeitos diretos e indiretos da migração (estes últimos são os filhos de migrantes que nasceram após a mudança dos pais).

A contribuição da migração no total populacional é expressa através das Taxas Líquidas de Migração (TLM), que são a relação entre o saldo migratório e a população observada no final do decênio.

O método das Razões Intercensitárias de Sobrevivência (RIS), aqui utilizado, pode ser aplicado somente quando as razões de sobrevivência forem de uma população fechada, como pode ser considerada a população brasileira até a década de 70, mas não no decênio seguinte. Por isso, utilizou-se uma RIS ajustada levando-se em consideração este fato.⁴

4. Veja sobre o assunto Carvalho (1996). A formulação utilizada, para uma região “j”, é a seguinte:

$$\overline{RIS}_{j, 80 / 90} = \frac{5 L_{j, 80 / 90, x}}{5 L_{j, 80 / 90, x - 10}} * \frac{5 L_{BR, 70 / 80, x}}{5 L_{BR, 70 / 80, x - 10}}$$

Para o cálculo do Saldo Migratório das crianças nascidas durante o período intercensitário foi utilizado procedimento adotado por Carvalho & Fernandes (s.d.):⁵

O SM da GR (Anexo 2) mostra-se bastante diferenciado quando se analisam os três estados. Minas Gerais e Espírito Santo são estados tradicionalmente expulsos de população, enquanto o Rio de Janeiro, estado onde está localizada uma das duas metrópoles mais importantes do Brasil, apresentou saldo positivo nas décadas de 60 e 70, e negativo nos anos 80.

Na década de 60, Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram fecundidade muito alta, como visto anteriormente. Conseqüentemente, a participação do crescimento vegetativo, via natalidade, para o crescimento populacional, foi muito significativo. Neste período, a economia destes estados encontrava-se estagnada e a proporção da população rural ainda era elevada. Esta época foi marcada por urbanização intensa, onde imensos contingentes populacionais deixaram as áreas rurais à procura de novas oportunidades nos grandes centros urbanos.

Minas Gerais destacou-se como o estado que mais perdeu população em todo o Brasil. Com o saldo decenal negativo de 1.577.170 pessoas nos anos 60, Minas Gerais teria, em 1970, uma população total 13,8% maior não fossem os fluxos migratórios da década de 60.

Outro fato que chama atenção é a grande transferência de população rural, principalmente masculina, para as áreas urbanas do estado e outras Unidades da Federação. De fato, 17,9% de sua população urbana, em 1970, deveu-se à migração, o que corresponde a um saldo migratório de 1.085.943 pessoas.

O caso do Espírito Santo tem certa similaridade com o mineiro, embora a magnitude do fenômeno migratório tenha sido bem mais modesta, com perda líquida de 28.221 pessoas, o que corresponde a uma TLM negativa de -1,8%. A contribuição da migração para a população urbana foi proporcionalmente a maior entre os estados da GR, ou seja, uma TLM de 32,2%, com um saldo positivo de 232.171 pessoas.

5. As estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração para as décadas de 1960 e 1970 foram retiradas de Carvalho & Fernandes (s.d.), cuja metodologia é a mesma utilizada neste trabalho.

A TLM na área rural foi praticamente a mesma, porém negativa (-32,9%). Sabe-se que grande parte da emigração rural se dá, pelo menos nas primeiras etapas, em direção à área urbana do próprio município ou de municípios próximos. Infere-se, pois, que volume considerável da migração urbana no Espírito Santo tem como procedência as áreas rurais do próprio estado, haja visto a pequena TLM negativa do estado como um todo (-1,8%).

O Rio de Janeiro apresentou um comportamento completamente diferente na década de 60. Estado de uma das grandes metrópoles nacionais, ao lado de São Paulo, atraiu população de todo o país. O resultado foi um saldo migratório de 841.168 pessoas, correspondente a 9,4% da sua população total em 1970.

Chama atenção no Rio de Janeiro, o grande crescimento de sua população urbana e a enorme perda nas áreas rurais. As áreas urbanas do estado tiveram um saldo migratório de 1.573.423 pessoas, dos quais 835.146 eram mulheres e 738.277 homens, com TLM de 20,6% e 19,3%, respectivamente. Nas áreas rurais, a perda foi de 441.782 mulheres e 426.920 homens. Não fossem os fluxos migratórios da década de 60, a população feminina e masculina rural do Rio de Janeiro em 1970 seria maior em 85,6% e 76,7%, respectivamente.

Fica claro que os anos 60 foram marcados por imensos fluxos populacionais. Na GR estavam presentes, tanto o estado que mais perdeu população no Brasil – Minas Gerais –, quanto o terceiro que mais ganhou, isto é, Rio de Janeiro, pois o segundo foi o Paraná.

A década seguinte foi de certo modo uma continuação do comportamento dos anos 60, mas, em geral, em ritmo menos acelerado. Minas e Espírito Santo continuaram perdendo população: o primeiro perdeu 1.424.062 pessoas e o segundo 77.376. Portanto, Minas Gerais continuou como o estado que mais perdeu população no país, mas o volume foi menor que na década anterior, com menor TLM (negativa), isto é, -13,8% nos anos 60 e -10,7% no período seguinte.

A participação relativa da migração para as áreas urbanas de Minas também foi menor, uma vez que a TLM caiu de 17,9% nos anos 60, para 15,3% na década seguinte. Deve-se lembrar que a base da população urbana do estado era maior na década de 70, e uma TLM menor não significa, necessariamente,

SM menor. De fato, o SM foi de 1.368.891 indivíduos, ou seja, maior que no decênio anterior, que tinha sido de 1.085.943 pessoas. Por outro lado, o saldo rural também foi maior (-3.077.741 pessoas), inclusive relativamente, pois resultou em uma TLM de -70,1%, maior que na década passada. Fica evidente a importância dos fluxos rurais para as áreas urbanas do próprio estado e também para outros estados.

Se o estado de Minas Gerais experimentou uma participação da migração relativamente menor que na década de 60, o mesmo não se pode dizer sobre o Espírito Santo. Neste estado, a TLM aumentou de -1,8% nos anos 60, para -3,8% na década de 70. A TLM urbana foi menor que no período anterior, 28,6% contra 32,2%. Por outro lado, a TLM rural aumentou: era de -32,9% e passou para -68,5%. Infere-se que, contrariamente ao sucedido na década de 60, as áreas urbanas do estado não foram capazes de absorver a população procedente das zonas rurais. Realmente, de um saldo negativo de -28.221 pessoas nos anos 60 passou-se para -77.376 na década de 70.

Quanto ao Rio de Janeiro, o estado como um todo continuou com um saldo migratório positivo, de 631.513 pessoas, embora menor que na década de 60. A TLM abaixou de 9,4% para 5,6% entre um decênio e outro.

No caso carioca, o ritmo da migração, tanto urbana quanto rural, diminuiu. O saldo migratório urbano de 1.074.012 pessoas nos anos 70, foi menor que no período anterior. O mesmo pode ser dito em relação às áreas rurais, cujas TLM caíram ainda mais, de -81% na década de 60, para -55,7% nos anos 70.

Os anos 80 trouxeram alterações importantes. Minas Gerais continuou sua trajetória de diminuição relativa da expulsão de população, e o Espírito Santo conseguiu reverter sua condição de estado expulsor, com um saldo migratório ligeiramente positivo, pela primeira vez no período, isto é, de 2.986 pessoas. As mulheres foram as principais responsáveis por este resultado positivo, com um saldo de 12.631 pessoas e uma TLM de 1%. Os homens experimentaram um saldo negativo de 9.645 indivíduos, com TLM de -0,76%.

Se analisarmos os saldos migratórios do Espírito Santo no período 1960/90, notamos que, após uma intensificação da expulsão na década de 70, parece que o estado começa a reverter sua tradicional incapacidade de manter sua população. O auge da expulsão da população rural deu-se na década de 70

e, nos anos 80, apesar das TLM rurais serem significativamente negativas (-41,6% para as mulheres e -36,1% para os homens), houve uma queda brusca em relação à década anterior. As TLM urbanas também caíram: foram de 15,5% para as mulheres e 13,2% para os homens.

Minas Gerais não reverteu sua condição de estado expulsor de população. O resultado líquido das entradas e saídas de pessoas nos anos 80 foi um saldo negativo de 1.102.796 pessoas, dos quais -495.616 eram mulheres e 607.180 homens. As respectivas TLM foram de -6,4% e -7,9%. Não há dúvidas de que o volume da expulsão populacional foi grande. Mas, colocada em uma perspectiva histórica, é notória a diminuição gradativa da evasão de pessoas, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Assim como no Espírito Santo, o auge da expulsão rural em Minas Gerais deu-se nos anos 70, quando as TLM foram de -73,2% para as mulheres e -66,8% para os homens. Nos anos 80 caíram para -45,5% e -39,8%, respectivamente, resultados de um SM de -1.701.398 pessoas. A população urbana também vem experimentando taxas líquidas de migração cada vez menores (6,2% para mulheres e 4,3% para homens). O ápice do crescimento das cidades via migração foi a década de 60, quando a base populacional urbana era relativamente pequena. Portanto, a diminuição da evasão populacional do estado é concomitante à diminuição relativa da participação da migração no crescimento urbano e ao arrefecimento significativo do imenso êxodo rural das décadas passadas.

O Rio de Janeiro sofreu, nos anos 80, significativa reversão em sua trajetória de rápido crescimento populacional. Outrora lugar de destino de imigrantes de todo o país, o estado experimentou, pela primeira vez no período considerado (1960/90), saldo migratório negativo de -452.806 pessoas.

A grande maioria, ou seja, 75,8% da perda líquida populacional era constituída de homens. Este fenômeno está certamente relacionado à série de dificuldades econômicas e sociais que vêm assolando ultimamente o estado. As áreas urbanas não conseguem sequer absorver seu crescimento vegetativo. Para as mulheres, o saldo urbano não foi negativo - TLM de 2,3%. Os homens apresentaram uma TLM urbana negativa de -1,3%. Pode parecer pouco, mas para um estado que teve uma TLM urbana masculina positiva de 19,3% nos

anos 60 e 10% no decênio seguinte, e considerando sua grande base populacional residente em cidades, o fenômeno não é desprezível.

Por outro lado, ao contrário dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, cujas TLM rurais diminuíram em relação às duas décadas passadas, a do Rio de Janeiro foi maior até mesmo que a dos anos 60, época de êxodo rural intenso. Suas taxas líquidas nas áreas rurais foram de -85,9% para as mulheres e -79,7% para os homens. Isso corresponde a SM masculino de -264.049 e feminino de -257.511. Portanto, as áreas rurais, assim como as urbanas, estão expulsando população para outros estados.

Enfim, considerada sob uma perspectiva histórica, as migrações parecem estar caminhando para uma diminuição significativa do ritmo de expulsão em Minas Gerais e até mesmo revertendo o sentido no Espírito Santo. No Rio há também uma reversão, porém em sentido contrário.

Cabe notar que a análise dos saldos migratórios mostra o impacto da migração sobre o crescimento populacional. A análise da origem e destino dos fluxos pode lançar novas luzes para a interpretação do fenômeno e complementar o que foi dito anteriormente. É o que faremos a seguir, com os dados do Censo Demográfico de 1991.

Os fluxos migratórios

Na análise a seguir, imigrante é a pessoa que nos dez anos anteriores à data do Censo residiu em pelo menos um local diferente daquele onde foi recenseada, ou seja, morou em pelo menos um outro lugar antes de se mudar para o local onde vivia na data do Censo de 1991. Este conceito de migrante é diferente daquele implícito no saldo migratório estimado indiretamente, uma vez que neste último, imigrante é a pessoa que na data do Censo anterior (1980) residia em um local diferente daquele onde residia no Censo seguinte (1991).⁶ Nos dados de residência anterior não estão incluídos os migrantes internacionais (os emigrantes por não ter informação e os imigrantes por não terem sido levados em conta), nem os efeitos indiretos.

6. Ver Carvalho (1982).

Fluxos migratórios na Grande Região

Considerando a GR como um todo, havia em 1991 uma população não-migrante de 29.961.276 pessoas, aqui entendida como aquela com mais de dez anos de residência nas UFs da GR ou que nunca migraram da UF de residência atual, ou ainda os indivíduos procedentes de uma UF da própria GR (migração intra-GR).⁷

A Tabela 12 mostra que na data do Censo de 1991 (1º de setembro), havia um total de 1.190.071 residentes na GR, que para lá mudaram nos dez anos anteriores ao Censo, não mais saíram da UF de destino e não morreram. Deste total, 424.913 pessoas (35,7%) vieram do estado de São Paulo e 405.989 (34,1%) do Nordeste, isto é, praticamente 70% eram procedentes destas duas regiões.

Tabela 12
Número de imigrantes da Grande Região

Região anterior	UF de residência atual			Grande Região (Total)
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	
Minas Gerais	0	105953	107871	213.824
Espírito Santo	58959	0	35742	94.701
Rio de Janeiro	124710	60745	0	185.455
subtotal	183.670	166.697	143.612	493.979
Norte	32.741	12.443	27.410	72.594
Nordeste	91.158	55.468	259.363	405.989
São Paulo	326.580	21.248	77.086	424.913
Centro-Oeste	118.625	7.716	35.024	161.365
Sul	45.107	5.490	33.905	84.502
outros	14.477	1.860	24.371	40.708
subtotal	628.687	104.225	457.159	1.190.071
Total	812.357	270.922	600.771	1.684.050

Fonte: Amostra do Censo Demográfico (1991).

O estado de Minas Gerais, com 628.687 pessoas que residiam anteriormente em UFs de outras regiões, correspondentes a 74,4% do total de seus imigrantes, foi o que mais recebeu imigrantes. Em seguida, o Rio de Janeiro recebeu 457.159 imigrantes de fora da GR, 76,1%, e o Espírito Santo

7. 29.467.296 pessoas com mais de dez anos de residência na UF ou que nunca migraram da UF de residência atual, somadas às 493.980 pessoas procedentes de UF da própria GR (migração intra-GR).

104.225 pessoas, isto é, 38,5%, o que mostra a importância da imigração com origem nos dois estados da GR no caso capixaba. Quanto ao Rio de Janeiro, a maioria dos imigrantes é procedente do Nordeste (43,2%). Em Minas Gerais a procedência é majoritariamente paulista, uma vez que 326.580 pessoas, ou 40,2% dos seus imigrantes, vieram de São Paulo.

Tabela 13
Número de emigrantes da Grande Região

UF Anterior	Região atual					Total
	Norte	Nordeste	São Paulo	Centro-Oeste	Sul	
Minas Gerais	69.667	68.350	475.268	156.872	32.138	802.295
Espírito Santo	48.669	26.507	15.545	6.889	4.822	102.432
Rio de Janeiro	27.272	189.620	128.979	45.731	46.680	438.282
Total	145.607	284.476	619.793	209.492	83.640	1.343.008

Fonte: Amostra do Censo Demográfico (1991).

A Tabela 13 mostra um contingente de 1.343.008 indivíduos com destino à UFs fora da GR. Percebe-se que saíram mais pessoas da GR do que entraram (1.190.071 imigrantes e 1.343.008 emigrantes).

A maioria das pessoas que deixaram a GR nos anos 80, praticamente 60%, saiu de Minas Gerais, confirmando a tradição mineira de estado expulsor de população. O Rio de Janeiro também teve uma participação importante, contribuindo com 32,6% do total de pessoas que deixaram a GR em direção a estados de outras regiões. Com a menor base populacional entre os três estados, o Espírito Santo foi o que forneceu menos emigrantes, um total de 102.432 pessoas, ou pouco mais de 7% dos que deixaram a GR, o que não deixa de ser um fenômeno relativamente significativo.

Quanto às regiões de destino, São Paulo se destaca como o estado que recebeu a maior parte das pessoas (46,1%) que saíram da GR. De maneira análoga ao que foi comentado anteriormente, Minas Gerais cedeu mais emigrantes: foi responsável por 76,7% de emigrantes da GR para São Paulo, seguida do Rio de Janeiro e depois Espírito Santo. A importância da troca de pessoas entre a GR e o estado de São Paulo é evidente. Além de ser o estado que mais recebeu os migrantes da GR, foi também a UF que mais cedeu emigrantes para esta mesma GR, como visto anteriormente.

Esta ordem de participação de emigrantes só se repete no Centro-Oeste. Tendo atraído 15,6% dos que saíram da GR, esta região também recebeu mais emigrantes de Minas Gerais, responsável por 74,9% dos emigrantes da GR para o Centro-Oeste.

O Rio de Janeiro, que pela primeira vez no período 1960/90, apresentou na década de 80 saldo migratório negativo, foi o estado que cedeu mais emigrantes para duas regiões: o Nordeste – a segunda região a receber mais pessoas procedentes da GR em questão (21,2%), depois de São Paulo – e o Sul. Como o Rio de Janeiro foi o estado que mais recebeu imigrantes nordestinos, percebe-se a importância dos fluxos entre estas duas áreas geográficas, até porque foi para lá que se dirigiu 30,4% dos emigrantes do Rio.

A região Norte teve uma participação importante no fluxo do Espírito Santo, pois para lá se dirigiu parte expressiva dos seus emigrantes: 24,7% dos que saíram do estado para fora da GR, em um total de 48.669 pessoas. Contudo, Minas Gerais foi o estado que mais perdeu população para o Norte, totalizando 69.667 emigrantes.

Neste ponto da análise, vale salientar as diferenças entre estas estimativas diretas e a dos saldos migratórios da seção anterior. A maior delas é, de longe, a de Minas Gerais. Este estado apresentou um saldo migratório estimado de -1.102.796 pessoas. Por outro lado, a diferença entre imigrantes e emigrantes da informação direta de última etapa resulta em -203.821 pessoas. As explicações possíveis para esse fato são comentadas a seguir.

A estimativa direta contém apenas o efeito direto da migração, enquanto o saldo migratório incorpora o efeito direto e o indireto. No caso de Minas Gerais, este último fica em torno de 100.000 crianças. Contabilizando apenas o efeito direto, o saldo migratório mineiro seria de aproximadamente 1.000.000 pessoas, ou seja, a diferença entre as mensurações direta e indireta continua imensa.

Outro fator que ajudaria a explicar a diferença seria a emigração para o exterior. Não há estimativas sobre o número de mineiros residindo fora do Brasil, mas sabe-se que não é um número desprezível. De qualquer forma, pode-se afirmar que o número de emigrantes mineiros é maior que o da informação direta, que só representa a migração interna. Conseqüentemente, a diferença entre emigrantes e imigrantes seria maior, pelo lado negativo, e menor

a diferença entre as duas mensurações, se levadas em conta as migrações internacionais.

O que foi dito anteriormente ajuda a explicar as diferenças em relação aos emigrantes, mas também há diferenças pelo lado dos imigrantes. O número de imigrantes implícitos no saldo migratório seria aproximadamente igual ao da mensuração direta, caso não tivesse ocorrido migração de retorno (de naturais ou não) na década, daqueles que tinham saído após 1980.⁸ Nos casos em que isso ocorre, o número de imigrantes da mensuração direta é maior do que a implícita no saldo migratório. Se estes imigrantes fossem descontados da mensuração direta, a subtração de imigrantes e emigrantes também daria uma diferença maior do que os -203.821 encontrados. Logo, as diferenças entre as duas mensurações seria menor.

Em suma, o que explicaria as diferenças entre os saldos das mensurações direta e indireta seriam: a presença, apenas na primeira, da migração de retorno dos que saíram na década de 80, e os efeitos indireto e da migração internacional, presentes apenas na segunda.

Tudo indica que em Minas Gerais é importante, tanto a emigração internacional, quanto a migração dos que saíram e retornaram na década, independentemente de serem naturais. Infelizmente não há dados que permitam estimar a imigração internacional de mineiros, mas veremos mais adiante que a migração de retorno para Minas é importantíssima.

As explicações para os casos do Espírito Santo e Rio de Janeiro são as mesmas comentadas acima. Em termos absolutos as diferenças são menores do que em Minas Gerais. No Espírito Santo o saldo mensurado indiretamente foi de 2.986 pessoas e o direto de 73.789. No Rio de Janeiro a diferença é bem maior: -452.706 do saldo indireto e -22.966 do direto. Relativamente, a diferença é maior até do que em Minas. É mais difícil explicar esta discrepância entre resultados observados para o Rio através da migração internacional. Uma hipótese plausível é a de que a intensidade da mobilidade populacional na década de 80 pode ter sido muito alta, o que explicaria um grande número de imigrantes na mensuração direta.

8. Uma discussão mais elaborada sobre as diferenças entre as mensurações direta e indireta pode ser encontrada em Rigotti (1996).

A migração de retorno dos naturais das UFs

A Tabela 14 corrobora o que foi dito logo acima sobre o nível de troca de pessoas e, por extensão, também permite algumas inferências sobre a inter-relação socioeconômica e as possíveis mudanças ocorridas nas regiões de origem e destino de antigos emigrantes, que retornaram para suas UFs de nascimento. Os dados referem-se ao retorno dos naturais empreendido entre 1981 e 1991, qualquer que tenha sido a data da saída.

Tabela 14
Imigrantes não naturais e imigrantes de retorno na Grande Região

Região anterior	Imigrantes não-naturais da UF de residência atual, segundo região de residência anterior				Imigrantes de retorno (naturais da UF de residência atual), segundo região de residência anterior			
	UF atual				UF atual			
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Total	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Total
Minas Gerais	0	91737	86318	178055	0	14216	21553	35769
Espírito Santo	27724	0	26456	54180	31235	0	9286	40521
Rio de Janeiro	67176	42044	0	109220	57534	18700	0	76235
Subtotal	94900	133781	112774	341455	88770	32916	30839	152524
Norte	12711	5739	19461	37911	20030	6705	7949	34683
Nordeste	65778	45689	229396	340863	25380	9779	29967	65126
São Paulo	158825	15702	51527	226054	167755	5545	25559	198860
Centro-Oeste	57106	5846	19222	82175	61518	1869	15802	79190
Sul	31541	4363	23848	59752	13566	1127	10057	24750
outros	4936	948	14992	20876	9541	912	9379	19832
Subtotal	330897	78287	358447	767630	297790	25938	98712	422440
Total	425797	212068	471220	1109086	386560	58854	129551	574964

Fonte: Amostra do Censo Demográfico (1991).

De um total de 1.684.050 imigrantes da GR, 1.109.086 eram não naturais da UF de destino, e 574.964 pessoas (34,1% do total) eram naturais da própria UF em que residiam em 1991. Retornaram em algum momento compreendido entre 1981 e 1991.

A participação dos imigrantes de retorno é semelhante no Espírito Santo e Rio de Janeiro, uma vez que correspondia a 21,7 e 21,6%, respectivamente. Portanto, a imigração dos não naturais da UF joga um papel de

destaque nestes dois estados – quase 80% do total dos imigrantes do período. Em Minas Gerais, a migração de retorno foi muito mais significativa, correspondendo a 47,6% do total de imigrantes.

Quando enfocamos a proporção da imigração de retorno com origem nas UFs da própria GR, observamos sua importância para o Espírito Santo, ou seja, 55,9% eram retornados dos outros dois estados, principalmente do Rio de Janeiro. Neste último estado, o retorno dos imigrantes procedentes de Minas Gerais e Espírito Santo (23,8%) não é tão significativo quanto no Espírito Santo. Mais importante é o retorno dos que vieram do Nordeste (23,1%) e São Paulo (19,7%), que somados correspondem a 42,8%.

Ao contrário dos outros dois estados da GR, Minas Gerais chama atenção pela relevância da migração de retorno, pois quase a metade de seus imigrantes (47,6%) se enquadrava nesta categoria. Apenas 23% do total de imigrantes de retorno eram procedentes dos dois estados da GR, especialmente do Rio de Janeiro. Os outros 77% vinham de UFs de fora, principalmente de São Paulo – 43,4% do total de imigrantes de retorno mineiros.

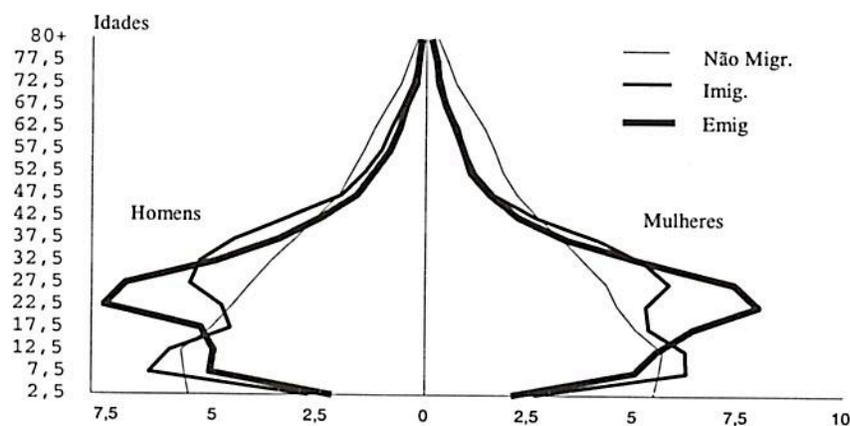
Se levarmos em consideração as questões levantadas anteriormente em relação às diferenças entre mensurações direta e indireta, parece ter sido importantíssima, principalmente para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a migração dos que saíram e retornaram nos anos 80, independentemente de serem ou não naturais das duas UFs. Isso sugere uma enorme intensidade na mobilidade populacional dos anos 80 de e para estes estados, indicando, talvez, a dificuldade por parte do migrante em encontrar um local de destino definitivo, o que parece coerente, dada a reestruturação produtiva e a crise econômica da última década.

A estrutura etária dos migrantes

A análise anterior abordou a origem, o destino e o retorno dos movimentos populacionais das UFs da GR, sem dúvida fundamentais para a compreensão da distribuição espacial da população. Por outro lado, em termos demográficos, é indispensável a visualização da estrutura etária dos imigrantes e emigrantes das UFs da GR.

Gráfico 2

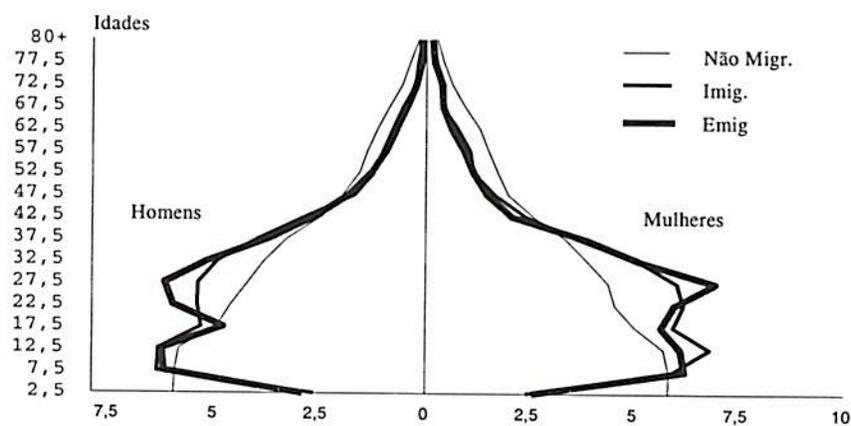
Minas Gerais – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Gráfico 3

Espírito Santo – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

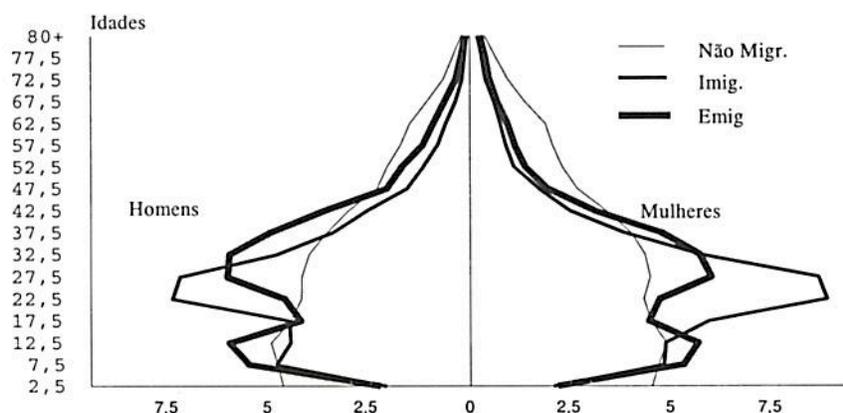
A estrutura etária da população não-migrante é, naturalmente, a mais regular, sendo a que mais se assemelha à forma de uma pirâmide. Minas Gerais e Espírito Santo possuem estruturas mais parecidas, enquanto o Rio de Janeiro apresenta uma população não-migrante visivelmente mais envelhecida. Como

visto na seção anterior, a fecundidade deste último estado é a mais baixa do país, daí o impacto sobre a estrutura etária.

No que se refere aos migrantes, nota-se que a participação da população de 0-4 anos é bem menor – até mesmo do que a população não-migrante do Rio – tanto para os imigrantes, quanto emigrantes.

Gráfico 4

Rio de Janeiro – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

À primeira vista, tal fato é surpreendente, tendo em conta a enorme concentração dos migrantes entre 20 e 40 anos, idade onde se dá a maioria dos nascimentos dos filhos. Seria, pois, de se esperar que a pirâmide etária dos migrantes mostrasse maior proporção de crianças.

Deve-se lembrar que parte dos filhos de 0-4 e 5-9 anos dos migrantes de um decênio nasce nas regiões de destino, e, obviamente, são classificados como naturais destas regiões. Portanto, estas crianças filhas dos imigrantes estão classificadas entre os não-migrantes de 0-4 e 5-9 anos, e os filhos dos emigrantes classificados entre os naturais das regiões de destino.

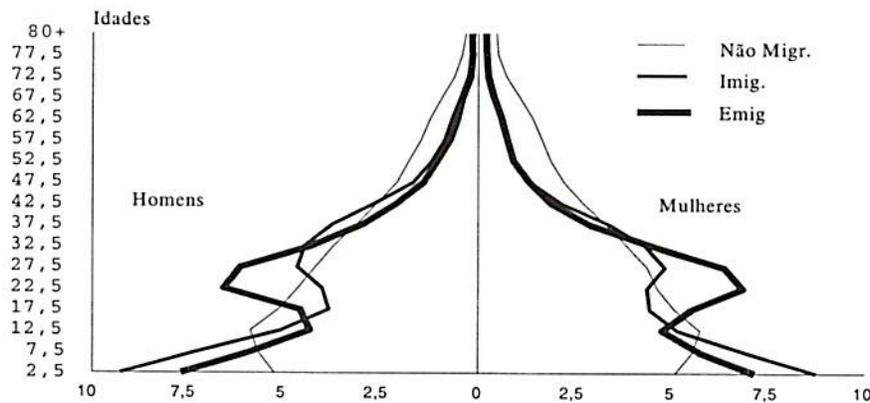
Este efeito da migração, crianças nascidas, filhas de migrantes, na região de destino e sobrevivente ao final do período analisado, é chamado de efeito indireto da migração, em contraposição ao efeito direto que corresponde às crianças que realmente migraram.

Para analisarmos o perfil etário dos migrantes, agregando o seu efeito indireto, utilizamos os fatores de correção propostos por Lee (1957), pressupondo que o efeito indireto corresponda a três vezes o efeito direto no grupo de 0-4 anos e a um terço no grupo quinquenal seguinte.⁹

Os Gráficos 5, 6 e 7 apresentam as estruturas etárias ajustadas, com a inclusão dos efeitos indiretos nos dois primeiros grupos quinquenais dos imigrantes e dos emigrantes, e da exclusão, entre os não-migrantes, das crianças naturais dos estados, porém filhas de imigrantes do período 1981/91. As crianças excluídas dos não-migrantes são exatamente aquelas acrescentadas aos imigrantes. Observe-se que estas pirâmides referem-se à distribuição proporcional dentro de cada um dos três grupos populacionais. O impacto da imigração e da emigração sobre a estrutura etária do estado depende, além da sua distribuição etária relativa, do tamanho absoluto dos grupos respectivos.

Gráfico 5

Minas Gerais – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes⁽¹⁾

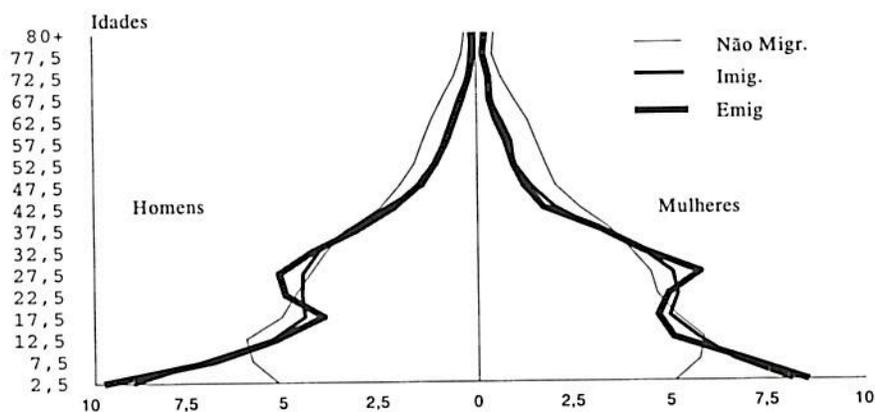


(1) Levando em conta os efeitos indiretos nos grupos etários 0-4 e 5-9 anos.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

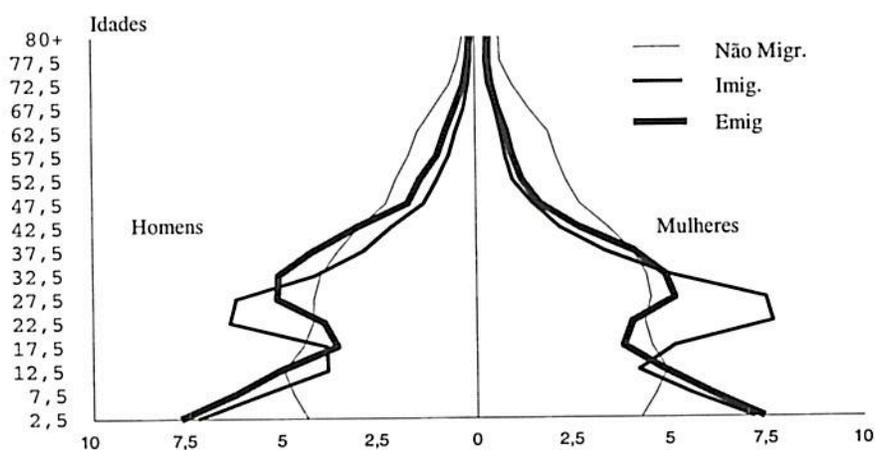
9. Optou-se por acrescentar o efeito indireto após verificação de sua relevância em trabalho recente. Ver Brito, Carvalho, Rigotti & Ribeiro (s.d.).

Gráfico 6
Espírito Santo – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes⁽¹⁾



(1) Levando em conta os efeitos indiretos nos grupos etários 0-4 e 5-9 anos.
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Gráfico 7
Rio de Janeiro – 1981/91 – Estrutura etária relativa dos não-migrantes, imigrantes e emigrantes⁽¹⁾



(1) Levando em conta os efeitos indiretos nos grupos etários 0-4 e 5-9 anos.
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Comparando os dois tipos de gráficos fica patente a importância do efeito indireto. A entrada na base da pirâmide dos não-migrantes é realçada nos Gráficos 5, 6 e 7 e há um aumento significativo na proporção de crianças tanto entre imigrantes, quanto entre emigrantes.

Da grande proporção de crianças, principalmente entre 0 a 4 anos, entre os migrantes, não se deve inferir que a fecundidade deles seja maior que a dos não-migrantes e que a sua evolução não coadune com a do quadro geral de declínio da fecundidade no Brasil. Ela advém, antes de tudo, da enorme concentração relativa dos migrantes nas idades mais férteis, como referido anteriormente.

Quando se comparam as estruturas etárias das populações emigrante e imigrante entre os três estados, percebemos algumas diferenças. Minas Gerais apresenta uma população emigrante mais jovem que a imigrante. Enquanto 67,8% de seus emigrantes concentram-se na faixa de 0 a 29 anos, os imigrantes da mesma idade representam 62,4%. No primeiro caso, o grupo etário quinquenal de maior participação é o de 20-24 anos de idade, com 15,6% do total, seguido pelo de 25-29 anos, com 14,6%. Quanto aos imigrantes, o grupo de 25-29 anos detém a maior proporção, 11,5%, seguido pelo próximo grupo quinquenal, que corresponde a 10,6%. Minas Gerais expulsa uma população mais jovem do que aquela que recebe.

Considerando que a maior parte dos fluxos são de e para São Paulo, pode-se dizer que Minas Gerais cede a maior parte de seus jovens emigrantes para São Paulo e recebe a maioria dos imigrantes deste mesmo estado, muitos dos quais são migrantes de retorno, como dito anteriormente.

Entre 0-29 anos de idade estão concentrados 52,1% dos imigrantes de retorno. Portanto, a participação daqueles que têm mais de 30 anos é claramente maior do que daqueles imigrantes não naturais da UF.

No Espírito Santo quase não se percebe a diferença entre a estrutura etária dos emigrantes e dos imigrantes. Como em Minas Gerais, os emigrantes são um pouco mais jovens: 66,2% estão concentrados entre 0-29 anos de idade, enquanto 65,1% dos imigrantes pertencem à mesma faixa etária. O grupo etário quinquenal de maior proporção, no caso dos emigrantes é o de 25-29 anos, que participa com 13,2%, seguido pela faixa imediatamente inferior, com 12%. Quanto aos imigrantes ocorre o inverso: o grupo que mais participa é o de 20-24

anos, 11,7%, e logo atrás vem o de 25-29 anos, responsável por 11,5% do total de imigrantes do estado.

Vimos a importância dos fluxos entre este estado e os outros dois da GR. A maioria de seus imigrantes eram procedentes de Minas Gerais e Rio de Janeiro (61,5%). Por outro lado, quase a metade de seus emigrantes (48%) se dirigiam para estes dois estados, demonstrando a importância da mobilidade intra-regional. Portanto, o perfil de idade destes migrantes é fornecido, em grande medida, pelos migrantes do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O Rio de Janeiro é um caso particular. Diferentemente dos outros dois estados, os imigrantes são mais jovens que os emigrantes. Na faixa de idade compreendida entre 0-29 anos concentram-se 66% dos primeiros e 57,2% dos segundos. Dado o peso que o Nordeste exerce no processo migratório do Rio de Janeiro, podemos inferir que os responsáveis pela juventude dos imigrantes deste estado são, em grande parte, os emigrantes nordestinos. Realmente, 72,5% deles tinham idade compreendida entre 0 e 29 anos em 1991. Paralelamente, os emigrantes do Rio de Janeiro têm como destino, em sua maioria, esta mesma região, o que pode estar indicando o retorno de antigos emigrantes nordestinos, daí a idade relativamente mais velha destas pessoas. De fato, 58,4% dos imigrantes de retorno do Nordeste possuem até 29 anos; 41,6% tinham mais de 30 anos em 1991, o que é um percentual expressivo se considerarmos que 33,7% do total dos imigrantes nordestinos estavam nesta categoria de idade.

Em termos de estrutura etária, conclui-se que quando a migração de retorno possuiu um peso importante como em Minas Gerais, a idade dos imigrantes é, em média, mais velha. Por outro lado, quando ela não é relativamente relevante, caso do Rio de Janeiro, a idade do imigrante tende a ser mais jovem. Isso não chega a ser surpresa, pois o imigrante de retorno foi um dia um jovem emigrante.

A participação dos migrantes na PEA

As considerações feitas até aqui revelam questões importantes a respeito da dinâmica populacional brasileira. Nota-se a importância dos fluxos intra-regionais para o Espírito Santo e dos inter-regionais para o Rio de Janeiro

e Minas Gerais. No caso do Rio de Janeiro, a troca de pessoas com o Nordeste foi muito expressiva, enquanto em Minas se deu em relação a São Paulo.

Tabela 15
Categorias populacionais por setor de atividade

Área geográfica	Setor de atividade %			
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada
População não-migrante				
Brasil	22,1	21,9	50,5	5,4
Grande Região	16,3	22,0	56,2	5,4
Minas Gerais	25,3	21,9	48,7	4,1
Espírito Santo	27,5	19,2	49,6	3,7
Rio de Janeiro	3,7	22,6	66,3	7,4
População imigrante				
Brasil	14,9	26,4	53,6	5,0
Grande Região	11,0	22,7	61,4	4,9
Minas Gerais	17,0	24,5	54,4	4,1
Espírito Santo	14,4	24,6	56,5	4,5
Rio de Janeiro	2,4	19,7	71,7	6,1
População emigrante				
Grande Região	12,9	25,3	56,8	5,0
Minas Gerais	14,4	28,2	53,0	4,5
Espírito Santo	25,8	21,5	48,8	4,0
Rio de Janeiro	6,5	21,3	66,1	6,1

Fonte: Amostra do Censo Demográfico (1991).

A análise da população economicamente ativa (PEA), levando em conta o status migratório da população, será útil para um melhor entendimento da dinâmica demográfica e econômica.

Um contingente de 58.456.126 pessoas integravam a PEA brasileira em 1991. Deste total, 53.279.272 referiam-se à população não-migrante: 22,1% estavam empregados no setor primário, 21,9% no secundário, 50,5% no terciário e 5,4% eram desocupados. Por outro lado, 5.176.854 eram migrantes (tinham feito pelo menos um movimento migratório nos dez anos anteriores à data do Censo de 1991), dos quais 15% estavam no setor primário, 26,4% no secundário, 53,6% no terciário e 5% estavam desocupados. Observa-se que os imigrantes estavam mais concentrados nos setores secundário e terciário.

Na GR havia 793.214 imigrantes que faziam parte da PEA, e 12.003.290 não-migrantes. Se 40,7% do total de não-migrantes (12.003.290/29.467.296) estavam inseridos em algum setor de atividade ou procuravam emprego, este percentual era de 47,1% (793.214/1.684.050) por parte dos imigrantes. Os imigrantes estavam mais empregados que os não-migrantes, pois além da maior participação na PEA dos primeiros, eles tinham 4,9% de desocupados contra 5,4% dos não-migrantes. A seguir, faremos uma comparação da PEA com a população em idade ativa (PIA), ou seja, aquela com mais de dez anos de idade.

Em Minas Gerais o número de não-migrantes e imigrantes participantes da PEA da GR era de 5.995.841 e 367.248 pessoas, respectivamente. Quando analisamos migrantes e não-migrantes separadamente, observamos que 55,5% da PIA não-migrante fazia parte da PEA. Esse percentual era de 57,1% para a população imigrante residindo em Minas e 61,9% para a população composta por emigrantes de Minas residindo fora do estado. Logo, os migrantes estavam mais inseridos na PEA que os não-migrantes.

Quanto à população relacionada a Minas Gerais (não-migrantes, imigrantes e emigrantes), o grupo cuja distribuição por setores de atividade mais se assemelha ao total do país é o de não-migrantes, onde a maioria está empregada no terciário, seguida dos empregados no primário. Por sua vez, os imigrantes também estão mais concentrados no terciário, mas o secundário emprega mais pessoas que o primário. O mesmo ocorre em relação às pessoas que deixaram o estado e foram integrar a PEA de outras UF's, embora elas tenham uma participação maior do que os imigrantes no setor secundário e menor no primário.

Resumidamente, a população não-migrante mineira é a que mais está empregada no primário, e se considerarmos a participação no terciário e secundário como indicador de mão-de-obra mais qualificada, os imigrantes que trabalham em Minas seriam mais qualificados que os não-migrantes.

Com uma PEA de 1.051.735, no Espírito Santo também havia a mesma proporção de pessoas ocupadas ou procurando emprego, ou seja, 55,7% de sua PIA. Isso correspondia a 55,7% da PIA não-migrante e 55,8% da imigrante. Assim como verificado na PEA mineira, os emigrantes eram os que mais participavam da PEA, que contava com 57,1% de sua PIA.

De maneira geral, a distribuição da PEA por setores de atividade é bastante semelhante àquela verificada em Minas Gerais, mormente no caso dos não-migrantes. A maior diferença fica por conta dos emigrantes. Enquanto os emigrantes de Minas estão mais concentrados no setor secundário, do que no primário, ocorre o inverso no Espírito Santo. Há uma maior proporção de imigrantes do que de emigrantes empregados nos setores terciário e secundário (81,1% e 70,3%, respectivamente). Quanto aos não-migrantes, eles são os que menos participam dos setores terciário e secundário (68,8%).

No Rio de Janeiro, a PEA como proporção da PIA era, coincidentemente, a mesma que a mineira e capixaba, 55,6%. A PEA do Rio de Janeiro, em 1991, era integrada por 5.076.867 não-migrantes e 304.813 imigrantes, totalizando 5.381.680 pessoas. A relação entre PEA e PIA para as populações não-migrante, imigrante e emigrante era algo diferente dos outros dois estados, isto é, 55,3, 60,6, 57,7%, respectivamente. Esta é a única UF a apresentar uma participação da PEA emigrante menor do que as populações não-migrante e imigrante.

A comparação com Minas Gerais é interessante. Os emigrantes mineiros têm uma média de idade menor do que os imigrantes, pois vimos que a migração de retorno exerce um papel de destaque. Por outro lado, notamos que os emigrantes participam mais da PEA do que os imigrantes. No Rio de Janeiro ocorre exatamente o contrário: os imigrantes são mais jovens e a migração de retorno é bem mais tímida. Esta seria, provavelmente, uma das causas para a maior participação relativa dos imigrantes na PEA.

No que se refere aos setores de atividade, o Rio de Janeiro é o estado da GR que mais destoa do perfil de ocupação brasileiro. A participação no setor terciário é bem maior que no Brasil e na GR como um todo, ocorrendo o inverso no primário, entre não-migrante, imigrante ou emigrante. Isso não chega a causar surpresa, pelo menos entre não-migrante e imigrante, pois quase toda sua população é urbana.

Quando analisamos a distribuição dos três grupos pelos diversos setores, observamos que os imigrantes do Rio de Janeiro são os que mais participam do terciário e do secundário, seguidos dos não-migrantes e dos emigrantes. Estes últimos formam o grupo mais ocupado no setor primário. Isso pode estar indicando uma maior qualificação dos imigrantes em relação aos

emigrantes e não-migrantes. Outra característica importante é o fato de que o Rio de Janeiro se apresenta como o estado que possui a maior proporção da PEA desocupada, inclusive se compararmos com o Brasil – os não-migrantes estão em pior situação do que os imigrantes e emigrantes.

Estas evidências devem ser vistas com muita cautela. A análise da PEA desagregada apenas por setores de atividade não permite grandes inferências sobre a melhor ou pior situação dos migrantes e não-migrantes. De fato, o setor terciário pode empregar desde funcionários altamente qualificados, como um executivo de grande empresa, até serviços muito mal remunerados, como empregos domésticos, office-boys, etc. O mesmo pode ser dito em relação aos outros setores. Para uma comparação mais rigorosa seria necessário o cruzamento de informações sobre categorias ocupacionais, rendimento e escolaridade, por exemplo. O que podemos dizer é que, a partir dos dados da PEA desagregada apenas por grandes setores de atividade, nada indica que a situação econômica de um imigrante seja pior do que a de um não-migrante, ou que sua inserção no mercado de trabalho seja mais desfavorável do que a dos naturais ou daqueles migrantes mais antigos, que moram na região há mais de dez anos.

Mesmo no caso dos imigrantes de retorno naturais da UF, não se pode dizer, de modo geral, que eles fracassaram e que sua situação seja pior do que a do restante da população. Em Minas Gerais, onde eles eram mais importantes, havia 368.560 imigrantes de retorno, dos quais 329.521 estavam em idade ativa e 202.739 faziam parte da PEA, ou seja, 61,5%, um número maior do que a participação dos imigrantes em geral, dos não-migrantes e praticamente igual à dos emigrantes, que eram os que mais participavam da PEA (61,9% dos que estavam em idade ativa).

Além disso, os imigrantes de retorno eram os que mais estavam ocupados, pois apenas 4% faziam parte da categoria “desocupados”, percentual menor do que na população não-migrante, imigrante e emigrante. Somados, os setores secundário e terciário representavam 79,4% da participação dos imigrantes de retorno na PEA, proporção menor apenas do que a dos emigrantes de Minas.

O Espírito Santo contava com 58.851 imigrantes de retorno, sendo 48.814 em idade ativa e 28.485 deles eram integrantes da PEA, o que representa

58,4%, número maior do que todas as outras categorias populacionais – não-migrantes, imigrantes e emigrantes. A diferença em relação a Minas Gerais é que havia mais “desocupados” entre os imigrantes de retorno do que nas outras categorias populacionais e a participação nos setores secundário e terciário era maior entre os imigrantes.

O Rio de Janeiro apresentava uma situação bem diferente dos outros dois estados. Havia 129.548 imigrantes de retorno, dos quais 108.352 estavam em idade ativa e 60.989 integravam a PEA. Assim, a participação dos imigrantes de retorno na PEA (56,3% daqueles em idade ativa) era menor, tanto em relação aos outros estados da GR, quanto entre as outras categorias populacionais do próprio estado.

A participação dos “desocupados” também era desfavorável aos imigrantes de retorno: 7,4% da PEA, número superior ao dos imigrantes como um todo e aos emigrantes e idêntico aos não-migrantes. Por outro lado, os imigrantes de retorno estavam mais concentrados nos setores secundário e terciário do que os não-migrantes e emigrantes.

Estas considerações demonstram o quanto a questão da situação do migrante no mercado de trabalho é complexa, ainda mais se considerarmos que grande parte está empregada no setor informal. Contudo, as análises acima não permitem inferir que existam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte dos migrantes ou que eles estão mais excluídos do que os não-migrantes. O que se percebe é que não há um padrão rígido quando se analisa os três estados da GR, até mesmo em relação aos imigrantes de retorno.

Em síntese, a GR apresentou uma tendência à diminuição gradativa dos saldos migratórios negativos nos dois estados que tradicionalmente expulsam população, isto é, Minas Gerais e Espírito Santo. Ao contrário, o Rio de Janeiro, uma das áreas que mais atraiu população no país até os anos 70, experimentou reversão desta tendência, com saldos negativos nos anos 80.

Outro aspecto relevante diz respeito à provável intensificação da mobilidade espacial da população nos 80, com crescimento significativo da migração de retorno. As diferenças entre as mensurações direta e indireta apontam para esse fenômeno, uma vez que a explicação mais plausível para as divergências observadas é que o número de imigrantes calculado por mensuração direta incorpora os imigrantes que saíram e retornaram na década

de 80, os quais, por definição, não estão incluídos nos saldos migratórios estimados por técnica indireta.

Enfim, todas estas considerações devem ser vistas apenas como um ponto de partida para as discussões voltadas à questão migratória. Ainda há muito a se aprofundar, mas tudo o que foi exposto até aqui mostra a intensidade das mudanças em relação aos períodos anteriores à década de 80. Assim, estudos mais desagregados, quer seja em relação às unidades espaciais, quer seja em relação aos setores de atividade, certamente contribuirão para uma melhor compreensão das migrações neste final de século.

Cenários e prognósticos

Em relação à dinâmica demográfica e da PEA da GR, verifica-se que o período compreendido entre 1960 e 1991 foi marcado por profundas alterações. O Rio de Janeiro apresentou uma taxa de crescimento populacional de 1,2% ao ano nos anos 80, a mais baixa entre os três estados. Paralelo a esse fenômeno, o crescimento de sua PEA, sofreu um declínio entre os anos 70 e 80, de 4% para 3,8%, contrariamente ao ocorrido no Espírito Santo e Minas Gerais. A taxa de 3,8% foi a menor entre os estados da GR, abaixo, inclusive, das médias do Sudeste e do Brasil como um todo.

Como tendência, verificou-se o oposto no Espírito Santo e Minas Gerais. O primeiro apresentou, pela primeira vez, crescimento populacional acima da média brasileira nos anos 80 (2,3% ao ano). Sua PEA também cresceu ao significativo ritmo de 4,4% ao ano, o maior entre os estados da GR e maior que a média brasileira, que, aliás, foi a mais alta em todo o período considerado.

Minas Gerais permaneceu com o mesmo crescimento populacional em todo o período (1,5% ao ano), abaixo das médias da região Sudeste e do país. Em compensação, sua PEA cresceu ao ritmo veloz de 4,1% ao ano.

Evidentemente, estas alterações estão intimamente relacionadas às mudanças demográficas. As altas taxas de fecundidade dos anos 60 caíram continuamente nas áreas urbanas e rurais, apontando no sentido de uma convergência, na qual o Rio de Janeiro seria a "assíntota inferior" para a qual

tenderiam os outros dois estados, se enfocados sob a perspectiva de um longo processo histórico.

Também foi verificado um processo de queda nos níveis de mortalidade. A mortalidade infantil, que exerce peso considerável sobre a esperança de vida ao nascer, caiu em todos os estados. Ao contrário dos anos 70, quando não havia um padrão muito claro no que se refere aos níveis urbano-rurais, na década de 80, a mortalidade urbana foi mais baixa em todos os estados, para ambos os sexos.

O processo de queda da fecundidade leva ao envelhecimento populacional. Se considerarmos apenas o crescimento vegetativo, a participação das crianças na população total tende a ser cada vez menor, uma vez que a vertiginosa queda da fecundidade diminui a natalidade. Haveria, inclusive, tendência a rapidamente se alcançar uma população em idade escolar constante, em termos absolutos.

Evidentemente, a população dos três estados não é fechada, o que confere ao processo migratório uma participação relevante no que tange à variação da demanda escolar. Portanto, esta será, em grande medida, determinada pelos efeitos direto e indireto das migrações. A previsão do impacto das migrações sobre o crescimento da população infanto-juvenil é mais complexa do que a do crescimento vegetativo.

Na GR, vimos que o processo migratório sofreu grandes mudanças, se colocados em uma perspectiva histórica. De modo geral, as áreas rurais expulsaram população para as urbanas. Minas Gerais, e também o Rio de Janeiro nos anos 80, não foram capazes de absorver a expulsão rural de seus próprios estados. No segundo, as áreas urbanas não conseguiram sequer absorver seu crescimento vegetativo. O Espírito Santo apresentou reversão do seu processo de expulsão populacional, experimentando saldo migratório positivo nos anos 80.

Os dados referentes à contagem populacional realizada em 1996 pelo IBGE¹⁰ sugerem que não houve grandes mudanças no período 1991/96, quando comparado com os anos 80. Minas Gerais, com uma população total de 16.660.691 pessoas, apresentou crescimento de 1,14% ao ano entre 1991 e

10. IBGE. Contagem da População (1996 – Dados preliminares).

1996. Portanto, seu saldo migratório continuou negativo. O Espírito Santo, cuja população era de 2.786.126 habitantes, teve crescimento de 1,39% ao ano. Este número pode estar indicando um pequeno saldo migratório no período 1991/96, uma vez que este crescimento é próximo do brasileiro (1,4%), e a fecundidade do Espírito Santo é menor que a do país. O estado do Rio de Janeiro, com uma população de 13.316.455 pessoas em 1996 e crescimento populacional de 0,78% ao ano no período 1991/96, certamente continuou a apresentar significativo saldo migratório negativo. Portanto, parece que os dados do período 1991/96 estão indicando uma certa estabilidade em relação aos anos 80.

Como os migrantes são pessoas em sua maioria jovens e o saldo migratório das crianças depende muito do saldo da população feminina em idade reprodutiva, da fecundidade destas mulheres, além da mortalidade infanto-juvenil, pensar a demanda escolar requer um exame da complexa conjugação destes fatores.

Não é tarefa simples fazer um prognóstico do futuro papel das migrações na evolução dos estados, dada a sua extrema sensibilidade em relação às mudanças sociais e econômicas. Mas, em termos de grandes tendências, os estados que apresentarem saldo migratório negativo das mulheres em idade reprodutiva, terão saldo migratório negativo para as crianças que nascerem nas próximas décadas.

Este foi o caso de Minas Gerais nos anos 80. Como este estado apresenta uma tendência de diminuição no seu ritmo de perda populacional, via migração, espera-se que a demanda escolar cresça nas áreas urbanas.

Quanto ao Espírito Santo, o saldo migratório das mulheres em idade reprodutiva foi positivo para o estado como um todo. Nas áreas rurais o saldo foi negativo, e dada a recente reversão da expulsão populacional capixaba, espera-se que grande parte dele se direcione para as cidades do próprio estado.

Ainda que o Rio de Janeiro tenha apresentado saldo migratório negativo, tanto nas áreas rurais, quanto nas urbanas, quando se analisa o saldo das mulheres em idade reprodutiva, percebe-se que ele foi negativo apenas nas áreas rurais. Se a expulsão populacional do Rio de Janeiro continuar, como é provável, a população feminina deverá acompanhar a masculina. Nesse caso, o saldo migratório das mulheres em idade reprodutiva tenderá a ser negativo e, conseqüentemente, o saldo das crianças também o será. Como a expulsão

carioca é fenômeno recente, torna-se precoce avaliar o impacto sobre as regiões de destino. De qualquer forma, caso as tendências não se alterassem, o Nordeste seria um dos prováveis receptores dos emigrantes do Rio de Janeiro, seguido por São Paulo.

Finalmente, vale lembrar que estas hipóteses são bastante genéricas e quanto mais se distancia no tempo, maiores as chances de erro nos prognósticos, especialmente no caso das migrações. Dada a velocidade das transformações econômicas deste final de século, não se pode esperar comportamento muito rígido das tendências assinaladas anteriormente. De qualquer forma, acreditamos que elas podem ser um ponto de partida interessante para as discussões voltadas às questões da demanda escolar no Brasil.

Referências bibliográficas

- BRASIL: Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: BEMFAM; Calverton: Macro Internacional, 1997.
- BRITO, F., CARVALHO, J.A.M, RIGOTTI, J.I.R., RIBEIRO, J.T.L. *Minas Gerais, uma nova região de atração populacional?* s.d. (Trabalho a ser apresentado no Seminário de Economia Mineira, em Diamantina, MG).
- CARVALHO, J.A.M. de. Migrações internas; mensuração direta e indireta. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982.
- _____. Estimativas indiretas e dados sobre migrações; uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 31-73, jan. 1985.
- _____. O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de oitenta; uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Migrações internacionais; herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996. v.2, p 227-38.
- _____, FERNANDES, F. *Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil, por sexo, idade e setores rural e urbano*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, s.d.
- _____, PAIVA, P.T.A., SAWYER, D.R. *A recente queda da fecundidade no Brasil; evidências e interpretação*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1981. (Monografia, n. 12).
- _____, PINHEIRO, S.M.G. *Fecundidade e mortalidade no Brasil – 1970/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1986. (Relatório de pesquisa).
- FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade; conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1989.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 53, 1993.

- IBGE. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (7º Recenseamento Geral do Brasil, 1960).
- _____. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. (8º Recenseamento Geral do Brasil, 1970).
- _____. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (9º Recenseamento Geral do Brasil, 1980).
- _____. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 (10º Recenseamento Geral do Brasil, 1991).
- _____. *Estatísticas históricas do Brasil*. 1986. v.3.
- LEE, E.S. et al. *Population redistribution and economic growth; United States 1870-1980*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1957.
- MAPA do Mercado de Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro, 1994.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R.B.A, SILVA, P.L.B (Org.). *Federalismo no Brasil; desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 60-91.
- PAIVA, Paulo de Tarso Almeida. Fecundidade e padrão de vida: a experiência brasileira recente. Texto para discussão n.14, CEDEPLAR/UFMG. 1983.
- RIGOTTI, J.I.R. Compatibilidade entre as técnicas direta e indireta de estimação da migrações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 1996. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996. v.2, p. 943-953.

Anexo 1

Tábuas de mortalidade da Grande Região

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1)

Modelo SP – 1980/81 – Minas Gerais – Total – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0587	100000	5614		95572	6368317	63,68
1	0,0066	94386	623	0,0066	94191	6272746	66,46
2	0,0060	94056	565	0,0060	93986	6178554	65,69
3	0,0078	93916	730	0,0078	93873	6084568	64,79
4	0,0143	93830	1346	0,0143	93796	5990695	63,85
5	0,0006	93763	271	0,0029	468136	5896899	62,89
10	0,0007	93492	306	0,0033	466693	5428762	58,07
15	0,0015	93185	701	0,0075	464174	4962069	53,25
20	0,0021	92484	960	0,0104	460019	4497896	48,63
25	0,0024	91524	1093	0,0119	454887	4037876	44,12
30	0,0032	90431	1421	0,0157	448602	3582990	39,62
35	0,0045	89010	1985	0,0223	440087	3134388	35,21
40	0,0062	87025	2677	0,0308	428432	2694300	30,96
45	0,0092	84348	3792	0,0450	412257	2265869	26,86
50	0,0124	80555	4851	0,0602	390649	1853611	23,01
55	0,0183	75704	6624	0,0875	361963	1462962	19,32
60	0,0266	69081	8615	0,1247	323868	1100999	15,94
65	0,0388	60466	10696	0,1769	275590	777131	12,85
70	0,0607	49770	13122	0,2637	216044	501541	10,08
75	0,0899	36648	13453	0,3671	149606	285497	7,79
80	0,1378	23195	11886	0,5124	86258	135891	5,86
85+	0,2278	11309	11309	1,0000	49633	49633	4,39

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1)

Modelo SP – 1980/81 – Minas Gerais – Total – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0550	100000	5269		95844	6846415	68,46
1	0,0072	94731	680	0,0072	94512	6750571	71,26
2	0,0057	94360	540	0,0057	94287	6656060	70,54
3	0,0066	94214	620	0,0066	94170	6561773	69,65
4	0,0096	94125	901	0,0096	94088	6467603	68,71
5	0,0005	94051	231	0,0025	469676	6373515	67,77
10	0,0005	93820	225	0,0024	468536	5903839	62,93
15	0,0008	93595	371	0,0040	467045	5435303	58,07
20	0,0010	93224	471	0,0051	464940	4968257	53,29
25	0,0012	92753	564	0,0061	462354	4503317	48,55
30	0,0018	92189	834	0,0090	458859	4040963	43,83
35	0,0027	91355	1243	0,0136	453667	3582104	39,21
40	0,0038	90112	1688	0,0187	446339	3128437	34,72
45	0,0057	88424	2470	0,0279	435944	2682099	30,33
50	0,0078	85954	3270	0,0380	421595	2246155	26,13
55	0,0116	82684	4645	0,0562	401808	1824560	22,07
60	0,0176	78039	6590	0,0844	373720	1422752	18,23
65	0,0273	71449	9142	0,1280	334388	1049032	14,68
70	0,0455	62307	12722	0,2042	279727	714644	11,47
75	0,0722	49584	15163	0,3058	210015	434916	8,77
80	0,1141	34422	15281	0,4439	133906	224901	6,53
85+	0,2104	19141	19141	1,0000	90995	90995	4,75

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
 Minas Gerais – Urbano – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0567	100000	5428		95719	6410724	64,11
1	0,0064	94572	604	0,0064	94384	6315005	66,77
2	0,0058	94253	547	0,0058	94185	6220621	66,00
3	0,0075	94117	708	0,0075	94075	6126436	65,09
4	0,0139	94034	1305	0,0139	94001	6032361	64,15
5	0,0006	93968	263	0,0028	469185	5938360	63,20
10	0,0006	93706	297	0,0032	467786	5469174	58,37
15	0,0015	93409	680	0,0073	465344	5001388	53,54
20	0,0020	92729	932	0,0100	461313	4536044	48,92
25	0,0023	91797	1061	0,0116	456331	4074731	44,39
30	0,0031	90736	1381	0,0152	450225	3618400	39,88
35	0,0044	89355	1931	0,0216	441944	3168175	35,46
40	0,0061	87423	2609	0,0298	430591	2726231	31,18
45	0,0089	84814	3705	0,0437	414806	2295640	27,07
50	0,0121	81109	4753	0,0586	393660	1880834	23,19
55	0,0178	76355	6517	0,0853	365485	1487174	19,48
60	0,0260	69839	8522	0,1220	327889	1121690	16,06
65	0,0381	61317	10654	0,1738	279949	793801	12,95
70	0,0598	50663	13182	0,2602	220359	513852	10,14
75	0,0890	37481	13644	0,3640	153295	293492	7,83
80	0,1370	23837	12165	0,5103	88772	140197	5,88
85+	0,2270	11672	11672	1,0000	51425	51425	4,41

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
 Minas Gerais – Urbano – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0531	100000	5094		95982	6886647	68,87
1	0,0070	94906	659	0,0069	94693	6790665	71,55
2	0,0055	94546	523	0,0055	94476	6695972	70,82
3	0,0064	94405	601	0,0064	94362	6601496	69,93
4	0,0093	94319	874	0,0093	94283	6507133	68,99
5	0,0005	94247	224	0,0024	470675	6412851	68,04
10	0,0005	94023	218	0,0023	469570	5942176	63,20
15	0,0008	93805	360	0,0038	468125	5472606	58,34
20	0,0010	93445	457	0,0049	466084	5004481	53,56
25	0,0012	92988	547	0,0059	463575	4538398	48,81
30	0,0018	92442	810	0,0088	460184	4074823	44,08
35	0,0027	91632	1207	0,0132	455142	3614639	39,45
40	0,0037	90425	1641	0,0182	448020	3159497	34,94
45	0,0055	88783	2405	0,0271	437904	2711477	30,54
50	0,0075	86378	3190	0,0369	423916	2273573	26,32
55	0,0112	83188	4545	0,0546	404579	1849657	22,23
60	0,0172	78643	6474	0,0823	377033	1445078	18,38
65	0,0267	72170	9031	0,1251	338272	1068045	14,80
70	0,0446	63139	12664	0,2006	284035	729773	11,56
75	0,0712	50475	15245	0,3020	214262	445738	8,83
80	0,1131	35230	15532	0,4409	137320	231476	6,57
85+	0,2092	19698	19698	1,0000	94156	94156	4,78

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Minas Gerais – Rural – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0647	100000	6160		95141	6249182	62,49
1	0,0073	93840	679	0,0072	93628	6154041	65,58
2	0,0066	93481	615	0,0066	93405	6060413	64,83
3	0,0085	93328	795	0,0085	93281	5967008	63,94
4	0,0157	93234	1464	0,0157	93198	5873727	63,00
5	0,0006	93161	295	0,0032	465067	5780529	62,05
10	0,0007	92866	333	0,0036	463496	5315462	57,24
15	0,0017	92533	763	0,0082	460756	4851965	52,44
20	0,0023	91770	1042	0,0114	456243	4391209	47,85
25	0,0026	90727	1184	0,0130	450678	3934966	43,37
30	0,0035	89544	1535	0,0171	443880	3484288	38,91
35	0,0049	88008	2137	0,0243	434699	3040408	34,55
40	0,0068	85871	2869	0,0334	422184	2605709	30,34
45	0,0100	83002	4037	0,0486	404920	2183524	26,31
50	0,0134	78965	5119	0,0648	382030	1778605	22,52
55	0,0196	73847	6909	0,0936	351961	1396575	18,91
60	0,0283	66938	8849	0,1322	312566	1044614	15,61
65	0,0409	58088	10779	0,1856	263494	732048	12,60
70	0,0632	47309	12918	0,2730	204252	468554	9,90
75	0,0924	34392	12906	0,3753	139694	264302	7,69
80	0,1398	21486	11128	0,5179	79608	124608	5,80
85+	0,2302	10357	10357	1,0000	45000	45000	4,34

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) –Modelo SP – 1980/81
 Minas Gerais – Rural – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0606	100000	5782		95440	6733124	67,33
1	0,0079	94218	742	0,0079	93979	6637685	70,45
2	0,0063	93814	588	0,0063	93735	6543705	69,75
3	0,0072	93655	675	0,0072	93607	6449971	68,87
4	0,0105	93558	982	0,0105	93517	6356364	67,94
5	0,0005	93477	252	0,0027	466755	6262847	67,00
10	0,0005	93225	245	0,0026	465513	5796092	62,17
15	0,0009	92980	404	0,0043	463890	5330579	57,33
20	0,0011	92576	512	0,0055	461600	4866689	52,57
25	0,0013	92064	612	0,0067	458789	4405088	47,85
30	0,0020	91452	905	0,0099	454997	3946299	43,15
35	0,0030	90547	1345	0,0149	449371	3491302	38,56
40	0,0041	89202	1822	0,0204	441454	3041930	34,10
45	0,0062	87380	2654	0,0304	430264	2600477	29,76
50	0,0084	84726	3493	0,0412	414895	2170213	25,61
55	0,0125	81233	4923	0,0606	393856	1755317	21,61
60	0,0190	76310	6906	0,0905	364284	1361462	17,84
65	0,0292	69404	9430	0,1359	323444	997178	14,37
70	0,0480	59974	12841	0,2141	267765	673734	11,23
75	0,0751	47132	14892	0,3160	198430	405969	8,61
80	0,1168	32240	14573	0,4520	124766	207539	6,44
85+	0,2134	17667	17667	1,0000	82773	82773	4,69

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Espírito Santo – Total – Homens 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0516	100000	4962		96086	6521181	65,21
1	0,0058	95038	555	0,0058	94865	6425095	67,61
2	0,0053	94745	503	0,0053	94683	6330229	66,81
3	0,0069	94620	651	0,0069	94582	6235547	65,90
4	0,0127	94543	1201	0,0127	94514	6140965	64,95
5	0,0005	94484	242	0,0026	471813	6046451	63,99
10	0,0006	94242	273	0,0029	470526	5574638	59,15
15	0,0013	93969	627	0,0067	468277	5104112	54,32
20	0,0019	93342	860	0,0092	464561	4635835	49,66
25	0,0021	92482	981	0,0106	459961	4171273	45,10
30	0,0028	91502	1279	0,0140	454311	3711313	40,56
35	0,0040	90223	1794	0,0199	446627	3257002	36,10
40	0,0056	88428	2434	0,0275	436055	2810374	31,78
45	0,0083	85994	3476	0,0404	421279	2374319	27,61
50	0,0112	82518	4495	0,0545	401351	1953040	23,67
55	0,0166	78023	6227	0,0798	374547	1551689	19,89
60	0,0244	71796	8257	0,1150	338336	1177142	16,40
65	0,0361	63538	10511	0,1654	291415	838806	13,20
70	0,0574	53028	13302	0,2508	231883	547391	10,32
75	0,0865	39726	14126	0,3556	163313	315508	7,94
80	0,1349	25599	12915	0,5045	95710	152195	5,95
85+	0,2246	12685	12685	1,0000	56486	56486	4,45

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Espírito Santo – Total – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0483	100000	4657		96327	6991181	69,91
1	0,0064	95343	605	0,0063	95148	6894854	72,32
2	0,0051	95013	481	0,0051	94949	6799705	71,57
3	0,0058	94884	552	0,0058	94844	6704757	70,66
4	0,0085	94804	804	0,0085	94771	6609912	69,72
5	0,0004	94738	206	0,0022	473176	6515141	68,77
10	0,0004	94532	201	0,0021	472159	6041965	63,91
15	0,0007	94331	331	0,0035	470830	5569806	59,05
20	0,0009	94000	421	0,0045	468950	5098976	54,24
25	0,0011	93580	504	0,0054	466638	4630026	49,48
30	0,0016	93076	747	0,0080	463510	4163388	44,73
35	0,0024	92328	1116	0,0121	458850	3699878	40,07
40	0,0034	91212	1522	0,0167	452254	3241029	35,53
45	0,0051	89690	2238	0,0250	442855	2788774	31,09
50	0,0069	87452	2984	0,0341	429799	2345920	26,83
55	0,0104	84468	4281	0,0507	411636	1916120	22,68
60	0,0160	80187	6160	0,0768	385533	1504484	18,76
65	0,0250	74026	8718	0,1178	348338	1118951	15,12
70	0,0422	65309	12476	0,1910	295354	770614	11,80
75	0,0683	52833	15419	0,2918	225617	475260	9,00
80	0,1103	37414	16179	0,4324	146622	249643	6,67
85+	0,2061	21235	21235	1,0000	103022	103022	4,85

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Espírito Santo – Urbano – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0514	100000	4942		96102	6525977	65,26
1	0,0058	95058	553	0,0058	94885	6429875	67,64
2	0,0053	94766	501	0,0053	94704	6334989	66,85
3	0,0069	94641	649	0,0069	94603	6240286	65,94
4	0,0127	94565	1197	0,0127	94535	6145682	64,99
5	0,0005	94505	241	0,0025	471924	6051147	64,03
10	0,0006	94264	272	0,0029	470642	5579223	59,19
15	0,0013	93992	624	0,0066	468401	5108581	54,35
20	0,0018	93368	857	0,0092	464698	4640181	49,70
25	0,0021	92511	977	0,0106	460114	4175482	45,13
30	0,0028	91534	1275	0,0139	454484	3715368	40,59
35	0,0040	90259	1788	0,0198	446826	3260885	36,13
40	0,0056	88471	2427	0,0274	436287	2814059	31,81
45	0,0082	86044	3466	0,0403	421555	2377772	27,63
50	0,0112	82578	4484	0,0543	401680	1956217	23,69
55	0,0166	78094	6214	0,0796	374936	1554537	19,91
60	0,0243	71880	8245	0,1147	338788	1179601	16,41
65	0,0360	63635	10504	0,1651	291916	840813	13,21
70	0,0573	53131	13306	0,2504	232393	548897	10,33
75	0,0864	39826	14147	0,3552	163761	316504	7,95
80	0,1348	25679	12948	0,5042	96024	152743	5,95
85+	0,2245	12731	12731	1,0000	56719	56719	4,46

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Espírito Santo – Urbano – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0481	100000	4638		96342	6995708	69,96
1	0,0063	95362	603	0,0063	95168	6899366	72,35
2	0,0050	95033	479	0,0050	94969	6804198	71,60
3	0,0058	94904	550	0,0058	94865	6709230	70,69
4	0,0084	94825	801	0,0084	94792	6614365	69,75
5	0,0004	94759	205	0,0022	473281	6519574	68,80
10	0,0004	94554	200	0,0021	472268	6046293	63,95
15	0,0007	94354	330	0,0035	470944	5574024	59,08
20	0,0009	94024	419	0,0045	469071	5103081	54,27
25	0,0011	93605	502	0,0054	466767	4634010	49,51
30	0,0016	93102	745	0,0080	463650	4167242	44,76
35	0,0024	92358	1113	0,0120	459006	3703593	40,10
40	0,0034	91245	1517	0,0166	452433	3244586	35,56
45	0,0050	89728	2231	0,0249	443064	2792153	31,12
50	0,0069	87497	2975	0,0340	430049	2349089	26,85
55	0,0104	84522	4270	0,0505	411937	1919040	22,70
60	0,0159	80253	6146	0,0766	385897	1507102	18,78
65	0,0250	74106	8703	0,1174	348772	1121206	15,13
70	0,0421	65403	12466	0,1906	295848	772433	11,81
75	0,0682	52936	15425	0,2914	226119	476586	9,00
80	0,1102	37511	16207	0,4321	147039	250467	6,68
85+	0,2060	21304	21304	1,0000	103428	103428	4,85

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Espírito Santo – Rural – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0525	100000	5044		96022	6501329	65,01
1	0,0059	94956	563	0,0059	94781	6405307	67,46
2	0,0054	94659	511	0,0054	94595	6310527	66,67
3	0,0070	94532	661	0,0070	94493	6215931	65,76
4	0,0129	94454	1220	0,0129	94424	6121438	64,81
5	0,0005	94393	245	0,0026	471352	6027015	63,85
10	0,0006	94148	277	0,0029	470045	5555663	59,01
15	0,0014	93870	636	0,0068	467762	5085617	54,18
20	0,0019	93234	872	0,0094	463991	4617856	49,53
25	0,0022	92362	995	0,0108	459322	4153865	44,97
30	0,0029	91367	1297	0,0142	453592	3694543	40,44
35	0,0041	90070	1819	0,0202	445802	3240951	35,98
40	0,0057	88251	2466	0,0279	435091	2795149	31,67
45	0,0084	85785	3517	0,0410	420133	2360058	27,51
50	0,0114	82268	4542	0,0552	399986	1939925	23,58
55	0,0168	77726	6280	0,0808	372931	1539939	19,81
60	0,0247	71446	8307	0,1163	336462	1167008	16,33
65	0,0364	63139	10540	0,1669	289344	830546	13,15
70	0,0578	52599	13284	0,2526	229783	541203	10,29
75	0,0870	39314	14041	0,3572	161468	311420	7,92
80	0,1353	25273	12778	0,5056	94420	149952	5,93
85+	0,2250	12495	12495	1,0000	55532	55532	4,44

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Espirito Santo – Rural – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0492	100000	4733		96267	6972432	69,72
1	0,0065	95267	615	0,0065	95069	6876166	72,18
2	0,0051	94931	488	0,0051	94866	6781097	71,43
3	0,0059	94800	561	0,0059	94760	6686231	70,53
4	0,0086	94719	816	0,0086	94686	6591471	69,59
5	0,0004	94652	209	0,0022	472737	6496786	68,64
10	0,0004	94443	204	0,0022	471705	6024049	63,79
15	0,0007	94239	336	0,0036	470355	5552343	58,92
20	0,0009	93903	427	0,0045	468447	5081988	54,12
25	0,0011	93476	512	0,0055	466100	4613541	49,36
30	0,0016	92964	758	0,0082	462925	4147441	44,61
35	0,0025	92206	1133	0,0123	458198	3684515	39,96
40	0,0034	91073	1543	0,0169	451509	3226317	35,43
45	0,0051	89530	2268	0,0253	441982	2774808	30,99
50	0,0070	87262	3021	0,0346	428760	2332826	26,73
55	0,0105	84242	4329	0,0514	410386	1904066	22,60
60	0,0162	79913	6218	0,0778	384021	1493680	18,69
65	0,0253	73695	8776	0,1191	346536	1109659	15,06
70	0,0427	64919	12514	0,1928	293311	763123	11,75
75	0,0689	52405	15392	0,2937	223546	469812	8,96
80	0,1109	37013	16064	0,4340	144907	246265	6,65
85+	0,2067	20949	20949	1,0000	101359	101359	4,84

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Rio de Janeiro – Total – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0514	100000	4936		96107	6527568	65,28
1	0,0058	95064	552	0,0058	94892	6431461	67,65
2	0,0053	94773	501	0,0053	94711	6336569	66,86
3	0,0068	94648	648	0,0068	94610	6241858	65,95
4	0,0126	94572	1196	0,0126	94542	6147248	65,00
5	0,0005	94512	240	0,0025	471961	6052705	64,04
10	0,0006	94272	272	0,0029	470680	5580745	59,20
15	0,0013	94000	624	0,0066	468442	5110065	54,36
20	0,0018	93377	856	0,0092	464744	4641623	49,71
25	0,0021	92521	976	0,0106	460165	4176879	45,15
30	0,0028	91545	1273	0,0139	454541	3716715	40,60
35	0,0040	90272	1787	0,0198	446891	3262173	36,14
40	0,0056	88485	2424	0,0274	436364	2815282	31,82
45	0,0082	86061	3463	0,0402	421646	2378918	27,64
50	0,0111	82598	4480	0,0542	401789	1957272	23,70
55	0,0166	78118	6210	0,0795	375065	1555483	19,91
60	0,0243	71908	8241	0,1146	338938	1180418	16,42
65	0,0360	63667	10501	0,1649	292082	841480	13,22
70	0,0572	53166	13307	0,2503	232562	549397	10,33
75	0,0863	39859	14154	0,3551	163910	316836	7,95
80	0,1348	25705	12959	0,5041	96129	152925	5,95
85+	0,2244	12746	12746	1,0000	56797	56797	4,46

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Rio de Janeiro – Total – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0481	100000	4632		96347	6997212	69,97
1	0,0063	95368	602	0,0063	95174	6900866	72,36
2	0,0050	95039	479	0,0050	94975	6805692	71,61
3	0,0058	94911	550	0,0058	94871	6710717	70,71
4	0,0084	94831	800	0,0084	94799	6615845	69,76
5	0,0004	94766	205	0,0022	473316	6521047	68,81
10	0,0004	94561	200	0,0021	472304	6047731	63,96
15	0,0007	94361	329	0,0035	470981	5575427	59,09
20	0,0009	94032	419	0,0045	469111	5104445	54,28
25	0,0011	93613	502	0,0054	466810	4635334	49,52
30	0,0016	93111	744	0,0080	463696	4168524	44,77
35	0,0024	92367	1111	0,0120	459058	3704828	40,11
40	0,0033	91256	1515	0,0166	452493	3245769	35,57
45	0,0050	89741	2229	0,0248	443134	2793277	31,13
50	0,0069	87512	2972	0,0340	430132	2350143	26,85
55	0,0104	84540	4266	0,0505	412037	1920011	22,71
60	0,0159	80275	6142	0,0765	386018	1507974	18,79
65	0,0249	74133	8699	0,1173	348917	1121956	15,13
70	0,0421	65434	12463	0,1905	296012	773039	11,81
75	0,0682	52971	15427	0,2912	226286	477027	9,01
80	0,1102	37544	16216	0,4319	147178	250742	6,68
85+	0,2059	21328	21328	1,0000	103564	103564	4,86

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Rio de Janeiro – Urbano – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0511	100000	4911		96127	6533627	65,34
1	0,0058	95089	549	0,0058	94918	6437500	67,70
2	0,0053	94799	498	0,0053	94737	6342582	66,91
3	0,0068	94675	645	0,0068	94637	6247845	65,99
4	0,0126	94599	1190	0,0126	94569	6153208	65,05
5	0,0005	94540	239	0,0025	472100	6058639	64,09
10	0,0006	94300	271	0,0029	470825	5586539	59,24
15	0,0013	94030	621	0,0066	468597	5115713	54,41
20	0,0018	93409	852	0,0091	464916	4647116	49,75
25	0,0021	92557	972	0,0105	460358	4182200	45,18
30	0,0028	91586	1268	0,0138	454759	3721842	40,64
35	0,0040	90318	1779	0,0197	447141	3267084	36,17
40	0,0055	88539	2415	0,0273	436656	2819943	31,85
45	0,0082	86124	3450	0,0401	421993	2383286	27,67
50	0,0111	82673	4465	0,0540	402203	1961293	23,72
55	0,0165	78208	6193	0,0792	375557	1559089	19,94
60	0,0242	72015	8226	0,1142	339509	1183533	16,43
65	0,0358	63789	10492	0,1645	292716	844024	13,23
70	0,0571	53297	13312	0,2498	233207	551308	10,34
75	0,0862	39985	14179	0,3546	164479	318101	7,96
80	0,1347	25806	13001	0,5038	96528	153622	5,95
85+	0,2243	12805	12805	1,0000	57094	57094	4,46

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Rio de Janeiro – Urbano – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0478	100000	4609		96365	7002939	70,03
1	0,0063	95391	600	0,0063	95198	6906574	72,40
2	0,0050	95064	476	0,0050	95000	6811376	71,65
3	0,0058	94936	547	0,0058	94897	6716376	70,75
4	0,0084	94857	796	0,0084	94824	6621479	69,80
5	0,0004	94792	204	0,0022	473449	6526655	68,85
10	0,0004	94588	199	0,0021	472442	6053206	64,00
15	0,0007	94389	328	0,0035	471125	5580764	59,13
20	0,0009	94061	417	0,0044	469263	5109639	54,32
25	0,0011	93644	499	0,0053	466973	4640376	49,55
30	0,0016	93145	740	0,0079	463873	4173403	44,81
35	0,0024	92404	1106	0,0120	459256	3709530	40,14
40	0,0033	91298	1508	0,0165	452718	3250274	35,60
45	0,0050	89789	2220	0,0247	443398	2797556	31,16
50	0,0069	87570	2961	0,0338	430447	2354158	26,88
55	0,0103	84609	4251	0,0502	412417	1923710	22,74
60	0,0158	80358	6124	0,0762	386478	1511293	18,81
65	0,0248	74233	8681	0,1169	349466	1124815	15,15
70	0,0420	65553	12451	0,1899	296637	775349	11,83
75	0,0680	53102	15435	0,2907	226922	478712	9,01
80	0,1100	37667	16251	0,4314	147708	251790	6,68
85+	0,2058	21416	21416	1,0000	104082	104082	4,86

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81
Rio de Janeiro – Rural – Homens: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0562	100000	5379		95758	6422084	64,22
1	0,0063	94621	598	0,0063	94434	6326326	66,86
2	0,0058	94305	542	0,0058	94238	6231892	66,08
3	0,0075	94170	702	0,0075	94129	6137654	65,18
4	0,0138	94087	1294	0,0138	94055	6043525	64,23
5	0,0006	94023	261	0,0028	469463	5949470	63,28
10	0,0006	93762	294	0,0031	468075	5480008	58,45
15	0,0014	93468	675	0,0072	465653	5011932	53,62
20	0,0020	92793	924	0,0100	461656	4546279	48,99
25	0,0023	91869	1053	0,0115	456713	4084624	44,46
30	0,0030	90816	1370	0,0151	450655	3627911	39,95
35	0,0043	89446	1917	0,0214	442436	3177256	35,52
40	0,0060	87529	2591	0,0296	431164	2734820	31,24
45	0,0089	84937	3681	0,0433	415482	2303656	27,12
50	0,0120	81256	4727	0,0582	394461	1888174	23,24
55	0,0177	76529	6488	0,0848	366424	1493713	19,52
60	0,0258	70041	8496	0,1213	328965	1127288	16,09
65	0,0379	61545	10642	0,1729	281121	798323	12,97
70	0,0596	50904	13197	0,2593	221526	517202	10,16
75	0,0888	37707	13694	0,3632	154298	295676	7,84
80	0,1368	24012	12241	0,5098	89460	141378	5,89
85+	0,2267	11772	11772	1,0000	51919	51919	4,41

Tábua de vida abreviada – Modelo relacional de logitos (Beta = 1) – Modelo SP – 1980/81

Rio de Janeiro – Mulheres: 1985

Idades	mx	lx	dx	qx	Lx	Tx	ex
0	0,0526	100000	5048		96018	6897367	68,97
1	0,0069	94952	653	0,0069	94741	6801349	71,63
2	0,0055	94595	519	0,0055	94526	6706608	70,90
3	0,0063	94456	596	0,0063	94413	6612082	70,00
4	0,0092	94370	867	0,0092	94334	6517669	69,07
5	0,0005	94298	222	0,0024	470937	6423335	68,12
10	0,0005	94077	216	0,0023	469842	5952397	63,27
15	0,0008	93860	357	0,0038	468409	5482555	58,41
20	0,0010	93503	453	0,0048	466385	5014147	53,63
25	0,0012	93050	542	0,0058	463896	4547762	48,87
30	0,0017	92508	803	0,0087	460533	4083866	44,15
35	0,0026	91705	1198	0,0131	455530	3623333	39,51
40	0,0036	90507	1629	0,0180	448463	3167803	35,00
45	0,0054	88878	2388	0,0269	438421	2719340	30,60
50	0,0075	86490	3169	0,0366	424529	2280918	26,37
55	0,0111	83321	4518	0,0542	405312	1856389	22,28
60	0,0170	78803	6442	0,0818	377912	1451077	18,41
65	0,0265	72361	9000	0,1244	339307	1073165	14,83
70	0,0443	63361	12648	0,1996	285188	733859	11,58
75	0,0709	50714	15265	0,3010	215405	448671	8,85
80	0,1128	35448	15599	0,4400	138245	233266	6,58
85+	0,2089	19850	19850	1,0000	95021	95021	4,79

Anexo 2

Saldos migratórios e taxas líquidas de migração da Grande Região

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – População feminina – 1960/70

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	62792	-75752	100948	-122868	-257100	72832	-2860	-26888	16288
5 a 10	63951	-70991	99731	-128819	-234015	65405	-3860	-24129	15033
10 a 15	29357	-51893	81431	-82382	-185268	102606	1148	-18257	19299
15 a 20	54201	-58461	112731	-78458	-180730	102159	718	-20058	20750
20 a 25	69822	-46879	116754	-87396	-140787	53317	-5032	-16679	11626
25 a 30	63286	-29587	92915	-82648	-108096	25399	-4380	-11048	6650
30 a 35	44936	-19880	64843	-60819	-86612	25746	-1484	-7485	5984
35 a 40	19288	-17579	36901	-34862	-65702	30795	372	-5342	5694
40 a 45	8537	-16915	25499	-22692	-46631	23955	1776	-3432	5189
45 a 50	11315	-14320	25683	-21759	-40572	18814	131	-3536	3650
50 a 55	8094	-11583	19714	-15822	-32422	16588	-185	-3092	2891
55 a 60	10294	-9572	19896	-14198	-27345	13146	-467	-2819	2341
60 e +	19627	-18370	38100	-32146	-54020	21987	-80	-4805	4691
Total	465500	-441782	835146	-784869	-1459300	572749	-14203	-147570	120086

Taxas líquidas de migração dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População feminina – 1960/70

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	12,09	-91,30	23,14	-14,62	-58,08	18,32	-2,36	-37,40	32,99
5 a 10	11,65	-85,87	21,39	-15,23	-55,91	15,30	-3,21	-35,20	29,02
10 a 15	5,64	-71,79	18,18	-10,61	-51,42	24,65	1,02	-29,45	37,97
15 a 20	10,95	-102,83	25,73	-11,55	-60,98	26,66	0,73	-40,38	43,06
20 a 25	16,51	-112,87	30,62	-16,94	-63,84	18,06	-7,27	-48,56	33,39
25 a 30	18,34	-92,79	29,68	-20,98	-62,65	11,17	-8,50	-42,94	25,75
30 a 35	14,18	-72,72	22,39	-18,01	-59,85	13,34	-3,32	-33,69	26,59
35 a 40	6,44	-66,05	13,52	-11,07	-48,48	17,17	0,88	-25,00	27,39
40 a 45	3,15	-73,16	10,29	-8,51	-41,46	15,53	5,05	-19,16	30,04
45 a 50	5,42	-77,23	13,49	-10,46	-46,27	15,62	0,51	-26,31	29,31
50 a 55	4,69	-73,58	12,56	-8,83	-42,97	15,99	-0,87	-28,88	27,53
55 a 60	7,42	-82,12	15,66	-10,68	-52,33	16,29	-2,86	-36,35	27,37
60 e +	6,25	-74,36	13,16	-11,51	-51,02	12,67	-0,23	-29,88	25,90
Total	10,18	-85,63	20,58	-13,60	-55,59	18,21	-1,79	-35,00	32,37

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – População masculina – 1960/70

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	64436	-78148	103488	-125052	-262132	73984	-2924	-27716	16460
5 a 10	65556	-74051	101916	-131419	-241601	65943	-3987	-25205	15297
10 a 15	23869	-47648	71625	-78260	-170817	92218	988	-16049	17139
15 a 20	39145	-48644	87825	-72719	-146310	73457	1826	-13272	15046
20 a 25	69252	-45159	114443	-86143	-123057	36806	-6141	-14768	8588
25 a 30	59165	-31840	91042	-81858	-104616	22685	-6199	-12253	6018
30 a 35	39982	-21478	61497	-69375	-95202	25736	-3144	-10038	6845
35 a 40	14188	-18619	32834	-42451	-73079	30499	321	-6048	6331
40 a 45	16	-17684	17720	-23834	-49258	25332	1567	-3984	5516
45 a 50	2349	-14194	16568	-22063	-40995	18853	1389	-2777	4121
50 a 55	437	-12000	12465	-17305	-32668	15292	713	-2538	3203
55 a 60	1162	-9417	10612	-13515	-25116	11547	633	-2004	2601
60 e +	-1889	-18038	16242	-28307	-49250	20842	940	-4069	4920
Total	377668	-436920	738277	-792301	-1414101	513194	-14018	-140721	112085

Taxas líquidas de migração dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População masculina – 1960/70

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	12,09	-91,30	23,14	-14,62	-58,08	18,32	-2,36	-37,40	33,00
5 a 10	11,65	-85,88	21,39	-15,23	-55,91	15,30	-3,21	-35,20	29,02
10 a 15	4,60	-60,32	16,27	-10,00	-44,92	22,91	0,87	-24,67	34,87
15 a 20	8,56	-74,64	22,41	-11,17	-46,21	21,96	1,93	-24,53	37,07
20 a 25	17,32	-97,97	32,36	-17,62	-52,31	14,52	-9,35	-40,60	29,28
25 a 30	18,36	-91,25	31,69	-22,24	-58,35	12,02	-12,76	-46,38	27,14
30 a 35	13,12	-69,47	22,45	-21,39	-62,28	15,01	-7,14	-43,08	33,00
35 a 40	4,97	-66,71	12,76	-14,15	-51,75	19,21	0,77	-27,17	32,39
40 a 45	0,01	-66,13	7,45	-8,90	-38,84	17,96	4,13	-19,32	31,83
45 a 50	1,15	-66,24	9,08	-10,52	-40,93	17,21	4,91	-17,55	33,04
50 a 55	0,27	-63,26	8,60	-9,63	-37,57	16,48	3,01	-18,70	31,58
55 a 60	0,91	-62,22	9,40	-9,69	-37,96	15,75	3,41	-19,51	31,29
60 e +	-0,75	-57,70	9,37	-10,48	-39,44	14,36	2,46	-19,69	27,92
Total	8,59	-76,74	19,29	-13,90	-50,61	17,66	-1,74	-30,98	32,02

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População feminina – 1970/80

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	52856	-39400	75196	-107568	-259256	81952	-6392	-42476	24296
5 a 10	46319	-35284	63601	-106031	-236081	61633	-6532	-39255	19127
10 a 15	19917	-29048	48996	-56112	-180151	124070	-4114	-27974	23832
15 a 20	44671	-34124	78806	-66622	-191276	124662	-1607	-29753	28137
20 a 25	74867	-31162	106039	-99740	-174772	75042	-6723	-29648	22917
25 a 30	68626	-20941	89573	-101298	-131040	29748	-8497	-21888	13384
30 a 35	39356	-13272	52632	-59987	-89925	29942	-3658	-14073	10409
35 a 40	12456	-9375	21833	-27556	-62944	35395	-283	-9049	8759
40 a 45	2626	-7822	10449	-20507	-49762	29261	-415	-7828	7405
45 a 50	6361	-7712	14074	-22123	-44216	22101	-517	-7152	6626
50 a 55	4640	-7078	11718	-19368	-36630	17271	-1240	-6319	5068
55 a 60	3760	-5914	9676	-15237	-28765	13537	-968	-4717	3737
60 e +	-25950	-13970	-11987	-36583	-66741	30182	-499	-9916	9371
Total	350505	-255102	570606	-738732	-1551559	674796	-41445	-250048	183068

Taxas líquidas de migração dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População feminina – 1970/80

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	8,60	-61,75	13,64	-12,17	-79,81	14,66	-4,56	-77,41	28,52
5 a 10	8,20	-58,48	12,60	-13,01	-77,22	12,10	-5,29	-77,00	26,40
10 a 15	3,54	-50,48	9,71	-6,84	-63,92	23,02	-3,35	-59,08	31,57
15 a 20	7,30	-66,51	14,05	-8,25	-79,29	22,00	-1,31	-72,24	34,43
20 a 25	12,71	-77,45	19,33	-14,95	-96,51	15,43	-6,41	-93,55	31,32
25 a 30	13,14	-67,27	18,24	-19,44	-93,31	7,81	-10,45	-92,28	23,24
30 a 35	9,20	-53,37	13,06	-14,50	-79,85	9,94	-6,09	-80,09	24,51
35 a 40	3,57	-43,25	6,68	-7,74	-59,89	14,10	-0,56	-56,16	25,78
40 a 45	0,81	-39,58	3,45	-6,40	-51,69	13,06	-0,92	-53,20	24,51
45 a 50	2,26	-46,13	5,31	-8,29	-55,15	11,83	-1,35	-56,74	25,67
50 a 55	1,80	-48,75	4,81	-8,43	-53,51	10,70	-3,89	-59,73	23,77
55 a 60	1,92	-53,31	5,24	-8,67	-55,67	10,91	-4,20	-60,63	24,47
60 e +	-5,60	-51,74	-2,74	-8,52	-56,48	9,70	-0,87	-54,86	23,98
Total	6,08	-57,98	10,72	-11,01	-73,62	14,67	-4,14	-72,01	28,00

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – População masculina – 1970/80

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	54328	-40128	77372	-110352	-265644	84132	-6568	-43692	24956
5 a 10	47579	-36527	65271	-108747	-245501	62684	-6721	-40744	19559
10 a 15	19272	-25383	44677	-51897	-166116	114044	-3290	-26601	23261
15 a 20	40734	-28326	69068	-56886	-161059	104107	-781	-25124	24324
20 a 25	77455	-31676	109141	-87853	-163740	75816	-3991	-26359	22345
25 a 30	65175	-25870	91057	-96882	-141628	44655	-5927	-23854	17900
30 a 35	26289	-15875	42171	-56893	-98179	41200	-2098	-15351	13229
35 a 40	5787	-10605	16399	-22098	-66400	44212	533	-9708	10218
40 a 45	-6012	-8970	2962	-14951	-51210	36162	-347	-7948	7575
45 a 50	-2599	-7489	4894	-15754	-42741	26880	-695	-6970	6245
50 a 55	-2831	-6761	3936	-16624	-36489	19732	-1280	-6369	5049
55 a 60	-4962	-5651	697	-12892	-26679	13642	-1282	-4851	3523
60 e +	-39207	-14915	-24239	-33501	-60796	26810	-3484	-11140	7470
Total	281008	-258176	503406	-685330	-1526182	694092	-35931	-248711	185654

Taxas líquidas de migração dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População masculina – 1970/80

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	8,60	-61,75	13,64	-12,17	-79,81	14,66	-4,56	-77,41	28,52
5 a 10	8,20	-58,48	12,60	-13,01	-77,22	12,10	-5,29	-77,00	26,40
10 a 15	3,38	-40,28	8,82	-6,25	-55,34	21,49	-2,62	-52,79	31,02
15 a 20	6,82	-49,77	12,79	-7,14	-60,51	19,64	-0,64	-54,80	31,79
20 a 25	13,47	-72,01	20,55	-13,27	-81,62	16,44	-3,77	-72,82	32,13
25 a 30	13,24	-73,97	19,92	-18,96	-91,90	12,52	-7,15	-88,58	32,00
30 a 35	6,49	-57,11	11,17	-14,01	-78,64	14,65	-3,47	-79,28	32,14
35 a 40	1,77	-44,08	5,43	-6,44	-59,37	19,10	1,08	-57,83	31,55
40 a 45	-1,95	-39,21	1,04	-4,69	-48,14	17,01	-0,76	-48,60	26,01
45 a 50	-0,99	-40,39	2,00	-5,97	-47,95	15,39	-1,79	-49,30	25,30
50 a 55	-1,19	-38,68	1,79	-7,36	-46,40	13,40	-3,79	-49,98	24,04
55 a 60	-2,80	-42,00	0,43	-7,41	-42,47	12,29	-5,21	-50,01	23,67
60 e +	-11,11	-46,97	-7,55	-8,60	-43,24	10,77	-6,16	-49,51	21,94
Total	5,09	-53,53	10,00	-10,28	-66,76	15,85	3,54	-65,40	29,20

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – População feminina – 1980/90

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	-4417	-31649	27232	-86055	-124095	38040	-1467	-18497	17030
5 a 10	-4214	-30689	26475	-83488	-117199	33710	1408	-17666	16259
10 a 15	-28577	-30254	1677	-39377	-100023	60646	770	-16317	17087
15 a 20	4602	-31182	35784	-43262	-114412	71151	3920	-17954	21874
20 a 25	25520	-29774	55294	-86406	-115092	28686	-70	-17571	17500
25 a 30	29987	-22623	52610	-65547	-80381	14834	772	-12691	13463
30 a 35	9738	-15868	25607	-24128	-48250	24122	2562	-8488	11050
35 a 40	-15746	-12942	-2804	-4281	-32281	28000	4129	-4930	9058
40 a 45	-19274	-10368	-8906	-7644	-24441	16797	3012	-3308	6320
45 a 50	4631	-8014	12645	5027	-19706	24733	3001	-2798	5800
50 a 55	-15967	-8052	-7915	-15899	-21840	5941	-269	-3161	2892
55 a 60	-10770	-6348	-4421	-755	-14331	13576	627	-2407	3034
60 a 65	-5183	-4852	-330	5733	-11236	16969	1949	-1771	3720
65 a 70	-44324	-6108	-38216	-26750	-17601	-9148	-2805	-2850	45
70 e +	-38174	-8788	-29386	-22783	-23310	527	-2093	-3512	1419
Total	-112166	-257511	145346	-495616	-864199	368583	12631	-133920	146551

Taxas líquidas de migração dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População feminina – 1980/90

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	-0,78	-89,80	5,10	-10,20	-50,69	6,35	-1,03	-45,45	16,82
5 a 10	-0,71	-84,80	4,72	-9,49	-46,18	5,38	0,95	-41,43	15,36
10 a 15	-4,61	-81,68	0,29	-4,42	-41,35	9,34	0,52	-39,27	15,98
15 a 20	0,78	-99,78	6,41	-5,41	-56,77	11,90	2,98	-51,60	22,59
20 a 25	4,36	-109,48	9,97	-11,91	-70,41	5,10	-0,06	-59,95	18,97
25 a 30	5,06	-92,12	9,26	-9,69	-57,02	2,77	0,68	-50,40	15,19
30 a 35	1,76	-74,57	4,81	-4,08	-40,72	5,10	2,58	-40,86	14,06
35 a 40	-3,18	-73,75	-0,59	-0,85	-30,83	7,00	4,93	-26,94	13,84
40 a 45	-4,65	-69,73	-2,23	-1,86	-27,41	5,22	4,71	-22,78	12,79
45 a 50	1,42	-66,84	4,02	1,51	-25,76	9,67	6,10	-23,18	15,61
50 a 55	-5,56	-76,69	-2,86	-5,62	-32,36	2,76	-0,64	-29,68	9,25
55 a 60	-4,32	-69,94	-1,84	-0,31	-24,49	7,35	1,74	-26,09	11,30
60 a 65	-2,32	-60,41	-0,15	2,77	-23,31	10,68	6,44	-23,25	16,43
65 a 70	-26,79	-105,75	-23,93	-16,91	-48,79	-7,49	-12,81	-51,96	0,27
70 e +	-14,21	-97,30	-11,32	-8,92	-44,69	0,26	-5,86	-41,58	5,20
Total	-1,71	-85,86	2,33	-6,35	-45,50	6,24	0,99	-41,64	15,46

Saldo migratório dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – População masculina – 1980/90

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	-4513	-32631	28119	-88627	-127922	39294	-1585	-19236	17651
5 a 10	-4708	-31859	27151	-87668	-122247	34579	-1953	-18680	16727
10 a 15	-31314	-28569	-2745	-35546	-86527	51450	1133	-14344	15478
15 a 20	829	-26700	27529	-28709	-84575	56204	4814	-12686	17500
20 a 25	15066	-29966	45032	-75521	-99563	24589	188	-13849	14037
25 a 30	-8266	-26291	18026	-91287	-87557	-3020	-3320	-13710	10390
30 a 35	-39333	-18316	-21017	-53050	-54495	2181	-2502	-10193	7691
35 a 40	-50185	-15031	-35154	-24389	-37860	14243	101	-6362	6463
40 a 45	-41312	-11329	-29983	-17609	-27814	11072	1344	-3624	4968
45 a 50	-14644	-8580	-6064	-2286	-19068	17696	2470	-2311	4782
50 a 55	-24946	-8056	-16889	-19283	-19933	1772	-1251	-3029	1778
55 a 60	-28273	-6567	-21706	-14906	-14772	1091	-1453	-2664	1211
60 a 65	-21172	-5045	-16127	-5699	-9086	4680	10	-1664	1674
65 a 70	-36386	-5214	-31172	-19215	-12685	-5130	-2024	-2245	221
70 e +	-51484	-9893	-41591	-43384	-28696	-12698	-5618	-4770	-847
Total	-340640	-264049	-76591	-607180	-832798	238003	-9645	-129368	119723

Taxas líquidas de migração dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro
População masculina – 1980/90

Grupos de idade	Rio de Janeiro			Minas Gerais			Espírito Santo		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
0 a 5	-0,77	-89,63	5,09	-10,18	-50,69	6,35	-1,08	-45,42	16,82
5 a 10	-0,77	-84,57	4,71	-9,67	-46,18	5,38	-1,27	-41,39	15,36
10 a 15	-4,97	-72,58	-0,46	-3,85	-33,16	7,90	0,75	-32,09	14,46
15 a 20	0,14	-75,92	5,09	-3,55	-36,78	9,87	3,68	-31,92	19,25
20 a 25	2,68	-98,06	8,46	-10,38	-52,91	4,60	0,16	-40,04	16,29
25 a 30	-1,50	-97,33	3,43	-13,84	-54,37	-0,61	-2,98	-46,83	12,64
30 a 35	-7,72	-77,65	-4,33	-9,06	-40,08	0,49	-2,54	-41,87	10,38
35 a 40	-11,32	-75,34	-8,30	-4,85	-32,75	3,84	0,12	-30,85	10,33
40 a 45	-10,86	-64,75	-8,26	-4,15	-27,57	3,66	2,09	-21,96	10,40
45 a 50	-5,00	-61,28	-2,17	-0,43	-22,42	7,53	5,06	-17,12	13,54
50 a 55	-9,66	-62,78	-6,88	-6,68	-26,18	0,91	-3,09	-25,29	6,23
55 a 60	-13,26	-63,99	-10,70	-6,09	-22,74	0,68	-4,27	-25,99	5,09
60 a 65	-11,63	-51,73	-9,36	-2,37	-16,16	3,62	0,03	-18,05	8,51
65 a 70	-28,00	-72,18	-25,40	-12,61	-28,85	-5,27	-9,64	-32,90	1,56
70 e +	-29,82	-98,93	-25,57	-20,64	-49,97	-8,87	-18,56	-50,33	-4,08
Total	-5,58	-79,70	-1,33	-7,75	-39,78	4,26	-0,76	-36,08	13,20

7

Análise demográfica do estado de São Paulo

Carlos Américo Pacheco¹

Neide Patarra²

José Marcos Pinto da Cunha³

Rosana Baeninger³

Rovena Negreiros¹

Maria Flora Gonçalves¹

Introdução

A dinâmica demográfica do estado de São Paulo, evidentemente, traz consigo um forte componente de inércia, que depende, em última instância, da estrutura por sexo e idade da população prevaiente no momento anterior e do fato de que os padrões socioculturais de comportamento

-
1. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia (IE). Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR).
 2. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia (IE)/Núcleo de Estudos da População (NEPO).
 3. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Núcleo de Estudos da População (NEPO).

reprodutivo desta população alteram-se também lentamente. Isto é especialmente válido para São Paulo, na medida que o processo de transição demográfica já se manifesta há várias décadas no estado e, também, porque neste caso os padrões de morbidade e mortalidade já se assemelham, em muitos aspectos, aos encontrados em países desenvolvidos, apesar de ainda se verificar elevada incidência de óbitos derivados de doenças típicas do subdesenvolvimento.

Em que pese esta forte “inércia demográfica”, não é de estranhar que a especificidade da trajetória econômica dos anos 80 tenha se refletido com intensidade na dinâmica populacional do estado, muito em decorrência das características próprias de sua estrutura socioeconômica. É claro que este comportamento manifesta-se sobretudo na redução da imigração de origem interestadual e no aumento da emigração, causadas especialmente pelo forte impacto da crise na estrutura de emprego e renda da economia paulista, no contexto da progressiva reestruturação de seu sistema urbano. Sempre é conveniente lembrar que São Paulo foi, na história recente do país e de seu processo de industrialização, o principal destino da migração nacional, apresentando por conta disso elevadas taxas de crescimento populacional, fenômeno que alcançava uma relevância ainda maior para a Área Metropolitana da Capital. É este processo que se vê problematizado nos anos 80, reforçando as tendências já anteriormente visíveis de aumento da importância do interior paulista na absorção da migração interestadual e de deslocamentos metrópole-interior.

Ou seja, o fato de São Paulo ser uma economia essencialmente urbano-industrial, com forte predominância de segmentos produtivos mais expostos aos efeitos negativos da trajetória de estagnação e aos períodos de recessão dos anos 80, fez com que os desafios da economia brasileira se apresentassem com maior clareza exatamente aqui. Estas conseqüências são especialmente visíveis na Grande São Paulo, onde, apesar da intensa transformação terciária, só foi possível manter taxas de desemprego relativamente modestas (ao menos até 1989), em conseqüência da acentuada queda do crescimento da População em Idade Ativa (PIA) provocada pela menor imigração e pelo aumento da emigração. Mesmo as demais grandes cidades do estado não passaram incólumes por este processo, ainda que o interior paulista tenha sido uma das

poucas regiões brasileiras cuja indústria cresceu, na seqüência da chamada “interiorização do desenvolvimento”, e onde se concentrou um crescimento demográfico relativamente elevado, com resultados que vão do adensamento do sistema urbano, até novos processos de aglomeração e de metropolização.⁴

Se as especificidades dos anos 80 são claras no que toca à mudança do perfil migratório, não deixaram de igualmente se manifestar nos demais componentes da dinâmica demográfica. Desde logo, porque a redução da entrada de migrantes por si só corroborava a tendência de decréscimo dos diferenciais dos níveis de fecundidade e mortalidade no conjunto do estado, atenuando os efeitos sobre estas variáveis dos distintos padrões de comportamento que se verifica entre população natural e não-natural. Mas, a especificidade da década também se faz presente nestes indicadores, porque alguns fenômenos novos no que diz respeito à evolução da mortalidade e da fecundidade ficavam ainda mais evidentes, quer como subproduto do novo perfil urbano do interior de São Paulo, quer como consequência do agravamento da questão social e da violência nas grandes cidades.

No que tange à evolução da mortalidade, fica claro que segue tendo curso o processo de transição epidemiológica iniciado há várias décadas. Assim, progressivamente, verifica-se uma mudança no perfil da mortalidade proporcional de doenças infecto-contagiosas por outras derivadas de doenças crônico-degenerativas, próprias de uma estrutura etária mais envelhecida e da importância relativa que assumem os segmentos de renda média no conjunto da população. Duas novidades se interpõem neste processo. De um lado, a rápida intensificação, a partir de 1988, dos óbitos motivados pela AIDS, cuja importância sobrepassa as doenças infecciosas, atingindo a população de ambos os sexos, ainda que com maior incidência entre homens. De outro lado, assiste-se um extraordinário aumento da mortalidade por causas externas, sobretudo para grupos de jovens adultos do sexo masculino.

A importância desta maior incidência de óbitos derivados de causas externas fica manifesta por ter contribuído para incrementar ainda mais o diferencial de esperança de vida ao nascer (e^0) entre as populações masculina e feminina. De fato, em que pese a redução do risco de morte dos grupos etários infanto-juvenis ter contribuído para um aumento da esperança de vida de ambos os sexos (que alcançaram, em 1991, valores médios de 64,9 anos para homens e

de 73,2 anos para mulheres), ampliou-se esta diferença. Isto, basicamente, decorre do fato dos ganhos na queda do risco de morte infanto-juvenil serem parcialmente anulados, no caso masculino, pelo aumento do risco de morte dos jovens adultos (15-39 anos) por causas externas, enquanto as principais causas de mortalidade feminina, com exceção da AIDS, continuavam a declinar.

Ainda seguem existindo diferenças relativamente importantes de padrões de mortalidade entre as regiões do estado. As diferenças entre valores máximo e mínimo da esperança de vida ao nascer das distintas regiões, que eram de 5,9 anos para homens e 4,6 anos para mulheres, em 1980, passaram respectivamente para 6,2 anos e 4,3 anos, em 1991. Em geral, os valores mais elevados são encontrados nas regiões do Oeste do estado, enquanto as menores esperanças de vida são características da Grande São Paulo, de Santos, de Sorocaba e de Registro. Chama atenção que, apesar de haver relativa heterogeneidade entre os índices das regiões do interior, tenha-se ampliado o diferencial de esperança de vida entre a Área Metropolitana e a média deste interior, tanto para homens como mulheres. Mesmo não sendo uma desigualdade tão significativa, novamente sua explicação recai, no caso específico do grupo masculino, nos maiores riscos de morte para jovens adultos da Grande São Paulo, em que a probabilidade de morte chega a ser duas vezes maior que os valores encontrados no interior.

No que concerne aos padrões reprodutivos, a característica mais importante a ser ressaltada é exatamente a continuidade da forte tendência de queda das Taxas de Fecundidade Total (TFT), cuja média passou de 3,4 filhos por mulher em idade reprodutiva, em 1980, para 2,3 filhos em 1992. A continuidade desta transição demográfica traz como resultado o fato de que atualmente as taxas de fecundidade de São Paulo atingem valores próximos àqueles correspondentes exclusivamente à reposição da população.

Contudo, é preciso chamar atenção de que a queda da TFT é, sobretudo, resultado de uma rápida redução da fecundidade dos grupos etários de mulheres com mais de 20 anos, ocorrendo, ao contrário, uma pequena elevação das taxas específicas de fecundidade para o grupo de mulheres entre 15 e 19 anos. Esta maternidade para jovens mulheres corresponde, na verdade, a uma interrupção precoce da adolescência, que pode estar associada tanto à difusão de novos

comportamentos sexuais dos grupos mais jovens, como pode ser vista como reprodução de círculos viciosos de pobreza, onde não apenas se interrompe a adolescência, mas se dificulta a incorporação das jovens mulheres ao mercado de trabalho e se bloqueia a possibilidade de trajetórias de aumento da escolaridade.

Há ainda que salientar uma característica importante da alteração dos níveis de fecundidade no estado de São Paulo: uma clara tendência, favorecida ainda mais pela redução da migração, de convergência da fecundidade entre as distintas regiões do estado, bem como entre as populações urbanas e rurais. Isto é resultado de fortes quedas da TFT em todas as regiões do estado, independentemente de seu grau de desenvolvimento, ainda que persistam TFT mais elevadas nas áreas econômica e socialmente mais atrasadas, a exemplo do Vale do Ribeira.

As alterações na migração são, ainda assim, aquelas que melhor expressam as características específicas dos anos 80. Há, desde logo, que chamar atenção para a redução do volume absoluto da imigração para São Paulo e, com mais sentido, da respectiva taxa de imigração. Este fenômeno é especialmente visível para a Grande São Paulo, que apresentou um saldo migratório negativo de cerca de -250 mil pessoas entre 1980 e 1991 e de -75 mil pessoas, no quinquênio 1991/96. Nas trocas migratórias com as regiões do interior, a Região Metropolitana de São Paulo registrou, no período 1981/91, valores negativos com praticamente todas as áreas. O interior, ao contrário, desempenhou, neste período, o papel de um importante receptor de migrantes interestaduais ou de fluxos originários da metrópole, além de vivenciar uma elevada mobilidade interna.

Neste novo quadro migratório foi levantada, num primeiro momento, a hipótese de reduzida mobilidade, no sentido de que as menores possibilidades de absorção no mercado de trabalho teriam obstado certos tipos específicos de fluxos migratórios. Convém, contudo, observar a continuidade de números expressivos no movimento migratório, com aumento sensível da emigração, tanto de naturais de São Paulo como de não-naturais, inclusive da migração de retorno. Da mesma forma, ainda se mantém a importância relativa dos grandes fluxos migratórios com destino a São Paulo originários do Nordeste.

Além disto, a elevada mobilidade da população intra-metropolitana e os expressivos fluxos entre metrópole e interior podem sugerir movimentos de maior circulação de população, com maior seletividade entre emigrantes e imigrantes, especialmente no que tange à Área Metropolitana de São Paulo. Ainda que esta proposição deva ser vista com ressalvas, porque tende a simplificar a grande complexidade dos movimentos deste período, revela um fenômeno coerente com as transformações na estrutura do conjunto da rede urbana e nas características do campo paulista, que passam progressivamente a ser opção adicional de domicílio frente à metrópole. Revela, também, que a novidade dos anos 80 é menos um problema de que São Paulo não seja mais atrativo às migrações de longa distância, mas muito mais o fato de que a migração se realiza dentro de um quadro de menor grau de estabilidade dos migrantes, tanto em termos de sua integração social e econômica, quanto em termos do tempo de permanência nos municípios de destino.

A avaliação da migração interna ao estado revela, nesse sentido, uma importância grande para os movimentos de curta distância, de caráter intra-regional, bem como pode-se inferir uma hipótese de intensificação de movimentos pendulares do tipo periferia-centro-periferia, em consonância ao maior crescimento destas áreas periféricas em relação aos grandes centros urbanos regionais, ainda que esta observação não possa ser deduzida diretamente dos dados censitários. Desde logo, na caracterização da nova dinâmica demográfica, dentro do contexto de relativa homogeneização da fecundidade e da mortalidade entre as distintas áreas de São Paulo, o componente migratório passa a ganhar importância ainda maior para explicar diferenciais regionais e para futuras projeções populacionais.

Um último aspecto das alterações recentes da dinâmica demográfica chama atenção. Ao lado da sensível redução do crescimento da Área Metropolitana de São Paulo, assiste-se a um adensamento da rede urbana, manifesto não apenas no fato das grandes cidades do interior crescerem a ritmos mais elevados que a metrópole, mas sobretudo pelo novo papel que se desenha para pequenas e médias cidades do sistema urbano paulista.

Com isto, consolidam-se os processos de formação das novas metrópoles do interior (Campinas e Santos), bem como ganham nova densidade

antigos aglomerados urbanos constituídos por uma trama de cidades articuladas funcionalmente e hierarquicamente dispostas. Este processo é movido sobretudo pela periferização do crescimento populacional destas áreas, tanto no sentido de menores diferenciais entre os ritmos de expansão das sedes regionais e seus entornos, como muitas vezes pelo próprio crescimento mais acentuado das pequenas localidades e do entorno das sedes regionais. Este fato é especialmente evidente nas áreas já intensamente urbanizadas do estado, em que, em menor escala, mas à semelhança da Grande São Paulo, também se visualiza um arrefecimento da migração para grandes centros.

Por fim, cumpre chamar atenção para um fenômeno bastante específico de São Paulo, que é o surgimento de relações cada vez mais complexas entre campo e cidade, com diferenciação cada vez menos nítida entre o perfil socioeconômico das populações domiciliadas nas áreas rurais e urbanas. De fato, o rural paulista cada vez mais passa a incorporar novas atividades “urbanas”, a exemplo do lazer e da recreação, enquanto a produção agrícola mais dinâmica volta-se para produtos “customerizados”, destinados a nichos específicos de mercado. Alteram-se assim, simultaneamente, as funções do campo e as características da produção agropecuária. Ao mesmo tempo, entre a população domiciliada na área rural, ganham expressão novos tipos de ocupação, próprias de áreas urbanas, retrato da forte autonomia que vai se configurando entre situação de domicílio e o setor de atividade de dependência.

Uma breve síntese da dinâmica populacional paulista recente deve evidenciar o fato de que o estado encontra-se na etapa final de sua transição demográfica. Essa transição, que na realidade inicia-se já no final do século passado, transcorrida com oscilações e especificidades que questionam versões mais simplistas e lineares da teoria, propicia, neste final de século, um movimento de reprodução da população que exclusivamente repõe seus volumes. As especificidades das relações entre essa dinâmica e os processos socioeconômicos agregam, a seus níveis de reposição, novas e variadas modalidades de movimentos migratórios, configurando, sem dúvida, um novo leque de questões, acentuando o desafio da construção de cenários demográficos futuros.

Dinâmica populacional paulista: contexto geral

Transição demográfica em São Paulo: uma síntese

As tendências recentes da dinâmica demográfica brasileira, em seu conjunto, têm sido apontadas com frequência suficiente a ponto de já ser de domínio público, não especializado, o fato de que a fecundidade da mulher brasileira vem declinando acentuada e rapidamente a partir de meados dos anos 60; declínio esse que, pouco a pouco, foi atingindo todos os estratos da população, e mais intensamente quanto mais elevados eram os níveis anteriores, a ponto de se sintetizar o fenômeno como o de uma tendência nacional de homogeneização dos padrões reprodutivos.

No que se refere à mortalidade, por sua vez, sabe-se igualmente que já desde os anos 50 iniciava-se um contínuo processo de declínio, acentuado pelas condições de utilização de tecnologia de saúde, vacinação, saneamento básico e outras medidas, que afastaram para um patamar mais longo, as probabilidades de morte e produziram expressivos ganhos da vida média do indivíduo. Oscilações de curto prazo, diferenciais regionais acentuados e constantes, condições precárias de sobrevivência, recrudescimento de antigas moléstias e, mais recentemente, o aumento da mortalidade por causas externas, contudo, situa, de maneira clara, os limites de tais avanços e, ao contrário da fecundidade, não prenunciam uma homogeneização.

O declínio contínuo da fecundidade, antecedido por igualmente contínuo declínio da mortalidade constituem a base empírica da chamada transição demográfica, evolução pela qual todas as sociedades urbano-industriais atravessaram e que, nas últimas décadas, vem se manifestando também em sociedades com níveis distintos e até baixos de desenvolvimento econômico e social. Facilmente criticável por suas colocações simplistas e unidirecionais, a transição, apesar disso, permanece como um referencial prático para se considerar séries históricas, pela comparabilidade de situações e, quem sabe a busca mais tentadora, no esforço de tecer hipóteses futuras sobre os componentes da dinâmica demográfica.

Essa praticamente inevitável referência à transição demográfica na análise de trajetórias de médio e longo prazos, por outro lado, com frequência se

limita a reconstruções descritivas, sendo bem mais pobre em termos das associações com mudanças estruturais que cercam o fenômeno; além disso, tendo sido, desde o seu início e com maior preponderância, pensada para sintetizar a evolução demográfica de países em seu conjunto, o papel dos movimentos migratórios internos nos resultantes níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade freqüentemente não é tomado em conta.

Num esforço de se reunir, repensar e atualizar as características e tendências regionais da população brasileira, como é o caso deste estudo, alguma breve retomada da transição demográfica no estado de São Paulo pode ser útil na tentativa de entendimento de processos de articulação entre os fenômenos demográficos e socioeconômicos, buscando com isso, contribuir para a formulação de hipóteses de tendências futuras com os requisitos mais circunstanciados requeridos para o planejamento do setor educacional.

Estudos detalhados sobre a evolução da população no estado de São Paulo e suas regiões internas e com maior aprofundamento para o caso da capital, constituem, na verdade, situação peculiar e contrastante com o que se conhece de outras áreas. Neste caso, a reconstrução de séries históricas desde o final do século passado, possibilitadas pela existência e organização das Estatísticas Vitais, permite avançar no entendimento das relações internas à própria dinâmica demográfica, pela interação de seus componentes, como também permite estabelecer, com maior clareza, as associações entre essa dinâmica e as transformações da dinâmica social da sociedade inclusiva (Patarra & Ferreira, 1986; Patarra & Baeninger, 1989).

Tanto os níveis de mortalidade como os níveis de fecundidade exibem, no estado, uma incipiente tendência ao declínio já desde o final do século passado. A configuração da liderança econômica advinda do ciclo cafeeiro com todas as suas decorrências estão associadas, sem dúvida, a esses níveis, expressão de mudanças acentuadas no modo de vida e na organização familiar, na urbanização crescente que acompanhou a trajetória do café pelo interior que sucessivamente ocupou, nas mudanças nas relações de trabalho e, enfim, no despontar do processo de industrialização no estado, mas também, com pioneiras repercussões em áreas específicas de seu interior, prenúncios de sua posterior regionalização. Em todas essas dimensões, a presença do imigrante europeu foi decisiva desde o sistema de colonato até a inserção urbana, de

iniciativa empresarial e com a mão-de-obra livre dos primórdios do processo de assalariamento.

A transformação da economia agrário-exportadora, baseada na mão-de-obra escrava, em economia de mercado incipiente, com sistema manufatureiro crescente, considerável atividade financeira e expressivo desenvolvimento urbano mediatizaram mudanças que se refletiram nos incipientes declínios nos níveis de mortalidade e fecundidade das primeiras décadas do século. Trata-se de situações precoces de transição, acompanhada de tendências semelhantes para o caso do Rio de Janeiro, primordialmente caracterizado pelas funções de capital do país.

Interessante estudo recente (Camarano, 1996) realizado a partir da análise do comportamento e coortes de mães nascidas desde o final do século passado indica que, embora partindo de patamares distintos – o Rio de Janeiro inicia seu declínio a partir de um patamar bem mais baixo – os dois contextos assumem uma trajetória semelhante, na qual o início do processo de industrialização e de urbanização se vê acompanhado, embora com oscilações de curto prazo e alguma defasagem, de um declínio nos níveis de reprodução, incipiente porém revelador de uma distinta interação entre os componentes demográficos e as mudanças sociais específicas, não sendo demais enfatizar, nesse processo, a influência decisiva dos expressivos contingentes de imigrantes europeus e, posteriormente japoneses, que passaram a marcar a vida urbana em transformação.

O impulso inicial de industrialização, embora incipiente e com baixos patamares de acumulação, prosperou a ponto de marcar a década de 20 como momento político-urbano e cultural expressivo e inovador – movimentos operários, surgimento de partidos políticos de esquerda, a Semana de Arte Moderna de 1922, o tenentismo e, em síntese, o embate de poder entre a antiga oligarquia rural e os novos grupos dominantes urbanos. A cidade de São Paulo, que inicia esse processo contando com aproximadamente 64.000 pessoas, deslancha seu crescimento populacional, passando, numa estimativa realizada em 1934, o patamar de um milhão de habitantes, superando as antigas capitais coloniais, sedes dos ciclos agroexportadores e o Rio de Janeiro, sede de Governo até 1956.

Os incipientes declínios da fase inicial da transição demográfica, no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, coincidem em duração até aproximadamente o final da Segunda Guerra Mundial, enquanto as demais regiões brasileiras vão aguardar o já tão anunciado ano de 1965, ano da liberação da distribuição de pílula anticoncepcional no país, para manifestar, em termos de estatísticas agregadas, um declínio expressivo e rápido que se aproxima, neste final de século, aos níveis de reposição.

Os anos subseqüentes ao término da Segunda Guerra Mundial e as duas décadas seguintes configuram uma segunda etapa da transição demográfica no estado de São Paulo. Novamente aqui, a influência da migração constitui um elemento decisivo, mas desta vez, os intensos fluxos migratórios internos compõem uma base populacional que, com um declínio mais incisivo dos níveis de mortalidade, passam a gerar altas taxas de crescimento populacional, onde já se encontrava esmaecida a influência do imigrante estrangeiro e onde o desenvolvimento em marcha determinava uma concentração urbana e metropolitana de proporções sem precedentes.

A segunda etapa da transição demográfica foi marcada por seus níveis diferenciais; a mortalidade infantil, sobre a qual incidiu mais fortemente os avanços técnicos importados e os efeitos de mecanismos de combate à moléstias infecto-contagiosas, preponderou nos momentos iniciais de declínio. Nas décadas subseqüentes, como se verá a seguir, a mortalidade em geral manifestou ganhos expressivos para grupos sociais ampliados, refletindo-se, no conjunto, em anos médios de vida em contínua elevação; o distanciamento dos níveis paulistanos com relação aos níveis das demais regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste, acompanhou o período.

No que tange à reprodução de novas gerações, os diferenciais por escolarização, principalmente, mas também por indicadores outros como rendimento, tempo de residência na área urbana, religião e outros, indicavam a prática, embora restrita a grupos sociais mais favorecidos, da contracepção, mesmo antes da difusão dos meios mais modernos, indicando, por outro lado, a existência de uma demanda latente, não percebida inicialmente por muitos dos estudos realizados, e que iria se expressar, com força na etapa subseqüente.

A terceira etapa da transição demográfica, finalmente, é contemporânea e sua característica básica significa um declínio acentuado e rápido nos níveis

de fecundidade de todos os grupos sociais, incluindo-se aí, os grupos rurais e em todas as regiões do estado, justificando-se a afirmação de tendência à homogeneização dos padrões reprodutivos, já em níveis de reposição, com a ressalva à discutida questão da gravidez na adolescência. Os mencionados ganhos de longevidade, também envolvendo grupos sociais crescentes e tendência à diminuição dos diferenciais regionais internos ao estado, evidencia as possibilidades concretas das ações de saúde e de políticas de saneamento, entre outros fatores, embora, no limite, seus níveis, acompanhados de condições favoráveis de morbidade, dependam das possibilidades concretas de trabalho e remuneração, bem como acesso às ações de medicina preventiva e curativa.

No que se refere às tendências da mortalidade, ainda, a atual etapa, contrapondo-se à linearidade proposta pela teoria da transição demográfica, lança a impiedosa questão do aumento de mortes por causas externas, principalmente acidentes automobilísticos e homicídios, incidindo, como se verá a seguir, principalmente nos grupos masculinos jovens. No conjunto, essa etapa de transição significa situar na estrutura etária da população a principal questão demográfica; fruto de sua própria evolução, a população paulista, hoje, apresenta uma estrutura envelhecida, com menor e decrescente participação dos grupos etários jovens, participação expressiva dos grupos etários adultos e crescimento expressivo do grupo etário chamado de terceira idade. A rápida mudança na estrutura etária da população configura, sem dúvida, um novo perfil de demandas sociais, sendo que em situações como a brasileira, as questões demográficas coexistem, restando ainda situações típicas de países não desenvolvidos, com a emergência e ascensão da necessidade de enfrentamento de situações típicas do primeiro mundo.

Características e tendências

- **Aspectos gerais**

A história econômica do estado de São Paulo atribuiu-lhe características específicas: parque industrial diversificado, agricultura moderna e intenso desenvolvimento urbano. Essas características exerceram grande atração para

fluxos de migrações de várias partes do país, principalmente do Nordeste. Em 1950, a população natural de outros estados representava 11,8% do total populacional de São Paulo, elevando-se para 14,5%, em 1960, e chegando a atingir a marca de 22% em 1970.

Em 1960, o estado registrava uma população de 12.809,2 mil habitantes, os quais respondiam por 18,3% da população nacional. Neste ano, a proporção de população vivendo em áreas urbanas já ultrapassava aquela em áreas rurais (63 contra 37%, respectivamente), enquanto a média nacional registrava mais da metade da população do país residindo em áreas rurais (Tabelas 1 e 2). Desse modo, São Paulo concentrava 25,6% da população urbana nacional e 45,9% da região Sudeste.

Em 1970, o estado de São Paulo chegou aos 17.771,9 mil habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de 3,3% a.a., superior à média nacional (2,9% a.a.) para o período 1960/70. Sua participação na população do país aumentou para 19,1% do total nacional, 27,4% da população urbana do país e 49,3% da população urbana da região Sudeste.

O avanço da industrialização brasileira, particularmente nos anos 70, acentuou o processo de urbanização que já vinha ocorrendo no país, alimentado por contínuos fluxos migratórios, principalmente do campo para as cidades e das outras regiões em direção à região Sudeste. Com isso, assistiu-se um crescimento acelerado de cidades médias e grandes e a configuração de metrópoles regionais, além da consolidação das duas grandes áreas metropolitanas nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro).

O grau de urbanização do país em 1970 era de 55,9%, ao passo que em São Paulo já era de 80,3%, em razão da diminuição absoluta do contingente rural paulista, que já se fazia presente desde a década de 60. Nos anos 70, São Paulo novamente registrou uma taxa de crescimento negativa da população rural de -3,1% a.a., que passou de um volume de 4,8 milhões em 1960, para 3,5 milhões em 1970, contribuindo para diminuir a participação relativa do contingente rural paulista no total da população rural do país, de 12,4% em 1960, para 8,5% em 1970.

Tabela 1
Evolução da população – São Paulo e Brasil – 1960/91

Anos		População	Distr. relativa	População	Distr.	São Paulo/	São Paulo/
		do estado		Brasil	relativa	Brasil	Sudeste
		São Paulo	(%)	Brasil	(%)	(%)	(%)
1960	Total	12.809.231	100,00	70.070.457	100,00	18,28	41,82
	Urbana	8.019.743	62,61	31.303.034	44,67	25,62	45,93
	Rural	4.789.488	37,39	38.767.423	55,33	12,35	36,37
1970	Total	17.771.948	100,00	93.139.037	100,00	19,08	44,59
	Urbana	14.276.239	80,33	52.087.092	55,92	27,41	49,29
	Rural	3.495.709	19,67	41.051.945	44,08	8,51	32,11
1980	Total	25.040.712	100,00	119.002.706	100,00	21,04	48,40
	Urbana	22.196.378	88,64	80.436.409	67,59	27,59	51,81
	Rural	2.844.334	11,36	38.566.297	32,41	7,38	31,98
1991	Total	31.588.925	100,00	146.825.475	100,00	21,51	49,87
	Urbana	29.314.861	92,80	110.990.990	75,59	26,41	53,08
	Rural	2.274.064	7,20	35.834.485	24,41	6,35	30,26
1996	Total	34.119.110	100,00	157.070.163	100,00	21,68	50,83
	Urbana	31.767.618	93,11	123.076.831	78,36	25,81	53,10
	Rural	2.351.492	6,89	33.993.332	21,64	6,92	32,77

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1960 a 1991), Contagem Populacional (1996).

Tabela 2
Taxas de crescimento da população (% a.a.) segundo situação domiciliar – Estado de São Paulo e Brasil – 1960/91

Período	Situação de domicílio	Estado de São Paulo	Brasil
1960/70	Total	3,33	2,89
	Urbana	5,93	5,22
	Rural	-3,10	0,57
1970/80	Total	3,49	2,48
	Urbana	4,51	4,03
	Rural	-2,04	-0,62
1980/91	Total	2,13	1,93
	Urbana	2,56	2,97
	Rural	-2,01	-0,67
1991/96	Total	1,55	1,36
	Urbana	1,62	2,09
	Rural	0,67	-1,05

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1960 a 1991), Contagem Populacional (1996).

Os anos 70 caracterizaram-se por um esvaziamento populacional generalizado do meio rural no país. Pela primeira vez neste século, houve uma redução absoluta da população rural brasileira: de 41,1 milhões de habitantes

em 1970 para 38,6 milhões em 1980. A proporção da população brasileira vivendo em áreas urbanas passava a ser de 67,6% em 1980, enquanto em São Paulo alcançava 88,6%. A concentração da população em áreas urbanas indicava a continuidade do esvaziamento populacional do campo: esta registrou uma taxa de -2% a.a., enquanto a taxa de crescimento da população urbana paulista foi de 4,5% a.a. Em 1980, São Paulo concentrava 21% da população total do país, 27,5% da população urbana nacional e 51,8% da população urbana do Sudeste. Em 1996, São Paulo respondia por 51% da população total do Sudeste.

Em termos nacionais, a queda da fecundidade, que se acentuou após 1970, contribuiu para uma diminuição no ritmo de crescimento da população total (2,5% a.a.). A despeito disso, a população urbana crescia a níveis elevados (4% a.a.), tendo como contrapartida um decréscimo da população rural (com uma taxa de crescimento de -6% a.a.). Para o estado de São Paulo, o período 1970/80 foi marcado pela entrada de mais de 3 milhões de migrantes, o que se refletiu em uma taxa de crescimento da população total de 3,5% a.a., apesar da forte queda da fecundidade.

A continuidade da queda da fecundidade, nos anos oitenta, refletiu-se em uma taxa de crescimento da população total do conjunto do país de 1,9% a.a. no período 1980/91. Houve também uma diminuição no ritmo de crescimento urbano (3% a.a.) e uma permanência da taxa negativa de crescimento populacional rural (-0,7% a.a.), com o grau de urbanização brasileiro chegando a 75,6% em 1991.

O estado de São Paulo atingiu 31,6 milhões de habitantes em 1991, e 34 milhões em 1996, registrando uma taxa de crescimento de 2,1% a.a. no período 1980/91, e de 1,5% a.a. entre 1991/96. Apesar de manter um ritmo de crescimento da população total superior à média brasileira, evidenciou mudanças significativas em sua posição na distribuição espacial da população e no contexto da urbanização nacional. A participação da população paulista no total da população do país permaneceu praticamente constante (21,5%), sendo que diminuiu a concentração relativa da população urbana de São Paulo no conjunto da população urbana nacional (de 27,5% em 1980 para 26,4% em 1991). Esse fato reflete o menor crescimento da Região Metropolitana de São

Paulo, que de uma taxa de crescimento da população de 4,5% a.a. nos anos 70, passou a 1,9% a.a. no período 1980/91, contribuindo para que a taxa de crescimento da população urbana paulista se situasse abaixo da média nacional (2,6 e 3% a.a., respectivamente), apesar do interior de São Paulo ter alcançado um grau de urbanização de 93%.

Na realidade, os anos 70 já sugeriam uma tendência à desconcentração populacional em São Paulo: fluxos migratórios importantes partiam da área metropolitana em direção ao interior; emergiam pólos econômico-populacionais no estado, com o crescimento de cidades de porte intermediário; decrescia a taxa de crescimento da RMSP, de 5,4% a.a. nos anos 60 para 4,5% a.a. nos anos 70. Ainda assim, os significativos fluxos migratórios que nos anos 70 se destinaram à metrópole paulista alimentaram uma crescente concentração populacional. De fato, em 1980 a população não-natural no estado de São Paulo alcançava a expressiva cifra de 26,7% da população paulista.

Os resultados do Censo de 1991 permitem verificar que a tendência predominante no país nos anos 80 foi a de um menor crescimento relativo das áreas metropolitanas, simultâneo à intensificação do crescimento de cidades de outras categorias de tamanho, tendência esta que se verificou com particular ênfase no estado de São Paulo. A significativa mudança da intensidade e direção dos fluxos migratórios é indicada pelo fato de que a população não-natural com menos de 10 anos de residência no estado de São Paulo passou a representar apenas 23,9% da população paulista em 1991. Desse modo, os anos 80 representam, tanto em termos nacionais como mais especificamente para São Paulo, uma inflexão de tendências do crescimento urbano, especialmente o de natureza metropolitana.

As mudanças demográficas aqui destacadas, em direção a um aumento do grau de urbanização do país e do estado de São Paulo, especialmente a partir de 1970, refletem a mudança na distribuição da PEA entre os três grandes setores da atividade econômica. As alterações mais significativas são dadas pela diminuição da PEA no primário, de 11,4% em 1980 para 8% em 1991 (compatível com o esvaziamento demográfico da área rural) e o acentuado peso da PEA no setor terciário, cujo percentual apresenta um forte crescimento no período 1980/91. A tendência de generalização de um setor terciário moderno

na rede urbana paulista explica parte deste crescimento da PEA terciária, cujo peso em 1980 era de 50,2%, e em 1991, passou a ser de 58,4%. De outro lado, esta mudança é resultado direto da diminuição de proporção da PEA secundária, que passou de 38,4% em 1980 para 33,6% em 1991, bem como expressa o relativo aumento de ocupações informais dentro do terciário.

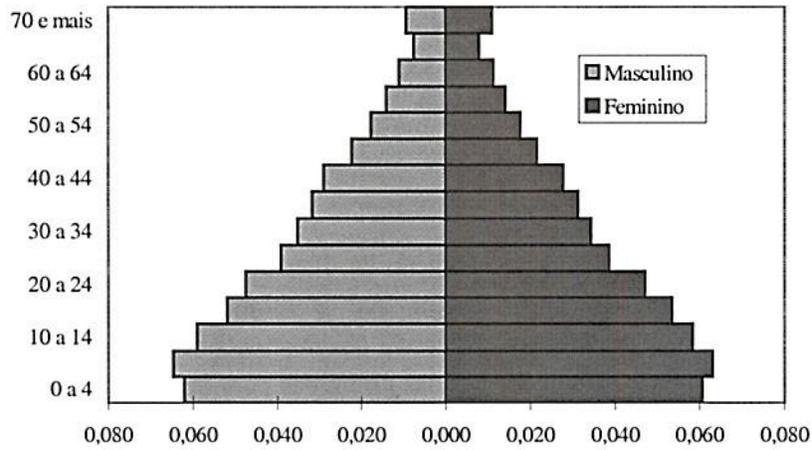
- **Estrutura etária**

Uma breve avaliação da evolução da distribuição etária da população paulista nos últimos 30 anos mostra que o estado de São Paulo vem experimentando um progressivo processo de envelhecimento, bastando para isso observar as mudanças das formas das pirâmides para os anos de 1970, 1980 e 1991 (Gráficos 1, 2 e 3), que mostram um estreitamento da parte inferior, representativa da participação dos menores de 14 anos, e especialmente de sua base, ou seja, do peso das crianças entre zero e quatro anos.

Observando a Tabela 3, onde a população é dividida em grandes grupos etários, percebe-se que o peso relativo dos menores de cinco anos caiu de 12,3% em 1970 para 9,9% em 1991, enquanto os adultos em idades mais avançadas (40 a 60 anos) e os idosos (65 anos e mais) ganharam importância relativa. Pode-se afirmar que grande parte desse comportamento se deve à forte redução na fecundidade ocorrida principalmente a partir dos anos 70.

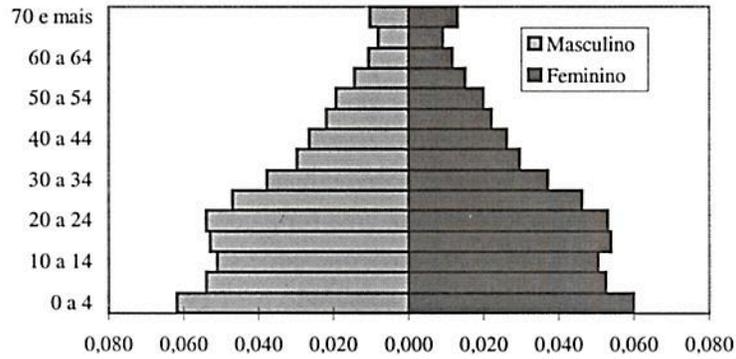
Contudo, na medida em que a população paulista é eminentemente aberta, ou seja, apresenta uma dinâmica fortemente influenciada pela migração, sua distribuição etária está bastante condicionada por esse fenômeno. Em especial, a influência da migração resulta uma forte concentração dos residentes na faixa dos adultos jovens (15 a 39 anos), que pode ser vista tanto na Tabela 3 quanto nos gráficos a seguir, nos quais, sobretudo para 1980 e 1991, se percebe um significativo inchaço da pirâmide naquelas idades.

Gráfico 1
Estrutura etária por sexo – São Paulo – 1970



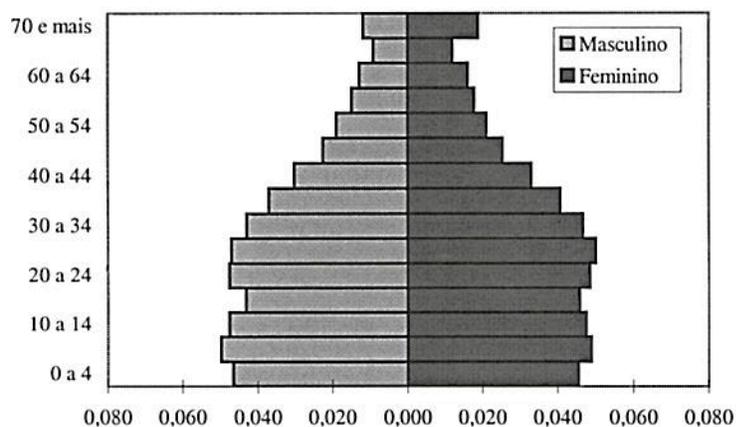
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1970).

Gráfico 2
Estrutura etária por sexo – Estado de São Paulo – 1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1980.

Gráfico 3
Estrutura etária por sexo – Estado de São Paulo - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1991.

Tabela 3
Distribuição da população segundo grandes grupos etários – Estado de São Paulo – 1970/91 (%)

Grupos etários	1970	1980	1991
0 a 4	12,26	12,18	9,85
5 a 14	24,49	20,81	20,88
15 a 39	41,03	44,15	43,94
40 a 64	18,63	18,79	20,36
65 e mais	3,59	4,08	4,97
Total	100,00	100,00	100,00

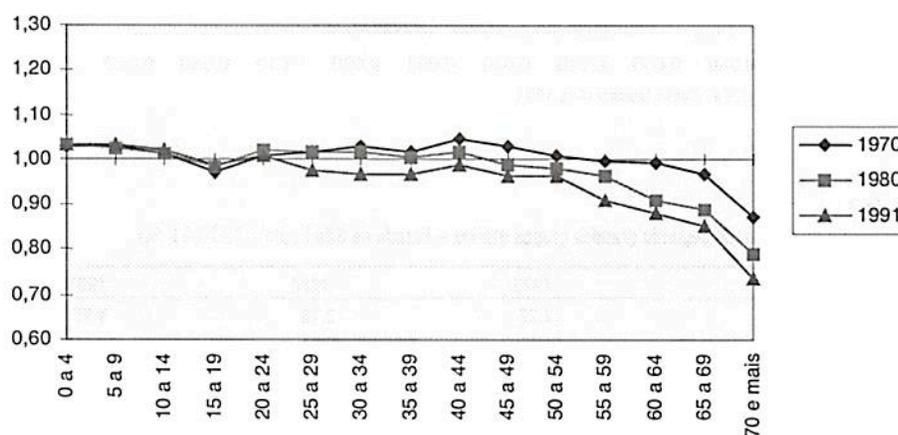
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

A migração também explica, em parte, o fato de a base da pirâmide de 1980 ter sofrido um aumento com relação à de 1970. Alguns autores sustentam que, para o Brasil, tal fenômeno seria derivado da queda da mortalidade no passado ter implicado a sobrevivência de um número maior de mulheres em 1980 e, portanto, mais nascimentos (Bercovich & Vellozo, 1985); entretanto, estudos feitos para São Paulo demonstram que, não fosse a migração e seus

efeitos indiretos, tal fenômeno não se registraria ou, pelo menos, teria sido muito mais amenizado (Cunha, 1988; Camargo, Madeira & Cunha, 1988).

Finalmente, o Gráfico 4 mostra as razões de sexo registradas nos três momentos em questão. Grosso modo, o que se percebe é um desvio importante, em 1970 e 1980, do comportamento teoricamente esperado no caso de uma população fechada, ou seja, um índice superior a um (mais homens que mulheres) nas primeiras idades e progressivamente decrescente, baixando para valores inferiores a um nas idades adultas mais avançadas, em função da sobremortalidade masculina.

Gráfico 4
Razão de sexo por grupos etários – Estado de São Paulo - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1991.

De fato, para estes anos o comportamento da razão de sexo espelha a influência da migração, que no caso de indivíduos sozinhos é mais importante entre os homens que entre as mulheres. Pode-se supor que esta seja uma das explicações para os valores maiores que um em todas as idades entre 20 e 44 anos, nas quais, como será mostrado em outras seções, existe uma maior concentração de migrantes.

Outro aspecto que merece atenção refere-se aos valores inferiores a um no grupo de 15 a 19 anos. Uma das hipóteses que poderiam explicar tal

comportamento seria a influência da migração de casais jovens: dada a defasagem que normalmente existe entre a idade ao casar de homens (mais velhos) e mulheres (mais jovens), a existência de uma migração importante desse tipo de família poderia implicar um comportamento desse tipo, ou seja, mais mulheres no grupo de 15 a 19 anos e mais homens no grupo imediatamente superior.

Enfim, a distribuição por sexo e idade da população de São Paulo, deixa claro o papel e a importância da migração no perfil de sua população residente. Embora a fecundidade tenha tido e continue tendo papel fundamental para o envelhecimento progressivo da mesma, não resta dúvida que a migração tem freado bastante esse processo, na medida que, dada sua seletividade, contribui sobremaneira para a manutenção da juventude da população paulista. Tanto é assim que, somente em 1991, com a redução da migração nos anos 80, pela primeira vez se constatou uma redução da participação dos “adultos jovens” e aumento mais expressivo do grupo etário de “adultos mais envelhecidos” (Tabela 3).

Os componentes do crescimento demográfico

Como já foi dito, de uma perspectiva histórica, o crescimento demográfico do estado de São Paulo, desde o século passado, foi marcado pela importância da migração, em especial por aquela de origem interna que começou a ganhar força a partir dos anos 30. Como mostra a Tabela 4, já nos anos 50, o volume dos ganhos líquidos de população ultrapassava 1 milhão de pessoas. Esta cifra alcançou o seu pico nos anos 70, quando o saldo migratório saltou dos 1,4 milhões da década anterior para pouco mais de 3 milhões. Vários estudos e análises dos elementos responsáveis por esse comportamento dos saldos migratórios até a década de 70 buscaram ressaltar tanto o papel central do crescimento econômico do estado e de seu processo de urbanização, como as próprias características estruturais dos grandes fluxos de saída das grandes regiões expulsoras do país (Taschner & Bógus, 1986; Cunha, 1996; Fundação SEADE, 1981).

No momento, o que importa ressaltar é que depois de representar cerca de ¼ dos aumentos populacionais registrados nos anos 40, a migração progressivamente foi ganhando terreno como componente do crescimento demográfico paulista a ponto de chegar a responder por mais de 42% do mesmo no decênio 70/80. Tal quadro somente se reverteu nos anos 80, quando o balanço entre entradas e saídas de pessoas foi responsável por apenas 9% dos mais 6,5 milhões de habitantes acrescentados à população de São Paulo – um saldo absoluto de apenas 586 mil pessoas, contra os três milhões da década anterior. Com a Contagem Populacional de 1996, as estimativas preliminares apontam um volume de 298 mil pessoas. A Tabela 4 resume esse quadro através dos volumes da migração e das respectivas taxas médias anuais. Nesse último caso, fica muito mais visível a intensidade do fenômeno ao longo do tempo: de 0,6% ao ano, nos anos 40, a migração elevou seu ritmo mantendo-se, nas duas décadas seguintes, na faixa de 1% para novamente subir e atingir seu máximo nos anos 70 (1,5% a.a.) e logo despencar nos períodos 1980/91 e 1991/96 para 0,19% a.a..

Tabela 4

Crescimento demográfico, segundo componentes vegetativo e migratório – Estado de São Paulo – 1940/96

Período	Crescimento ⁽¹⁾			Taxa de crescimento ⁽²⁾		
	Total	Vegetativo ⁽³⁾	Migratório ⁽³⁾	Total	Vegetativo	Migratório
1940/50	1.954.107	1.469.600 (75,2)	484.507 (24,8)	2,41	1,81	0,60
1950/60	3.840.276	2.691.489 (70,1)	1.148.787 (29,9)	3,53	2,47	1,06
1960/70	4.797.249	3.372.211 (70,3)	1.425.038 (29,7)	3,16	2,22	0,94
1970/80	7.268.764	4.185.591 (57,6)	3.083.173 (42,4)	3,44	1,98	1,46
1980/91	6.505.761	5.919.097 (91,0)	586.664 (9,0)	2,11	1,91	0,19
1991/96	2.531.961	2.233.252 (88,2)	298.709 (11,8)	1,58	1,39	0,19

(1) Os valores entre parênteses correspondem ao percentual do componente no crescimento demográfico total;

(2) Taxas médias de crescimento geométrico da população.

(3) Estimativas da Fundação SEADE.

Fonte: Fundação SEADE (1993).

É importante ressaltar, no entanto, que tal conclusão considera apenas os efeitos diretos da migração, ou seja, o número de pessoas agregadas à população em função do saldo entre imigração e emigração. Não contabiliza, portanto, o que se convencionou chamar de “efeito indireto”, representado pelos nascimentos gerados pelos migrantes que chegaram em um determinado período de tempo. Apesar de não se contar com estimativas precisas e convergentes sobre esse fenômeno, alguns estudos mostram que seu peso não é desprezível e afeta desde o volume de população até a estrutura etária.⁴

Assim sendo, o impacto da migração na dinâmica demográfica estadual é inegável, seja pelo que representou historicamente em termos dos contingentes demográficos incorporados ao estado de São Paulo, seja pelas novas gerações de nativos derivadas desses migrantes. Além disso, não se deve também esquecer que os diferenciais demográficos que estes últimos podem apresentar com relação à população não-migrante influenciam significativamente o comportamento dos indicadores de mortalidade, fecundidade etc. (Cunha, 1988).

Logicamente, no passado, sobretudo no período prévio à década de 70, o crescimento demográfico da população paulista foi, em grande medida, condicionado pelos consideráveis patamares das taxas de crescimento vegetativo. Como se nota na Tabela 4, este chegou a quase 2,5% ao ano na década de 50, caindo principalmente nos anos 70, quando a fecundidade também passou a apresentar tendência decrescente. Assim, a despeito dos avanços alcançados no estado de São Paulo no que se refere à diminuição da mortalidade (o que deveria implicar um aumento do crescimento vegetativo), o impacto da queda da fecundidade foi muito maior, tendo sido o grande responsável pela diminuição progressiva do componente em questão.⁵

4. É o caso, por exemplo, do trabalho de Goldani (1980) que mostra que esse tipo de contribuição alcançou, na Região Metropolitana de São Paulo, mais de 13% do crescimento demográfico na década de 60 e 15% na de 70. Em outro trabalho, Cunha (1988) estimou que, para o estado de São Paulo, o efeito indireto da migração do período 1970/80 sobre o crescimento dos grupos etários de 0 a 4 anos e de 5 a 9 foi de respectivamente 15,0% e 5,4%.

5. Análises mais detalhadas sobre a mortalidade e fecundidade serão motivo de seções especiais.

Evolução da mortalidade

Mortalidade por idade, sexo e causas: 1940/91

Os níveis de mortalidade no estado de São Paulo sempre estiveram abaixo daqueles observados no Brasil como um todo e, sobretudo, nas áreas menos desenvolvidas do país. Para que se tenha uma idéia, mesmo quando a mortalidade no Brasil era muito elevada, como em 1940, São Paulo já apresentava uma diferença de esperança de vida de quatro anos em relação à média nacional e de quase sete anos com relação ao Nordeste. Tal diferença aumentou ainda mais nas décadas seguintes, chegando, nos anos 80, a alcançar mais de sete anos na comparação com o país e 17 anos quando a referência é o Nordeste.

Observando a evolução desse fenômeno, percebe-se que os níveis de mortalidade sofreram constante diminuição ao longo do tempo, muito embora essa queda não tenha sido uniforme. Como mostram vários trabalhos, entre eles os de Ortiz (1988), Yazaki (1990) e Fundação SEADE (1994b), os ganhos na esperança de vida ao nascer ocorreram principalmente entre 1940 e 1960 e nas décadas de 70 e 80, uma vez que nos anos 60 praticamente não houve alteração deste indicador.

Tabela 5
Estado de São Paulo: evolução da esperança de vida ao nascer – 1940/91

Anos	Total		Homens		Mulheres	
	Esperança de vida	Variação (%)	Esperança de vida	Variação (%)	Esperança de vida	Variação (%)
1940	45,37		44,29		46,68	
1950	54,20	19,5	52,75	19,1	55,89	19,7
1960	61,21	12,9	59,04	11,9	63,67	13,9
1970	62,64	2,3	59,32	0,5	65,48	2,8
1975	63,36	1,2	60,24	1,6	66,65	1,8
1980	66,67	5,2	63,30	5,1	70,02	5,1
1991	68,85	3,3	64,87	2,5	73,24	4,6

Fonte: Para 1940 a 1980: Ferreira (1980); para 1991: Ferreira & Castiñeiras (1996).

Como mostra a Tabela 5, no primeiro período mencionado, o crescimento relativo da esperança de vida superou a casa dos 12% nos anos 50, sendo ainda maior na década de 40 (19%), com um incremento total de cerca de 15,8 anos na vida média da população residente em São Paulo, nestes vinte anos. As interpretações para tal comportamento têm se centrado nos impactos do período pós-guerra, a partir do qual deu-se a difusão de avanços tecnológicos ligados à saúde da população, tais como a descoberta dos antibióticos, dos inseticidas, etc.

Em termos da mortalidade por idade, a análise das tábuas disponíveis para o período mostra que os ganhos ocorreram em praticamente todos os grupos etários, muito embora a mortalidade infantil tenha sido certamente a que mais diminuiu, uma vez que de patamares elevadíssimos de mais de 175 mortes de menores de um ano por mil nascidos vivos passou, em 1960, para 77 por mil. Os indicadores selecionados na Tabela 6 mostram que os incrementos alcançados na sobrevida da população residente em São Paulo foram maiores para grupos etários mais jovens. Por exemplo, os ganhos de esperança de vida da população de 20 anos, entre 1940 e 1960, foi de mais sete anos, tendo sido bem menor para a população de 65 anos, que teve um incremento de apenas dois anos em sua vida média esperada.

Tabela 6
Estado de São Paulo: evolução da mortalidade infantil – 1960/91

Indicadores selecionados	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1991
mortalidade infantil	175,1	115,8	77,2	83,2	84,6	51,2	27,1
20 anos							
probabilidade de morte	27,00	16,67	9,60	8,02	8,09	7,55	10,49
esperança de vida	41,79	45,75	48,65	49,26	50,01	51,38	51,79
65 anos							
probabilidade de morte	241,56	206,53	182,86	177,56	162,73	146,48	132,67
esperança de vida	10,49	11,58	12,57	12,59	12,96	14,13	14,59

Fonte: Para 1940 a 1980: Ortiz & Yazaki, 1984; para 1990 e 1991: Anuário Estatístico de São Paulo.

Como poder-se-ia prever, em termos das causas de mortes, os vinte anos entre 40 e 60 foram marcados por uma importante redução das causas “infecciosas e parasitárias” que, em termos da mortalidade infantil, passaram a representar pouco mais de 27%, contra 40% das ocorrências no início do

período. Este também foi um dos principais fatores responsáveis pela diminuição da mortalidade nas crianças entre um e dez anos, embora nesse caso a redução da mortalidade por causas ligadas ao “aparelho respiratório” igualmente tenha tido peso relevante.

No caso da população em idade adulta, o que se observa é que, no período 1940/60, foi registrada queda importante da mortalidade por doenças ligadas ao “aparelho respiratório” e, no caso das mulheres, naquelas devidas a “complicações na gravidez, parto e puerpério”. Para a população em idade mais avançada, na qual pouco se ganhou em termos da redução da mortalidade, observa-se um peso grande das ocorrências de óbitos por “neoplasmas malignos” e “doenças do aparelho respiratório”.

Quanto à diferença por sexo, os dados da Tabela 5 mostram que, no período em questão, o diferencial em termos de esperança de vida pouco se alterou, muito embora nas idades adultas tenha sido observado o aumento da discrepância nas taxas de mortalidade em favor das mulheres.⁶

Já na década de 60, houve praticamente uma estagnação do processo de redução da mortalidade. Como se nota nos dados anteriormente apresentados, pouco mais de um ano foi acrescentado à expectativa de vida da população paulista durante esta década, fato que, em grande medida, se deve à interrupção do descenso da mortalidade infantil no estado.

Na verdade, ao contrário do que vinha ocorrendo, este indicador sofreu significativo aumento nos anos 60 e na primeira metade dos anos 70, voltando a cair somente durante o segundo quinquênio da década de 70. Como salienta Ortiz (1984: 208), tal comportamento estava relacionado ao agravamento das condições socioeconômicas no estado, com deterioração nas áreas de saneamento básico, de saúde pública, etc. e, portanto, recrudescimento de causas de mortes passíveis de serem evitadas por intervenções nesses campos específicos.

Observada por grupos de causas, ao contrário do que vinha ocorrendo até então, a mortalidade desse período foi marcada pelos aumentos dos pesos relativos dos grupos de causas de morte “infecciosas e parasitárias”,

6. Para maiores detalhes sobre os diferenciais por sexo e estrutura de causas de morte, ver o trabalho de Ortiz & Yazaki (1984); Yazaki (1990) e Campanário & Maia (1994).

“perinatais” e “aparelho respiratório”, aos quais certamente se deve a tendência observada na mortalidade no período. De qualquer forma, é interessante observar que a sobremortalidade masculina incrementou-se durante estes anos, para o que muito contribuiu o crescimento mais acentuado das taxas de acidentes e homicídios entre os homens adultos.

Na segunda metade dos anos 70, a tendência se altera e, novamente, assiste-se a uma importante melhoria nas condições da população quanto à mortalidade. Os avanços em áreas de prevenção de certas doenças, como por exemplo as infantis, via vacinação, resultaram em ganhos na sobrevivência da população em todas as idades, particularmente, na menor de um ano, que passou de taxas de 84,6 mortes por mil nascidos vivos para uma cifra próxima a 51,2 por mil. O mesmo se passou com relação à população idosa e com as pessoas adultas, não obstante neste último caso, os ganhos terem sido pequenos, tendo em vista os já reduzidos níveis de mortalidade preexistentes.

Em comparação com os períodos anteriores, a distribuição das mortes por causas modificou-se bastante nos anos 70, uma vez que as causas “perinatais”, portanto menos associadas às questões do ambiente e mais a problemas congênitos, do parto ou do período pré-natal, passaram a ocupar lugar de destaque na distribuição das mortes por causas, em detrimento das demais, inclusive das “infecciosas e parasitárias”.

No caso dos adultos, a mortalidade devido a causas “externas”, para os mais jovens, assim como do “aparelho respiratório”, para os mais velhos, foram os motivos de maior frequência, sendo que, no primeiro caso, manteve-se a tendência crescente dos anos 60, sobretudo para homens. Uma das conseqüências desse processo foi a manutenção do progressivo aumento das diferenças entre a mortalidade de homens e mulheres. De fato, enquanto em 1960 a diferença de esperança de vida entre os sexos era de 4,6 anos em favor da mulher, em 1980 essa cifra já alcançava a casa dos 6,7 anos (Tabela 5).

Finalmente, os anos 80 são marcados pela continuidade da queda da mortalidade infantil que se reduziu pela metade, atingindo um patamar bastante razoável de 27,5 óbitos por mil nascidos vivos em 1991, fato decisivo para o aumento da esperança de vida ao nascer, que dos 66,7 anos em 1980, subiu para 68,9 em 1991.

Contudo, o que mais chama a atenção e merece destaque, por suas implicações na mudança de padrão da mortalidade do estado de São Paulo, é a consolidação da tendência de elevação da mortalidade nas idades adultas jovens. De fato, ao avaliar a evolução das taxas de mortalidade para a população entre 15 e 35 anos, verifica-se que os valores estimados para 1991 são maiores que os calculados para 1980, entre as idades de 20 e 30 anos. A Tabela 6 permite visualizar esse fenômeno que merece e deve ser colocado definitivamente na agenda dos estudos de mortalidade.

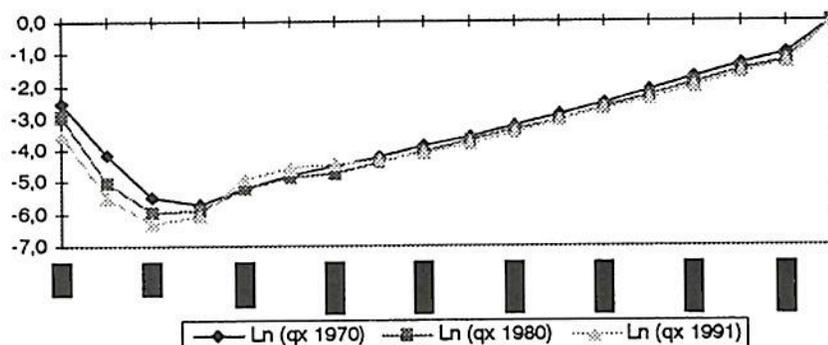
Tal comportamento está diretamente relacionado à evolução da mortalidade proporcional por causas, nas quais os “acidentes e mortes violentas” passam a ganhar peso relativo cada vez maior entre os motivos dos óbitos. Com isto, dilata ainda mais o diferencial da mortalidade masculina e feminina, uma vez que as chamadas “causas externas” atingem com maior intensidade os homens.

Resumindo, a passagem de um patamar correspondente a uma esperança de vida de pouco mais de 45 anos, em 1940, para quase 69 anos, em 1991, reflete, preponderantemente, os avanços obtidos na redução das causas de mortes evitáveis via prevenção, saneamento básico, atendimento primário à saúde, etc., em particular aquelas que atingem as crianças menores de um ano. Na verdade, não há dúvidas que a mortalidade infantil, ao cair de um nível de mais de 140 mil mortes por mil nascidos vivos, para pouco mais de 27 por mil, foi fator decisivo para esse processo.

No entanto, é importante lembrar que nos anos 80, como apontam os resultados do trabalho de Campanário & Maia (1994: 40A), “mais de 50% da diminuição deveu-se às doenças do aparelho circulatório, fato que mostra que as causas infecto-contagiosas, típicas de e majoritárias em países do Terceiro Mundo, já passaram a segundo plano no Estado. Mas a outra cara da moeda foi o aumento... no grupo de 15-39 anos...explicado exclusivamente pelo aumento em causas externas...”

O Gráfico 5 permite observar as principais mudanças nas probabilidades de mortes ao longo do período 1970/91, cabendo destacar, novamente, a queda das mesmas em praticamente todas as idades, sobretudo nas idades infantis, excetuando os grupos de “15 a 19 anos” e “20 a 24 anos”, nos quais o aumento da mortalidade, devido principalmente às causas externas, fica bastante evidente.

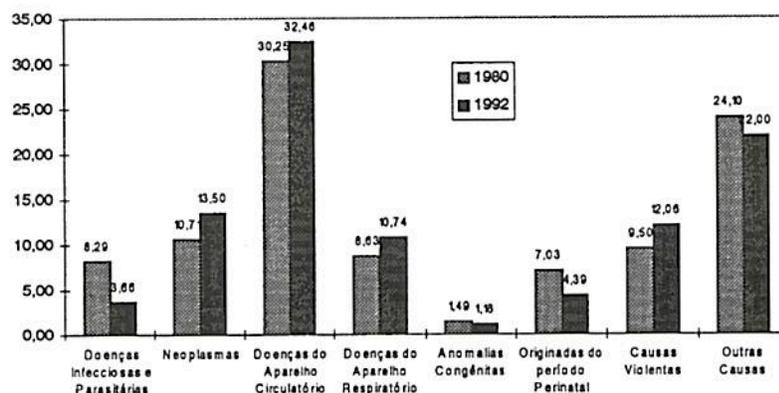
Gráfico 5
Estado de São Paulo – Probabilidade de morte por grupos etários, 1970/91



Fonte: Fundação SEADE (1980, 1984); Ferreiras & Castiñeiras (1996).

Uma avaliação das mudanças na mortalidade proporcional por causas, no período 1980/92, também pode ser feita a partir do Gráfico 6. Fica clara, por exemplo, a diminuição da importância das causas “infecciosas e parasitárias” e o conseqüente aumento das causas “aparelho circulatório”, “neoplasmas” e “violentas” (ou externas).

Gráfico 6
Mortalidade proporcional por causas – Estado de São Paulo – 1980/92



Fonte: FSEADE. Anuário Estatístico (1980 e 1992).

Ou seja, embora se tenha alcançado um patamar bastante razoável de mortalidade em São Paulo, a mudança no perfil das mortes por causas leva a novas e, talvez mais complexas preocupações, no que se refere às políticas de intervenção e prevenção, já que agora a evitabilidade das mortes exigirá redução de causas como as crônico-degenerativas e principalmente as externas, que não dependem apenas de ações de saúde pública.

Mortalidade e heterogeneidade espacial

- **Diferenças regionais**

Estudos como os de Yazaki (1990), Campanário & Maia (1994) e Ferreira & Castiñeiras (1996) mostram que a mortalidade no estado de São Paulo não se comporta de maneira homogênea em todo o seu espaço.

Tabela 7

Esperança de vida ao nascer por Regiões Administrativas – Estado de São Paulo – 1980/91

	Esperança de vida ao nascer			
	Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991
Grande São Paulo	62,65	63,51	69,85	72,89
Interior	64,17	66,18	70,73	73,59
Registro	60,58	64,99	69,64	72,32
Santos	61,88	62,66	70,51	72,20
São José dos Campos	63,71	65,61	70,23	72,43
Sorocaba	61,83	64,81	67,85	71,38
Campinas	64,62	66,29	71,68	74,32
Ribeirão Preto	64,88	66,68	72,11	74,11
Bauru	63,89	66,45	70,29	74,04
São José do Rio Preto	66,45	68,06	72,45	75,00
Araçatuba	66,23	67,56	71,47	75,36
Presidente Prudente	66,25	68,89	71,92	74,62
Marília	64,06	66,69	69,90	73,95
Central	65,98	67,82	71,72	74,34
Barretos	63,77	66,47	70,92	73,34
Franca	64,24	67,44	69,93	73,96

Fonte: Ferreira & Castiñeiras (1996).

De fato, os diferenciais regionais de mortalidade sempre existiram, muito embora venham se tornando menos acentuados com o passar do tempo. Como se pode observar na Tabela 7, ao se considerar a esperança de vida ao nascer em 1980 e 1991, percebe-se, logo de início que o interior do estado tem apresentado sempre uma mortalidade inferior a da Região Metropolitana de São Paulo, tanto para homens quanto para mulheres, sendo que esta discrepância parece ter se acentuado em 1991, no caso da mortalidade masculina, muito provavelmente, pelo aumento da sobremortalidade nas faixas etárias de adultos jovens (15 a 24 anos).

De fato, como mostram Ferreira & Castiñeiras (1996), enquanto a probabilidade de morte para as mulheres nesse grupo etário era de 7,2 por mil na Região Metropolitana de São Paulo e 6,7 por mil no interior, para os homens a diferença era muito mais significativa, ou seja, respectivamente 37,5 por mil e 19,7 por mil. Em menor medida, esta desproporcional diferença entre MetrÓpole e Interior também era observada nas probabilidades de morte para homens na faixa de idade imediatamente subsequente, isto é, entre 25 e 39 anos.

Principalmente nos anos 80, a Região Metropolitana de São Paulo e Santos figuram, juntamente com Sorocaba (à Noroeste) e Registro (ao Sul), entre as áreas de maior mortalidade no estado. Se por um lado a posição das duas primeiras regiões podem ser relacionadas às condições socioeconômicas, ambientais, sanitárias, de serviços, etc., decorrentes do intenso processo de concentração populacional, no caso das demais, a compreensão passa pelo fato de abrigarem algumas das áreas mais pobres de São Paulo, como é o caso, por exemplo, do Vale do Ribeira (Litoral) ou mesmo do Extremo-Oeste da região de Sorocaba (Avaré e Itapeva).

- **Diferenças entre as áreas urbana e rural**

Muito embora o estado de São Paulo já apresentasse mais de 92% de população urbana em 1991, a avaliação da mortalidade segundo situação de residência ainda tem sua importância, no contexto do presente estudo, na medida em que auxilia na tarefa de avaliar o perfil e discutir as perspectivas demográficas das populações residentes na cidade e no campo, bem como permite compreender melhor o sentido das transformações do meio rural paulista, mesmo em se tratando de uma população relativamente pequena no

estado, que de qualquer maneira ainda diz respeito a cerca de dois milhões de pessoas.

Assim, de forma a apresentar uma visão geral desses diferenciais, foram feitas algumas estimativas⁷ para mensurar os diferenciais da mortalidade nos setores urbano e rural do estado. Os resultados constam da Tabela 8, onde são apresentados alguns dos indicadores da mortalidade, a saber: mortalidade infantil, mortalidade infanto-juvenil e esperança de vida ao nascer.

Tabela 8

Esperança de vida ao nascer e probabilidade de morte para menores de 1 ano, segundo situação de domicílio – Estado de São Paulo – 1960/90

Estimativa/situação de domicílio	1963	1966	1973	1976	1985	1987
esperança de vida ao nascer (em anos)						
Urbano	60,6	60,3	65,4	64,6	72,2	73,9
Rural	58,4	59,5	64,7	65,0	70,1	72,6
Probabilidade de morte para menores de 1 ano (por mil)						
Urbano	77	78	59	62	37	32
Rural	85	81	62	61	43	36

Fonte dos dados brutos: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991), estimativas indiretas feitas a partir dos dados sobre filhos nascidos vivos e filhos sobreviventes.

Avaliando primeiramente a esperança de vida ao nascer ao longo das décadas de 60, 70 e 80, constata-se que a mortalidade na zona rural no estado de São Paulo sempre foi mais elevada, não obstante as diferenças serem pequenas e terem se reduzido ainda mais nos anos recentes. Chama atenção, ainda, o fato de que, em 1976, a zona rural tenha apresentado uma esperança de vida maior que a urbana, coincidindo justamente com o aumento conjuntural da mortalidade infantil do início dos anos 70.⁸

7. Até aqui os dados utilizados foram derivados de estimativas feitas a partir das estatísticas vitais que, comprovadamente, são de muito boa qualidade em São Paulo. Nessa seção os dados avaliados referem-se a estimativas provenientes das informações censitárias e, portanto, são derivados de cálculos indiretos, uma vez que são os únicos dados com o nível de desagregação aqui utilizado. Nesse sentido, as estimativas podem não corresponder totalmente à realidade, embora possam ser considerados bons indicadores do grau de magnitude das variáveis que pretendem medir e, principalmente, dos diferenciais existentes entre o urbano e rural.
8. Na verdade, os anos apresentados na Tabela 8 são aqueles para os quais é possível obter uma estimativa de tipo indireta. Sabe-se, contudo, que o fenômeno apontado refere-se a um processo ocorrido em um lapso maior do que um ano.

A pequena sobremortalidade existente na zona rural paulista também pode ser constatada a partir das probabilidades de morte de crianças menores de um ano de idade. Enquanto no começo dos anos 60 essa probabilidade era de cerca de 77 por mil no urbano, na zona rural atingia a cifra de 85 por mil. Essa diferença caiu no final dos anos 80, quando essas áreas registraram probabilidades bem menores, respectivamente 32 e 36 por mil.

Portanto, pode-se dizer que ao longo dos anos os diferenciais de mortalidade entre as zonas urbana e rural foram se reduzindo, o que leva a crer que muito brevemente estas discrepâncias deixarão de existir. Contudo, não é absurdo supor que com o recrudescimento das taxas de mortalidade nas idades adultas jovens nos centros urbanos, sobretudo os maiores, no futuro se possa presenciar até mesmo uma reversão destas diferenças, passando o urbano a apresentar maior mortalidade que o rural, sobretudo em função das alterações nas características da população domiciliada no campo paulista, como se discute neste documento.

Evolução da fecundidade

A partir dos anos 60, nitidamente coincidindo com o momento da difusão da pílula anticoncepcional, seguida de outros métodos modernos de contracepção, o estado entra em sua terceira etapa de transição, a qual, embora situando-se em patamares já mais baixos, acompanha a tendência geral do país.

Em 1960, a taxa de fecundidade total situava-se em 4,7 filhos por mulher; o declínio mais acentuado no quinquênio 1970/75 – com diminuição de 0,83 filhos, equivalente a 20% a menos da taxa anterior, prosseguiu acentuadamente a partir de 1983 – quando a referida taxa situava-se em 3,4 filhos por mulher. Nos anos 80, o ritmo acelerado de declínio significou um novo decréscimo da ordem de 28%, chegando, em 1990, ao nível de 2,4 filhos, ou seja, uma redução média de um filho em apenas oito anos. Os anos recentes exibem uma taxa média de 2,1 filhos por mulher, nível que significa, pelos padrões internacionais, uma fecundidade definidora apenas de reposição de gerações (Campanário & Yazaki, 1994).

Esses dados são corroborados pelas recentes estimativas obtidas através do Censo Demográfico de 1991. Como pode-se observar na Tabela 9 e Gráfico 7, a seguir, nesse ano censitário a taxa média situava-se em torno de 2,4 filhos por mulher, indicando a continuação do declínio acelerado nos anos recentes.

Tabela 9

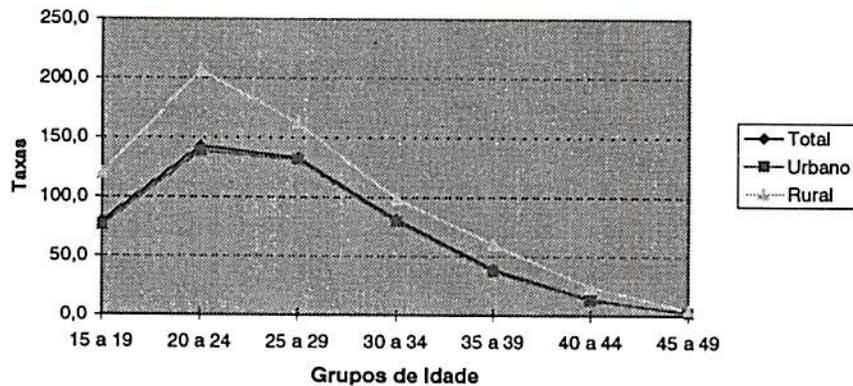
Taxas de fecundidade por idade segundo situação de domicílio – Estado de São Paulo – 1991

Grupos de Idade	Total	Urbano	Rural
15 a 19	79,1	76,0	119,4
20 a 24	142,5	138,8	206,3
25 a 29	133,1	131,4	162,1
30 a 34	80,8	79,3	98,4
35 a 39	38,9	37,7	60,1
40 a 44	13,7	13,4	24,3
45 a 49	2,4	2,6	4,5
T.F.T	2,45	2,39	3,37

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR/IE-UNICAMP (1996).

Gráfico 7

Taxa específica de fecundidade por grupos de idade – Estado de São Paulo – 1991



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR/IE-UNICAMP (1996).

Como já foi indicado, o processo de declínio da fecundidade expressa um alto índice de controle sobre a reprodução humana, dados de 1986 (PNAD) já mostravam que aproximadamente 70% das mulheres unidas, entre 15 e 49

anos de idade, usavam algum método anticonceptivo ou já estavam esterilizadas.

Por outro lado, a exemplo das outras situações de transição, o processo de declínio da fecundidade significou um encurtamento do período de reprodução. Interessante análise por coortes de mulheres nascidas no período 1915/80 indica a força da concentração, ao longo do período, de nascimentos nas coortes mais jovens: a variação percentual situa-se, respectivamente, num decréscimo de aproximadamente 20, 40, 45, 56, 68 e 75%, respectivamente, para os grupos etários de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos, no final do período (Campanário & Yazaki, 1984: 17). O declínio da fecundidade significou uma diminuição nas taxas específicas de fecundidade, para todas as idades, com nítida concentração na faixa etária de 15 a 30 anos, responsável por aproximadamente 70% da fecundidade total das mulheres em idade reprodutiva. A Tabela 10, incluindo informações das estatísticas vitais, apresentam a evolução das taxas de fecundidade específicas por idade para o período 1970/92.

Tabela 10

Evolução e distribuição das taxas de fecundidade por idade – Estado de São Paulo – 1970/92

Grupos de idade	1970	1980	1992	1970	1980	1992
Total	-	-	-	100,0	100,0	100,0
15 a 19	63,92	73,59	75,70	7,6	10,8	16,6
20 a 24	221,84	187,73	136,17	26,4	27,6	29,9
25 a 29	242,17	188,01	120,10	28,8	27,6	26,4
30 a 34	166,74	129,80	75,21	19,9	19,1	16,5
35 a 39	98,03	71,69	35,38	11,7	10,5	7,8
40 a 44	39,48	25,35	11,02	4,7	3,7	2,4
45 a 49	7,90	4,54	1,72	0,9	0,7	0,4
T.F.T	4,20	3,40	2,28	-	-	-

Fonte: Fundação SEADE (1994a).

A interrupção precoce da adolescência em função de uma gravidez, freqüentemente não desejada, reveste-se de significados distintos, de acordo com o grupo social da jovem mãe. Nas camadas altas e médias da população, a gravidez na adolescência decorre de efeitos de acentuadas mudanças no relacionamento sexual; para as camadas pobres, no entanto, o evento tende a

reforçar a situação de desigualdade, configurando uma reprodução intergeracional da pobreza.

A etapa recente de declínio da fecundidade em São Paulo caracteriza-se, como já foi mencionado, por uma tendência à homogeneização de seus níveis e tendências. Essa característica se expressa, entre outras dimensões, na diminuição do diferencial encontrado nas regiões do estado: em 1980, constatou-se uma diferença de 0,93 filhos entre as Regiões Administrativas, com extremos correspondendo as Regiões de Sorocaba e São José do Rio Preto (Wong, 1986). Num nível de desagregação maior, considerando as regiões de governo do estado, possivelmente correspondendo a uma maior homogeneidade de desenvolvimento econômico associado aos padrões reprodutivos das populações residentes, observa-se, para o mesmo ano de 1980, uma diferença de 2,69 filhos, tendo Registro (com 5,52) e Votuporanga (com 2,83 filhos) como seus extremos (Campanário & Yazaki, 1994).

Tabela 11

Taxas de Fecundidade Total (TFT) – 1992 – Regiões Administrativas e estado de São Paulo

Regiões Administrativas	1992
Região Metropolitana de São Paulo	2,27
RA de Registro	3,28
RA de Santos	2,16
RA de São José dos Campos	2,45
RA de Sorocaba	2,59
RA de Campinas	2,22
RA de Ribeirão Preto	2,31
RA de Bauru	2,26
RA de São José do Rio Preto	2,01
RA de Araçatuba	2,08
RA de Presidente Prudente	2,18
RA de Marília	2,28
Estado de São Paulo	2,28

Fonte: Campanário & Godinho (1996).

A tendência à homogeneização é, portanto, recente mas intensa, como pode ser observado na Tabela 11, com dados para 1992. Com exceção da Região Administrativa de Registro – com taxa média de 3,28 – as demais se aproximam nitidamente, resultando num diferencial de apenas 0,58 filhos e

situando-se todas abaixo do número médio de três filhos por mulher, ou seja, a diminuição do nível de fecundidade no estado, pelo menos a partir dos anos 80, acontece tanto nas regiões mais desenvolvidas quanto nas regiões menos desenvolvidas.

Em 1991, a taxa média estava em torno de 2,4 filhos por mulher, no caso da população urbana, e em torno de 3,4 filhos por mulher, no caso da população rural. O declínio, sem dúvida, foi mais acentuado no caso das mulheres residentes nas áreas rurais, em 1970, a taxa situava-se em torno de 6,1 filhos, enquanto as mulheres residentes nas áreas urbanas situavam-se em torno de 3,8 filhos em média. Dez anos depois, as cifras haviam baixado para, respectivamente 4,6 e 3,7, significando uma diferença de 1,4 filhos por mulher, distanciando-se do diferencial de 2,3 filhos na década de 60. Nos anos 80, o diferencial diminuiu ainda mais, situando-se em torno de 0,9 filhos, evidenciando que, ao longo do tempo, os decréscimos foram mais acentuados para os grupos sociais com taxas mais elevadas.

Dinâmica migratória no estado de São Paulo

Os estudos realizados a respeito dos movimentos migratórios no estado de São Paulo – explorando resultados censitários, pesquisas amostrais, bem como aquelas de caráter qualitativo –, desenvolvidos ao longo dos últimos anos na UNICAMP, particularmente no NEPO e NESUR, e na Fundação SEADE, permitiram avançar no conhecimento da dinâmica populacional, apontando a importância do fenômeno migratório nos processos de redistribuição espacial da população e de urbanização no contexto paulista.

Enquanto os movimentos migratórios dos anos 70 estiveram muito mais concentrados e relacionados à dinâmica da desconcentração – dinâmica esta assentada no desenvolvimento, expansão e interiorização da indústria – a nova configuração espacial da migração e da urbanização aponta agora para as inter-relações entre as cidades e seus entornos e os fenômenos sociais (Baeninger, 1996). Nos anos 80, particularmente a partir de 1985 e início dos anos 90, esse processo de desconcentração industrial perdeu dinamismo econômico, em

função “do esgotamento dos ciclos de investimentos dos anos 70 que fez a economia do interior paulista tender a apresentar um comportamento similar ao da metrópole” (Cano et al. 1994: 5).

Nesse sentido, para a compreensão dos processos vigentes, possivelmente não seja tão nítida a relação migração/emprego-indústria; a própria recorrência desse processo de interiorização da indústria cria mecanismos de comunicação e homogeneização de certos estilos de vida, que tornam mais complexa a relação, às vezes direta, entre desconcentração industrial e movimentos migratórios, permitindo que outras dimensões passem também a ter importância na decisão de migrar.

Diferentes grupos sociais passam a compor os movimentos migratórios no novo quadro de reestruturação produtiva do estado, especialmente com a “flexibilização da produção”, ao mesmo tempo em que se evidencia a continuidade da “migração da pobreza”. Além disso, os impactos territoriais do processo de globalização reforçam especificidades das distintas dinâmicas regionais, ampliando as dimensões presentes na decisão de migrar: redes familiares, violência urbana, qualidade de vida, bem como a possibilidade de acesso a determinadas políticas sociais, como saúde, educação, habitação, serviços de infra-estrutura básica etc..

Desse modo, a própria regionalização, refletindo as inter-relações urbanas e os processos sociais, passa também a ter um papel relevante nessa decisão, podendo afetar as correntes e o volume de migrantes internos (Ebanks, 1993); os deslocamentos pendulares da população passam a compor o novo processo de urbanização, aumentando o leque de opções na estrutura de escolha entre o viver e o trabalhar espalhados pelo interior.

Migração nos anos 80

O primeiros resultados divulgados do Censo de 1991 causaram certo espanto por parte dos estudiosos de população no Brasil, sobretudo pela drástica e generalizada diminuição das taxas de crescimento que, embora esperada, mostrou-se muito mais acentuada.

O estado de São Paulo foi a área que mais sofreu os impactos desse processo; haja vista a redução de sua taxa de crescimento em mais de 42%, contra uma redução da média nacional de 25%, do Sul de 4%, Nordeste 16%, Norte 19%, etc. Conhecendo a dinâmica demográfica do estado, torna-se possível concluir que essa brusca redução está associada a um contexto de importantes mudanças do comportamento migratório nacional.

De fato, os anos 80 marcaram uma alteração, sem precedentes, na dinâmica migratória do estado de São Paulo, cujo saldo migratório “despencou” de um patamar de mais de dois milhões de pessoas, na década de 70, para cerca de 500 mil no decênio seguinte (Fundação SEADE, 1993).⁹ A natureza desses resultados está relacionada à diminuição significativa da migração interestadual, que de uma taxa de 1,42% a.a., nos anos 70, caiu quase pela metade no período 80/91, quando a taxa ficou no nível de 0,82% a.a..

Contudo, como mostra a Tabela 12, a diminuição do volume de imigração¹⁰ foi muito mais importante no caso das origens nos estados do Paraná (49,3%), Minas Gerais (32,2%), Centro-Oeste (28,9%) e Sul (16,1%) do que do volume com origem no Nordeste, cuja emigração para São Paulo diminuiu 1,6% em termos absolutos. De qualquer forma, dada a diminuição da emigração para São Paulo de estados historicamente “fornecedores” de migrantes, chega a surpreender a manutenção de um patamar elevado de migrantes originários do Nordeste. Chama a atenção, também, o crescimento de mais de 48% da imigração proveniente dos estados do Norte, embora o volume continue pequeno em comparação com outras regiões do país.

9. Como se pode notar, esta estimativa não corresponde àquela que se pode derivar da diferença entre imigrantes e emigrantes da tabela 13 apresentada mais adiante (cerca de 1,1 milhão de pessoas). Na verdade, o cálculo feito a partir dos dados censitários sobre migração referentes à década de 80, por sua natureza, não corresponderia exatamente ao que seria o conceito de migração líquida ou saldo migratório (parte do crescimento populacional de um período devido à migração). De fato, o “saldo” calculado a partir da informação sobre última residência padece do problema de estar influenciado pela intensidade de entradas e saídas realizadas no período intercensitário, na medida em que, por exemplo, o indivíduo que deixou um determinado estado e retornou para ele dentro desse lapso estaria, a partir desse dado, sendo contabilizado como imigrante; contudo, na forma mais adequada de cálculo (pelo método residual, ou seja, diferença entre a população em dois momentos distintos descontado o crescimento vegetativo do período transcorrido) seus movimentos estariam desconsiderados já que não influenciaram no tamanho final da população. Para maiores detalhes sobre os métodos e problemas para estimativas do saldo migratório ver Carvalho (1985) e Carvalho & Rigotti (1998).

10. Imigrante foi definido como: “indivíduo não-natural de São Paulo com menos de dez anos de residência no Estado”. Note-se que tal definição não leva em conta a migração de retorno.

Vale destacar ainda que os dados derivados da PNAD 1995, para o primeiro quinquênio da década de 90, mostram que a migração para São Paulo continuou diminuindo ao longo da década de 90, seja em termos das taxas, ou mesmo quanto ao volume da mesma. Assim, se na década de 70 a média anual de migrantes atingia 305 mil pessoas, na década seguinte esta cifra caiu para 234,7 mil e, na primeira metade da década atual, chegou a pouco menos de 208 mil. Mais forte ainda foi a diminuição das taxas, que caíram de um patamar elevado de 1,4% ao ano, na década de 70, para pouco mais de 0,3% a.a. no primeiro quinquênio dos anos 90.

No entanto, as tendências se mantêm, com a continuidade dos elevados, embora lentamente declinantes, volumes de imigração nordestina e da importante redução da chegada de mineiros e paranaenses no estado; a continuidade desta redução – supondo uma hipótese conservadora –, com uma média anual de chegada igual a do período 1990/95, corresponderia a 18,4% e 9,8%, respectivamente.

Tabela 12

Volume e taxa média anual de imigração interestadual, segundo região de última residência
Estado de São Paulo – 1980/95

Região de residência anterior	Período da imigração					
	1970/80		1981/91		1991/95	
	Volume	taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
Nordeste	1.255.890	0,59	1.235.795	0,43	558.301	0,34
Paraná	720.274	0,34	365.003	0,12	164.641	0,10
Minas Gerais	598.684	0,28	405.843	0,14	165.593	0,10
Norte	21.818	0,01	39.099 ⁽¹⁾	0,01	21.281 ⁽¹⁾	0,01
R.Janeiro/Esp. Santo	131.922	0,06	116.240	0,04	47.295	0,03
Centro-Oeste	143.925	0,07	102.235 ⁽¹⁾	0,03	47.533 ⁽¹⁾	0,05
Sul (menos Paraná)	49.735	0,02	41.708	0,01	21.058	0,01
Outros ⁽²⁾	131.833	0,06	41.428	0,01	13.875	0,00
Total	3.054.081	1,42	2.347.351	0,82	1.039.577	0,64

(1) Para efeito de comparabilidade com o período 70/80, Tocantins foi incluído na região Centro-Oeste que contém Goiás da qual a primeira UF foi desmembrada.

(2) Inclui "Brasil sem especificação" e "país estrangeiro".

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991), PNAD (1995).

No caso de Minas Gerais, embora ainda exista importante evasão populacional, esta apresentou um declínio¹¹ e, portanto, pode-se pensar que esta redução esteja refletindo o crescimento do poder de retenção do estado. No Paraná, estimativas feitas por Magalhães (1996)¹² davam conta de que a migração líquida negativa ainda se mantivesse em níveis elevados, o que leva à hipótese de um possível redirecionamento dos fluxos aí originados que não mais buscariam preferencialmente São Paulo.

Já quanto ao Nordeste, dado o comportamento de sua taxa de crescimento – a que menos declinou na década de 80 –, supunha-se que esta estaria influenciada pelo crescimento do maior poder de retenção de seus maiores centros urbanos e também, em boa parte, pela intensificação da migração de retorno. Contudo, os níveis ainda elevados de emigração para São Paulo sugerem que o estado continua sendo uma referência importante para os nordestinos e que, portanto, esse fluxo deverá manter-se, mesmo que em níveis e, principalmente, intensidades inferiores aos do passado.

Na verdade, dadas as transformações na estrutura produtiva do estado,¹³ em particular da RM de São Paulo, e os efeitos da crise que se estende até o presente, poder-se-ia esperar também a ocorrência de uma mudança no que se refere *ao grau de estabilidade* dos migrantes, o que implicaria em retornos mais volumosos que no passado, em particular em comparação com os anos 70. Em trabalho recente (Cunha, 1998) colocou-se à prova a hipótese de que esse fato estaria implicando em uma redução do *tempo de permanência* dos migrantes na área e, portanto, um maior número de idas e vindas, implicando, assim, em um crescimento da *circularidade* dos indivíduos. Contudo, os resultados não puderam sustentar tal proposição, já que os dados analisados sugeriram, para a

11. Estimativas elaboradas por José Alberto de Carvalho e José Rigotti ambos pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, dão conta de que a migração baixou de um patamar de mais de 1,4 milhões de pessoas para algo em torno de 1,1 milhão entre as décadas de 70 e 80.

12. Segundo o trabalho de Magalhães (1996), na década de 70, o saldo migratório do Paraná era cerca de 1,37 milhões de pessoas e, nos anos 80, este ainda se manteve elevado na casa dos 1,15 milhões. Para maiores detalhes ver o texto original.

13. Destacam-se a flexibilização e tercerização da produção e conseqüente redução das plantas industriais e dos empregos a elas relacionadas, a queda do emprego na construção civil etc., e os reflexos decorrentes dessas tendências, como a diminuição do grau de assalariamento do mercado de trabalho, a “migração” de trabalhadores para o setor informal, o aumento do desemprego etc. (ver por exemplo, Dedecca, 1999a e 1999b).

década de 80, uma permanência média semelhante aos anos 70, muito embora a questão da circularidade ainda tenha ficado pendente de uma comprovação mais conclusiva, uma vez que a natureza dos dados não permitiram tal intento.

Um outro aspecto importante, revelado pelos dados do Censo de 1991, refere-se ao impacto que a diminuição da migração interestadual teve sobre a composição da migração no estado de São Paulo, com o conseqüente aumento da importância relativa da mobilidade intra-estadual que, assim como a migração de nordestinos, manteve-se nos níveis da década de 70.

De fato, os dados mostram que o total de pessoas “não-naturais do município onde residiam há menos de dez anos no momento do Censo”,¹⁴ que declaravam residência anterior dentro do estado de São Paulo, apresentou até mesmo um aumento absoluto passando de 3,5 milhões nos anos 70 para mais de 3,7 milhões nos anos 80, ou seja, um aumento de quase 5% do volume de uma década para a outra.

Assim, os não-naturais dos municípios paulistas com menos de dez anos de residência, em 1991, em comparação com 1980, apresentavam ainda em maior medida, o próprio estado como residência anterior, fato que mostra a importância crescente que os movimentos migratórios inter-regionais e, principalmente, os intra-regionais têm e deverão continuar tendo na dinâmica demográfica paulista.

Em termos regionais, pode-se dizer que, em grande medida, foram os movimentos intra-estaduais que deram a tônica das diferenças registradas na década de 80. De fato, em média, cerca de 70% da imigração registrada no interior estava composta por migrantes com origem no estado de São Paulo. Além disso, é importante destacar que a Região Metropolitana não apenas deixou de receber volumes elevados de imigrantes interestaduais, mas também “exportou” mais de **655 mil** pessoas para o interior, recebendo desta área cerca de **398 mil** pessoas, o que implicou, pela primeira vez, em perdas líquidas nas trocas migratórias com praticamente todas as áreas do interior, as quais somaram mais de **257 mil** pessoas.

14. Note-se que a partir daqui se modifica a referência espacial para o nível *intra-estadual*, o que obriga também a uma mudança da definição de migrante.

Nesse contexto, destacam-se os movimentos migratórios intra-regionais no estado, os quais corresponderam a um volume de **1,6 milhão** de pessoas, indicando que, juntamente com o processo de desconcentração populacional da RMSP em direção ao interior, assiste-se a enormes transformações no processo de redistribuição da população no âmbito de seus espaços regionais, com distintas configurações da migração e implicações para núcleos e periferias regionais.

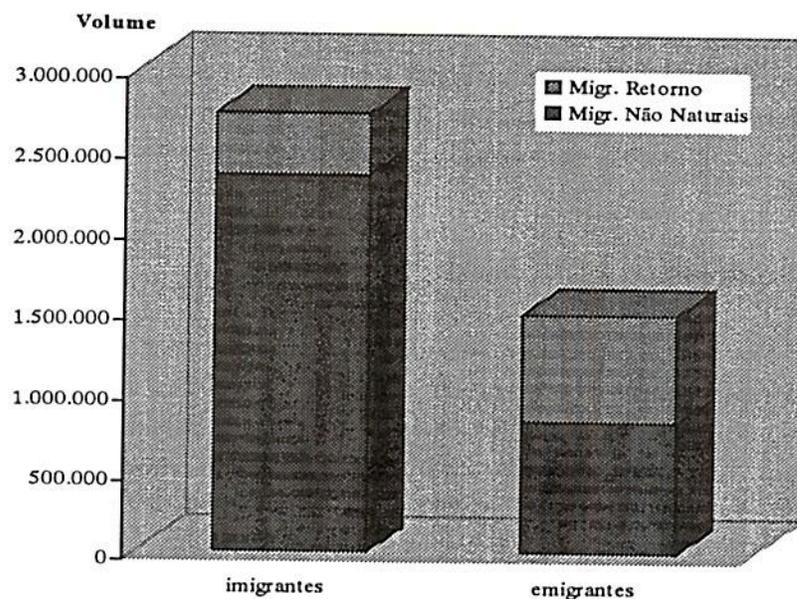
- **Volumes e fluxos interestaduais**

Entre 1981 e 1991, considerando o conjunto do estado de São Paulo, o volume de imigrantes¹⁵ para esta UF chegou a 2,8 milhões de pessoas, o que ainda demonstra a força de São Paulo como destino migratório, absorvendo 25% dos imigrantes do país. Este resultado aponta, contudo, para uma diminuição da migração com destino ao estado, embora este ainda mantenha sua primazia imigratória. Como já foi mencionado, antes da divulgação dos resultados censitários da amostra, chegou-se a aventar a possibilidade de uma interrupção dos fluxos migratórios interestaduais para São Paulo, especialmente para a RMSP. Na realidade, esta área continuou sendo o principal destino migratório nacional, porém acrescentando uma nova característica ao fenômeno da redistribuição espacial da população: um elevado fluxo emigratório, que totalizou 1.494,9 mil pessoas, dos quais 669,8 mil eram emigrantes de retorno, podendo vir a se configurar como uma área de circulação migratória (registrando um índice de eficácia migratória de 0,30, em 1991).

A Tabela 13 permite observar a composição do movimento imigratório e emigratório, segundo a condição de migrantes não-naturais e de retorno. Do total dos migrantes que entraram no estado de São Paulo (2,8 milhões), 86% eram não-naturais desta UF e residiam há menos de dez anos, enquanto que 387,5 mil eram migrantes que haviam nascido em São Paulo, mudaram desta UF e retornaram nos últimos dez anos, o que representou 14% do total da imigração para São Paulo (Gráfico 8).

15. Considera-se como migrante, para esta análise, o indivíduo que reside há menos de 10 anos na Unidade da Federação de residência atual.

Gráfico 8
Movimento migratório interestadual – Estado de São Paulo – 1981/91



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Com relação à emigração, é importante ressaltar que São Paulo contribuiu com 14% da emigração nacional, correspondendo ao maior volume migratório registrado entre as UF's. Do total do movimento com origem em São Paulo, nota-se que 55,2% era composto por pessoas não-naturais da UF de destino, correspondendo a 825.156 emigrantes, sendo que 45% eram emigrantes de retorno, 669.781 pessoas. Ou seja, o estado de São Paulo registrou uma emigração que não se caracterizou somente por um fenômeno de retorno migratório, indicando que, se esta "expulsão" da população da metrópole está, de um lado, vinculada a um retorno à UF de origem, também significa que a metrópole deixou de ser, para muitos, o ponto de destino definitivo, ensejando situação de menor tempo de permanência ou até significando um local de passagem na redistribuição populacional no estado.

Tabela 13
Composição do movimento migratório interestadual – Estado de São Paulo – 1981/91

Condição migratória	Volume	Distribuição relativa
Imigrantes		
Total < 10 anos de residência	2.734.820	100,00
Não-naturais	2.347.347	85,83
Retorno	387.472	14,17
Emigrantes		
Total < 10 anos de residência	1.494.937	100,00
Não-naturais	825.156	55,20
Retorno	669.781	44,80

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR/IE-UNICAMP (1996).

Considerando os imigrantes que entraram no estado de São Paulo, no período 1981/91, de acordo com a região brasileira de residência anterior (Tabela 14), pode-se verificar que metade dos migrantes interestaduais era proveniente da região Nordeste, correspondendo a um volume de 1,5 milhão de migrantes; seguem os fluxos oriundos do próprio Sudeste (6,8 mil migrantes) e do Sul (4,4 mil). A região Centro-Oeste contribuiu com 6,1% dos migrantes que entraram em São Paulo e a região Norte, com apenas 2,2%. Na realidade, não houve uma mudança no padrão imigratório característico de décadas passadas: os migrantes nordestinos continuaram a chegar em São Paulo, embora, como já destacado, com ligeiro decréscimo em seu volume migratório.

Tabela 14
Movimento migratório segundo grandes regiões – Estado de São Paulo – 1981/91

Origem/Destino	Imigrantes		Emigrantes		Trocias líquidas
	Total	%	Total	%	
Norte	58.716	2,19	58.743	3,93	-27
Nordeste	1.343.495	50,15	509.434	34,08	834.061
Sudeste (-SP)	619.792	23,13	424.914	28,42	194.878
Sul	493.406	18,42	287.239	19,21	206.167
Centro Oeste	163.751	6,11	214.605	14,36	-50.854
Total⁽¹⁾	2.679.160	100,00	1.494.935	100,00	1.184225

(1) Excluí sem especificação, país estrangeiro e ignorado.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Chama a atenção, no entanto, a outra face revelada pelo fenômeno migratório em São Paulo, nos anos 80, qual seja: o enorme volume de emigrantes, especialmente em direção ao Nordeste (509,4 mil pessoas), aos estados do Sudeste (424,9 mil), à região Sul (287,2 mil), ao Centro-Oeste (214,6 mil) e, com menor intensidade, para a região Norte (58,7 mil emigrantes), totalizando quase um milhão e meio de pessoas. Ou seja, do total dos migrantes que deixaram o estado de São Paulo, 34,1% se destinaram ao Nordeste; 28,4%, ao Sudeste; 19,2%, aos estados sulinos; 14,4%, ao Centro-Oeste, e apenas 3,9% para a região Norte.

Com relação às trocas líquidas entre regiões – computadas com base nos fluxos imigratórios e emigratórios –, observa-se que, no caso das áreas correspondentes às fronteiras agrícolas (região Centro-Oeste e Norte), o estado de São Paulo chegou a registrar uma “perda” de população especialmente para o Centro-Oeste, onde São Paulo apresentou um saldo negativo de mais de 50 mil pessoas; com a região Nordeste, Sudeste e Sul, o estado de São Paulo registrou “ganhos” populacionais, resultando em um volume migratório líquido de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

Essas correntes migratórias estabelecidas entre o estado de São Paulo e as demais regiões do país respondem pelas diferenças no processo de redistribuição espacial da população no Brasil dos anos 80, em relação às décadas anteriores; de um lado, houve menor retenção de população migrante no território paulista, especialmente na RMSPE, e, de outro lado, houve menor participação da migração interestadual no total do movimento migratório de São Paulo.

Desagregando os fluxos migratórios regionais segundo seus respectivos estados, pode-se observar a predominância de determinadas áreas na definição destes volumes migratórios (Tabela 15). O estado de Minas Gerais respondeu por 17,4% do total dos migrantes registrados em São Paulo, no período 1981/91, o que representou 475,3 mil pessoas; seguem os migrantes vindos do Paraná (440,3 mil), correspondendo a 16,1% dos imigrantes do estado. Em terceiro lugar, está o fluxo migratório oriundo da Bahia, com um volume de 437,1 mil pessoas e, logo em seguida, aquele procedente de Pernambuco (322,7 mil migrantes); os demais estados apresentaram participações bem menores no total da imigração. Vale ressaltar que a participação da migração de

mineiros e paranaenses foi bastante acentuada, no conjunto do estado, em particular no Interior, sendo que os maiores fluxos migratórios com origem nos estados do Nordeste se destinaram à RMSP.

Tabela 15
Movimento migratório interestadual segundo Unidades da Federação – Estado de São Paulo – 1981/91

Origem/Destino	Imigrantes ⁽¹⁾		Emigrantes ⁽¹⁾		Trocias líquidas
	Total	%	Total	%	
Norte	58.716	2,15	58.743	3,93	-27
Rondônia	18.954	0,69	30.060	2,01	-11.106
Acre	1.856	0,07	1.574	0,11	282
Amazonas	6.459	0,24	5.620	0,38	839
Roraima	691	0,03	1.150	0,08	-459
Pará	26.276	0,96	13.192	0,88	13.084
Amapá	435	0,02	408	0,03	27
Tocantins	4.045	0,15	6.739	0,45	-2694
Nordeste	1.343.495	49,13	509.434	34,08	834.061
Maranhão	32.135	1,18	13.244	0,89	18.891
Piauí	79.822	2,92	26.004	1,74	53.818
Ceará	188.677	6,90	74.877	5,01	113.800
Rio Grande do Norte	46.311	1,69	27.815	1,86	18.496
Paraíba	111.249	4,07	45.014	3,01	66.235
Pernambuco	322.687	11,80	121.071	8,10	201.616
Alagoas	92.946	3,40	30.358	2,03	62.588
Sergipe	32.536	1,19	23.464	1,57	9.072
Bahia	437.132	15,98	147.587	9,87	289.545
Sudeste -SP	619.792	22,66	424.91	28,42	194.878
Minas Gerais	475.268	17,38	326.580	21,85	148.688
Espírito Santo	15.545	0,57	21.248	1,42	-5.703
Rio de Janeiro	128.979	4,72	77.086	5,16	51.893
Sul	493.406	18,04	287.239	19,21	206.167
Paraná	440.281	16,10	222.365	14,87	217.916
Santa Catarina	23.713	0,87	37.689	2,52	-13.976
Rio Grande do Sul	29.412	1,08	27.185	1,82	2.227
Centro-Oeste	163.751	5,99	214.605	14,36	-50.854
Mato Grosso do Sul	70.250	2,57	93.829	6,28	-23.579
Mato Grosso	37.689	1,38	64.125	4,29	-26.436
Goiás	35.019	1,28	41.811	2,80	-6.792
Distrito Federal	20.793	0,76	14.840	0,99	5.953
Brasil s/ especificação	7.472	0,27
Pais estrangeiro	47.051	1,72
Ignorado	1.134	0,04
Total	2.734.819	100,00	1.494.937	100,00	1.239.882

(1) Pessoas com menos de dez anos de residência na UF atual.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Com relação ainda aos fluxos migratórios, destacam-se os dos estados do Nordeste – como Bahia (437,1 mil migrantes), Pernambuco (322,6 mil), Ceará (188,7 mil), Paraíba (111,2 mil), Alagoas (92,9 mil) e Piauí (79,8 mil) com destino predominante à RMSP; o estado do Rio de Janeiro – que contribuiu com 5% dos imigrantes para São Paulo, em especial para o Vale do Paraíba; e os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás – cujas participações, nos volumes de imigrantes para o estado, se intensificaram entre os anos 70 e os 80, destinando-se particularmente às regiões de Bauru, São José do Rio Preto e outras situadas no Oeste paulista.

No caso dos migrantes que partiram de São Paulo, os maiores volumes se dirigiram para Minas Gerais (326,6 mil pessoas), representando 21,9% dos emigrantes de São Paulo, Paraná (222,4 mil, correspondendo a 14,9% do total dos emigrantes) e Bahia (147,6 mil emigrantes e 9,9% do movimento total).

Além da emigração para os estados do Nordeste, que foi bastante intensa, observa-se também importantes fluxos com destino à Rondônia (30 mil emigrantes, enquanto que este estado registrou 19 mil imigrantes para São Paulo) e estados do Centro-Oeste, particularmente Mato Grosso do Sul (93,8 mil emigrantes, sendo 70,3 mil os imigrantes deste estado para São Paulo). Ou seja, em relação às áreas de fronteira agrícola, São Paulo registrou fluxos migratórios maiores que os volumes de imigrantes vindos destas áreas. Ressalta-se, também, que para o estado de Santa Catarina observou-se a mesma tendência, com a imigração deste estado para São Paulo de 23,7 mil pessoas e a emigração de São Paulo para lá de 37,7 mil pessoas. Nos anos 80 parece ter aumentado o número de estados receptores de população, dentre os quais se encontram os estados sulinos.

Dentre os imigrantes registrados em São Paulo, no período 1981/91, mais de dois milhões eram não-naturais da UF, dos quais 54% tinham como última residência os estados da região Nordeste. Considerando, desse modo, a composição dos fluxos migratórios segundo a condição migratória (não-naturais e de retorno), pode-se verificar, nas Tabelas 15 e 16, que nos fluxos migratórios que se dirigiram à São Paulo predominaram pessoas que não haviam nascido no estado. Isto é especialmente válido para os fluxos oriundos do Nordeste, com 92% de não-naturais e 8% de retorno; dos estados do Sudeste, 84,2% de não-

naturais e 15,8% de retorno; e do Sul, que apresentou 82,4% de migrantes não-naturais e 17,6% de migrantes que retornaram à São Paulo. No caso dos estados sulinos, vale destacar que para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, embora predominem os migrantes não-naturais de São Paulo, os fluxos de retorno chegaram a representar mais de 20% do total dos imigrantes.

Já para as regiões de fronteira agrícola pôde-se notar uma participação bem maior de migrantes de retorno nos fluxos imigratórios. Do total dos migrantes que vieram da região Norte, 71,6% eram não-naturais da UF e 28,4% eram de retorno. Para a região Centro-Oeste, a proporção de migrantes de retorno era de quase 40%, chegando os imigrantes de retorno para São Paulo vindos dos estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso a representar quase 45% do total dos imigrantes desses estados.

Tabela 16

Composição do movimento migratório segundo Grandes Regiões – Estado de São Paulo – 1981/91

Residência anterior	Imigrantes				Distribuição do movimento migratório	
	Não-naturais ⁽¹⁾		Retorno ⁽²⁾		Não-naturais (%)	Retorno (%)
	Total	(%)	Total	(%)		
Norte	42.045	1,82	16.671	4,47	71,61	28,39
Nordeste	1.235.795	53,59	107.700	28,86	91,98	8,02
Sudeste (- SP)	522.083	22,64	97.709	26,18	84,24	15,76
Sul	406.712	17,64	86.69	23,23	82,43	17,57
Centro-Oeste	99.289	4,31	64.462	17,27	60,63	39,37
Total ⁽³⁾	2.305.924	100,00	373.236	100,0	86,07	13,93

(1) Pessoas não-naturais da UF de residência atual com menos de 10 anos de residência; (2) Pessoas naturais da UF de residência atual com menos de 10 anos de residência; (3) Exclui Brasil sem especificação, país estrangeiro e ignorado.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR- IE/UNICAMP (1996).

Considerando os emigrantes procedentes de São Paulo (1,5 milhão), pode-se constatar a enorme diversidade de movimentos, refletindo aspectos importantes do atual processo de redistribuição espacial da população. Do total dos que se dirigiram para a região Norte (58.743), 89,6% eram não-naturais da UF de destino (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17

Composição do movimento migratório interestadual por Unidades da Federação – Estado de São Paulo – 1981/91

Origem	Imigrantes		Distribuição relativa (%)	
	Não-naturais ⁽¹⁾	Retorno ⁽²⁾	Não-naturais	Retorno
Norte	42.045	16.671	71,61	28,39
Rondônia	12.181	6.774	64,27	35,73
Acre	1.287	569	69,34	30,67
Amazonas	4.498	1.961	69,64	30,36
Roraima	338	353	48,91	51,08
Pará	20.453	5.824	77,84	22,16
Amapá	342	92	78,62	21,38
Tocantins	2.946	1.098	72,83	27,17
Nordeste	1.235.795	107.700	91,98	8,02
Maranhão	29.074	3.061	90,47	9,53
Piauí	74.406	5.416	93,21	6,79
Ceará	175.46	13.215	93,00	7,00
Rio Grande do Norte	42.628	3.682	92,04	7,95
Paraíba	103.421	7.829	92,96	7,04
Pernambuco	296.685	26.001	91,94	8,06
Alagoas	85.328	7.61	91,80	8,20
Sergipe	29.230	3.306	89,84	10,16
Bahia	399.56	37.572	91,40	8,60
Sudeste (menos SP)	522.083	97.709	84,24	15,76
Minas Gerais	405.843	69.426	85,39	14,61
Espírito Santo	12.943	2.602	83,26	16,74
Rio de Janeiro	103.297	25.683	80,09	19,91
Sul	406.712	86.694	82,43	17,57
Paraná	365.000	75.278	82,90	17,10
Santa Catarina	18.391	5.322	77,56	22,44
Rio Grande do Sul	23.318	6.094	79,28	20,72
Centro-Oeste	99.289	64.462	60,63	39,37
Mato Grosso do Sul	39.012	31.239	55,53	44,47
Mato Grosso	21.263	16.426	56,42	43,58
Goiás	23.713	11.306	67,71	32,29
Distrito Federal	15.301	5.492	73,59	26,41
Brasil sem especificação	5.319	2.153	71,19	28,81
País estrangeiro	35.195	11.856	74,80	25,20
Ignorado	915	220	80,69	19,31
Total	2.347.351	387.468	85,83	14,17

(1) Pessoas Não-Naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência.

(2) Pessoas Naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NESUR-IE/UNICAMP, 1996.

Tabela 18

Composição do movimento emigratório segundo Grandes Regiões – Estado de São Paulo – 1981/91

Residência Anterior	Emigrantes				Distribuição relativa (%)	
	Não-naturais ⁽¹⁾		Retorno ⁽²⁾		Não-naturais	Retorno
	Total	%	Total	%		
Norte	52.653	6,38	6.090	0,91	89,63	10,37
Nordeste	190.089	23,04	319.345	47,68	37,31	62,69
Sudeste (-SP)	226.054	27,40	198.860	29,69	53,20	46,80
Sul	168.453	20,42	118.786	17,73	58,65	41,35
Centro-Oeste	187.886	22,77	26.719	3,99	87,55	12,45
Total	825.135	100,0	669.800	100,0	55,20	44,80

(1) Pessoas não-naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência.

(2) Pessoas naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NESUR-IE/UNICAMP, 1996.

Dos emigrantes do estado de São Paulo com destino à região Nordeste (509,4 mil), 62,7% eram migrantes de retorno às suas UF's de nascimento (319,3 mil pessoas) e apenas 37,3% eram não-naturais (319,3 mil). De fato, nos casos do Ceará e Piauí, mais de 70% dos migrantes que chegaram de São Paulo eram nascidos nesses estados. Para o Nordeste, os maiores volumes de migrantes de retorno com origem em São Paulo foram registrados pelo estado da Bahia, (87,7 mil pessoas), Pernambuco, (77,3 mil) e Ceará (53,9 mil migrantes de retorno). Como a RMSP tem se caracterizado há várias décadas pela atração de nordestinos, essa migração de retorno deve, muito provavelmente, estar partindo desta área e, especialmente, da cidade de São Paulo.

Isoladamente, o estado de Minas Gerais figurou como destino do principal fluxo de retorno que partiu de São Paulo; 167,8 mil pessoas, o que correspondeu a 51,4% do total dos migrantes que chegaram à Minas vindos do estado de São Paulo. O interior de São Paulo, especialmente as regiões de Campinas e áreas limítrofes, sempre foram regiões históricas na absorção da migração mineira, e, provavelmente, este fluxo de retorno tenha partido de tais áreas.

A emigração de São Paulo para os estados da região Sul também foi marcada, embora com menor intensidade, por um fluxo de retorno. Isso ocorreu particularmente para o estado do Paraná, onde 42% dos emigrantes com origem

em São Paulo eram de retorno, e para o Rio Grande do Sul, em que metade dos emigrantes de São Paulo realizavam um movimento de retorno.

Tabela 19

Composição do movimento emigratório interestadual segundo Unidades da Federação – Estado de São Paulo – 1981/91

Destino	Emigrantes não-naturais ⁽¹⁾		Distribuição Relativa (%)	
	Emigrantes não-naturais ⁽¹⁾	Retorno ⁽²⁾	não-naturais	Retorno
Norte	52.653	6.090	89,63	10,37
Rondônia	29.374	686	97,72	2,28
Acre	1.296	278	82,34	17,66
Amazonas	4.774	846	84,95	15,05
Roraima	1.113	38	96,78	3,22
Pará	9.966	3.226	75,55	24,45
Amapá	374	34	91,67	8,33
Tocantins	5.776	963	85,71	14,29
Nordeste	190.089	319.345	37,31	62,69
Maranhão	6.776	6.468	51,16	48,84
Piauí	7.629	18.375	29,34	70,66
Ceará	20.950	53.927	27,98	72,02
Rio Grande do Norte	11.376	16.438	40,90	59,10
Paraíba	14.524	30.490	32,27	67,73
Pernambuco	43.766	77.305	36,15	63,85
Alagoas	13.85	16.501	45,65	54,35
Sergipe	11.421	12.043	48,67	51,33
Bahia	59.789	87.797	40,51	59,49
Sudeste (-SP)	226.054	198.860	53,20	46,80
Minas Gerais	158.825	167.755	48,63	51,37
Espírito Santo	15.702	5.545	73,90	26,10
Rio de Janeiro	51.527	25.559	66,84	33,16
Sul	168.453	118.786	58,65	41,35
Paraná	129.049	93.316	58,03	41,97
Santa Catarina	25.805	11.884	68,47	31,53
Rio Grande do Sul	13.599	13.587	50,02	49,98
Centro-Oeste	187.886	26.719	87,55	12,45
Mato Grosso do Sul	79.403	14.426	84,63	15,37
Mato Grosso	60.980	3.145	95,10	4,90
Goiás	33.416	8.396	79,92	20,08
Distrito Federal	14.087	753	94,93	5,07
Total	825.135	669.800	55,20	44,80

(1) Pessoas não-naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência;

(2) Pessoas naturais da UF de residência atual com menos de dez anos de residência.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações Especiais, NESUR - IE/UNICAMP (1996).

Os dados referentes ao estado de São Paulo evidenciam, ao contrário do que se poderia imaginar num primeiro momento, intensos fluxos migratórios e variados processos de deslocamentos populacionais, inter e intra-regionais. Intensificou-se uma tendência já detectada, de forma incipiente, nos anos 70, de forças expulsoras de população da Região Metropolitana de São Paulo. Contudo, não resta dúvida que a década de 80, embora em quantidades menores, envolveu expressivos contingentes de pessoas que entraram e deixaram a área, com movimentos de retorno, circularidades, movimentos de passagem e intensas modalidades de redistribuição interna. Um diagnóstico mais aprofundado sobre as características socioeconômicas desses contingentes fornecerá subsídios necessários à montagem de cenários futuros, elementos indispensáveis às ações das políticas setoriais.

- **Migração por sexo e idade**

A análise da migração por sexo e idade é uma ferramenta demográfica das mais úteis na busca de interpretações para o fenômeno, porque possibilita uma caracterização propriamente dita dos migrantes, permitindo também inferir sobre as especificidades dos movimentos no que se refere ao seu caráter familiar ou individual e ao momento do ciclo vital das pessoas ou famílias.

Nesse estudo, serão avaliadas as distribuições etárias do conjunto dos imigrantes e emigrantes do estado de São Paulo, tendo como contraponto a população de “não-migrantes”, de forma a distinguir as especificidades de cada subgrupo populacional. Trata-se, no entanto, de uma análise ainda parcial, na medida em que as características dos migrantes podem diferenciar-se segundo o fluxo a que pertencem, considerando-se que diferentes contextos regionais, tanto dos locais de origem quanto de destino, podem implicar em diferenciados fatores condicionantes dos deslocamentos e, portanto, envolver distintos grupos sociais, arranjos familiares ou subgrupos populacionais.

Comparando as distribuições etárias dos migrantes e não-migrantes, claramente se constata o caráter seletivo dos processos migratórios. Como mostram os dados da Tabela 20 e os Gráficos 9, 10, 11 e 12, é evidente que tanto imigrantes como emigrantes são subpopulações que apresentam maiores concentrações de pessoas nas idades jovens e economicamente produtiva (e reprodutiva), relativamente à população “não-migrante” residente em São

Paulo. Contudo, os imigrantes também se diferenciam notadamente dos emigrantes, na medida em que nesse último grupo há um percentual mais elevado de crianças. Tais características levam a que os imigrantes apresentem uma menor idade média em comparação às outras duas subpopulações: são cerca de quatro anos mais jovens que os não-migrantes, e dois anos mais jovens que os emigrantes.

Tabela 20

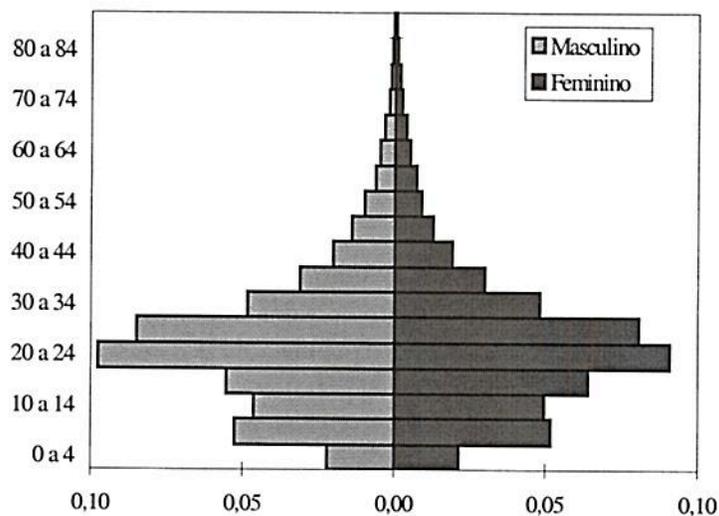
Distribuição por grupos etários e idade média por condição migratória – Estado de São Paulo – 1981/91

Grupo etário	Condição migratória			
	Imigrante	Emigrante	Não-migrante	Imigrante de retorno p/ SP
0 a 14 anos	24,40	30,99	31,34	32,87
15 a 34 anos	56,99	41,01	34,60	41,04
35 a 54 anos	14,59	22,19	22,51	20,29
55 anos e mais	4,05	5,81	11,55	5,80
Idade Média (em anos)	24,9	26,3	28,4	25,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Gráfico 9

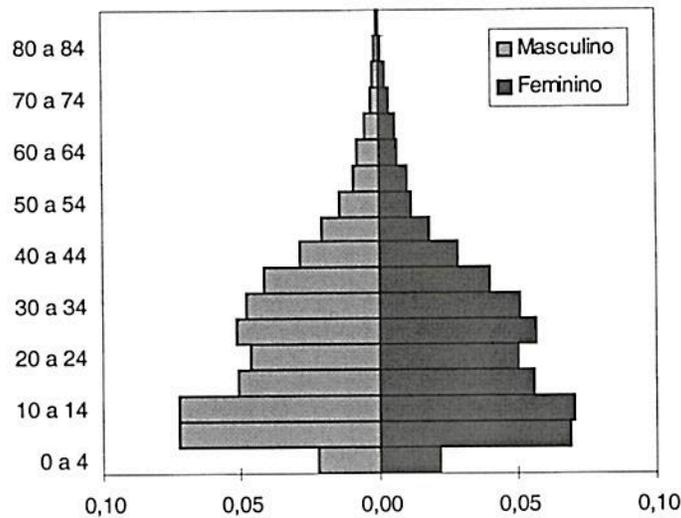
Pirâmide etária de imigrante – UF: SP



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

De fato, enquanto 57% dos imigrantes residentes em São Paulo tinham, no momento do Censo,¹⁶ entre 15 e 34 anos, esta cifra era inferior para os emigrantes (41%) e muito menor para os “não-migrantes” (34,6%). Tal concentração nas idades ditas “produtivas” pode ser ainda visualizada no Gráfico 9 e sugere a incidência de uma grande imigração individual ou de casais jovens sem filhos, o que não apenas reproduz uma das características da migração da década passada, mas se mostra coerente com um movimento migratório amparado na busca de melhores oportunidades econômicas e sociais, reais ou vislumbradas pela população que se desloca.

Gráfico 10
Pirâmide etária de migrantes de retorno – UF: SP



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

16. Deve-se lembrar aqui que o dado censitário não reflete a idade no momento da migração e sim no momento do Censo, o que implica em um certo “envelhecimento” da real estrutura etária da migração. Tal aspecto é importante na medida em que se fosse considerada a idade no ato de migrar, a seletividade se acentuaria ainda mais. Sobre essa questão ver, por exemplo, Cunha (1994).

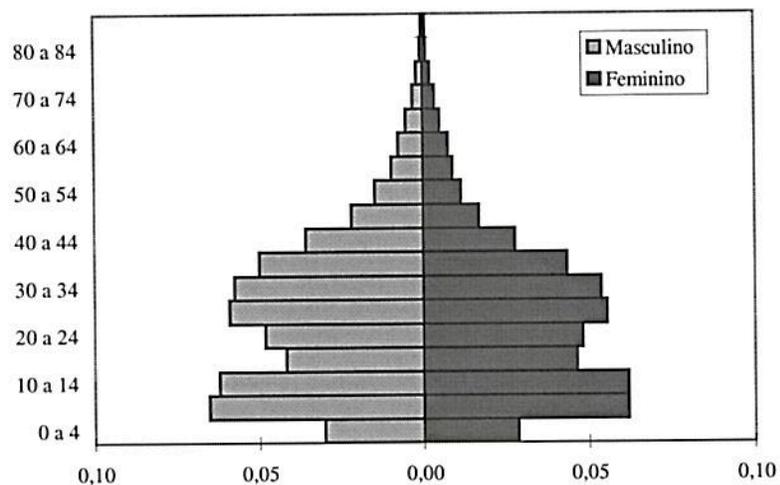
Os dados sobre a razão de sexo por idade reforçam, ainda mais, não somente as proposições anteriores, na medida em que assumem valores inferiores a um no grupo 15 a 19 anos e superiores a um depois daí, deixando claro a seletividade por sexo que existe, principalmente, a partir dos 30 anos, em que se visualiza uma relação homens/mulheres bem superior à esperada para essas idades em uma população comum¹⁷ (Gráfico 13). Vale lembrar, no entanto, que essa seletividade dos imigrantes em geral não caracteriza a imigração do grupo “retornados” para o estado de São Paulo que, como mostram os dados da Tabela 20 e o Gráfico 10, têm um perfil em que predominam as crianças entre cinco a 14 anos, levando a crer que essa migração seja basicamente de famílias em um ciclo vital entre a formação e consolidação das mesmas.

Já a forma da pirâmide dos emigrantes (Gráfico 11), onde se observa uma certa correspondência entre a participação dos grupos cinco a 14 anos (filhos) e 25 a 34 anos (pais), leva a crer que do estado de São Paulo tenham saído relativamente mais famílias em um estágio mais consolidado de seus ciclos vitais, ou seja, casais não tão jovens, com filhos ainda crianças, mas com um tamanho de prole mais ou menos definido. A comparação com a subpopulação “não-migrantes”, cuja estrutura etária representaria teoricamente uma situação média das composições familiares existentes, deixa bem claro que, no caso da emigração, existe uma maior concentração de tipos particulares de famílias. De qualquer forma, a ainda alta concentração de adultos (25 a 39 anos) leva a crer na incidência também de um bom número de indivíduos sozinhos, até porque, se nota nestes grupos etários um maior número de homens que de mulheres.¹⁸

17. As justificativas para tais conclusões são as mesmas utilizadas na seção que analisou a estrutura etária da população de São Paulo.

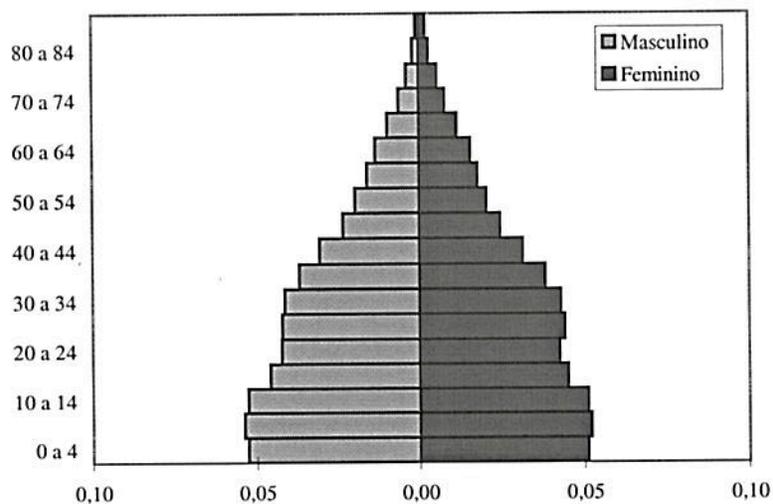
18. De fato, os percentuais nesses três grupos etários, com relação à população total representada na pirâmide, são maiores para homens do que para mulheres, o que descarta, inclusive, a hipótese das diferenças etárias do casal (o homem é geralmente mais velho), que normalmente explica a defasagem entre a participação dos sexos em grupos etários consecutivos ou próximos.

Gráfico 11
Pirâmide etária de emigrantes – UF: SP



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

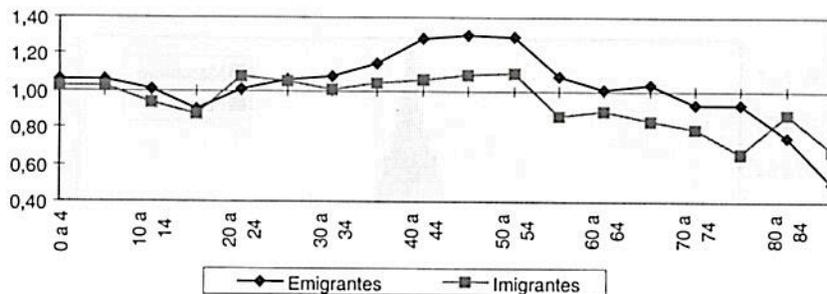
Gráfico 12
Pirâmide etária de não-migrantes – UF: SP



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Gráfico 13

Razão de sexo imigrantes e emigrantes – 1991 – Estado de São Paulo



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

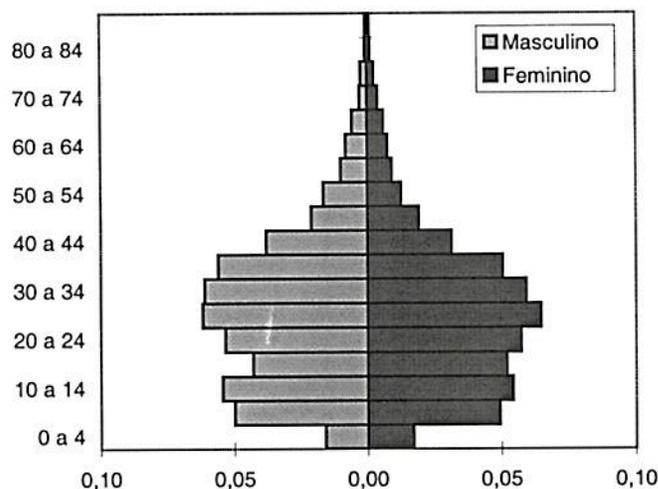
A análise da razão de sexo por idade permite constatar claramente a situação descrita acima. Para os emigrantes, os valores menores ou muito próximos a um, entre 15 e 24 anos, e maiores que um, a partir dessa idade, sugerem a maior incidência de casais – haja vista a defasagem entre a idade de homens e mulheres no casamento¹⁹ – em um ciclo vital intermediário e de homens sozinhos em idade adultas mais avançadas. Contudo, chama a atenção o fato de que o índice em questão atinja valores tão elevados dos 35 até os 60 anos de idade. Sobre tudo no caso dos emigrantes até 40 anos, que ainda representam importante parcela da migração (Gráfico 13), é muito interessante observar que o número de homens é, em média, 20% maior que as mulheres o que, tendo em conta que muitos desses emigrantes são retornados, estaria mostrando uma volta de homens sozinhos que, provavelmente, seriam aqueles que deixaram suas famílias nos locais de origem, ou seja, aqueles responsáveis pelo fenômeno do que já se chamou de “viúvas da seca”.

As proposições anteriores se sustentam ainda mais quando se constata que a distribuição etária da emigração reproduz, em boa medida, a estrutura por idades das populações que retornaram às Unidades de Federação onde nasceram que, como já se mostrou, corresponde a expressiva parcela das saídas de população de São Paulo. Para demonstrar o anterior, confeccionou-se pirâmides para as três principais Unidades da Federação em termos do volume de

19. Ver nota 18.

“retornados”. Assim, os Gráficos 14 e 15 reproduzem as estruturas etárias dos migrantes de retorno para a Bahia e Pernambuco, com um formato muito próximo ao modelo do Gráfico 10. Já o Gráfico 16, que traz a estrutura etária de imigração de retorno para Minas Gerais, apresenta uma forma um pouco diferenciada, que sugere um contingente bem maior de pessoas sozinhas, principalmente nas idades adultas (30 a 49 anos), o que apesar de não prejudicar necessariamente a hipótese anterior, reforça a necessidade de uma análise mais detalhada desses fluxos migratórios.

Gráfico 14
Pirâmide etária de migrante de retorno – PE

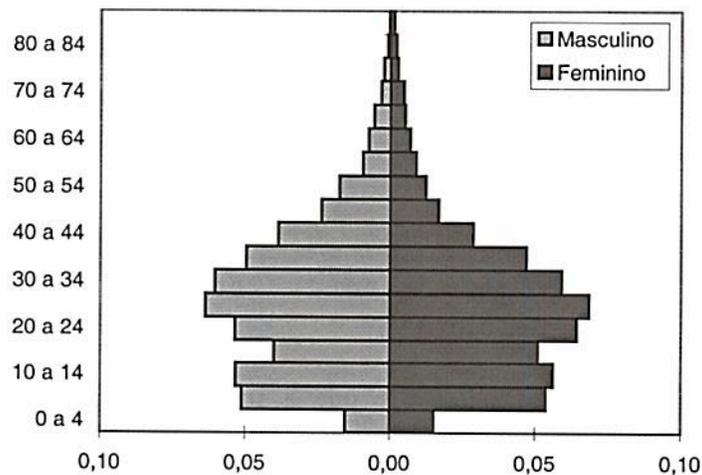


Enfim, o que se observa é que a migração, seja ela imigração, emigração ou mesmo migração de retorno tem, em comparação com a subpopulação “não-migrantes”, um importante componente de seletividade, no sentido que tende a apresentar uma estrutura etária mais rejuvenescida. Contudo, entre esses fluxos existe uma clara diferenciação, sendo que os imigrantes são os mais “jovens”, devido à grande concentração nas idades entre 15 e 34 anos, enquanto os emigrantes e os imigrantes de retorno apresentam uma distribuição etária onde se destacam os jovens entre cinco e 14 anos e

adultos entre 20 e 34 anos, dando fortes indícios de um predomínio de migração familiar, não obstante as análises das razões de sexo tenham dado claras mostras de que, a partir dos 30 anos, a emigração individual, sobretudo de homens, parece ser uma característica também marcante.

Fica claro, portanto, que a migração de e para o estado de São Paulo, seja ela do tipo que for, continua sendo um movimento dos adultos de famílias “jovens”, na medida em que a participação da população acima de 55 anos é bem inferior àquela observada na população “não-migrantes” residente no estado. Isto apenas corrobora o forte poder de atração ainda exercido pelo estado de São Paulo sobre pessoas de outros estados em idade ativa. Assim, ainda que em termos distintos daqueles dos anos 60 e 70, quando a intensidade dos fluxos era muito maior, São Paulo continuou sendo um grande “chamariz” para parte da população no começo de sua idade ativa.

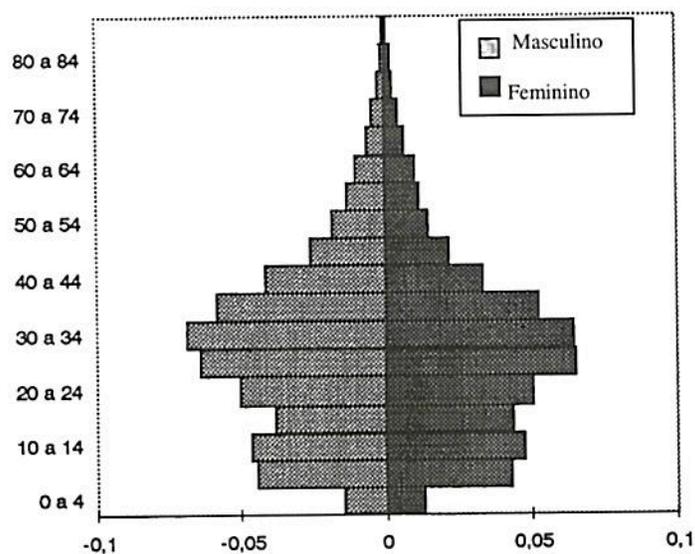
Gráfico 15
Pirâmide etária de migrante de retorno – Bahia



A migração de retorno para áreas “fornecedoras” de migrantes, a atração ainda exercida nos anos 80 por certas fronteiras agrícolas, o próprio processo de desconcentração econômica ou mesmo o impacto da crise sobre a

economia paulista, levariam pessoas e famílias a buscar novas perspectivas de vida fora de São Paulo, ajudando a entender a especificidade da emigração em termos etários. Observa-se, por outro lado, que mais de 50% da emigração de São Paulo teve como destino as áreas de fronteira – Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás – com atividades agropecuárias importantes e o Nordeste. Em ambos os casos, o movimento de retorno apresenta aparentemente um predomínio de famílias, possivelmente pelas possibilidades de sua inserção nas atividades primárias ou como resultado de efeitos expulsivos das grandes cidades, com o desemprego e alto custo de vida.

Gráfico 16
Pirâmide etária de migrante de retorno – Minas Gerais



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

- **Migrantes segundo setor de atividade**

Como forma de captar algum elemento sobre a inserção produtiva dos migrantes e, com isso, qualificar um pouco melhor os fluxos migratórios que chegaram ou deixaram o estado de São Paulo, construiu-se a Tabela 21 na qual

é apresentada a distribuição por setor de atividade da PEA migrante e “não-migrante”.

No que se refere à inserção produtiva dos migrantes, os dados apresentados mostram que, assim como vem ocorrendo com a PEA em geral, a maior parte da PEA migrante, fosse ela imigrante, emigrante ou imigrante de retorno, encontrava-se inserida no setor terciário; de fato, mais da metade dessas pessoas estavam ocupadas nas atividades comerciais ou de serviços. Da mesma forma, o percentual de desempregados pouco varia entre as diversas condições migratórias consideradas, ficando em torno de 5%, embora tenha se apresentado um pouco mais elevado no subgrupo de “não-migrantes”.²⁰

Na verdade, as principais diferenças reveladas pela Tabela 21 podem ser observadas quando se consideram as distintas inserções em ocupações dos setores secundário e primário. Assim, enquanto é nítida a superioridade da proporção da PEA inserida no setor industrial dos imigrantes, em relação tanto aos não-migrantes quanto migrantes de retorno e emigrantes, também chama a atenção a significativa porcentagem dos emigrantes que estavam ocupados no setor primário.

Obviamente, seria necessária uma avaliação mais desagregada, segundo tipo de atividade, para se chegar a conclusões mais fundamentadas sobre as diferenças nas formas de inserção produtiva da população migrante. Tal necessidade é ainda mais premente no caso do setor terciário, que engloba atividades das mais diversas. Somente assim poder-se-ia testar hipóteses relativas à precariedade (ou não) da inserção dos migrantes, suas condições de trabalho e remuneração, mudanças no perfil da migração ao longo do tempo etc., todas elas importantes para uma melhor caracterização e entendimento do fenômeno migratório, bem como de seus impactos nas populações de origem e destino. Além disso, uma avaliação mais precisa não poderia deixar de considerar uma análise desagregada segundo determinados “tipos” de fluxos migratórios.

Os dados apresentados suscitam uma série de questões, sobretudo, em relação aos condicionantes da emigração de São Paulo, que cresceu

20. O desemprego aqui se refere, na verdade, às pessoas não ocupadas no período de referência do Censo, que não é um levantamento adequado para investigar desemprego.

significativamente nos anos 80. Entre elas se destacaria a avaliação concreta do peso que a crise e transformações econômicas (desemprego, flexibilização, terceirização) tiveram sobre a “estabilidade” ocupacional da população imigrante em São Paulo, que poderiam levar a que esta retornasse ao seu lugar de origem e/ou realizasse múltiplos movimentos de ida e volta; também seria fundamental conhecer até que ponto as mudanças no meio rural paulista e/ou a existência de oportunidades em outras áreas (como as fronteiras) influenciaram a população ligada ao setor rural a deixar o estado.

Tabela 21

População Economicamente Ativa por condição migratória e setor de atividade – Estado de São Paulo – 1991

Condição migratória	Setor de atividade				Total da PEA (100,0)
	Primário	Secundário	Terciário	Desocupada	
Não-migrante	7,65	31,29	55,55	5,58	12.415.534 (100,0)
Imigrante	6,62	38,12	50,00	5,26	1.495.493 (100,0)
Migrante de retorno	9,46	28,20	57,00	5,34	175.742 (100,0)
Emigrante	17,03	21,86	56,12	4,99	555.710 (100,0)

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

A migração intra-estadual²¹

Se é possível afirmar que a imigração interestadual, com destino a São Paulo, principalmente aquela oriunda do Paraná e Minas Gerais, arrefeceu-se na década de 80, o mesmo não pode ser dito com relação à migração que ocorreu no interior do estado.

De fato, os dados apresentados na Tabela 22 dão conta de que a mobilidade intra-estadual ainda se manteve nos mesmos níveis daquela registrada na década de 70, sendo que o fato mais notável foi o aumento

21. Ao contrário das seções anteriores, nesse caso o migrante será definido como a “pessoa com menos de dez anos de residência no município cuja residência anterior tenha sido algum município do estado de São Paulo”. Como se pode notar nessa definição encontram-se contemplados os “migrantes de retorno”.

considerável das transferências desde a Região Metropolitana em direção ao interior; vale salientar também a manutenção do elevado número de mudanças entre municípios do interior do estado de São Paulo.

Tabela 22

Volume da mobilidade intra-estadual segundo tipo de movimento – Estado de São Paulo – 1980/91

Tipo de Movimento	1970/80	1991 ⁽¹⁾
Dentro da RMSP	920.423	894.263 (923.841)
Dentro do interior	1.857.756	1.721.571 (1.943.535)
Da RMSP para o interior	451.679	656.037 (723.007)
Do interior para RMSP	543.622	398.623 (433.640)

(1) Tendo em vista que a informação disponível para 1980 considerava como migrantes apenas as "pessoas não-naturais com menos de dez anos de residência", decidiu-se manter a mesma definição para 1991 para garantir a comparabilidade. Os valores entre parênteses correspondem ao total de migrantes considerando também os "migrantes de retorno" e, portanto, compatíveis com a definição mais abrangente de migrante.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1980). Tabulações especiais, NEPO/UNICAMP (1989). Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

De fato, uma das principais características dos anos 80, no que tange aos movimentos migratórios intra-estaduais, é a consolidação do interior como palco de uma desconcentração populacional, em detrimento da RMSP. Na verdade, essa década registrou, pela primeira vez, trocas migratórias líquidas desfavoráveis para a RMSP, da ordem de 289 mil pessoas (Baeninger, 1996).

Embora esse fenômeno não caracterize de forma nenhuma a perda da importância da Região Metropolitana no contexto estadual é, sem dúvida, uma forte indicação do ritmo do processo de interiorização da população paulista, que vem ocorrendo à luz do grande desenvolvimento registrado nessas áreas, principalmente aquelas situadas próximas à RMSP, como são os casos de São José dos Campos, Sorocaba, Santos e Campinas.

De qualquer forma, ainda continua sendo importante a mobilidade populacional dentro da metrópole, uma vez que, na década de 80, mais de 920 mil pessoas mudaram de um município metropolitano para outro. Esta cifra apenas corrobora o fato de que a metrópole se expande enquanto tal, mediante

expansão de sua área geográfica e intensa mobilidade interna, a despeito da brusca diminuição de seu crescimento populacional em função, principalmente, da redução, não apenas da intensidade, mas também do volume da imigração. Não fosse isso, o volume de mobilidade intra-metropolitana teria atingido níveis ainda maiores. Os resultados do Censo de 1991 mostram, contudo, que tal fenômeno apresenta uma inércia, fruto do alto grau de concentração demográfica e dos problemas regionais, tais como valorização imobiliária, uso e ocupação do solo, reorganização produtiva, etc. que persistem, se intensificam e eventualmente até se agravam independentemente da relação migratória da região com o resto do país.

Vale frisar também que o fenômeno da mobilidade intra-regional há tempos deixou de ser privilégio da Região Metropolitana de São Paulo. Os dados do Censo de 1991 mostram movimentos migratórios ocorridos em contextos regionais localizados no interior do estado, como são, por exemplo, as regiões de governo, nas quais se divide o estado de São Paulo. Os dados revelam que 21,4%, do total de 3,7 milhões de pessoas que fizeram um movimento intra-estadual em São Paulo na década de 80, se deslocaram dentro desses subespaços específicos, mostrando não apenas a força do fenômeno no interior, mas também sua importância na dinâmica demográfica estadual.

Por último, não se pode esquecer que do total de 1,7 milhões de pessoas, que mudaram de municípios no Interior, um elevado número de migrações se deram entre as suas várias regiões. Na verdade, outros 1,06 milhão de pessoas trocaram de região nos anos 80, o que revela outro fenômeno, certamente com motivações e características distintas dos intra-regionais ou interestaduais, importante para se entender a redistribuição espacial da população e a dinâmica demográfica dos municípios e regiões paulistas. Na verdade, em um quadro de redução da imigração interestadual é bem provável que este fenômeno e a migração intra-regional desempenhem, cada vez mais, papéis preponderantes, o que implicaria na necessidade de uma maior análise e conhecimento dos mesmos.

No que se refere aos fluxos migratórios, segundo a situação domiciliar, 6.245,7 mil pessoas declararam ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, durante o período 1981/91 (Tabela 23). Esses fluxos migratórios foram marcados predominantemente por deslocamentos urbano-

urbano, que chegaram a representar 70,2% do total dos movimentos migratórios, envolvendo quase 4,5 milhões de pessoas.

Tabela 23

Fluxos migratórios inter-municipais segundo situação domiciliar – Estado de São Paulo – 1981/91

Fluxos	Volumes	(%)
Urbano-urbano	4.386.265	70,23
Rural-urbano	1.094.369	17,52
Ignorado-urbano	151.954	2,43
Urbano-rural	267.471	4,28
Rural-rural	336.318	5,38
Ignorado-rural	9.291	0,15
Total	6.245.668	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

Independentemente deste fato, as mudanças de município de residência no estado de São Paulo também foram marcadas por enorme fluxo que partiu do meio rural com destino às áreas urbanas: 1.094,4 mil pessoas deixaram o campo em seus municípios de residência anteriores e se destinaram às áreas urbanas dos municípios de residência atuais.

Apesar dos fluxos acima mencionados serem os mais importantes em termos de volume e de implicações sociodemográficas, os fluxos rural-rural e urbano-rural foram também expressivos, principalmente se se considera, em primeiro lugar, que mais de 600 mil pessoas mudaram de município e se destinaram às áreas rurais e, em segundo lugar, a relevância dos deslocamentos rurais-rurais, que chegaram a envolver 336,3 mil pessoas, representando 5,4% do total dos movimentos migratórios.

Este aspecto torna-se mais evidente quando se observa os fluxos migratórios segundo a situação domiciliar no âmbito do próprio município (Tabela 24). Considerando os deslocamentos intra-municipais, 2.022,0 mil pessoas declararam ter mudado de situação de domicílio, no período 1981/91, dos quais 1.663,2 mil saíram do meio rural e se destinaram às zonas urbanas de seus respectivos municípios, ou seja 82,3% fizeram movimento rural-urbano e 17,7%, urbano-rural (358,8 mil pessoas).

Tabela 24

Fluxos intra-municipais por situação domiciliar e condição migratória – Estado de São Paulo – 1981/91

Fluxos	Total	Migrante	Não-migrante
Rural-urbano	1.663.163	1.101.033	562.130
Urbano-rural	358.810	200.976	157.843
Total	2.021.973	1.302.000	719.973

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991). Tabulações especiais, NESUR-IE/UNICAMP (1996).

A população migrante tendeu a mudar mais de situação de domicílio que a não-migrante, respondendo por 64,4% dos deslocamentos intra-municipais no estado. Do total da população migrante que realizou tais deslocamentos (1.302 mil), cerca de 84,6% saíram do rural com destino ao meio urbano (1.101 mil pessoas), enquanto que do total da população não-migrante envolvida nesses movimentos migratórios intra-municipais (720 mil pessoas), 78,1% realizaram deslocamentos rurais-urbanos. Entre todos estes tipos de movimentos, é interessante observar que no fluxo urbano-rural presencia-se uma participação relativa maior da população não-migrante, reforçando as interpretações sobre a relativa “urbanização” do campo paulista.

O expressivo movimento de saída da área rural salienta o quanto ainda esse processo de urbanização foi importante na década. Expressivo também foi o fluxo no sentido oposto, indicando as novas tendências do processo de redistribuição espacial da população em São Paulo, com a incorporação de áreas rurais na alocação e realocação de população.

Distribuição espacial da população no estado de São Paulo

Dinâmica da urbanização paulista

O Censo de 1991 trouxe à luz a significativa diminuição no ritmo de crescimento populacional das metrópoles brasileiras que, em conjunto, apresentaram uma taxa média equivalente a menos da metade daquela verificada na década de 70. Este fenômeno foi especialmente marcante nas duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, em que o acréscimo ocorreu num ritmo inferior ao da população do país como um todo.

O crescimento das metrópoles sempre foi alimentado por fluxos migratórios intensos. Nesta última década, marcada fortemente pela profunda crise econômica, estes fluxos de modo geral diminuíram. Apesar disso, 28,8% do incremento populacional brasileiro ocorreu dentro das nove regiões metropolitanas; juntas, abrigavam em 1991 cerca de 42 milhões de pessoas, o que corresponde a 28,9% da população total do Brasil nesse ano.

As metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentaram queda drástica no ritmo de crescimento populacional. Juntas, foram responsáveis por 24,5% do incremento da população nacional da década de 70 e por metade disto (12,7%) na década de 80. O conjunto das demais metrópoles manteve, nas duas décadas, proporção semelhante ao incremento populacional nacional, em torno de 16,5%.

Considera-se que a tendência à diminuição no ritmo de crescimento já vinha ocorrendo no caso do Rio de Janeiro desde os anos 70, a grande mudança diz respeito à metrópole paulista. Há evidências de que ela passou a dividir com outros centros da rede urbana do estado algumas funções, inclusive produtivas, especializando-se por outro lado em atividades do setor terciário, como é da natureza das grandes metrópoles contemporâneas em todo o mundo.

A queda no ritmo de crescimento da Grande São Paulo foi relativamente compensada pelo aumento no ritmo de crescimento de cidades e aglomerações urbanas situadas no interior do estado. Na década de 70, a Grande São Paulo foi responsável por 62,8% do incremento populacional paulista absoluto; esta proporção foi drasticamente reduzida para 42,4% nos anos 80. A despeito disto, o estado de São Paulo não perdeu posição quanto à sua participação no total da população nacional: 19% em 1970; 21% em 1980 e 21,4% em 1991.

Na década de 70, a população do estado de São Paulo havia crescido a uma taxa de 3,5% ao ano, superior à do Brasil, que foi de 2,5% a.a.; a Região Metropolitana tinha apresentado uma taxa de 4,5% a.a. e o Interior, de 2,6% a.a. (semelhante a do país). Na década de 80, a taxa do Brasil reduziu-se para 1,9% a.a., nível em que se situou também a do estado, com 2% a.a.. Inverteu-se, porém, a relação entre Metrópole e Interior: a Grande São Paulo cresceu a 1,7% a.a. (inferior a do país), enquanto o Interior cresceu a 2,3% a.a., superior às taxas do país, do estado e da metrópole. Destaca-se que o crescimento

populacional da periferia metropolitana, apesar do decréscimo registrado de uma para outra década (de 6,3% a.a., em 70/80, para 3,2% a.a., nos 80) foi superior à média estadual do crescimento da população do interior e da capital.

A distribuição da população da RMSP no total do estado também perdeu peso relativo (de 50,3 para 49%) em função da diminuição da participação da população paulistana, a qual representava 34% da população estadual em 1980, e passou a 31% em 1991. Os municípios situados na área periférica da metrópole paulista obtiveram um aumento no total da população do estado: de 16,4 para 18,4%, nos anos acima mencionados. Com a diminuição da participação relativa da área metropolitana na população estadual, o interior de São Paulo passou a responder, em 1991, por mais da metade da população do estado (51,1%). Ou seja, as taxas de crescimento já evidenciaram o início, de fato, de um processo de desconcentração populacional da RMSP em direção ao interior nos anos 80, sugerido pelos fluxos migratórios da década de 70.

Desde os anos 70, o Interior vinha apresentando intenso crescimento industrial, revertendo a tendência de concentração da indústria na metrópole. O decréscimo da participação metropolitana no produto industrial paulista deveu-se, principalmente, a transformações na Capital, cuja função industrial veio sendo substituída por atividades de serviços, ampliando e especializando a oferta destes.

O Interior não só passou a compartilhar a função industrial antes concentrada na metrópole, mas também teve suas atividades terciárias desenvolvidas, e por correspondência intenso crescimento urbano. Excluindo-se as cidades componentes da aglomeração metropolitana, em 1950 contavam-se no estado duas cidades com mais de 100 mil habitantes, número que aumentou para quatro em 1960 e para 10 em 1970. Na década de 70, dobrou a quantidade de cidades desse tamanho, contando-se 22 no ano de 1980 (tendo Campinas superado os 500 mil habitantes). Em 1991, já eram 31 as cidades do interior com mais de 100 mil habitantes.

A Tabela 25 oferece um quadro da rede urbana paulista. Nela, Campinas, Santos, São José dos Campos e Sorocaba comparecem com suas respectivas aglomerações urbanas, o que é mais real do que se comparessem sozinhas. Observando-se a evolução, de 1970 a 1991, do percentual que ocupam

as aglomerações e os municípios com mais de 100 mil habitantes na população total do estado, tem-se um resultado surpreendente.

Tabela 25

População de municípios segundo classes de tamanho – Estado de São Paulo – 1970, 1980 e 1991

Classe de tamanho	Número de municípios	População em 1991	Percentual na população do estado			Taxa de crescimento populacional	
			1970	1980	1991	1970/80	1980/91
RM de São Paulo	38	15209574	45,8	50,3	48,7	4,5	1,7
RM de Campinas	13	1725339	3,6	4,8	5,5	6,7	3,3
RM de Santos	8	1178134	3,7	3,8	3,8	3,9	1,9
AG de S. J. dos Campos	3	671780	1,4	1,8	2,2	6,6	3,6
AG de Sorocaba	2	458938	1,1	1,3	1,5	4,8	3,2
< 5mil	153	567994	3,5	2,1	1,8	-1,5	0,6
De 5 a 10 mil	119	959190	4,8	3,3	3,1	-0,1	1,3
De 10 a 20 mil	115	1912959	8,3	6,4	6,1	0,8	1,7
De 20 a 50 mil	82	3270340	11,7	10,2	10,5	2,1	2,3
De 50 a 100 mil	25	2094233	6,9	6,4	6,7	2,7	2,4
Mais de 100 mil	14	3156042	9,3	9,5	10,1	3,7	2,6
Total do estado	572	31204523	100,0	100,0	100,0	3,5	2,0

(1) A classe do tamanho está fixada em 1980. Apud Patarra et al. (1992).

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970 e 1980). Dados preliminares do Censo Demográfico (1991).

Em 1970, uma proporção de 45,8% da população residia na metrópole, outros 9,8% nas quatro aglomerações e 9,3% em municípios com mais de 100 mil habitantes, o que soma 64,9% – em suma, 2/3 da população paulista urbanizada em cidades com um porte considerável, dispondo de uma atividade urbana já bastante complexa. Esta proporção aumenta para 71,5% em 1980, e se estabiliza, com 71,8% em 1991.

Mesmo com a concentração metropolitana elevando-se nos anos 70, cresceram também outras aglomerações urbanas na rede paulista, cujo peso na população do estado passou de 9,8% em 1970, para 11,7% em 1980, e 13% em 1991. Também nos outros municípios com mais de 100 mil habitantes verificou-se a mesma tendência, embora com menor intensidade, de crescimento na sua ponderação, de 9,3% em 1970 para 10,1% em 1991. Simultaneamente, na década de 80 a rede urbana paulista teve sustado o movimento de decréscimo populacional nos municípios menores, que vinham se esvaziando com o êxodo rural das décadas anteriores.

As tendências da urbanização paulista resultam de dois movimentos que na prática se conjugam: um, intrínseco ao estado de São Paulo, referente à modernização das atividades produtivas no território paulista, e outro, mais geral, referente à modernização das formas de consumo e de prestação de serviços que estruturam o tecido urbano.

As transformações ocorridas na rede urbana, em consequência da interiorização da indústria e das políticas públicas implantadas, tenderam a homogeneizar – do ponto de vista da atividade produtiva e da concentração populacional – grandes porções do território e da rede urbana paulista, diluindo diferenças regionais anteriormente flagrantes e resultando em uma configuração regional urbano-industrial em que as diferenças remanescentes definem agregados maiores.

O primeiro deles, claramente diferenciado, corresponde à Região Metropolitana de São Paulo, aglomeração quase inteiramente conurbada, cuja densidade populacional e concentração articulada dos setores secundário e terciário numa mesma área contígua é única no estado e no país. O segundo agregado regional consiste na larga porção do território que circunda a região metropolitana e se expande para o Interior e que é fortemente industrializada, densamente urbanizada e perfeitamente articulada entre si por excelente sistema viário, compreendendo as regiões de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São José dos Campos.²² O terceiro agregado regional consiste nas regiões situadas na porção Oeste do território paulista, de urbanização consideravelmente menos densa e onde as atividades produtivas predominantes são a agricultura, a pecuária e a agroindústria (nos outros ramos da indústria de transformação seu produto é pouco expressivo).

A porção Oeste do estado, dadas as suas características de solo e relevo, a tradição de pecuária reinante em parte de sua área, o modo parecido como as redes urbanas regionais foram estruturadas pelas ferrovias e a distância em que estão da metrópole, sempre se configurou como um grande conjunto regional com traços comuns, a despeito das diferenças particulares. A outra porção do

22. Tendo em vista o objetivo analítico de apontar a configuração de macrorregiões, optamos por utilizar aqui a divisão administrativa do estado (Regiões Administrativas) vigente até os anos 80, mais agregada do que a atual, que é utilizada no próximo item.

interior do estado, porém, – aquela hoje industrializada – configurava-se antes muito mais dessemelhante.

As regiões de Campinas e de Ribeirão Preto, as mais típicas da urbanização engendrada pelo complexo cafeeiro, tiveram construída uma rede urbana radial, pontilhada por centros sub-regionais onde a indústria veio a se desenvolver, numa feliz combinação entre produção agrícola e produção industrial. A de Campinas, entretanto, veio partilhar com a metrópole, na passagem para a industrialização pesada, parte da instalação do parque industrial mais moderno. Também a região de Santos, nesse mesmo período, viu estruturar-se em Cubatão uma extensão da indústria metropolitana nos ramos siderúrgico e petroquímico, que se combinou ao complexo portuário e balneário definindo uma região muito peculiar, densamente urbanizada mas com poucos municípios.

A região de Sorocaba, ao contrário, estruturou-se por processo completamente diferente: tendo ficado à margem do complexo cafeeiro e tendo sediado a indústria têxtil dos anos 20, definia-se por uma rede urbana débil em torno de um centro regional possante, que entrou na industrialização pesada com uma herança de relativa decadência produtiva. E a região de São José dos Campos, cujo auge da expansão cafeeira deu-se ainda no contexto escravista, caracterizava-se por três centros de tamanho médio e importância assemelhada ao longo do Vale do Paraíba; após décadas de decadência econômica, foi redinamizada pela instalação industrial no eixo da Via Dutra.

A industrialização pesada, no seu início, revigorou áreas de pouco dinamismo (como no Vale do Paraíba), diversificou a atividade produtiva (como na região de Santos), ou deu continuidade a um desenvolvimento em curso (como na de Campinas). Mas foi a desconcentração relativa da indústria metropolitana, somada à expansão da agroindústria, fruto do segundo ciclo de crescimento da industrialização pesada e de políticas públicas explícitas de descentralização da atividade produtiva metropolitana (assim como de outras não explícitas, mas que se conjugaram no mesmo resultado), que produziram a interiorização mais efetiva do desenvolvimento econômico e urbano no território paulista.

Essas transformações²³ resultaram numa tendencial homogeneização do desenvolvimento urbano-industrial destas regiões, que desenvolveram suas redes urbanas, onde cresceram cidades médias e grandes e alguns aglomerados urbanos conurbados; também passaram a ser interligadas por novas ramificações do sistema viário, que as liga entre si sem passar pela metrópole. Esse movimento de interiorização acabou por definir dois grandes blocos regionais diferentes no interior do estado, cada um deles caracterizado pelo comportamento comum das regiões que os compõem no que diz respeito ao crescimento populacional e ao desenho da rede urbana.

Assim, pode-se considerar no estado de São Paulo a diferenciação de três macrorregiões: a metropolitana; uma segunda, densamente urbanizada e industrializada onde se concentram as grandes e médias cidades; e uma terceira, predominantemente agrícola e pecuária, com desenvolvimento urbano mais limitado. Resta, em quarto lugar, a região do Vale do Ribeira e Litoral Sul, diferenciada das demais por sua pequena extensão territorial e pouca expressão econômica, e pela especificidade de incluir grande área de reserva ambiental.

Observando-se o comportamento combinado de dois indicadores – a taxa geométrica anual de crescimento populacional e a participação relativa da população regional no conjunto da população paulista – ficam claramente distintos dois blocos de situações regionais (ou macrorregiões) no Interior paulista (ver Tabela 26).

O primeiro é composto pelas cinco regiões mais populosas (com a população variando entre 1,6 e 4,4 milhões de pessoas) e mais industrializadas do estado, tendo sido particularmente beneficiadas pela interiorização da indústria ocorrida a partir de 1970. Com exceção de Ribeirão Preto, são as regiões que cercam a metrópole. Apresentaram as maiores taxas de crescimento nas duas décadas (conforme a tendência geral, mais altas nos anos 70 do que nos 80) e, sobretudo, são as que aumentaram sua participação relativa na população do estado (em parte ou no todo desse período).

Na década de 70, quatro Regiões do estado de São Paulo destacaram-se no ritmo de crescimento, com taxas superiores à taxa média do Interior (2,6% a.a.): Campinas, com 4,4% a.a., semelhante à alta taxa metropolitana

23. Analisadas em Cano (1988/89, 1992b).

desse período; Santos, com 3,9% a.a.; São José dos Campos, com 3,9% a.a.; e Sorocaba, com 2,8% a.a. Ribeirão Preto apresentou uma taxa de 2,5% a.a., pouco inferior à média interiorana.

Tabela 26

População total, taxa de crescimento e participação relativa por região administrativa. Estado de São Paulo, 1970, 1980 e 1991

Regiões				Taxa anual de crescimento		Participação relativa na população do estado		
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91	1970	1980	1991
Estado de São Paulo	17771948	25040712	31191970	3,49	2,02	100,0	100,0	100,0
Interior	9386999	12451987	15993107	2,60	2,25	54,2	49,7	51,3
Grande São Paulo	8384949	1288725	15198863	4,46	1,73	45,8	50,3	48,7
Região de Santos	653441	961249	1178134	3,94	1,87	3,7	3,8	3,8
Região de S.J. Campos	834569	1221164	1634905	3,88	2,69	4,7	4,9	5,2
Região de Sorocaba	1140995	1510176	2002447	2,84	2,60	6,4	6,0	6,4
Região de Campinas	2087006	3209285	4387878	4,40	2,88	11,7	12,8	14,1
Região de Ribeirão Preto	1479910	1884633	2496909	2,45	2,59	8,3	7,5	8,0
Região de Bauru	540008	662245	814904	2,06	1,90	3,0	2,6	2,6
Região de S.J. Rio Preto	884975	949837	1124934	0,71	1,55	5,0	3,8	3,6
Região de Araçatuba	526344	524860	614297	-0,03	1,44	3,0	2,1	2,0
Região de Pres. Prudente	683720	662098	731966	-0,32	0,92	3,8	2,6	2,3
Região de Marília	663267	680878	778431	0,26	1,22	3,7	2,7	2,5
Região Registro	137893	185562	226938	3,01	1,85	0,8	0,7	0,7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970 e 1980); Resultados preliminares do Censo (1991). Apud Gonçalves (1991).

Na década de 80, também quatro Regiões ultrapassaram a taxa média de crescimento do Interior (2,3% a.a.), desta vez superior à da metrópole: Campinas, com 2,9 % a.a.; São José dos Campos, com 2,7% a.a.; Sorocaba, com 2,6% a.a. e Ribeirão Preto, com 2,6% a.a., que desalojou Santos, cuja taxa foi de 1,9% a.a. (o crescimento desta última mostrou ritmo semelhante ao da região de Bauru). Apenas duas regiões aumentaram sucessivamente essa participação nas duas décadas: Campinas e São José dos Campos, sendo que a primeira distingue-se de todas as demais tanto por seu peso na população paulista como por seu intenso crescimento. A participação de Campinas evoluiu de 11,7% em 1970, para 12,8% em 1980, e 14,1% em 1991, enquanto São José dos Campos aumentou a sua de 4,7% em 1970, para 4,9% em 1980, e 5,2% em 1991.

Sorocaba e Ribeirão Preto apresentaram outro comportamento: tiveram sua participação relativa diminuída nos anos 70 e recuperaram-na nos 80. A participação de Sorocaba evoluiu de 6,4% para 6% entre 1970 e 1980, voltando exatamente a 6,4% em 1991; Ribeirão Preto diminuiu sua participação de 8,3 para 7,5% entre 1970 e 1980, aumentando-a para 8% em 1991.

Convém ressaltar a peculiaridade do caso de Ribeirão Preto. Esta região se caracteriza por ser predominantemente agrícola e agro-industrial, onde se desenvolveu largamente o PRÓ-ÁLCOOL a partir dos anos 70; por trás desses números, há um processo de reacomodação territorial da população trabalhadora no campo, face às transformações em curso, expresso pela taxa do crescimento regional nos anos 70, relativamente mais baixa naquela década que a das outras regiões deste bloco. Entretanto, Ribeirão Preto foi a única a apresentar aumento na taxa de crescimento de uma década para outra.

Finalmente, Santos mostrou comportamento oposto ao das duas anteriores. Com a segunda taxa de crescimento regional mais alta do interior na década de 70, aumentou sua participação na população do estado de 3,7 para 3,8% entre 1970 e 1980, mas, com a diminuição do seu ritmo de crescimento na década seguinte, manteve sua participação neste mesmo percentual. Mesmo assim, considerando-se o período todo, há um ligeiro aumento no seu peso na população do estado, entre 1970 e 1991.

O segundo bloco regional definido pela combinação daqueles dois indicadores mencionados – taxa de crescimento e participação na população do estado – é composto pelas regiões que juntas configuram a porção Oeste do estado de São Paulo: Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, cujo volume populacional é menor, variando entre 0,6 e 1,1 milhão de habitantes. O comportamento deste bloco é oposto ao do bloco anterior: estas regiões perderam peso relativo na população do estado sucessivamente, nas duas décadas; apesar disto, as taxas de crescimento ascenderam de uma para a outra. São regiões que sofreram esvaziamento populacional do meio rural nos anos 70 e se caracterizaram pela emissão de fluxos populacionais migrantes.

Com exceção de Bauru, apresentaram na década de 70 taxas de crescimento muito baixas, inferiores a 1% e, em dois casos, taxas negativas. Nos anos 80 seu crescimento recuperou algum dinamismo e as taxas se elevaram, ultrapassando 1% (exceto Presidente Prudente) mas não alcançando

2%, o que não foi suficiente para sustar a tendência de perda de posição na participação relativa na população do estado, a qual, no entanto, diminuiu de intensidade. A região de Bauru apresentou na década de 70 uma taxa de crescimento superior à das demais regiões desse bloco, de 2,06% ao ano, caiu para 1,90% nos anos 80; mas, do mesmo modo que as demais, perdeu posição na participação relativa na população do estado nos anos 70, conseguindo mantê-la relativamente estável na década de 80.

Considere-se à parte a região de Registro. Constituída pelo Vale do Ribeira e pelo Litoral Sul e incluindo uma área de reserva ambiental, distingue-se de todas as outras do estado, tanto por sua atividade econômica pouco significativa, como por seu pequeno volume populacional. Com menos de 230 mil habitantes em 1991, não alcança 1% da população do estado. Apresentou taxas de crescimento decrescentes de uma década para outra e teve sua participação relativa na população estadual sucessivamente diminuída.

Cada uma das regiões é configurada por uma rede urbana articulada, sob o comando e a influência de um grande centro urbano regional que lhe empresta o nome. No entanto, escondem-se sob essa denominação comum de "Regiões", redes de cidades cuja estrutura é muito diferente. Apenas como exemplo, tome-se o caso das regiões administrativas de Santos e de São José do Rio Preto, que possuem tamanho semelhante em população, mas não em território: a primeira com 1,178 milhão de habitantes em 1991, e a segunda com 1,125 milhão. A enorme diferença entre ambas é a de como se estrutura a rede de cidades que contém esse volume de população semelhante: a região administrativa de Santos é composta por oito municípios, enquanto a de São José do Rio Preto, por 81. Isto daria (num parâmetro abstrato apenas para efeito de comparação) um tamanho médio de município de 147,3 mil habitantes para a região de Santos e um de 13,9 mil para a de Rio Preto. A medida é abstrata mas indicativa das diferenças na estruturação das redes urbanas regionais.

Distribuição da população por tamanho de municípios

A distribuição da população do estado por faixas de tamanho dos municípios dá um parâmetro com o qual confrontar a estrutura e dinâmica das redes urbanas regionais. A Tabela 27 apresenta a população paulista distribuída

conforme o tamanho dos municípios em que residia na ocasião dos três últimos Censos Demográficos. Foram definidas oito faixas de tamanho e para cada uma constam o número de municípios e respectiva população em 1970, 1980 e 1991 (note-se que a composição de cada faixa muda a cada Censo, uma vez que os municípios crescem ou decrescem, mudando de categoria de tamanho). O universo é o mesmo em todo o período, acrescido apenas de um novo município em 1991 na Grande São Paulo, com 15,8 mil habitantes.

Tabela 27
População total por faixas de tamanho dos municípios – Estado de São Paulo – 1970, 1980 e 1991

Censo de 1970	Número municípios	%	População	%
Total do estado	571	100	17771928	100,0
Até 2000 habitantes	7	1	8326	0,0
De 2001 a 5000	113	20	409094	2,3
De 5001 a 10000	182	32	1260957	7,1
De 10001 a 20000	127	22	1772534	10,0
De 20001 a 50000	96	17	2884536	16,2
De 50001 a 100000	24	4	1603869	9,0
De 100001 a 500000	21	4	3907913	22,0
Mais de 500000	1	0	5924699	33,3
Censo de 1980	Número municípios	%	População	%
Total do estado	571	100	25040712	100,0
Até 2000 habitantes	9	2	13627	0,1
De 2001 a 5000	145	25	520795	2,1
De 5001 a 10000	120	21	846123	3,4
De 10001 a 20000	124	22	1721356	6,9
De 20001 a 50000	97	17	2947682	11,8
De 50001 a 100000	42	7	2725952	10,9
De 100001 a 500000	30	5	6021594	24,0
Mais de 500000	4	1	10243583	40,9
Censo de 1991	Número municípios	%	População	%
Total do estado	572	100	31191970	100,0
Até 2000 habitantes	8	1	11252	0,0
De 2001 a 5000	130	23	456531	1,5
De 5001 a 10000	110	19	766064	2,5
De 10001 a 20000	123	22	1753694	5,6
De 20001 a 50000	105	18	3378030	10,8
De 50001 a 100000	49	9	3545104	11,4
De 100001 a 500000	41	7	8426959	27,0
Mais de 500000	6	1	12854336	41,2

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970,1980); Resultados Preliminares do Censo (1991). Apud Gonçalves (1994).

Ao analisarmos a evolução da participação dessas diferentes faixas de tamanho no conjunto da população paulista, destaca-se o comportamento de três grupos de municípios: os menores de dez mil habitantes, os maiores de 50 mil e os intermediários entre esses dois tamanhos. O primeiro grupo, dos municípios com menos de dez mil habitantes, teve seu peso populacional diminuído sucessivamente a cada década: 9,4% da população encontrava-se nesse grupo em 1970, que compreendia 302 dos 571 municípios paulistas (pouco mais da metade); essa proporção decresceu significativamente para 5,6% em 1980, referida a 274 municípios (pouco menos da metade); em 1991 apenas 4,1% da população é encontrada nesse grupo de tamanho, muito embora nele estejam incluídos 248 municípios (43% do total).

Grupo de comportamento oposto é o dos municípios com mais de 50 mil habitantes: seu peso populacional, sucessivamente, aumentou a cada década. Com 46 municípios (8% do total), incluía 64,3% da população paulista em 1970, quando apenas a capital do estado tinha mais de 500 mil habitantes; os demais distribuíam-se quase meio a meio entre as faixas de 50-100 mil e de 100-500 mil. O peso relativo da população habitante na faixa de 100-500 mil correspondia a cerca de 2,5 vezes o peso da população na faixa de 50-100 mil.

Na década de 70 houve um crescimento bastante significativo nesse grupo. O número de municípios cresceu de 46 para 76 (8% para 13%), com uma mudança importante: incorporaram-se três novos municípios na faixa de mais de 500 mil habitantes (Santo André e Guarulhos na metrópole, e mais Campinas). O peso populacional desse grupo na população estadual aumentou de 64,3% em 1970, para 75,8% em 1980, graças, principalmente, à concentração nas quatro grandes cidades. Os demais municípios do grupo, porém, passaram a se distribuir de modo diferente nas duas faixas restantes: o número na faixa de 50-100 mil habitantes cresceu quase metade (24 para 42 municípios), mais do que na de 100-500 mil, que cresceu cerca de um terço (21 para 30). Em síntese, nos anos 70 cresceu o número de cidades médias e, também, o de médias tendendo a grandes, mas a concentração populacional nas cidades maiores estava no auge do seu ímpeto.

A década de 80 evidencia uma mudança: continuou aumentando o peso populacional desse grupo, mas num ritmo menos intenso, com diferenças inferiores a um ponto percentual nas diversas categorias. A participação dos

municípios desse grupo de tamanho na população estadual aumentou de 75,8% para 79,6% entre 1980 e 1991. Dos 3,8 pontos percentuais dessa diferença, 3% são devidos à concentração populacional nos municípios da faixa de 100-500 mil habitantes, que tiveram seu número também significativamente aumentado, de 30 para 41 (cerca de um quarto a mais), enquanto na faixa de 50-100 mil o número cresceu bem menos, de 42 para 49, com pequena alteração no peso populacional, de 10,9% para 11,4%; manteve-se, contudo, a mesma razão entre o peso relativo da população habitante nessas duas faixas, em torno de 2,5. Ao mesmo tempo, mais duas cidades foram incorporadas à faixa de mais de 500 mil habitantes (São Bernardo e Osasco, na metrópole), sem que, no entanto, a concentração populacional nesta faixa de tamanho mostrasse alteração importante, passando de 40,9 para 41,2%. Em síntese, a mudança importante nessa década foi o desenvolvimento dos municípios na faixa de 100-500 mil habitantes.

O terceiro grupo de tamanho aqui destacado compreende os municípios com população entre dez mil e 50 mil habitantes. Esse grupo tem um comportamento bastante peculiar: seu número praticamente não se alterou em todo o período (223, 221 e 228 nos três Censos, correspondendo a 39 ou 40% do total), embora seu peso populacional tenha diminuído, de 26,2 para 16,4% entre 1970 e 1991. A diminuição dos pequenos municípios foi compensada proporcionalmente pelo aumento dos maiores, permanecendo este grupo intermediário como uma esteira rolante permanentemente igual entre os outros dois.

Sintetizando o movimento desses grupos de tamanho ao longo do período entre 1970 e 1991, os traços mais marcantes foram:

- o peso populacional dos municípios com menos de dez mil habitantes reduziu-se a menos da metade (9,4 para 4%), muito embora seu número mantenha-se ponderável (de 53% do total diminuiu para 43%);
- o número de municípios médios e grandes, com população acima de 50 mil e abaixo de 500 mil habitantes duplicou (de 45 para 90) e seu peso populacional aumentou de 31 para 38,4%;
- o número de municípios com mais de 500 mil cresceu de um para seis e seu peso populacional aumentou de 33,3 para 41,2%, diferença percentual

semelhante à encontrada para os municípios com população entre 50 mil e 500 mil habitantes;

- a relação entre os pesos relativos da população habitante nas faixas de 50-100 mil e 100-500 mil manteve-se constante em todo o período, com o peso da segunda correspondendo a cerca de 2,5 vezes o peso da primeira;
- o número de municípios na faixa de 10-50 mil habitantes permaneceu constante em todo o período, embora o peso relativo de sua população no estado tenha diminuído de 26,2 para 16,4%.

Dois tendências convergiram nesse movimento geral: o esvaziamento do campo na década de 70 (que se reflete na instabilidade da população dos municípios menores) tendeu a arrefecer nos anos 80, fazendo diminuir a intensidade das mudanças no peso populacional dessa categoria de municípios; por outro lado, a tendência à concentração populacional sofreu transformações no período, quando o processo de modernização alcançou também as formas de organização da vida urbana nas cidades de porte médio e grande da rede urbana paulista, favorecendo a concentração populacional num conjunto mais amplo de cidades – na metrópole e fora dela.

A Tabela 28 mostra a distribuição dos municípios por faixa de tamanho, agora distribuídos pelas redes regionais. Os números são suficientemente expressivos. As diferenças entre os blocos regionais referidos no início vão progressivamente adquirindo nitidez. Focando a atenção nos dados de 1991, vê-se que os municípios de tamanho médio e grande concentram-se no bloco das regiões mais industrializadas, onde se encontra o único município com mais de 500 mil habitantes, ao passo que os pequenos concentram-se no bloco das regiões da porção Oeste do estado, que reúnem 62% dos municípios paulistas com população inferior a dez mil habitantes.

No bloco Oeste, cada região possui apenas um município com população entre 100 e 500 mil habitantes; a maior concentração de municípios encontra-se na primeira faixa, de população menor que dez mil habitantes, diversamente da macrorregião anterior onde, com exceção da região de São José dos Campos (onde os números são quase equivalentes), a faixa onde os municípios são mais numerosos é a seguinte, de 10-50 mil habitantes.

Acompanhando-se agora a evolução no tempo, ao longo das duas décadas, verifica-se que as regiões da macrorregião industrializada apresentam

um movimento bastante dinâmico de adensamento das suas redes, com a progressiva diminuição do número de municípios pequenos e o aumento do de médios e grandes, enquanto a proporção de municípios na faixa de 10-50 mil habitantes tende a se estabilizar entre 1980 e 1991.

Tabela 28

Número de municípios segundo faixas de tamanho, por região administrativa – Estado de São Paulo, 1970, 1980 e 1991

Região Administrativa	Censo de 1970					Censo de 1980					Censo de 1991					Nº total mun.
	Até 10 mil	10 a 50 mil	50 a 100 mil	100 a 500 mil	+de 500 mil	Até 10 mil	10 a 50 mil	50 a 100 mil	100 a 500 mil	+de 500 mil	Até 10 mil	10 a 50 mil	50 a 100 mil	100 a 500 mil	+de 500 mil	
Estado de São Paulo	302	223	24	21	1	274	221	42	30	4	248	228	49	41	6	571 ⁽¹⁾
RA Grande S. Paulo	7	19	3	7	1	14	11	8	3	1	13	8	11	5	37 ⁽¹⁾	
RA de Santos	2	2	2	2	-	1	2	2	3	-	3	1	4	-	8	
RA S.J. dos Campos	16	16	2	2	-	17	11	5	3	-	15	12	5	4	-	36
RA de Sorocaba	31	29	2	1	-	24	32	6	1	-	20	32	8	3	-	63
RA de Campinas	38	37	5	3	-	29	39	8	6	1	21	39	12	10	1	83
RA de Ribeirão Preto	48	33	3	2	-	41	39	2	4	-	35	42	5	4	-	86
RA de Bauru	22	13	1	1	-	20	14	2	1	-	21	13	2	1	-	37
RA S. José Rio Preto			58	21	1	1	-	59	19	2	1	-	58	19	3	1
RA de Araçatuba	23	10	2	1	-	24	10	1	1	-	24	9	2	1	-	36
RA de Pres. Prudente	25	21	-	1	-	27	19	-	1	-	25	21	-	1	-	47
RA de Marília	26	16	3	-	-	27	14	3	1	-	25	16	3	1	-	45
RA Registro	6	6	-	-	-	4	8	-	-	-	3	9	-	-	-	12

(1) Em 1991 é acrescido de mais um.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970 e 1980); Resultados preliminares do Censo (1991). Apud Gonçalves (1994).

Crescimento intra-regional: sede regional e entorno

À par desse processo de crescimento populacional, apontado anteriormente, onde o peso dos municípios maiores ainda determina e encabeça a rede de municípios no estado de São Paulo, vêm ocorrendo transformações no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população no estado de São Paulo que apontam novas formas de reestruturação dos espaços regionais, cuja compreensão passa pelo entendimento do novo comportamento dos

movimentos migratórios ao nível nacional, intra-estadual e, particularmente, intra-regional.

Até os anos 70, a dinâmica e a localização das atividades industriais pautavam, em grande medida, os possíveis caminhos da população no território paulista. De fato, estava-se vivenciando um processo onde era bastante evidente e direta a relação entre movimentos populacionais e a estruturação das atividades e oportunidades econômicas, especialmente aquelas oriundas dos investimentos governamentais em direção ao Interior. Nesse contexto, emergiram importantes pólos regionais, que já indicavam, embora de maneira incipiente, novas formas de redistribuição espacial da população, delineando novos contornos ao espaço paulista (Patarra & Baeninger, 1989).

Nos anos 80, o poder de atração exercido pela indústria diminuiu consideravelmente, conforme já mencionado anteriormente. Porém, o novo patamar alcançado pelo processo de urbanização nas áreas, com a diversificação de atividades, contribuiu para uma certa continuidade do dinamismo regional e provavelmente para uma redistribuição espacial da população bastante intensa em nível intra-regional.

Nesse novo cenário urbano, as grandes metrópoles e os maiores centros assistiram uma desaceleração em seus ritmos de crescimento populacionais, evidenciando um processo de desconcentração demográfica. O pano-de-fundo deste cenário está associado, de um lado, ao processo de interiorização da indústria, deslanchado nos anos 70 e, de outro lado, às transformações advindas, nos anos 80, do novo processo de reestruturação da indústria. Tais mudanças refletem-se, de maneira acentuada, na estrutura urbana e no papel das cidades e metrópoles no cenário mundial, uma vez que a dispersão da produção reforça contextos regionais específicos, ao mesmo tempo em que promove uma disputa por maior competitividade entre localidades urbanas.²⁴

Assim, o menor crescimento da RMSP está associado, de um lado, à continuidade da queda da fecundidade, bem como o menor saldo migratório verificado nos anos 80 e, de outro lado, esse inusitado perfil está vinculado ao novo cenário econômico que começa a se impor no caso brasileiro, onde a

24. Veja-se a respeito do novo padrão de produção e seus impactos territoriais: Sassen (1988); Harvey (1992); Coutinho (1995); Pannizi (1995); Cano (1995) entre outros.

RMSP se consolida como grande centro financeiro e de serviços sofisticados, não mais absorvendo expressivos contingentes populacionais em seu mercado de trabalho, como ocorreu em décadas anteriores.

Nesse sentido, a RMSP, reforçando uma tendência anterior de “perda” de população (Cunha, 1987) contribuiu, nos anos 80, com um fluxo migratório de mais de 650 mil pessoas em direção ao interior paulista. Esse processo de reorganização espacial da população apresenta especificidades regionais, mas vem manifestar novas tendências no processo de urbanização paulista. A primeira delas, e talvez a mais marcante, é apresentada pela recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios. No caso do estado de São Paulo, as taxas de crescimento populacional para a classe de tamanho de município menor que cinco mil habitantes e de cinco a dez mil passaram a ser positivas, de 1970/80 para 1980/91. Além disso, pode-se observar ligeira elevação no ritmo de crescimento dos municípios de dez a 20 mil habitantes e de 20 a 50 mil; uma estabilização na taxa de crescimento das cidades médias; e, finalmente, um decréscimo na taxa de crescimento dos municípios com mais de 100 mil habitantes (Patarra et al. 1992).

Dessa última evidência suscita outra especificidade do atual padrão de urbanização: o crescimento populacional menor das sedes-regionais e o crescimento mais elevado de suas áreas de entorno; mesmo nas regiões onde os municípios-sedes apresentaram taxas de crescimento maiores que as do entorno, estes também manifestaram mudanças em seu comportamento, com taxas de crescimento, em geral, maiores que em décadas anteriores (Baeninger, 1994).

O crescimento do entorno dessas regiões implica um adensamento da rede urbana regional, onde pode-se verificar a reversão da tendência de municípios pequenos, antes incapazes de reter sua população. A complexidade do processo de urbanização e de redistribuição populacional vem acentuar a mobilidade espacial de tipo pendular, evidenciando que a mudança de emprego não implica necessariamente mudança de residência.

Assim, a reorganização na configuração da rede de municípios em São Paulo especialmente no Interior, é indicativo de uma série de mudanças ocorridas no cenário estadual, onde a dinâmica dos municípios depende muito mais das demandas advindas do dinamismo regional do que de seu tamanho populacional.

Considerando as regiões administrativas do estado de São Paulo, nota-se para o conjunto do estado, comparando-se as taxas de crescimento das sedes regionais e de seus entornos nos períodos 1970/80 e 1980/91, um decréscimo acentuado no ritmo de crescimento das sedes regionais, as quais passaram de uma taxa de 3,5 para 1,9% a.a., nos períodos mencionados, enquanto que, mesmo verificando-se um arrefecimento no ritmo de crescimento dos municípios localizados nos entornos regionais (de uma taxa de 3,5 para 2,6% a.a.) estes apresentaram crescimento mais elevado que seus núcleos (Tabela 29).

Tabela 29

Taxas de crescimento da população segundo sedes e entornos regionais⁽¹⁾ – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 1970/91

Regiões	Taxas de crescimento (%a.a.)			
	1970/80		1980/91	
	sedes	Entornos	sedes	Entornos
Estado de São Paulo	3,52	3,45	1,86	2,63
RMSP	3,49	6,34	1,16	3,20
R.A. Registro	4,88	2,57	2,06	1,81
R.A. Santos	1,89	5,87	0,25	3,45
R.A. S. José dos Campos	5,01	2,8	2,95	2,58
R.A. Sorocaba	3,46	2,53	2,76	2,59
R.A. Campinas	4,67	4,17	2,14	3,57
R.A. Ribeirão Preto	4,11	2,62	2,90	2,86
R.A. Bauru	2,92	1,36	2,62	1,44
R.A. S. José do Rio Preto	2,99	-0,65	2,86	0,55
R.A. Araçatuba	1,00	-0,51	1,65	1,33
R.A. Pres. Prudente	1,71	-1,10	1,34	-0,50
R.A. Marília	1,74	-0,78	2,11	0,68
R.A. Central	2,91	2,86	2,50	2,87
R.A. Barretos	1,05	0,89	3,58	2,70
R.A. Franca	4,21	0,01	3,80	1,42

(1) No caso das sedes regionais considerou-se não apenas a sede da região administrativa, mas também todas as sedes das regiões de governo que compõem as RA's.

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991) apud Baeninger & Cunha (1996).

As regiões localizadas na porção Leste do estado (RA de Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto) apresentaram as

diminuições mais expressivas nos ritmos de crescimento de suas sedes.²⁵ No caso do entorno regional dessas áreas, verificou-se, nos anos 80, uma continuidade da tendência a um maior crescimento, embora a taxas menores do que as da década de 70. Em alguns casos, como Santos e Campinas, o entorno registrou taxas de crescimento populacional superiores às dos núcleos.

Nas regiões de Bauru, São José do Rio Preto, Barretos, Franca e Central observa-se, em geral, ainda um crescimento maior das sedes regionais nas duas décadas – com poucas oscilações na taxa de crescimento de 1970/80 para 1980/91, embora o entorno regional dessas áreas apresente um aumento em suas taxas de crescimento de uma para outra década. Para a RA de São José do Rio Preto, o entorno passou de uma taxa negativa de $-0,65\%$ a.a., na década de 70, para uma taxa positiva de $0,55\%$ a.a., no período 1980/91. No caso da RA de Registro, observou-se um menor crescimento da sede e do entorno regional.

Para as regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, a década de 80 apontou um crescimento maior das sedes (nos casos de Araçatuba e Marília), bem como uma diminuição do crescimento negativo no entorno da RA de Presidente Prudente, com a passagem para taxas de crescimento positivas no entorno das regiões de Araçatuba e Marília. Cabe ressaltar que tais regiões diminuíram significativamente suas perdas populacionais (refletidas na recuperação das taxas de crescimento da população) sem, contudo, terem conseguido atingir um patamar de desenvolvimento urbano capaz de absorver expressivos contingentes populacionais; é mais provável que essas áreas tenham, na verdade, apenas aumentado o seu poder de retenção da população residente.

De modo geral, pode-se dizer que parte considerável desse crescimento no entorno das regiões se deveu ao próprio processo de redistribuição espacial intra e inter-regional. Esse fenômeno reflete, de um lado, a concentração demográfica e intensa urbanização em diversos subespaços e, por outro lado, a influência de tais processos na forma de estruturação da rede de cidades ao nível regional.

Assim, a classificação dos municípios segundo seu tamanho nas distintas regiões administrativas do estado de São Paulo permite verificar taxas de crescimento diferenciadas (Tabela 30).

25. É importante destacar que ao nível das regiões de governo esse fenômeno torna-se ainda mais evidente. Considerando a RG de Sorocaba, por exemplo, a sede regional cresceu a uma taxa de $3,1\%$ a.a. e entorno de $3,4\%$ a.a.

Tabela 30

Número de municípios e taxas de crescimento da população, segundo tamanho populacional⁽¹⁾ – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 1970/91

Regiões	Número de municípios	Taxas de Crescimento	
		1970/80	(%a.a.) 1980/91
R.A. Registro	12	3,01	1,86
< 20 mil	9	1,92	1,50
20-50 mil	3	4,30	2,22
R.A. Santos	8	3,94	2,19
< 20 mil	2	8,81	5,66
20-50 mil	1	6,58	4,79
50-100 mil	2	7,43	3,65
100-300 mil	2	5,04	3,04
300-500 mil	1	1,89	0,25
R.A. S. José Campos	36	3,88	2,77
< 20 mil	22	0,49	1,90
20-50 mil	6	3,40	2,95
50-100 mil	5	2,96	2,28
100-300 mil	3	5,99	3,23
R.A. Sorocaba	63	2,84	2,65
< 20 mil	44	1,34	2,15
20-50 mil	12	2,84	2,61
50-100 mil	6	3,54	2,86
100-300 mil	1	4,38	3,12
R.A. Campinas	83	4,41	2,91
< 20 mil	48	1,97	2,91
20-50 mil	20	3,84	3,15
50-100 mil	8	4,37	3,63
100-300 mil	6	5,14	2,80
300-500 mil
500-1 milhão	1	5,86	2,22
R.A. Ribeirão Preto	21	3,34	2,86
< 20 mil	17	2,13	2,78
20-50 mil	2	2,63	2,15
50-100 mil	1	5,19	3,93
100-300 mil
300-500 mil	1	4,11	2,90
R.A. Bauru	37	2,06	2,01
< 20 mil	29	0,61	0,76
20-50 mil	5	2,82	2,50
50-100 mil	2	2,07	1,87
100-300 mil	1	3,53	3,09

continua...

(continuação)

Regiões	Número de Municípios	Taxas de Crescimento (%a.a.)	
		1970/80	1980/91
R.A. São J. R. Preto	81	0,71	1,59
< 20 mil	71	-1,17	0,25
20-50 mil	7	1,32	1,58
50-100 mil	2	2,22	2,51
100-300 mil	1	4,44	3,77
R.A. Araçatuba	36	-0,03	1,44
< 20 mil	29	-1,71	0,64
20-50 mil	5	-0,38	1,12
50-100 mil	1	3,82	3,60
100-300 mil	1	1,77	1,93
R.A. Presid Prudente	46	-0,31	0,96
< 20 mil	36	-1,94	0,11
20-50 mil	9	0,31	1,40
50-100 mil
100-300 mil	1	2,62	1,74
R.A. Marília	46	0,26	1,35
< 20 mil	39	-1,15	0,36
20-50 mil	3	0,37	1,52
50-100 mil	3	1,45	1,80
100-300 mil	1	2,18	2,56
R.A. Central	23	2,88	2,70
< 20 mil	14	2,63	2,93
20-50 mil	7	2,98	2,85
50-100 mil	1	2,46	2,42
100-300 mil	3,42	2,58	
R.A. Barretos	18	0,93	2,64
< 20 mil	14	0,78	2,47
20-50 mil	3	0,99	2,89
50-100 mil	1	1,05	2,51
R.A. Franca	23	1,61	2,52
< 20 mil	17	-1,07	1,31
20-50 mil	5	1,49	1,61
50-100 mil
100-300 mil	1	4,75	4,14

(1) Fixou-se o tamanho do município segundo o volume populacional em 1980.

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Considerando as regiões administrativas com rede urbana mais adensada²⁶ verifica-se um decréscimo no ritmo de crescimento dos municípios com população superior a 50 mil habitantes, de 1970/80 para 1980/91. Nesse conjunto de áreas, as taxas de crescimento da população para a categoria de municípios menores de 20 mil habitantes registraram um ligeiro aumento, à exceção da RA de Santos, onde, de qualquer forma, este grupo de municípios apresenta um crescimento elevado. Nesses contextos regionais, torna-se fundamental considerar o novo papel dos municípios pequenos e intermediários na configuração da rede urbana da região.

Em outro grupo de RA's (Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Franca, Marília, Barretos e, mais isoladamente, Registro), embora se observe tendência a uma certa recuperação nos municípios menores de 20 mil habitantes e de 20-50 mil – com a diminuição de suas taxas negativas, principalmente nas regiões situadas no extremo oeste paulista – nota-se que estas regiões ainda se encontram em fase de estruturação de seus próprios núcleos regionais, onde os municípios de porte médio, portanto, as sedes regionais, foram responsáveis pelas maiores taxas de crescimento da população. Nesse conjunto de regiões, Bauru e São José do Rio Preto apresentam uma rede urbana mais adensada, uma vez que já nos anos 70 essas áreas e seus respectivos municípios manifestaram um novo impulso em seu processo de urbanização.

Considerando, portanto, os diferentes contextos econômico-regionais presentes no espaço urbano paulista e o atual processo de urbanização, a configuração da rede de cidades neste território vem ocorrendo de forma polarizada, onde as cidades e seus entornos estabelecem relações intra e inter-regionais.

26. Referem-se às Regiões Administrativas de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e, inclusive, a RA Central, as quais respondiam, em 1991, por 34% da população do estado e 66,5% da do interior.

Bibliografia

- BAENINGER, R. O processo de urbanização no Brasil; características e tendências. In: BOGUS, L. M. M., WANDERLEY, L. E. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil; características e tendências*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo; o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambú, 1994. *Anais...* Caxambú: ABEP, 1994.
- _____. Movimentos migratórios no contexto paulista; tendências da década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambú, 1996. *Anais...* Caxambú: ABEP, 1996.
- _____, CUNHA, J. M. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, abr./jun. 1996.
- BERCOVICH, A.M., VELLOZO, H.C. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 46, 1985.
- BERQUÓ, E. et al. *São Paulo e sua fecundidade*. São Paulo: Fundação SEADE, 1985. (Série São Paulo 80, v.1).
- CAMARANO, A.A. A hipótese de convergência dos níveis de fecundidade nas projeções populacionais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n.2, p. 18-25, abr./jun. 1996.
- CAMARGO, A.B.M., MADEIRA, F.R., CUNHA, J.M.P. A evolução da população jovem. In: O JOVEM na Grande São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 1988.
- CAMPANÁRIO, P., GODINHO, Z. Fecundidade; tendências e modelo de projeção. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, p. 26-33, abr./jun. 1996,
- _____, MAIA, P.B. *A mortalidade por causas no estado de São Paulo no período 1980/1992*. Mortalidade e sobrevivência no estado de São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 1994.

- CAMPANÁRIO, P., YAZAKI, L. Fecundidade em São Paulo e suas regiões de Governo; níveis e tendências. In: A FECUNDIDADE da mulher paulista. São Paulo, 1994. p. 11-58. (Informe Demográfico, n. 25).
- CANO, W. (Coord.). *A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação SEADE, 1988/89. 3 v. Coleção Economia Paulista).
- _____. (Coord.). *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Fundação SEADE, 1992a. 8 v.
- _____. (Coord.). *Urbanização e metropolização no estado de São Paulo; desafios da política urbana*. Campinas: UNICAMP. IE, 1992b. (Relatórios de Pesquisa).
- _____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.
- _____. et al. *Projeto: A nova realidade da indústria paulista; subsídios para a política de desenvolvimento regional do estado de São Paulo*. Campinas: Convênio FSEADE/FECAMP, 1994.
- CARVALHO, J. A. M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 2, n. 1, p. 31-73, 1985.
- _____, RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba, 1997. *Anais...* Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.
- CENTRO LATINO-AMERICANO DE DEMOGRAFIA. Dinâmica de la población de las grandes ciudades en América Latina y el Caribe. In: GRANDES ciudades de América Latina; dos capítulos. Santiago de Chile, 1994. (Documentos Docentes, Serie B, n. 98).
- COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.
- CUNHA, J. M. P. (Des)Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise? . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambú, 1996.

Anais. Caxambú: ABEP, 1996 (aprovado para publicação na Revista Brasileira de Estudos de População).

_____. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional; o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambú, 1996. *Anais.* Caxambú: ABEP, 1996.

_____. *Mobilidade populacional e expansão urbana*; o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas: UNICAMP. IFCH, 1994. (Tese, Doutorado).

_____. Impactos da migração intercensitária sobre algumas características demográficas do Estado de São Paulo (1970/80). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Olinda, 1988. *Anais.* Olinda: ABEP, 1986.

_____, RODRIGUES, I. A migração numa perspectiva regional. *São Paulo em Perspectiva*, 1987.

DEDECCA, C. S. *Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil – anos 90*. Campinas: UNICAMP. IE, 1999a.

_____. *Notas sobre a dinâmica recente do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: UNICAMP. IE, 1999b.

DE MATOS, C. Capital, población y territorio. In: SEMINÁRIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, Bariloche, Argentina, 1994. Bariloche, Argentina: Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP, maio, 1994.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia* (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG), Belo Horizonte, v. 31, n. 11, 1993.

EBANKS, E. G. Determinantes socioeconômicos de la migración interna. Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FERREIRA, C. E. C. *Tábuas abreviadas de mortalidade para o Estado de São Paulo - 1939/41, 1949/51, 1959/61, 1969/61*. São Paulo: Fundação SEADE, 1980. (Informe Demográfico, n. 4).

_____, CASTIÑEIRAS, L. L. *Novas tábuas de vida regionais para o estado de São Paulo, 1990-1992*. São Paulo: Fundação SEADE, 1996. (Mimeogr.).

- FUNDAÇÃO SEADE. Informe Demográfico. São Paulo, 1981
- _____. Informe Demográfico, n. 23. São Paulo, 1986.
- _____. *O novo retrato de São Paulo*. São Paulo, 1993.
- _____. Movimento do Registro Civil. In: A FECUNDIDADE da mulher paulista. São Paulo, 1994a. (Informe Demográfico, n. 25).
- _____. *Mortalidade e sobrevivência no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1994b. (Informe Demográfico, n. 26).
- GODINHO, R. *A esperança de vida no Estado de São Paulo, em 1989*. São Paulo: FSEADE, 1990. (Conjuntura Demográfica, n. 16/17).
- GOLDANI, A. M. *Componentes demográficos do crescimento urbano; Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1980. (Mimeogr.).
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Textos para Discussão, n. 329).
- _____. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil; determinantes e implicações*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992. (Documento de Trabalho, n. 11).
- MATOS, R. E. S. *Dinâmica migratória e desconcentração populacional na macrorregião de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. (Tese, Doutorado).
- OLIVEIRA, O., GARCIA, B. Urbanization, migration and the growth of large cities; trends and implications in some developing countries. In: POPULATION, distribution, migration and development. Washington: United Nations, 1984.
- ORTIZ, L. P. *Tendências recentes da mortalidade em São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 1988. (Informe Demográfico, n. 21).
- _____. *O aumento da sobremortalidade masculina em São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. (Conjuntura Demográfica, n. 11).
- _____, YAZAKI, L.M. *Evolução recente da mortalidade no estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 1984. (Informe Demográfico, n. 14).

- ORTIZ, L.P. *Tábuas de mortalidade para o Estado de São Paulo, 1979/81*. São Paulo: Fundação SEADE, 1984. (Informe Demográfico, n. 14).
- PANIZZI, W. Prefácio. In: GONÇALVES, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.
- PATARRA, N. L. Transição demográfica e família; notas para discussão. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 242-257, 1985.
- _____ et al. *O Censo de 1991 e a nova realidade regional de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1992. (Mimeogr.)
- _____ (Coord.). Textos NEPO; Série Migração, n. 1-5, Campinas: UNICAMP. NEPO, 1994.
- PATARRA, N. L., BAENINGER, R. Família na transição demográfica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 5, n. 2, p. 35-61, jul./dez. 1988.
- _____, _____. Movimentos migratórios; novas características, novas indagações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 3, Águas de São Pedro, 1989.
- _____, FERREIRA, C. E. de C. *Repensando a transição demográfica; formulações, críticas e perspectivas de análise*. Campinas: UNICAMP. NEPO, 1986. (Textos NEPO, n. 10).
- RICHARDSON, H. *Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SASSEN, S. *The global city*. Princeton Univ. Press, 1990.
- _____. *The mobility of labor and capital*. Cambridge Univ. Press, 1988.
- SOUZA, M. A. *A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais – Relendo (sempre) Milton Santos*”. Campinas: UNICAMP. NESUR/NEPO, mar. 1995. (Apresentado no Seminário Contexto Geral das Migrações Internacionais).
- TASCHNER, S., BÓGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira; aspectos e tendências. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 3, n. 2, 1986.
- TEUNE, H. Comparing countries; lessons learned. Comparative methodology/Edited by Else Oyen. *SAGE Studies in Internacional Sociology*, 40, 1990.

- VILLA, M., RODRÍGUEZ, J. Dinâmica sociodemográfica de las metropolis latinoamericanas. In: GRANDES ciudades de América Latina; dos capítulos. Santiago de Chile: CELADE, 1994. (Documentos Docentes, Serie B, n. 98).
- WONG, L. A diminuição dos nascimentos e a queda da fecundidade no Brasil dos anos pós-80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, Águas de São Pedro, 1986.
- YAZAKI, L. M. *Causas de morte e esperança de vida ao nascer no estado de São Paulo e Regiões, 1975-1983*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.
- ZUICHES, J. J. Residential preferences in migration theory. In: NEW direction in urban rural migration; the population turnaround in America. New York: Academic Press, 1980.

8

Análise demográfica da região Sul

Marisa Valle Magalhães¹
Maria de Lourdes Urban Kleinke¹
Marley Vanice Deschamps¹
Rosa Moura¹

Antecedentes demográficos

Evolução da população

A região Sul vem aos poucos reduzindo sua participação no total da população brasileira, atingindo 15% em 1996. Da mesma forma, o Rio Grande do Sul e o Paraná, que participam com respectivamente 41 e 38,3% no total da região, já apresentaram participações mais elevadas. Em 1960, o Rio Grande do Sul detinha quase a metade da população total e mais da metade da população urbana regional. Atualmente, esse estado segue mantendo uma predominância, porém de forma decrescente (Tabela 1).

1. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Tabela 1

Participação da população da região Sul na população do Brasil e dos estados na região, grau de urbanização e taxa anual de crescimento geométrico, nos estados e região Sul – 1960/96

Indicadores	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Gde. do Sul
Participação da população (%)				
1960	16,81	36,19	18,07	45,74
1970	17,71	42,01	17,59	40,40
1980	15,99	40,09	19,06	40,85
1991	15,07	38,18	20,52	41,30
1996	14,97	38,29	20,73	40,98
Grau de urbanização (%)				
1960	37,44	30,75	32,33	44,77
1970	44,27	36,14	42,94	53,31
1980	62,41	58,62	59,38	67,55
1991	74,12	73,36	70,64	76,56
1996	77,21	77,88	73,13	78,66
Taxa anual de crescimento geométrico (%)				
Total				
1960/1970	3,37	4,86	3,10	2,13
1970/1980	1,43	0,96	2,23	1,54
1980/1991	1,37	0,93	2,04	1,47
1991/1996	1,24	1,28	1,43	1,07
Urbana				
1960/1970	5,04	6,47	5,93	3,87
1970/1980	4,86	5,80	5,47	3,91
1980/1991	2,43	2,97	3,62	2,61
1991/1996	2,03	2,47	2,11	1,61

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996).

De 1960 para 1996, o grau de urbanização da região eleva-se de 37,4 para 77,2%, com o grande salto ocorrendo nos anos 70. Nesse período, os três estados intensificam sua urbanização partindo de diferentes graus, sendo o Rio Grande do Sul muito mais urbanizado que os demais. Empreendem uma trajetória na qual, em 1991, atingem patamares muito próximos, dobrando seu grau do início do período e passando a ter mais de 70% de sua população vivendo nas áreas urbanas. Nesta trajetória, o Paraná, por ter partido do menor grau, foi o estado que mais sofreu os impactos do processo.

O acelerado ritmo de crescimento da população urbana da região nos anos 60 e 70, de 5,0 e 4,9% a.a., respectivamente, não se manteve no decênio seguinte, declinando para 2,4% a.a. e colocando o Sul, juntamente com o

Sudeste, como as regiões brasileiras com menores taxas de crescimento. As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos movimentos migratórios, ora em direção a fronteiras agrícolas, inicialmente internas, e externas num segundo momento, ora em busca de opções no mercado de trabalho urbano. O que se tem hoje é o alcance de um patamar de maior estabilidade quanto à urbanização e ocupação do território – uma tendência que pode estar se confirmando em outras regiões brasileiras que ainda convivem com elevadas taxas de crescimento da população urbana.

As taxas de crescimento da população total mantiveram, nesse período, um padrão similar nos três estados do Sul: bem mais elevadas no urbano e com decréscimos fortes no rural, provocando perdas no total. Esse processo tem origem nos anos 60 no Rio Grande do Sul, onde ocorrem taxas de crescimento da população rural próximas a zero, tendo continuidade, na década de 70, no Paraná e em Santa Catarina. O Paraná foi o estado onde o processo foi mais extremado: assim como teve as maiores taxas de crescimento urbano e rural no início do período, apresentou as maiores perdas rurais e o maior declínio de crescimento de sua população total, com taxas que revelam uma condição de estado expulsor. Em 1991, os três estados encontram-se com um ritmo de crescimento da população urbana muito semelhante, apesar de o Rio Grande do Sul já apresentar indicativos de redução desta em alguns pequenos municípios.

Os resultados da Contagem da População de 1996 revelam que o ritmo do crescimento da região Sul e dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina permanece em declínio, com taxas de 1,2, 1,1 e 1,4% a.a., respectivamente. No Paraná, demonstram uma retomada no ritmo de crescimento da população, revertendo levemente o declínio até então observado. Sua taxa sobe para 1,3% a.a., o que pode significar que novos fatores estejam contribuindo para que o estado retenha uma parcela do crescimento vegetativo da população e até absorva novos habitantes, embora persistam os fatores de expulsão, fazendo com que ainda se constate uma emigração líquida para fora de suas fronteiras.

Assim, a região Sul passa a se posicionar sob a perspectiva de uma urbanização que se faz não somente por efeitos de uma evasão rural, mas

também por um cenário de oportunidades no mercado de trabalho urbano nem sempre compatível com a dimensão e capacitação dos fluxos de chegada. As Regiões Metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre, assim como as aglomerações de Joinville, Blumenau e Florianópolis apontam-se como lócus de novos segmentos industriais, possivelmente num movimento de distribuição que envolve áreas com maior disponibilidade de infra-estrutura econômica, representando a inclusão de espaços ao Norte, Oeste e Sul do pólo industrial paulista. Nesse processo, as possibilidades dos estados do Sul estão definidas por vantagens acumuladas com o desenvolvimento econômico recente, que consolidou uma estrutura nas principais áreas de concentração econômica e urbana.

Tais aspectos se confirmam no peso que as atividades urbanas adquirem na atração da mão-de-obra migrante, revertendo um padrão em que as oportunidades se concentravam no setor primário. Na década de 80, os maiores volumes de trocas migratórias realizam-se com a região Sudeste. Tanto com esta, quanto com as demais, há inserção da População Economicamente Ativa (PEA) migrante, principalmente, nos setores terciário e secundário. Isso representa grande mudança, considerando que o setor primário sempre foi a maior frente de ocupação da região Sul, evidenciando o aumento das oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Evolução dos componentes demográficos

De modo geral, os níveis de mortalidade da região Sul vêm apresentando queda significativa nas últimas décadas. Historicamente, os grupos infantil e infanto-juvenil são os que experimentam os maiores declínios, e os efeitos desse processo se fazem sentir numa elevação da esperança de vida tanto para homens quanto para mulheres. Considerando somente a década passada, houve um incremento em torno de seis anos na expectativa de vida da população sulina.

Observa-se também a alteração no padrão de mortalidade classificado por causas de óbito. Reduzem as mortes por doenças infecciosas e parasitárias e

aumenta o peso das causas externas, que se tornam relevantes principalmente para grupos etários de adultos jovens masculinos.

Também no que diz respeito ao comportamento reprodutivo da população do Sul, as últimas décadas presenciaram um declínio acentuado das taxas de fecundidade – numa região onde estas já eram relativamente baixas – igualmente nos meios rural e urbano. No âmbito dos estados, considerando que as taxas partiram de níveis bastante diferenciados, observa-se uma convergência da fecundidade a um nível de 2,5 filhos, em média, por mulher. As taxas brutas de natalidade diminuem de 39,6 nascimentos por mil habitantes em 1970 para 21,6 em 1991, com grande redução nos diferenciais entre o rural e o urbano. O padrão reprodutivo rejuvenesce paulatinamente, ocorrendo uma diminuição na idade média da maternidade. A faixa de população feminina compreendida entre 15 e 29 anos era a responsável, em 1970, por 56% dos nascimentos, passando a responder por 70% da fecundidade no final dos anos 80.

Esses componentes são responsáveis, em grande medida, pela redução nas taxas de crescimento populacional da região Sul, porém dividem com a dinâmica migratória as causas dessa redução, uma vez que persistem fluxos migratórios importantes com o resto do país e no interior da própria região (Tabela 2).

Tabela 2

Taxas anuais de crescimento observado, vegetativo e migratório para os estados da região Sul – 1970/91

Períodos Estados	Taxa anual de crescimento geométrico (%)		
	Observado	Vegetativo	Migratório
1970/1980			
Paraná	0,96	2,54	-1,58
Santa Catarina	2,23	2,42	-0,19
Rio Grande do Sul	1,54	2,01	-0,47
1980/1991			
Paraná	0,93	1,83	-0,90
Santa Catarina	2,04	1,76	0,28
Rio Grande do Sul	1,47	1,47	0,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); IPARDES.

No período compreendido entre as décadas de 60 e 80, um processo intenso de esgotamento da fronteira agrícola, associado à modernização das

práticas agropecuárias, deflagrou grandes alterações na dinâmica migratória da região. De receptor, o Sul passa a caracterizar-se por apresentar fluxos de expulsão, maiores que os de recepção, com vetores para os centros urbanos do Sudeste e para zonas agrícolas pioneiras do Norte e Centro-Oeste brasileiro. O elemento novo na dinâmica migratória mais recente corresponde aos fluxos de retorno, que chegam a atingir 40% e 48%, respectivamente, do total da imigração para o Paraná e Rio Grande do Sul na última década, computando apenas o movimento de retorno dos migrantes naturais dos estados.

As trocas intra-regionais no período 1981/91 apontam para movimentos de partida do Paraná e Rio Grande do Sul em direção a Santa Catarina – único estado a apresentar saldo migratório positivo. No entanto, o que vem marcando o processo migratório da região é o arrefecimento dos fluxos de longa distância em favor dos deslocamentos intra-estaduais. Os fluxos internos dos estados correspondem a 60% do movimento migratório de última etapa do Sul (Tabela 3).²

Tabela 3
Movimento migratório da região Sul – 1981/91

Migrantes por condição migratória	Número	%
Imigrantes inter-regionais ⁽¹⁾	651.162	11,3
Emigrantes inter-regionais	1.097.386	19,0
Migrantes intra-regionais/interestaduais	551.713	9,6
Migrantes intra-estaduais	3.464.623	60,1
Total ⁽²⁾	5.764.884	100,0

(1) Inclui procedência ignorada, sem especificação e de país estrangeiro.

(2) Computada apenas a migração de última etapa.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991; Tabulações especiais – IPARDES; Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR

- No presente estudo, ao se trabalhar os dados censitários de 1991 relacionados à migração, considerou-se migrante o indivíduo que residia há menos de dez anos na Unidade da Federação em que foi recenseado (no caso da migração interestadual, inter ou intra-regional), ou que residia há menos de dez anos no município em que foi recenseado (no caso da migração intra-estadual). O migrante de retorno relaciona-se ao indivíduo que, há menos de dez anos, volta a residir na UF de nascimento. Em todas essas situações, foi computada apenas a última etapa migratória dentro do período 1981/91. A população não-migrante, por sua vez, refere-se àquele conjunto de pessoas com dez anos ou mais de residência ou que nunca migrou da UF em que foi recenseado.

Constata-se que, no Paraná, 71% da população com menos de dez anos de residência no município migrou entre regiões do próprio interior do estado – a mais elevada proporção dentre os nove estados analisados³ (Tabela 4). Embora no Rio Grande do Sul esse deslocamento envolva menos de 50% da população residente há menos de dez anos no município, computando-se o conjunto dos fluxos interioranos dos dois estados verifica-se que ambos respondem por um quarto do volume correspondente de fluxos das nove UFs consideradas. Esta situação deixa claro que as regiões metropolitanas não são hegemônicas no papel de atração dos fluxos migratórios intra-estaduais.

A despeito de sua não hegemonia, as Regiões Metropolitanas constituem importantes vetores da imigração intra-estadual. O fluxo do interior para as áreas metropolitanas é maior que o inverso (14,8% no Paraná e 22,9% no Rio Grande do Sul). Apenas na Região Metropolitana de São Paulo os fluxos de saída para o interior são maiores que os de entrada (18 e 10,8%, respectivamente), sinalizando o possível esgotamento da condição de absorvedor de grandes fluxos, provavelmente em função da desconcentração da atratividade metropolitana para regiões contíguas. Internamente às regiões metropolitanas, percebe-se um movimento considerável, que pode estar sendo definido tanto pelas oportunidades diferenciadas do mercado de trabalho nos vários municípios das regiões, quanto pela segregação espacial decorrente da valorização de áreas mais próximas ao pólo metropolitano. Este movimento é mais intenso na Região Metropolitana de Porto Alegre (19,5%) que na de Curitiba (9,2%), mas seu índice é mais elevado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde atinge 49,1%.

3. Informações disponíveis apenas para os estados com Regiões Metropolitanas institucionalizadas pela Lei Federal 14/73.

Tabela 4
Movimento migratório intra-estadual de população com menos de dez anos de residência no município em que foi recenseada, segundo estados e respectivas Regiões Metropolitanas no Brasil – 1981/91

Estados	Migração intra-estadual ⁽¹⁾										
	Total		Fluxos metropolitanos				Fluxos interiores				
	Abs.	%	Intra-região		Da RM p/Interior		Para a RM		Entre regiões do interior		
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Pará	643 074	100,0	38 076	5,9	58 073	9,0	125 854	19,6	421 071	65,5	
Ceará	763 631	100,0	140 082	18,3	75 946	9,9	246 610	32,3	300 993	39,5	
Pernambuco	859 187	100,0	294 531	34,3	55 729	6,5	151 531	17,6	357 396	41,6	
Bahia	1 158 202	100,0	63 538	5,5	88 083	7,6	229 036	19,8	777 545	67,1	
Minas Gerais	1 906 767	100,0	313 416	16,4	147 080	7,7	309 554	16,2	1 136 717	59,7	
Rio de Janeiro	933 651	100,0	458 863	49,1	127 358	13,6	169 707	18,2	177 723	19,1	
São Paulo	4 024 023	100,0	923 841	23,0	723 007	18,0	433 640	10,8	1 943 535	48,2	
Paraná	1 425 360	100,0	131 481	9,2	70 491	4,9	210 850	14,8	1 012 538	71,1	
Rio Grande do Sul	1 399 429	100,0	272 239	19,5	138 074	9,9	320 608	22,9	668 508	47,7	
Total	13 113 324	100,0	2 636 067	20,1	1 483 841	11,3	2 197 390	16,8	6 796 026	51,8	

(1) Computada apenas a migração de última etapa.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico; Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

Mortalidade

A melhoria nas condições sanitárias da população, o controle mais eficaz de doenças infecciosas, a ampliação dos serviços de prevenção, entre outras medidas, fizeram com que os níveis de mortalidade da população brasileira, que até meados deste século eram desfavoráveis, se reduzissem e, é claro, com mais intensidade nas regiões onde o desenvolvimento socioeconômico foi mais acentuado, destacando-se a região Sul. As estimativas de mortalidade para a região e seus estados demonstram reduções significativas nas últimas décadas.⁴

Conforme mostram os dados da Tabela 5, a esperança de vida na região Sul e seus estados, entre 1930 e 1970, apresentou ganhos significativos que vão desde nove anos para Santa Catarina até 14 anos para o Paraná, diminuindo consideravelmente o diferencial entre esses dois estados (de 7,7 anos na década de 30 para 1,9 anos na década de 60, a favor de Santa Catarina). O diferencial entre Paraná e Rio Grande do Sul praticamente se mantém até 1970, ou seja, neste período os gaúchos apresentaram uma expectativa de vida ao nascer maior que a dos paranaenses, variando de 8,5 a sete anos.

Tabela 5
Índices de mortalidade estimados para os estados da região Sul – 1930/70

Região Sul Estados	Esperança de vida ao nascer				Mortalidade infantil (‰)			
	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70
Região Sul	49,19	52,82	60,32	60,03	131,06	116,34	86,96	88,07
Paraná	43,36	47,15	58,54	57,37	152,99	139,47	101,62	98,38
Santa Catarina	51,08	53,81	60,46	60,02	123,35	112,39	86,42	88,11
Rio Grande do Sul	51,92	57,21	65,43	64,57	119,94	99,00	67,58	70,81

Fonte: Rodrigues (1984, v.4: 1979).

Quanto aos níveis de mortalidade infantil, apesar de ainda se manterem muito elevados, houve uma redução da ordem de 33% no período 1930/70,

4. A mortalidade para a região Sul, nas décadas de 70 e 80, foi estimada por métodos indiretos (Brass e Trussell), através dos dados do Censo Demográfico (1980 e 1991), relativos a mulheres classificadas por grupos de idade, filhos nascidos vivos e filhos sobreviventes. Adotou-se como padrão de mortalidade as tábuas modelo Brasil do IBGE.

estando sempre abaixo da média brasileira, sendo que o Paraná apresentou as maiores taxas da região e o Rio Grande do Sul se destacou por possuir as menores.

As duas décadas seguintes se caracterizaram por apresentar as maiores reduções nas taxas de mortalidade infantil, principalmente a década de 80, na qual os níveis de mortalidade caem praticamente pela metade em relação aos apresentados na década anterior (Tabela 6).

Tabela 6
Índices de mortalidade estimados para os estados da região Sul – 1970/91

Região Sul Estados	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade infantil (1q ₀)		Mortalidade infanto-juvenil (1q ₄)	
	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991
Região Sul						
Homens	63,86	70,34	67,11	41,14	10,99	3,85
Mulheres	69,76	75,69	55,05	32,42	11,79	3,47
Paraná						
Homens	60,85	68,27	79,17	49,61	16,14	5,47
Mulheres	67,32	74,66	64,27	36,39	16,26	4,65
Santa Catarina						
Homens	64,07	70,70	66,26	39,58	10,67	3,71
Mulheres	69,69	76,45	55,31	29,56	11,91	2,54
Rio Gde do Sul						
Homens	67,73	72,58	51,73	31,92	5,98	2,99
Mulheres	72,90	77,64	43,14	24,48	6,98	2,11

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

A região Sul chega, ao princípio dos anos 90, com uma esperança de vida relativamente alta, quando comparada às das outras regiões do Brasil – 70,3 anos para homens e 75,7 anos para mulheres, com um diferencial de 5,4 anos a favor das mulheres.⁵

O menor ganho nesse indicador foi observado no Rio Grande do Sul, tanto para os homens quanto para as mulheres. Isto se deve ao fato de esse estado já estar situado em patamares elevados, ou seja, as mulheres gaúchas ao

5. Esses valores de esperança de vida ao nascer, no entanto, devem ser considerados com relativa cautela, uma vez que a metodologia empregada para produzi-los espelha principalmente a evolução de queda da mortalidade infantil e infanto-juvenil, sem atribuir o devido peso ao comportamento da mortalidade adulta, que vem demonstrando relativos aumentos, particularmente nos grupos etários adultos jovens.

nascidos possuem uma esperança de vida de 77,6 anos, três anos a mais que os paranaenses e 1,2 anos a mais que os catarinenses. Com relação aos homens, a esperança de vida no Rio Grande do Sul é de 72,6 anos, representando 1,9 e 4,3 anos a mais que em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente.

Dentre os três estados, o Paraná é o que apresenta a menor esperança de vida ao nascer e as maiores taxas de mortalidade, tanto infantil como infanto-juvenil, embora tenha experimentado reduções significativas na última década.

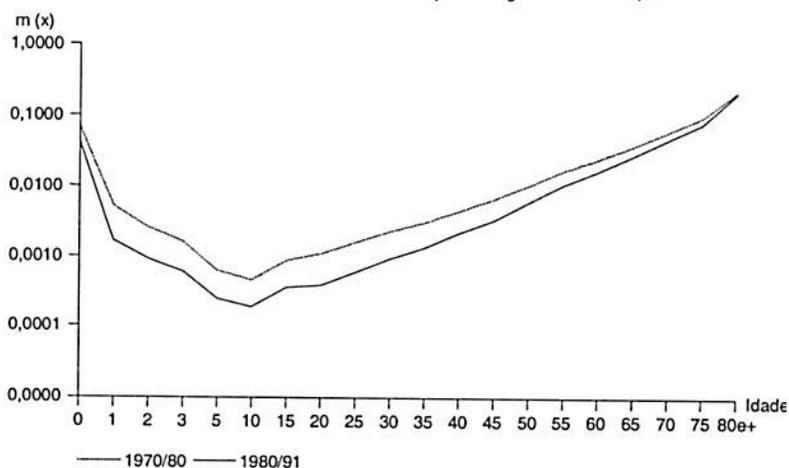
Nesse sentido, vale ressaltar que, em termos comparativos, as condições sociais das crianças de 0-6 anos no Paraná se apresentam mais desfavoráveis perante os outros estados da região. Em 1991, 87% dessas crianças viviam em domicílios cuja renda do chefe não chegava a dois salários mínimos, contra 71% em Santa Catarina e 83% no Rio Grande do Sul; 18% pertencem a famílias cujo chefe tem menos de um ano de escolaridade. Em Santa Catarina esse percentual é de 10% e no Rio Grande do Sul, 11%; 70% vivem em domicílios urbanos com esgoto sanitário inadequado e 12% em domicílios urbanos com abastecimento de água inadequado, diante de 55 e 8% em Santa Catarina, e 51 e 12% no Rio Grande do Sul (IPARDES, 1994: 68).

A mortalidade infantil, medida através da evolução do ${}_1q_0$, evidencia a relação direta entre a queda acentuada da mortalidade infantil, no período analisado, com um ganho bastante significativo na esperança de vida ao nascer. Nota-se que o Rio Grande do Sul é o estado que possui as menores probabilidades de morte em menores de um ano e as maiores esperanças de vida.

Quando comparadas as curvas das taxas de mortalidade para 1980 e 1991 entre homens e mulheres, para o total da região Sul (Gráficos 1 e 2), nota-se um comportamento semelhante quanto à sua evolução até a idade de 4 anos. No entanto, o que chama a atenção é o comportamento nitidamente diferenciado entre as idades de cinco a 44 anos, com uma redução nas taxas de mortalidade mais acentuada para mulheres que para homens. Esse comportamento é reproduzido com maior intensidade pelos estados do Paraná e Santa Catarina, que apresentam taxas de mortalidade mais elevadas que as do Rio Grande do Sul. Nota-se também que, para todas as idades ou grupos de idade, há uma sobremortalidade masculina, exceto nas idades de um a três anos para 1980, em que se observa uma taxa maior para as mulheres em todos os estados.

Gráfico 1

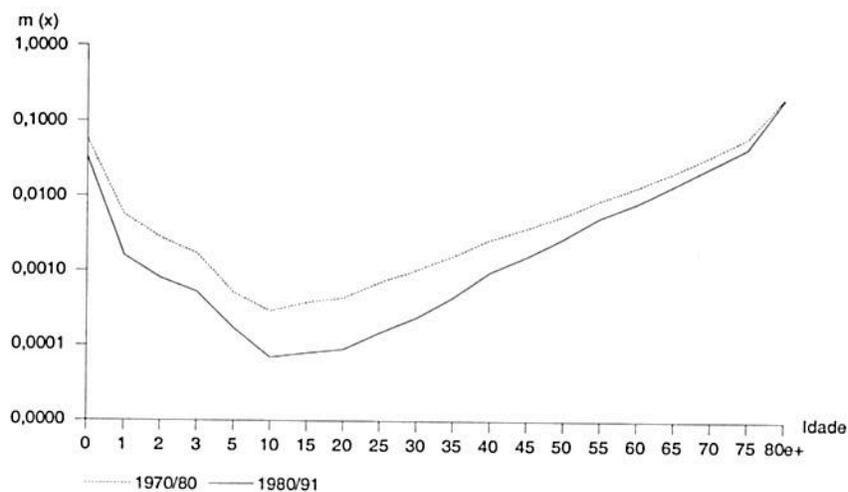
Taxas específicas de mortalidade masculina estimadas para a região Sul – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP. IE.

Gráfico 2

Taxas específicas de mortalidade feminina estimadas para a região Sul – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE. NESUR.

Até aqui foram vistos aspectos da mortalidade em geral, ou seja, os níveis, o diferencial entre os sexos e a estrutura da mortalidade. Mas só é obtido um panorama completo sobre essa variável se forem incorporadas ao estudo da mortalidade as causas que provocam esse fato. Existe uma relação estreita entre o nível de mortalidade e o comportamento das causas de morte, isto é, as mudanças ocorridas nos níveis de mortalidade estão vinculadas às mudanças observadas nos padrões das causas de morte.

As Tabelas 7 e 8 apresentam a mortalidade proporcional por causas da região Sul, para 1980 e 1991.⁶ As informações apresentadas devem ser analisadas com certa cautela, devido a problemas de sub-registro. Ainda existe um percentual relativamente alto de causas mal definidas sobre o total das mortes registradas, refletindo as dificuldades em estabelecer com clareza o diagnóstico da enfermidade que levou à morte, o que agrava ainda mais os problemas de sub-registro.

Nos três estados da região Sul, 70% a 80% dos óbitos incluídos nessa categoria ocorrem em domicílios. Contudo, no Paraná e em Santa Catarina, os maiores percentuais dos óbitos domiciliares referem-se a ocorrências sem assistência médica, refletindo problemas quanto ao acesso aos serviços. Já, para o Rio Grande do Sul, a grande maioria está incluída na categoria de ignorado quanto à assistência médica, o que implica problemas de mau preenchimento na declaração de óbitos.

Notam-se, entretanto, mudanças positivas em relação à qualidade dessas informações, refletidas na diminuição do percentual de causas mal definidas. Em 1980, para a região Sul, esse percentual era de 14,8%, caindo para 10,8% em 1991, o que significa uma diminuição de quase 30% no período. Os maiores percentuais de causas mal definidas estão em Santa Catarina (21,1% em 1980 e 16,1% em 1991) e os menores no Rio Grande do Sul (9,9% em 1980 e 7,3% em 1991), chamando a atenção para o fato de que as causas mal definidas têm um padrão diferenciado por grupos de idade, ou seja, mostram uma porcentagem superior para as pessoas maiores de 65 anos e crianças de 0-4 anos – grupos mais atingidos pela mortalidade. No grupo de 5-9 anos esse percentual era bastante elevado em 1980, reduzindo-se significativamente em

6. Ver Fundação Nacional de Saúde (1996).

1991, sendo este o grupo que apresentou a maior redução no período: aproximadamente 60% no total da região Sul.

Apesar das restrições existentes quanto à qualidade das informações, percebe-se que para os menores de um ano a principal causa de morte são as afecções originadas no período perinatal – 33,3% em 1980 e 44,1% em 1991, significando um aumento de 32% no período. O aumento relativo dessa causa é explicado pela redução significativa das mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias nessa faixa etária. As doenças do aparelho respiratório também são representativas nesse grupo, bem como para as idades entre um e quatro anos, não apresentando redução relativa no período, ao contrário, na região Sul apresentam um leve incremento. Por outro lado, se em 1980 as doenças infecciosas e parasitárias eram a principal causa de morte para as crianças de um a quatro anos do conjunto da região Sul, chama a atenção o fato de que em 1991 são as causas externas as que mais afetam esse grupo infantil nos três estados.

As mudanças no perfil das causas de mortalidade infantil – em que as evitáveis (infecciosas e parasitárias) têm redução significativa – se justificam pelo processo de urbanização e pelo fortalecimento das instituições de saúde, sobretudo no atendimento ao parto e cuidados na primeira infância. Questiona-se, entretanto, a qualidade desses serviços, tendo em vista a incidência elevada, já em 1980 e aumentando em 1991, das causas provenientes de afecções originadas no período perinatal.

Ao mesmo tempo, a relevância que as causas externas passam a ter na mortalidade de crianças pode estar refletindo mudanças nas atitudes das famílias em situações de crise, em que o agravamento das condições de emprego e da garantia da sobrevivência repercute negativamente na atenção e cuidado dispensados às crianças.

As principais causas de morte das faixas etárias mais avançadas, por sua vez, são as doenças do aparelho circulatório, cujos casos sofreram redução nessas idades; do aparelho respiratório, que sofreram um incremento; e as causadas por neoplasmas, que também apresentaram um incremento nesse período.

Tabela 7
Mortalidade proporcional segundo grupos etários e causas, na região Sul – 1980

Causas	Causas																	Total
	< 1 ano	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 E +	Total					
I. Doenças infecciosas e parasitárias	19,5	23,1	11,2	7,6	4,5	4,5	5,1	4,7	3,4	2,2	1,6	1,2	6,7					
II. Neoplasmas	0,2	3,7	9,9	9,0	6,3	6,0	9,9	16,8	21,1	18,9	13,8	8,2	11,4					
III. Glând. endócr., nutriç., metab. e transt. imunitários	6,8	9,3	2,9	1,7	1,1	1,0	1,4	1,4	1,8	2,0	1,9	1,6	2,9					
IV. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos	0,2	0,6	1,0	1,2	0,8	0,6	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3					
V. Transtornos mentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,9	0,7	0,4	0,1	0,0	0,0	0,2					
VI. Sistema nervoso e órgãos dos sentidos	2,5	5,1	6,7	6,3	4,2	2,6	1,8	1,1	0,6	0,5	0,3	0,2	1,4					
VII. Doenças do aparelho circulatório	1,0	2,5	4,7	6,8	7,4	10,3	20,5	31,1	39,0	45,3	49,3	51,0	30,5					
VIII. Doenças do aparelho respiratório	13,8	16,2	7,6	6,0	4,1	3,5	3,6	4,3	5,7	6,9	8,1	9,4	8,2					
IX. Doenças do aparelho digestivo	0,6	1,2	2,4	2,1	1,9	3,4	6,3	7,4	5,3	4,0	3,1	2,4	3,4					
X. Doenças do aparelho geniturinário	0,4	1,4	2,4	1,5	1,6	1,6	1,9	1,6	1,4	1,6	1,8	2,1	1,5					
XI. Complicações da gravidez, parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,3	1,9	2,8	2,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3					
XII. Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1					
XIII. Doenças sist. osteomolecular e tec.conjuntivo	0,0	0,1	0,3	0,5	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2					
XIV. Anomalias congênitas	7,0	3,8	2,4	2,7	1,1	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5					
XV. Algumas afecções origin.no período perinatal	33,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,2					
XVI. Sintomas, sinais e afecções mal definidas	13,8	20,6	15,2	12,3	9,1	8,6	11,4	12,4	12,4	14,1	17,4	21,5	14,8					
XVII. Causas externas	0,8	12,1	33,0	41,9	55,3	53,8	34,1	17,5	8,5	4,0	2,3	1,7	10,4					
Total	100,0																	

Nota: Dados básicos calculados a partir da média de 1979, 1980 e 1981.

Fonte dos dados brutos: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade.

Tabela 8
Mortalidade proporcional segundo grupos etários e causas, na região Sul – 1991

Causas	< 1 ano	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 E +	Total
I. Doenças infecciosas e parasitárias	12,3	16,5	6,5	4,0	2,8	3,0	3,5	3,5	2,7	2,1	1,8	1,6	3,4
II. Neoplasmas	0,3	7,2	13,8	10,9	6,1	6,0	11,6	18,4	23,3	22,0	16,4	9,7	14,9
III. Glând.endócr., nutric., metab. e transt. imunitários	3,1	5,7	1,9	1,7	1,4	3,9	4,7	3,2	3,1	3,8	3,6	2,9	3,4
IV. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos	0,2	0,6	0,9	1,0	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
V. Transtornos mentais	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,7	1,6	1,3	0,7	0,3	0,1	0,1	0,4
VI. Sistema nervoso e órgãos dos sentidos	2,1	7,3	7,9	6,9	4,0	2,3	1,8	1,1	0,7	0,5	0,5	0,4	1,1
VII. Doenças do aparelho circulatório	0,6	2,3	2,7	4,4	4,3	6,7	16,5	28,5	36,4	41,1	45,3	47,7	33,2
VIII. Doenças do aparelho respiratório	12,8	17,3	6,9	6,5	4,5	3,8	4,7	5,4	7,1	9,5	11,8	13,6	9,7
IX. Doenças do aparelho digestivo	0,4	1,3	1,5	1,5	1,2	2,6	6,8	8,2	6,2	4,6	3,9	3,3	4,3
X. Doenças do aparelho geniturinário	0,2	0,8	1,3	1,2	1,0	0,9	1,4	1,4	1,2	1,4	1,6	2,0	1,4
XI. Complicações da gravidez, parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,1	1,8	2,0	1,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
XII. Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
XIII. Doenças sist. osteomolecular e tec.conjuntivo	0,0	0,1	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
XIV. Anomalias congênitas	12,1	7,9	4,1	2,8	1,0	0,5	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1,3
XV. Algumas afecções origin.no período perinatal	44,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7
XVI. Sintomas, sinais e afecções mal definidas	9,1	11,9	6,3	6,4	5,3	5,8	7,3	8,9	9,4	10,2	12,1	16,4	10,8
XVII. Causas externas	2,7	21,1	45,8	51,9	65,4	60,9	37,6	19,2	8,8	4,1	2,5	2,0	11,8
Total	100,0												

Nota: Dados básicos calculados a partir da média de 1990, 1991 e 1992.
Fonte dos dados brutos: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade.

Nos grupos etários de jovens e adultos, o que mais chama a atenção é o incremento relativo das mortes por causas externas – que já em 1980 constituíam a principal causa das mortes nas idades de cinco a 39 anos – que afetam principalmente os homens, explicando o aumento da sobremortalidade masculina nessas idades, para a região. Conforme observação anterior, ressalta-se aqui a inclusão do grupo 1-4 anos naqueles grupos em que as causas externas são a principal causa de morte.

Fecundidade

O indicador mais adequado para medir o nível de fecundidade de uma determinada população é a Taxa de Fecundidade Total (TFT), que quantifica o número médio de filhos por mulher, durante seu período reprodutivo. A região Sul tem se caracterizado por possuir, historicamente, taxas de fecundidade total inferiores à média nacional. Esse comportamento decorre principalmente dos baixos níveis de fecundidade apresentados pelo Rio Grande do Sul, que já em 1940 registrava um número de filhos por mulher da ordem de 5,1, enquanto a média nacional era de 6,2. Santa Catarina possuía o maior nível de fecundidade, mais elevado inclusive que a média nacional. Esse quadro permaneceu praticamente constante até o início dos anos 60.

A partir de 1960, começam a surgir os primeiros sinais de queda dos níveis de fecundidade no país, observados em duas regiões brasileiras (Sul e Sudeste), ainda que de maneira discreta. Como pode ser visto na Tabela 9, durante a década de 60, a redução no nível de fecundidade da região Sul foi de 7%, ressaltando que as maiores quedas foram observadas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambas 14%), enquanto o Paraná sofreu redução de apenas 2,6%, passando assim a apresentar a maior TFT entre os três estados.⁷

As duas décadas seguintes foram marcadas por um declínio rápido e generalizado dos níveis de fecundidade, não se restringindo aos grupos sociais

7. Os níveis de fecundidade para a região Sul e seus estados foram estimados pelo método da razão P/F proposto por Brass. O Censo Demográfico (1960 a 1991) e a PNAD 95 serviram como fonte para estimar tanto o nível quanto o padrão de fecundidade da região.

urbanos das regiões mais desenvolvidas, mas atingindo igualmente as mais diversas regiões, inclusive as rurais.

Tabela 9

Taxas de fecundidade total estimadas para os estados da região Sul, segundo situação de domicílio – 1960/95

Estados	Situação de domicílio	Taxa de Fecundidade Total				
		1960	1970	1980	1991	1995
Região Sul		5,89	5,48	3,63	2,53	2,36
	Urbano		4,19	3,21	2,37	2,30
	Rural		6,83	4,55	3,09	2,60
Paraná		6,51	6,34	4,13	2,65	2,34
	Urbano		4,78	3,56	2,42	2,21
	Rural		7,51	5,23	3,46	2,95
Santa Catarina		7,30	6,28	3,82	2,59	2,44
	Urbano		5,03	3,40	2,43	2,45
	Rural		7,42	4,62	3,05	2,55
Rio Grande do Sul		5,11	4,41	3,11	2,38	2,37
	Urbano		3,56	2,87	2,30	2,34
	Rural		5,69	3,77	2,72	2,52

Fonte: Para 1960: Rodrigues (1984: 1973); IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); PNAD-IBGE (1995); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR

Entre 1970 e 1980, a Taxa de Fecundidade Total da região Sul caiu cerca de 34%, sendo observada maior redução nas áreas rurais que nas urbanas. Santa Catarina foi o estado que apresentou a maior redução (39,2%), seguido do Paraná (34,9%) e Rio Grande do Sul (29,5%). A menor variação foi verificada nas áreas urbanas do Rio Grande do Sul, explicada pelo fato de esse estado já possuir em 1970 uma das mais baixas taxas do País (3,6 filhos por mulher).

Na região Sul como um todo, essa acentuada queda na TFT acompanhou o aumento acelerado da urbanização que, embora concentrado na região Sudeste, atingiu em menor escala todos os estados do Sul.

Na década de 60 estava suficientemente claro que as áreas onde o desenvolvimento econômico (urbano e industrial) havia se consolidado e se reproduzia ampliadamente (São Paulo e Rio de Janeiro, notadamente), o comportamento da fecundidade induzia a um padrão de diminuição do número de filhos por mulher. Do mesmo modo, os diferenciais entre a fecundidade urbana e rural eram bastante significativos em todas as regiões, indicando que o crescimento

urbano seria, por si só, um fator que estimularia o declínio geral da fecundidade (Oliveira citado por Rodrigues, 1984, v. 4: 1972-73).

O fato de as taxas de fecundidade rural apresentarem uma redução mais acentuada que as urbanas certamente está condicionado às características do processo migratório verificado na região, naquela década. O Sul como um todo, particularmente o Paraná, expulsou significativos contingentes de população (em grande parte originária do meio rural) para outras áreas do País e para o meio urbano da região. A maior parte dessa população rural apresentava, em média, níveis mais elevados de fecundidade que o restante da população residente.

Assim, grosso modo, dois efeitos se fizeram sentir: por um lado, há uma interferência direta nos níveis e padrões da fecundidade rural, uma vez que emigram proporcionalmente mais pessoas nas faixas etárias adultas jovens, detentoras de maior poder reprodutivo; por outro, a população expulsa do campo que se fixou nos centros urbanos da própria região Sul levou consigo esse potencial reprodutivo mais elevado, contribuindo, ao menos num primeiro momento, para arrefecer trajetórias de queda de fecundidade no meio urbano.

As reduções nos níveis de fecundidade da região continuaram aceleradas entre 1980 e 1991, sendo que o Paraná apresentou a maior redução (35,8%), seguido de Santa Catarina (32,2%) e Rio Grande do Sul (23,5%). Se até os anos 80 os níveis de fecundidade nos três estados eram bastante diferenciados, em 1991 convergem para pontos muito próximos: Paraná com TFT de 2,7 filhos por mulher, Santa Catarina com 2,6 e Rio Grande do Sul com 2,4 (Gráfico 3).

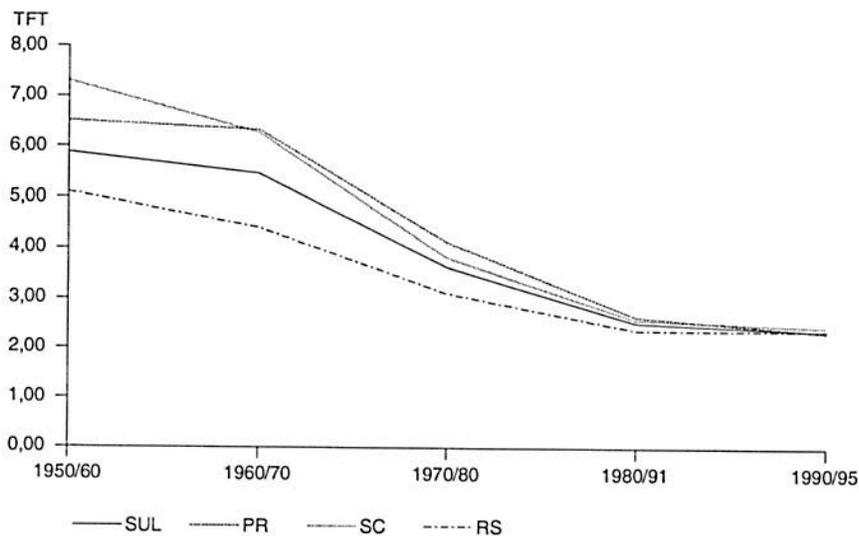
Segundo a PNAD de 1995,⁸ há indicação de que a fecundidade da região Sul continua em declínio, apontando 2,4 filhos por mulher. Isso significa que entre 1970 e 1995 houve uma redução de 3,1 filhos por mulher na região como um todo. A continuidade dessa queda também está corroborada nos dados apresentados pela BEMFAM de 1996,⁹ nos quais foi constatada uma redução de 9,1% em relação a 1991, ou seja, apresenta uma taxa de fecundidade total de 2,3 filhos para a região Sul.

8. Tenha-se em conta, porém, que existem limitações quando da utilização desses dados em nível mais desagregado, onde erros amostrais podem incidir com maior intensidade.

9. Ver Sociedade... (1996).

Gráfico 3

Taxas de fecundidade total estimadas para a região Sul e estados – 1950/95



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR

O declínio da fecundidade está associado a uma série de fatores que constituem um processo definitivo e irreversível, um deles relacionado à escolha do método anticonceptivo a ser adotado. Segundo os dados da BEMFAM, no Brasil em 1986, 66% das mulheres casadas ou em união consensual com idade entre 15 e 44 anos adotavam algum método anticoncepcional, sendo que, do total dessas mulheres, 41% recorreram à esterilização (método irreversível) e 38% tomavam pílula. Os dados desta mesma pesquisa para 1996 confirmam essa prática anticonceptiva, na medida que apontam para um aumento na proporção de usuárias de algum método anticonceptivo (77%), assinalando que a esterilização feminina responde por cerca de 52% do total dos métodos utilizados e a pílula, por 27%. Na região Sul, em 1996, 80% dessas mulheres utilizavam algum método anticonceptivo, correspondendo a um dos percentuais mais altos do país, perdendo somente para a região Centro-Oeste e Rio de Janeiro. No entanto, chama a atenção o fato de que na região Sul foi observado o menor percentual de esterilização feminina

(36%) e o mais alto no uso de pílulas (42%) em relação às outras regiões do país.

Quanto ao padrão de fecundidade, também notam-se mudanças significativas, observadas através das Taxas Específicas de Fecundidade por Idade, conforme demonstram os Gráficos 4 a 7. Em 1970, prevaleceu na região Sul o modelo de fecundidade tardia – exceto para o Paraná, que apresentava uma fecundidade dilatada, isto é, com o máximo da curva situando-se nos grupos etários de 20-24 e 25-29 anos, mas já com tendências a um padrão jovem. Esse tipo de fecundidade na região foi impulsionado pelo padrão observado nas zonas rurais dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois o padrão observado nas zonas urbanas, apesar de ser de fecundidade tardia, apresentava um suavizamento, tendendo à fecundidade dilatada.

Em 1980, o padrão dominante na região passou a ser de fecundidade dilatada já tendendo para um padrão jovem. Somente no Rio Grande do Sul ainda prevalecia o padrão de fecundidade tardia. Todos os estados do Sul chegam aos anos 90 com um padrão bem definido e com tendências semelhantes, ou seja, uma fecundidade jovem, estando o ápice da curva situado no grupo de 20-24 anos.

Assim, o padrão de fecundidade da região Sul está definido por uma tendência ao rejuvenescimento durante essas três décadas. As mulheres nas faixas etárias de 15 a 29 anos, em 1970, eram responsáveis por pouco mais da metade da fecundidade na região Sul (56%). Em 1980, passam para 62%, chegando a representar aproximadamente 70% da fecundidade em 1991. Tal situação indica que as mulheres vêm interrompendo seu ciclo reprodutivo cada vez mais cedo. Nesse sentido, observa-se que as maiores reduções nas taxas específicas de fecundidade se dão nos grupos etários situados entre 30 e 49 anos (Tabela 10).

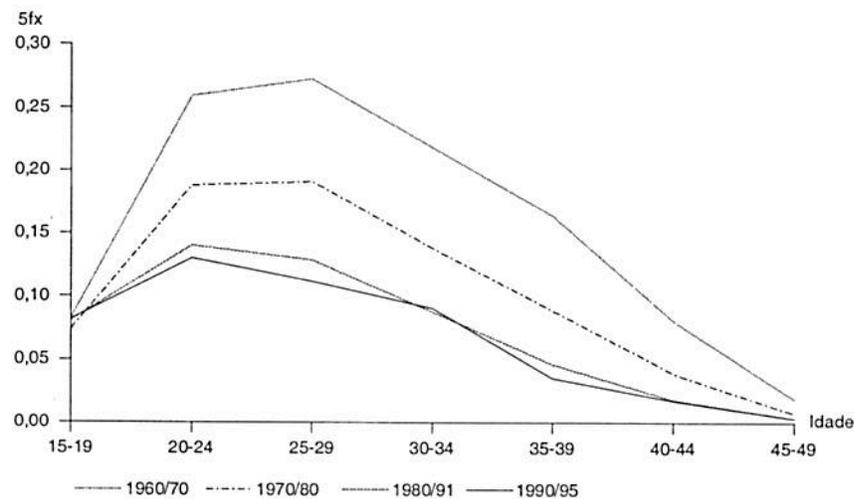
Na verdade, a região Sul reproduz o que vem acontecendo em nível nacional, em que há inclusive um peso cada vez maior da fecundidade entre as adolescentes (15-19 anos), característica mais acentuada nas zonas urbanas. Segundo levantamento do Ministério da Saúde sobre a gravidez na adolescência, o percentual de partos em relação ao total de procedimentos do SUS com adolescentes (10-19 anos) tem aumentado significativamente no país.

As mudanças no nível de fecundidade, representadas por uma queda acentuada, se refletem também na Taxa Bruta de Natalidade (TBN). Os níveis de fecundidade decrescentes passaram a produzir, a cada ano, um número de nascimentos relativamente menor, diminuindo o ritmo de crescimento populacional e apresentando taxas brutas de natalidade cada vez menores (Tabela 11).

Verifica-se na região uma queda acentuada na TBN, passando de 39,6 nascimentos por mil habitantes em 1970, para 29,5 em 1980, atingindo em 1991 uma taxa de 21,6. Na década de 70, as maiores reduções ocorreram em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na década seguinte, a maior redução aconteceu no Paraná, ainda que seja o estado da região com a maior TBN (23,5), influenciada principalmente pelas alterações ocorridas no padrão reprodutivo da população rural. Os diferenciais rural-urbano, que em 1970 eram bastante significativos na região, praticamente inexistem nos anos 90.

Gráfico 4

Taxas específicas de fecundidade total estimadas para a região Sul – 1960/95



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico(1970, 1980 e 1991); PNAD (1995); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

Tabela 10
Taxas específicas de fecundidade estimadas para a região sul, segundo situação de domicílio e grupos etários – 1970/95

Grupos etários	Total											
	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995	1970	1980	1991	1995
15-19	0,0822	0,0737	0,0807	0,0817	0,0675	0,0688	0,0799	0,0793	0,0957	0,0833	0,0832	0,0911
20-24	0,2593	0,1880	0,1403	0,1306	0,2138	0,1699	0,1314	0,1241	0,3064	0,2277	0,1706	0,1551
25-29	0,2726	0,1910	0,1287	0,1120	0,2229	0,1765	0,1218	0,1114	0,3272	0,2244	0,1532	0,1163
30-34	0,2184	0,1382	0,0876	0,0903	0,1616	0,1231	0,0816	0,0948	0,2781	0,1725	0,1100	0,0742
35-39	0,1640	0,0888	0,0466	0,0360	0,1116	0,0717	0,0413	0,0328	0,2182	0,1258	0,0661	0,0498
40-44	0,0806	0,0395	0,0186	0,0180	0,0489	0,0279	0,0154	0,0157	0,1142	0,0638	0,0299	0,0265
45-49	0,0193	0,0076	0,0035	0,0034	0,0120	0,0053	0,0029	0,0024	0,0269	0,0123	0,0055	0,0068

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico; PNAD; Tabulações especiais – UNICAMP/IE-MESUR

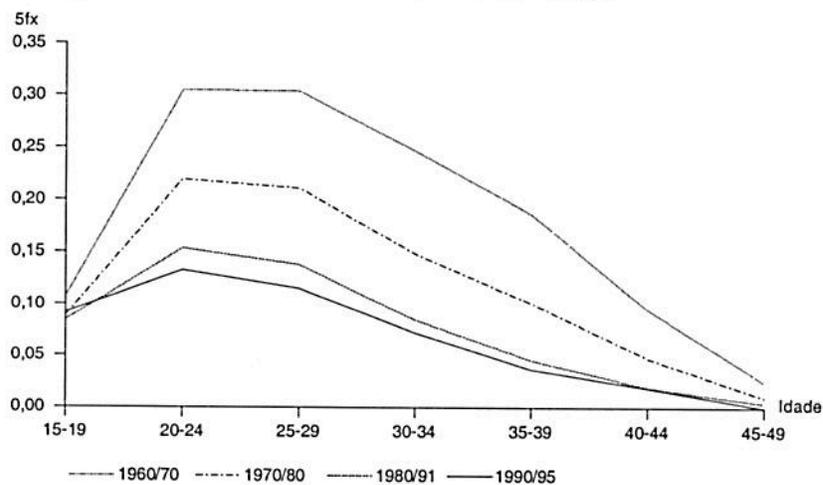
Tabela 11
Taxas brutas de natalidade estimadas para os estados da região Sul, segundo situação de domicílio – 1970/95

Região Sul Estados	Taxas brutas de natalidade (por 1.000)											
	1970						1991					
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Região Sul	34,05	42,37	39,61	28,48	31,64	29,54	21,05	23,28	21,59	20,09	19,76	20,01
Paraná	38,17	45,96	43,44	31,08	35,59	32,71	22,41	26,83	23,50	19,46	21,56	19,92
Santa Catarina	38,14	44,22	41,62	29,71	31,81	30,47	21,61	23,21	22,05	21,00	18,87	20,39
Rio Grande do Sul	29,71	36,28	34,75	25,77	26,60	26,01	19,60	19,60	19,59	20,24	18,67	19,91

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico; PNAD.

Gráfico 5

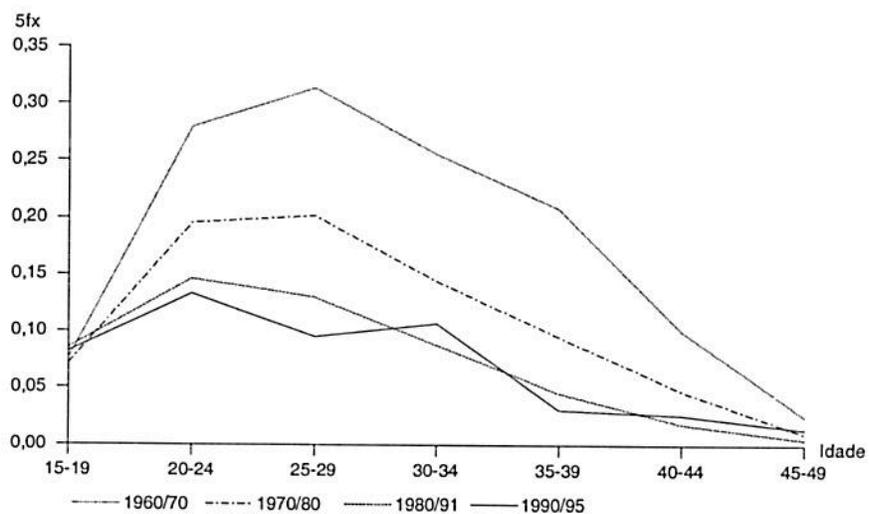
Taxas específicas de fecundidade total estimadas para o Paraná – 1960/95



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); PNAD (1995); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

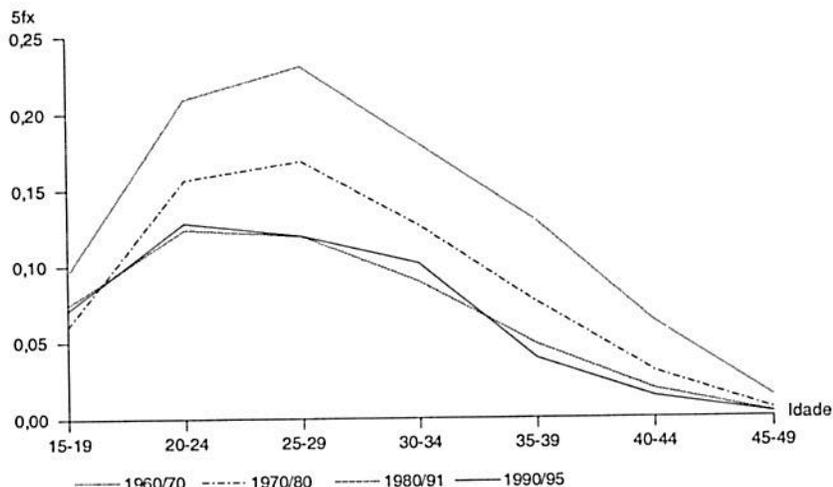
Gráfico 6

Taxas específicas de fecundidade total estimadas para Santa Catarina – 1960/95



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); PNAD (1995); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

Gráfico 7
Taxas específicas de fecundidade total estimadas para o Rio Grande do Sul – 1960/95



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); PNAD (1995); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

Migração

Trocas migratórias inter-regionais

No transcorrer das últimas cinco décadas, os estados componentes da região Sul tiveram sua dinâmica populacional estreitamente condicionada pelos movimentos migratórios. Refletindo as diversas fases de transformação da estrutura produtiva regional no contexto da integração econômica em nível nacional, esses movimentos imprimiram ritmos diferenciados de crescimento demográfico à região ao longo do tempo, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora provocando a reversão de tendências.

Assim, durante praticamente 30 anos (entre 1940 e 1970), o Sul apresentou taxas de crescimento superiores às das demais regiões e à média brasileira, exceção feita ao comportamento do Centro-Oeste. Nesse período, assistiu-se ao acelerado processo de expansão e consolidação da fronteira

agrícola em extensas áreas dos estados do Sul, sendo que este movimento foi mais intenso e perdurou por mais tempo no Paraná. Em decorrência da abertura de novos espaços produtivos para a atividade agrícola, expressivos fluxos migratórios, provenientes de diversas áreas do País, foram atraídos para a região.

É bem verdade que o ciclo de ocupação da fronteira agrícola sulina desenvolveu-se segundo ritmos e padrões diferenciados de tempo e espaço no interior da região, esgotando-se inicialmente no Rio Grande do Sul e só mais tarde em Santa Catarina e no Paraná. Assim, o povoamento deste estado, realizado em parte por paulistas, mineiros e nordestinos, deveu-se também à participação de imigrantes gaúchos e catarinenses. Com isso, em 1960 cerca de 40% da população residente no estado era não-natural (Tabela 12).

A década de 70 representou um ponto de inflexão significativo nessas tendências. O fim do ciclo de incorporação extensiva de áreas agricultáveis no Sul, observado já ao final dos anos 60 – em paralelo ao advento das profundas transformações modernizantes da estrutura produtiva agrícola, viabilizadas no contexto do pacote tecnológico da “revolução verde” –, detonou um intenso processo de esvaziamento das áreas rurais dos estados do Sul, fazendo com que, de receptora, a região passasse a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país. Intensas correntes migratórias deslocaram-se com destino às áreas urbanas da própria região, bem como em direção aos centros urbanos do Sudeste e às zonas agrícolas pioneiras do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. O Paraná, que havia experimentado as mais altas taxas de incremento demográfico no período anterior, foi o estado que contribuiu com a maior parcela de emigrantes do Sul nos anos 70, destacando-se como a UF de menor crescimento populacional do país.

Tabela 12

Proporção da população não-natural da UF em que foi recenseada em relação à população total, nos estados da região Sul – 1960/91

Estados	1960	1970	1980	1991
Paraná	39,3	35,6	27,1	21,4
Santa Catarina	10,7	10,7	11,8	12,2
Rio Grande do Sul	1,4	1,5	2,6	3,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991).

Os anos 80 testemunharam a continuidade desse processo. Pela segunda década consecutiva, a região Sul, em particular o Paraná, apresentou as menores taxas de incremento demográfico, reafirmando seu caráter expulsor de população. De fato, as evidências disponíveis, pelo menos no que diz respeito à realidade paranaense, apontam para o prosseguimento da modernização das práticas agrícolas, da concentração fundiária e da exclusão social. Apesar da capacidade demonstrada pelos centros urbanos da região em reter parcelas significativas do êxodo rural e das perdas sofridas pelas pequenas cidades, permanece a tendência ao saldo migratório negativo¹⁰ (Tabela 13).

Tabela 13

Saldos migratórios e taxas líquidas de migração estimados para os estados da região Sul – 1970/91

Região Sul Estados	Saldo migratório		Taxa líquida de migração (%)	
	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991
Região Sul	-1.693.751	-703.521	-8,9	-7,7
Paraná	-1.275.116	-863.373	-16,7	-10,2
Santa Catarina	-56.792	145.560	-1,6	3,2
Rio Grande do Sul	-36.843	14.292	-4,7	0,2

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991).

É digna de nota a participação do Paraná nesse processo, principalmente tendo-se em conta que, no segundo período, os dois estados vizinhos apresentaram saldos positivos, ainda que o do Rio Grande do Sul fosse praticamente insignificante. Santa Catarina inverte sua tendência expulsora de forma expressiva, embora a taxa líquida de migração do período 1980/91 seja bastante pequena, indicando pouca representatividade do processo migratório interestadual da década na população residente no estado no fim do período.

Os dados censitários de 1991, através dos quesitos que investigam diretamente o local habitado pelo indivíduo em épocas pretéritas, permitem a

10. As estimativas apresentadas na Tabela 13 foram obtidas através de mensuração indireta, comparando-se a população "esperada" ao final do período censitário, na suposição de população fechada à migração, com a população realmente observada através da enumeração censitária. A população esperada foi obtida aplicando-se à população do primeiro censo a taxa estimada de crescimento vegetativo, definida a partir das funções de fecundidade e mortalidade estimadas para o período. Estabelecidos os dois parâmetros de comparação, a migração foi estimada por resíduo. A taxa líquida de migração, por seu turno, foi estimada através do quociente entre o saldo migratório e a população observada no segundo censo. Conforme Carvalho (1981: 533-577).

mensuração das trocas líquidas verificadas entre as UFs do País nos dez anos anteriores, ainda que sejam computados apenas os deslocamentos de última etapa (Tabela 14).¹¹ Esses montantes diferem, no entanto, dos saldos migratórios obtidos através de mensuração indireta, uma vez que representam apenas o efeito direto dos movimentos ocorridos nos últimos dez anos, particularmente os de última etapa, não incorporando o efeito indireto da migração. Este é dado pela diferença entre os filhos de imigrantes do período analisado, que nasceram na UF de residência em que foram recenseados, e os filhos de emigrantes que nasceram no lugar de destino, não tendo os primeiros emigrado da região, nem os últimos retornado à região analisada, e todos sobrevivendo até o segundo censo (Carvalho, 1981: 543-544).

Além disso, a mensuração censitária dos deslocamentos migratórios não incorpora a contabilidade dos emigrantes com destino ao exterior. Apesar de existirem informações sobre saída de população de algumas áreas do Sul em direção a países asiáticos ou da América do Norte, esses fluxos não devem pesar significativamente no cômputo geral do movimento migratório.

Tabela 14

Número de imigrantes, emigrantes e trocas líquidas migratórias, nos estados da região Sul 1981/91

Região Sul – Estados	Imigrantes ⁽¹⁾	Emigrantes	Trocas líquidas
Região Sul	1.202.876	1.649.099	-446.223
Paraná	620.558	1.081.534	-460.976
Santa Catarina	334.428	271.442	62.986
Rio Grande do Sul	247.890	296.123	-48.233

Nota: Movimento migratório de pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

(1) Inclui procedência ignorada, sem especificação e de país estrangeiro.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais - UNICAMP/IE-NESUR.

É importante destacar, ainda, a questão dos fluxos de migração de retorno de pessoas que emigraram e retornaram no transcorrer da década. Esses fluxos estão contemplados nos dados censitários sobre imigração e, portanto, interferem no balanço migratório calculado por método direto, o que não ocorre no saldo migratório estimado pela técnica indireta. No caso do Paraná, por exemplo, os

11. Idem às informações contidas na Nota 2.

dados sobre migração de retorno somente de naturais, nos anos 80, representam 40% do total da imigração da década; no caso do Rio Grande do Sul, esse percentual eleva-se a 48%. Considerando que uma parcela possivelmente significativa da migração de retorno, principalmente para o Paraná, deva ser constituída de população não-natural desta UF, é razoável afirmar que os percentuais citados são mais elevados ainda. Embora não seja possível isolar, do conjunto dos imigrantes de retorno, o segmento que emigrou e retornou dentro do período 1981/91, esse contingente está contabilizado na mensuração censitária dos imigrantes, mas não é contemplado quando se utiliza o método indireto. Esse raciocínio, para o caso da região Sul, eminentemente expulsora de população, é importante para a compreensão dos diferenciais entre os montantes de movimento migratório alcançados através de ambos os caminhos.

Entretanto, a despeito das diferenças numéricas encontradas, os resultados censitários deixam patente a magnitude da evasão populacional da região, condicionada pela dinâmica de expulsão do Paraná. Além disso, os dados das Tabelas 15 e 16 evidenciam que as principais áreas de destino continuam a ser o Sudeste e o Centro-Oeste, representando 53 e 31%, respectivamente, do total de emigrantes da região no período.

Tabela 15

Movimento migratório da região Sul em relação às demais regiões do Brasil, segundo condição migratória, 1981/91

Condição migratória	Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste		Total da região Sul ⁽¹⁾	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Emigrantes (A)	149 658	13,6	35 661	3,2	577.907	52,7	334 163	30,5	1.097.389	100,0
Emigrantes de retorno (B)	4 607	3,2	11 789	8,2	111 444	78,0	15 069	10,6	142.909	100,0
B/A	-	3,1	-	33,1	-	19,3	-	4,5	-	13,0
Imigrantes ⁽²⁾ (C)	51 233	8,5	44 109	7,4	370 879	61,8	134 026	22,3	600.247	100,0
Imigrantes de retorno ⁽²⁾ (D)	29 704	11,0	13 206	4,9	148 526	54,9	79 182	29,2	270.618	100,0
D/C	-	58,0	-	29,9	-	40,0	-	59,1	-	45,1

Nota: Movimento migratório de pessoas que residiam há menos de dez anos na UF de residência no ano censitário. Computada apenas a migração de última etapa.

(1) Exclui trocas migratórias entre UFs do Sul.

(2) Exclui procedência ignorada, sem especificação e de país estrangeiro

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR..

Tabela 16
Emigrantes e imigrantes dos estados da região Sul, segundo regiões de destino e de procedência – 1981/91

Estados	Região Norte				Região Nordeste			
	Emigrantes		Imigrantes ⁽¹⁾		Emigrantes		Imigrantes ⁽¹⁾	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná	125 661	84,0	37 504	73,2	17 281	48,5	24 041	54,5
Santa Catarina	9 902	6,6	5 750	11,2	4 432	12,4	6 787	15,4
Rio Grande do Sul	14 093	9,4	7 979	15,6	13 948	39,1	13 281	30,1
Região Sul ⁽²⁾	149 656	100,0	51 233	100,0	35 661	100,0	44 109	100,0

Estados	Região Sudeste				Região Centro-Oeste			
	Emigrantes		Imigrantes ⁽¹⁾		Emigrantes		Imigrantes ⁽¹⁾	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Paraná	489 500	84,7	266 366	71,8	241 231	72,2	96 566	72,1
Santa Catarina	33 204	5,7	54 125	14,6	36 481	10,9	12 773	9,5
Rio Grande do Sul	55 204	9,6	50 388	13,6	56 450	16,9	24 687	18,4
Região Sul ⁽²⁾	577 908	100,0	370 879	100,0	334 162	100,0	134 026	100,0

Nota: Movimento migratório de pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

(1) Exclui procedência ignorada, sem especificação e de país estrangeiro.

(2) Exclui trocas migratórias entre UFs do Sul.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

Mais uma vez o estado de São Paulo constituiu o principal centro de destino dos emigrantes que se dirigiram ao Sudeste (85%). Também no que diz respeito à emigração para o Centro-Oeste e Norte, repete-se nos anos 80 a grande concentração espacial dos fluxos verificada na década de 70. Quanto aos deslocamentos de população procedentes do Sul, no último período, 90% daqueles dirigidos ao Centro-Oeste se concentraram nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e cerca de 70% dos fluxos em direção ao Norte localizaram-se em sua última etapa em Rondônia.

As mesmas regiões que têm constituído as principais áreas de destino dos emigrantes sulinos forneceram os fluxos imigratórios mais significativos da década de 80, indicando nitidamente processos de migração de retorno. As maiores proporções dessa categoria de imigrantes para o Sul procederam do Sudeste, Centro-Oeste e, em menor proporção, do Norte, mais especificamente de Rondônia.

A análise da imigração, distribuída segundo condição de naturalidade para cada estado (Tabela 17), revela que mais da metade (58%) do conjunto de

imigrantes dos anos 80 que, em sua última etapa, se destinou ao Rio Grande do Sul, é constituída de gaúchos retornando ao estado. Dos deslocamentos procedentes do Sudeste, apenas para o Rio Grande do Sul prevalece a migração de retorno de naturais; o mesmo ocorre nos movimentos oriundos da região Norte e do Centro-Oeste em direção ao Paraná e Rio Grande do Sul. No entanto, no que diz respeito a essa categoria, é preciso ter-se em conta que uma parcela provavelmente considerável dos fluxos imigratórios de não-naturais também constitui movimento de retorno, uma vez que o Paraná, por exemplo, forneceu grandes contingentes de gaúchos e catarinenses para as áreas pioneiras do Norte e Centro-Oeste do país, muitos dos quais devem ter retornado ao estado de origem, não necessariamente à UF de nascimento.

Tabela 17

Proporção de imigrantes dos estados da região Sul não-naturais da UF em que foram recenseados e naturais que realizaram migração de retorno, segundo regiões de procedência – 1981/91

Regiões	Paraná			Santa Catarina		
	Não-naturais da UF	Naturais de retorno	Total	Não-naturais da UF	Naturais de retorno	Total
Norte	42,3	57,7	100,0	58,8	41,2	100,0
Nordeste	76,3	23,7	100,0	76,7	23,3	100,0
Sudeste	60,1	39,9	100,0	69,5	30,5	100,0
Centro-Oeste	42,6	57,4	100,0	55,7	44,3	100,0
Total	55,4	44,6	100,0	67,1	32,9	100,0

Regiões	Rio Grande do Sul			Região Sul		
	Não-naturais da UF	Naturais de retorno	Total	Não-naturais da UF	Naturais de retorno	Total
Norte	28,7	71,3	100,0	42,0	58,0	100,0
Nordeste	55,4	44,6	100,0	70,1	29,9	100,0
Sudeste	49,0	51,0	100,0	60,0	40,0	100,0
Centro-Oeste	26,7	73,3	100,0	40,9	59,1	100,0
Total	42,5	57,5	100,0	54,9	45,1	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações Especiais – UNICAMP/IE – NESUR.

É interessante observar que esse processo de retorno também transparece nos dados de emigrantes do Sul, segundo regiões de destino (ver Tabela 16). O Nordeste e o Sudeste, que haviam fornecido grandes levas de migrantes notadamente para o Paraná na época do povoamento da região,

apresentaram proporções mais elevadas de naturais de retorno no conjunto dos emigrantes sulinos dos anos 80 que para lá se dirigiram.

Em suma, no contexto da região Sul, Paraná e Santa Catarina apresentam as maiores proporções de migrantes recentes (população residindo há menos de dez anos na UF), em comparação ao Rio Grande do Sul, o que demonstra a relativa contemporaneidade do processo migratório interestadual naqueles dois estados, principalmente no Paraná, que concentrou mais de 50% dos imigrantes da década na região.

Trocas migratórias entre os estados do Sul e migração intra-estadual

Santa Catarina foi o único estado da região Sul a experimentar saldo migratório expressivamente positivo (ver Tabela 13). No entanto, a avaliação dos dados censitários demonstra que os principais responsáveis por essa dinâmica foram o Paraná e o Rio Grande do Sul (Tabela 18), uma vez que, nas trocas com as demais regiões brasileiras, a UF catarinense apresentou resultado negativo. Em meados dos anos 80, já havia indicações de fluxos significativos de população partindo de áreas do Centro-Sul paranaense em direção aos centros industrializados do Norte de Santa Catarina (áreas polarizadas por Joinville e Blumenau). O saldo migratório do Rio Grande do Sul, por sua vez, embora positivo, aproxima-se de zero. No balanço das trocas líquidas, no entanto, esse estado permaneceu expulsor de população, tanto para as UFs vizinhas quanto para o resto do país, ainda que certamente num volume bem inferior ao de épocas anteriores.

Tabela 18
Trocas migratórias entre os estados da região Sul – 1981/91

UF anterior	UF atual			Total
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	
Paraná	-	153.243	54.618	207.861
Santa Catarina	104.421	-	83.003	187.424
Rio Grande do Sul	59.191	97.237	-	156.428
Total	163.612	250.480	137.621	551.713

Nota: Movimento migratório de pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

À medida que os deslocamentos inter-regionais de longa distância arrefecem o ritmo e a intensidade, crescem de importância relativa os fluxos internos, ou intra-estaduais. O dimensionamento dessa tendência necessitaria ser feito à luz de um quadro comparativo entre os dados referentes à década de 70 e os da década de 80, o que infelizmente ainda não se conseguiu. Entretanto, a simples observação dos dados relativos à população paranaense e gaúcha – que declarou em 1991 estar residindo há menos de dez anos no município onde foi recenseada e ter realizado migração intra-estadual no período 1981/91 – permite uma avaliação desse processo, ainda que se esteja mensurando apenas a migração de última etapa (Tabela 19).

Levando-se em conta o total da mobilidade intra-estadual de última etapa, verificada nos nove estados brasileiros que contam com regiões metropolitanas, 22% dos deslocamentos ocorreram no Paraná e Rio Grande do Sul, em conjunto. Em ambos os estados observa-se a predominância dos deslocamentos com origem no interior da UF. O Rio Grande do Sul, contudo, quando comparado ao Paraná, revela uma mobilidade significativamente maior da área metropolitana, já que cerca de 30% do total de deslocamentos de última etapa ocorreram a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre, em direção a ela mesma, às suas aglomerações adjacentes ou a outras áreas interioranas, ao passo que apenas 14% do movimento correspondente envolveu a Região Metropolitana de Curitiba (ver Tabela 4).

Outro aspecto interessante refere-se à maior proporção dos deslocamentos intra-estaduais intra-regionais, tanto no que diz respeito às áreas metropolitanas quanto às regiões interioranas, no Sul. Em outras palavras, as trocas entre essas duas instâncias espaciais, em cada uma das UFs, têm um peso relativo menor que os movimentos internos às áreas em questão. Este fato, no entanto, não deve mascarar a importância numérica dos contingentes populacionais que afluem às áreas metropolitanas dos dois estados sulinos nos anos 80, contribuindo para o adensamento populacional dessas regiões metropolitanas e para o aumento de seu poder de concentração demográfica.

Tabela 19
Movimento migratório intra-estadual de população com menos de dez anos de residência no município em que foi recenseada, segundo estados e respectivas Regiões Metropolitanas, no Brasil – 1981/91

Estados	Migração intra-estadual ⁽¹⁾										Total (C)	
	Intra-regional (A)			Fluxos Inter-Regionais (B)				Total			Abs.	%
	Região Metropolitana	Interior do estado	Total	RM -> Interior do estado	Interior do estado -> RM	Total	A/C	B/C	Total			
Pará	8,3	91,7	100,0	31,6	68,4	100,0	71,4	28,6	100,0	643 074	4,9	
Ceará	31,8	68,2	100,0	23,5	76,5	100,0	57,8	42,2	100,0	763 631	5,8	
Pernambuco	45,2	54,8	100,0	26,9	73,1	100,0	75,9	24,1	100,0	859 187	6,6	
Bahia	7,6	92,4	100,0	27,8	72,2	100,0	72,6	27,4	100,0	1 158 202	8,8	
Minas Gerais	21,6	78,4	100,0	32,2	67,8	100,0	76,1	23,9	100,0	1 906 767	14,5	
Rio de Janeiro	72,1	27,9	100,0	42,9	57,1	100,0	68,2	31,8	100,0	933 651	7,1	
São Paulo	32,2	67,8	100,0	62,5	37,5	100,0	71,3	28,7	100,0	4 024 023	30,7	
Paraná	11,5	88,5	100,0	25,1	74,9	100,0	80,3	19,7	100,0	1 425 360	10,9	
Rio Grande do Sul	28,9	71,1	100,0	30,1	69,9	100,0	67,2	32,8	100,0	1 399 429	10,7	
Total	13 113 324	100,0	

(1) Computada apenas a migração de última etapa.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

A migração intramunicipal, envolvendo troca de situação de domicílio (rural/urbana, urbana/rural), também constitui forte indicativo da mobilidade intra-estadual. Apesar da firme tendência à urbanização nos três estados da região Sul, não se deve desprezar o volume de pessoas que opta pela troca de residência do meio urbano em favor da área rural. Por outro lado, a análise em separado dos deslocamentos intramunicipais de migrantes da década, vis-à-vis a população considerada não-migrante, aponta claramente a preponderância dos movimentos da população que reside há menos de dez anos no município que, por isso mesmo, tende a experimentar maior propensão a migrar.

Características da população migrante e não-migrante

Estrutura por sexo e idades

A análise dos indicadores e das pirâmides etárias dos diversos segmentos de migrantes dos estados do Sul, bem como da população não-migrante, revela aspectos interessantes com relação à seletividade do fenômeno por sexo e idade. Populações como a desta região, que historicamente estiveram submetidas a intensas mudanças no comportamento das variáveis demográficas, demonstram com maior nitidez a interferência dessas alterações através de suas estruturas etárias e de sexo.

Assim, o Rio Grande do Sul, por exemplo, iniciou antes dos estados vizinhos o processo de transição demográfica, bem como o movimento de expulsão de população para fora de suas fronteiras. Santa Catarina e Paraná, nesta ordem, o sucederam, sendo que o último apresentou uma dinâmica de certa forma distinta dos demais com relação à migração, uma vez que foi grande absorvedor de população migrante por três décadas consecutivas, revertendo esse quadro com a mesma intensidade no período subsequente.

Detentor dos níveis mais elevados de fecundidade entre os estados do Sul, o Paraná provavelmente expulsou para outras regiões do país proporções significativas de famílias jovens em formação, com filhos nas primeiras idades ou ainda sem filhos. Na medida em que os movimentos de imigração de retorno,

tanto de naturais quanto de não-naturais, passam a ocorrer cada vez com maior frequência para a região, é bem possível que esteja retornando um contingente significativo dos emigrantes mais recentes que, ao não conseguirem alcançar êxito na nova vida, logo decidem retornar à região de origem. Já que, dos estados do Sul, o Paraná foi o que forneceu os fluxos de emigração mais recentemente, é de se esperar que predomine, no perfil etário de seus imigrantes de retorno, características etárias de famílias jovens (Gráficos 8 e 9 e Tabelas 20 e 21). Embora a população imigrante dos três estados apresente estruturas etárias e composições por sexo relativamente semelhantes, nota-se, no Paraná, uma leve predominância da imigração feminina e uma maior proporção de imigrantes jovens (até 15 anos) de ambos os sexos; em Santa Catarina e Rio Grande do Sul imigra relativamente mais população nas faixas adultas. No entanto, as idades medianas da população imigrante dos três estados são bastante próximas.

Gráfico 8

Pirâmide etária da população do Paraná, segundo condição migratória, 1981/91

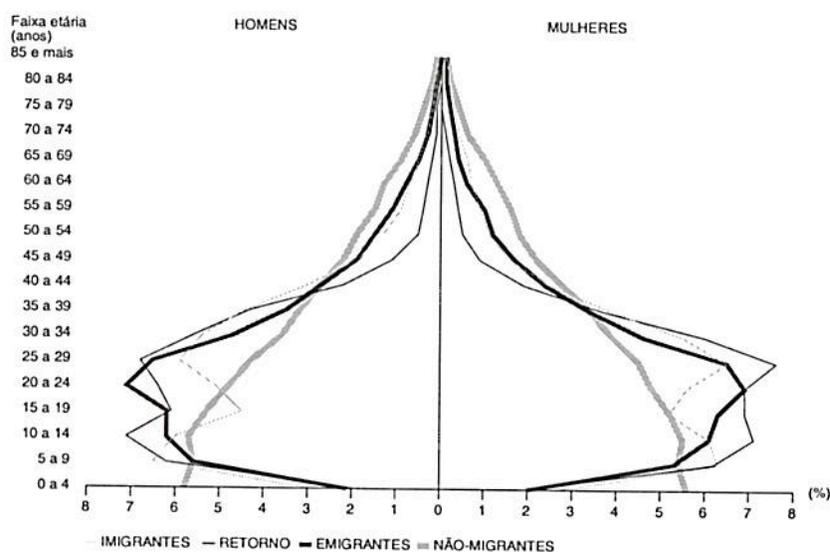


Tabela 20

Características etárias da população dos estados da região Sul, segundo condição migratória – 1991

Estados – Características etárias	Imigrantes ⁽¹⁾	Imigrantes de retorno ⁽¹⁾	Emigrantes ⁽¹⁾	Não-migrantes ⁽²⁾
Estrutura etária (%)				
00-04	5,6	3,8	4,1	11,3
05-09	12,8	12,4	10,9	11,1
10-14	12,1	14,2	12,3	11,1
15-64	66,8	68,8	70,6	62,0
65 e mais	2,7	0,8	2,1	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade Mediana				
Homens	24,9	22,6	23,8	22,7
Mulheres	24,3	22,4	23,5	23,6
Total	24,6	22,5	23,6	23,1
Santa Catarina - Estrutura etária (%)				
00-04	5,4	3,0	5,3	11,5
05-09	12,1	9,8	11,1	11,2
10-14	11,7	10,0	10,9	10,7
15-64	68,6	74,5	70,7	62,1
65 e mais	2,2	2,7	2,0	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade mediana				
Homens	24,3	28,1	24,5	23,2
Mulheres	24,2	28,5	24,3	24,1
Total	24,3	28,3	24,4	23,6
Rio Gde. do Sul - Estrutura etária (%)				
00-04	5,1	2,7	4,1	9,9
05-09	12,7	10,1	9,7	10,3
10-14	11,9	9,9	9,8	9,9
15-64	68,6	74,9	73,7	64,0
65 e mais	1,7	2,4	2,7	5,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade mediana				
Homens	24,5	28,9	27,3	25,7
Mulheres	24,3	28,6	26,9	27,3
Total	24,4	28,8	27,1	26,5
Região Sul - Estrutura etária (%)				
00-04	5,4	3,4	4,3	10,8
05-09	12,6	11,3	10,7	10,8
10-14	11,9	12,2	11,6	10,5
15-64	67,7	71,5	71,2	62,8
65 e mais	2,4	1,6	2,2	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade mediana				
Homens	24,6	25,3	24,5	24,0
Mulheres	24,3	25,1	24,2	25,2
Total	24,4	25,2	24,4	24,6

(1) Pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

(2) População com dez anos ou mais de residência ou que nunca migrou da UF em que foi recenseada

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

Tabela 21

Razão de sexo da população dos estados da região Sul, segundo condição migratória e grupos etários – 1991

Estados Grupos etários	Imigrantes ⁽¹⁾	Imigrantes de retorno ⁽¹⁾	Emigrantes ⁽¹⁾	Não-migrantes ⁽²⁾
Paraná				
00-04	108,5	100,4	102,6	103,7
05-09	103,2	99,8	104,4	103,4
10-14	99,3	99,9	101,3	103,3
15-64	99,3	96,5	103,6	97,4
65 e mais	83,3	96,9	110,7	92,5
Total	99,8	97,5	103,5	99,2
Santa Catarina				
00-04	111,7	114,4	111,5	103,9
05-09	106,4	107,8	104,8	104,2
10-14	104,3	98,6	100,6	103,7
15-64	100,2	93,5	99,2	99,8
65 e mais	92,7	105,1	77,2	82,5
Total	101,8	96,2	100,0	100,3
Rio Grande do Sul				
00-04	110,4	123,0	101,9	104,2
05-09	103,7	104,0	110,0	103,8
10-14	103,2	99,0	104,6	103,3
15-64	99,8	102,8	104,6	96,1
65 e mais	71,6	64,9	70,4	72,9
Total	100,6	101,9	103,9	96,7
Região Sul				
00-04	109,7	107,2	104,2	103,9
05-09	104,2	102,1	105,4	103,7
10-14	101,4	99,5	101,7	103,4
15-64	99,7	97,6	103,0	97,3
65 e mais	83,7	85,1	94,7	80,6
Total	100,5	98,4	103,0	98,4

Nota: Proporção de homens em relação a mulheres (vezes 100).

(1) Pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

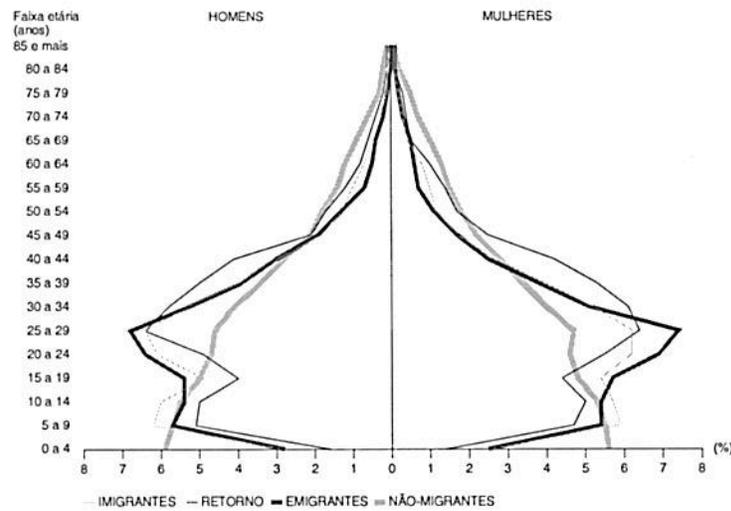
(2) População com dez anos ou mais de residência ou que nunca migrou da UF em que foi recenseada.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

São as idades medianas relativas aos naturais de retorno do Paraná que o distinguem como receptor de uma imigração mais jovem que a dos estados vizinhos. É interessante notar que essas medianas são inferiores inclusive às da população emigrante do estado. Ao mesmo tempo, quando se comparam, para cada estado, as idades medianas dos imigrantes de retorno e as do conjunto da população imigrante, os naturais de retorno do Paraná são mais

jovens que os não-naturais, ocorrendo o inverso nos outros dois estados. A composição por sexo desses segmentos indica maior proporção de mulheres que de homens no movimento de retorno para Santa Catarina e Paraná, ao passo que no Rio Grande do Sul, em praticamente todas as faixas de idade dos diversos grupos de migrantes analisados, predominam os homens, exceção feita ao grupo dos idosos.

Gráfico 9
Pirâmide etária da população de Santa Catarina, segundo condição migratória, 1981/91

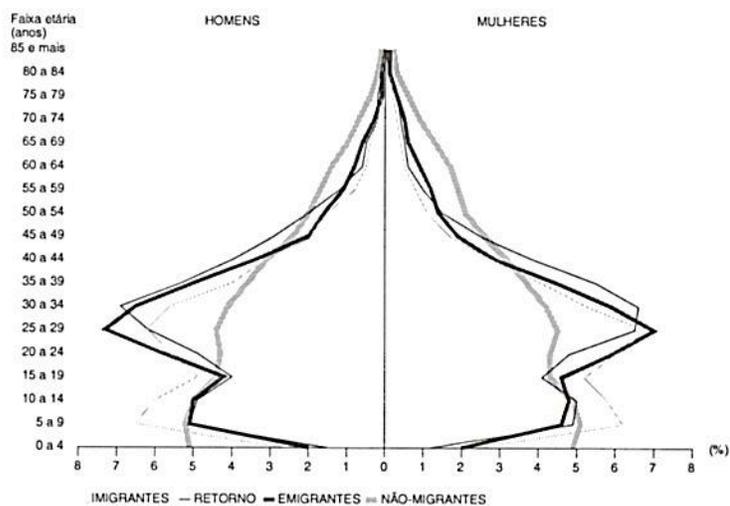


Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

A população não-migrante dos três estados sulinos – composta pelos naturais das UFs que nunca realizaram migração interestadual e por aqueles que residem nos estados há mais de dez anos – revela uma composição etária e por sexo mais tradicional, acompanhando um desenho triangular, porém característico de populações em processo de redução da fecundidade. As estruturas do Paraná e de Santa Catarina são bastante semelhantes, com exceção dos grupos etários de adultos jovens do sexo feminino, que predominam no Paraná. Já, o Rio Grande do Sul revela uma pirâmide mais condicionada por padrões inferiores de fecundidade e por processos migratórios de maior repercussão nos grupos etários mais avançados.

Gráfico 10

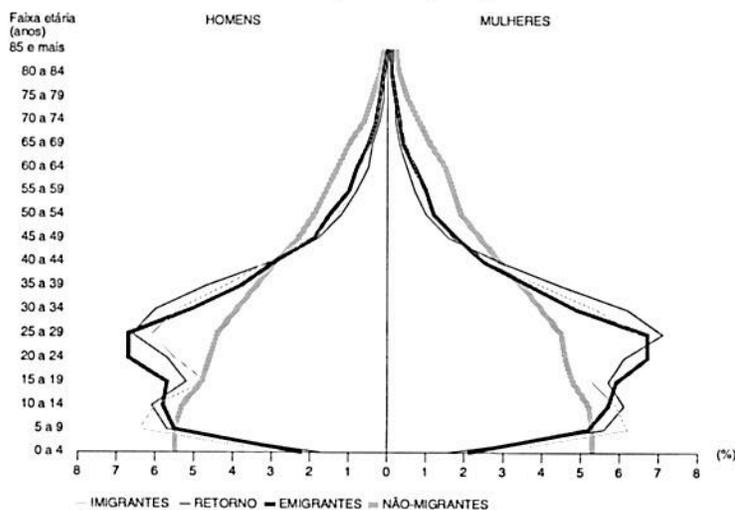
Pirâmide etária da população do Rio Grande do Sul, segundo condição migratória, 1981/91



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

Gráfico 11

Pirâmide etária da população da região Sul, segundo condição migratória, 1981/91



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR (Elaboração IPARDES).

- **Composição por setores de atividade**

A análise da inserção produtiva da população migrante e não-migrante dos estados do Sul reflete com relativa nitidez os processos que vêm marcando as alterações no perfil de suas bases produtivas em períodos recentes. Assim, a capitalização/modernização das atividades agrícolas, que mecanizou diversas etapas do ciclo produtivo, dispensou maciçamente mão-de-obra rural e transformou relações tradicionais de trabalho. Pode-se dizer que a vigência desses processos seguiu uma determinada gradação de tempo e espaço, atingindo inicialmente áreas do Rio Grande do Sul e, em seguida, Santa Catarina e Paraná. Este último experimentou até recentemente os efeitos expansivos da fronteira agrícola e, embora já se encontre atualmente submetido a um padrão moderno de organização e produção do setor, ainda absorve significativo contingente de força de trabalho nas atividades rurais.

A População Economicamente Ativa (PEA) não-migrante, que pode ser utilizada como *proxy* da PEA total, residente em cada um dos estados, apresenta, no caso do Paraná, uma participação nas atividades primárias bem mais significativa que nas secundárias, ao passo que nos demais estados da região, a PEA não-migrante agrícola ocupa as menores proporções dentre os três setores econômicos (Tabela 22). Ao mesmo tempo, os índices de PEA agrícola do Paraná na composição dos setores de atividade são mais elevados que os dos estados vizinhos, em todos os segmentos de migrantes enfocados.

Os três estados da região Sul apresentam, em todas as categorias de migrantes, a mesma seqüência de participação da PEA nos três setores de atividade. Nesse sentido, o terciário absorve as maiores proporções de mão-de-obra, seguido pelo secundário e pelo primário. Em paralelo, observam-se estruturas bastante semelhantes entre a composição da PEA ocupada e da desocupada no total da PEA de cada segmento populacional. Santa Catarina, no entanto, foi o estado que apresentou a maior proporção de PEA ocupada, na categoria dos emigrantes, em relação à PEA total.

O Paraná, que demonstra em todos os segmentos de migrantes as maiores proporções de PEA ocupada no setor primário, em comparação aos demais estados da região, também participa com maior peso em relação ao conjunto da PEA ocupada no setor primário da região Sul. Chama a atenção,

entretanto, o fato de que, na categoria dos não-migrantes, o Paraná divide com o Rio Grande do Sul a mesma proporção de PEA agrícola no conjunto da região (cerca de 40%).

Tabela 22

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa dos estados da região Sul, segundo setor de atividade e condição migratória – 1981/91

Condição migratória Estados	População Economicamente Ativa					Total Abs.	%
	Setor de Atividade			Desocupada	Total		
	Primário	Secundário	Terciário				
Imigrantes							
Paraná	18,1	22,5	55,8	3,6	288.868	100,0	
Santa Catarina	12,3	32,7	50,3	4,7	166.083	100,0	
Rio Grande do Sul	8,3	32,5	55,8	3,4	124.840	100,0	
Região Sul	14,3	27,5	54,3	3,9	579.791	100,0	
Imigrantes de retorno							
Paraná	18,2	23,8	54,3	3,7	120.967	100,0	
Santa Catarina	13,2	29,9	52,7	4,2	47.334	100,0	
Rio Grande do Sul	10,9	26,8	59,0	3,3	65.631	100,0	
Região Sul	15,2	25,9	55,2	3,7	233.932	100,0	
Emigrantes							
Paraná	20,8	30,9	44,4	3,9	445.560	100,0	
Santa Catarina	14,9	29,1	52,8	3,2	111.957	100,0	
Rio Grande do Sul	18,5	20,0	58,0	3,5	128.363	100,0	
Região Sul	19,4	28,5	48,4	3,7	685.880	100,0	
Não-migrantes⁽¹⁾							
Paraná	28,8	19,9	47,8	3,5	3.323.776	100,0	
Santa Catarina	26,5	28,6	40,9	4,0	1.810.795	100,0	
Rio Grande do Sul	23,3	24,1	49,2	3,4	4.008.012	100,0	
Região Sul	25,9	23,5	47,0	3,6	9.142.583	100,0	

Nota: Movimento migratório de pessoas que residiam há menos de dez anos na UF em que foram recenseadas. Computada apenas a migração de última etapa.

(1) População com dez anos e mais de residência ou que nunca migrou da UF em que foi recenseada.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

Quanto à categoria dos emigrantes, o Paraná responde por cerca de dois terços da PEA que deixa a região no período analisado e que passa a se ocupar nas diversas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, em relação à composição da

PEA emigrante por setores de atividade em cada um dos estados, observa-se que em todos, proporcionalmente, a evasão de PEA envolvida no setor agrícola é maior que a imigração. No Paraná, do mesmo modo, a evasão de PEA secundária é maior, ocorrendo o inverso no que diz respeito à PEA terciária; no Rio Grande do Sul, a proporção de imigração de PEA secundária é maior que a evasão.

Sem dúvida, esses elementos servem apenas como indicativos introdutórios à questão das semelhanças e divergências que caracterizam a movimentação e inserção das diversas categorias de migrantes na estrutura econômica, não permitindo avanços na interpretação dos fenômenos subjacentes nem construção de parâmetros tendenciais. O aprofundamento analítico das relações entre deslocamentos populacionais e inserção produtiva necessita de um contexto mais amplo de categorias interpretativas, o que foge às possibilidades da presente análise.

Estrutura da população por sexo e idade

As transformações ocorridas na região Sul e seus estados nas duas últimas décadas – decorrentes do declínio acentuado dos níveis de fecundidade, da queda da mortalidade e mudanças no seu padrão, e da configuração de um novo processo migratório, onde o Paraná teve papel relevante – vêm afetando a composição etária e por sexo de sua população.

As mudanças nas formas das pirâmides para a região Sul entre 1970 e 1991 demonstram claramente a conformação de um novo padrão na distribuição etária desta população (Gráfico 12). É observado o estreitamento da base, em que a proporção dos menores de 15 anos se reduz rapidamente, em particular os menores de cinco anos, bem como um aumento relativo no número de pessoas com 65 anos e mais, refletindo no alargamento do topo da pirâmide, o que indica o início de um processo de envelhecimento da população do Sul do país.

Esta situação é igualmente exposta nos três estados da região Sul, com algumas características que os distinguem entre si. Na história recente da região Sul, torna-se extremamente complexo isolar os efeitos da intensa queda da fecundidade sobre o padrão etário da população, daqueles provenientes dos

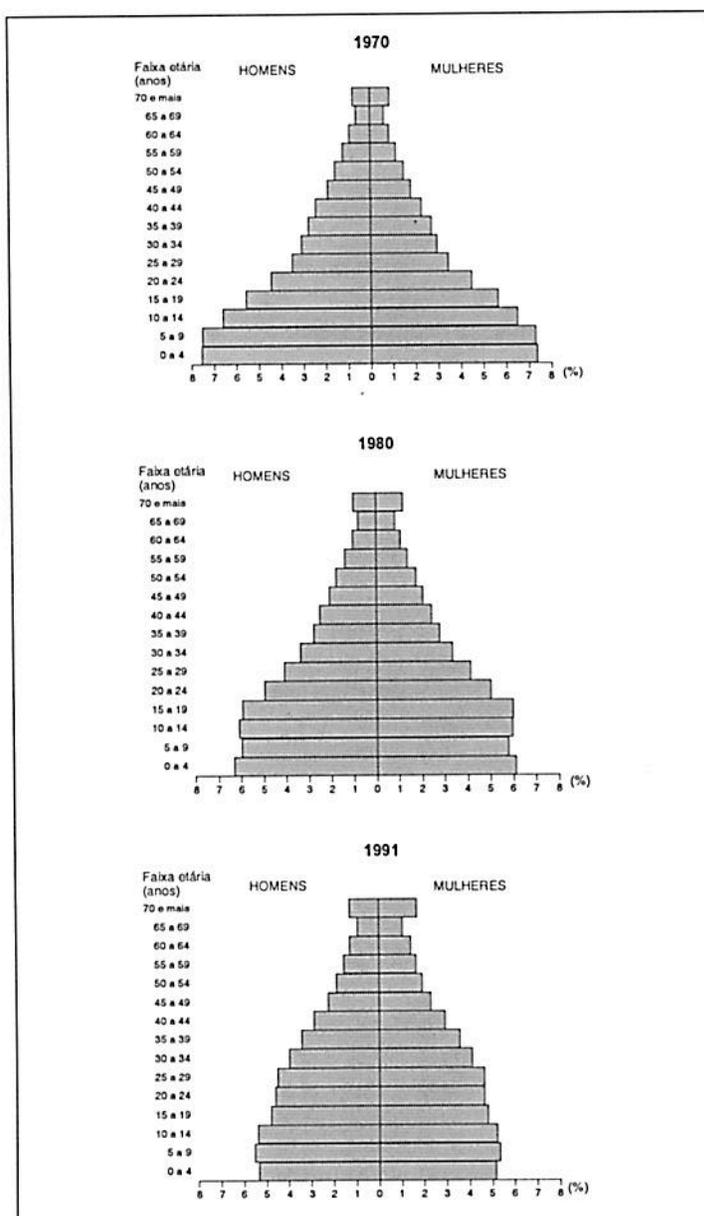
processos migratórios que, de modo geral, apresentam características de grande seletividade.

Assim, no caso do Paraná, onde o processo de intensa evasão populacional se deu mais recentemente, presume-se que uma parte do estreitamento da pirâmide, revelado para 1980 e 1991, se deva à emigração, proporcionalmente maior, de população adulta jovem para fora do estado. Ao mesmo tempo em que esse movimento atua diretamente na estrutura etária, provoca efeitos indiretos, uma vez que o estado “exporta” potencial reprodutivo para outras regiões, contribuindo ainda mais para a redução do número de nascimentos na área.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, vem há décadas apresentando uma intensa redução no nível de fecundidade, já visível pelo formato da pirâmide de 1970. É claro que os efeitos do comportamento reprodutivo e migratório da população gaúcha também atuam de forma combinada, porém, dado o peso relativamente pequeno do movimento migratório interestadual recente (menos de dez anos), no conjunto da população residente neste estado em 1991, a dinâmica da fecundidade certamente condiciona com maior força a conformação das pirâmides etárias desta UF.

Os indicadores contidos nas Tabelas 23 a 26 demonstram igualmente mudanças ocorridas na distribuição etária da população nas últimas décadas. Nota-se, para o conjunto da região, que a proporção de crianças de zero a quatro anos no total da população se reduz em 30% entre 1970 e 1991; também a proporção de crianças de cinco a 14 anos revela queda significativa (23%). Essas reduções só não são maiores porque, apesar de a fecundidade estar diminuindo, o número de mulheres de 15 a 49 anos ainda está aumentando, reflexo de alta fecundidade no passado. Já, no grupo de 15 a 64 anos, percebe-se um aumento relativo, principalmente naqueles grupos com idade mais avançada, salientando que são as mulheres que obtêm um maior ganho, indicativo principalmente da sobremortalidade masculina nessas idades.

Gráfico 12
 Pirâmide etária da população total da região Sul – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991). (Elaboração IPARDES).

Tabela 23
Indicadores da população da região Sul – 1970/91

Indicadores	Total			Urbano			Rural		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Razão de dependência	0,843	0,670	0,585	0,723	0,614	0,571	0,952	0,772	0,624
Índice de envelhecimento	2,91	3,84	4,97	3,40	3,97	4,90	2,53	3,62	5,17
Porcentagem da pop. de 00-04 anos	14,92	12,43	10,48	12,73	12,04	10,38	16,65	13,08	10,77
Porcentagem da pop. de 05-14 anos	27,92	23,85	21,44	25,84	22,04	21,08	29,58	26,85	22,47
Porcentagem da pop. de 15-64 anos	54,25	59,88	63,10	58,03	61,96	63,63	51,24	56,44	61,59
Porcentagem mulheres de 15-49 anos	47,18	51,64	53,52	50,85	53,82	54,46	44,06	47,78	50,65
Porcentagem da pop. de 05-19 anos	39,16	35,76	31,06	37,09	33,73	30,45	40,80	39,14	32,79
Taxa cresc. da pop. de 05-19 anos	0,52	0,10		3,99	2,23		-2,88	-3,92	

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Tabela 24
Indicadores da população do Paraná – 1970/91

Indicadores	Total			Urbano			Rural		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Razão de dependência	0,915	0,745	0,604	0,777	0,671	0,584	1,003	0,861	0,662
Índice de envelhecimento	2,22	3,17	4,36	2,76	3,45	4,45	1,91	2,77	4,11
Porcentagem da pop. de 00-04 anos	16,60	13,45	10,93	13,94	12,68	10,74	18,11	14,54	11,44
Porcentagem da pop. de 05-14 anos	28,97	26,07	22,38	27,02	24,03	21,69	30,07	28,95	24,29
Porcentagem da pop. de 15-64 anos	52,22	57,31	62,33	56,28	59,84	63,12	49,91	53,74	60,16
Porcentagem mulheres de 15-49 anos	45,88	50,26	53,80	50,04	52,82	54,82	43,37	46,40	50,77
Porcentagem da pop. de 05-19 anos	40,06	38,10	32,77	38,21	35,86	31,75	41,10	41,27	35,59
Taxa cresc. da pop. de 05-19 anos		0,46	-0,48		5,30	2,07		-3,28	-4,75

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Tabela 25
Indicadores da população de Santa Catarina – 1970/91

Indicadores	Total			Urbano			Rural		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Razão de dependência	0,919	0,699	0,599	0,816	0,645	0,583	1,004	0,784	0,638
Índice de envelhecimento	2,84	3,48	4,36	3,11	3,51	4,25	2,64	3,43	4,62
Porcentagem da pop. de 00-04 anos	15,66	12,89	11,05	14,18	12,61	10,89	16,78	13,31	11,45
Porcentagem da pop. de 05-14 anos	29,38	24,77	22,05	27,66	23,11	21,71	30,67	27,20	22,87
Porcentagem da pop. de 15-64 anos	52,12	58,86	62,54	55,06	60,77	63,15	49,90	56,05	61,05
Porcentagem mulheres de 15-49 anos	45,61	51,10	53,85	48,76	53,28	55,00	43,12	47,76	50,92
Porcentagem da pop. de 05-19 anos	40,99	37,34	31,89	39,40	35,52	31,31	42,18	40,00	33,28
Taxa cresc. da pop. de 05-19 anos		1,31	0,67		4,54	2,76		-1,68	-2,80

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

Tabela 26
Indicadores da população do Rio Grande do Sul – 1970/91

Indicadores	Total			Urbano			Rural		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Razão de dependência	0,746	0,590	0,560	0,658	0,556	0,555	0,857	0,665	0,577
Índice de envelhecimento	3,67	4,66	5,84	3,95	4,59	5,60	3,36	4,80	6,62
Porcentagem da pop. de 00-04 anos	12,85	11,21	9,79	11,38	11,25	9,83	14,52	11,13	9,64
Porcentagem da pop. de 05-14 anos	26,20	21,24	20,27	24,37	19,90	20,26	28,28	24,02	20,32
Porcentagem da pop. de 15-64 anos	57,28	62,89	64,10	60,30	64,26	64,31	53,84	60,04	63,42
Porcentagem mulheres de 15-49 anos	49,17	53,23	53,11	52,13	54,88	53,89	45,52	49,52	50,35
Porcentagem da pop. de 05-19 anos	37,42	32,74	29,07	35,50	31,18	28,92	39,62	35,99	29,55
Taxa cresc. da pop. de 05-19 anos		0,20	0,43		2,64	2,14		-3,01	-3,54

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

O índice de envelhecimento da população total da região Sul que, em 1970, era de 2,9, passou para cinco em 1991, sendo que o incremento foi maior na população rural que na urbana, podendo-se classificar a população da região Sul do país como uma população madura.

A proporção de jovens em idade escolar (cinco a 19 anos) vem diminuindo ao longo do período, de 39% em 1970 para 31% em 1991. A taxa de crescimento dessa população, para o total da região Sul, está abaixo dos níveis vegetativos (sendo inclusive negativa para o Paraná na década de 80), diferenciando-se para as zonas rural e urbana. Para a zona urbana da região, a taxa de crescimento anual reduziu em 44% durante a década de 80. Para a zona rural, essa taxa já era negativa em 1980, permanecendo assim durante toda a década de 80, inclusive com um incremento da ordem de 36% no final do período. Na verdade, como esses são grupos etários que fazem parte da estrutura inferior da pirâmide, são os que mais sofrem os efeitos do recente processo de declínio da fecundidade.

Entretanto, do ponto de vista de uma análise de contingentes – fundamental para a construção de cenários de demanda escolar –, observa-se que, à exceção do Paraná, o restante da região Sul apresenta acréscimos absolutos no volume de jovens entre cinco e 19 anos, condicionados pelo que ocorre no meio urbano, uma vez que o setor rural evidencia perdas elevadas.

A razão de dependência constitui outro indicador das mudanças ocorridas na estrutura etária da população. Para a região Sul, a carga de dependência vem se reduzindo, à medida que a população assume um padrão

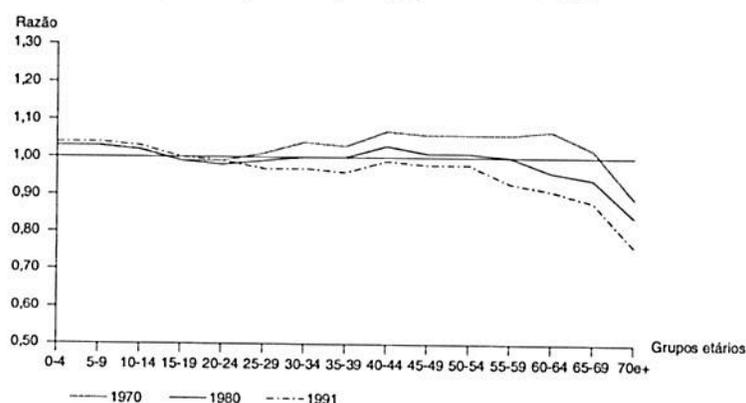
maduro, sendo também diferenciada para urbano e rural, com uma queda muito mais acentuada nas zonas rurais.

Em termos da composição por sexo, observam-se algumas diferenças entre os três estados ao longo dos períodos analisados. O Rio Grande do Sul, desde 1970, apresenta maior proporção de população feminina em relação à população total, principalmente nos grupos etários mais avançados. Isso porque esse estado vem experimentando, há mais tempo, um descenso na mortalidade, apresentando níveis relativamente baixos. Nesse sentido, tem-se que quanto mais baixa a mortalidade, maior é a sobremortalidade masculina. É interessante notar que o Paraná, somente em 1991, passa a contar com um percentual maior de população feminina em relação à masculina nas idades adultas e avançadas, provavelmente em decorrência dos leves diferenciais por sexo verificados na composição da população imigrante do estado.

Esta situação pode ser observada mais claramente ao se analisarem as razões de sexo dos três estados, apresentadas nos Gráficos 13 a 15. Percebe-se que somente o Rio Grande do Sul não possui desvios importantes entre 1970 e 1991, tendo o comportamento esperado de uma população fechada. Isso porque, nesse estado, o processo de transição demográfica iniciou-se muito antes que nos outros estados do Sul, e, como já foi assinalado anteriormente, o processo migratório foi mais intenso em décadas anteriores. Já, para o Paraná, há desvios significativos influenciados provavelmente pela forte emigração ocorrida nas décadas mais recentes.

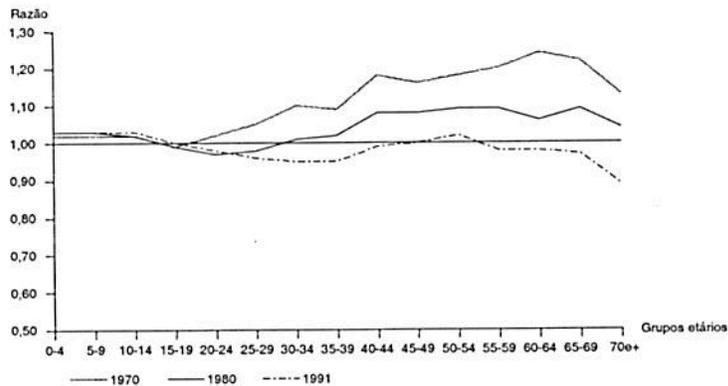
Gráfico 13

Razão de sexo da população da região Sul, segundo grupos etários – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demnográfico (1970, 1980 e 1991) (Elaboração)

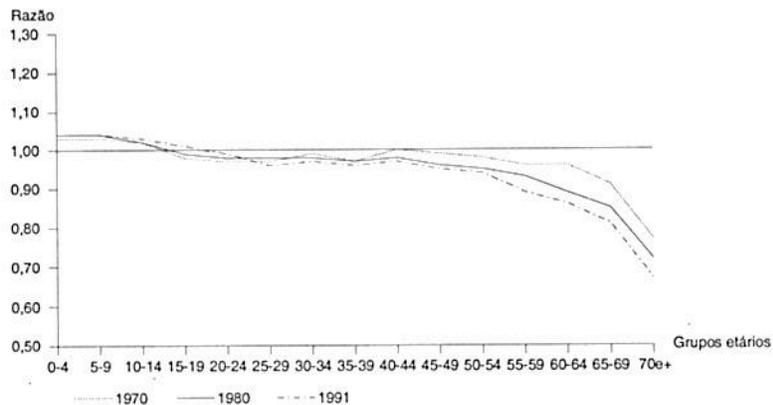
Gráfico 14
Razão de sexo da população do Paraná, segundo grupos etários – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991) (Elaboração IPARDES).

Esse indicador também é diferenciado para a população rural, em que todos os grupos etários, exceto o de 70 anos e mais, apresentam um índice maior que um, indicando que os movimentos rural-urbano têm um componente majoritariamente feminino. Para a área rural do Paraná, a razão de sexo também é maior que um, inclusive no grupo etário de 70 anos e mais.

Gráfico 15
Razão de sexo da população de Santa Catarina, segundo grupos etários – 1970/91



Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991) (Elaboração IPARDES).

Distribuição espacial da população e urbanização

Rede de cidades

- **População por tamanho de cidades**

A formação de grandes centros e a concentração da população nos mesmos é comum nos três estados do Sul. Em 1991, 53,7% da população da região Sul vivia em cidades com mais de 50 mil habitantes, participação que cresce em 1996 para 54,4%, segundo resultados preliminares da Contagem da População.¹²

A distribuição da população total na região Sul descreve a seguinte trajetória: nos anos 70 e 80, o estrato de tamanho entre 20 e 50 mil habitantes era o que mais concentrava população, detendo 32,6 e 26,8%, respectivamente. Em 1991, esse estrato detém a importante parcela de 20,1%, porém, à sua frente, o estrato com população entre 100 e 300 mil habitantes concentra 24,6% dos habitantes da região (Tabela 27), influenciado principalmente pelo Rio Grande do Sul, que responde por metade desse percentual e também por metade do percentual do estrato anterior. Em 1996, há uma ligeira redução da participação desse estrato, e o estrato seguinte (entre 300 e 500 mil habitantes) passa a ter a participação dobrada, reforçando a presença de centros de maior porte.

Trajetória inversa percorrem as unidades municipais. Em 1970 e 1980, a maioria pertencia aos estratos com população entre cinco e 20 mil habitantes. Em 1991 e 1996, são os estratos inferiores, entre dois e dez mil habitantes, que agregam aproximadamente a metade das unidades municipais da região. Este fato está, de certa forma, condicionado pelo elevado número de desmembramentos verificado na década, já que a região emancipa 151 municípios entre 1980 e 1991 e 286 após 1991.

Em termos particulares, verifica-se um crescimento e uma participação pouco significativos dos estratos inferiores no total da população dos estados. Em 1996, Santa Catarina é o estado que retém uma proporção mais expressiva

12. Na análise por estratos de tamanho, para 1996 foram utilizados os dados preliminares da Contagem da População, que considerou a base político-administrativa de primeiro de janeiro de 1997.

da população (18,7%) nos estratos inferiores a 10 mil habitantes. O Rio Grande do Sul retém menos, concentrando 14,3% nesse estrato, e somente após 1980 passa a registrar a presença de municípios no estrato inferior a 2 mil habitantes.

Tabela 27

Distribuição percentual da população total dos estados da região Sul, segundo estratos de tamanho – 1970/96

Estratos de tamanho	Região Sul 1996				Paraná	
	População	Municípios	1970	1980	1991	1996
1 a 2 000	0,22	2,50	0,03	0,07	0,03	0,07
2 001 a 5 000	5,36	32,01	0,99	1,65	1,71	3,62
5 001 a 10 000	9,07	26,06	6,94	6,38	7,64	9,06
10 001 a 20 000	14,77	21,40	19,79	15,89	17,59	17,19
20 001 a 50 000	16,17	10,70	40,58	31,22	21,78	16,69
50 001 a 100 000	14,68	4,31	12,77	15,43	12,39	14,00
100 001 a 300 000	21,87	2,50	10,12	11,98	18,67	18,46
300 001 a 500 000	6,14	0,35	-	3,95	4,62	4,59
500 000 e mais	11,72	0,17	8,78	13,43	15,57	16,32
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Estratos de tamanho	Santa Catarina				Rio Grande do Sul			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
1 a 2 000	0,19	0,09	0,08	0,37	-	-	0,12	0,27
2 001 a 5 000	4,61	3,67	3,62	6,80	0,52	0,55	2,16	6,25
5 001 a 10 000	17,05	12,86	11,02	11,51	6,75	5,57	7,60	7,86
10 001 a 20 000	26,98	19,53	17,34	16,69	17,08	13,73	12,77	11,53
20 001 a 50 000	26,88	29,69	23,56	19,14	26,83	21,21	16,70	14,18
50 001 a 100 000	7,29	10,82	11,47	12,41	23,83	23,73	17,02	16,47
100 001 a 300 000	17,00	23,34	25,27	24,90	11,70	20,73	29,81	23,52
300 001 a 500 000	-	-	7,64	8,18	-	-	-	6,55
500 000 e mais	-	-	-	-	13,29	14,48	13,82	13,37
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: Em 1996, considerando os municípios implantados em 01.01.97, a região Sul contava com 1.159 municípios e uma população de 23.474.272 habitantes.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996) – Dados preliminares – IBGE.

A dinâmica da concentração tem peculiaridades em cada estado. Assim, durante o período 1970/96, o Paraná mantém os maiores índices de concentração nos estratos de municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, porém com uma diminuição muito elevada em termos absolutos e percentuais, tanto do número de municípios quanto do volume de população

desse estrato. Numa proporção muito maior que o Paraná, o Rio Grande do Sul vem sofrendo um deslocamento da concentração da população do estrato de 20 a 50 mil habitantes, em 1970, para o de 50 a 100 mil habitantes em 1980, e subseqüentemente, para o de 100 a 300 mil em 1991 e 1996. A maior concentração de população de Santa Catarina também se desloca dos estratos de dez a 50 mil habitantes, em 1970, para o de 20 a 50 mil habitantes em 1980. Em 1991 e 1996, o estrato de tamanho entre 100 e 300 mil habitantes é o que mais concentra população nesse estado.

Outro elemento de distinção entre os três estados é o padrão de concentração em municípios com mais de 300 mil habitantes. No Rio Grande do Sul, o único município com esse tamanho é Porto Alegre, que, com uma população superior a 1,2 mil habitantes em 1996, vem mantendo percentuais de participação, no total do estado, de 13% e 14%, desde 1970. Até 1991, havia um estrato vazio entre o de Porto Alegre (superior a 500 mil habitantes) e o anterior, no qual encontravam-se 15 municípios. Os resultados preliminares da Contagem da População de 1996 já apontam que dois municípios do estrato anterior passam a ter população entre 300 e 500 mil habitantes. Esses dois estratos, no conjunto, chegam a concentrar mais que o dobro da população de Porto Alegre, o que indica a existência de uma rede de cidades na qual se dá uma distribuição equilibrada da população no estado.

O Paraná manifesta a tendência de aumentar a concentração nos estratos com população superior a 100 mil habitantes. Desde 1980, há dois municípios com população superior a 300 mil habitantes. Um deles é Curitiba, e o outro, que ascende a esse estrato a partir de 1980, é Londrina. Juntos, aumentam sua participação no total da população do estado de 8,7%, em 1970, para 20,9%, em 1996. Mesmo com a existência de um segundo pólo no norte do estado, não se pode desconsiderar o papel concentrador de Curitiba. O estrato entre 100 e 300 mil habitantes agrega dez municípios e concentra uma população com índices de participação muito próximos à soma dos dois maiores municípios do estado.

Santa Catarina apresenta outra peculiaridade. Além de ter maior equilíbrio na distribuição da população em todos os estratos a partir de cinco mil habitantes, é o único estado que apresenta expressivo crescimento do número de municípios e da população no estrato entre 50 e 100 mil habitantes e não inclui municípios nos estratos superiores a 500 mil. O maior município do

estado, que curiosamente não é a capital, e sim Joinville, é o único a integrar o estrato de 300 a 500 mil habitantes a partir de 1991.

- **Dinâmica de crescimento da população dos municípios**

Existem condições de ordem econômica e urbano-funcionais que garantem uma dinâmica positiva e implicam uma seletividade dos municípios que crescem. A análise das taxas de crescimento geométrico anual da população total, por estratos de tamanhos de municípios,¹³ apresenta resultados que indicam, para os três estados, o aumento do número de municípios com taxas de crescimento superiores ao do conjunto da população total das regiões metropolitanas do Sul, ou seja, 4,5% a.a. entre 1970 e 1980 e 2,6% a.a. entre 1980 e 1991.¹⁴ Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam o maior número de municípios crescendo nessa intensidade e repetindo o mesmo padrão de crescimento elevado da década anterior. É mínimo o número de municípios pequenos com crescimento elevado e, quando isso ocorre, incide sobre unidades participantes de complexos como aglomerações urbanas ou eixos de dinamismo econômico (Tabela 28).

No Paraná, crescem em ritmo mais intenso os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba (Mandirituba, 8,3% a.a., Campina Grande do Sul, 6,2% a.a., Almirante Tamandaré, 6% a.a.), ampliando sua área de maior densidade e contigüidade de ocupação; aos aglomerados urbanos de Londrina e principalmente de Maringá (Sarandi, 7,2% a.a.), efetivando o processo de periferação do pólo; e à faixa litorânea (Matinhos, 6,3% a.a.), oferecendo indícios de que alguns desses centros perdem sua característica de uma ocupação flutuante e sazonal, passando a consolidarem-se como cidades de ocupação permanente. Crescem também os pólos das aglomerações de Cascavel e Foz do Iguaçu.

13. Embora disponibilizados os resultados da *Contagem da População de 1996*, as taxas de crescimento não foram calculadas devido ao elevado número de desmembramentos no período, o que requer o trabalho de reconstituição da população para 1991.

14. Parâmetro selecionado por permitir agrupamentos a partir de um corte numa taxa de crescimento de uma área dinâmica.

Em Santa Catarina, a distribuição dos municípios com crescimento intenso é mais desconcentrada e ampla, porém situada na porção leste do estado, numa linha contínua de ocupação, a partir de Joinville, que ultrapassa Florianópolis (Itapema, 5,6% a.a., Balneário de Camboriú, 5,6% a.a., Camboriú, 5,5% a.a. e Navegantes, 5,1% a.a.), todos situados no eixo indutor do desenvolvimento, que é a BR 101.¹⁵ Essa localização, muitas vezes apenas associada à presença dos balneários, é condicionada pela integração com os principais eixos de dinamismo econômico do estado, pelos portos exportadores e pela enorme atração turística das praias catarinenses. O aglomerado de Florianópolis incorpora novos municípios com elevado crescimento (São José, 4,2% a.a. e Palhoça, 5,3% a.a.). Além deste, outros aglomerados com intenso crescimento ramificam-se na direção de Joinville/Jaraguá do Sul, Brusque, no eixo moveleiro de Rio Negrinho/São Bento do Sul, e nas imediações de Criciúma, onde se destaca o município de Sombrio, que tem a mais elevada taxa de crescimento do estado (5,9% a.a.), certamente como reflexo da indústria calçadista do Rio Grande do Sul. Um fenômeno que distingue Santa Catarina dos demais estados do Sul é o elevado crescimento presente em alguns pólos ou subpólos do interior, como Chapecó, Caçador e Fraiburgo – este com crescimento de 5,2% a.a., um dos que mais cresceram na década.

Tabela 28

Distribuição percentual dos municípios dos estados da região Sul com crescimento da população total superior a 4,45% e 2,61% ao ano, respectivamente, entre 1970/80 e 1980/91, segundo estratos de tamanho

Estratos de tamanho (Em 1 000 habitantes)	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Região Sul	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Até 10	-	15,00	6,67	10,00	25,00	20,51	15,22	15,15
Entre 10 e 20	-	20,00	33,33	27,50	25,00	28,21	23,91	26,26
Entre 20 e 50	-	20,00	13,33	32,50	20,83	25,64	15,22	27,27
Entre 50 e 100	28,57	15,00	20,00	12,50	12,50	12,82	17,39	13,13
> 100	71,43	30,00	26,67	17,50	16,67	12,82	28,26	18,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total nesta condição	7	20	15	40	24	39	46	99
Total de municípios	290	323	197	217	232	333	719	873

Notas: 4,45% é a taxa de crescimento a.a. das regiões metropolitanas da região Sul entre 1970 e 1980. 2,61% é a taxa de crescimento a.a. das regiões metropolitanas da região Sul entre 1980 e 1991.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991).

15. Ver Santa Catarina (1992).

No Rio Grande do Sul, o crescimento mais intenso ocorre em pequenos municípios no interior da Região Metropolitana de Porto Alegre, destacando-se Parobé (10,9% a.a.) e Nova Hartz (9,3% a.a.), e nas suas áreas adjacentes, em direção a Caxias do Sul, Montenegro, Gramado e Pelotas. Destaca-se, ainda, o intenso crescimento da região de Osório, compondo uma faixa contínua de pequenas cidades litorâneas e confirmando o fenômeno já observado nos dois outros estados. As maiores taxas da região Sul pertencem a municípios gaúchos, como se verifica em Cerro Grande, no noroeste do estado, que atinge o nível de crescimento de 13% a.a. Este município, emancipado recentemente de Palmeira das Missões, é um caso excepcional. Situado fora da área industrial do estado, tem a base de seu crescimento no incremento de sua população rural (Barcellos, 1996).

Noutro extremo, é significativo o número de municipalidades que enquadram-se na categoria de crescimento baixo (menor que 1% a.a.)¹⁶ ou com decréscimo de população, no período 1980/91, chegando a representar 76,2% dos municípios do Paraná, 54,9% dos de Santa Catarina e 66,6% dos municípios do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que, destes, a grande maioria vivenciava esse processo desde a década de 70. Ou seja, dos municípios enquadrados nessa categoria de crescimento entre 1980 e 1991, no Paraná, 81,7% já perdiam população desde a década de 70; em Santa Catarina, 61,3%; e no Rio Grande do Sul, 59%, confirmando a tendência de mudança na dinâmica demográfica (Tabela 29).

A maioria dos municípios com baixo crescimento ou perda de população está no estrato de até dez mil habitantes. Entretanto, o mais importante é que aumenta o número de municípios nessa condição no estrato de maiores que 20 mil habitantes, nos três estados, atingindo, no Paraná, também o estrato entre 20 e 50 mil habitantes.

De modo geral, esvaziam-se municípios pequenos em todo o interior dos estados, mas verificam-se algumas singularidades no esvaziamento dos demais. No Paraná, grande número de pólos e subpólos apresenta taxas negativas de crescimento, e outros parecem caminhar para um comportamento

16. O corte em 1% a.a. é arbitrário e deve-se a que essa taxa significa uma dinâmica que pode ser considerada inferior ou próxima ao crescimento vegetativo.

semelhante ao expressarem, na década de 90, crescimento inferior a 1% a.a. Além de ser o estado com maior número de municípios nesta condição, é o que apresenta as maiores taxas negativas de crescimento, chegando a -5,5% a.a. em Ortigueira, na porção central do estado, e é onde municípios de maior porte vivem este processo de esvaziamento, como é o caso de Umuarama, um pólo regional com mais de 100 mil habitantes. Em Santa Catarina, nenhum município com mais de 50 mil habitantes sofre este processo, e é esse o estado que tem a menor proporção de municípios esvaziando-se. O Rio Grande do Sul tem como singularidade o maior incremento do número de pequenos municípios e de municípios com mais de 50 mil habitantes, crescendo em níveis vegetativos ou perdendo população.

Tabela 29

Distribuição percentual dos municípios dos estados da região Sul com crescimento da população total inferior a 1% a. a. ou com perda populacional entre 1970/80 e 1980/1991, segundo estratos de tamanho

Tamanho (Em 1 000 habitantes)	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Região Sul	
	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991
Até 10	54,72	45,93	75,34	68,07	48,09	62,17	56,30	56,56
Entre 10 e 20	32,34	36,18	20,55	25,21	32,83	22,07	30,36	28,62
Entre 20 e 50	12,44	16,26	4,11	6,72	16,79	12,61	12,35	12,95
Entre 50 e 100	-	1,22	-	-	2,29	3,15	0,74	1,70
> 100	0,50	0,41	-	-	-	-	0,25	0,17
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0
Total nesta condição	201	246	73	119	131	222	405	587
Total de municípios	290	323	197	217	232	333	719	873

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991).

• **Inflexão do crescimento urbano e consolidação do esvaziamento rural**

Quanto ao esvaziamento de núcleos urbanos, foram analisados os municípios cujas taxas de crescimento da população urbana são inferiores a 1% a.a., destacando-se as taxas negativas entre 1980 e 1991. Para o contexto demográfico da região Sul, esse é o comportamento mais explicativo do momento de transição. Na região, 5,7% dos núcleos urbanos crescem em níveis inferiores a 1% a.a., e 10,3% crescem a taxas negativas no período 1980/91,

indicando um esgotamento de pequenos centros ou daqueles que não estão inseridos nos complexos dinâmicos da economia regional.

Já se constatam no Paraná e Rio Grande do Sul, municípios com perda de população urbana. No entanto, a maioria deles inclui-se entre as emancipações da década, o que prejudica a avaliação. No Rio Grande do Sul, esse esvaziamento se dá com intensidade elevada, considerando que 42 municípios têm taxas inferiores a -5%. No Paraná, as taxas negativas expressam perdas com menores intensidades. No entanto, municípios com população de aproximadamente 50 mil habitantes, e identificados como pólos sub-regionais, crescem em níveis inferiores a 1% a.a. (Tabela 30).

Tabela 30

Municípios dos estados da região Sul com crescimento da população urbana abaixo de 1% a.a. ou com perda populacional entre 1980 e 1991

Intervalo das taxas de crescimento	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Região Sul	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
≥ 0 e < 1% a.a.	36	11,14	8	3,68	6	1,80	50	5,72
< 0% a.a.	8	2,48	5	2,31	77	23,12	90	10,32
Total com Taxas < 1% a.a.	44	13,62	13	5,99	83	24,92	140	16,04
Total de municípios	323	100,00	217	100,00	333	100,00	873	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Com relação à dinâmica de crescimento da população rural, ainda é generalizada sua redução. Dos municípios da região Sul, 78% encontram-se nesta condição. Chama a atenção o elevado número de municípios que perdem população rural no intervalo 1980/91, com intensidade superior à do período anterior. São 47,1% dos municípios do Paraná, 47,9% dos de Santa Catarina, e 38,7% dos municípios do Rio Grande do Sul.

Considerando que no Rio Grande do Sul esse processo já vem de mais tempo e que no Paraná o mesmo se deu numa intensidade extrema, esperavam-se sinais de uma inflexão. Porém, são pouco significativas as evidências de uma diminuição desse ritmo.

Entre o pequeno número de municípios com crescimento da população rural, a grande maioria não alcança o patamar de referência de crescimento de 1% a.a. (Tabela 31). Acima dessa média, encontram-se 16 municípios do

Paraná, 22 de Santa Catarina e 83 do Rio Grande do Sul, todos em área de fraca dinâmica rural, ou em áreas de reconversão agrícola, pela proximidade aos centros consumidores – como é o caso de municípios localizados nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas. No caso do Rio Grande do Sul, a grande maioria deles compõe-se de municípios recém-emancipados, em que o peso da reconstituição da população para efeitos de elaboração das taxas de crescimento pode provocar distorções.

Tabela 31

Municípios dos estados da região Sul com taxas geométricas positivas de crescimento da população rural – 1980/91

Intervalo das taxas de crescimento	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Região Sul	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
≥ 0 até 1% a. a.	21	6,50	30	13,82	20	6,01	71	8,13
> 1% a. a.	16	4,95	22	10,14	83	24,92	121	13,86
Total com taxas positivas	37	11,45	52	23,96	103	30,93	192	21,99
Total de municípios	323	100,00	217	100,00	333	100,00	873	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Chama a atenção ainda a incidência direta do fenômeno de crescimento insignificante ou de perda de população entre os municípios recém-emancipados. Para o desenvolvimento dessa leitura, trabalhou-se com a reconstituição das populações do censo anterior com relação ao de 1991, considerando a base territorial atual. O resultado é preocupante. A maioria dos municípios recém-criados apresenta taxas inferiores a 1% a.a. (Tabela 32).

Tabela 32

Municípios dos estados da região Sul, instalados entre 1980 e 1991, com taxa de crescimento inferior a 1% a.a. ou perda populacional e com crescimento superior a 2,61% a.a.

Intervalo das taxas de crescimento	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Região Sul
Municípios instalados entre 1980/1991	33	20	101	154
< 1% a.a.	28	15	75	118
≥ 2,61% a.a.	2	3	12	17

Nota: 2,61% a.a. é a taxa de crescimento da população das RMs da região Sul.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991).

Diante da tendência de esvaziamento de pequenos centros, questiona-se o significado da constituição de novas unidades administrativas que não exercem atratividade e já aparentam incapacidade de auto-sustentação. Dentre esses novos municípios, os poucos que crescem correspondem exatamente àqueles localizados nos aglomerados urbanos, ou nas regiões metropolitanas, e na faixa litorânea.

Os resultados preliminares da Contagem da População de 1996 fazem referência às 286 novas unidades municipais emancipadas após 1991. A grande maioria destas situa-se no estrato de tamanho entre dois e cinco mil habitantes e foram desmembradas, em grande medida, de municípios com população inferior a 20 mil habitantes. O Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro em que a multiplicação de municípios ocorreu de forma mais acentuada, tendo emancipado 101 municípios,¹⁷ do total de 154, entre 1980 e 1991 e, após 1991, mais 134 das 286 novas administrações da região Sul. A condução de processos sem rigor técnico, pautada eminentemente em interesses políticos, é reforçada pela flexibilização dos requisitos emancipatórios obtida após a Constituição Federal e a dos estados (Scussel, 1996). Até o momento, poucas análises voltam-se à eficácia da gestão de unidades desse porte, sendo difícil avaliar se o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências quanto aos serviços e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas (Moura, 1994: 81-92).

- **População urbana por estratos de tamanho**

Para melhor compreensão da distribuição da população nos estados e região Sul, foi procedida a análise da distribuição da população urbana em dois estratos: até 20 mil habitantes e com mais de 20 mil habitantes.

Na região Sul, 77% da população urbana está concentrada em núcleos com mais de 20 mil habitantes, num crescimento contínuo desta proporção desde 1970 (Tabela 33). De modo geral, verifica-se no Rio Grande do Sul um

17. Ver Rio Grande do Sul (s.d.)

decréscimo menos abrupto da participação do estrato inferior no total da população urbana dos estados. Comportamento similar ocorre com a distribuição de municípios nos estratos correspondentes. Os municípios pequenos apresentam uma situação de predominância, já que, mesmo que alguns passem para o estrato superior, o elevado número de desmembramentos em unidades de menor porte faz com que 83% das unidades municipais desse estado possuam menos de 20 mil habitantes nas áreas urbanas, porém, esta proporção vem diminuindo. Quanto aos grandes, o crescimento do número decorre de uma dinâmica visivelmente concentradora e mais intensa no Paraná e Santa Catarina, fazendo crer que o Rio Grande do Sul se encontra numa situação mais consolidada quanto à rede urbana.

Tabela 33

População urbana e distribuição dos municípios da região Sul, segundo estratos de tamanho – 1970/91

Ano	População urbana			Distribuição dos municípios			Participação %			
	Até 20 000 (A)	De 20 001 e Mais (B)	Total (C)	Até 20 000 (D)	De 20 001 e Mais (E)	Total (F)	A/C	B/C	D/F	E/F
1970	2 538 213	4 765 214	7 303 427	651	66	717	34,8	65,2	90,8	9,2
1980	3 173 340	8 704 399	11 877 739	611	108	719	26,7	73,3	85,0	15,0
1991	3 778 186	12 624 847	16 403 033	725	148	874	23,0	77,0	83,0	16,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991).

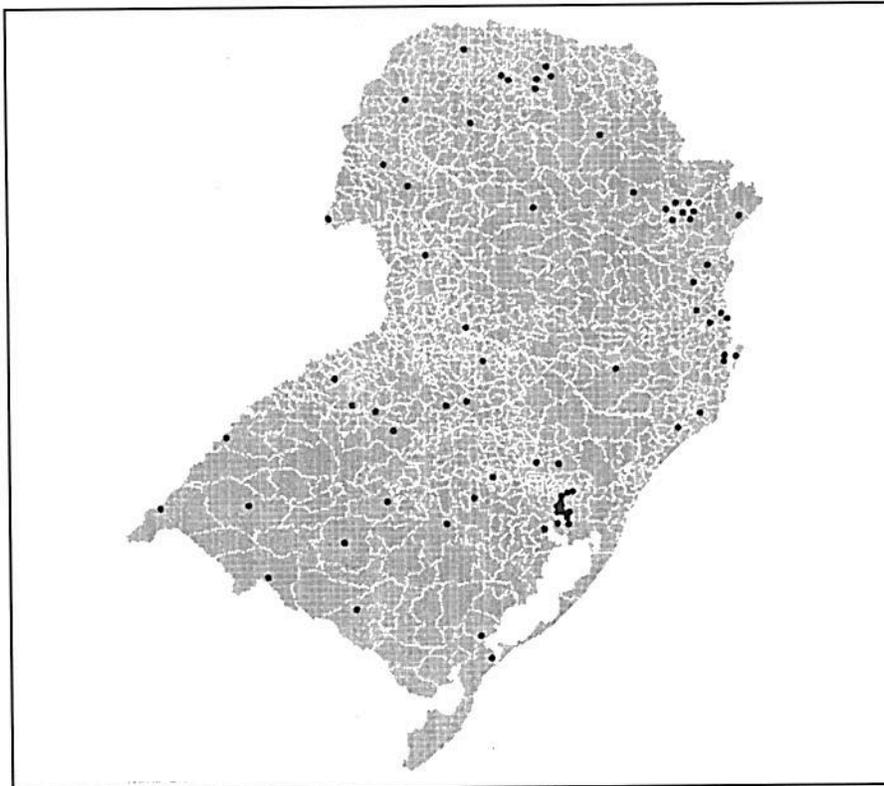
Assim, 73,7% da população urbana do Paraná reside em 49 municípios (15,2% do total); 74,8% da população urbana de Santa Catarina reside em 37 municípios (17,1% do total); e 80,9% da população urbana do Rio Grande do Sul reside em 62 municípios (18,6% do total).

Nas últimas décadas, quatro processos conformam o perfil de urbanização da região Sul. Em primeiro lugar, a tendência ao aumento do grau de urbanização das municipalidades propaga-se por todo o território, acarretando para o conjunto da região a superação da marca dos 50% de população residindo nas cidades. Paralelamente a este movimento de horizontalização urbana, eleva-se em termos absolutos e relativos o número de centros com mais de 20 mil habitantes. Centros desse porte freqüentemente dispõem de razoável infra-estrutura de bens e serviços, de tal modo que, mesmo polarizando áreas onde predominam atividades agrícolas, apresentam um

dinamismo relativamente autônomo e de efeitos multiplicadores (Moura, 1996, v.2: 835-860).

Um segundo processo ganha nitidez com a intensificação dos deslocamentos populacionais, tanto os de origem rural quanto os que procedem do próprio meio urbano em direção aos centros urbanos maiores (mais de 50 mil habitantes), provocando o crescimento destes, bem como o incremento significativo do contingente de população urbana que concentram.

Mapa 1
Região Sul – Centros urbanos com mais de 50.000 habitantes – 1996



Fonte: IBGE//PARDES.

Concomitantemente ao movimento concentrador em cidades maiores, observa-se a formação de aglomerações urbanas em vários pontos do território e

a consolidação e expansão da dinâmica metropolitana para aglomerações ou centros adjacentes, confirmando a concentração espacial da urbanização.

Um processo já muito perceptível no Rio Grande do Sul, nos anos 80, é a emergência de pequenos municípios com decréscimo na população urbana, aprofundando uma característica de perda absoluta de população, identificada desde o período anterior, porém até então restrita ao rural.

A espacialidade desses processos vai construindo, ao longo das décadas, a distribuição de pólos em toda a extensão geográfica dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, em Santa Catarina, de forma mais concentrada no eixo leste e pontual no interior (Mapa 1).

- **Distribuição espacial dos centros**

Em 1970, as cinco cidades paranaenses com mais de 50 mil habitantes correspondiam exatamente aos pólos regionais, hoje consolidados, de Curitiba, Londrina, Maringá, Paranaguá e Ponta Grossa (Tabela 34). A partir de 1980, agregam-se a estes, novos pólos de importância regional ou sub-regional, como Apucarana, Cascavel, Guarapuava, Paranavaí, Umuarama e Foz do Iguaçu – este destacando-se como pólo fronteiro entre Brasil, Paraguai e Argentina. Emergem, também, os municípios periféricos a Curitiba (Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais), consolidando sua área metropolitana. Em 1991, outros oito municípios passam a fazer parte deste rol, trazendo como principais modelações a expansão da área metropolitana de Curitiba nas direções norte e sul, com a agregação de Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo, e a conformação de uma aglomeração urbana no norte do estado, ao inserir Cambé, município periférico a Londrina. Além destes, Araongas, Telêmaco Borba, Campo Mourão e Toledo estendem a rede de pólos regionais e sub-regionais nas demais regiões do estado. Em 1996, atingem 50 mil habitantes as áreas urbanas de Sarandi – município periférico a Maringá, consolidando a aglomeração do Norte –, Francisco Beltrão, reforçando a rede urbana do Sudoeste e Pinhais, desmembrado de Piraquara, que passa a ser um dos maiores adensamentos periféricos da Região Metropolitana de Curitiba.

Tabela 34

População urbana e taxas anuais de crescimento geométrico por coorte dos municípios com população urbana superior a 50 mil habitantes, no Paraná – 1970/96

Município	População urbana				Taxa geométrica crescimento (%)	
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91
Com mais de 50 000 habitantes desde 1970						
Curitiba	584 481	1 024 975	1 315 035	1 476 253	5,8	2,3
Londrina	163 528	266 940	366 676	400 292	5,0	2,9
Maringá	100 100	160 689	234 079	260 955	4,9	3,4
Paranaguá	52 125	72 066	94 689	108 032	3,3	2,5
Ponta Grossa	113 074	172 946	221 671	244 298	4,3	2,3
Atingem 50 000 habitantes entre 1970 e 1980						
Apucarana	43 573	67 161	86 079	93 595	4,4	2,3
Cascavel	34 961	123 698	177 766	205 392	13,5	3,7
Colombo	1 092	54 979	110 273	145 988	48,0	6,3
Foz do Iguaçu	20 147	101 330	186 385	228 326	17,5	6,3
Guarapuava	43 264	89 951	116 210	132 857	7,6	2,7
Paranavaí	39 309	54 666	64 354	67 834	3,4	1,5
Piraquara	12 113	60 927	91 438	(1)-	17,5	3,7
São José dos Pinhais	21 475	56 804	111 952	151 209	10,2	6,2
Umuarama	33 774	59 861	77 541	76 552	5,9	2,4
Atingem 50 000 habitantes entre 1980 e 1991						
Almirante Tamandaré	4 288	27 063	59 080	80 058	20,2	7,1
Arapongas	36 609	48 213	60 025	69 630	2,8	2,0
Araucária	5 473	27 128	54 262	68 648	17,4	6,3
Cambé	13 510	44 803	66 817	74 380	12,7	3,6
Campo Largo	15 927	37 401	53 892	63 747	8,9	3,3
Campo Mourão	27 780	49 401	72 335	73 535	5,9	3,8
Telêmaco Borba	22 813	36 188	54 649	57 782	4,7	3,8
Toledo	14 986	42 994	72 402	76 125	11,1	5,5
Atingem 50 000 habitantes entre 1991 e 1996						
Francisco Beltrão	13 413	28 289	45 622	52 031	7,8	4,3
Pinhais	-	-	-	82 787	-	-
Sarandi	-	-	46 208	57 475	-	8,0

Notas: O cálculo das taxas geométricas de crescimento por coorte considera a divisão territorial de 1970 para o intervalo 1970/80. Não foram calculadas as taxas de crescimento para 1991/96 por não se encontrarem disponíveis as reconstituições das populações de municípios desmembrados.

(1) Desmembrou dando origem a Pinhais.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996).

Em Santa Catarina, dos sete centros urbanos com mais de 50 mil habitantes em 1970, seis distribuem-se na porção leste do estado (Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville e Tubarão), com exceção de Lages, localizado no planalto, ao Sul (Tabela 35). Em 1980, passam a integrar este grupo Chapecó, importante pólo do oeste do estado, e São José – este anunciando a periferização de Florianópolis num processo que torna-se nítido a partir de 1991 com a inclusão de Palhoça na categoria. Também em 1991, Brusque e Jaraguá do Sul e em 1996, Balneário de Camboriú passam a apresentar mais de 50 mil habitantes urbanos, intensificando a concentração de pólos na porção leste do estado.

Tabela 35

População urbana e taxas anuais de crescimento geométrico por coorte dos municípios com população urbana superior a 50 mil habitantes, em Santa Catarina – 1970/96

Municípios	População urbana				Taxa geométrica de crescimento (%)	
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91
Com mais de 50 000 habitantes desde 1970						
Blumenau	86 519	146 001	186 327	198 862	5,23	2,22
Criciúma	55 317	96 332	132 313	143 229	5,55	3,14
Florianópolis	121 026	161 773	239 996	250 657	2,90	3,59
Itajaí	54 073	78 779	114 555	129 241	3,76	3,40
Joinville	112 134	222 273	334 674	372 691	6,84	3,72
Lages	89 494	123 616	138 575	138 669	3,23	2,03
Tubarão	51 064	64 508	83 264	71 991	2,34	2,32
Atingem 50 000 habitantes entre 1970 e 1980						
Chapecó	20 275	55 269	96 751	113 988	10,03	5,09
São José	29 363	79 200	128 375	137 659	9,92	4,39
Atingem 50 000 habitantes entre 1980 e 1991						
Brusque	32 380	37 923	53 488	60 703	1,58	3,13
Jaraguá do Sul	14 752	32 281	62 565	72 104	7,83	6,02
Palhoça	6 397	35 089	65 791	78 610	17,02	5,71
Atinge 50 000 habitantes entre 1991 e 1996						
Balneário de Camboriú	7 753	21 583	39 888	57 088	10,24	5,58

Notas: O cálculo das taxas geométricas de crescimento por coorte considera a divisão territorial de 1970 para o intervalo 1970/80 e a de 1980 para o intervalo 1980/91. Não foram calculadas as taxas de crescimento para 1991/96 por não se encontrarem disponíveis as reconstituições das populações de municípios desmembrados.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996).

Tabela 36

População urbana e taxas anuais de crescimento geométrico por coorte dos municípios com população superior a 50 mil habitantes, no Rio Grande do Sul – 1970/96

Município	População urbana				Taxa geométrica de crescimento (%)	
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91
Com mais de 50 000 habitantes desde 1970						
Bagé	59 712	70 005	92 324	94 695	1,59	2,56
Cachoeira do Sul	52 052	62 110	71 510	73 003	1,77	2,41
Canoas	149 153	214 968	270 672	284 059	3,66	2,13
Caxias do Sul	114 008	200 354	264 775	293 725	5,64	2,58
Novo Hamburgo	81 252	133 221	201 502	211 377	4,94	3,84
Passo Fundo	70 869	105 468	137 288	150 205	3,98	2,80
Pelotas	154 827	204 803	265 192	282 713	2,80	3,09
Porto Alegre	869 783	1 114 867	1 247 529	1 255 054	2,48	1,04
Rio Grande	103 921	137 093	165 025	171 420	2,77	1,71
Santa Maria	124 136	154 565	196 342	214 065	2,19	2,35
São Leopoldo	62 990	94 868	160 358	178 549	4,10	4,90
Uruguiana	63 345	81 281	105 822	113 258	2,49	2,44
Atingem 50 000 habitantes entre 1970 e 1980						
Alegrete	46 077	55 598	68 191	72 569	1,88	1,88
Alvorada	39 655	90 912	141 881	161 885	8,30	4,14
Cachoeirinha	29 953	62 751	87 951	95 844	7,40	3,13
Cruz Alta	44 455	54 932	62 490	64 959	2,12	1,87
Esteio	32 893	50 208	70 468	75 159	4,23	3,14
Gravataí	36 226	80 596	167 863	190 127	8,00	7,29
Ijuí	31 768	53 958	60 859	63 849	5,30	1,11
Santa Cruz do Sul	33 045	55 095	78 955	83 389	5,11	3,48
Santana do Livramento	48 943	58 318	73 557	79 467	1,75	2,14
Santo Angelo	39 093	55 086	61 165	65 037	3,43	3,49
Sapucaia do Sul	41 147	78 849	104 486	113 333	6,50	2,60
Viamão	11 431	106 657	156 145	159 498	22,33	3,56
Atingem 50 000 habitantes entre 1980 e 1991						
Bento Gonçalves	23 782	42 071	65 755	73 718	5,70	4,15
Carazinho	29 503	43 120	50 742	53 267	3,79	1,50
Erechim	33 934	48 224	62 377	71 030	3,51	2,80
Guaíba	20 156	44 231	73 778	84 022	7,86	6,75
São Borja	29 519	42 287	52 562	54 624	3,59	2,49
Sapiranga	11 333	30 770	52 907	57 445	9,99	6,30
Atingem 50 000 habitantes entre 1991 e 1996						
Campo Bom	14 775	32 179	46 481	50 219	7,78	3,41
Lajeado	18 041	32 559	47 921	55 618	5,90	5,73
Santa Rosa	23 729	40 384	48 356	53 270	5,32	1,66
São Gabriel	28 249	41 581	47 967	50 905	3,87	1,32

Notas: O cálculo das taxas geométricas de crescimento por coorte considera a divisão territorial de 1970 para o intervalo 1970/80 e a de 1980 para o intervalo 1980/91.

Não foram calculadas as taxas de crescimento para 1991/96 por não se encontrarem disponíveis as reconstituições das populações de municípios desmembrados.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996).

No Rio Grande do Sul, a distribuição dos 12 municípios com população maior que 50 mil habitantes, como no Paraná, pontua-se equilibradamente por todo o território. A partir de 1970, já está estruturada uma rede de cidades onde se destaca a concentração de grandes centros na Região Metropolitana, como Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande caracterizam-se como pólos das regiões Nordeste, Noroeste e Sul. Uruguaiana, no Extremo Sudoeste, na fronteira do Brasil com a Argentina, aponta para o início de um processo de formação de pólos e aglomerações fronteiriças. Em 1980, 12 novos municípios passam a agregar este grupo, dos quais seis situam-se na Região Metropolitana de Porto Alegre – Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Gravataí, Sapucaia do Sul e Viamão – e um, Santa Cruz do Sul, no seu eixo de expansão. Outros cinco estendem a rede de pólos regionais no interior (Alegrete, ao Sul, Cruz Alta e Ijuí, a Noroeste, e Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai).

A partir de 1991, mais seis municípios integram esse rol (Guaíba e Sapiranga, na Região Metropolitana de Porto Alegre, Bento Gonçalves, na região de Caxias do Sul, Carazinho e Erechim, ao Norte do estado, e São Borja, na fronteira com a Argentina), dando prosseguimento ao fenômeno de configuração de aglomerações urbanas fronteiriças. Atingem 50 mil habitantes em 1996, Campo Bom e Lageado, respectivamente municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e sua área expandida, e Santa Rosa e São Gabriel reforçando a rede de pólos no interior do estado (Tabela 36).

- **Dinâmica da concentração urbana**

Na região Sul, os municípios com população urbana superior a 50 mil habitantes representam 53,7% da população total. O Rio Grande do Sul contribui com a maior parcela desse contingente. No entanto, ao se analisarem os municípios que ingressam nesse estrato após 1980, o Paraná se sobressai com a maior proporção, evidenciando o mais intenso ritmo de transformação recente dentre os estados do Sul.

A análise por coorte¹⁸ (Tabela 37), aplicada aos centros urbanos pertencentes ao estrato de tamanho de mais de 50 mil habitantes, revela que na região Sul o crescimento das localidades urbanas mais populosas apresenta tendência declinante entre um decênio e outro (2,1% a.a. entre 1970 e 1980 para 1,2% a.a. entre 1980 e 1991).

Tabela 37

Indicadores relativos à análise por coorte dos municípios da região Sul com mais de 50 mil habitantes urbanos – 1970/91

Indicadores	Taxa anual de crescimento (%) 1970/80		1991		Taxa anual de crescimento (%) 1980/91	
	Total	Exclui RMs ⁽¹⁾	Total	Exclui Rms ⁽¹⁾	Total	Exclui RMs ⁽¹⁾
	Municípios > 50 000 habit. urbanos desde 1970					
Número de municípios			24	18		
População urbana	1,70	1,74	6673841	3238749	1,01	1,15
Munic. que atingem 50 000 habit. urbanos entre 1970 e 1980						
Número de municípios			23	13		
População urbana	3,40	2,31	2415955	1244588	1,61	1,36
Total de municípios > 50 000 habit. urbanos em 1980						
Número de municípios			47	31		
População urbana	2,05	1,89	9089796	4483337	1,16	1,20
Municípios que atingem 50 000 entre 1980 e 1991						
Número de municípios					17	10
População urbana	2,90	2,23	1039982	680272	1,74	1,48
Total de munic. > 50 000 habit. urbanos em 1991						
Número de municípios			64	41		
População urbana	2,12	1,93	10129778	5163609	1,22	1,24

Nota: A análise por coorte dos municípios considera a divisão territorial de 1970 para o intervalo 1970/80 e a de 1980 para o intervalo 1980/91.

(1) RMs – Regiões Metropolitanas de Curitiba (RMC) e de Porto Alegre (RMPA) e Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF).

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991).

18. Para se empreender essa análise é necessário que, dados dois censos, seja fixada a estrutura de população urbana estratificada segundo tamanhos de cidades, no primeiro censo, e feita a leitura, no segundo, do contingente de população urbana recenseado naqueles centros, independentemente do estrato de tamanho ao qual passem a pertencer, no segundo Censo. No caso de municípios que sofreram desmembramentos no período intercensitário, utiliza-se o artifício simples de agregar, para o segundo ano censitário, os contingentes dos municípios desmembrados aos de seus respectivos municípios de origem.

Aquelas que já possuíam mais de 50 mil habitantes em 1970 têm taxas de crescimento inferiores às dos centros que se incluem posteriormente. Dentre eles, os que passaram a compor este grupo na década de 70 apresentavam níveis de crescimento impactantes, no intervalo 1970/80. Não deixa de ser relevante, porém, a intensidade do crescimento dos que entraram no período seguinte, que evidencia que o salto para mudança de estrato de tamanho se faz acompanhar por um crescimento abrupto, indicativo da maior capacidade do município em absorver os elementos que regem a dinâmica de concentração. Nesse conjunto de municípios, a intensidade e a velocidade do crescimento populacional provocam severas implicações nas estruturas urbanas instaladas, criando quadros de carência visível quanto a serviços e infra-estrutura.

Uma leitura que exclui os municípios integrantes das regiões metropolitanas oficiais¹⁹ (Porto Alegre e Curitiba) e da aglomeração urbana de Florianópolis²⁰ demonstra que, para os centros com mais de 50 mil habitantes desde 1970, os do interior crescem mais intensamente. Em nível estadual, distinguem-se três situações. No Rio Grande do Sul, com uma Região Metropolitana consolidada historicamente e uma rede de cidades significativa, as taxas de crescimento nos dois intervalos apresentam-se muito próximas (ao redor de 3% no primeiro intervalo e de 2% no segundo), com peso ligeiramente superior do conjunto de municípios que exclui a Região Metropolitana de Porto Alegre, destacando-se o crescimento de Caxias do Sul, com taxa de 5,6% a.a. No Paraná, observa-se que o elevado ritmo de incremento de 5,2% a.a., do período 1970/80, declina para 2,5% a.a. entre 1980 e 1991. Excluindo a Região Metropolitana de Curitiba, percebe-se que, no primeiro intervalo, o pólo principal condicionou o ritmo mais elevado do grupo, ao passo que, no decênio seguinte, foram os demais pólos que cresceram com mais vigor. Enquanto no

-
19. Regiões Metropolitanas instituídas pela Lei Federal 14/73, incluindo os municípios de: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais na Região Metropolitana de Curitiba, sendo que, destes, foram desmembrados Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Tunas do Paraná; Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo que, destes, foram desmembrados Eldorado do Sul, Glorinha e Nova Hartz.
20. Considerando os municípios que efetivamente compõem uma mancha contínua de ocupação, ou seja, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José.

primeiro intervalo Curitiba apresenta as mais elevadas taxas de crescimento, no segundo, estas incidem em Maringá. Em Santa Catarina, numa situação inversa, o conjunto de municípios excluindo o aglomerado de Florianópolis apresentou o maior crescimento entre 1970 e 1980, com taxa de 4,9% a.a., condicionado por Joinville, com taxa de 6,8% a.a. Esse grupo mantém no intervalo seguinte a mesma liderança no crescimento. Incluindo os municípios do aglomerado urbano de Florianópolis, observa-se que é no segundo intervalo que este conjunto começa a condicionar o processo de crescimento. Embora, a partir de 1980, Joinville torne-se o município mais populoso do estado, é o aglomerado de Florianópolis que passa a reunir o maior contingente de população urbana num espaço contínuo.

O cenário atual, referente aos municípios de porte superior a 50 mil habitantes urbanos, caracteriza-se, assim, numa intensidade de crescimento situada na faixa entre 2,3% e 3,5% a.a. nos três estados. O Rio Grande do Sul apresenta uma situação mais consolidada e com as taxas menores e mais equilibradas entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o interior. Mesmo assim, entre 1980 e 1991, os municípios desse estrato de tamanho que apresentaram maior crescimento foram Gravataí (7,3% a.a.), Guaíba (6,8% a.a.) e Sapiranga (6,3% a.a.), todos na Região Metropolitana de Porto Alegre. O Paraná, com semelhante comportamento, peculiariza-se, apenas, por apresentar taxas um pouco mais elevadas. Nesse estado, os municípios do porte em análise que se destacam por crescimento mais elevado também localizam-se na Região Metropolitana: Almirante Tamandaré (7,1% a.a.), Colombo e Araucária (6,3% a.a.). Santa Catarina mostra ainda a construção de um espaço de concentração em torno da capital, apresentando um crescimento em taxas similares às do Paraná. Os municípios com maior crescimento urbano são Palhoça (5,7% a.a.) e São José (4,4% a.a.), no aglomerado urbano de Florianópolis, e Jaraguá do Sul (6,1% a.a.) e Chapecó (5,1% a.a.), no interior.

- **Concentração urbana nas Regiões Metropolitanas**

O fenômeno da desmetropolização se insinua na região Sul, dada a diminuição do ritmo de crescimento dos pólos das regiões metropolitanas

oficiais, especialmente Porto Alegre. No entanto, o crescimento acentuado dos demais municípios das áreas metropolitanas, assim como as inúmeras aglomerações urbanas que vêm se constituindo nos três estados, como indício de uma “metropolização disseminada”, consolidam esses espaços concentradores como áreas dinâmicas e irradiadoras de seu dinamismo.

A participação das regiões metropolitanas no total da população regional, considerando apenas as oficialmente institucionalizadas, tem apresentado aumento. De 1960 para 1996, cresce de 12,7 para 23,3% o peso da população dessas regiões no total da região Sul. O mesmo se verifica em relação à participação na população total dos respectivos estados. Neste caso, já em 1970, o Rio Grande do Sul apresentava o padrão de concentração relativo verificado em 1991 no Paraná – a Região Metropolitana de Porto Alegre tem a participação crescendo de 19,1 para 32,2%, e a Região Metropolitana de Curitiba, de 11,1 para 26,2%, no período 1960/96 (Tabela 38). Esse crescimento de participação está centrado cada vez menos no pólo metropolitano, e sim distribuído entre este e os municípios contíguos.

Tabela 38

População total e urbana das Regiões Metropolitanas de Curitiba e de Porto Alegre e de seus respectivos pólos, e participações percentuais em relação à população do Brasil, da região Sul e do estado – 1960/96

Região Metropolitana	População metropolitana		População total (%)			População do pólo		B/A %
	Total (A)	Urbana	R.M./ Brasil	R.M./ Região Sul	R.M./ Estado	Total (B)	Urbana	
Curitiba								
1960	472 464	-	0,67	4,01	11,08	356 830	-	75,53
1970	821 233	656 469	0,88	4,98	11,85	609 026	584 481	74,16
1980	1 440 626	1 325 275	1,21	7,57	18,88	1 024 975	1 024 975	71,15
1991	2 000 805	1 877 232	1,36	9,04	23,68	1 315 035	1 315 035	65,73
1996	2 578 303	2 369 636	1,51	10,08	26,23	1 476 253	1 476 253	62,30
Porto Alegre								
1960	1 027 507	-	1,47	8,72	19,07	635 125	-	61,81
1970	1 531 257	1 408 474	1,64	9,28	22,97	885 545	869 783	57,83
1980	2 231 392	2 148 079	1,88	11,72	28,70	1 125 477	1 114 867	50,44
1991	2 922 135	2 829 967	1,99	13,99	33,99	1 263 403	1 247 529	43,24
1996	3 105 966	2 973 051	1,98	13,21	32,23	1 288 879	1 255 054	41,50

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1960, 1970, 1980 e 1991); Contagem da População (1996).

As informações da Contagem da População²¹ revelam que as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba apresentam taxas elevadas no crescimento da maioria de seus municípios. No conjunto, a Região Metropolitana de Porto Alegre tem um declínio de crescimento, atingindo a taxa de 1,2% a.a., bem inferior ao da década passada (2,6% a.a.). A Região Metropolitana de Curitiba, com taxa de 3,4% a.a., permanece em ritmo ascendente, surpreendendo por apresentar um patamar superior ao da década anterior, que já era elevado (3% a.a.). Cabe chamar a atenção para o fato de que, ainda que ocorra diminuição da taxa de crescimento com relação à década anterior, como é o caso de Porto Alegre, sua incidência sobre volumes populacionais elevados faz com que, praticamente, sejam agregados nessas áreas contingentes populacionais compatíveis aos das maiores cidades dos estados. A tendência de desaceleração do ritmo de crescimento do pólo em favor da manutenção elevada do crescimento dos municípios periféricos se confirma em Porto Alegre, que reduz suas taxas de 1,1% a.a. entre 1980 e 1991 e 0,40% a.a. entre 1991 e 1996, enquanto Curitiba mantém o mesmo ritmo elevado do período 1980/91 (2,3% a.a.), dividindo com os municípios periféricos, que apresentam taxas muito mais elevadas, a dinâmica acelerada de crescimento.

Uma diferença marcante entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e a de Curitiba está na participação do pólo. Em 1960, a Região Metropolitana de Porto Alegre, embora concentrasse 19% da população total do estado, retinha no pólo apenas 61,8%; enquanto a Região Metropolitana de Curitiba, em 1991 concentra 23,7% da população total, retendo no pólo 65,7%. Em 1996, mais da metade da população da Região Metropolitana de Porto Alegre está distribuída entre os municípios periféricos, e na Região Metropolitana de Curitiba, pouco mais de 37%.

Esse fenômeno é presenciado em todas as regiões metropolitanas brasileiras, onde os pólos perdem a condição de núcleos hegemônicos e passam a dividir com os municípios periféricos não só a localização da população como também das atividades econômicas e serviços complexos.

21. Dada a dificuldade, devido aos desmembramentos de municípios, de reconstituir a população de 1991 para a elaboração das taxas de crescimento da população no período 1991/96, estas taxas foram compostas apenas para casos excepcionais, como as Regiões Metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre e a aglomeração urbana de Florianópolis.

Assim, os dados apontam que a aparente desmetropolização pode ser entendida como o redirecionamento do fenômeno da metropolização, consolidando as áreas metropolitanas como unidades regionais. Apontam também para a extensão da dinâmica metropolitana a áreas contíguas, mesmo que mais distantes, incorporando outras aglomerações e intensificando macrocomplexos metropolitanos. Essa incorporação define histórias particulares em cada Região Metropolitana.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba, o êxodo rural dos anos 70 foi o fator preponderante da concentração. Nesse período, foi a região brasileira que mais cresceu, mantendo, nos anos 80, um ritmo elevado de crescimento, situando-se então entre as três regiões metropolitanas de maior crescimento. Entre 1970 e 1980, a ocupação do espaço institucionalmente delimitado delineia um caminho que percorre inicialmente os municípios limítrofes a Curitiba, prosseguindo para os mais distantes entre 1980 e 1991. Tal ocupação foi condicionada por vários fatores, dentre eles: o elevado preço do solo em Curitiba; a acessibilidade do sistema viário; as restrições impostas pelas legislações de uso e ocupação; as legislações de uso do solo flexíveis nos demais municípios; e a grande oferta de lotes populares em porções territoriais contíguas aos limites administrativos de Curitiba, muitas vezes localizados nas áreas de mananciais de abastecimento hídrico, cujo parcelamento foi aprovado antes da vigência da Lei Federal 6.766/79.²² Como nos demais centros metropolitanos, esses fatores induziram o extravasamento da ocupação para além das fronteiras da metrópole, configurando periferias que expressam a segregação espacial e social da população (Moura, Ultramari & Cardoso, 1994: 21-33). Vetores de ocupação que partiram de Curitiba em direção a Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Campo Largo e Araucária configuraram uma mancha contínua de ocupação nas proximidades dos limites administrativos do pólo, guardando relativa distância das sedes dos municípios incorporados. Na direção de São José dos Pinhais, essa ocupação também inclui a sede municipal. Na década seguinte, os mesmos vetores intensificam-se nos rumos mais distantes do pólo, agregando à mancha de ocupação contínua os municípios de Mandirituba, Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Sob o impulso da atividade industrial, a Região Metropolitana de Porto Alegre já nos anos 20 apresentava-se como importante centro de produtos

22. Lei que regulamenta, dentre outros, o parcelamento do solo urbano.

manufaturados no estado. Diferentemente do eixo Pelotas/Rio Grande, que participava com poucos ramos industriais voltados ao mercado interno, a região de Porto Alegre possuía uma indústria mais diversificada e voltada para o mercado externo. A construção da BR 116, em 1938, consolida a importância econômica do eixo norte da região (Porto Alegre/Novo Hamburgo), assim como expande seu parque industrial para outros municípios (como São Leopoldo), que posteriormente passam a compor a Região Metropolitana. Assim, na década de 30, a região era configurada por uma rede de subcentros excepcionalmente desenvolvida para os padrões da época. A expansão da atividade industrial e o afluxo mais intenso de migrantes para a região, nas décadas de 40 e 50, fizeram com que, de forma semelhante à Região Metropolitana de Curitiba, fossem instituídas legislações restritivas ao uso e ocupação do solo do município de Porto Alegre. Essas leis, pelos seus efeitos na valorização fundiária urbana, induziram uma reorientação da ocupação para novos municípios periféricos, que ainda não haviam fixado suas normas de controle, inserindo na dinâmica metropolitana Viamão, Gravataí, Alvorada e Cachoeirinha, situados no eixo Leste, e mais tarde Guaíba, situado a Oeste, cumprindo basicamente a função de cidades-dormitório (Martins, 1992: 142-159).

Para além de seus limites oficiais, a Região Metropolitana de Curitiba expande-se hoje, absorvendo, numa dinâmica comum, as regiões de Ponta Grossa e Castro, a oeste, e do Litoral. A Região Metropolitana de Porto Alegre, apoiada já nos anos 20 na atividade industrial, tem sua dinâmica metropolitana expandindo-se rumo às regiões de Caxias do Sul, Gramado e Canela, Montenegro, Lajeado e Estrela, Osório e Pelotas (Neves, 1990: 118-140). Ambos os casos configuram macrorregiões com funções diversificadas e complementares, exercendo importante atratividade no processo de desconcentração da atividade econômica nacional.

Confirmando o processo de disseminação de novas metrópoles e de expansão das áreas de abrangência de sua polarização, é necessário considerar, ainda, que na região Sul o processo de metropolização já ultrapassa as regiões metropolitanas oficiais, que sem dúvida são sua face mais importante. Espaços com características nitidamente pré-metropolitanas já são perceptíveis, como é o caso do aglomerado urbano de Florianópolis. As limitações ao crescimento impostas pelo seu sítio urbano – uma ilha montanhosa, com mangues, dunas, restingas, etc. – comprovam que a expansão de sua ocupação só foi possível

ultrapassando seus limites administrativos e incorporando basicamente os territórios de municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu) e, mais recentemente, Santo Amaro da Imperatriz. Esse conjunto forma o maior aglomerado populacional do estado, polarizado pela capital político-administrativa e principal centro de serviços, com vetores que demonstram a tendência de crescimento em direção aos demais municípios da região. Concorrente com os aglomerados de Joinville, Itajaí e Blumenau, Florianópolis já compõe com eles importante vetor de ocupação econômica do eixo leste do estado, no corredor de integração da economia nacional com o Sul.

Na região Sul, o processo de concentração urbana também reproduz a mesma dinâmica numa outra escala, disperso na rede de cidades. Comparativamente a outras regiões brasileiras, as cidades do Sul estruturam-se numa rede mais equilibrada, com importante parcela da população vivendo em pólos que se distribuem nas diversas regiões do território. Enquanto em alguns estados do Norte, Nordeste, e até mesmo no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais, no Sul, Porto Alegre concentra 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% dessa população, em 1996 – sendo esta última a capital brasileira que retém a menor proporção da população urbana do estado.

Esse padrão se mantém enquanto uma tendência, já que as taxas de crescimento da população urbana desses centros, nas últimas décadas, vêm decrescendo. De um lado, a polarização metropolitana se sustenta com o elevado grau de crescimento dos municípios periféricos, de outro, os pólos que compõem a rede de cidades, salvo raras exceções, embora não ostentem taxas elevadas de crescimento, também não demonstram sinais de estagnação. Ao longo do tempo, esses centros têm definido áreas de abrangência da polarização e consolidado sua importância na polaridade regional, a partir de especialidades urbanas que não os submetem a uma condição de concorrência, resultando no reforço da rede urbana.

Dinâmica das microrregiões geográficas

A leitura por microrregiões permite que se constatem similaridades nos três estados, como a tendência generalizada de crescimento urbano a taxas decrescentes na grande maioria das microrregiões do interior, e de crescimento

concentrado nas microrregiões polarizadas pelas capitais dos estados e em outras poucas, onde o pólo tem uma dinâmica que sustenta a atratividade. Os fatores que justificam essa tendência são aqueles resultantes do padrão concentrador da distribuição espacial da atividade econômica, e de seus efeitos na estruturação da rede de serviços e infra-estruturas urbanas em determinados pontos do território.

Constata-se, também, a continuidade da evasão rural de microrregiões do interior dos estados com redução da intensidade, porém com focos de migração ainda crescentes, decorrentes dos mesmos fatores que, na década de 70, provocaram a migração rural acelerada. Esses fatores, agora, se mostram agravados considerando-se que, por um lado, na sua continuidade, o processo de modernização do complexo indústria/produtor não apenas deixa de absorver novos produtores, como acentua a seleção em decorrência do estrangulamento das políticas creditícias que sustentaram o dinamismo do setor no período precedente. Nesse contexto, persiste, também, a saída de pequenos produtores fragilizados que, por motivos diversos, abandonam a atividade. Além disso, sob a perspectiva de um reordenamento do espaço rural, tem-se que a agroindústria, no seu sentido mais tradicional – como etapa de beneficiamento de cereais, fibras e mesmo abate de animais –, já encontra seus limites, tanto pela fronteira interna ao estado como pela concorrência com novas áreas do Centro-Oeste do país, para onde as empresas e cooperativas estão orientando a ampliação de seus investimentos (Urban & Besen, 1997).

Outra similaridade é a existência de várias microrregiões no interior dos estados, com elevado volume de população rural e baixo grau de urbanização, convivendo com os mesmos fatores de expulsão, que tornam evidente a potencialidade de fluxos migratórios.

É similar também a presença de proporção elevada de população rural em microrregiões com alta taxa de urbanização, anunciando a possibilidade de intensificação da atividade rural voltada a mercados consumidores urbanos. Este comportamento se acentua a partir dos anos 80, particularmente nas áreas metropolitanas.

Apesar dessas características comuns, os estados se distinguem por algumas singularidades. No Paraná, o crescimento urbano das microrregiões geográficas é geral, porém somente em casos excepcionais as taxas do período 1980/91 apresentam-se acima das verificadas no intervalo 1970/80.

O movimento populacional desses 30 anos confirma a concentração urbana já delineada em 1970, em favor das microrregiões de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, bem como indica novas concentrações tais como Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, que formam um eixo urbano; e, em menor escala, emergem as microrregiões de Francisco Beltrão, Guarapuava e Rio Negro.

Num outro extremo, distinguem-se as microrregiões que perdem posição no conjunto do estado, observando-se entre elas algumas que ocupavam, em 1970, posição de destaque, como as microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Apucarana.

A dinâmica populacional no Paraná ainda encontra-se fortemente afetada pela evasão rural, particularmente nas microrregiões do Norte.

Em termos de comportamento da população rural, pode-se distinguir algumas particularidades:

- microrregiões com perdas elevadas, porém menos intensas que na década de 70, localizadas fundamentalmente no norte do estado (Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Goio-Erê, Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal, Assaí, Cornélio Procópio e Toledo);
- microrregiões que registram perdas elevadas e crescentes (Campo Mourão, Ivaiporã, Ibaiti, Wenceslau Braz, Jaguariaíva, Cascavel, Francisco Beltrão e Pato Branco);
- microrregiões que começam a registrar perdas elevadas da população rural apenas nos anos 80 (Telêmaco Borba, Foz do Iguaçu, Capanema, Pitanga, Guarapuava, Palmas e Cerro Azul);
- as demais microrregiões apresentam um ritmo de perda muito pequeno.

Vale notar que entre as áreas de maior concentração de população rural – Umuarama, Campo Mourão, Ivaiporã, Toledo, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Prudentópolis e Curitiba – que concentravam 45,1% da população rural do estado em 1991, apenas as três últimas não registraram, em nenhum dos períodos, uma intensidade de evasão populacional expressiva.

Quanto à taxa de urbanização, o Paraná ainda apresenta sete microrregiões que detêm 9,2% da população do estado com taxas de urbanização inferiores a 50%. No outro extremo, com taxas de urbanização acima da média da região Sul, encontram-se oito microrregiões que detêm 48,4% da população total (Tabela 39).

Tabela 39

Grau de urbanização, participação percentual e taxas anuais de crescimento geométrico da população segundo microrregiões geográficas do Paraná – 1970/91

Microrregiões geográficas	Grau de urbanização (%)	Participação %		Taxa anual de crescimento (%)			
		1991		Urbano		Rural	
		Urbana	Rural	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
1 Paranavaí	74,36	2,98	2,83	3,25	1,76	-5,65	-4,76
2 Umuarama	61,02	3,12	5,49	4,59	1,75	-5,75	-5,28
3 Cianorte	65,79	1,17	1,68	2,17	2,83	-6,09	-4,95
4 Goio-Erê	56,57	1,41	2,98	5,74	2,76	-6,76	-3,77
5 Campo Mourão	63,89	2,40	3,74	5,14	3,16	-4,6	-4,67
6 Astorga	73,97	2,01	1,94	2,85	2,76	-6,07	-5,64
7 Porecatu	73,01	1,01	1,02	4,25	1,31	-7,07	-5,46
8 Florai	73,83	0,41	0,40	1,44	2,53	-10,8	-7,53
9 Maringá	93,78	5,46	1,00	5,63	4,2	-8,51	-3,04
10 Apucarana	80,66	3,04	2,01	3,61	2,12	-5,65	-3,61
11 Londrina	92,01	8,06	1,93	5,46	3,05	-6,43	-3,72
12 Faxinal	52,98	0,46	1,13	3,24	1,74	-6,7	-5,35
13 Ivaiporã	41,96	1,21	4,59	6,42	2,17	-2,65	-3,57
14 Assaí	61,17	0,77	1,35	2,45	2,65	-5,95	-4,00
15 Cornélio Procopio	70,50	2,14	2,46	2,15	2,29	-7,37	-3,32
16 Jacarezinho	69,92	1,35	1,60	2,60	2,13	-4,28	-3,40
17 Ibaiti	52,92	0,61	1,50	5,60	2,91	-2,93	-4,13
18 Wenceslau Braz	52,60	0,74	1,85	2,52	0,94	-2,27	-4,30
19 Telêmaco Borba	57,21	1,09	2,23	5,28	3,76	2,07	-4,50
20 Jaguariaíva	63,89	0,83	1,29	3,94	6,03	-0,29	-2,00
21 Ponta Grossa	84,28	4,45	2,28	4,60	2,5	0,02	0,17
22 Toledo	62,65	3,52	5,78	9,75	2,86	-4,37	-3,85
23 Cascavel	69,94	3,96	4,68	13,06	3,36	-1,66	-3,66
24 Foz do Iguaçu	83,50	4,38	2,38	15,51	5,28	1,41	-6,85
25 Capanema	37,94	0,48	2,17	7,32	1,13	0,52	-3,24
26 Francisco Beltrão	47,93	1,82	5,44	7,50	4,11	-0,46	-3,36
27 Pato Branco	52,85	1,28	3,14	7,89	2,48	-0,78	-1,96
28 Pitanga	25,30	0,36	2,95	6,16	5,53	2,00	-3,45
29 Guarapuava	52,77	2,84	7,00	9,82	2,18	1,55	-0,02
30 Palmas	54,76	0,70	1,59	4,79	3,08	0,65	-0,53
31 Prudentópolis	27,09	0,48	3,59	2,92	3,05	0,36	0,84
32 Irati	53,41	0,73	1,76	3,37	3,13	-0,58	-0,43
33 União da Vitória	59,40	0,96	1,80	5,31	2,15	-0,55	-0,34
34 São Mateus do Sul	36,43	0,31	1,50	6,21	3,21	-0,84	0,82
35 Cerro Azul	17,29	0,08	1,10	2,80	4,32	0,15	-1,04
36 Lapa	50,00	0,35	0,97	2,47	2,72	-0,29	0,09
37 Curitiba	94,23	28,48	4,80	7,16	3,05	-3,96	0,77
38 Paranaguá	80,89	2,28	1,49	3,01	2,77	-0,66	0,33
39 Rio Negro	70,97	2,26	2,55	7,43	5,59	0,38	1,12
Total do estado	73,36	100,00	100,00	5,97	3,01	-3,32	-3,03
Região Sul	74,12	-	-	4,98	2,98	-2,48	-2,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

De modo similar ao Paraná, a população de Santa Catarina apresenta um crescimento urbano generalizado e, na grande maioria das microrregiões, as taxas do segundo período são bem mais baixas.

A dinâmica do período 1970/91 confirma três fortes concentrações urbanas de dimensões próximas – as microrregiões de Florianópolis, Joinville e Blumenau –, a última reforçando as duas primeiras, que apresentam taxas de crescimento mais altas. Com menor volume de população, porém com importantes ganhos de participação, distinguem-se as microrregiões de Itajaí, Criciúma e Chapecó. A principal diferença em relação ao Paraná está no maior equilíbrio do crescimento das microrregiões, com alterações pequenas no perfil urbano do estado ao longo do período. A maior estabilidade justifica-se por uma situação rural com níveis pequenos de evasão, muito inferiores aos observados no Paraná e Rio Grande do Sul.

O ritmo de evasão rural diminui na maioria das microrregiões, mantendo-se nas de Curitibanos, Campos de Lages, Ituporanga e Tabuleiro e aumentando no Oeste catarinense, nas microrregiões de São Miguel, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia. Essas últimas se caracterizam por maior concentração da população rural (38,1%) e por baixo grau de urbanização, uma vez que, à exceção da microrregião de Joaçaba, as demais têm metade ou mais de sua população ainda residindo no campo (Tabela 40).

Acompanhando a tendência mais geral da região Sul, a população urbana do Rio Grande do Sul registra taxas decrescentes no período 1970/91.

É importante notar que várias microrregiões que detêm um volume expressivo da população rural ainda possuem um grau de urbanização bem abaixo da média da região Sul – como Canoinhas, Curitibanos, Rio do Sul e Tubarão. Entretanto, apenas na microrregião de Curitibanos há indicativos de maior evasão rural (-1,34% a.a. em ambos os períodos).

Algumas microrregiões apresentam um ritmo inverso, porém mantendo taxas muito próximas às do primeiro período (Erexim, Santa Maria, Pelotas e Jaguarão). Todavia, a única microrregião com taxas crescentes e elevadas é Montenegro, com crescimento urbano de 4,2% a.a, colocando-se entre as microrregiões do estado que mais crescem.

Tabela 40

Grau de urbanização, participação percentual e taxas anuais de crescimento geométrico da população segundo microrregiões geográficas de Santa Catarina – 1970/91

Microrregiões geográficas	Grau de urbanização (%)	Participação %		Taxa anual de crescimento (%)			
		1991		Urbano		Rural	
		Urbana	Rural	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
1 São Miguel D'oeste	36,92	1,90	7,83	8,94	2,43	1,92	-0,76
2 Chapecó	51,00	5,31	12,28	9,77	4,38	0,71	-1,24
3 Xanxerê	50,48	2,05	4,84	7,17	4,15	-0,27	-1,44
4 Joaçaba	65,25	5,35	6,85	4,02	4,09	-1,21	-1,29
5 Concórdia	42,43	1,91	6,25	5,93	5,94	0,61	-1,14
6 Canoinhas	58,25	4,01	6,92	4,64	2,69	-0,81	-0,28
7 São Bento do Sul	85,12	2,36	0,99	9,92	3,49	-2,78	0,41
8 Joinville	90,07	14,83	3,93	6,84	4,34	-1,68	-1,20
9 Curitibanos	57,74	2,29	4,03	4,77	2,43	-1,34	-1,34
10 Campos de Lages	73,97	6,21	5,26	3,30	2,29	-2,30	-2,51
11 Rio do Sul	53,89	2,91	5,98	5,03	2,56	-1,92	-0,63
12 Blumenau	79,87	11,01	6,68	5,43	2,86	-2,60	1,49
13 Itajaí	91,31	7,88	1,81	5,78	4,72	-3,69	-3,07
14 Ituporanga	36,58	0,58	2,44	4,08	5,86	-0,18	-0,89
15 Tijucas	52,94	1,06	2,26	2,76	3,38	-1,78	-0,76
16 Florianópolis	90,56	15,00	3,76	6,00	4,23	-2,30	-1,60
17 Tubarão	24,63	0,18	1,34	3,96	1,82	-0,78	-1,00
18 Tubarão	66,58	5,80	7,00	3,31	2,68	-2,12	-0,78
19 Criciúma	79,75	6,57	4,01	6,10	3,84	-3,52	0,58
20 Araranguá	55,91	2,41	4,58	5,96	4,88	-2,21	-0,62
23	54,89	0,32	0,62	8,98	2,86	-4,27	1,22
50	29,24	0,06	0,34	6,78	8,22	-0,93	-2,20
Total do estado	70,64	100,00	100,00	5,63	3,69	-1,16	-0,90
Região Sul	74,12	-	-	4,98	2,98	-2,48	-2,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

A distribuição populacional urbana do Rio Grande do Sul segue um padrão próximo ao do Paraná, porém mais estabilizado e confirma uma forte concentração na microrregião de Porto Alegre e as concentrações tradicionais como Caxias e Campanha Ocidental com ganhos de participação. Entre as concentrações crescentes, destacam-se as microrregiões de Sananduva, Passo Fundo e Osório. Vale notar que tanto o grau de urbanização quanto a taxa de crescimento urbano de Sananduva indicam a constituição de um pólo concentrador da evasão regional (Tabela 41).

Tabela 41

Grau de urbanização, participação percentual e taxas anuais de crescimento geométrico da população, segundo microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul – 1970/91

Microrregiões geográficas	Grau de Urbanização (%)		Participação%		Taxa anual de crescimento (%)			
	1991	1991	1991		Urbano		Rural	
			Urbana	Rural	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
1 Santa Rosa	55,09	1,26	3,35	5,48	2,00	-1,81	-2,52	
2 Três Passos	44,16	1,01	4,15	6,18	2,14	-1,95	-2,73	
3 Frederico Westphalen	31,37	0,90	6,40	4,94	1,95	-0,86	-1,70	
4 Erechim	54,31	1,58	4,34	2,69	2,88	-1,85	-1,48	
5 Sananduva	79,83	2,40	1,98	7,34	3,84	-1,90	-1,90	
6 Cerro Largo	37,49	0,40	2,18	5,75	2,42	-1,14	-1,85	
7 Santo Ângelo	63,25	1,92	3,65	4,67	1,80	-1,43	-2,72	
8 Ijuí	65,58	1,64	2,81	6,93	1,77	-2,23	-0,96	
9 Carazinho	63,62	1,42	2,65	4,46	1,61	-1,21	-1,51	
10 Passo Fundo	69,52	2,62	3,76	4,30	2,90	-2,00	-1,45	
11 Cruz Alta	70,99	1,52	2,02	2,88	1,91	-2,22	-1,22	
12 Não-Me-Toque	58,73	0,32	0,73	5,95	2,63	-2,53	-2,02	
13 Soledade	38,61	0,46	2,38	5,73	3,17	-1,86	-1,57	
14 Guaporé	44,96	0,69	2,74	4,08	3,19	-1,61	-1,11	
15 Vacaria	64,64	1,34	2,40	3,13	1,55	-5,01	-1,23	
16 Caxias do Sul	80,87	6,16	4,76	5,68	3,15	-1,96	-0,05	
17 Santiago	71,90	1,06	1,36	2,95	2,24	-0,82	-1,32	
18 Santa Maria	81,16	3,61	2,74	2,14	2,31	-2,35	-2,10	
19 Restinga Seca	33,89	0,31	2,00	3,56	3,49	-1,37	-1,53	
20 Santa Cruz do Sul	51,84	1,98	6,00	4,96	3,45	-1,09	-0,65	
21 Lajeado-Estrela	59,24	2,07	4,66	4,99	4,32	-1,87	-1,50	
22 Cachoeira do Sul	68,75	1,50	2,23	2,01	1,62	-3,08	-1,38	
23 Montenegro	60,94	1,29	2,71	3,92	4,20	-1,81	0,18	
24 Gramado-Canela	78,27	2,23	2,02	7,60	4,40	-3,33	-1,70	
25 São Jerônimo	73,00	1,24	1,50	2,65	2,54	-1,93	-1,29	
26 Porto Alegre	96,68	38,86	4,35	4,16	2,57	-3,81	1,08	
27 Osório	67,35	2,15	3,40	5,71	4,58	-3,85	-1,28	
28 Camaquã	53,55	0,87	2,46	3,08	2,39	-2,38	-0,20	
29 Campanha Ocidental	84,32	4,21	2,55	2,51	2,27	-3,02	-1,54	
30 Campanha Central	86,59	2,22	1,13	2,55	1,60	-4,23	-2,94	
31 Campanha Meridional	78,04	1,85	1,70	1,68	2,34	-1,17	-1,73	
32 Serras do Sudeste	48,11	0,71	2,51	2,91	2,15	-3,16	-1,68	
33 Pelotas	76,85	4,71	4,63	2,94	2,96	-0,97	-2,86	
34 Jaguarão	75,66	0,57	0,60	1,29	2,16	-2,88	-1,62	
35 Litoral Lagunar	89,29	2,92	1,14	2,93	2,21	-1,12	-2,99	
Total do estado	76,56	100,00	100,00	3,98	2,64	-2,08	-1,48	
Região Sul	74,12	-	-	4,98	2,98	-2,48	-2,00	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1980 e 1991); Tabulações especiais – UNICAMP/IE-NESUR.

Quanto à dinâmica da população rural, embora com ritmo menor que o observado no Paraná, a evasão rural no Rio Grande do Sul já era generalizada no primeiro período, enquanto no Paraná várias microrregiões ainda se caracterizavam como absorvedoras e, somente no segundo período, passam a perder população rural.

Também é comum a redução no ritmo do decréscimo da população rural para a maioria das microrregiões, entretanto, para muitas, principalmente do noroeste e sudeste do estado, a intensidade ainda aumenta, repercutindo com decréscimo também na população total.

Espacialidades recentes

A dinâmica da urbanização da região Sul define um conjunto de espacialidades que descreve a distribuição da população e das atividades econômicas, assim como sinaliza tendências de crescimento, especialização e diversificação funcional. Torna evidentes os vetores de dinamização, as áreas de atratividade e oferta de vantagens locacionais, assim como os focos de retração. Tais espacialidades configuram desenhos de ocupação e usos singulares onde o fato físico-territorial – ora pautado em espaços complexos, contínuos, dinâmicos e concentrados, ora mantendo apenas um equilíbrio remanescente de atividades tradicionais que se sustentam, ora objeto do impacto de grandes fluxos de saída – nem sempre é compatível com o arranjo político-administrativo. Essas configurações espaciais exigem a reflexão sobre as novas formas de planejamento e gestão, redirecionando intervenções e apoiando-se em pactos com os diversos agentes atuantes.

São identificadas como espacialidades dinâmicas e concentradoras:

- os espaços metropolitanos de Curitiba e Porto Alegre, com uma dinâmica de crescimento mais intensa nos municípios periféricos que no pólo, e com a agregação de novos municípios;
- a expansão dos espaços metropolitanos, incorporando áreas de influência de centros dinâmicos, próximos e nem sempre contínuos; no caso da Região Metropolitana de Curitiba, conformando um eixo de estreitas relações com o Litoral, Ponta Grossa e Castro; no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre,

apresentando a expansão de sua dinâmica para regiões adjacentes, como Caxias do Sul, Gramado/Canela, Montenegro, Lageado/Estrela, Osório e Pelotas, passando a envolver aglomerações importantes e com dinâmica própria num macrocomplexo metropolitano;

- os espaços pré-metropolitanos, como o aglomerado urbano de Florianópolis, que, pelo número de municípios que agrega numa mancha contínua, pelo volume de população desse conjunto, pela importância econômica, por um terciário moderno e complexo e pelo significado de ser polarizado pela capital do estado, já exhibe características que o capacitam a constituir-se numa região metropolitana;

- as aglomerações urbanas, com ocupação contínua, introduzindo periferias distantes, na maioria das vezes permeadas por vazios, com expansão de perímetros urbanos sobre áreas rurais circundantes, e sobre o território de municípios vizinhos, com característica de:

- pólos em expansão, reproduzindo a dinâmica de ocupação do espaço das regiões metropolitanas, condicionada basicamente pelo valor fundiário e pela restrição de legislações de uso e ocupação do solo urbano, porém em escala muito menor, uma vez que incorpora apenas municípios limítrofes; neste caso, destacam-se, no Paraná os aglomerados de Londrina (Ibiporã e Cambé), Maringá (Sarandi e Paçandu), Cascavel (Santa Tereza do Oeste e Corbélia) e Foz do Iguaçu (Santa Terezinha do Itaipu); em Santa Catarina, os de Joinville (Araquari e São Francisco do Sul), Blumenau (Indaial, Timbó, Gaspar e Ilhota), Itajaí (Navegantes e Balneário de Camboriú) e Criciúma (Içara); no Rio Grande do Sul, a região de Caxias do Sul (Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e São Marcos), a conurbação Lageado/Estrela e a aglomeração de Pelotas (Capão do Leão);

- aglomerações litorâneas como, no Paraná, o eixo de ocupação contínua de Matinhos/Guaratuba; em Santa Catarina, os aglomerados da faixa litorânea, partindo de Joinville numa absorção contínua de pequenos centros, até Florianópolis; e no Rio Grande do Sul, a aglomeração balneária, na região de Osório; tais aglomerações alteram o perfil das cidades e criam uma dinâmica local que extrapola a sazonalidade de uso.

- eixos de intensa complexidade como, no Paraná, o eixo do norte do estado, amalgamando os aglomerados de Londrina e Maringá com as cidades de

Rolândia, Arapongas e Apucarana, apontando um vetor de ocupação futura ao longo da ligação Londrina/Cornélio Procópio; em Santa Catarina, a partir do litoral, penetrando nos vales em direção ao planalto, como o eixo de Joinville a Jaraguá do Sul e, deste, a Blumenau e Brusque, e o eixo da BR 101, de Joinville a Araranguá; no Rio Grande do Sul, a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre, numa continuidade de municípios, o eixo da região de Caxias do Sul e o eixo turístico de Nova Petrópolis/Gramado/Canela e São Francisco de Paula; o fato de esses eixos incorporarem aglomerações reforça seu grau de complexidade e intensifica sua dinâmica.

São identificadas como espacialidades de fronteira, constituindo espaços urbanos contínuos, assentados sobre territórios políticos administrativos distintos:

- aglomerações interestaduais como Adrianópolis (PR) e Ribeira (SP), Rio Negro (PR) e Mafra (SC) e União da Vitória (PR) e Porto União (SC), que formam espaços urbanos comuns, aproximando dois centros independentes, que se apoiam e se beneficiam por concentrar um volume maior de população, fortalecendo um mercado local;
- aglomerações internacionais como, no Paraná, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina); em Santa Catarina, Dionísio Cerqueira, Barracão (PR) e Bernardo Irigoyen (Argentina); na fronteira Rio Grande do Sul/Argentina, Uruguaiana e Paso de los Libres, São Borja e Santo Tomé, e Itaquí e General Alvear; e na fronteira Rio Grande do Sul/Uruguai, Santana do Livramento e Rivera, Jaguarão e Rio Branco, e Quaraí e Artigas; a importância destes centros decorre de sua função estratégica, reforçada pelo comércio de fronteira.

Identificam-se também as espacialidades tradicionais e consolidadas:

- centros de médio porte, com crescimento da população urbana acima da média do estado, que, pela distância de outros pólos, têm aumentada sua atratividade e sua capacidade de polarização, bem como fortalecido seu papel na rede urbana dos estados; os exemplos são Campo Mourão, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Palmas e Telêmaco Borba, no Paraná; Caçador e Xanxerê em Santa Catarina; e no Rio Grande do Sul, Charqueadas, Erechim, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Soledade, Venâncio Aires e Santa Vitória do Palmar – este inserindo a aglomeração urbana de fronteira com o Uruguai, Chuí/Chuy;

- eixos de ocupação descontínua que agregam pólos e subpólos com dinâmica comum complementar como, no Paraná, o da rota da BR 277, que corta o estado linearmente no sentido leste-oeste, unindo Paranaguá a Foz do Iguaçu, e o eixo da agroindústria do Extremo Oeste paranaense, composto por Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Campo Mourão; em Santa Catarina, o eixo moveleiro de Rio Negrinho e São Bento do Sul, o da cerâmica e carvão de Tubarão e Criciúma, e o da agroindústria da carne, agregando Chapecó, Concórdia, dentre outros; no Rio Grande do Sul, alguns eixos cujo desenvolvimento está associado a atividades agropecuárias, integradas com agroindústrias, como é o caso de Pelotas e Rio Grande, e Ijuí e Passo Fundo.

São identificadas ainda espacialidades decorrentes de fluxo de partida, compondo áreas de esvaziamento com extremos que vão da persistência de elevadas taxas de decréscimo da população rural, mesmo nas regiões de antiga expulsão, à emergência de núcleos urbanos apresentando perda populacional.

Há que se considerar também, espraiadas em todo o território da região Sul, pequenas espacialidades que resultam de territórios em desmembramento, num processo contínuo e generalizado de emancipações, apoiado em bases institucionais frágeis, não consolidando, nas unidades criadas, um crescimento significativo da população.

Os resultados da Contagem da População de 1996 confirmam as tendências dessas espacialidades: reforçam com nitidez a concentração populacional nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas e ressaltam a expansão da Região Metropolitana de Porto Alegre em direção às suas regiões adjacentes; reforçam, também, o intenso crescimento das cidades litorâneas, tanto as balneárias quanto os centros de atividades econômicas; apontam para a manutenção da condição de crescimento estagnado ou decréscimo populacional em áreas do interior dos estados, e trazem ainda alguns casos pontuais de elevado crescimento de população, associados a atividades do complexo madeira-papel, agroindústria e à presença de assentamentos rurais.

O expressivo crescimento de unidades municipais recenseadas destaca também a emergência do fenômeno emancipatório e insere-o como tema prioritário na pauta do debate sobre planejamento e gestão, juntamente com o da ocupação contínua, que transpõe limites político-territoriais característicos das aglomerações urbanas.

Principais questões da década

Evolução demográfica

Os anos 80 representaram, para a região Sul, um período de consolidação de importantes processos que vinham se delineando no cenário populacional das últimas décadas, introduzindo, no entanto, algumas características que suscitam indagações acerca de seus efeitos e de sua trajetória.

A mortalidade permanece numa rota de declínio, iniciada há vários decênios, tendendo a apresentar ganhos cada vez menores. Os indicadores de esperança de vida dos três estados do Sul evoluem para níveis convergentes, e os padrões de certa forma se assemelham. Crescem de importância, entretanto, determinados fatores causadores de morte que atingem com maior força segmentos populacionais jovens: a AIDS e as causas violentas, associadas principalmente à criminalidade, aos acidentes de trânsito, e aos maus tratos com as crianças. Esses são elementos novos que emergem no contexto da intensa urbanização que se verifica em diversas áreas do País, não constituindo característica específica da região Sul. Mesmo assim, introduzem novos complicadores para o enfrentamento do leque de desafios presente nas sociedades contemporâneas.

Da mesma forma, a fecundidade segue sua tendência de queda, atingindo no período mais recente os grupos etários femininos mais prolíficos, de tal sorte que provocam alterações no padrão reprodutivo no sentido de um rejuvenescimento da maternidade. Os indicadores disponíveis apontam para o importante fato de que, em termos comparativos, as mulheres do Sul apresentam altos índices de utilização de métodos anticoncepcionais, mas são as que detêm as menores proporções de prevalência da esterilização – procedimento largamente utilizado em outras regiões brasileiras e que resulta, na maioria das vezes, em interrupção definitiva da procriação. Cresce a fecundidade das adolescentes, fato que vem ocorrendo em inúmeras partes do País, atraindo a atenção de pais, educadores, médicos e estudiosos. Embora o número de nascimentos resultantes da fecundidade desse grupo etário não seja suficiente para gerar incrementos nos indicadores gerais, coloca em questão

padrões de comportamento e alterações de condutas que remetem às determinações mais amplas das motivações à reprodução ou à anticoncepção.

Talvez os processos mais decisivos para a configuração da dinâmica demográfica dos estados do Sul ainda estejam associados aos deslocamentos populacionais, que caracterizam a migração como variável complexa e de dimensões múltiplas, no contexto da região. Embora ainda não se disponham de elementos conclusivos acerca das semelhanças e diferenças que caracterizam os anos 80, em confronto ao período anterior, algumas características chamam a atenção.

Reduzem de intensidade os fluxos emigratórios inter-regionais, ainda que o Paraná tenha experimentado um saldo migratório negativo de monta. A imigração de retorno parece ter tido um significativo impulso nos anos 80, provavelmente devido ao esgotamento das oportunidades de inserção produtiva na fronteira agrícola do Norte do País e às dificuldades impostas pela crise econômica, que estreitou as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho urbano-industrial do Centro-Sul brasileiro, particularmente em São Paulo, principal destino de grandes fluxos migratórios oriundos do Sul em períodos anteriores.

Santa Catarina, no decênio 1981/91, registrou expressivo saldo migratório positivo, o que poderia constituir um reflexo do ciclo recente de dinamismo econômico-industrial que experimenta. No quinquênio 1991/96, a despeito do baixo ritmo de incremento populacional observado, é possível que dados da Contagem da População de 1996 evidenciem a continuidade da tendência de estado receptor líquido de população. O Paraná, pelo que indicam os resultados já divulgados, retoma a capacidade de crescimento a taxas superiores a 1% a.a., fato que não acontecia há pelo menos duas décadas.

Crescem de importância os deslocamentos intra-estaduais, e, embora prevaleçam as trocas entre áreas do próprio interior dos estados, as regiões metropolitanas continuam representando focos importantes de atração, tanto da imigração inter quanto intra-estadual. Nos anos 90, a Região Metropolitana de Curitiba não somente sustenta como também incrementa seu ritmo de crescimento populacional, fato que surpreende uma vez que o patamar do período anterior já era elevado.

Os interrogantes acerca dos desdobramentos desses processos são inúmeros. Por mais que a maioria dos pólos urbanos das áreas interioranas não

demonstre, até o momento, sinais de esgotamento de sua capacidade de absorção de fluxos migratórios, até que ponto conseguirão manter o ritmo de incremento na oferta de equipamentos e serviços necessários à manutenção do dinamismo?

Por outro lado, investimentos industriais recentemente anunciados em espaços metropolitanos (como por exemplo o de Curitiba) podem reforçar seu poder de atração, já intenso, afastando para um horizonte um pouco mais longínquo a realização do ciclo comum às principais regiões metropolitanas brasileiras: crescimento populacional elevado, arrefecimento do pólo, arrefecimento da região em seu conjunto, chegando inclusive à emigração, como no caso de São Paulo. Diante desse cenário, quais as possibilidades e limites à expansão do espaço metropolitano, principalmente nos municípios periféricos, uma vez que estes demonstram exígua capacidade de sustentação do desafio imposto pelo crescimento continuado, aprofundando quadros de carências de serviços e de exclusão social?

Coadunado a este contexto, observa-se em toda a região Sul uma tendência paulatina de envelhecimento do perfil etário da população, provocado, em grande medida, pelos contínuos movimentos de declínio da fecundidade, associados aos efeitos seletivos dos processos migratórios e às alterações no padrão etário da mortalidade. Essa dinâmica, também presente na característica evolutiva da população brasileira em seu conjunto, reforça a necessidade de discussões ampliadas acerca das implicações que a transição demográfica, nos moldes em que vem se processando, acarreta, do ponto de vista das carências e demandas sociais já existentes, matizadas pelo contexto da intensa urbanização com ampliação da segregação social.

Urbanização e espacialidades

As alterações na distribuição espacial da indústria brasileira podem estar privilegiando os centros do eixo Curitiba/Porto Alegre e incorporando espaços adjacentes. É essa a localização das principais aglomerações da região Sul, que constituem seus complexos mais dinâmicos.

As áreas de atração aos poucos deixam de se restringir a grandes e/ou médios centros. A complexificação e diversificação de suas funções, valorizando heterogeneamente o solo, induzem à segregação espacial, passando

a incluir seus centros periféricos como prolongamentos da expansão da ocupação urbana e algumas vezes até da localização da atividade econômica, sempre numa relação de exclusão, à medida que novas áreas são alçadas por essa valorização.

Assim, tais aglomerações são um misto de oportunidades e carências. Ao lado de impactantes estruturas econômicas e de serviços, caracterizam-nas a desorganização da ocupação do espaço e a constituição de áreas de extrema pobreza, provocadas pela incapacidade ou pela falta de prioridade das instituições públicas em responder adequadamente à demanda por serviços e infra-estrutura, ampliada pelo afluxo populacional.

O fenômeno urbano desses aglomerados, por incidir sobre um conjunto de municipalidades autônomas, enfrenta, no âmbito da gestão pública, as limitações dos interesses políticos divergentes e dos interesses econômicos concorrentes.

No interior, as vantagens acumuladas pelo desenvolvimento agroindustrial possibilitam o aperfeiçoamento do suporte urbano funcional de determinados centros de médio porte. Isso, porém, não é suficiente para torná-los aptos a participarem da mesma dinâmica emergente nos complexos urbanos, restando-lhes a simples reprodução de dinâmicas tradicionais.

Assim, a urbanização da região Sul, até então impulsionada pelos efeitos da presença e do deslocamento da fronteira agrícola, consolida-se agora pela atratividade decorrente das vantagens locacionais das principais áreas de concentração urbana e econômica. No mapa dos deslocamentos, verificam-se tanto a continuidade dos fluxos com origem no rural – incorporando progressivamente novas áreas, sem que as antigas tenham esgotado o impulso de partidas – quanto os fluxos que partem de alguns centros urbanos. Essas áreas que não conseguem viabilizar um dinamismo que garanta as condições para a retenção encontram-se desconectadas dos fluxos econômicos e principalmente do interesse político, com a desvantagem de não contarem com poder de pressão, confirmando os extremos da seletividade e da exclusão.

Esse conjunto de cenários remete a algumas questões relevantes.

- Que determinantes darão suporte à dinâmica dos complexos urbanos?
- Em que estão assentados os componentes de atratividade das atividades econômicas decorrentes da desconcentração?

- Reconhecendo que as oportunidades oferecidas pelos setores que se introduzem representam uma capacidade de absorção cada vez mais reduzida e seletiva, e que a atratividade excede as fronteiras regionais e abrange uma população com capacitação heterogênea, qual seria o destino dos excluídos nessas aglomerações?
- Qual a capacidade das mesmas em se estruturarem, no âmbito de investimentos públicos, para responderem com eficácia às demandas dos segmentos econômicos e sociais?
- Estariam os pólos de porte médio no alcance da dinâmica econômica das áreas metropolitanas e aglomerações urbanas?
- Considerando que a atividade agroindustrial apresenta-se em condições apenas de se manter, sem perspectivas de dar um salto avançando para um novo patamar agroindustrial, que destino teriam esses centros?
- Que condições restam aos espaços de expulsão, já que encontram-se desprovidos de estímulos para o seu desenvolvimento, e onde a busca de soluções locais mostra resultados limitados, bem como a dotação de infra-estruturas urbanas e a oferta de serviços de qualidade se confirmam incapazes à retenção?
- Que mudanças no cenário de definições políticas seriam capazes de oferecer sustentação para essas áreas?
- Estaríamos próximos da construção de desertos?

Prognóstico das tendências regionais de crescimento populacional

Cenário geral

A expectativa de crescimento populacional para os estados do Sul, para os próximos dez a 15 anos, incorpora algumas hipóteses sobre a dinâmica de evolução das variáveis demográficas, respaldadas pelas tendências que vêm se configurando.

O crescimento populacional da região Sul ainda se encontra influenciado pela redução generalizada da população rural. O ritmo e a intensidade já se reduziram no Rio Grande do Sul, e tendem igualmente a

diminuir em Santa Catarina e no Paraná, uma vez que a continuidade das transformações modernizantes, que causaram impactos desestabilizadores no crescimento da população rural em anos anteriores, se realiza sobre contingentes bem menores. Por outro lado, o próprio processo de modernização, à medida que se generaliza e amplia sua abrangência, reduz os impactos iniciais de seletividade sobre os produtores rurais e de proletarização.

Visto por esse ângulo, pode-se supor um crescimento diferenciado entre os três estados, porém sem reproduzir a intensidade de ritmos anteriores, quer de crescimento, quer de evasão.

Esse crescimento diferenciado, em grande parte influenciado pela localização de oportunidades econômicas, provocará uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração em aglomerações e eixos dinâmicos. A desconcentração das atividades econômicas do Sudeste e o movimento de expansão das regiões metropolitanas do Sul, com a incorporação de áreas adjacentes na mesma dinâmica, exercerão importante papel nesse processo. Verdadeiros complexos urbanos passarão a contrastar com regiões que terão como característica uma dinâmica lenta ou até o esvaziamento e a estagnação.

Assim, é nítida a tendência de concentração da população urbana nas espacialidades de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde haverá uma pequena diminuição nas taxas de crescimento dos municípios polarizadores e a manutenção do ritmo elevado de crescimento dos periféricos, num movimento que absorve municípios cada vez mais distantes dos pólos. Nessas áreas, a dinâmica de crescimento também será estendida a pequenos e médios municípios, fenômeno que certamente não será reproduzido no interior dos estados, com exceção das aglomerações litorâneas, onde a mudança do perfil funcional urbano dos centros, independentemente do tamanho, induzirá à manutenção e até à elevação do ritmo de incremento da população.

No interior dos estados e à margem dos complexos urbanos, pode-se prever uma estabilização do crescimento dos pólos interioranos, salvo situações excepcionais em que esse crescimento obedecerá a impulsos identificáveis e localizados.

Como fato resultante de atividades complementares, decorrentes da proximidade aos complexos urbanos ou de dinâmicas pontuais, terá

continuidade o esvaziamento populacional nas áreas rurais, verificando-se um número restrito de municípios com aumento da população. Porém, o processo que se delinea e que pode transformar-se numa tendência é a emergência de pequenos (e em alguns casos até médios) núcleos urbanos do interior com crescimento irrelevante e mesmo perda absoluta de população.

Cenário das variáveis demográficas

Os processos migratórios inter-regionais e interestaduais dos estados do Sul devem permanecer intensos, porém com diferenciações de ritmo e de sentido. No caso do Paraná, é de se esperar um arrefecimento contínuo da evasão populacional para fora do estado, uma vez que têm se alterado os vetores que orientaram esse movimento no passado recente.

Há nítidas evidências de esgotamento ou, pelo menos, perda de dinamismo dos condicionantes que, anteriormente, induziam a atratividade tanto da fronteira agrícola do Norte do país, quanto do mercado de trabalho urbano/industrial do Sudeste brasileiro. Este tem sido influenciado pelas repercussões negativas que a crise econômica dos anos 80 e início da década de 90 – bem como a reestruturação das atividades produtivas – provocaram sobre a geração de oportunidades de emprego e renda na região.

Por outro lado, os fluxos de migração de retorno que começam a ser vislumbrados certamente perduram, e é provável que se intensifiquem, mas nada indica que consigam contrarrestar o volume das perdas que a região tende a sofrer. Nesse sentido, as correntes de retorno devem influenciar menos o ritmo de crescimento demográfico das UFs do Sul e mais as alterações na distribuição espacial da população através dos territórios.

A novidade que se coloca para os estados sulinos, nesses anos 90, relaciona-se à crescente atratividade que vem se configurando nos mercados de trabalho urbanos da região. Na última década, torna-se clara a dinâmica de distribuição da PEA imigrante nos setores urbanos. Essa população passa a inserir-se em proporção muito maior nos setores secundário e terciário, e a continuidade desse processo tende a se acentuar principalmente em decorrência da expansão e redistribuição espacial da atividade econômica. Entretanto, os

efeitos dessa mudança não devem ser impactantes do ponto de vista demográfico, a não ser nas áreas onde essas atividades se reproduzem, mas certamente contribuirão para uma relativa manutenção do crescimento populacional.

Com relação às tendências que se colocam para a fecundidade da população do Sul, os prognósticos são de continuidade em sua trajetória de declínio, porém a um ritmo menor, tendo em vista que as taxas experimentadas pelas UFs da região já se encontram em níveis bastante baixos. A estrutura das taxas específicas de fecundidade também deve permanecer num padrão relativamente jovem no futuro próximo, em virtude, por um lado, do perfil relativamente consolidado de práticas anticonceptivas – que mantêm baixos os níveis reprodutivos da população feminina dos grupos etários mais velhos – e, por outro, da influência relativa que o aumento da fecundidade das adolescentes, observado recentemente, possa provocar.

Quanto aos níveis de mortalidade, esses já atingem patamares mais baixos que a média brasileira. Ao que tudo indica, poderão continuar tendendo a um declínio, mas num ritmo muito lento, a menos que seja implementada uma política de saúde impactante no sentido de melhorar a qualidade do atendimento à maioria da população. Poderão ocorrer mudanças no padrão da mortalidade, influenciadas pelas alterações no perfil das causas de morte. Porém, acredita-se que tais alterações não deverão influir de maneira significativa nos níveis de mortalidade da região, tampouco na estrutura etária da população como um todo.

Do ponto de vista dos efeitos que a dinâmica de comportamento das variáveis demográficas tenderá a surtir sobre a composição por sexo e idade da população dos estados sulinos, espera-se que seja mantido um relativo equilíbrio entre a composição por sexo, de uma maneira geral. Sob o enfoque dos grupos etários, a distribuição da população entre os sexos dependerá particularmente da evolução dos diferenciais de sobremortalidade masculina, que vêm apresentando uma tendência perceptível de aumento, principalmente nos grupos etários de adultos jovens.

Por outro lado, as repercussões do processo de declínio da fecundidade continuarão a ser observadas, acarretando a continuidade do estreitamento da

base da pirâmide nos três estados. Nas idades mais avançadas, prossegue o alargamento das faixas, mais favorável aos grupos femininos.

Diante da tendência observada de um crescimento cada vez menor da população em idade escolar (de cinco a 20 anos), foco da atenção do presente trabalho, com decréscimos inclusive em números absolutos na população rural, espera-se que a trajetória de declínio da fecundidade – que deverá permanecer acarretando a redução do número de nascimentos – provoque um efeito de coorte que deverá resultar em taxas de crescimento nulas e até mesmo negativas para o conjunto dessa população da região.

Os efeitos da migração, por seu turno, deverão convergir na mesma direção, uma vez que a emigração para fora da região tem-se caracterizado por um perfil jovem, particularmente no caso do Paraná. Embora não se desconsidere que o recente processo de retorno de migrantes esteja marcado pelo predomínio de pessoas nas mesmas faixas jovens (em percentuais mais elevados, inclusive, que os da população residente na região), presume-se que o impacto desta imigração não deverá suplantar os efeitos de sentido contrário.

Entretanto, sob o enfoque da demanda escolar, essas alterações demográficas não esgotam os condicionantes para a definição dos parâmetros que deverão nortear a implantação de medidas. Acredita-se que essa discussão necessite ser feita também à luz dos prognósticos acerca das tendências da distribuição espacial da população, uma vez que, nesse momento da realidade do Sul, aspectos como concentração espacial da população, periferização dos centros urbanos e emergência de novas espacialidades dinâmicas constituem referências fundamentais para a identificação das grandes pressões de demanda da região.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Pedro S. *O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-1980*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BARCELLOS, Tanya M. M. de. *Migrações no sul; caminhos para terras e cidades*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. (Dissertação, Mestrado).
- BRASS, William. Métodos de análise e avaliação. s.n.t. (Tradução de: BRAS, W. *The demography of tropical Africa*, cap. 3).
- CARVALHO, José Alberto M. de. Migrações internas; mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1981, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1981. p. 533-577.
- _____. *Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974.
- DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional; o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.77-103, jul.1996.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Segregação urbana e mortalidade em Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Sistema de Informação sobre Mortalidade 1979-1995*; dados de declarações de óbito, situação da base nacional em maio de 1996. S. l., 1996. (CD-ROM).
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. A fecundidade da mulher paulista. *Informe Demográfico*, São Paulo, n. 25, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil*; tábuas-modelo de mortalidade e populações estáveis. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- _____. *Censo Demográfico; 1970, 1980, 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973-94. (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contagem da população 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v.1, 724p.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Temas estratégicos para o Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 68.
- MAGALHÃES, Marisa V. *O Paraná e as migrações - 1940 a 1991*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. (Dissertação, Mestrado).
- MARTINE, George. *A trajetória da urbanização brasileira; especificidades e implicações*. Belo Horizonte: s.n., 1995. (Apresentado no Seminário Processo Brasileiro de Urbanização: Diagnóstico Global. Belo Horizonte: 1995).
- MARTINS, Clítia H.B. Região Metropolitana de Porto Alegre; dinâmica legal e institucional. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 142-159, ago.1992.
- MOURA, Rosa, MAGALHÃES, Marisa V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.2, p. 835-860.
- _____, ULTRAMARI, Clovis. Alterações espaciais e territorialidades. In: ULTRAMARI, Clovis, MOURA, Rosa (Org.). *Metrópole; Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p.81-92.
- _____, _____, CARDOSO, Nelson Ari. RMC: o censo confirma a metropolização. In: ULTRAMARI, Clovis, MOURA, Rosa (Org.). *Metrópole; Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p.21-33.
- NACIONES UNIDAS. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales. *Técnicas indirectas de estimación demográfica; manual X*. New York: ONU, 1986.
- NEVES, Gervásio R. A rede urbana e as fronteiras; notas prévias. In: OLIVEIRA, N., BARCELLOS, T. (Org.). *O Rio Grande do Sul urbano*. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 118-140.
- OLIVEIRA, Luis Antônio P. de. Nordeste; fecundidade e dinâmica recente da força de trabalho: documento preliminar. Rio de Janeiro: s.n., 1984 citado por RODRIGUES, Roberto do M. A dinâmica demográfica da região Sul e

- seus fatores determinantes; documento síntese. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1984. v. 4.
- OLIVEIRA, Naia. *A fronteira oeste do Rio Grande do Sul na integração latino-americana*. Porto Alegre: FEE, s.d.
- RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Evolução municipal do Rio Grande do Sul: 1809-1992*. S.l.: Assembléia Legislativa, s.d.
- RODRIGUES, Roberto do N. A dinâmica demográfica da região Sul e seus fatores determinantes: documento síntese. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1984. v. 4.
- SANTA CATARINA. Secretaria do Planejamento e Fazenda. Diretoria de Desenvolvimento Regional e Municipal. *Censo 91 - Santa Catarina: primeira avaliação demográfica*. S.l.: DDRM/GDM, 1992. (Documento, n. 5/92).
- SCHAFFER, Neiva O. *Urbanização na fronteira; expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.
- SCUSSEL, Maria Conceição B. *Emancipações no Rio Grande do Sul; o processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano*. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 1996. (Dissertação, Mestrado).
- SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. Brasil; Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde-1996: relatório preliminar. Rio de Janeiro: BEMFAM; Calverton: Macro Internacional, 1996. 47p. (Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde – DHS).
- URBAN, Maria Lúcia, BESEN, Gracia M. Vicelli. *Paraná; repensando sua economia*. Curitiba: IPARDES, 1997. (Documento interno).

9

População em idade escolar no Brasil hoje e no despontar do novo século

José Marcos Pinto da Cunha¹

Rosana Baeninger¹

Cláudia Antico²

Introdução

A redução no ritmo de crescimento populacional verificada, particularmente a partir dos anos 80, em todas as regiões brasileiras revela, de um lado, principalmente a acentuada queda da fecundidade e, de outro lado, mudanças significativas em relação aos movimentos migratórios e a redistribuição espacial da população em âmbito nacional e regional. A dinâmica da população expressa, portanto, crescimentos diferenciados para cada grupo etário, refletindo o próprio processo de transição demográfica das distintas áreas.

-
1. UNICAMP. Núcleo de Estudos da População – NEPO/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.
 2. UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/Doutoranda em Demografia.

Desse modo, a situação demográfica brasileira atual e futura tem que ser levada em consideração para a formulação de políticas sociais, especialmente aquelas direcionadas a públicos-alvo. No contexto das novas articulações entre dinâmica demográfica e dinâmica social, em seu sentido amplo, um dos destaques consiste, sem dúvida, na alteração significativa da tendência de crescimento da população em idade escolar (7-14 anos). De fato, como se verá a seguir, se na atualidade esta subpopulação já cresce abaixo da média da população e, portanto, apresenta uma diminuição de seu peso relativo, nos próximos 20 ou 30 anos se assemelhará a uma taxa muito próxima a zero, sofrendo nesse caminho, inclusive, em alguns momentos, uma redução de seu número absoluto.

Os novos parâmetros quantitativos e a tendência à estabilização do número absoluto de crianças e jovens pode constituir um momento extremamente oportuno para a recuperação de carências qualitativas do ensino básico, bem como dos esforços para diminuição dos seus níveis de repetência, abandono e defasagens.

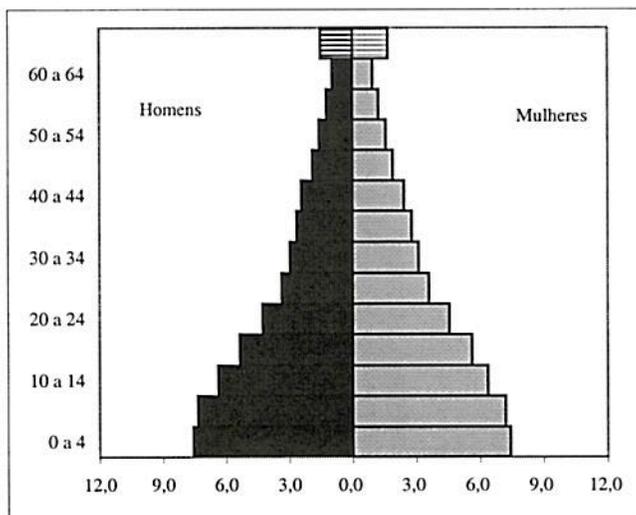
Esse texto traz informações a respeito da evolução da população em idade escolar de 1970 a 1996, além de projeções do grupo etário entre sete e 14 anos para o próximo século (2000 a 2020), constituindo-se em subsídios importantes para a montagem de cenários alternativos para o planejamento global e setorial.

Evolução da população em idade escolar

Uma das conseqüências mais evidentes da forte e progressiva queda da fecundidade no Brasil foi a modificação significativa na base de sua pirâmide etária, com a redução, primeiramente, da participação relativa do grupo de 0-4 anos, como se pode observar comparando as pirâmides etárias de 1970 e a de 1991 (Gráficos 1 e 2). Para os diferentes grupos etários, que não as crianças, o impacto da queda da fecundidade somente será sentido no futuro, quando as coortes geradas sob o regime de uma fecundidade menor, chegarem a essas fases de suas vidas, como pode ser visualizado na pirâmide etária de 2010 (Gráfico 3).

Gráfico 1

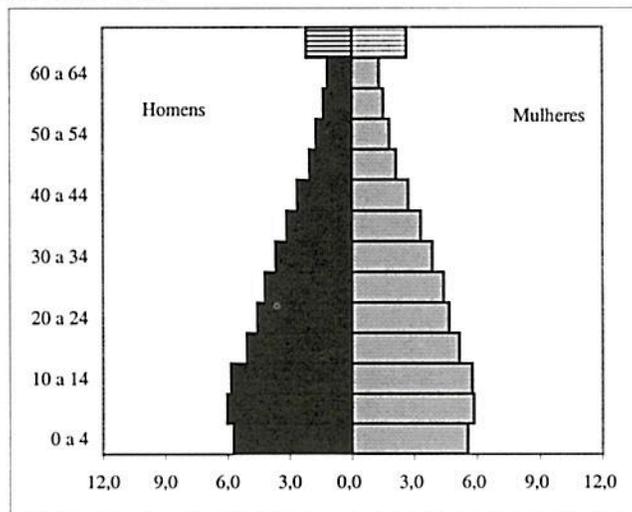
Pirâmide etária – Brasil – 1970



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970).

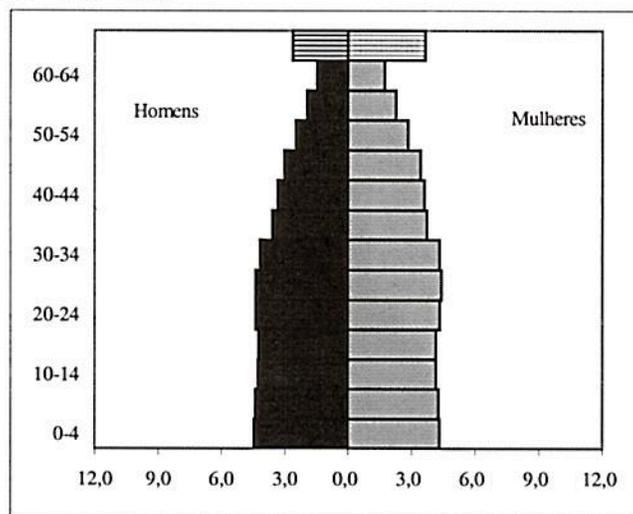
Gráfico 2

Pirâmide etária – Brasil – 1991



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1991).

Gráfico 3
Pirâmide etária – Brasil – 2010



Fonte: FIBGE. Projeções DPE/DEPIS (1998).

Analisando a distribuição etária da população brasileira verifica-se que enquanto o grupo jovem (15-24 anos) apresenta ainda uma taxa de crescimento positiva de 1,7% a.a., no período 1991/96, o grupo de 7-14 anos chega a registrar no mesmo período taxa negativa de crescimento, passando de um contingente de 27,6 milhões, em 1991, para 26,9 milhões, em 1996. A desaceleração no ritmo de crescimento da população do grupo de 7-14 anos expressa a intensa e contínua queda da fecundidade, cujos efeitos – como em ondas sucessivas – vão se fazendo sentir nas faixas etárias subseqüentes a cada década. O impacto desse processo resulta no aumento absoluto da população que vai engrossando as faixas etárias seguintes – fenômeno que vem sendo chamado de “onda jovem” (Bercovich & Madeira, 1990; Madeira & Bercovich, 1992) – tanto pela queda da fecundidade, quanto pelo decréscimo da mortalidade infantil.³

3. No caso da mortalidade infantil, o impacto é bem menos importante, a não ser em situações onde os ganhos de vida sejam aumentados muito rapidamente no tempo, de forma a criar uma coorte desproporcionalmente maior que as antecedentes.

A partir de 1970, a acentuada queda da fecundidade ocorrida no país contribuiu especialmente para o descenso no ritmo de crescimento da população em idade escolar nas décadas seguintes; de fato, o grupo de sete a 14 anos, que durante a década de 70, registrou uma taxa de 5,4% a.a., apresentou uma taxa de 1,7% a.a. no período seguinte (1980/91), e um crescimento negativo de -0,5% a.a. entre 1991 e 1996. Nos dois últimos períodos, as taxas foram inferiores à média nacional de 1,9% a.a. e 1,4% a.a., respectivamente.

O impacto da queda da fecundidade no crescimento dos grupos etários e o efeito da onda jovem podem ser constatados quando se observa o ritmo de crescimento do grupo 7-14 anos por idades simples em 1996; nas idades de sete a 12 anos já se pode notar taxas de crescimento negativas (oscilando entre -0,4 e -2,0% a.a.), sendo que as idades de 13 e 14 anos ainda apresentam crescimento positivo (1,2 e 2,3% a.a., respectivamente). Já no período 1996/2000, todas as idades do grupo de 7-14 anos apresentarão taxas negativas, o mesmo ocorrendo para 2000/2020. A partir de então, as taxas serão sempre negativas ou próximas a zero (Tabela 1).

Tabela 1

Taxas de crescimento populacional (% ao ano) – população de sete a 14 anos – Brasil – 1970 a 2050.

Idades	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2010	2010/2020	2020/2030	2030/2040	2040/2050
7 anos	4,78	1,15	-0,68	-0,71	0,27	-0,11	-0,13	0,10	-0,11
8 anos	5,09	1,85	-1,85	-0,29	0,20	-0,03	-0,20	0,13	-0,12
9 anos	5,15	2,28	-1,99	-0,41	0,08	0,05	-0,24	0,15	-0,11
10 anos	5,28	1,76	-1,03	-1,23	-0,12	0,17	-0,29	0,16	-0,10
11 anos	5,42	2,16	-1,33	-0,22	-0,33	0,31	-0,35	0,16	-0,08
12 anos	5,66	1,50	-0,38	0,09	-0,52	0,39	-0,37	0,14	-0,06
13 anos	5,74	1,60	1,20	-0,84	-0,67	0,43	-0,33	0,09	-0,03
14 anos	6,17	1,12	2,28	-1,38	-0,75	0,45	-0,29	0,04	0,00
7-14 anos	5,40	1,68	-0,49	-0,63	-0,23	0,21	-0,28	0,12	-0,08

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

A proporção desse grupo etário em relação à população total, também vem declinando, desde a década de 80: em 1970, representava 14,6%, aumentando para 19,3% em 1980, e baixando, em seguida, para 18,8% em 1991, e 17,2% em 1996. A partir daí, essas participações tendem a continuar declinando cada vez mais, e a população em idade escolar passará a responder

por pouco mais de 10% do total da população do Brasil, depois de 2030 (Tabela 2).

Tabela 2

Participação da população de sete a 14 anos sobre a população total (%) – Brasil – 1970 a 2050

Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020	2030	2040	2050
7 anos	2,01	2,51	2,31	2,09	1,91	1,74	1,56	1,43	1,38	1,32
8 anos	1,90	2,44	2,42	2,06	1,92	1,73	1,57	1,43	1,38	1,32
9 anos	1,84	2,37	2,47	2,08	1,93	1,72	1,57	1,43	1,38	1,32
10 anos	1,91	2,50	2,46	2,18	1,95	1,71	1,58	1,42	1,38	1,32
11 anos	1,78	2,36	2,42	2,12	1,98	1,69	1,59	1,42	1,37	1,32
12 anos	1,78	2,42	2,31	2,12	2,00	1,68	1,59	1,42	1,37	1,32
13 anos	1,70	2,32	2,24	2,22	2,02	1,67	1,59	1,43	1,37	1,32
14 anos	1,67	2,38	2,18	2,28	2,03	1,67	1,59	1,43	1,37	1,33
7-14 anos	14,59	19,31	18,81	17,15	15,74	13,60	12,63	11,42	10,99	10,57

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

O país contava com 13,5 milhões de pessoas entre sete e 14 anos em 1970, passando para 22,9 milhões em 1980, 27,6 milhões em 1991, e 26,9 milhões em 1996. A tendência da população em idade escolar, para o próximo século, é que esse contingente se estabilize, por volta de 26 milhões de pessoas (Tabela 3).

A particular evolução da população em idade para o ensino fundamental fica mais clara quando se consideram os volumes populacionais por idades simples. Na idade de sete anos encontrava-se, em 1970, o maior contingente de população em idade escolar (1,9 milhões de crianças), sendo que nas demais idades esse volume, com algumas pequenas oscilações,⁴ tendia a diminuir; já em 1996, as crianças de sete anos passaram a registrar 3,3 milhões, sendo que esse volume tendia, ainda com certas oscilações, a aumentar a cada idade subsequente de maneira que na idade de 14 anos registrava-se um volume populacional de 3,6 milhões.

4. Na verdade, os erros de declaração de idade, em geral presentes nos Censos, podem prejudicar a avaliação da evolução da população em cada idade simples. Um exemplo claro é o que se observa com as idades nove e 11 anos, que no período 1980/91, claramente apresentaram um crescimento acima dos demais, embora não houvesse razões para que isso ocorresse. Nesses casos, a explicação, muito provavelmente, estaria ligada à preferência pelo dígito zero (no caso, dez anos) existente em 1980, que subestimaria o contingente naquelas idades; assim, quando comparadas com a população em 1991 – com melhor qualidade, como mostrado por Bercovich (1996) – esses valores levariam a uma superestimação do crescimento da população nas idades nove e 11 anos, como parece ter ocorrido.

Tabela 3
Evolução da população de 7 a 14 anos – Brasil – 1970 a 2050

Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020	2030	2040	2050
7 anos	1.874.632	2.990.544	3.392.977	3.279.096	3.187.489	3.276.034	3.239.179	3.196.368	3.228.704	3.193.087
8 anos	1.767.588	2.904.049	3.551.516	3.234.419	3.197.232	3.263.050	3.254.271	3.189.135	3.230.321	3.193.300
9 anos	1.709.643	2.823.890	3.619.928	3.273.567	3.219.586	3.244.665	3.259.415	3.182.543	3.230.481	3.194.428
10 anos	1.780.015	2.976.401	3.606.426	3.424.296	3.258.271	3.218.171	3.272.232	3.178.089	3.229.257	3.196.370
11 anos	1.658.467	2.811.079	3.556.679	3.326.687	3.297.016	3.191.232	3.290.980	3.176.422	3.226.475	3.199.201
12 anos	1.661.252	2.879.786	3.392.353	3.328.933	3.341.500	3.170.236	3.295.879	3.176.831	3.222.163	3.202.837
13 anos	1.579.178	2.760.579	3.288.302	3.489.747	3.374.580	3.155.044	3.293.653	3.187.076	3.216.600	3.206.883
14 anos	1.557.570	2.835.477	3.203.399	3.585.776	3.392.367	3.147.072	3.291.315	3.198.384	3.210.080	3.210.776
7-14 anos	13.588.345	22.981.805	27.611.580	26.942.521	26.268.041	25.665.504	26.196.924	25.484.848	25.794.081	25.596.882

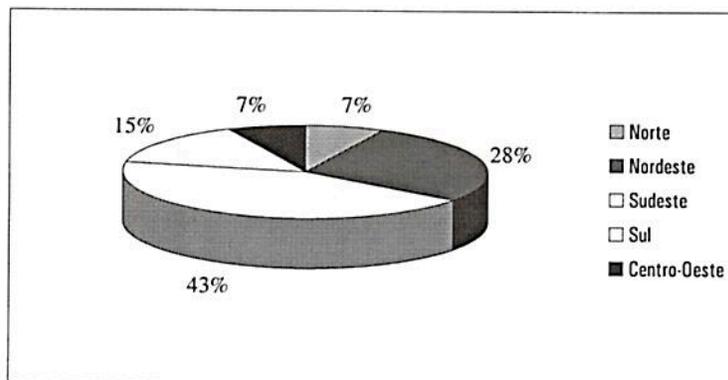
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

Refletindo as transformações ocorridas na estrutura etária brasileira, a evolução da população entre sete e 14 anos, observada em idades simples, apresenta algumas variações, decorrentes do processo de inércia demográfica. Com exceção de diferenças em algumas idades⁵ o que se nota é uma taxa de crescimento semelhante em todas as idades simples, o mesmo ocorrendo com a participação percentual na população total. A tendência para o próximo século é de que as taxas de crescimento e a proporção em relação ao total populacional se mantenham praticamente constantes em todas as idades.

Diversidades regionais

Considerando a população em idade escolar (7-14 anos) para as distintas regiões brasileiras, nota-se que a distribuição dessa sub-população acompanha, em certa medida, a própria distribuição espacial da população total. No entanto, tendo em vista não apenas os diferenciais regionais de fecundidade, mas também a evolução dessa variável no tempo, percebe-se a existência de uma diferença acentuada quando se compara a participação relativa das regiões no total da população e no total do subgrupo de 7-14 anos (Gráfico 4).

Gráfico 4
Distribuição da população total – Grandes regiões – 1996



Fonte: FIBGE. Contagem Populacional (1996).

5. Considerar nota anterior.

Assim, por exemplo, enquanto o Nordeste alocava 28% da população nacional, esse percentual chegava a 33% para a população de 7-14 anos; já o Sudeste respondia por 43% da população brasileira e por 39,4% da população em idade escolar, comportamentos que, como se mencionou, refletem diferenças esperadas entre as áreas que registram, respectivamente, os maiores e menores níveis da fecundidade do país.

Tabela 4
Evolução da população de sete a 14 anos e grandes regiões – Brasil – 1970 a 2020

Região Norte							
Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	76.214	178.767	288.033	293.948	279.707	332.480	355.482
8 anos	73.086	172.140	293.207	288.313	276.578	327.840	354.606
9 anos	68.499	161.653	295.295	287.187	275.927	322.765	353.725
10 anos	72.866	177.387	291.877	302.589	286.173	317.310	353.064
11 anos	64.712	152.879	290.339	292.547	291.449	311.589	351.842
12 anos	66.050	155.190	274.185	290.698	293.757	305.784	350.139
13 anos	60.687	142.216	262.696	293.989	294.018	300.363	348.500
14 anos	61.028	145.297	251.098	298.484	292.842	295.433	346.322
7-14 anos	543.142	1.285.529	2.246.730	2.347.755	2.290.451	2.513.564	2.813.680
Região Nordeste							
Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	491.583	1.002.529	1.114.952	1.081.860	1.024.692	1.139.283	1.112.434
8 anos	455.586	957.690	1.167.203	1.081.151	1.021.572	1.126.480	1.114.513
9 anos	430.331	908.328	1.172.797	1.099.972	971.535	1.111.541	1.118.054
10 anos	466.645	1.004.295	1.162.865	1.152.284	1.028.802	1.094.692	1.121.224
11 anos	408.121	919.162	1.161.739	1.117.413	1.057.966	1.076.608	1.123.995
12 anos	410.855	949.150	1.118.307	1.098.965	1.076.508	1.057.932	1.124.731
13 anos	384.756	892.970	1.078.259	1.138.335	1.087.756	1.040.382	1.123.358
14 anos	382.113	892.778	1.046.568	1.153.909	1.092.753	1.023.476	1.122.627
7-14 anos	3.429.990	7.526.902	9.022.690	8.923.889	8.361.584	8.670.394	8.960.936
Região Sudeste							
Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	786.354	1.156.193	1.305.169	1.280.993	1.242.427	1.239.002	1.219.597
8 anos	747.639	1.127.535	1.375.027	1.264.837	1.257.008	1.236.766	1.225.880
9 anos	736.180	1.116.342	1.414.806	1.274.141	1.200.743	1.234.374	1.232.604
10 anos	756.372	1.129.092	1.410.108	1.335.064	1.257.235	1.231.827	1.239.132
11 anos	728.532	1.097.855	1.389.312	1.293.853	1.289.774	1.229.611	1.244.125
12 anos	724.826	1.115.695	1.315.644	1.317.995	1.306.666	1.228.762	1.247.651
13 anos	698.936	1.092.870	1.281.968	1.392.668	1.312.846	1.229.720	1.250.205
14 anos	690.018	1.134.751	1.253.168	1.447.442	1.313.653	1.232.283	1.252.899
7-14 anos	5.868.857	8.970.333	10.745.202	10.606.993	10.180.352	9.862.345	9.912.093

Continua...

Continuação							
Região Sul							
Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	407.985	449.144	470.470	468.171	445.516	431.415	424.530
8 anos	389.603	449.377	498.450	453.296	451.050	430.572	426.405
9 anos	377.459	443.802	505.410	454.629	446.021	429.827	428.203
10 anos	383.419	460.883	496.779	479.251	460.269	429.375	429.775
11 anos	364.530	453.205	487.278	464.723	467.884	429.422	430.627
12 anos	365.376	456.618	465.997	471.134	471.239	430.054	430.969
13 anos	346.780	449.585	453.678	497.161	471.683	431.206	431.079
14 anos	338.314	472.467	439.066	510.916	470.430	432.946	431.150
7-14 anos	2.973.466	3.635.081	3.817.128	3.799.281	3.684.092	3.444.817	3.432.738
Região Centro-Oeste							
Idades	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	112.496	203.850	218.424	224.587	222.061	222.778	223.447
8 anos	101.674	196.542	228.879	220.342	224.196	223.199	224.225
9 anos	97.174	192.102	235.405	222.286	218.860	223.540	225.068
10 anos	100.713	200.481	234.397	232.947	224.360	223.799	226.002
11 anos	92.572	193.111	231.155	223.861	226.969	224.145	226.862
12 anos	94.145	194.231	220.491	226.164	227.848	224.606	227.631
13 anos	88.019	184.945	219.487	237.675	227.618	225.193	228.365
14 anos	86.097	185.408	213.176	246.910	227.096	226.031	229.165
7-14 anos	772.890	1.550.670	1.801.414	1.834.772	1.799.008	1.793.291	1.810.765

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991); Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

Da mesma forma que as tendências diferenciadas da queda da fecundidade no Brasil tiveram impacto na distribuição espacial da população em idade para o ensino fundamental, tais comportamentos também foram decisivos para a evolução diferenciada dessa sub-população em termos regionais, não obstante, não se possa perder de vista que, em alguns casos, a migração também pode ter jogado um papel significativo.

Para a região Norte, o contingente em idade escolar vem registrando acréscimos em seu volume desde os anos 70; nesse período a taxa de crescimento da população de 7-14 anos era a mais alta do país, chegava a 9,0% a.a. (Tabela 6). De 540 mil crianças nessas idades em 1970, o Norte passou a 2,3 milhões em 1996, devendo sua taxa de crescimento se situar em torno de 1% a.a. nas duas primeiras décadas do próximo século. Já em 1991/96, as demais regiões registraram, em média, um crescimento populacional em torno de 1% a.a., enquanto a região Norte prosseguiu com taxas elevadas de 5% a.a. para esse grupo etário. Deve-se lembrar também, que para a região Norte, tal comportamento não se deve apenas à fecundidade, mas a um possível

efeito do grande afluxo de migrantes que para lá se dirigiram, em função de sua fronteira agrícola, até meados dos anos 80; na verdade, a especificidade da composição dessa migração, com certa predominância de famílias em momentos iniciais de seus ciclos vitais, acaba tendo um impacto sobre a população em idade escolar.

O Nordeste apresentou para o grupo 7-14 anos um elevado crescimento entre 1970/80 (8,2% a.a.), mais que duplicando esse contingente populacional: de 3,4 milhões para 7,5 milhões, pela elevada fecundidade, chegando a nove milhões em 1991; a partir de então, já vem registrando decréscimos em seus volumes, devendo permanecer, apesar das oscilações, com esse mesmo volume em 2020.

Pode parecer estranho que, no caso do Nordeste, onde sabidamente a fecundidade é uma das maiores do país, o crescimento desse grupo etário não seja maior. Na verdade, tendo ainda, nos anos 80, configurado-se como uma área de evasão populacional, é muito provável que a migração seja o elemento responsável pela atenuação do crescimento do sub-grupo de 7-14 anos, mesmo a despeito da alta fecundidade. Em contrapartida, o mesmo pode ser pensado em termos da região Sudeste: a imigração de crianças nessa idade estaria inflando a população em idade escolar, muito embora os níveis de fecundidade nessa área fossem relativamente baixos.

A região Sul já registrava, nos anos 70, o menor ritmo de crescimento da população em idade escolar, em função de sua baixa fecundidade. Enquanto para essa região a taxa de crescimento da população de 7-14 anos era de 2% a.a., a média nacional era de 5,4% a.a., apresentando já no período 1980/91 taxa de 0,5% a.a. Assim, a partir de 1996, espera-se taxas negativas de crescimento da população em idade escolar; o Sul estará na virada do século com um contingente em idade escolar de 2,7 milhões de crianças. Tal situação pode ser facilmente compreendida tendo em vista que, como se mostrou no Capítulo 1, essa região tem sido sistematicamente, ao longo de tempo, a de menor fecundidade no Brasil.

Tabela 5

Evolução da participação da população de 7 a 14 anos sobre a população total (%) – Grandes regiões – Brasil – 1970 a 2020

Idades	Região Norte							Região Nordeste						
	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	2,11	3,04	2,87	2,60	2,26	2,17	1,94	1,75	2,88	2,62	2,42	2,14	2,08	1,84
8 anos	2,03	2,93	2,92	2,55	2,23	2,14	1,94	1,62	2,75	2,75	2,41	2,13	2,06	1,84
9 anos	1,90	2,75	2,94	2,54	2,23	2,11	1,93	1,53	2,61	2,76	2,46	2,03	2,03	1,84
10 anos	2,02	3,02	2,91	2,68	2,31	2,07	1,93	1,66	2,88	2,74	2,57	2,15	2,00	1,85
11 anos	1,80	2,60	2,89	2,59	2,35	2,03	1,92	1,45	2,64	2,73	2,50	2,21	1,97	1,85
12 anos	1,83	2,64	2,73	2,57	2,37	2,00	1,91	1,46	2,73	2,63	2,45	2,25	1,94	1,86
13 anos	1,68	2,42	2,62	2,60	2,38	1,96	1,91	1,37	2,57	2,54	2,54	2,27	1,90	1,85
14 anos	1,69	2,47	2,50	2,64	2,37	1,93	1,89	1,36	2,56	2,46	2,58	2,28	1,87	1,85
7-14 anos	15,07	21,86	22,40	20,79	18,51	16,41	15,39	12,20	21,62	21,23	19,93	17,44	15,86	14,79

Idades	Região Sudeste							Região Sul						
	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	1,97	2,23	2,08	1,91	1,75	1,56	1,41	2,47	2,36	2,13	1,99	1,79	1,57	1,43
8 anos	1,88	2,18	2,19	1,89	1,77	1,56	1,42	2,36	2,36	2,25	1,93	1,82	1,57	1,44
9 anos	1,85	2,16	2,26	1,90	1,69	1,55	1,43	2,29	2,33	2,28	1,93	1,80	1,56	1,45
10 anos	1,90	2,18	2,25	1,99	1,77	1,55	1,43	2,32	2,42	2,24	2,04	1,85	1,56	1,45
11 anos	1,83	2,12	2,21	1,93	1,82	1,55	1,44	2,21	2,38	2,20	1,98	1,88	1,56	1,45
12 anos	1,82	2,16	2,10	1,97	1,84	1,55	1,44	2,21	2,40	2,11	2,00	1,90	1,57	1,46
13 anos	1,75	2,11	2,04	2,08	1,85	1,55	1,45	2,10	2,36	2,05	2,11	1,90	1,57	1,46
14 anos	1,73	2,19	2,00	2,16	1,85	1,55	1,45	2,05	2,48	1,98	2,17	1,90	1,58	1,46
7-14 anos	14,73	17,34	17,13	15,83	14,33	12,41	11,47	18,02	19,10	17,25	16,16	14,84	12,54	11,59

Idades	Região Centro-Oeste						
	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2020
7 anos	2,22	2,70	2,32	2,14	1,95	1,66	1,47
8 anos	2,00	2,61	2,43	2,10	1,97	1,67	1,48
9 anos	1,92	2,55	2,50	2,12	1,92	1,67	1,48
10 anos	1,99	2,66	2,49	2,22	1,97	1,67	1,49
11 anos	1,82	2,56	2,45	2,13	1,99	1,67	1,49
12 anos	1,86	2,57	2,34	2,15	2,00	1,68	1,50
13 anos	1,73	2,45	2,33	2,26	2,00	1,68	1,50
14 anos	1,70	2,46	2,26	2,35	2,00	1,69	1,51
7-14 anos	15,23	20,55	19,11	17,47	15,81	13,39	11,91

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

A região Sudeste quase que dobrou seu contingente de 7-14 anos de 1970 para 1991 (de 5,9 milhões para 10,7 milhões, respectivamente), reflexo muito mais da migração que para lá se dirigiu, nesse período, do que dos níveis de fecundidade, já que nessa área encontram-se níveis abaixo da média nacional. No quinquênio 1991/96, a região já passou a apresentar taxa negativa para esse contingente populacional, devendo contar com aproximadamente dez milhões de crianças de 7-14 anos em 2020.

Com relação ao Centro Oeste, apesar de apresentar elevada taxa de crescimento da população de 7-14 anos entre 1970/80 (7,2% a.a.) – expressando não apenas a alta fecundidade apresentada até o começo dos anos 80, mas também os enormes contingentes migratórios que para a área se dirigiram no período – diminuiu, consideravelmente, esse ritmo de crescimento no decênio seguinte para 1,4% a.a. A tendência aponta, a partir de 1996, uma diminuição em números absolutos desse contingente populacional, situando-se o subgrupo em idade escolar em torno de 1,8 milhões de crianças até 2020. Diagnósticos já realizados permitem supor que para essa redução certamente contribuíram a forte queda da fecundidade e também a redução da intensidade da migração para a área (Cunha & Silveira, 1999).

Assim, pode-se dizer que a participação da população de sete a 14 anos no total da população de cada região reflete a etapa atual da transição demográfica nas distintas áreas; nas regiões Norte e Nordeste, onde a queda da fecundidade foi mais tardia em relação às outras regiões, a proporção de crianças de sete a 14 anos estava em torno dos 20% em 1980, 1991 e 1996; uma proporção mais elevada do que a média nacional (19,3, 18,8 e 17,1%, respectivamente). Já para as regiões Sul e Sudeste a participação da população em idade escolar, em 1996, era de 16,1 e de 15,8%, portanto abaixo da média nacional.

Ainda em 2020, as regiões Norte e Nordeste estarão registrando uma participação bem maior da população de 7-14 anos no total de suas populações que as outras regiões; as primeiras, em torno de 15% e as demais, próximas a 11%. O Gráfico 5 ilustra os diferenciais regionais da participação das crianças de 7-14 anos na população total de cada área, em 1996 e em 2020.

Tabela 6
Taxas de crescimento populacional (% ao ano) – População de sete a 14 anos – Grandes regiões – Brasil – 1970 a 2020

Idades	Região Norte					
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2001	2010/2020
7 anos	8,90	4,43	0,41	-1,23	1,74	0,67
8 anos	8,94	4,96	-0,34	-1,03	1,71	0,79
9 anos	8,97	5,63	-0,56	-0,99	1,58	0,92
10 anos	9,30	4,63	0,72	-1,38	1,04	1,07
11 anos	8,98	6,00	0,15	-0,09	0,67	1,22
12 anos	8,92	5,31	1,18	0,26	0,40	1,36
13 anos	8,89	5,74	2,28	0,00	0,21	1,50
14 anos	9,06	5,10	3,52	-0,48	0,09	1,60
7-14 anos	9,00	5,21	0,88	-0,62	0,93	1,13

Idades	Região Nordeste					
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2001	2010/2020
7 anos	7,39	0,97	-0,60	-1,35	1,07	-0,24
8 anos	7,71	1,81	-1,52	-1,41	0,98	-0,11
9 anos	7,76	2,35	-1,27	-3,06	1,36	0,06
10 anos	7,97	1,34	-0,18	-2,79	0,62	0,24
11 anos	8,46	2,15	-0,78	-1,36	0,17	0,43
12 anos	8,73	1,50	-0,35	-0,51	-0,17	0,61
13 anos	8,78	1,73	1,09	-1,13	-0,44	0,77
14 anos	8,86	1,46	1,97	-1,35	-0,65	0,93
7-14 anos	8,18	1,66	-0,22	-1,61	0,36	0,33

Idades	Região Sudeste					
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2001	2010/2020
7 anos	3,93	1,11	-0,37	-0,76	-0,03	-0,16
8 anos	4,19	1,82	-1,66	-0,16	-0,16	-0,09
9 anos	4,25	2,18	-2,07	-1,47	0,28	-0,01
10 anos	4,09	2,04	-1,09	-1,49	-0,20	0,06
11 anos	4,19	2,16	-1,41	-0,08	-0,48	0,12
12 anos	4,41	1,51	0,04	-0,22	-0,61	0,15
13 anos	4,57	1,46	1,67	-1,46	-0,65	0,17
14 anos	5,10	0,91	2,92	-2,40	-0,64	0,17
7-14 anos	4,33	1,65	-0,26	-1,02	-0,32	0,05

Continua...

Continuação

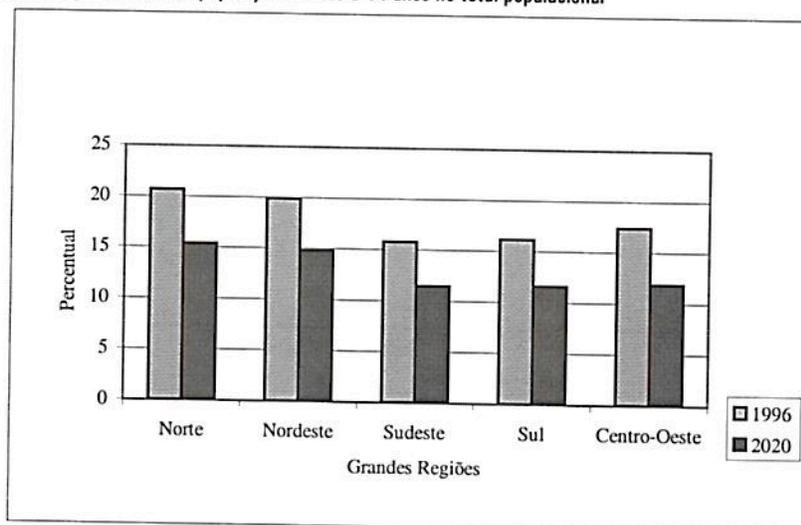
Idades	Região Sul					2010/2020
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2001	
7 anos	0,97	0,42	-0,10	-1,23	-0,32	-0,16
8 anos	1,44	0,95	-1,88	-0,12	-0,46	-0,10
9 anos	1,63	1,19	-2,10	-0,48	-0,37	-0,04
10 anos	1,86	0,68	-0,72	-1,01	-0,69	0,01
11 anos	2,20	0,66	-0,94	0,17	-0,85	0,03
12 anos	2,25	0,19	0,22	0,01	-0,91	0,02
13 anos	2,63	0,08	1,85	-1,31	-0,89	0,00
14 anos	3,40	-0,66	3,08	-2,04	-0,83	-0,04
7-14 anos	2,03	0,45	-0,09	-0,77	-0,67	-0,04

Idades	Região Centro-Oeste					2010/2020
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	2000/2001	
7 anos	6,12	0,63	0,56	-0,28	0,03	0,03
8 anos	6,81	1,39	-0,76	0,43	-0,04	0,05
9 anos	7,05	1,87	-1,14	-0,39	0,21	0,07
10 anos	7,13	1,43	-0,12	-0,93	-0,03	0,10
11 anos	7,63	1,65	-0,64	0,35	-0,13	0,12
12 anos	7,51	1,16	0,51	0,19	-0,14	0,13
13 anos	7,71	1,57	1,60	-1,08	-0,11	0,14
14 anos	7,97	1,28	2,98	-2,07	-0,05	0,14
7-14 anos	7,21	1,37	0,37	-0,49	-0,03	0,10

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991). Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

Desse modo, para o próximo século, os prognósticos mostram que as taxas de crescimento do grupo 7-14 anos serão negativas em todas as regiões brasileiras; este fato abre uma grande oportunidade para políticas educacionais, uma vez que o contingente a ser atendido não apenas deixará de crescer, mas deverá sofrer uma redução em seus números absolutos. Tais tendências demográficas têm significativas implicações não apenas na evolução da demanda por educação fundamental e média, mas também na alocação de recursos e atendimento das necessidades em termos espaciais.

Gráfico 5
Participação relativa da população de sete a 14 anos no total populacional



Fonte: FIBGE. Contagem Populacional (1996). Projeções: FIBGE/DPE/DEPIS (1998).

Movimentos migratórios e o contingente em idade escolar

De um modo geral, a migração possui um caráter seletivo por idade, apresentando uma variabilidade que depende das características dos processos e condicionantes envolvidos, das áreas de origem e destino, etc. Dependendo da situação, a migração pode deixar de ter uma grande concentração de pessoas em idade produtiva para ser eminentemente familiar e, assim, apresentar uma estrutura etária em que as crianças tornam-se parte importante do volume migratório. É justamente nesses casos, onde a importância da migração se revela com mais intensidade em termos de seu impacto sobre a demanda por ensino fundamental.

Na verdade, não se pode perder de vista que, em termos demográficos, o comportamento da demanda escolar, sobretudo em níveis espaciais mais desagregados, como regiões, municípios, etc., pode sofrer uma interferência significativa dos movimentos migratórios, muitas vezes, mais importante que o

próprio componente vegetativo, o que significa dizer que tal efeito pode implicar em um grande dilema para os planejadores que não tomem em conta tal questão.

Por esse motivo, considerou-se importante apresentar algumas estimativas, para as grandes regiões, sobre o impacto da migração sobre o volume de pessoas em idade escolar para o ensino fundamental. Os dados analisados a seguir, ainda que em nível muito agregado, permitem, ao menos, que se forme alguma idéia sobre a dimensão do impacto desse fenômeno no crescimento demográfico e, portanto, na demanda potencial por educação básica.

Para tanto foram tabulados os dados da Contagem de 1996 sobre “residência em 1991” de forma a estabelecer, para cada idade entre sete e 14 anos, o número de imigrantes e emigrantes das Grandes Regiões Brasileiras⁶. Esses dados, apresentados no Anexo, permitiram também que se estimasse o “saldo migratório” ou “migração líquida” (diferença entre Imigrantes e Emigrantes) que, nessa análise, será o indicador usado para aferir o impacto da migração no crescimento demográfico. Assim, valores positivos desse saldo indicariam que a migração “soma” pessoas à região tendo, portanto, seu efeito no sentido de incrementar a demanda; no caso contrário, ou seja, saldo migratório negativo, o dado estaria indicando que o processo migratório do período de 1991/96 teve um impacto de redução do contingente esperado, caso a migração estivesse ausente no crescimento demográfico.

Antes porém de apresentar esses resultados, vale a pena resgatar algumas características do processo migratório nacional a partir dos dados gerados (apresentados no Anexo).

Considerando os movimentos migratórios inter-regionais, os dados mais recentes (1991/96) indicam que as principais tendências observadas para o grupo etário de sete a 14 anos acompanham as tendências mais gerais do contexto nacional. Assim, o maior volume imigratório da população de 7-14 anos foi registrado pela região Sudeste (222.781 pessoas), sendo que grande parte desse fluxo teve origem na região Nordeste (122.547 pessoas). Caracterizando-se ainda como uma área de evasão populacional, a região

6. Para uma determinada região de referência, considerou-se como imigrante o indivíduo aí residente em 1996, cuja residência em 1991 tenha sido uma outra região. Já o emigrante foi definido como aquele que vivia, em 1991, na região de referência, mas residia fora dela no momento da Contagem.

Nordeste apresentou o número mais elevado de emigrantes em idade escolar (198.260), resultando num volume negativo nas trocas migratórias (-95.899), ou seja, o Nordeste “perdeu” população em idade escolar no primeiro quinquênio dos anos 90.

Na região Norte, o contingente em idade escolar representou cerca de 22% do total da imigração para a região, sendo que dentre seu volume de emigrantes, a população em idade escolar representou 19,4%. Nas trocas migratórias (imigrantes menos emigrantes) estabelecidas entre o Norte e as demais regiões envolvendo a população em idade escolar, a região Norte “ganhou” cerca de 24 mil crianças de 7-14 anos.

Na região Nordeste, a imigração de crianças de 7-14 anos respondeu por 26,4% da imigração total, ao passo que no total da emigração participou com 16,0%, uma vez que a emigração nordestina tem um importante componente individual. Seguindo a tendência do comportamento da migração para a região como um todo, ou seja, como área de evasão populacional, nas trocas populacionais o Nordeste obteve uma perda líquida de 96 mil crianças em idade escolar no período de 1991/96.

No caso da região Sudeste, a imigração da população em idade escolar respondeu por 17,9% do total da imigração para a região, chegando o Sudeste a contar com a entrada de cerca de 220 mil crianças de 7-14 anos. Considerando, no entanto, a saída de população nessas idades (em torno de 110 mil crianças), o Sudeste teve um ganho líquido populacional do contingente de 7-14 anos de mais de 100 mil pessoas. Ressalte-se que a população em idade escolar chegou a representar 35% do total das pessoas que saíram da região no período de 1991/96, o que sugere a predominância na emigração regional de famílias em estágios pouco avançados de seus ciclos vitais.

Com relação à região Sul, pode-se observar que seguindo a tendência de lenta recuperação migratória nessa área, os ganhos líquidos da população em idade escolar foram positivos, porém baixos (em torno de oito mil crianças, já que a imigração foi de 57 mil e a emigração de 49 mil); ressalte-se que para o conjunto da região ainda se verifica perdas populacionais, ao passo que para esse grupo de idade já se nota certa recuperação populacional. O contingente em idade escolar respondeu por 20% da imigração sulina e por 17,2% da emigração.

Na região Centro-Oeste, pode-se também verificar uma importante participação na emigração de crianças de 7-14 anos no total desse movimento que partiu da região, em torno de 28%, sendo que na imigração este contingente contribuiu com 18,4%; também nessa região, vem predominando uma imigração de tipo individual e uma emigração mais familiar, em especial aquela oriunda das áreas de fronteira em esgotamento. No entanto, acompanhando a tendência da região como um todo, o grupo de 7-14 anos teve um ganho líquido no período de 1991/96, correspondendo a 43 mil crianças.

Há que se ter em conta, ainda, que os dados para o início da década de 90 continuam refletindo uma diminuição da migração inter-regional, característica marcante dos anos 80; fato que pode esconder o efeito que essa variável teve no passado sobre as demandas regionais na área de educação.

Essas análises demonstram, portanto, a importância da migração no crescimento populacional dos grupos etários em idade escolar em cada uma das regiões brasileiras. O volume de crianças entre sete e 14 anos de idade (550.629 pessoas) envolvidas em movimentos migratórios inter-regionais indicam a necessidade de se incorporar a demanda potencial advinda dessas subpopulações migrantes na formulação de políticas sociais, em especial aquelas relacionadas à educação.

Como apontam, inequivocamente, os dados da Tabela 7, o impacto da migração – representado pelo saldo migratório – sobre o crescimento demográfico da população em idade escolar teve papel decisivo como determinante do tamanho das coortes no final do período de 1991/96 em muitas das regiões brasileiras. No Nordeste, o saldo migratório negativo registrado de mais de 123 mil pessoas entre sete e 14 anos significou cerca de 125% da redução registrada nessa subpopulação no período considerado; isso implica que não fossem as perdas populacionais nesse grupo etário, o Nordeste certamente teria apresentado um crescimento da população escolar, situação, aliás, que seria esperada tendo em vista seu nível de fecundidade dos mais elevados do país. Situação semelhante experimentou a região Sul cujo crescimento demográfico negativo entre as crianças foi potencializado ainda mais pela migração líquida negativa de quase quatro mil pessoas.

Tabela 7

Volumes de imigrantes, emigrantes e saldo migratório e sua participação no crescimento – Grandes regiões – Brasil – 1991/1996

Idades	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Crescimento Populacional	Participação do SM no cresc. populacional
Região Norte					
7 anos	9,255	7,597	1,658	5,915	28.03
8 anos	9,186	7,095	2,091	-4,894	-42.73
9 anos	9,016	7,122	1,894	-8,108	-23.36
10 anos	9,099	7,230	1,869	10,712	17.45
11 anos	8,780	6,809	1,971	2,208	89.25
12 anos	8,496	6,770	1,726	16,513	10.45
13 anos	8,976	7,188	1,788	31,293	5.71
14 anos	8,845	7,543	1,302	47,386	2.75
7-14 anos	71,653	57,352	14,301	101,025	14.16
Região Nordeste					
7 anos	13,406	29,768	-16,362	-33,092	49.44
8 anos	13,119	28,577	-15,458	-86,052	17.96
9 anos	12,865	27,822	-14,957	-72,825	20.54
10 anos	13,140	28,562	-15,422	-10,581	145.75
11 anos	12,463	26,830	-14,367	-44,326	32.41
12 anos	12,038	26,052	-14,014	-19,342	72.45
13 anos	12,285	28,053	-15,768	60,076	-26.25
14 anos	12,284	29,630	-17,346	107,341	-16.16
7-14 anos	101,600	225,292	-123,692	-98,801	125.19
Região Sudeste					
7 anos	28,722	17,614	11,108	-24,176	-45.95
8 anos	27,622	17,264	10,358	-110,190	-9.40
9 anos	26,868	17,037	9,831	-140,665	-6.99
10 anos	27,725	17,274	10,451	-75,044	-13.93
11 anos	25,715	16,521	9,194	-95,459	-9.63
12 anos	25,411	16,123	9,288	2,351	395.07
13 anos	26,947	16,774	10,173	110,700	9.19
14 anos	28,887	16,884	12,003	194,274	6.18
7-14 anos	217,897	135,500	82,397	-138,209	-59.62

continua...

					Continuação
Região Sul					
7 anos	6,874	7,271	-397	-2,299	17.26
8 anos	6,499	7,114	-615	-45,154	1.36
9 anos	6,480	7,074	-594	-50,781	1.17
10 anos	6,755	7,045	-290	-17,528	1.66
11 anos	6,366	6,745	-379	-22,555	1.68
12 anos	6,271	6,803	-532	5,137	-10.35
13 anos	6,493	7,008	-515	43,483	-1.18
14 anos	6,773	7,510	-737	71,850	-1.03
7-14 anos	52,511	56,567	-4,056	-17,847	22.73
Região Centro-Oeste					
7 anos	11,972	7,979	3,993	6,163	64.80
8 anos	11,533	7,910	3,623	-8,537	-42.44
9 anos	11,404	7,578	3,826	-13,119	-29.16
10 anos	11,503	8,111	3,392	-1,450	-233.90
11 anos	11,071	7,490	3,581	-7,294	-49.09
12 anos	10,994	7,463	3,531	5,673	62.24
13 anos	11,882	7,561	4,321	18,188	23.76
14 anos	12,671	7,893	4,778	33,734	14.16
7-14 anos	93,030	61,980	31,050	33,358	93.08

Obs.: o volume de imigrantes exclui 13.938 estrangeiros que representariam 1,4% total. Imigrantes sem declaração de residência em 1991 foram "prorrateados" segundo distribuição daqueles com declaração.

Fonte: FIBGE. Contagem Populacional (1996).

No caso do Centro-Oeste, os dados mostram que seu incremento demográfico na subpopulação em idade escolar foi, em mais de 93%, devido aos ganhos populacionais registrados, da ordem de 31 mil crianças. Embora com um impacto bem menor, certamente pela alta fecundidade que ainda experimenta, a região Norte também viu elevado seu crescimento através da migração, ou seja, mais de 14% desse foi devido aos ganhos populacionais de pessoas entre sete e 14 anos.

Finalmente, a região Sudeste apresenta-se como um caso especial, na medida em que os efeitos da queda de fecundidade na diminuição de sua população em idade escolar viu-se compensado em cerca de 60% em função de sua atratividade. Não fossem seus ganhos populacionais, a redução da

“demanda potencial” por ensino fundamental teria sido ainda maior do que a observada.

Os dados analisados anteriormente, de maneira agregada para o grupo sete a 14 anos, podem ainda ser observados segundo as idades individuais. Nesse caso, duas questões merecem destaque. Em primeiro lugar, há que se reconhecer uma clara diferenciação entre a dinâmica das várias coortes, em especial aquelas até a idade de 11 anos, que decrescem em número, e aquelas de 12 a 14 anos, que não apresentando totalmente o impacto da forte queda da fecundidade no passado, ainda apresentam algum fôlego no seu incremento. Em segundo lugar, deve-se chamar a atenção para o fato de que os saldos migratórios variam pouco em magnitude em cada uma das idades o que, de certa forma, é coerente para esse grupo etário, tendo em vista que não haveria motivos para se supor que alguma coorte deveria migrar mais do que outras.

No que tange especificamente à contribuição da migração, constata-se que o impacto da mesma varia segundo a idade e região analisada, contudo, como já se mencionou, parece que a preferência por dígito na declaração das idades deve estar interferindo na avaliação do crescimento real de cada coorte, tendo em vista que a irregularidade da variação de uma para outra – que teoricamente não deveria ocorrer – leva a fazer desconfiar dos resultados. Nesse sentido, a análise mais segura deveria ser feita considerando as coortes como um todo ou em agregações menores das idades simples, visando eliminar ou reduzir, de alguma maneira, a deformação que esse erro pode gerar no tamanho registrado das coortes.

De qualquer forma, fica evidente que não se pode desconsiderar o impacto da migração quando se deseja estimar ou projetar a demanda efetiva por ensino, seja ele o fundamental, como aqui avaliado, ou qualquer outro nível.

Considerações finais

Pode-se considerar que seria razoável deduzir a demanda para o ensino fundamental do crescimento do grupo etário de sete a 14 anos; assim, as projeções populacionais, quando disponíveis, seriam o suficiente para indicar

quais as tendências do número de matrículas iniciais. Sabe-se, entretanto, que a demanda escolar também depende de outros fatores que, de uma forma ou de outra, interferem no contingente efetivamente a ser focado pelas ações nessa área, como a repetência, evasão, etc.; temas que, embora não sejam considerados nesse texto, devem sempre estar presentes no momento de se pensar sobre a demanda efetiva.

De fato, em função dos problemas existentes no Brasil em termos do fluxo escolar (em particular a defasagem série/idade), estimativas realizadas em um estudo em andamento,⁷ dão conta de que, para o ensino fundamental, as matrículas estimadas para o ano 2000 seriam cerca de 28% maiores que a soma das coortes que deveriam estar cursando cada uma das séries. Mais dramático ainda fica o quadro quando se consideram as séries em separado; nesse caso, para a primeira série, o número de matrículas seria 57% maior que a coorte de sete anos estimada pelo período pelo IBGE; para a segunda e terceira, 39% em comparação à população de oito e nove anos, respectivamente, etc.

As tendências aqui colocadas indicam uma redução generalizada, em termos da evolução e crescimento da população em idade escolar brasileira. As taxas de crescimento desse grupo etário não somente sofreram grande redução, como também tornaram-se negativas, como já foi observado entre 1991 e 1996, muito embora, seja apenas uma consequência passageira decorrente da desestabilização da estrutura etária, fruto da tendência da queda da fecundidade. Na verdade, estudos mostram que uma vez ultrapassada essa fase, ou seja, depois de um longo tempo de regime de fecundidade constante, o crescimento do grupo etário se estabilizará em níveis muito próximos a zero (Carvalho & Wong, 1990 e Sawyer et al., 1994).

De qualquer maneira, destacou-se que essa variação no nível regional ou municipal pode se ver alterada em função do impacto da migração que, como se mostrou, pode ter efeitos importantes e, muitas vezes decisivos, na evolução do demanda por ensino fundamental. Tal fato, portanto, não pode ser perdido de vista quando a questão é projetar necessidades e planejar ações na área educacional.

7. Trata-se de um estudo ainda não finalizado que é parte do projeto "Produção e Análise de Indicadores Educacionais" desenvolvido pelo NEPO e NESUR em convênio com o INEP/MEC e financiado pelo PNUD.

Do ponto de vista das regiões brasileiras, a evolução da população em idade escolar no ensino fundamental apresenta certas especificidades, embora em todos os casos, observe-se que o crescimento desse sub-grupo possui a tendência de franco descenso. Vale a pena frisar que, de qualquer forma, no começo do século XXI se terá em todas as regiões brasileiras um crescimento bem reduzido do segmento populacional aqui considerado, sobretudo em função dos prognósticos sobre a queda generalizada da fecundidade.

Em princípio, isso pode significar um quadro mais favorável para se recuperar a inserção dos alunos e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, as diversidades regionais, bem como o efeito conjunto de exclusão social e intensos processos migratórios, requerem cuidados especiais no delineamento de políticas locais, particularmente frente à municipalização das políticas de educação.

Em suma, o que se observa é que, de fato, se está diante de uma boa oportunidade para um melhor equacionamento da questão escolar no Brasil. Contudo, não se pode deixar de considerar as diferenças regionais ainda existentes, diferenças estas não apenas em termos do ritmo de crescimento dessa subpopulação, mas também em termos da infra-estrutura e qualidade educacional disponíveis em cada área. Nesse sentido, embora de grande relevância para efeitos de redimensionamento das necessidades educacionais do Brasil, de nada adiantaria a redução e futura estabilização do crescimento da população de sete a 14 anos, se as políticas educacionais não se voltassem para a diminuição das disparidades regionais quanto à qualidade do ensino, índices de repetência ou abandono, e espacialização dos equipamentos.

Referências bibliográficas

- BAENINGER, R. Juventude e movimentos migratórios no Brasil. In: CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.
- BERCOVICH, A., MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 1990. v. 2.
- BERQUÓ, E. *Considerações demográficas sobre a população idosa no Brasil*. Brasília: CNPD, 1996.
- CARVALHO, J. A. M. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Olinda, 1988. *Anais...* Olinda: ABEP, 1988.
- _____, WONG, L. Seminar on fertility transition in Latin America. *Anais...* [s.l.]: IUSSP/CELADE/CENEP, 1990.
- CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.
- CUNHA, J. M. P. A migração e demanda escolar no Brasil: uma primeira abordagem. Campinas, 1997. (Relatório de Pesquisa – Convênio NESUR/MEC).
- _____. *Dinâmica demográfica e seus impactos na trajetória da população em idade escolar*. Trabalho a ser publicado em livro organizado pelo INEP/MEC, Brasília, 1998.
- _____, SILVEIRA, F. A. *Região Centro-Oeste: o esgotamento de um processo de ocupação?* Campinas, 1999. (Mimeogr.). (Relatório de Pesquisa – Projeto PRONEX).
- FIBGE. *Censo Demográfico*. 1970-1991.
- _____. *Contagem Populacional*. 1996.

- MADEIRA, F. R. Pobreza, escola e trabalho – Convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-83, jan./mar. 1993.
- MADEIRA, F., BERCOVICH, A. A onda jovem e o seu impacto na população economicamente ativa masculina em São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n. 8, 1992.
- MARTINE, G., CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. In: SEMINÁRIO BRASIL SÉCULO XXI, Campinas, 1989. Campinas: UNICAMP, 1989.
- PATARRA, N. L. et al. *Demografia*. Políticas sociais no Brasil – Avaliação e propostas para os anos 90. São Paulo: FUNDAP, mar. 1991. (Documentos de Trabalho).
- SAWYER, D. et al. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. São Paulo: ABEP, 1994.

Anexo

Matriz de fluxos migratórios por Grande Regiões para a população de sete a 14 anos – Brasil – 1991/1996

Região atual	Idades	Região anterior							Total
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Pais Estrang.	Sem Dec.	
Norte	7 anos	4.996	1.178	457	1.528	136	1.096	9.391
	8 anos	4.983	1.224	449	1.499	109	1.031	9.295
	9 anos	4.917	1.213	468	1.416	120	1.002	9.136
	10 anos	4.912	1.171	431	1.502	132	1.083	9.231
	11 anos	4.800	1.102	420	1.425	94	1.033	8.874
	12 anos	4.536	1.169	408	1.414	128	969	8.624
	13 anos	4.948	1.194	451	1.320	119	1.063	9.095
	14 anos	4.802	1.200	411	1.374	126	1.058	8.971
7-14 anos	38.894	9.451	3.495	11.478	964	8.335	72.617	
Nordeste	7 anos	1.814	6.422	466	1.064	99	3.640	13.505
	8 anos	1.672	6.218	503	1.125	91	3.601	13.210
	9 anos	1.727	6.092	468	1.034	89	3.544	12.954
	10 anos	1.695	5.967	501	1.058	102	3.919	13.242
	11 anos	1.613	5.814	465	991	92	3.580	12.555
	12 anos	1.544	5.528	451	958	86	3.557	12.124
	13 anos	1.641	5.642	463	1.011	95	3.528	12.380
	14 anos	1.604	5.447	478	1.032	107	3.723	12.391
7-14 anos	13.310	47.130	3.795	8.273	761	29.092	102.361	
Sudeste	7 anos	1.812	16.384	3.727	2.829	758	3.970	29.480
	8 anos	1.678	15.578	3.623	2.826	676	3.917	28.298
	9 anos	1.704	15.217	3.667	2.718	629	3.562	27.497
	10 anos	1.701	15.564	3.550	2.916	581	3.994	28.306
	11 anos	1.523	14.440	3.421	2.725	614	3.606	26.329
	12 anos	1.551	13.980	3.513	2.665	524	3.702	25.935
	13 anos	1.608	15.110	3.641	2.824	567	3.764	27.514
	14 anos	1.779	16.274	4.055	2.950	535	3.829	29.422
7-14 anos	13.356	122.547	29.197	22.453	4.884	30.344	222.781	

Continua...

										Continuação
Sul	7 anos	625	550	3.546	1.320	634	833	7.508	
	8 anos	602	494	3.473	1.229	683	701	7.182	
	9 anos	544	513	3.439	1.267	638	717	7.118	
	10 anos	573	520	3.577	1.324	636	761	7.391	
	11 anos	570	475	3.421	1.163	582	737	6.948	
	12 anos	531	469	3.307	1.224	557	740	6.828	
	13 anos	562	464	3.480	1.197	531	790	7.024	
	14 anos	624	516	3.509	1.267	545	857	7.318	
	7-14 anos	4.631	4.001	27.752	9.991	4.806	6.136	57.317	
Centro	7 anos	2.178	4.239	3.255	1.698	303	602	12.275	
Oeste	8 anos	2.059	4.059	3.262	1.614	333	539	11.866	
	9 anos	2.068	3.989	3.249	1.601	307	497	11.711	
	10 anos	2.080	4.021	3.252	1.616	329	534	11.832	
	11 anos	2.035	3.876	3.101	1.564	336	495	11.407	
	12 anos	2.068	3.863	3.070	1.522	292	471	11.286	
	13 anos	2.270	4.153	3.383	1.542	308	534	12.190	
	14 anos	2.371	4.618	3.531	1.611	315	540	12.986	
	7-14 anos	17.129	32.818	26.103	12.768	2.523	4.212	95.553	

Fonte: FIBGE. Contagem Populacional (1996). Tabulação especial, NEPO/UNICAMP.